



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA

---

ANO LXV - Nº 002 - QUARTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

---

**MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

**Presidente**

*Senador* **JOSÉ SARNEY** – PMDB-AP

**1º Vice-Presidente**

*Deputado* **MARCO MAIA** – PT-RS

**2º Vice-Presidente**

*Senadora* **SERYS SLHESSARENKO** – BLOCO PT-MT

**1º Secretário**

*Deputado* **RAFAEL GUERRA** – PSDB-MG

**2º Secretário**

*Senador* **JOÃO VICENTE CLAUDINO** – PTB-PI

**3º Secretário**

*Deputado* **ODAIR CUNHA** – PT-MG

**4º Secretário**

\* *Senadora* **PATRÍCIA SABOYA** – PDT-CE

\* A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878/09, aprovado no dia 15-7-09, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14-7-09.

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SO- LENE), EM 2 DE FEVEREIRO DE 2010</b>		<b>1.2.5 – Fala do Vice-Presidente da Repú- blica</b> (Ilmº Sr. José Alencar) .....	434
1.1 – ABERTURA		<b>1.2.6 – Fala do Presidente do Congresso Nacional</b> (Senador José Sarney).....	435
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		1.3 – ENCERRAMENTO	
Destinada a instalação dos trabalhos legis- lativos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura .....	32	<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>1.2.1 – Execução do Hino Nacional</b>		<b>2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES- SO NACIONAL</b>	
<b>1.2.2 – Leitura de Mensagem do Presidente da República</b> (Deputado Rafael Guerra).....	32	<b>3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL</b>	
<b>1.2.3 – Fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Ministro Gilmar Mendes).....</b>	431	<b>4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
<b>1.2.4 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados</b> (Deputado Michael Temer).....	433	<b>5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

---

## Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene) em 2 de fevereiro de 2010

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney.*

*(Inicia-se a Sessão às 11 Horas e 2 Minutos e Encerra-se às 12 Horas e 15 Minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP)

– Declaro aberta a sessão.

Compõem a Mesa, juntamente comigo, o Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; o Sr. Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; o Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; o Sr. Deputado Rafael Guerra, 1º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; o Sr. Deputado Odair Cunha, 3º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; o Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais.

*(É executado o Hino Nacional)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Convido a Ministra Dilma Rousseff para tomar assento à Mesa e, em seguida, entregar a mensagem do Sr. Presidente da República. *(Palmas.)*

Convido o Ministro Gilmar Mendes a entregar a Mensagem do Poder Judiciário. *(Palmas.)*

Convido a Ministra Dilma Rousseff a entregar a Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. *(Palmas.)*

O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Rafael Guerra, irá proceder à leitura da Mensagem do Exmº Sr. Presidente da República.

É lida a seguinte:

“Srªs. e Srs. Parlamentares, pela oitava e última vez nestes dois mandatos consecutivos, tenho a honra de encaminhar ao Congresso Nacional a Mensagem na qual prestamos contas de nossas ações no ano anterior e expomos nossos planos para o exercício que está começando. Com isso, buscamos mostrar os resultados obtidos no cumprimento da meta constante da Mensagem encaminhada a essa Casa em 2003: avançar rumo a uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática.

O ano passado mostrou que fomos um dos países menos afetados pela crise financeira que eclodiu nas economias centrais, com reflexos em todo o mundo. Enquanto o desemprego e a estagnação econômica assolavam as nações do Norte, seguimos gerando emprego, fortalecendo nossa infraestrutura e nosso parque produtivo e – o que é mais importante – gerando renda e reduzindo o abismo social que separa os diversos segmentos de nossa população.

O conjunto da sociedade brasileira mobilizou-se para enfrentar a crise. Trabalhadores acreditaram na capacidade nacional de superar os obstáculos mais severos e continuaram a movimentar nosso comércio. Empresários voltaram rapidamente a investir, passado o susto inicial dos mercados. E o Governo agiu rápida e firmemente para remover os entraves à liquidez, à expansão do crédito, ao consumo e ao investimento.

Hoje, nossas condições macroeconômicas são saudáveis e apontam para a retomada dos níveis de crescimento. As contas públicas estão equilibradas. A inflação está sob controle. As reservas internacionais se mantiveram em níveis elevados: ao final de 2009, atingiram US\$239 bilhões, contra US\$203,2 bilhões em dezembro de 2008.

Ao longo desta Mensagem será possível relembrar os detalhes de tudo o que foi feito para debelar os efeitos da crise financeira. É importante, contudo, destacar desde já o importante papel desempenhado pelo Congresso nesse grande esforço nacional.

As medidas econômicas foram amplamente debatidas nessa Casa, que também deu sua contribuição: sugeriu novas iniciativas, assim como aprimorou e melhorou os projetos encaminhados pelo Governo. E o apoio das Senhoras e Senhores Parlamentares foi fundamental no sentido de possibilitar ao País responder de forma rápida e eficiente à conjuntura econômica adversa.



*De um modo responsável, o Brasil continuou a criar a infraestrutura necessária para que o ciclo de desenvolvimento econômico-social vivido nos últimos anos seja sustentado. Nesse sentido, foram ampliados os investimentos nas grandes obras estruturantes do Programa de Aceleração do Crescimento, que, mesmo com a crise, aumentou em 58% o valor dos pagamentos em relação ao ano anterior.*

*Entre algumas das principais ações, destacam-se ferrovias como a Transnordestina, usinas hidrelétricas como as do Rio Madeira e a obra de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, todas essas com andamento em ritmo adequado. Estamos nos empenhando para que o PAC mude também o cenário das cidades brasileiras – especialmente nas periferias e comunidades carentes. Nesse sentido, os principais investimentos estão sendo direcionados para o saneamento básico e a urbanização de bairros onde a qualidade de vida era precária.*

*Para combater o déficit habitacional, lançamos em março último o Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva dar condições dignas de habitação a 1 milhão de famílias. Com base na parceria entre as esferas federal, estadual e municipal, o programa já contratou a construção de 248 mil habitações em nove meses.*

*Ao PAC e ao Minha Casa, Minha Vida devemos somar uma outra grande frente do nosso desenvolvimento: o petróleo do Pré-Sal. Em 1º de maio passado, fizemos a primeira extração de óleo das imensas reservas submarinas que garantem ao Brasil a ampliação da soberania energética e, sobretudo, dão impulso aos mais variados setores industriais.*

*Todas essas transformações ganham ainda mais sentido por estarem vinculadas à melhoria da vida dos brasileiros – em especial daqueles que viviam em piores condições.*

*Apesar da crise, ampliamos o Bolsa Família e aumentamos o valor de seus benefícios. Mantivemos a trajetória de reajuste real do salário mínimo, favorecendo, sobretudo, os trabalhadores mais humildes e os aposentados. E seguimos fortalecendo a rede de proteção social.*

*Ao lado da manutenção da estabilidade macroeconômica e da geração de empregos – foram 995.110 novos postos de trabalho gerados em 2009 e 11,8 milhões, a partir de 2003 –, essas iniciativas possibilitaram que 20 milhões de brasileiros saíssem da pobreza entre 2002 e 2008.*

*Essas mudanças já refletem, por si mesmas, um aprofundamento da democracia brasileira. Os benefícios do desenvolvimento estão sendo distribuídos por todos os setores da sociedade. E as oportunidades para a construção de um presente e de um futuro melhores estão sendo compartilhadas.*

*É o caso, por exemplo, do acesso ao ensino superior. Em 2009, atingimos a marca agregada de 596 mil bolsas do Prouni, que possibilitaram a alunos carentes frequentar o ensino universitário. Aumentamos significativamente a oferta de vagas anuais em universidades federais – eram 113 mil, em 2003, e chegaram, em 2009, a 192 mil. Além disso, a Universidade Aberta do Brasil, que oferece ensino superior a distância, disponibilizou mais de 196 mil vagas, entre 2006 a 2009. E, no que se refere a escolas técnicas federais, concluímos 100 novas unidades em 2009.*

*Da mesma forma, o ano passado foi marcado pelo esforço para a ampliação do acesso dos cidadãos a uma instituição fundamental para a vida democrática: a Justiça. Refletindo mais uma vez a relação harmoniosa entre Legislativo, Judiciário e Executivo, assinamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.*

*No plano da política externa, continuamos investindo na integração do Mercosul e da América do Sul como um todo, além de ampliarmos o decisivo e fundamental apoio ao Haiti. Mantivemos o trabalho realizado a partir de 2004, com a Liderança da Missão das Nações Unidas para a estabilização daquele País, e agora prestamos o auxílio emergencial para a sua reconstrução, em decorrência do terremoto ali ocorrido em janeiro de 2010.*

*Durante a crise internacional, defendemos a eliminação de barreiras comerciais e combatemos o protecionismo que poderia levar a uma queda ainda maior das trocas internacionais. O Brasil participou ativamente dos principais foros de discussão sobre a situação econômica global, das reuniões da Organização das Nações Unidas ao G-20. E em todos defendeu um modelo não recessivo de combate à crise, com base sobretudo na adoção de políticas anticíclicas, com o objetivo de reativar a economia e garantir o emprego.*

*Conquistamos o direito de ser a primeira Nação sul-americana a sediar os Jogos Olímpicos, além de já estarmos investindo na realiza-*

ção da Copa de 2014. E a capacidade brasileira de unir o crescimento e o desenvolvimento à sustentabilidade ambiental – lembrando que em 2009 tivemos o menor índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 20 anos – deu-nos um papel de destaque na Conferência de Mudanças Climáticas de Copenhague.

O nosso principal desafio para 2010 é seguir trabalhando em conjunto para manter e fortalecer as condições econômicas e sociais que nos permitiram enfrentar as turbulências recentes no âmbito internacional. E que são fundamentais para que o ciclo de desenvolvimento dos últimos anos seja duradouro e sustentável.

Ao completar sete anos de governo e de uma relação com o Congresso Nacional pautada pelo respeito e a independência entre os Poderes, eu não poderia encerrar a apresentação desta Mensagem sem registrar o meu mais sincero reconhecimento ao papel dessa Casa na construção de um Brasil justo, cada vez mais capaz de promover o desenvolvimento sustentável, com geração de renda e redução das desigualdades.

Brasília, 2 de fevereiro de 2010. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República Federativa do Brasil." (Palmas.)

É a seguinte a íntegra da mensagem presidencial:

**Presidência da República**

# Mensagem ao Congresso Nacional

# 2010



Presidência da República

**Copyright © 2010 – Presidência da República do Brasil**

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original ([www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)).

Crédito das fotos: Secom/Divulgação, Petrobras/Divulgação, ENAP, Embrapa - Cláudio Bezerra, Arquivo MAPA, Arquivo MPA e MDA/Divulgação.

Tiragem: 4.000 exemplares  
Impresso no Brasil

**Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)**

**B823m Brasil. Presidente (2003 - : L. I. Lula da Silva)**

**Mensagem ao Congresso Nacional, 2010 : 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2010.**

422p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2010. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico - Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117



**República Federativa do Brasil**

**Presidente da República**  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

**Vice-Presidente da República**  
**José Alencar Gomes da Silva**

**Ministro de Estado da Justiça**  
**Tarso Fernando Herz Genro**

**Ministro de Estado da Defesa**  
**Nelson Jobim**

**Ministro de Estado das Relações Exteriores**  
**Celso Luiz Nunes Amorim**

**Ministro de Estado da Fazenda**  
**Guido Mantega**

**Ministro de Estado dos Transportes**  
**Alfredo Pereira do Nascimento**

**Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Reinhold Stephanes**

**Ministro de Estado da Educação**  
**Fernando Haddad**

**Ministro de Estado da Cultura**  
**João Luiz Silva Ferreira**

**Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**  
**Carlos Lupi**

**Ministro de Estado da Previdência Social**  
**José Barroso Pimentel**

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**  
**Patrus Ananias de Sousa**

**Ministro de Estado da Saúde**  
**José Gomes Temporão**

**Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**  
**Miguel Jorge**

**Ministro de Estado de Minas e Energia**  
**Edison Lobão**

**Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**  
**Paulo Bernardo Silva**

**Ministro de Estado das Comunicações**  
**Hélio Calixto da Costa**

**Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia**  
**Sergio Machado Rezende**

**Ministro de Estado do Meio Ambiente**  
**Carlos Minc**

**Ministro de Estado do Esporte**  
**Orlando Silva de Jesus Júnior**

**Ministro de Estado do Turismo**  
**Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho**

**Ministro de Estado da Integração Nacional**  
**Geddel Quadros Vieira Lima**

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**  
**Guilherme Cassel**

**Ministro de Estado das Cidades**  
**Marcio Fortes de Almeida**

**Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura**  
**Altamir Gregolin**

**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**  
**Dilma Vana Rousseff**

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**  
**Luiz Soares Dulci**

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**  
**Alexandre Rocha Santos Padilha**

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**  
**Franklin Martins**

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**  
**Jorge Armando Felix**

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**  
**Samuel Pinheiro Guimarães Neto**

**Advogado-Geral da União**  
**Luís Inácio Lucena Adams**

**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**  
**Jorge Hage Sobrinho**

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República**  
**Edson Santos de Souza**

**Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**  
**Nilcéa Freire**

**Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República**  
**Paulo de Tarso Vannuchi**

**Secretário Especial de Portos da Presidência da República**  
**Pedro Brito Nascimento**

# Sumário

Apresentação, 9

## I – CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO

## II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 27
  - a) Desonerações Tributárias, Ampliação de Recursos para Financiamentos e Regulamentação de Processos para as Cadeias Produtivas, 28
  - b) Inovação Tecnológica, 31
  - c) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, 32
  - d) Propriedade Industrial, 34
  - e) Comércio Exterior, 35
  - f) Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Artesanato Brasileiro, 39
  - g) Comércio e Serviços, 42
  - h) Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, 43
  - i) Polo Industrial de Manaus e Centro de Biotecnologia da Amazônia, 43
2. Agronegócio, 44
  - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 45
    - a.1) Crédito Rural, 45
    - a.2) Apoio à Comercialização, 46
    - a.3) Apoio à Caleicultura, 47
  - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 48
    - b.1) Zoneamento Agroclimático, 48
    - b.2) Seguro Rural, 48
  - c) Defesa Agropecuária, 50
    - c.1) Ações de Saúde Animal, 50
    - c.2) Ações de Sanidade Vegetal, 51
    - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 52
    - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 52
    - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 53
  - d) Fomento e Organização da Produção, 53
  - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 54
    - e.1) Negociações Internacionais Multilaterais, 54
    - e.2) Promoção Comercial do Agronegócio, 54
    - e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio, 55
  - f) Pesquisa Agropecuária, 58
  - g) Agroenergia, 59
    - g.1) Complexo Sucroalcooleiro, 59
    - g.2) Biodiesel, 60
3. Turismo, 60
  - a) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 61
  - b) Infraestrutura Turística, 61
  - c) Regionalização e Ordenamento Turístico, 62
  - d) Produtor, 62
  - e) Programa Turismo Sustentável e Infância, 62
  - f) Viaja Mais Melhor Idade, 63
  - g) Promoção Internacional, 63
4. Trabalho e Emprego, 63
  - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 63
  - b) Estimulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 64
  - c) Valorização do Salário Mínimo, 66
  - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 67
  - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 69
  - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 70
  - g) Estimulo à Economia Solidária, 73
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 74
  - a) Sistema Financeiro Nacional, 74
  - b) Acesso aos Serviços Bancários, 75
  - c) Microcrédito e Microfinanças, 76
  - d) Crédito Oficial, 77
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca, 78
  - a) Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura, 78
  - b) Incentivo ao Consumo de Pescados, 79
  - c) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira, 80
  - d) Política Internacional da Pesca, 80
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 80
  - a) Agricultura Familiar, 80
    - a.1) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, 81
    - a.2) Crédito Rural – Aplicações Obrigatórias, 81
    - a.3) Ampliação do Crédito, 82
    - a.4) Seguro da Agricultura Familiar, 83
    - a.5) Garantia-Safra, 85
    - a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural, 85
    - a.7) Apoio à Comercialização, 86
    - a.8) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar, 87
    - a.9) Biodiesel e Agricultura Familiar, 87
    - a.10) Políticas para Mulheres, 88
    - a.11) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas, 89
    - a.12) Articulação Internacional, 89
    - a.13) Arca das Letras, 89
  - b) Reforma Agrária, 90
    - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 90
    - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 90
    - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário, 91
    - b.4) Projeto Dom Hélder Câmara, 92
  - c) Regularização Fundiária, 92
    - c.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal, 92
    - c.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, 95
8. Desenvolvimento Regional, 95
  - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 95
  - b) Infraestrutura Hídrica, 98
  - c) Defesa Civil, 100
  - d) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 101

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 102
  - a) Mudanças Climáticas, 102
    - a.1) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, 103
  - b) Unidades de Conservação, 103
  - c) Combate ao Desmatamento Ilegal, 104
  - d) Protocolo Verde, 105
  - e) Política Nacional dos Serviços Ambientais, 106
  - f) Fiscalização, 106
  - g) Resíduos Sólidos Urbanos, 107
  - h) Recursos Hídricos, 108
    - h.1) Atlas de Abastecimento Urbano de Águas, 108
    - h.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos, 109
    - h.3) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, 109
    - h.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 110
    - h.5) Cobrança pelo Uso da Água, 110
  - i) Licenciamento Ambiental, 111
  - j) Zoneamento Ecológico Econômico, 112
  - k) Povos e Comunidades Tradicionais, 113
  - l) Concessão Florestal, 114
  - m) Esfera Internacional, 115
10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 115
  - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 117
    - a.1) Recursos Humanos, 117
    - a.2) Infraestrutura, 118
    - a.3) Unidades de Pesquisa, 119
  - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 119
  - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 121
    - c.1) Energia, 121
    - c.2) Programa Nuclear, 122
    - c.3) Programa Espacial, 123
    - c.4) Nanotecnologia, 123
    - c.5) Biotecnologia, 124
    - c.6) Biodiversidade, 124
    - c.7) Mar e Antártica, 125
    - c.8) Tecnologias da Informação e Comunicação, 125
    - c.9) Defesa Nacional, 126
  - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 126

### III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social, 131
  - 1.1 Redução das Desigualdades, 131
    - a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 135
      - a.1) Cadastro Único para Programas Sociais, 137
    - b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 138
      - b.1) Novas Formas de Atuação, 139
      - b.2) Intensificação das Ações em Execução, 139
    - c) Ampliação dos Serviços Socioambientais, 141
    - d) Segurança Alimentar e Nutricional, 145
      - d.1) Programa de Aquisição de Alimentos, 146
      - d.2) Rede de Equipamentos, 147
      - d.3) Cestas de Alimentos, 148
      - d.4) Educação Alimentar e Nutricional, 148
    - e) Programa Territórios da Cidadania, 148
  - 1.2 Juventude, 150
  - 1.3 Direitos de Cidadania, 150
    - a) Povos e Comunidades Tradicionais, 150
    - b) Mulheres, 150
    - c) Quilombolas, 153
    - d) Povos Indígenas, 153
    - e) Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica, 153
      - e.1) Crianças e Adolescentes, 153
      - e.2) Inclusão de Pessoas com Deficiência, 155
      - e.3) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, 156
  - 1.4 Cultura, 156
  - 1.5 Educação, 157
  - 1.6 Saúde, 158
  - 1.7 Segurança Pública, 158
2. Juventude, 160
  - a) Política Nacional de Juventude, 160
  - b) Projovem Integrado, 160
  - c) Conselho Nacional de Juventude, 161
  - d) Intercâmbio Internacional da Juventude, 161
3. Educação, 161
  - a) Educação Básica, 162
  - b) Educação Superior, 166
  - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 168
  - d) Educação Profissional e Tecnológica, 169
  - e) Educação e Diversidade, 170
  - f) Cooperação Internacional, 171
  - g) Financiamento da Educação, 171
  - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 172
  - i) Indicadores e Avaliações, 173
  - j) Ações Integradas, 175
4. Saúde, 176
  - a) Atenção Básica, 176
    - a.1) Saúde da Família, 176
    - a.2) Saúde Bucal, 177
    - a.3) Alimentação e Nutrição, 177
    - a.4) Hipertensão e Diabetes, 178
    - a.5) Saúde no Sistema Penitenciário, 179
    - a.6) Saúde Mental, 179
    - a.7) Saúde da Mulher, 180
    - a.8) Saúde da Criança, 180
    - a.9) Saúde da Pessoa com Deficiência, 181
    - a.10) Saúde do Idoso, 182
    - a.11) Saúde do Homem, 182



- b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 182
  - b.1) Saúde Auditiva, 183
  - b.2) Política Nacional de Atenção Oncológica, 183
  - b.3) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 183
  - b.4) Hospitais de Ensino, 184
  - b.5) Hospitais Filantrópicos, 184
  - b.6) Terapia Intensiva, 184
  - b.7) Atenção às Urgências e às Emergências, 184
  - b.8) Transplantes, 184
  - b.9) Assistência Cardiovascular, 185
  - b.10) Sangue e Hemoderivados, 185
- c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 186
- d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 187
- e) Assistência Farmacêutica, 187
- f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 188
- g) Vigilância Sanitária, 191
- h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde, 192
- i) Investimento em Saúde, 193
- j) Gestão Descentralizada e por Resultados, 193
- k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria, 194
- l) Saúde Suplementar, 195
- 5. Políticas Afirmativas, 196
  - a) Igualdade Racial, 196
    - a.1) Programa Brasil Quilombola, 197
  - b) Igualdade de Gênero, 198
    - b.1) Educação e Cultura, 198
    - b.2) Trabalho, 199
    - b.3) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 200
    - b.4) Estudos e Pesquisas, 200
    - b.5) Articulação Internacional, 201
  - c) Povos Indígenas, 202
- 6. Direitos Humanos, 203
  - a) Eixos Estruturantes na Área de Direitos Humanos, 203
  - b) Grupos e Temas Especiais, 204
  - c) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos, 205
  - d) Atuação Internacional, 206
  - e) Pauta Legislativa, 206
- 7. Previdência Social, 207
  - a) Regime Geral de Previdência Social, 207
    - a.1) Inclusão Social, 208
    - a.2) Ampliação da Proteção Social, 208
    - a.3) Saúde do Trabalhador, 208
    - a.4) Atendimento ao Cidadão, 209
  - b) Regimes Próprios de Previdência Social, 210
  - c) Relações Internacionais da Previdência Social, 210
  - d) Previdência Complementar, 211
- 8. Cultura, 211
- 9. Esporte, 216
- 10. Luz para Todos, 218
  - a) Ações Integradas no Âmbito do Luz para Todos, 218
  - b) Territórios da Cidadania, 219
- 11. Inclusão Digital, 219
- 12. Justiça e Segurança Pública, 221
  - a) Sistema Único de Segurança Pública, 221
    - a.1) Força Nacional de Segurança Pública, 222
    - a.2) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, 222
    - a.3) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública, 223
  - b) Sistema Penitenciário Federal, 223
  - c) Combate à Criminalidade, 225
  - d) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional, 227
  - e) Combate à Pirataria, 227
  - f) Garantia dos Direitos dos Jovens na Mídia, 227
  - g) Direitos e Garantias dos Estrangeiros, 228
  - h) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 228
  - i) Anistia Política, 229
  - j) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 229
  - k) Direitos Difusos, 231
- 13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 231

#### IV – INFRAESTRUTURA

- 1. Energia, 235
  - a) Energia Elétrica, 235
    - a.1) Geração e Transmissão, 235
    - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 237
    - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 238
    - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 240
    - a.5) Eficiência Energética, 242
    - a.6) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 242
  - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 243
    - b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 245
    - b.2) Rodadas de Licitações de Blocos, 245
    - b.3) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural, 245
      - b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 246
    - b.4) Refino e Petroquímica, 246
    - b.5) Transporte Marítimo de Combustíveis, 247
    - b.6) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 248
    - b.7) Biocombustíveis, 248
      - b.7.1) Biodiesel, 249
      - b.7.2) Etanol, 250
  - c) Geologia e Recursos Minerais, 251
- 2. Transportes, 252
  - a) Transporte Rodoviário, 253
    - a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação; Restauração; Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV); e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema), 253
    - a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal), 254
    - a.3) Controle de Velocidade, 254



- a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Paisagem, 254
- a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 257
- b) Concessões Rodoviárias, 257
- c) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, 257
- d) Transporte Ferroviário, 258
- e) Transporte Hidroviário, 259
- f) Fomento à Indústria Naval, 259
- g) Planejamento e Gestão, 260
- h) Infraestrutura Portuária, 260
- 3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária, 261
- 4. Comunicações, 265
  - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 265
  - b) Avanços na Regulação, 266
  - c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital, 267
  - d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações, 268
  - e) Serviços Postais, 269
    - e.1) Universalização dos Serviços Postais, 269
    - e.2) Exportações por Remessas Postais, 269
    - e.3) Atuação no Âmbito Internacional, 270
    - e.4) Inovações dos Serviços, 270
  - f) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 271
    - f.1) Radiodifusão Comunitária, 271
    - f.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 271
    - f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora, 271
- 5. Saneamento, 271
- 6. Habitação, 277
  - 6.1. PAC-Habitação, 279
    - 6.1.1. Financiamento ao Setor Público, 280
    - 6.1.2. Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas, 280
  - 6.2. Programa Minha Casa, Minha Vida, 281
  - 6.3. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, 282
  - 6.4. Qualidade e Produtividade, 283
  - 6.5. Perspectivas para 2010, 284
- 7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 284
- 8. Mobilidade Urbana, 287
  - 8.1. Transporte Metroferroviário, 287
- 9. Trânsito, 290

## V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

- 1. Política Externa, 295
  - 1.1. Cooperação Técnica, 300
  - 1.2. Finanças Internacionais, 302
  - 1.3. Cúpulas Internacionais, 303
  - 1.4. Comunidades Brasileiras no Exterior, 304
- 2. Soberania, 305

## VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

- 1. Articulação com a Sociedade Civil, 323
- 2. Cooperação Internacional, 324
- 3. Informação ao Cidadão, 325
- 4. Interlocução Social, 327
  - a) Conferências Nacionais, 327
  - b) Conselhos Nacionais, 329
  - c) Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, 330
  - d) Ouvidorias, 330
  - e) Mesas de Diálogo, 330
  - f) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil, 331
  - g) Fórum Social Mundial, 331
- 5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 331
- 6. Relações Institucionais, 332
  - a) Articulação com o Poder Legislativo, 332
  - b) Articulação Federativa, 333

## VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 339
  - a) Arrecadação Tributária, 341
  - b) Fortalecimento do Investimento Público, 341
  - c) Dívida Ativa da União, 342
- 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 344
- 3. Transparência na Administração e Controle Social, 345
- 4. Produção e Disseminação de Informações, 347
- 5. Valorização dos Servidores, 348
- 6. Gestão, 349
  - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 349
  - b) Gestão do Patrimônio da União, 352
  - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 354
- 7. Combate à Corrupção, 355
  - a) Controle Interno – Auditorias, 356
  - b) Medidas Corretivas, 359
  - c) Ações de Capacitação e Prevenção, 361
  - d) Ações de Ouvidoria, 362
  - e) Combate à Lavagem de Dinheiro, 362
  - f) Combate aos Crimes contra a Previdência Social, 365
- 8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 365
  - a) Atividade Contenciosa, 366
  - b) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional, 368
  - c) Democratização do Acesso à Justiça, 368

## ANEXO

**Senhoras e Senhores Parlamentares,**

Pela oitava e última vez nestes dois mandatos consecutivos, tenho a honra de encaminhar ao Congresso Nacional a Mensagem na qual prestamos contas de nossas ações no ano anterior e expomos nossos planos para o exercício que está começando. Com isso, buscamos mostrar os resultados obtidos no cumprimento da meta constante da Mensagem encaminhada a essa Casa em 2003: avançar rumo a uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais democrática.

O ano passado mostrou que fomos um dos países menos afetados pela crise financeira que eclodiu nas economias centrais, com reflexos em todo o mundo. Enquanto o desemprego e a estagnação econômica assolavam as nações do Norte, seguimos gerando emprego, fortalecendo nossa infraestrutura e nosso parque produtivo e – o que é mais importante – gerando renda e reduzindo o abismo social que separa os diversos segmentos de nossa população.

O conjunto da sociedade brasileira mobilizou-se para enfrentar a crise. Trabalhadores acreditaram na capacidade nacional de superar os obstáculos mais severos e continuaram a movimentar nosso comércio. Empresários voltaram rapidamente a investir, passado o susto inicial dos mercados. E o Governo agiu rápida e firmemente para remover os entraves à liquidez, à expansão do crédito, ao consumo e ao investimento.

Hoje, nossas condições macroeconômicas são saudáveis e apontam para a retomada dos níveis de crescimento. As contas públicas estão equilibradas. A inflação está sob controle. As reservas internacionais se mantiveram em níveis elevados: ao final de 2009, atingiram US\$ 239,0 bilhões, contra US\$ 203,2 bilhões em dezembro de 2008.

Ao longo desta Mensagem, será possível lembrar os detalhes de tudo o que foi feito para debelar os efeitos da crise financeira. É importante, contudo, destacar desde já o importante papel desempenhado pelo Congresso nesse grande esforço nacional.

As medidas econômicas foram amplamente debatidas nessa Casa, que também deu sua contribuição: sugeriu novas iniciativas, assim como aprimorou e melhorou os projetos encaminhados pelo Governo. E o apoio das Senhoras e Senhores Parlamentares foi fundamental no sentido de possibilitar ao País responder de forma rápida e eficiente à conjuntura econômica adversa.

De um modo responsável, o Brasil continuou a criar a infraestrutura necessária para que o ciclo de desenvolvimento econômico-social vivido nos últimos anos seja sustentado. Nesse sentido, foram ampliados os investimentos nas grandes obras estruturantes do Programa de Aceleração do Crescimento, que, mesmo com a crise, aumentou em 58% o valor dos pagamentos em relação ao ano anterior.

Entre algumas das principais ações, destacam-se ferrovias como a Transnordestina, usinas hidrelétricas como as do Rio Madeira e a obra de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, todas essas com andamento em ritmo adequado. Estamos nos empenhando para que o PAC mude também o cenário das cidades brasileiras – especialmente nas periferias e comunidades carentes. Nesse sentido, os principais investimentos estão sendo direcionados para o saneamento básico e a urbanização de bairros onde a qualidade de vida era precária.

Para combater o déficit habitacional, lançamos em março último o Programa Minha Casa, Minha Vida, que objetiva dar condições dignas de habitação a 1 milhão de famílias. Com base na parceria entre as esferas federal, estadual e municipal, o programa já contratou a construção de 248 mil habitações em nove meses.

Ao PAC e ao Minha Casa, Minha Vida devemos somar uma outra grande frente do nosso desenvolvimento: o petróleo do Pré-Sal. Em 1º de maio passado, fizemos a primeira extração de óleo das imensas reservas submarinas que garantem ao Brasil a ampliação da soberania energética e, sobretudo, dão impulso aos mais variados setores industriais.

Todas essas transformações ganham ainda mais sentido por estarem vinculadas à melhoria da vida dos brasileiros – em especial daqueles que viviam em piores condições.

Apesar da crise, ampliamos o Bolsa Família e aumentamos o valor de seus benefícios. Mantivemos a trajetória de reajuste real do salário mínimo, favorecendo sobretudo os trabalhadores mais humildes e os aposentados. E seguimos fortalecendo a rede de proteção social.

Ao lado da manutenção da estabilidade macroeconômica e da geração de empregos – foram 995.110 novos postos de trabalho gerados em 2009 e 11,8 milhões a partir de 2003 –, essas iniciativas possibilitaram que 20 milhões de brasileiros saíssem da pobreza entre 2002 e 2008.

Essas mudanças já refletem, por si mesmas, um aprofundamento da democracia brasileira. Os benefícios do desenvolvimento estão sendo distribuídos por todos os setores da sociedade. E as oportunidades para a construção de um presente e de um futuro melhores estão sendo compartilhadas.

É o caso, por exemplo, do acesso ao ensino superior. Em 2009, atingimos a marca agregada de 596 mil bolsas do Prouni, que possibilitaram a alunos carentes frequentar o ensino universitário. Aumentamos significativamente a oferta de vagas anuais em universidades federais – eram 113 mil, em 2003, e chegaram, em 2009, a 192 mil. Além disso, a Universidade Aberta do Brasil, que oferece ensino superior a distância, disponibilizou mais 196 mil vagas, entre 2006 a 2009. E, no que se refere a escolas técnicas federais, concluímos 100 novas unidades em 2009.

Da mesma forma, o ano passado foi marcado pelo esforço para a ampliação do acesso cidadão a uma instituição fundamental para a vida democrática: a Justiça. Refletindo mais uma vez a relação harmoniosa entre Legislativo, Judiciário e Executivo, assinamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

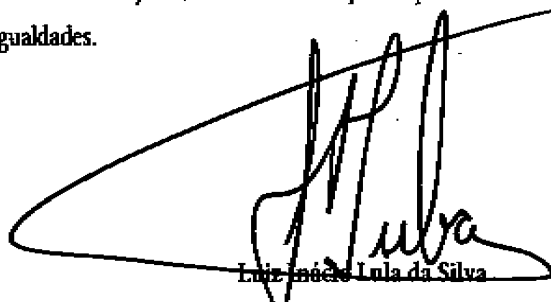
No plano da política externa, continuamos investindo na integração do Mercosul e da América Sul como um todo, além de ampliarmos o decisivo e fundamental apoio ao Haiti. Mantivemos o trabalho realizado a partir de 2004, com a liderança da Missão das Nações Unidas para a estabilização daquele país, e agora prestamos o auxílio emergencial para a sua reconstrução, em decorrência do terremoto ali ocorrido, em janeiro de 2010.

Durante a crise internacional, defendemos a eliminação de barreiras comerciais e combatemos o protecionismo que poderia levar a uma queda ainda maior das trocas internacionais. O Brasil participou ativamente dos principais foros de discussão sobre a situação econômica global, das reuniões da Organização das Nações Unidas ao G-20. E em todos defendeu um modelo não recessivo de combate à crise, com base sobretudo na adoção de políticas anticíclicas, com o objetivo de reativar a economia e garantir o emprego.

Conquistamos o direito de ser a primeira nação sul-americana a sediar os Jogos Olímpicos, além de já estarmos investindo para a realização da Copa de 2014. E a capacidade brasileira de unir o crescimento e o desenvolvimento à sustentabilidade ambiental – lembrando que em 2009 tivemos o menor índice de desmatamento na Amazônia dos últimos 20 anos – deu-nos um papel de destaque na Conferência de Mudanças Climáticas de Copenhague.

O nosso principal desafio para 2010 é seguir trabalhando em conjunto para manter e fortalecer as condições econômicas e sociais que nos permitiram enfrentar as turbulências recentes no âmbito internacional. E que são fundamentais para que o ciclo de desenvolvimento dos últimos anos seja duradouro e sustentável.

Ao completar sete anos de governo e de uma relação com o Congresso Nacional pautada pelo respeito e a independência entre os Poderes, eu não poderia encerrar a apresentação desta Mensagem sem registrar o meu mais sincero reconhecimento ao papel dessa Casa na construção de um Brasil justo, cada vez mais capaz de promover o desenvolvimento sustentável, com geração de renda e redução das desigualdades.



Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília, 2 de fevereiro de 2010.

## I – CONFIANÇA NO DESENVOLVIMENTO

O ano de 2003 marcou uma inflexão na condução da política econômica, sendo consolidada a gestão responsável da política fiscal, o regime de metas para a inflação e o modelo de câmbio flexível, porém essa política foi inovada por meio do fortalecimento do mercado interno e da diversificação dos parceiros comerciais. A dinamização do mercado interno encontrou respaldo nas medidas governamentais que incentivaram o aumento do crédito, da renda, da massa salarial e especialmente da política de aumento real do salário mínimo – que cresceu, em termos reais, cerca de 58% no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009 –, além dos programas sociais de transferência de renda. A combinação desses fatores estimulou, de modo sustentável, o consumo das famílias e fomentou o vetor de demanda do recente processo de crescimento do País. No plano externo, houve o incremento de 228% nas exportações no período 2003-2008, bem como a inserção de outros destinos para as vendas internacionais, viabilizando a acumulação de reservas internacionais, que passaram de US\$ 37,8 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 239 bilhões no final de 2009. Em janeiro de 2008, o Brasil passou, pela primeira vez, a ser credor líquido externo: a dívida externa total do País somava então US\$ 196,2 bilhões, enquanto as reservas alcançavam US\$ 203,2 bilhões.

Os resultados da nova política econômica implementada a partir de 2003 são evidenciados, também, ao observarmos que o Risco Brasil, que atingira 1.446 pontos ao final de 2002, estava ao final de 2009 em 192. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), que atingira 12,5% no ano de 2002, regrediu para 4,3% em 2009. O Brasil quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris no período, tendo sido capaz de se comprometer a emprestar até US\$ 14 bilhões ao Fundo após a eclosão da crise financeira. Mais importante, houve contínuo decréscimo na taxa de desemprego, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas principais capitais, que atingira 10,9% em novembro de 2002 e recuou para 7,4% em novembro de 2009.

Com esse modelo de política macroeconômica, o Brasil, nos últimos seis anos findados em 2008, cresceu a uma taxa média anual de aproximadamente 4,2%, fortalecendo o compromisso com a austeridade fiscal e com a estabilidade monetária, além de afastar a suposta restrição limitrofe de crescimento de 3% a.a., sem inflação, para a economia brasileira. A política de aprofundamento na obtenção de superávit primário do setor público foi determinante para a trajetória decrescente da relação dívida pública sobre Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 51,3% no final de 2002 para 43,0% do PIB em novembro de 2009.

Na área da política monetária e creditícia, a queda tendencial dos juros nominais, respeitando o cumprimento da meta de inflação, impulsionou a melhora da percepção de risco do País, que, aliado a outros fatores observados no lado real da economia, ensejou a obtenção do grau de investimento, em abril de 2008. Em um contexto econômico globalizado, a obtenção dessa classificação de risco traduz-se em maior atração de investimento direto estrangeiro, aumento do volume de ingresso de capitais externos que se destinam ao mercado financeiro e de capitais doméstico, redução de risco soberano, facilitando assim o acesso aos mercados de capital e financeiro internacional, barateando o custo de captação do capital externo pelas empresas privadas brasileiras. Tal dinâmica mostra-se relevante por adicionar poupança externa ao total de poupança disponível no País, de forma a financiar o investimento necessário para assegurar o crescimento sustentado.

Nesse ambiente macroeconômico de estabilidade e crescimento, foram implementadas medidas microeconômicas, notadamente as de política industrial e setorial, para reforçar e estimular o lado da oferta da economia como, por exemplo, a redução de tributos incidentes sobre a produção, a equalização de taxas de juros, a diminuição do custo tributário e financeiro sobre investimentos e exportações. Ainda na esteira desse processo de mudanças institucionais e aperfeiçoamento normativo para melhoria da

eficiência e produtividade do setor privado, foram promovidas diversas inovações legais, que foram encaminhadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, onde a maioria já foi objeto de aprovação e aperfeiçoamento, dentre as quais algumas das mais representativas estão apresentadas no quadro a seguir.

**Medidas Normativas para Melhorar a Eficiência e Produtividade da Economia**

<b>Marco Legal</b>	<b>Conteúdo</b>
Lei nº 10.820, de 2003	Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.
Lei nº 10.833, de 2004	Altera a Legislação Tributária Federal – Introduz o fim da cumulatividade da Cofins.
Lei nº 10.848, de 2004	Novo marco regulatório do Setor Elétrico.
Lei nº 10.931, de 2004	Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.
Lei nº 11.079, de 2004	Lei da Parceria Público-Privada (PPP).
Lei nº 11.101, de 2005	Nova Lei de Falências.
Lei nº 11.110, de 2005	Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.
Lei nº 11.182, de 2005	Criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).
Lei nº 11.196, de 2005	Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (Repes), o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap) e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica.
Lei Complementar nº 123, de 2006, e Leis Complementares nº 127, de 2007, e 128, de 2008	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
Lei Complementar nº 126, de 2007	Abertura do Mercado de Resseguros – dispendo sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário.
Lei nº 11.445, de 2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
Lei nº 11.457, de 2007	Criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Lei nº 11.478, de 2007	Criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura.
Lei nº 11.484, de 2007	Programa de Incentivo ao Setor de Semicondutores (Padis).
Lei nº 11.488, de 2007	Desoneração de obras de Infraestrutura (Reidi).
Lei nº 11.491, de 2007	Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS).
Lei nº 11.887, de 2008	Cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB).
Lei nº 11.909, de 2009	Lei do Gás Natural.

**Medidas Normativas para Melhorar a Eficiência e Produtividade da Economia (continuação)**

Lei nº 11.977, de 2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
PL nº 3.337, de 2004	Marco Legal das Agências Reguladoras.
PL nº 3.937, de 2004	Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência.
PL nº 7.709, de 2007	Agilização do Processo Licitatório.
PL nº 5.939, de 2009	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal).
PL nº 5.940, de 2009	Cria o Fundo Social (FS).
PL nº 5.941, de 2009	Autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.
Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 2003	Dispõe sobre o regime de previdência dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações (Reforma da Previdência).
EC nº 42, de 2003	Altera o Sistema Tributário Nacional (Reforma Tributária).
PEC Nº 233, de 2008	Reforma Tributária (2ª fase).
MP nº 472, de 2009	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec); cria o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional (Recompe); e dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas.

Esse equilíbrio macroeconômico, fortalecido pelas mudanças microeconômicas e institucionais em curso, engendrou um movimento crescente de investimento na economia, ampliando a capacidade de produção doméstica, aumentando o PIB potencial e afastando o risco de espiral inflacionária, além de propiciar as condições de desenvolvimento econômico do Brasil para o longo prazo.

A política econômica implementada proporcionou ainda a ampliação do processo de inclusão social, marcado pelo crescimento das oportunidades de desenvolvimento do cidadão, por intermédio do maior acesso ao emprego, à educação e ao crédito. A rápida expansão do crédito, que aumentou de 24% do PIB em 2002 para 45% no ano de 2009, evidencia o ciclo virtuoso de consumo das famílias.

No entanto, o grande feito nesse período foi a redução da pobreza e da desigualdade de renda. No primeiro aspecto, a extrema pobreza, que representava 16,5% da população em 2002, foi reduzida para 8,8% em 2008, sendo cumprido, ainda em 2006, o respectivo Objetivo do Milênio (ODM) estipulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2015. Quanto à desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini, passou de 0,587 em 2002 para 0,544 em 2008. Tal performance resultou, entre outras medidas, da implementação de políticas públicas como a unificação de diversos programas sociais no Programa Bolsa Família, incluindo a atualização do cadastro e ampliação do universo de beneficiários, de modo a melhorar o foco e tornar essa política de investimentos sociais mais eficiente e eficaz. Em consequência dessa política de aumento qualitativo dos investimentos sociais, o gasto social federal, como proporção do PIB, passou de 12,2% em 2002 para 13,1% em 2008.



A construção dessa estrutura econômica e social foi determinante para o enfrentamento e reação aos efeitos da maior crise econômico-financeira global dos últimos 70 anos, iniciada em 2008. Além das políticas mencionadas, diversas iniciativas estruturais, tomadas antes da eclosão dessa crise e mantidas desde então, ajudaram substancialmente a travessia do período mais crítico. Tais iniciativas incluem o aumento da rede de proteção social, a política de aumento do salário mínimo, a expansão do investimento público, a reestruturação das carreiras governamentais e suas remunerações e as desonerações tributárias associadas ao PAC e à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

No entanto, dois fatores foram preponderantes para a superação da crise: a questão psicológica e a nova abordagem econômica de enfrentamento dessa crise. No campo psicológico, a postura da Presidência da República foi de fundamental importância para que, mesmo considerando a dimensão da crise, os empresários e trabalhadores fossem orientados para que continuassem a produzir e a consumir, com responsabilidade, a fim de que não fosse criado um círculo vicioso decorrente da postergação de consumo e de investimentos, o que redundaria em desemprego e estagnação econômica.

No que se refere à abordagem econômica, ao invés das medidas adotadas em crises anteriores, como a redução do crédito, do consumo e do investimento público, aumento de impostos, da taxa de juros e dos preços administrados, o Governo aumentou significativamente a oferta de crédito pelos bancos públicos, manteve os investimentos dos programas sociais e do PAC, desonerou tributariamente setores estratégicos da economia e renegociou dívidas do setor privado e estatal, conforme detalhado na sequência desta Mensagem.

A crise financeira internacional se manifestou também com a forte desvalorização de ativos financeiros e patrimoniais, seguida por perda de liquidez e confiança no sistema financeiro, levando a uma ação sem precedentes dos governos, especialmente nos países centrais. A partir daí, as economias procuraram se ajustar, o que provocou sensível desaceleração do crescimento, com impactos globais sobre os fluxos de comércio e o preço das *commodities*. No Brasil, os impactos da crise foram manifestados a princípio no crédito e progressivamente na taxa de câmbio e no desempenho macroeconômico geral. Houve um substancial encolhimento do crédito doméstico e, em escala mais acentuada, do crédito externo.

Implementando um receituário anticíclico eficiente, o País reagiu tempestivamente ao contágio que se propagou pelos canais do crédito, do comércio internacional e das expectativas dos agentes econômicos, sendo estas materializadas na abrupta redução do crédito doméstico e internacional, além do aumento generalizado das taxas de juros e depreciação cambial.

Partindo da percepção de que o Brasil dispunha, desta vez, de instrumentos para uma postura ativa no combate aos efeitos da crise, o Governo diminuiu as exigências de recolhimento compulsório das instituições financeiras, o que injetou aproximadamente 3,3% do PIB nos mercados monetários, até o final de 2008, e o Banco Central do Brasil atuou nos mercados cambial e de exportação, com leilões e *swaps* de moedas e, paralelamente, adotou medidas para fortalecer os exportadores e manter uma liquidez mínima no mercado cambial. Destaca-se o crescimento da concessão de crédito pelas instituições públicas, sendo que a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 40,59%, em setembro de 2009. É importante ressaltar, também, que desde o agravamento da crise, em setembro de 2008, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos cresceu 38,8%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (7,0%) e estrangeiros (2,4%). Incentivos temporários também foram criados para que bancos maiores emprestassem a instituições pequenas e médias, juntamente com um seguro especial e temporário para os depósitos destes últimos. As reservas internacionais do País foram utilizadas para combater a depreciação cambial e atenuar as pressões nos mercados em moeda estrangeira. Validou-se de forma enfática a



política de acumulação de reservas, ainda mais que, com a posterior melhoria da situação econômica, as operações em moeda estrangeira (intervenções no mercado cambial à vista, financiamento às exportações e *swaps* cambiais) foram rapidamente revertidas no segundo semestre de 2009.

No tocante ao financiamento à produção e ao investimento, o aumento do crédito, a partir dos bancos públicos, foi viabilizado com o substantivo aporte de recurso realizado pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em janeiro de 2009, totalizando aproximadamente R\$ 100 bilhões, para garantir que não faltassem recursos para a manutenção dos investimentos produtivos, capital de giro para pequenas e médias empresas, bem como para exportadores. O desembolso do Banco, que já tinha atingido um patamar de R\$ 90,9 bilhões, em 2008, atingiu, até novembro de 2009, R\$ 117,5 bilhões.

Também, foram ofertadas pelo Tesouro taxas de juros subsidiadas para linhas de financiamento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para auxiliar a agricultura e o investimento residencial. Progressivamente, outras medidas foram sendo tomadas. O setor agrícola teve os desembolsos do Banco do Brasil antecipados, melhorando as condições de financiamento. Aumentou-se o direcionamento com recursos obrigatórios e abriram-se linhas especiais de crédito para comercialização, garantindo o preço mínimo, acelerando a devolução de créditos tributários e diferindo pagamentos de impostos, no campo monetário e financeiro, foram adotadas. Sob a ótica fiscal e tributária houve postergação do pagamento de impostos, aceleração para devolução de créditos tributários, além da desoneração tributária para alguns setores da economia, o que contribuiu para reduzir os resultados da arrecadação. Mesmo assim, foram mantidos os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos programas sociais. A sincronização de tais políticas não só retardou os reflexos da crise mundial sobre o País, como também precipitou a rápida saída desse ambiente adverso.

Essa crise, bem assim seus desdobramentos, representou o mais duro teste às políticas de desenvolvimento do Governo. Contudo, as políticas públicas mantiveram a ênfase no trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social, o que permitiu a pronta superação da crise. Mesmo com essas medidas, dada a dimensão da crise, a trajetória de rápido crescimento foi brevemente interrompida, em 2009. Observou-se uma contração da atividade no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. Tal diminuição de ritmo foi, em termos mundiais, uma das menores registradas. O País voltou a crescer já no segundo trimestre de 2009.

A demanda interna foi a responsável pelo amortecimento dos efeitos da crise. O consumo das famílias cresceu 3,9% no terceiro trimestre de 2009, ao passo que a formação bruta de capital fixo começou a se recuperar da crise.

Um ponto bastante relevante na análise da crise é que a renda total dos trabalhadores continuou a expandir-se, tendo atingido um crescimento de 4,4% nos 12 meses encerrados em novembro de 2009 em termos reais. A criação líquida de emprego formal, em 2009, mensurado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, representou a geração de 995.110 empregos com carteira de trabalho. Tal número é especialmente expressivo quando consideramos que entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 houve sensível perda líquida de empregos. A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou de forma contida no primeiro semestre de 2009, mas declinou rapidamente, tendo atingido 7,4% em novembro de 2009, ligeiramente abaixo da verificada no mesmo mês de 2008 (7,6%).

Não obstante os efeitos da crise, o crédito continuou a expandir-se, tendo o volume total atingido R\$ 1,41 trilhão em dezembro de 2009, o que representou uma expansão de 14% em doze meses, atingindo desta forma a marca recorde de 45% do PIB, contra 40% no mesmo mês de 2008. O crédito livre às pessoas físicas continuou a se expandir, crescendo 19,4% de dezembro de 2008 a dezembro de 2009. A expansão do crédito refletiu mais uma vez a confiança das famílias no crescimento da renda e na recuperação do emprego, contribuindo assim decisivamente para a manutenção da solidez macroeconômica, de modo que a retomada do ciclo virtuoso, interrompido pela crise de 2008, torna-se cada vez mais uma realidade. Os dados do financiamento imobiliário para aquisição e construção, até setembro de 2009, no acumulado em 12 meses, mostravam que 277 mil unidades haviam sido financiadas, num valor acumulado de R\$ 30,3 bilhões.

A política anticíclica, em 2009, caracterizou-se pelo início de cortes substanciais na taxa básica de juros. Devido à defasagem dos efeitos da política monetária para estimular o crescimento econômico no período imediatamente posterior à crise, um grande espectro de medidas fiscais foi utilizado. A partir do último trimestre de 2008, uma série de desonerações fiscais foi utilizada para incentivar as vendas e a produção e manter a confiança de trabalhadores e empresários. Tais desonerações consistiam basicamente em reduções temporárias nos impostos federais indiretos, iniciando-se com os automóveis, em dezembro de 2008. No decorrer de 2009, as desonerações foram ampliadas de modo a abranger a chamada linha branca (eletrodomésticos), bens de capital, insumos para a construção civil, além de diminuição do imposto de alguns itens de alimentação. Essas medidas, em seu conjunto, reduziram a severidade da recessão ocorrida no início de 2009 e aceleraram a retomada do crescimento iniciada a partir do segundo semestre desse ano.

A política fiscal, também, incluiu transferências extraordinárias do Governo Federal a Estados e Municípios, por meio de dois instrumentos: garantia de que as transferências orçamentárias seriam mantidas nos mesmos valores nominais de 2008 (a despeito da redução das receitas federais) e assunção, por parte do Governo Federal, de gastos em investimentos conjuntos em água, saneamento e transporte urbano. Estima-se que essa assistência temporária aos governos regionais atinja 0,2% do PIB, em 2009.

As medidas fiscais temporárias incluíram também o aumento no período máximo e no valor do seguro desemprego, assim como o subsídio temporário nas taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos. Essas ações, adotadas respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2009, foram endereçadas aos trabalhadores potencialmente mais atingidos pela crise e estimularam as empresas a não postergarem investimentos.

A crise, também, proporcionou a oportunidade para a atuação governamental em iniciativas estruturais com impactos duradouros sobre a economia. Algumas medidas foram tomadas em 2008: a mudança nas alíquotas do imposto de renda injetou aproximadamente 0,2% do PIB na renda pessoal disponível, em 2009. De maior impacto foi o lançamento do novo Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de construir um milhão de novas residências, perfazendo um total de subsídios igual a 1,2% do PIB, em três anos. Cinco iniciativas principais compõem o programa: aquisição por um fundo governamental de 400 mil novas residências, que serão repassadas a famílias de baixa renda a valores e taxas de juros subsidiadas; incentivos à compra de 600 mil casas para famílias de renda média e baixa; redução dos impostos indiretos para construção; criação de instrumentos especiais de crédito para viabilizar a infraestrutura de projetos; e criação de linhas de crédito para incentivar a utilização de tecnologias modernas de construção. Esse novo programa se enquadra na estratégia geral do Governo de permitir o acesso à habitação para famílias de menor renda e constituiu-se igualmente numa iniciativa para combater a crise, ao estimular um setor intensivo em trabalho e insumos domésticos.

A reversão do crescimento, com a consequente queda nas receitas, as desonerações fiscais e os gastos decorrentes da manutenção dos programas governamentais foram acomodados com uma revisão das metas fiscais planejadas para 2009 e 2010. Para 2009, reduziu-se a meta do superávit primário de 3,3 para 2,5% do PIB, incluído o investimento público, e de 2,8% para 1,6%, descontado o investimento. Já para 2010, a meta foi mantida a mesma (3,3%), com o possível desconto do investimento público (0,65%).

O caráter inclusivo do ciclo de crescimento, com incorporação nos mercados de consumo e de crédito de amplas parcelas de população, contribuiu para reforçar a recuperação da crise. Foi a partir da manutenção do consumo interno e dos serviços que a queda na atividade econômica, sentida em maior intensidade na indústria, pode ser contida. Essa maior sustentabilidade econômica dada pelas condições de expansão da renda e do consumo teve como contrapartida a estabilidade das condições macroeconômicas mais gerais. O equilíbrio das contas públicas permitiu a adoção das mencionadas políticas anticíclicas, as previsões sobre a evolução da demanda e a expansão da capacidade produtiva da economia não mostram descompasso, de modo que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada, que estava em 76,7 em janeiro de 2009, atingiu 84,5 em novembro do mesmo ano.

A inflação encontra-se seguramente ancorada no sistema de metas, de modo que, em 2009, o IPCA apresentou aumento de 4,31%, inferior ao centro da meta inflacionária estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa forma, pelo sexto ano consecutivo a inflação ficará dentro dos limites e é o segundo ano em que se colocará abaixo do centro da meta.

Em relação às contas externas, o cenário apresentou uma natural piora na balança comercial, tendo em vista os efeitos da crise nos principais parceiros econômicos e a retração dos mercados para os produtos brasileiros. A redução no preço das exportações brasileiras (-13,4%) foi compensada, em parte, pela retração no preço das importações (-10,5%). O saldo de US\$ 24,9 bilhões em 2008 manteve-se praticamente estável em 2009, tendo atingido US\$ 25,3 bilhões, resultado de maior contração das importações do que das exportações. De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o déficit em transações correntes declinou, de US\$ 28,2 bilhões para US\$ 24,3 bilhões, entre 2008 e 2009. O investimento estrangeiro direto também recuou em 2009 de US\$ 45,1 bilhões para US\$ 25,9 bilhões, ante 2008, mas foi suficiente para cobrir o déficit na conta-corrente. Este resultado é parte do reconhecimento pelos investidores estrangeiros das condições saudáveis em nossa economia. As reservas internacionais mantiveram-se em níveis elevados, atingindo US\$ 239 bilhões em dezembro de 2009, contra US\$ 206,8 em dezembro de 2008.

A expansão dos mercados de capitais foi sustada pela crise, sendo que a desestabilização persistiu até meados do primeiro semestre do ano passado. Após encerrar o ano de 2008 num patamar de 37.550 pontos, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa) permaneceu no patamar de 65 mil pontos, em outubro de 2009. A capacidade de o País resistir à crise também teve como contraparte a sua elevação a "grau de investimento" pelas agências internacionais de rating, sendo que a partir do segundo semestre de 2009 o Brasil voltou a receber grandes entradas de capital.

No tocante às contas fiscais, a mencionada queda da dívida líquida do setor público, que estava em 40,5% antes da eclosão da crise, em agosto de 2008, atingiu em dezembro de 2009, 43% do PIB, valor este que deverá recuperar a trajetória de declínio na medida em que a economia consolidar a retomada do crescimento, em 2010.

Em suma, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica – estabilidade de preços, contas externas sólidas, gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista da administração dos mecanismos de financiamento, a economia brasileira demonstrou uma inegável capacidade de reação à gravidade da crise internacional e sustentação do ciclo de crescimento estruturado nos últimos anos.

O PAC, cujo principal objetivo é promover investimentos públicos, bem como privados, nas áreas de infraestrutura econômica e social, prossegue alavancando o crescimento e contribuindo para a superação dos principais entraves ao crescimento. O Programa avançou, em 2009, mesmo nas condições adversas da crise: foram ampliados os investimentos estruturantes, tendo aumentado em 58% o valor do pagamento em relação a 2008. Destaque para o setor de energia, no qual os pagamentos feitos pelas estatais e setor privado atingiram 72% do previsto para o período.

Outro programa de investimento fundamental para o País, o Pré-Sal, teve em 2009 a definição das propostas para o novo marco regulatório do setor. Nos próximos anos, o Brasil produzirá, somente no Pré-Sal já concedido, quase o mesmo volume produzido atualmente. A importância do Pré-Sal advém de vários fatores: permite uma mudança consistente no patamar de produção brasileira de petróleo, fazendo que o Brasil se torne um dos maiores produtores do mundo; possui grande capacidade de alavancar investimentos em diversos setores relacionados e proporcionar salto tecnológico da indústria nacional; e permite a criação de uma alta renda para a população, possibilitando investimentos públicos na esfera social e em infraestrutura.

Os programas sociais do Governo foram mantidos no decorrer de 2009, exemplificando o papel fundamental da inclusão social. O Programa Bolsa Família completou seis anos de existência, em outubro de 2009, com 12,4 milhões de famílias recebendo benefícios. Além do acompanhamento da frequência escolar de 14 milhões de alunos de 6 a 15 anos, o Programa ainda tem desdobramentos, como no projeto de inclusão bancária dos beneficiários do Programa Bolsa Família, iniciado em 2008, que visa a incentivar as famílias a abrir uma conta-corrente simplificada. Atualmente, 1,6 milhão de famílias recebem o benefício dessa forma, sendo a meta atingir quatro milhões de beneficiários.

Outro destaque dentre os programas sociais continua sendo o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), que é um conjunto de ações estratégicas para a ampliação do acesso e da qualidade da educação em todos os níveis, etapas e modalidades, da creche à pós-graduação. Conderando alguns dos resultados obtidos, temos hoje em funcionamento 557 polos da Universidade Aberta do Brasil e mais 163 em implementação, transferência de R\$ 5,1 bilhões no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), além de diversas outras iniciativas (Pró-Infância, Caminho da Escola, Proinfo, Brasil Alfabetizado) em andamento. A educação profissional e tecnológica continua se expandindo, tendo sido concluídos 100 unidades em 2009 e, com a conclusão das unidades previstas para 2010, o País passará de 140 escolas profissionalizantes em 2002 para 380 em 2010.

Outros programas específicos continuaram a progredir, como o Projovem, que concluiu a etapa de adesões de 2009 e na modalidade Projovem Urbano ofereceu mais 59 mil novas vagas. Até outubro de 2009, o Projovem Adolescente ofertou 510 mil vagas em todo o País. O Programa Mais Saúde ampliou sua cobertura aos brasileiros, alcançando um total de 234.767 agentes de saúde em 5.354 Municípios.

O sucesso das diversas medidas implementadas, visando à inclusão social e à diminuição das desigualdades, garantindo a rede de proteção social e, conseqüentemente, a sustentação da demanda interna, foi evidenciado nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (PNAD), realizada pelo IBGE. Verifica-se que nos últimos anos a renda dos mais pobres tem crescido acima da média da população, com queda nos índices de pobreza e de concentração de renda. A melhora na distribuição de renda é fruto de vários fatores e políticas, sendo parte fundamental da estratégia de desenvolvimento econômico para os próximos anos, centrada na expansão do mercado doméstico. A experiência do Brasil durante a referida crise confirmou a importância de políticas anticíclicas. Tais políticas puderam ser utilizadas porque o País dispunha de uma situação fiscal madura e reservas internacionais suficientes, capazes de proporcionar alternativas de política econômica ao Governo.

Além dessas alternativas, dispunha-se também de uma rede de proteção social preparada, capaz de ajudar a sustentação às políticas anticíclicas, bem como dos instrumentos tradicionais para implementar a política de desenvolvimento do Estado – bancos e instituições públicas de fomento –, que foram os condutores dessas políticas. Para 2010, considera-se que o ritmo dos investimentos se recupere completamente, de modo que o Governo possa ampliar ainda mais a execução das obras, reduzir gastos de custeio e implementar medidas de estímulo para manter a taxa de crescimento da economia num patamar de 5% ao ano, unindo crescimento, estabilidade macroeconômica e inclusão social.

As políticas sociais e econômicas implementadas ao longo dos últimos sete anos, a criação de um robusto mercado de consumo e a construção de sólidos indicadores macroeconômicos internos e externos, a inserção internacional soberana do País, a descoberta de novas reservas petrolíferas do Pré-Sal e a melhora da autoestima da população demonstram que, em 2010 e nos próximos anos, haverá a confiança na consolidação do desenvolvimento, com inclusão social.

## II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

### 1. Política de Desenvolvimento Produtivo

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) tem como objetivos principais promover a competitividade de longo prazo e consolidar a confiança na capacidade de crescimento da economia, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições de Governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado. A Coordenação Geral da PDP foi atribuída ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a função de Secretaria-Executiva à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao Ministério da Fazenda (MF).

Tendo em vista os objetivos principais da Política, foram estruturados quatro desafios a serem enfrentados pela PDP: i) ampliar a capacidade de oferta da economia brasileira em bases sustentáveis e competitivas, de modo a evitar a formação de gargalos e pressões inflacionárias; ii) elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras para ampliar sua competitividade no mercado doméstico e fortalecer sua inserção externa; iii) preservar a robustez do balanço de pagamentos, mantendo a trajetória de expansão e diversificação da pauta de exportação e criando condições favoráveis à atração de investimentos externos diretos; e iv) ampliar as condições de acesso a mercados para micro e pequenas empresas (MPEs), de modo a gerar efeitos competitivos e distributivos positivos, conjugados com iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas empresariais de maior porte, com padrão e governanças compatíveis com as melhores práticas internacionais. Dados esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas para a PDP: ampliar a participação da formação bruta de capital fixo no PIB, de 17,6%, em 2007, para 21%, em 2010; ampliar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, de 1,16%, em 2007, para 1,25%, em 2010; elevar a participação dos gastos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no PIB, de 0,52%, em 2007, para 0,65%, em 2010; e ampliar em 10% o número de MPEs exportadoras, até 2010.

Visando à construção da competitividade de longo prazo da economia brasileira, foram estruturados 32 programas para a PDP, divididos em 3 níveis: ações sistêmicas, destaques estratégicos e programas estruturantes para sistemas produtivos. As ações sistêmicas estão focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva. Os destaques estratégicos estão voltados a temas de política pública, escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo. Os programas estruturantes para sistemas produtivos referem-se a objetivos estratégicos que visam diversificar a estrutura produtiva doméstica, organizados em: i) programas mobilizadores em áreas estratégicas, que envolvem complexidade científico-tecnológica, como o complexo da saúde, o complexo da defesa, tecnologia da informação e comunicação (TIC), biotecnologia, energia nuclear e nanotecnologia; ii) programas para fortalecimento da competitividade, que enfatizam a expansão física e a internacionalização, bem como a liderança tecnológica, em que se incluem mineração, celulose e papel, setor aeronáutico, siderurgia, bioetanol, carnes, petróleo, gás e petroquímica; e iii) programas para consolidação e expansão da liderança, focados em setores com alto encadeamento na estrutura produtiva, alto potencial exportador e afetados por importação, mas com potencial competitivo, como o complexo automotivo, madeira e móveis, bens de capital, agroindústria, indústria naval e de cabotagem, construção civil, têxtil e confecções, complexo de serviços, couro e calçados, artefatos plásticos, higiene, perfumaria e cosméticos.



Em 2009, no âmbito dos trabalhos da PDP, em articulação com a iniciativa privada, foi feito o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo para outros três segmentos: eletroeletrônica de consumo, brinquedos e trigo. Ainda nesse ano, os esforços dos trabalhos da PDP foram concentrados na construção das Agendas de Ação e na manutenção da capacidade competitiva dos setores, com medidas mitigadoras da crise internacional e de indução do consumo, tendo em vista as previsões pessimistas nesse novo contexto, o que poderia comprometer o alcance das metas setoriais e os desafios dessa política.

**a) Desonerações Tributárias, Ampliação de Recursos para Financiamentos e Regulamentação de Processos para as Cadeias Produtivas**

Em 2009, o Governo adotou um conjunto de importantes medidas de estímulo ao investimento, principalmente no campo tributário, de financiamentos e regulamentação de processos. Por meio do BNDES, foram providos recursos ao setor industrial e de serviços, cabendo destacar as seguintes ações:

- criação do Programa de Sustentação do Investimento, com equalização das taxas de juros das operações para a aquisição de bens de capital, exportações e inovação, contratadas até 31 de dezembro de 2009;
- ampliação da lista de itens financiáveis pelo Cartão BNDES, com a inclusão de serviços de P,D&I (como extensão tecnológica, prototipagem, projeto de experimento e pedidos de registro de propriedade intelectual) e a possibilidade de financiar contrapartida de projetos de inovação na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) ou no próprio BNDES;
- criação do Programa BNDES Pró-Engenharia, para apoio a atividades de engenharia em diversos setores da economia, com orçamento de R\$ 4 bilhões; e
- constituição do Fundo Garantidor de Investimentos para MPes (BNDES/FGI), visando reduzir as dificuldades de acesso ao crédito por MPes.

No ano de 2008, o BNDES desembolsou para os sistemas produtivos abrangidos pela PDP um montante de R\$ 75,6 bilhões, 20% acima da meta de R\$ 62,5 bilhões, definida no lançamento da Política. Em 2009, a meta para desembolsos do Banco também foi alcançada. Era previsto um desembolso anual de R\$ 77 bilhões para os sistemas produtivos compreendidos pela PDP, tendo sido realizados R\$ 121,1 bilhões, em 2009. Para 2010, a meta para operações no âmbito da PDP é de R\$ 113 bilhões.

Dentre as medidas de caráter tributário, destaca-se a redução do prazo de apropriação dos créditos tributários gerados na aquisição de bens de capital relativos ao PIS/PASEP e à Cofins, de 24 para 12 meses, bem como a permissão da depreciação acelerada de máquinas e equipamentos utilizados na fabricação de bens de capital em 20% do tempo normal e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre um novo conjunto de bens de capital.

Em relação ao segmento de couro, calçados e artefatos, além do estabelecimento de medidas *antidumping* contra a importação de calçados chineses, destaca-se, ainda, o Programa de Promoção às Exportações de Calçados, desenvolvido pela Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil). Em 2010, os trabalhos da PDP para os setores intensivos

em mão de obra continuarão visando ao fortalecimento da competitividade das cadeias produtivas, inseridas ou não na PDP, por intermédio das atividades dos Fóruns de Competitividade e outras instâncias de articulação público-privada.

Dentre as ações da PDP para o Complexo Automotivo, que foram regulamentadas ou tiveram seus principais efeitos em 2009, destacam-se: i) o financiamento à engenharia automotiva, pelo BNDES, envolvendo investimento superior a R\$ 3,0 bilhões e financiamento da ordem de R\$ 1,8 bilhão; ii) a ampliação do prazo para pagamento do IPI incidente sobre as autopeças destinadas ao mercado de reposição, de decendial para mensal, para adequar o prazo de pagamento dos impostos ao prazo de recebimento; iii) a prorrogação de redução do IPI, com manutenção da alíquota de 3% para automóveis bicomustível (flex) de até mil cilindradas, até 31 de março de 2010; iv) a permissão à depreciação acelerada para as empresas fabricantes de veículos e de autopeças, calculada pela aplicação da taxa de depreciação usualmente admitida, multiplicada por 4, sem prejuízo da depreciação normal das máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, relacionados em regulamento, adquiridos entre 1º de maio de 2008 e 31 de dezembro de 2010, destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente; e v) a inclusão do setor automotivo na lista de bens elegíveis pelo Programa Proex Equalização, mecanismo de financiamento às exportações, para operações *intercompanies*.

Na indústria naval, com o objetivo de desonerar os estaleiros brasileiros de tributos sobre peças e materiais destinados à construção de novas embarcações, foi regulamentada a Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008. Os resultados foram a suspensão da cobrança do IPI, PIS e Cofins incidentes sobre peças e materiais destinados à construção de embarcações novas por estaleiros nacionais, registradas no Registro Especial Brasileiro para Embarcações (REB); e do PIS e Cofins na aquisição no mercado interno e na importação de combustível para embarcações de grande porte, que operem na navegação de cabotagem. Para estimular a indústria de navieças e aumentar o conteúdo nacional nos navios, foi lançado o Catálogo Eletrônico de Navieças, por meio de um convênio firmado entre a ABDI e a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP). Em 2010, uma das prioridades será a implementação da segunda fase do Catálogo de Navieças como instrumento para permitir a certificação de produtos navais.

No segmento agroindustrial, destaca-se a inclusão de produtos do agronegócio no *Drawback* Verde-Amarelo e *Drawback* Integrado, suspensão de IPI, PIS e Cofins sobre as aquisições no mercado interno ou sobre as importações de bens empregados na fabricação de produtos destinados à exportação. Em 2010, as ações se concentrarão nos quatro desafios propostos pela PDP ao Sistema Agroindustrial: melhoria da logística e infraestrutura; investimento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e capacitação; redução da assimetria das relações comerciais no agronegócio; e apoio à reestruturação e modernização industrial.

Para o segmento de plásticos, foi elaborada uma Agenda Tecnológica do Setor, com cinco ações de alto potencial transformador para a cadeia produtiva. Além disso, está em discussão com o Congresso Nacional a elaboração de um substitutivo do Projeto de Lei que visa à sustentabilidade da cadeia produtiva, em especial a produção de sacolas plásticas.

No segmento moveleiro, houve desoneração do IPI incidente sobre móveis de madeira, aço e plástico e placas de madeira usados na construção de móveis, cujas alíquotas passaram de 10% ou 5% para 0%, dependendo do material, até 31 de março de 2010. Em relação ao segmento de eletroeletrônica de consumo, o Governo aplicou medidas de desoneração tributária, visando estimular o setor de linha branca e manter empregos e competitividade diante da crise internacional, tais como a redução do IPI aos produtos dessa linha, até 31 de janeiro de 2010, cujo benefício passou a ser proporcional à eficiência energética do



eletrodoméstico. No caso de geladeiras, por exemplo, os produtos que possuem selo "A", que atesta menor consumo, a alíquota do IPI foi reduzida de 15% para 5%. E, no caso dos fogões com selo "A", o IPI caiu de 4% para 2%.

Com relação ao setor siderúrgico, as ações voltaram-se à implementação de uma política baseada em carvão vegetal, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa e da pressão sobre os biomas nativos, e à conclusão do Estudo Prospectivo do Setor Siderúrgico (EPSS), com recomendações estratégicas para a siderurgia do Brasil para o período 2010/2025. Em 2010, com base no Estudo Prospectivo, espera-se iniciar a elaboração da Agenda Tecnológica Setorial (ATS) da Siderurgia.

Além das diversas medidas de desoneração tributária implementadas em 2009, o mecanismo de desoneração do Imposto de Importação de bens de capital não produzidos no Brasil, o Ex-Tarifário, contemplou a análise de 1.946 pleitos, com redução da tarifa para 1.836 deles, e investimentos globais de US\$ 51.6 bilhões associados aos projetos desonerados. Dentre estes, destacam-se as obras de expansão do metrô de São Paulo, as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ambas no Estado de Rondônia, e a construção de novas usinas termelétricas na Região Nordeste.

A importância desse regime consiste em três pontos fundamentais: i) possibilitar o aumento da inovação tecnológica por parte de empresas de diferentes segmentos da economia, conforme preconizado na PDP; ii) garantir um nível de proteção à indústria nacional de bens de capital, uma vez que só é concedido para bens que não possuem produção nacional; e, iii) produzir efeitos multiplicadores de emprego e renda sobre segmentos diferenciados da economia nacional. Entre 2003 e 2009, foram aprovadas 8.273 concessões de ex-tarifários para importações de produtos cuja fabricação interna é inexistente. Os investimentos diretos em bens importados no período foram da ordem de US\$ 17,7 bilhões. Essas importações, em regra, são fundamentais para criar condições para que outros investimentos sejam realizados, tendo em vista que normalmente se referem a insumos ou a assessorias importantes para investimentos de maior porte. Os investimentos globais associados à concessão desses ex-tarifários no período são da ordem de US\$ 131 bilhões. Os principais segmentos produtivos aos quais foram concedidos os ex-tarifários e responsáveis pelos principais investimentos vinculados são os seguintes: automotivo, siderúrgico, de mineração, de autopeças, de bens de capital e de geração de energia.

#### Ex-Tarifário: Concessões e Investimentos de 2003 a 2009

	Investimento em Bens Importados (US\$)	Investimentos Globais Vinculados (US\$)	Pleitos Aprovados	Pleitos Analisados
2003	1.395.876.315	12.878.067.782	846	1.080
2004	510.259.060	3.523.393.599	452	1.131
2005	1.177.867.967	18.589.803.865	943	1.607
2006	1.620.330.981	13.106.216.196	1.192	1.596
2007	2.617.215.103	11.059.235.382	1.210	1.899
2008	5.102.536.604	20.381.420.339	1.794	2.564
2009*	5.313.685.273	51.588.129.947	1.836	1.946
<b>Total</b>	<b>17.737.771.303</b>	<b>131.126.267.110</b>	<b>8.273</b>	<b>11.823</b>

Fonte: CGBC/SDP/MDIC.

Importante, também, para a desoneração do investimento, por meio do mecanismo de Processo Produtivo Básico (PPB), foi a concessão de benefícios às empresas que cumprem etapas de produção para empreendimentos no Polo Industrial de Manaus e no restante do País, com os incentivos da Lei de Informática. Em 2009, foram publicadas 192 portarias de habilitação ao incentivo da Lei de Informática. E, no que tange à definição de PPB, foram editadas 80 portarias interministeriais de novos processos ou alteração de PPBs existentes, até meados de novembro de 2009.

#### **b) Inovação Tecnológica**

Conforme mencionado, a PDP define como uma de suas macrometas o aumento do investimento privado em inovação para 0,65% do PIB, até 2010. O Governo tem envidado esforços para apoiar o setor empresarial e os sistemas produtivos nacionais na ampliação de processos inovadores a serem postos à disposição dos mercados e dos consumidores, principalmente, agregando valor de alto conteúdo tecnológico aos produtos, processos e serviços gerados no Brasil. Estão sendo implementadas ações de difusão da cultura inovadora e da promoção da gestão da inovação, de novas tecnologias aplicadas, da oportunidade de negócios entre academia, investidores e empresários e, finalmente, da formação de capital humano voltado ao setor produtivo, ampliando as competências nacionais em inovação.

A inclusão da área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como estratégica faz premente a criação de um ambiente para a discussão ampla sobre a sistematização, formulação e avaliação de políticas públicas para esse segmento, com destaque para *software* e Serviços de Tecnologias da Informação. Destaca-se a criação do 1º Fórum Nacional de Competitividade da Cadeia de *software* e Serviços de Tecnologias da Informação, reunindo todos os representantes do setor. Por intermédio do Fórum, tem sido articulado o apoio à formação e qualificação de recursos humanos, mediante a aproximação empresa-escola em programas executados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Educação e Ciência e Tecnologia, cuja previsão, para 2010, é de qualificar 20 mil pessoas. Nesse aspecto, merecem relevo a criação de Projetos Setoriais Integrados de Exportação junto à APEX-Brasil e a estruturação do posicionamento estratégico da marca “Brasil IT”, por meio da contratação de consultoria global em posicionamento de marca (*Future Brand*) e construção dos pilares e estratégias de uso da marca no exterior, com o objetivo de colocar o Brasil como um dos principais players globais na oferta de *software* e serviços de TI.

O mercado *offshore* de *software* movimentará cerca de US\$ 110 bilhões, em 2010, e o Governo tem adotado mecanismos de benefícios para impulsionar as atividades do setor, por meio de uma série de desonerações tributárias focadas para a exportação, formação de recursos humanos e medidas infralegais que beneficiam a competitividade e as exportações de empresas sediadas no Brasil. O projeto Telecentros de Informação e Negócios tem os microempresários e empresários de pequeno porte como público-alvo e seu objetivo é não somente oferecer acesso à Internet, mas, principalmente, promover a cultura de inovação e de empreendedorismo. Do início da execução do até 2009, já são 1.275 Telecentros em operação em todo o País e 2.254 pedidos para instalação de novas unidades, aguardando equipamentos.

Em Biotecnologia (Biotec), foram apoiados 91 projetos no valor de R\$ 252 milhões, entre maio de 2008 e dezembro de 2009, e estão previstos mais 46 projetos, no montante de R\$ 107 milhões, até dezembro de 2010. Esses projetos promoveram o apoio ao desenvolvimento de novos bioprodutos para saúde, agricultura e indústria; o treinamento de mais de mil profissionais em biotecnologia e biossegurança; e o financiamento de sete centros de desenvolvimento da biotecnologia. No que diz respeito ao marco legal, há previsão de desenvolvimento de novas regras de acesso ao patrimônio genético e de repartição de benefício.

Na esfera internacional, o Governo participa, por intermédio do MDIC, do Grupo Interministerial de Biossegurança, no qual é discutida a negociação do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, em especial a adoção das regras de identificação de cargas e uma proposta de regime para responsabilização e compensação em casos de danos. No âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, o Governo tem atuado no sentido de evitar que se consolidem novas barreiras técnicas.

No exercício de 2009, foi lançado o Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, no âmbito das atribuições emanadas da PDP, como o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas para os setores de mercado, marco regulatório, formação de recursos humanos e cooperação internacional. Merece registro, também, o Acordo-Quadro de Cooperação do Brasil com a Comunidade Europeia, que promove e apoia a expansão e a diversificação das exportações das PMEs brasileiras, com ênfase em produtos de maior conteúdo tecnológico. As atividades realizadas em 2009 permitiram o apoio a 33 projetos, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultaram em ações voltadas à internacionalização de 654 PMEs. Houve também a aquisição de um equipamento de análise de resíduos tóxicos em alimentos, doado ao Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro, de Pedro Leopoldo/MG, e a aquisição de equipamentos de microscopia para um laboratório de biotecnologia, doados ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

#### c) Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Metrologia, normalização e qualidade industrial são fundamentais para incentivar o crescimento e a inovação tecnológica, promover a competitividade e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento científico e industrial do País. Cabe ao Governo, por meio do Inmetro, promover a harmonização das relações de consumo, garantir a qualidade e a segurança dos produtos e serviços ofertados no mercado, garantir confiabilidade às medições, elaborar regulamentos técnicos e desenvolver tecnologias para aumentar a produtividade, facilitar o comércio e melhorar a qualidade de vida do cidadão.

Em 2009, foram desenvolvidos, em ação conjunta com o *National Institute of Standards and Technology (NIST)*, dos Estados Unidos (EUA), quatro Materiais de Referência Certificados (MRC): dois de bioetanol (anidro e hidratado) e dois de biodiesel (biodiesel de soja e de gordura animal). Estes dois últimos representam praticamente 100% do biodiesel produzido no Brasil e nos EUA. O desenvolvimento de MRC é fator fundamental para a estratégia de tornar o biocombustível uma *commodity*, a ser comercializada no mercado internacional.

Objetivando prover a rastreabilidade e assegurar a confiabilidade nas medições de quantidade, volume, massa, velocidade e vazão de fluidos, estão sendo implantados dois novos laboratórios de certificação. A confiabilidade e aceitação dessas medições interessam à União, aos Estados e Municípios, e às empresas de indústria de petróleo e gás natural, uma vez que são mecanismos usados na definição dos valores dos *royalties* e de comercialização. Em 2009, foi criado o Programa Nacional de Metrologia Forense, que envolve várias ações de capacitação, pesquisa e acreditação de laboratórios forenses, e outro voltado à produção de material de referência para drogas ilícitas, possibilitando confiabilidade nos exames realizados para melhor identificá-las.

A atuação na área de saúde foi ampliada, com: i) o desenvolvimento de laboratórios acreditados no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade; ii) o desenvolvimento de programa para certificação de produtos de interesse à saúde; iii) a capacitação de técnicos na área de próteses, novos materiais, fármacos, equipamentos hospitalares; e iv) a acreditação de laboratórios. O Inmetro coordenou, também, os trabalhos de regulamentação brasileira de acessibilidade de pessoas com

deficiência ou mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros, tendo sido publicadas, em 2009, as principais normas e regulamentos técnicos dessa área. No momento, estão em operação 35 postos de ensaios em todo o território nacional, para verificações periódicas dos cronotacógrafos, equipamento obrigatório para veículos de transporte de passageiros e cargas, que monitora velocidade, tempo, parada e distância percorrida, contribui para aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas, reduzindo o índice de acidentes e preservando a vida dos cidadãos. Para viabilização da chamada Lei Seca, foi implantada nova metodologia de ensaio de etilômetros (gás seco), permitindo o pleno atendimento das demandas por verificação e aprovação de modelo.

Os investimentos realizados na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ-I) ao longo dos últimos anos redundaram no aumento considerável do número de instrumentos verificados e de produtos fiscalizados, na ampliação da abrangência geográfica da atuação dessa rede, com reflexos positivos na proteção ao consumidor, e na promoção da concorrência mais justa.

O *Reach (Registration, Evaluation, Authorisation and Restrictions of Chemicals)* é o novo regulamento para substâncias químicas da União Europeia, e tem por objetivo assegurar um elevado nível de proteção à saúde humana e ao ambiente, e garantir a livre circulação dessas substâncias, em prol da competitividade e da inovação. Dentre os trabalhos realizados, em 2009, foi editado um manual para a implementação do Reach e realizados eventos para disseminar informações às partes interessadas.

Em 2009, por intermédio de ação conjunta do Inmetro, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), MDIC e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), foi desenvolvido um conjunto de atividades e projetos de melhoria e inovação na gestão dos serviços públicos. O Inmetro desenvolveu um processo inovador e pioneiro de avaliação de desempenho individual no serviço público brasileiro, com a participação majoritária de avaliadores externos às instituições e com parcela significativa dos vencimentos vinculada ao resultado da avaliação, características estas que conferem transparência, impessoalidade e controle social ao processo.

Para 2010, serão priorizadas as seguintes ações nessa área: i) atendimento à segurança do consumidor brasileiro, em relação às instalações elétricas e minimização das perdas de energia, considerando que, por decisão do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), a partir de janeiro de 2010, plugues e tomadas de 3 pinos, tomadas fixas de 2 contatos e tomadas fixas e móveis de 3 contatos só poderão ser comercializadas por fabricantes e importadores, conforme padrão estabelecido na norma ABNT NBR 14136:2002; ii) construção da sede do Centro de Materiais Biológicos, que desempenhará papel importante na guarda de patentes envolvendo materiais biológicos, bem como servirá de repositório para coleções de cultura de diferentes tipos celulares, fundamentais para o desenvolvimento da biotecnologia no Brasil; iii) viabilização de um Programa Nacional de Capacitação de Peritos em Metrologia e Qualidade, na área de segurança pública; iv) elaboração do Regulamento Técnico Metrológico, para monitoramento na produção de bebidas, refrigerantes, álcool e biodiesel, estabelecendo os critérios para o controle dos Sistemas de Medição de Vazão (SMV), importante ferramenta de combate à sonegação fiscal; v) desenvolvimento de nova concepção do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, conduzido em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet); e vi) aperfeiçoamento do sistema de compras dos órgãos federais, por meio da definição e padronização de itens de grande consumo no serviço público, como computadores, outros equipamentos e materiais de informática, mobiliário, utensílios e materiais para escritório, e produtos de limpeza.

#### **d) Propriedade Industrial**

Com a modernização do País, a política para o sistema de propriedade industrial, sobretudo a partir de 2004, tem como foco o aumento da competitividade e a capacitação de recursos humanos, condições fundamentais para alavancar o desenvolvimento tecnológico e econômico brasileiro. O Governo, por intermédio do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), atingiu metas importantes na área de propriedade industrial, em 2009, dentre as quais se destacam: i) a consolidação do sistema de processamento de Marcas e a estruturação dos serviços de exame internacional de Patentes, no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT); ii) a contratação de escritórios de propriedade intelectual de oito países sul-americanos, para estabelecer uma plataforma cooperativa para o exame de marcas e patentes; iii) a contratação de novos examinadores e de pesquisadores seniores, que se dedicarão às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação; e iv) a ampla disseminação da importância da propriedade intelectual para instituições de pesquisa e empresas brasileiras de diferentes portes e setores de atividade.

Em agosto de 2009, foram iniciadas as operações do INPI como autoridade internacional no sistema instituído pelo PCT. As atividades de busca e exame internacional são oferecidas nos idiomas português, espanhol e inglês, de modo a beneficiar não apenas cidadãos e empresas brasileiras, mas também os cidadãos e empresas dos países em desenvolvimento da América Latina e da África. Foram estabelecidos sistemas que buscam acompanhar, em tempo real, as tarefas executadas pelo corpo técnico no exame de marcas e patentes e implantado o Sistema de Cadastramento Automático da Produção (Siscap), que permite monitorar e otimizar o desempenho das equipes que atuam nos diferentes campos tecnológicos.

Em relação ao acesso eletrônico aos serviços de patentes, foi implantado um projeto-piloto do sistema eletrônico de gestão de pedidos de patentes – e-Patentes – sobre a base da plataforma EPTOS, de propriedade do Escritório Europeu de Patentes. Na área de biotecnologia, foi desenvolvido e testado, em 2009, o sistema para processar sequências genéticas e, assim, tornar mais eficiente o depósito e exame de pedidos de patente.

No que se refere à promoção do uso estratégico da propriedade intelectual, no último exercício, revalidaram-se convênios já firmados com instituições estaduais de todo o País e aprofundaram-se os programas de trabalho de disseminação e fomento. Na área da defesa, por exemplo, trabalhou-se com o propósito de promover o acesso e a transferência de tecnologias para empresas brasileiras e a sua inserção no sistema internacional de geração e proteção de inovações de uso militar e dual, ou seja, tecnologia que pode ser utilizada para produzir ou melhorar bens ou serviços de uso civil ou militar.

Em termos de capacitação em propriedade intelectual, destacou-se o Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, com linhas de pesquisas que priorizam as áreas temáticas de propriedade intelectual no agronegócio; propriedade intelectual e patrimônio imaterial; propriedade intelectual nas MPes; gestão da propriedade intelectual nas empresas brasileiras; e inovação e informação tecnológica na indústria de base química. Com o objetivo de informar acerca dos depositantes mais expressivos e divulgar os títulos dos pedidos de patente publicados mundialmente em determinado período, foram publicados 16 Alertas Tecnológicos que selecionaram pedidos de patente sobre biodiesel, célula-tronco, célula a combustível, nanotecnologia, energia eólica e solar, nanobiotecnologia e para pessoas com deficiência. No que se refere a programas de computador, foi iniciada a emissão de certificados de registro relativos aos pedidos que foram depositados em 2008, de forma regular.

Dentre as ações previstas para 2010, serão realizados esforços para: melhorar o acesso do cidadão aos serviços prestados pelo INPI por meio eletrônico; examinar pedidos de marcas em até 12 meses contados da data de seu depósito; reduzir o prazo de exame de pedidos de patentes, a partir do depósito; implementar o piloto do sistema de gestão eletrônica de patentes – e-patentes –, que possibilitará aos examinadores de patentes poderem analisar os pedidos em formato digital e à sociedade poder realizar depósitos de pedidos de patentes pela Internet; criar um Banco de Dados de Contratos de Tecnologia Averbados, para tornar públicas, por meio de consulta pelo portal na Internet, informações, extratos e séries históricas relativas aos Certificados de Averbação de Contratos de Tecnologia; disponibilizar a busca *on-line* para pedidos e registros de programa de computador; desenvolver cursos de capacitação em propriedade intelectual, por meio da modalidade educação a distância; e disponibilizar, pela *web*, um Observatório de Propriedade Industrial, para viabilizar a interação direta entre o INPI e os diversos agentes do Sistema Nacional de Inovação.

#### e) Comércio Exterior

O fato de o Governo ter adotado a estratégia de divulgar constantemente os produtos brasileiros no exterior, especialmente nas viagens do Presidente da República e de seus ministros, contribuiu para difundir o Brasil como grande exportador. Dentre as iniciativas adotadas para ampliar o comércio exterior, estão desde ações de promoção comercial até medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operação de comércio exterior.

O ano de 2009 refletiu, principalmente ao longo dos primeiros meses, o impacto da crise financeira internacional, com intensa repercussão no comércio mundial. A abrupta interrupção do crédito às operações de comércio exterior e a retração expressiva e quase instantânea dos mercados sinalizaram que o desempenho do comércio exterior mundial, nesse ano, seria enormemente comprometido. Os resultados das exportações das principais nações do mundo confirmam essa expectativa. Em 2009, destacam-se as quedas ocorridas nas exportações da Rússia (-38,3%), Japão (-30,1%), México (-37,5%), Estados Unidos (-42,4%), Malásia (-7,6%), Coreia do Sul (-15,9%) e União Europeia (-25,8%). Frise-se que projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam um declínio de 25% das exportações mundiais, em 2009 sobre 2008.

No que diz respeito ao Brasil, o desempenho das suas relações de comércio com o exterior não se manteve imune a essa conjuntura desfavorável. A balança comercial do País, em 2009, assinalou exportações de US\$ 152,9 bilhões e importações de US\$ 127,6 bilhões, implicando saldo de US\$ 25,3 bilhões. Na comparação com igual período de 2008, houve queda de 22,7% nas exportações, de 26,2% nas importações e de 24,3% na corrente de comércio, enquanto o saldo comercial recuou 1,6%. Esses números mais recentes do comércio exterior brasileiro, apesar de evidenciarem uma interrupção momentânea na trajetória de crescimento expressivo das exportações, não inviabilizaram a manutenção da meta de expansão da participação nacional nas exportações mundiais fixada no âmbito da PDP. Note-se que as vendas externas do Brasil mais que triplicaram entre 2002 e 2008, ao passar de US\$ 60,4 bilhões para US\$ 197,9 bilhões, representando acréscimo de 228%, taxa acima da registrada no comércio mundial, que alcançou 150% no mesmo período comparativo. Isso fez com que a participação brasileira no comércio mundial avançasse de 0,96% para 1,25% neste intervalo de tempo.

Em 2009, a pauta das exportações brasileiras foi composta por 57,2% de produtos industrializados (43,7% de manufaturados e 13,5% de semimanufaturados) e 40,7% de produtos básicos. Relativamente a idêntico período de 2008, as vendas de bens



manufaturados recuaram 27,3% (de US\$ 92,6 bilhões para US\$ 66,50 bilhões); as de semimanufaturados, 23,4% (de US\$ 27 bilhões para US\$ 20,5 bilhões); e as de produtos básicos, 14,1% (de US\$ 73 bilhões para US\$ 61,9 bilhões). Em virtude da menor queda nas exportações de produtos básicos, essa categoria ganhou participação na pauta. A sustentação relativa da demanda mundial por produtos inseridos nessa categoria (*commodities*) e a sua menor suscetibilidade a efeitos de uma valorização cambial ajudam a explicar essa situação. Por seu lado, verifica-se que os efeitos da redução da demanda mundial afetaram mais fortemente o desempenho de bens industrializados, setor mais sensível a variações de emprego e renda.

Evolução do Comércio Exterior Brasileiro – Período 2006-2009

Indicadores	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (US\$ bilhões)	1.072,00	1.295,50	1.569,40	1.268,5 (**)
Exportações Brasileiras (US\$ bilhões)	137,50	160,60	197,90	152,25
Exportações de Manufaturados (US\$ bilhões)	75,02	83,94	92,68	66,59
Importações Brasileiras (US\$ bilhões)	91,40	120,60	173,20	127,63
Corrente de Comércio (US\$ bilhões)	229,15	281,26	371,13	279,8
Exportações Mundiais (US\$ bilhões)	11.887,00	13.619,00	15.773,70	11.919,80 (**)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	54,56	52,27	46,83	43,7
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,15	1,17	1,25	N.D.
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	21,35	21,71	23,65	N.D.

(\*\*) Previsão para 2009.

N.D. – Não disponível.

Fonte: SECEX/MDIC, SRF/ME, BACEN/ME, FMI e OMC.

A desconcentração dos destinos das exportações brasileiras, também, pode ser verificada quando se analisa a participação do valor das exportações brasileiras por blocos econômicos, o que mostra uma contínua desconcentração de destinos entre 2003 e dezembro de 2009, diminuindo a vulnerabilidade externa das exportações brasileiras, tendo em vista que houve ampliação dos principais países compradores dos produtos nacionais. Dentre os mercados de destino das exportações brasileiras, o bloco asiático foi o único a apresentar expansão das vendas, assumindo a liderança entre as principais regiões. De janeiro a dezembro de 2009, as exportações brasileiras à Ásia alcançaram US\$ 39,18 bilhões, representando 25,7% do total exportado. Em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante atingiu US\$ 37,44 bilhões, verificou-se aumento de 5,9%. As vendas à China, que passaram de US\$ 16,4 bilhões para US\$ 20,19 bilhões (aumento de 23,1%), foram determinantes para o desempenho positivo em relação a esse bloco. Por sua vez, a queda mais substancial registrou-se nas exportações aos Estados Unidos, que recuaram de US\$ 27,42 bilhões para US\$ 15,60 bilhões (queda de 43,1%). Os demais decréscimos foram assinalados nas vendas à Europa Oriental (-38,6%), à América Latina e ao Caribe (-31,1%), à União Europeia (-25,8%), à África (-13,5%) e ao Oriente Médio (-5,1%).

Tomando por base o conjunto dos países, o mercado das exportações brasileiras apresenta como principais destinos: China (participação de 13,1% do valor global das exportações), Estados Unidos (10,3%), Argentina (7,9%), Países Baixos (5,4%),

Alemanha (4,1%), Japão (2,8%), Reino Unido (2,5%), Venezuela (2,4%), Bélgica (2,1%) e Índia (2,3%). Os principais destaques nos desempenhos desses mercados foram o fato de a China superar os Estados Unidos e a Argentina, e o crescimento expressivo registrado nas vendas à Índia (209,8%), por conta da exportação de açúcar.

No tocante às importações, sob a ótica de categoria de uso dos produtos, as aquisições de matérias-primas e produtos intermediários lideram a pauta (participação de 46,8% sobre o total das compras), seguido por bens de capital (23,3%), bens de consumo (16,8%) e combustíveis e lubrificantes (13,1%). Comparando os períodos de janeiro-dezembro 2009/08, as seguintes categorias apresentaram quedas nas compras: combustíveis e lubrificantes (-46,1%), matérias-primas e produtos intermediários (-27,3%), bens de capital (-16,4%) e bens de consumo (-3,4%).

De acordo com os mercados de origem, as quedas das importações brasileiras foram generalizadas de janeiro a dezembro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior: Europa Oriental (-60,1%), Oriente Médio (-49%), África (-45,7%), Ásia (-22,4%), América Latina e Caribe (-19,3%), União Europeia (-18,3%) e Estados Unidos (-20,9%). As quedas que ocorreram nas aquisições oriundas do Oriente Médio e África são consequência da redução dos preços de petróleo, enquanto as decorrentes das oriundas da Europa Oriental resultaram das menores compras de adubos e fertilizantes, e de combustíveis.

É importante assinalar que as principais economias já demonstram sinais de superação da etapa mais aguda da crise, cuja retomada deverá repercutir positivamente no desempenho do comércio mundial. A expectativa é de que o ambiente de recuperação das economias possibilite a retomada gradual das exportações brasileiras, o que já vem sendo observado a partir do segundo semestre de 2009.

Integra, também, a política de comércio exterior do Governo o contínuo apoio às negociações internacionais de acordos comerciais, em temas como acesso a mercados de bens agrícolas e não-agrícolas, regimes de origem preferencial e não-preferencial, compras governamentais, defesa da concorrência e solução de controvérsias. As principais metas para 2010, em relação às negociações internacionais, são o aprofundamento dos Acordos de Complementação Econômica com a Colômbia, Equador, Venezuela e Peru, em virtude dos Tratados de Livre Comércio celebrados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos, e a negociação e conclusão do Acordo de Livre Comércio Brasil/México.

Para estimular a maior participação e engajamento dos empreendedores no comércio internacional, em 2009, foram promovidos oito Encontros de Comércio Exterior (Encomex) em Goiânia/GO, Belém/PA, Vitória/ES, Fortaleza/CE, Foz do Iguaçu/PR, São Paulo/SP, João Pessoa/PB e São José do Rio Preto/SP, mobilizando 8.447 potenciais exportadores de 2.915 empresas. Está prevista a realização de cinco encontros no ano de 2010.

As aplicações de medidas de defesa comercial são instrumentos de Estado para compensar distorções causadas aos produtores nacionais, quando ocorre a entrada de produtos no mercado brasileiro a preços anticompetitivos, o que causa desestruturação do parque industrial interno, além de dificuldades futuras de exportação. As investigações que autorizam a aplicação de medidas de defesa comercial utilizadas pelo Brasil são as seguintes: Direitos *Antidumping*, Medidas de Salvaguarda e Subsídios, e Medidas Compensatórias, reconhecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em relação à Defesa Comercial, foram iniciadas 18 investigações *antidumping* e encerradas 28, das quais 20 com a aplicação de medidas de defesa comercial. Foi iniciada a revisão da salvaguarda aplicada sobre as importações de cocos secos e encerrada, sem a aplicação de medidas, a investigação



de salvaguardas sobre as importações de mídias óticas. Ao final de dezembro, estavam em curso 19 investigações *antidumping*, uma das quais com aplicação de medida de defesa comercial provisória e uma investigação de salvaguardas. No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 22 setores cujas exportações foram alvo de investigações relativas a *dumping* e salvaguardas em terceiros países.

Dentre os segmentos que foram beneficiados com direitos *antidumping*, vale destacar o de calçados, cujo direito de uma sobretaxa de US\$ 12,47 foi estabelecido, em 9 de setembro de 2009, a cada par de sapatos importados da China, tendo em vista que, entre 2003 e 2007, as importações de calçados chineses para o Brasil aumentaram em 549%, enquanto a produção nacional reduziu em 28%. Além das tradicionais ações de investigação e de apoio ao exportador, em 2010, será consolidada a atividade de defesa à indústria, a fim de fornecer adequado suporte à indústria doméstica em face das práticas desleais de comércio de terceiros países que não envolvam necessariamente a aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior, destacam-se: i) o Portal do Exportador, que recebeu 866.866 acessos, de janeiro a dezembro de 2009, confirmando ser um importante instrumento de apoio ao setor exportador ou para aqueles que pretendem se iniciar em comércio exterior; ii) o Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu 2.241 consultas, em 2009, com tempo médio de resposta de 2 dias; iii) o site Vitrine do Exportador recebeu em média 300 acessos por dia. Fazem parte do Vitrine Exportador mais de 22 mil empresas exportadoras; iv) o Sistema Aliceweb, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, que alcançou o número de 161.012 usuários, com 2.063.481 visitas, em 2009; e v) o Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, contribuindo para democratizar as informações de comércio exterior, teve média mensal de 22.606 acessos, em 2009, com 53.064 usuários cadastrados.

Nas ações relativas ao desenvolvimento e melhoria dos sistemas informatizados de operações de comércio exterior, os avanços também foram significativos. A entrada no ambiente de produção do sistema *Drawback* Integrado, em maio de 2009, representou a continuidade da modernização desse importante mecanismo de incentivo às exportações brasileiras, já que o regime passou a permitir que as empresas nacionais usufruam, também, da suspensão de tributos nas compras no mercado interno de insumos a serem exportados após processo de industrialização. Como ilustração, registra-se que, no ano de 2009, dos cerca de R\$ 152,2 bilhões do montante exportado pelo Brasil, aproximadamente R\$ 37,6 bilhões (24,7%) foram exportados ao amparo do regime de *Drawback*. Com a flexibilização das regras do regime, espera-se que, em 2010, a participação do *Drawback* nas exportações brasileiras aumente significativamente.

No primeiro semestre de 2010, será lançado o Siscomex Exportação Web, apresentando todas as funcionalidades do sistema atual de exportação e diversas inovações, tais como: desenvolvimento em plataforma web, acesso via Internet, transmissão de registros e anuência por lotes, interface amigável, fácil navegação, melhor visualização, filtros de anuência automática e diagnóstica prévio.

Há que se registrar, também, que, no âmbito do projeto Primeira Exportação, foram acompanhadas 60 empresas, das quais nove já exportaram e outras estão em fase de negociação com o exterior; o total de exportações brasileiras alavancadas pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex), considerando as duas modalidades, Financiamento e Equalização, foi de cerca de US\$ 4 bilhões. Desse total, cerca de 63% do montante desembolsado no decorrer de 2009 foi destinado às micro, pequenas e médias empresas, e o restante destinado a empresas de maior porte, dentre elas a Embraer, para a venda de

aeronaves brasileiras ao exterior. O Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação contra riscos comerciais e políticos e extraordinários, garantiu, até outubro de 2009, exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US\$ 13,1 bilhões, representando crescimento de aproximadamente 50% em relação ao mesmo período de 2008. Os principais setores beneficiados com a cobertura do FGE foram Energia Elétrica, Transporte Metroviário, Petróleo e Gás, Transporte Automotivo de Passageiros e Transporte Aéreo e Administração Pública.

O Banco do Brasil oferece diversificado portfólio de produtos, serviços e programas para o segmento de comércio exterior. Sua atuação é potencializada por uma representativa rede de atendimento interna e externa. No País, são mais de 17 mil pontos de atendimento e 18 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior. No exterior, são 45 dependências em 23 países. Em 2009, o Banco do Brasil negociou US\$ 447,1 bilhões em câmbio de exportação, com participação média, no período, de 31,4%. As operações contratadas por meio da Internet (*on-line*) – câmbio pronto e financiamento à exportação na modalidade ACC/ACE – acumularam US\$ 2,3 bilhões e 81.679 operações, nesse período. Os desembolsos de pré-pagamento de exportação totalizaram US\$ 3,1 bilhões. Por meio do Proex, foram atendidas 400 empresas, realizadas 1.509 operações e desembolsados US\$ 278,3 milhões na modalidade financiamento. Na modalidade equalização, foram emitidos US\$ 158 milhões. Os desembolsos de BNDES-Exim somaram US\$ 1,8 bilhão. Em câmbio de importação foram US\$ 34,4 bilhões contratados, com participação média de mercado, no período, de 24,7%. As operações de financiamento à importação somaram US\$ 4 bilhões e as contratações *on-line* – câmbio pronto de importação – acumularam US\$ 1,4 bilhão, em 50.270 operações.

As Jornadas de Comércio Exterior – uma iniciativa desenhada para impulsionar a inserção de micro e pequenas empresas brasileiras no mercado internacional – já capacitaram 1.500 empresários que atuavam ou que pretendem ingressar no comércio exterior. Durante os 16 seminários, foram disseminadas informações sobre o Proex, o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e as soluções eletrônicas desenvolvidas especificamente para o segmento de câmbio e comércio exterior – com destaque para o Brasil WebTrade.

#### f) Micro, Pequenas e Médias Empresas, Arranjos Produtivos Locais e Artesanato Brasileiro

Os principais resultados das políticas setoriais do Governo para micro, pequenas e médias empresas, em 2009, refletem as diretrizes introduzidas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, que criou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituindo o tratamento diferenciado e favorecido a essas empresas. Cabe destacar que as micro e pequenas empresas (MPEs) fazem parte da PDP como destaque estratégico. A agenda de ação das MPEs foi aprovada pelo Comitê Executivo da PDP e chancelada pelo Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP), e está estruturada em 4 desafios: regulamentar e implementar a Lei Geral das MPEs; aumentar a participação das MPEs nos mercados interno e externo; melhorar a gestão e ampliar a capacidade de inovação das MPEs; e incentivar o associativismo e cooperativismo. Em face do contexto de crise econômica internacional e de seus impactos sobre a atividade produtiva, promoveu-se a atualização e priorização de atividades. A consolidação de novos instrumentos de ação, em consonância aos incentivos fiscais e monetários adotados pelo Governo, possibilitou o combate em curto prazo aos efeitos adversos decorrentes da citada crise.

O Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é a instância responsável pelas questões não-tributárias relativas ao aprimoramento do tratamento diferenciado e privilegiado que deve ser dispensado às MPEs. Em 2009, foram

instalados Fóruns Regionais em 14 Unidades da Federação, constituindo espaços de interlocução entre atores públicos e privados envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas para o segmento. Em 2010, dar-se-á continuidade à implantação dos Fóruns, para melhorar a representatividade do setor e promover a disseminação da Lei nos Estados e Municípios.

Destaca-se a edição da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, convertida na Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que permite a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Foram criados o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), cuja finalidade é garantir o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, e o Fundo Garantidor de Operações (FGO), atuando na cobertura de linhas para capital de giro com taxas 30% menores do que as praticadas no mercado. Desde o lançamento do FGO, em agosto de 2009, foram realizados 22 mil empréstimos.

Está em curso a regulamentação do disposto no art. 65, inciso II, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006, que trata da redução a zero da alíquota do IPI, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre equipamentos, máquinas, acessórios e peças adquiridas por microempresas (MEs) e empresa de pequeno porte (EPPs) que atuem no setor de inovação tecnológica, bem como a implementação do Custo Efetivo Total (CET) para pessoas jurídicas, principalmente às MEs e EPPs, visando ampliar a competitividade e o fortalecimento da estrutura patrimonial das MPEs.

Foram estimuladas, também em 2009, iniciativas para ampliação da participação de MPEs em pregões e licitações públicas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, possibilitando, inclusive, acesso às linhas de crédito para esse serviço. No âmbito dessas medidas, o Banco do Brasil aplicou R\$ 694 milhões em mais de 37 mil MPEs participantes de licitações públicas. No tocante às ações do Banco do Brasil voltadas às MPEs, cabe destacar, também, as seguintes linhas: i) Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Investimento), no qual, em outubro de 2009, havia 98,9 mil operações, totalizando R\$ 4,7 bilhões de recursos aplicados. Para 2010, o Banco pretende ampliar a oferta em crédito para investimentos, a exemplo do lançamento da linha BB Crédito Empresa, que objetiva simplificar e agilizar a disponibilização de financiamentos às micro e pequenas empresas; ii) Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Capital de Giro), cuja aplicação de recursos em capital de giro, para micro e pequenas empresas, em outubro de 2009, atingiu R\$ 36,9 bilhões, com um incremento de R\$ 6,3 bilhões nos últimos 12 meses (equivalente a 20,4%); e iii) BB Giro Rápido, que é um financiamento de capital de giro das micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual até R\$ 2,4 milhões, que, em 2009, passou a ser operacionalizado com *funding* integralmente constituído de recursos de conta própria do Banco do Brasil, com prazo de pagamento ampliado de 18 para 24 meses e redução de encargos financeiros, além de admitir a vinculação de garantia do FGO. Na linha de crédito Recebíveis Cartão a Realizar, que permite a antecipação de vendas futuras com cartões de crédito às empresas do segmento comercial e de prestação de serviços, o prazo de pagamento foi ampliado de 12 para até 24 meses e incluída a concessão de carência de até 90 dias para pagamento da primeira parcela. Para 2010, pretende-se ampliar a oferta em crédito para o segmento de micro e pequenas empresas, com o lançamento de linhas de crédito, a exemplo do BB Giro Recebíveis, que alia a praticidade das linhas de crédito rotativo aos encargos financeiros reduzidos, em função da vinculação de garantia de recebíveis, além da extensão da aceitação da garantia do FGO a outras linhas de crédito.

Por seu turno, o Banco da Amazônia tem priorizado a concessão de financiamentos às atividades produtivas do setor industrial, em especial às microempresas e empresas de pequeno porte. Em 2009, 83% das operações contratadas no setor industrial foram

voltadas para o apoio às MPes, envolvendo recursos no montante de R\$ 213,6 milhões. Ainda no ano passado, deu-se continuidade à implementação do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas. Esse Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Mercosul, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região. As ações de capacitação do empresariado de MPes alcançaram, em 2009, aproximadamente 2 mil empresários/gestores públicos, mediante parcerias com 420 gestores públicos em compras governamentais, com 171 empresários capacitados em gestão empreendedora em Curso-Piloto de Extensão realizado pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico da UnB (CDT/UnB), em 10 Unidades da Federação. Será priorizada, em 2010, a promoção de capacitação em gestão, inovação, crédito e compras governamentais, por meio do estabelecimento de parcerias com entidades de renomado conhecimento técnico e gerencial, atuantes junto ao segmento de MPes.

Arranjo Produtivo Local (APL) é a concentração de agentes (instituições e empreendimentos – empresas, cooperativas e associações urbanas, profissionais liberais e empreendedores informais) localizados em um mesmo território, operando em atividades produtivas correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social. Dentre as medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo em APLs, realizadas em 2009, é relevante destacar as seguintes: i) no âmbito do Fundo Social do BNDES, foram promovidos *roadshows* para garantir recursos a projetos coletivos não-reembolsáveis em APLs; ii) o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), que é um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos, visando incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural de APLs, passou a operar com sete Núcleos Operacionais, sendo que a projeção é colocar em operação mais 4 Núcleos, em 2010; iii) em relação à promoção comercial, foram finalizados o Projeto de Promoção Comercial do APL moveleiro de Bento Gonçalves/RS, que beneficiou aproximadamente 300 empresas em 72 Municípios, e os Projetos de Promoção Comercial para os APLs de Confecção de Moda Feminina de Goiânia/GO, de Couro e Calçados de Goiânia e Goianira/GO, de Quartzito de Pirenópolis/GO e de Lácteos de São Luís de Montes Belos/GO, com a realização de ações diretas para 102 empresas; iv) a realização da 4ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com cerca de 900 participantes de todo o País e do exterior, e de 130 palestrantes, debatedores e autoridades; e v) a realização de estudo sobre Indicadores de Desenvolvimento de Aglomerados Produtivos Locais, para que, em seguida, seja implantado um Sistema de Gerenciamento de Ações e Monitoramento de Indicadores.

Desde 2005, o Governo, por intermédio do Banco do Brasil, desenvolve ações de apoio aos APLs. Atualmente, são apoiados 182 APLs, envolvendo mais de 15,5 mil empreendimentos, em 689 Municípios, apresentando R\$ 1,2 bilhão de crédito aplicado, por meio da linha do BB Giro APL – crédito para capital de giro com condições diferenciadas e favorecidas.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a implementação do Microempreendedor Individual (MEI), figura jurídica criada pela Lei Complementar nº 128, de 2008. A partir de 1º de julho do ano passado, o trabalhador autônomo que atua na economia informal e fatura até R\$ 36 mil por ano passou a poder registrar-se como Microempreendedor Individual, o que lhe proporciona vantagens como créditos bancários, participação em compras governamentais e benefícios, como auxílio-doença, auxílio-maternidade e aposentadoria. A formalização do MEI se dá por meio da Internet, no sítio eletrônico Portal do Empreendedor, disponível em 8 Estados e no Distrito Federal. Foram aproximadamente 2,3 milhões de visitas ao Portal desde seu lançamento e mais de 80 mil pessoas já se formalizaram. Em 2010, com a implementação do novo sistema informatizado do MEI, será possível tornar o procedimento mais simples e desburocratizado. A expectativa é de que cerca de um milhão de empreendedores individuais faça a sua formalização pela Internet.

O Plano Nacional de Capacitação para o Setor Artesanal (PNC) contempla a capacitação de coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor artesanal, com o objetivo de formar e ampliar o capital intelectual nas áreas de maior concentração da produção artesanal. Em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Fundação Universidade de Brasília, foram realizados cursos-pilotos nos Estados da Bahia e Mato Grosso e no Distrito Federal. Como estratégia de aproximação dos artesãos com o mercado consumidor, foram realizadas sete feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, nos quais os artesãos venderam 160.460 peças e faturaram R\$ 3,1 milhões. Em 2010, serão articuladas iniciativas para: aprimorar e disseminar o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), que reúne em único ambiente dados dos artesãos e de suas organizações de todo o País; regulamentar a legislação específica para o setor, mediante disponibilização da base conceitual do artesanato; capacitar coordenadores, técnicos, multiplicadores, artesãos e lideranças do setor, visando formar e ampliar o capital intelectual nas áreas de maior concentração da produção artesanal; e continuar apoiando a realização de feiras e eventos voltados para o segmento, ampliando as oportunidades de comercialização dos produtos artesanais.

#### g) Comércio e Serviços

No que tange às políticas de comércio e serviços, está em elaboração a Política Nacional de Comércio e Serviços (PNCS), com o objetivo de promover condições para que o setor de comércio e serviços realize todo o seu potencial de geração de empregos e riquezas, de modo a contribuir para o crescimento da economia brasileira. Para tanto, a PNCS terá uma estrutura de governança capaz de potencializar e integrar as ações governamentais e aumentar os níveis de eficiência econômica e de efetividade das políticas públicas relacionadas ao setor. A estrutura terá as seguintes dimensões: Crédito e Financiamento; Marco Regulatório e Desburocratização; Tributos; Trabalho e Emprego; Estatística e Sistematização de Informações; Internacionalização de Empresas; Empreendedorismo/Micro e Pequenas Empresas; Capacitação; Inovação e Responsabilidade Socioambiental; Franquias; e Comércio Eletrônico.

Merece destaque, também, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (Siscoserv), com o intuito de dotar o Brasil de informações fiscais e comerciais, e de estatísticas tempestivas e desagregadas em comércio exterior, bem como permitir a elaboração da Balança Comercial em Serviços, com o desenvolvimento de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) para esse setor. O Sistema contribuirá para o aprimoramento dos meios para as atividades de fiscalização e de formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas, interligando diversas ações de Governo. Os principais resultados do Siscoserv serão os seguintes: registro das operações de exportações e importações de serviços; aferição e monitoramento da eficácia das políticas públicas voltadas para o setor de serviços; geração de estatísticas desagregadas e atualizadas de comércio exterior de serviços; e divulgação periódica da Balança de Comércio e Serviços.

Dentre as demais realizações de 2009, concernentes ao Complexo de Serviços, no âmbito da PDP, destacam-se: a conclusão da elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (NBS) e respectivas Notas Explicativas (NEBS); a ampliação da disponibilização de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para as empresas exportadoras de serviços; a revisão da alçada do Banco do Brasil, que passará a aprovar operações de financiamento de até US\$ 10 milhões para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação



e audiovisual; a criação de nova linha do Proex, de financiamento à produção exportável para o setor de serviços; e a realização de Encontros Regionais de Exportação de Serviços (*software* e TI), para divulgação dos mecanismos públicos disponíveis de apoio ao comércio exterior de serviços.

#### **h) Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios**

O Portal do Empreendedor configura a primeira etapa da concretização da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que consiste em um ambiente unificado capaz de promover a simplificação, desburocratização e racionalização de processos em prol da melhoria do ambiente de negócios das empresas. O principal componente da Redesim é o Cadastro Nacional de Empresas (CNE), que reúne dados de mais de 16 milhões de sociedades nacionais e estrangeiras situadas no País, possibilitando a pesquisa de informações concernentes a sócios e administradores, capital social, endereços, histórico de atos arquivados, filiais, livros mercantis, nomes empresariais e naturezas jurídicas anteriores, dentre outras. O CNE contém informações que permitem identificar vocações regionais, bolsões de pobreza, taxa de mortalidade de empresas, tendências de mercado e outros dados importantes para subsidiar a formulação de políticas públicas e o planejamento das empresas.

Ainda no âmbito da Redesim, o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (Gerimagem), utilizado por 17 Juntas Comerciais, permite a visualização dos documentos necessários ao processo de abertura, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas. Até outubro de 2009, foi registrado um crescimento da abertura de empresas de 7,8% em relação a 2008, com a constituição de mais de 540 mil novas empresas, preparando o Brasil para um novo ciclo crescimento econômico. Com a certificação digital, que é uma das etapas do Rede, a segunda versão do Gerimagem será ainda mais segura. Seguindo essa linha, para 2010, as Juntas Comerciais farão toda a comunicação do registro mercantil via Internet. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) já foi testado e estima-se que, neste ano, sejam transmitidos cerca de 600 mil livros digitais. Além disso, por meio da estratégia de conquista de mercados e focalização, espera-se diversificar e ampliar a participação do País no comércio mundial de serviços, incrementando ainda mais a base das exportações brasileiras.

#### **i) Polo Industrial de Manaus e Centro de Biotecnologia da Amazônia**

O Governo, por intermédio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), contribui para a ampliação da produção econômica da Região Amazônica, por meio de uma política de desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda, e atração de capital e tecnologia, expandindo o dinamismo econômico do Polo Industrial de Manaus (PIM), gerando resultados significativos para a região, em consonância com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A Zona Franca de Manaus (ZFM) compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O Polo Industrial de Manaus é considerado a base de sustentação da ZFM e possui mais de 450 indústrias de alta tecnologia, nas áreas de eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática e indústria química, que geram mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos. O polo agropecuário abriga diversos projetos, dentre os quais se destacam aqueles voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo e beneficiamento de madeira.

Visando o aumento da taxa de investimento da economia local, foram aprovados 221 projetos industriais e de serviços até novembro de 2009, dos quais 81 se referem a novos projetos de implantação e 140 são concernentes a projetos já existentes de diversificação, ampliação e atualização. A execução desses projetos poderá proporcionar geração de 10.028 novos postos de trabalho, investimentos equivalentes a US\$ 2,20 bilhões e exportações num montante de US\$ 324 milhões. Em novembro de 2009, o PIM abrigava 501 unidades fabris e 2.014 projetos em acompanhamento, perfazendo investimentos de US\$ 7,74 bilhões que geram 92 mil empregos diretos, 400 mil empregos indiretos e R\$ 7,95 bilhões em arrecadação de tributos federais e R\$ 12,89 bilhões de tributos totais arrecadados. As vendas da produção do PIM para o mercado interno representaram um faturamento de US\$ 23,42 bilhões, com destaque à comercialização de motocicletas, televisores, telefones celulares, CDs (*compact disc*) e computadores.

Em sua política de inserção internacional dos produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus e Amazônia Ocidental, o Governo planeja, por intermédio da Suframa, em 2010, potencializar as Áreas de Livre Comércio na busca do desenvolvimento integrado de sua área de atuação, por meio do incentivo de políticas de valorização e aperfeiçoamento do capital intelectual e do empreendedorismo. Ressalte-se que as empresas exportadoras que atuam na região amazônica recebem tratamento diferenciado pelo Banco da Amazônia, que proporciona liquidez às suas operações, por meio dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Essas empresas contam com limites de financiamento mais elevados em relação aos demais segmentos dos setores não-rurais, relativamente à aquisição de matérias-primas, insumos, bens ou produtos para a formação ou manutenção de estoque.

No apoio a investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento voltados para a PDP, a Suframa participa da gestão dos recursos procedentes da Lei de Informática. Até novembro de 2009, a Superintendência acompanhou 150 projetos de investimentos aplicados em P&D, equivalentes a R\$ 253,49 milhões, alocados, sobretudo, nos setores de eletroeletrônica e informática e na produção da agroindústria, da biotecnologia e de veículos de duas rodas.

Para incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) desenvolve produtos e processos na área de biotecnologia, permite o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa e assegura a prestação de serviços altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região. O CBA, única instituição do Estado do Amazonas que obteve o credenciamento pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, para ser fiel depositário de amostras de componente do patrimônio genético, obteve como principais resultados, em 2009, a realização de 1.575 análises na prestação de serviços tecnológicos a entidades e firmas de pesquisa, e o desenvolvimento de seis projetos nas áreas de bioterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais. Em 2010, continuarão a ser implementados os trabalhos de institucionalização do CBA. Também no campo tecnológico, o Banco da Amazônia apoia financeiramente, desde 1999, iniciativas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica da região, com recursos do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e do seu próprio orçamento. Hoje, o Banco é parceiro de 54 instituições e universidades sediadas na região, envolvendo 365 projetos de pesquisa e recursos de cerca de R\$ 24,9 milhões.

## 2. Agronegócio

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à



população e a geração de excedentes para o mercado externo. Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no Sul do País, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas. Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do País, em 2009, essa participação se aproximou de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio. O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural, e para o apoio à comercialização. Além disso, houve medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária e condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural. A melhoria da tecnologia aplicada nos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por um grande número de países deverá proporcionar o paulatino reaquecimento do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China se transformou no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é de que a demanda chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que teve as portas abertas ao Brasil recentemente. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, aquele país se tornou o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos. Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro passa a ser cada vez mais dependente, também, de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

#### a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

##### a.1) Crédito Rural

Apoiar de forma mais incisiva o médio produtor, a agricultura sustentável e o cooperativismo – essas são as metas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010. Considerando a agricultura empresarial e a familiar em conjunto, foram disponibilizados R\$ 107,5 bilhões para o financiamento da safra, 37,8% acima do observado na safra anterior. Do total, R\$ 66,2 bilhões foram destinados a custeio e comercialização destes, R\$ 54,2 bilhões oferecidos a taxas controladas de juros. A agricultura empresarial foi contemplada com R\$ 92,5 bilhões e a agricultura familiar com R\$ 15,0 bilhões, ou seja, acréscimos de 42,3% e 15,4%, respectivamente, sobre os valores disponibilizados na safra 2008/2009. Para operações de financiamento para investimento agropecuário, a alocação de recursos foi de R\$ 14,0 bilhões, 37,2% acima do observado na safra anterior.

A carteira de crédito rural do Banco do Brasil é a primeira no ranking das instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com participação de 60,5%, representando 23,8% da carteira total de crédito dessa instituição oficial de crédito. Na safra 2008/2009, o Banco do Brasil destinou R\$ 30,5 bilhões ao crédito rural, distribuídos em mais de 1,1 milhão de operações de investimento, custeio e comercialização. Para a safra 2009/2010, o Banco estima aplicar R\$ 39,5 bilhões, o que representará um incremento de 30% em relação à safra 2008/2009. O total de recursos a serem disponibilizados pela instituição corresponde a 36,7% do Plano Safra 2009/2010, que totaliza R\$ 107,5 bilhões. Serão destinados à agricultura de mercado R\$ 30,1 bilhões e R\$ 9,4 bilhões à agricultura familiar, o que representa crescimento de 30% em relação ao total aplicado na safra 2008/2009.

Registra-se, ainda em 2009, o lançamento das linhas de crédito Procap-Agro e Procap-Produção, destinadas às cooperativas agropecuárias, para financiar capital de giro, saneamento financeiro e integralização de cotas-partes do capital social, com recursos do BNDES. No Procap-Agro a taxa de juros é de 6,75% ao ano, com prazo de até seis anos, e o valor máximo de financiamento é R\$ 50 milhões. No Procap-Produção, os encargos financeiros são TJLP mais 4% ao ano, o prazo é de até 120 meses e o financiamento é limitado ao valor do patrimônio líquido da cooperativa ou até R\$ 200 milhões, o que for menor.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), com direcionamento voltado ao produtor de médio porte e taxa de juros de 6,25% a.a., contou com recursos programados para custeio/comercialização de R\$ 3,46 bilhões. Para investimento, a programação de recursos foi estabelecida em R\$ 1,0 bilhão (Proger BB e Proger BNDES). Além de contar com mais recursos, o programa foi contemplado com maior limite de renda para fins de enquadramento do produtor beneficiário, passando de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil e, também, com aumento dos limites de financiamento para custeio e investimento.

#### a.2) Apoio à Comercialização

A política governamental de apoio à comercialização continua visando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para a comercialização de arroz, algodão, café, feijão leite de vaca, milho, sisal, trigo e vinho, utilizando-se dos instrumentos públicos (Aquisição do Governo Federal – AGF, Contratos de Opção, Prêmio ao Escoamento de Produto – PEP, Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas – PROP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro), foram disponibilizados R\$ 774,6 milhões. A totalidade das operações por meio do Pepro alcançaram R\$ 615,5 milhões, referentes à negociação de 2,1 milhões de toneladas de produtos, e as operações de PEP corresponderam a R\$ 627,6 milhões, envolvendo 6,8 milhões de toneladas de produtos.

Os estoques públicos adquiridos com a utilização do Programa Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) alcançaram 5,43 milhões de toneladas de produtos agrícolas, com desembolso de R\$ 2,88 bilhões. No período, foram alienadas 235,9 mil toneladas, sendo 10,7 mil toneladas mediante leilão eletrônico, 111,4 mil toneladas com a concessão de subsídio às regiões desabastecidas e 113,7 mil toneladas por meio do programa Vendas em Balcão. A política de formação de estoques públicos prevê, em 2010, a aquisição de 3,5 milhões toneladas de produtos agrícolas, o que demandará desembolsos para compra e manutenção dos estoques de R\$ 2,3 bilhões.

## Evolução do Crédito Rural e do Volume da Safra em Grãos

Brasil: Financiamento Rural Total e Produção de Grãos – Safra 2002/2003 a 2009/2010

Safra	Financiamento Rural (1) (R\$ milhões)	Produção de grãos (mil toneladas)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.567,4	119.114,2
2004/2005	47.582,1	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,8
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,0
2009/2010 (2)	107.500,0	141.346,7

Fonte: Financiamento Rural – Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural – GACRUMAPA; Produção – Conab.

(1) Recursos aplicados (incluído Pronaf).

## a.3) Apoio à Cafeicultura

Em 2009, foram intensificadas as liberações de linhas de crédito para o financiamento ao produtor, com a alocação de R\$ 1,8 bilhão, oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Além disso, foram aprovadas medidas com o objetivo de dar sustentação aos preços do café, melhorar a renda do produtor e equilibrar a oferta e demanda, destacando-se: i) reajuste dos preços mínimos para os cafés arábica e robusta; ii) redução da taxa de juros do Funcafé, de 7,5% para 6,75% a.a., para todas as linhas de financiamento; iii) ampliação da Linha Especial de Crédito (LEC) para indústrias e beneficiadores, de R\$ 15 milhões para R\$ 20 milhões; iv) concessão dos financiamentos de estocagem e financiamentos para aquisição de café (FAC), com base no preço mínimo vigente do café; v) leilões de contratos de opção de venda para três milhões de sacas de 60 kg de café arábica; vi) aplicação de R\$ 300 milhões diretamente na Aquisição do Governo Federal (AGF) para café; vii) linha de crédito de R\$ 100 milhões do Funcafé para cooperativas de crédito refinanciarem dívidas de cafeicultores que comprovarem incapacidade de pagamento; viii) pagamento em produto das parcelas das operações de crédito de dação em pagamento, com recursos do Funcafé, cujo débito estimado em R\$ 1,1 bilhão foi prorrogado até 2020; ix) pagamento do financiamento de estocagem da safra 2008/2009, em sacas de café de 60 kg, com base no preço mínimo vigente, que equivale a aproximadamente R\$ 697 milhões; x) renegociação de financiamentos vinculados à CPR; e xi) prorrogação por quatro anos dos financiamentos de custeio e colheita da safra 2008/2009, vencidas entre 16 de setembro de 2009 e 31 de março de 2010, que totalizam R\$ 860 milhões.

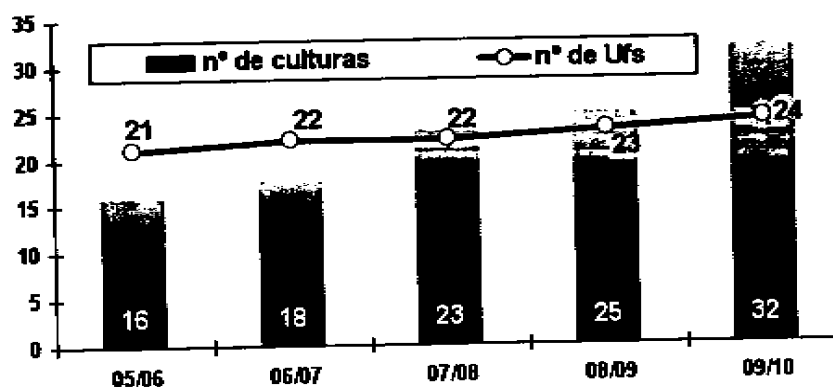
Em 2010, serão priorizadas as ações de desenvolvimento de pesquisas agrônômicas de café, levantamento de safra, estoques privados e custos de produção, qualificação da mão de obra, promoção dos Cafés do Brasil, internamente e no exterior, além do planejamento e execução dos financiamentos ao setor cafeeiro, por meio da liberação de recursos para operações de crédito de custeio, colheita, estocagem, FAC, CPR, entre outros instrumentos de política agrícola.

## b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

### b.1) Zoneamento Agroclimático

A Rede Meteorológica dispõe de 940 estações, das quais 540 automáticas e 400 convencionais, além de 12 estações de radio sondagem. As ações de gestão e minimização de risco foram fortalecidas, com a introdução de novas tecnologias, que contribuem para a diminuição de perdas de safras. Nesse sentido, o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras. Os estudos de zoneamentos agrícolas de risco climático já contemplam um total de 32 culturas, sendo 14 de ciclo anual (abacaxi, algodão, arroz, amendoim, canola, cevada, feijão phaseolus e feijão caupi, girassol, mandioca, milho, soja, sorgo e trigo) e 18 permanentes (ameixa, banana, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, coco, dendê, eucalipto, maçã, mamão, mamona, maracujá, nectarina, pêra, pêssego, pinus e uva), alcançando 24 Unidades da Federação. Para o ano de 2010, está prevista a divulgação adicional de estudos de zoneamento para as culturas de açaí, citrus, gergelim, palma forrageira, pimenta-do-reino, pupunha e milheto, além de todas as outras já divulgadas anualmente.

Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático – Safras 2005/2006 a 2009/2010



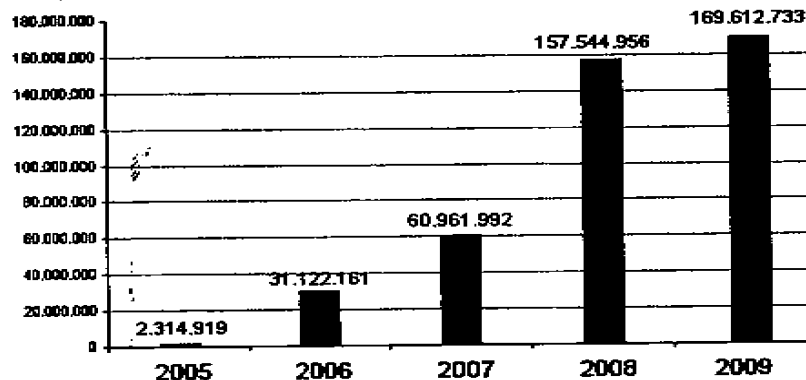
Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### b.2) Seguro Rural

A política de subvenção ao prêmio do seguro rural objetiva o aumento da base do seguro agrícola, ampliando o mercado de seguros agrícolas e diminuindo o risco de perda. Por meio dessa política, promove-se a busca pela universalização do acesso ao seguro rural privado, a indução do uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário, com repercussão na adimplência do setor agropecuário junto aos bancos e outros agentes de financiamento da produção. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural passou a beneficiar 76 culturas na modalidade agrícola, além das modalidades pecuária, florestal e aquícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, em 2009, situando o apoio governamental na faixa de 30 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro passou a ser de R\$ 96 mil na modalidade agrícola e R\$ 32 mil para as modalidades pecuária, florestal e aquícola.

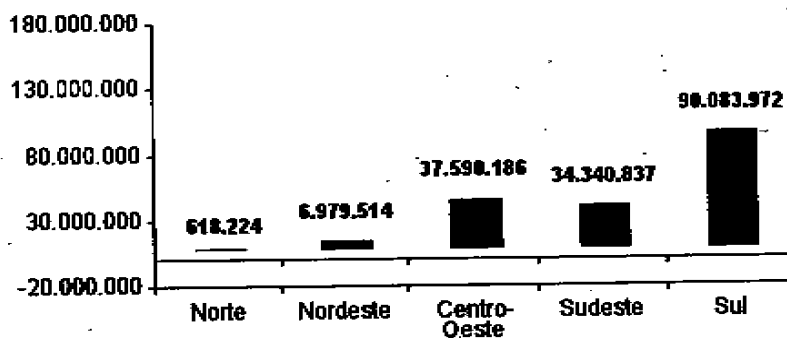
Com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de apoio ao seguro rural, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 374, de 2008, de autoria do Poder Executivo, propõe a criação de um Fundo de Catástrofe, para dar garantia às operações de seguro rural contra os efeitos climáticos considerados catastróficos. Espera-se que, em 2010, seja concluída a tramitação desse PLC no Congresso Nacional. Ainda neste exercício, diante da boa receptividade do seguro rural junto aos produtores, serão mantidos os percentuais de subvenção e os limites financeiros para o triênio 2010/2012.

**Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural**



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – por Região, em 2009**  
Valor Subencionado (em R\$)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nos financiamentos de custeio agropecuário, concedidos em 2009, o Banco do Brasil incentivou a utilização de mecanismos mitigadores de risco, tais como: Seguro Agrícola, Proagro e proteção de preços em bolsas de mercadorias e futuros. Da carteira de custeio agrícola contratada entre os meses de junho e dezembro de 2009 (safra 2009/2010), 66,5% das operações contam com o BB Seguro Agrícola ou com o Proagro. Por sua vez, a utilização do Mercado de Futuros e de Opções possibilita aos produtores a proteção em relação às oscilações de preços das *commodities* agropecuárias. Em 2009, foram contratadas 34.678 apólices de BB Seguro Agrícola, o que permitiu segurar aos produtores rurais R\$ 4,5 bilhões contra intempéries climáticas, utilizando R\$ 100 milhões da subvenção autorizada pelo Governo, equivalente a 62% do valor total disponibilizado ao mercado segurador – R\$ 160 milhões. Além disso, em 2009, o Banco do Brasil intermediou 13.311 contratos em bolsas de mercadorias e futuros. Para 2010, estimam-se incrementos significativos nos resultados de proteção de preço, com a regulamentação da subvenção ao prêmio de opções, conforme previsto na Lei nº 11.775, de 2008.

### c) Defesa Agropecuária

O rigor e a eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, à medida que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial.

#### Participação Brasileira na Produção e Comércio Mundial de Produtos Agropecuários

Produto	Produção				Exportação			
	2006	2007	2008	Posição Internacional 2008	2006	2007	2008	Posição Internacional 2008
	(%)	(%)	(%)		(%)	(%)	(%)	
Carne Bovina	15,7	15,9	15,5	2	27,8	28,9	24,0	1
Carne de Aves	14,0	14,7	14,9	3	37,3	38,9	38,0	1
Carne de Suínos	2,9	3,2	3,1	4	12,2	14,1	10,2	4
Açúcar	18,6	19,1	19,4	1	34,3	40,7	37,9	1
Café	30,9	35,0	31,8	1	26,5	28,8	28,4	1
Suco de Laranja	61,3	53,2	55,8	1	86,3	83,9	85,0	1
Soja em Grãos	24,9	27,6	27,0	2	32,9	31,9	39,0	2
Farelo de Soja	15,7	15,7	16,1	4	23,6	21,8	24,8	2
Óleo de Soja	16,4	16,4	16,9	4	23,3	22,0	21,1	2
Algodão	5,7	6,1	5,1	5	3,5	5,8	9,2	2
Milho	7,2	7,4	6,4	3	11,5	7,9	9,4	3
Arroz	1,8	1,9	1,9	9	0,8	1,8	1,6	11

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA).

#### c.1) Ações de Saúde Animal

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o *status* de livre de febre aftosa com vacinação, para 15 Estados brasileiros. Não há ocorrência de febre aftosa no País desde abril de 2006. A doença encontra-se oficialmente erradicada em 16 Unidades da Federação e parcialmente em outras duas. As áreas livres de aftosa, compreendidas em 5 milhões de km<sup>2</sup>, detêm uma população de aproximadamente 180 milhões de bovinos e 25 milhões de suínos. As vacinações semestrais contra a doença demandaram uma produção de 460 milhões de doses da vacina, para a imunização de 190 milhões de bovinos. Na busca da meta da erradicação da doença em todo o País, foram efetuadas avaliações que permitiram a classificação dos Estados em diferentes níveis de risco para a febre aftosa. Na área ainda não reconhecida como livre da doença, Estados como Alagoas,

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio, reunindo as condições básicas para seguirem os passos seguintes visando ao reconhecimento como zona livre de febre aftosa.

Em relação à avicultura, ao longo de 2009, foram intensificadas as ações de controle das doenças na produção desse setor, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza* aviária e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais. Com relação ao Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica, houve ampliação da zona livre da doença, com a inclusão do Estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil.

A Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), vulgarmente conhecida como “doença da vaca louca”, continua sendo exótica para o Brasil. Tendo sido concluída a análise de risco da EEB no Brasil, os resultados serão submetidos à apreciação da OIE, com vistas à reclassificação do País como de “risco negligenciável” para EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina. Para 2010, as perspectivas são o fortalecimento dos sistemas de combate a doenças que afetam a produção nacional, com ênfase na erradicação da febre aftosa, na ampliação das áreas livres da doença de *Newcastle* e de peste suína clássica, e na prevenção da *Influenza* aviária.

#### c.2) Ações de Sanidade Vegetal

Ampliaram-se, em 2009, as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no Estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no Estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no País. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque: i) a nova instrução normativa sobre a praga *greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; ii) a erradicação do foco de *Cydia pomonella*, em Bom Jesus/RS e a expectativa de sua total erradicação, até 2012; iii) a disponibilização para os produtores de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa; e iv) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos nossos principais parceiros comerciais.

A partir de 2010, todo esse sistema passará a ser informatizado e incluirá os cerca de 20 mil engenheiros agrônomos habilitados para a emissão do Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) em todo o País. Também, neste exercício, será ampliado o combate à ferrugem asiática da soja, adotando-se o vazio fitossanitário e a caracterização de áreas livres de pragas no território nacional. Entre as ações previstas, incluem-se, ainda, o estabelecimento do sistema de manejo de risco da área livre de sigatoka negra na cultura de banana, com ampliação das áreas livres dessa praga e do sistema de manejo de risco para mosca-das-frutas em cultivos de cucurbitáceas. Para alcance desses objetivos, as principais medidas previstas são: i) incremento na alocação de recursos humanos, materiais e financeiros; ii) melhoria da rede laboratorial; e iii) revisão e adequação da legislação vigente, mediante apresentação de proposta de normativas e de anteprojeto de lei de defesa sanitária vegetal.



### c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários

A oferta de alimentos seguros para os mercados interno e externo depende da correta aplicação e do cumprimento das boas práticas de produção, das normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e das avaliações de risco e identificação das características dos produtos. O sistema de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, e de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas ampliou a quantidade de produtos fiscalizados no mercado interno, em 2009, superando os resultados de 2008. Tal resultado decorre dos ajustes dos procedimentos de fiscalização, bem como de alguns padrões oficiais de classificação, que possibilitaram a ampliação do leque de produtos vegetais fiscalizados. O índice de conformidade, que é o percentual de amostras de produtos vegetais coletadas em conformidade com a legislação, apresentou um significativo aumento em 2009, passando de 73% para 82%.

Ampliaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários – produtos destinados à alimentação animal –, como medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais, como a febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Cabe destacar, ainda, o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Com o objetivo de melhor atender às demandas quanto à qualidade e inocuidade dos insumos pecuários e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos, foram atualizadas diversas normas, em 2009, destacando-se o decreto que estabelece a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização de alimentos para animais e as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos para animais. Foram, ainda, aprovados o regulamento que proíbe o uso da violeta genciana em alimentos para animais e o regulamento que define os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra leishmaniose visceral canina. Tendo em vista o grande número de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar humana e a crescente demanda por alimentos seguros, foram introduzidos programas para controlar e viabilizar a rastreabilidade dos produtos em todos os segmentos da cadeia alimentar, incluindo o uso racional e adequado de medicamentos veterinários e a inocuidade dos alimentos para animais, os quais constituem um elo importante da cadeia produtiva.

### c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional

Em 2009, foram realizadas, por meio dos laboratórios federais e da rede credenciada pública e privada, 23,1 milhões de análises laboratoriais de produtos de origem animal e vegetal. Em 2010, será consolidada a ampliação da rede federal de laboratórios de biossegurança, com a adequação de quatro unidades. A ampliação enfatizará o atendimento aos programas de prevenção de *Influenza* aviária, de erradicação da febre aftosa, da peste suína clássica e da doença de *Newcastle*, que ensejam as principais barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Na área físico-química de produtos de origem vegetal, está prevista a ampliação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) dos Estados do Pará, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. No caso específico dos organismos geneticamente modificados (OGM), haverá a consolidação da estrutura dos laboratórios dos Estados de Goiás, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, possibilitando a ampliação dos

escopos para a detecção e quantificação de algodão transgênico e de OGM em alimentos para animais. Há que ressaltar que a vigilância agropecuária internacional atualizou e promoveu a modernização dos procedimentos de fiscalização das importações e exportações de animais vivos, de produtos de origem animal e vegetal, e de insumos agropecuários, com a atualização do Manual de Procedimentos Operacionais do Vigiagro, visando à simplificação dos procedimentos e à garantia da segurança nas importações e exportações de produtos e insumos agropecuários.

#### c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia

Um esforço importante da defesa agropecuária está relacionado à geração de tecnologia e novas metodologias de controle sanitário e fitossanitário, de verificação de conformidades em insumos agropecuários e na certificação zoofitossanitária. Para aprimorar as ações de defesa agropecuária, nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal, e dos insumos agropecuários, o Governo, por meio do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), está realizando uma série de pesquisas por intermédio de diversos centros de tecnologia nacionais. Durante três anos, serão aplicados cerca de R\$ 110 milhões para o apoio a 376 projetos, que proporcionarão maior suporte técnico e científico à defesa agropecuária no Brasil. Essa ação visa incentivar a participação da comunidade científica em temas de interesse do agronegócio, assim como aproximar as universidades e institutos de pesquisa dos reais desafios para o crescimento sustentável da agricultura e da pecuária brasileiras.

#### d) Fomento e Organização da Produção

No último exercício, os sistemas de produção sustentáveis foram intensificados e fortalecidos, com ênfase na expansão do sistema agropecuário de produção integrada, além da recuperação de áreas degradadas no Bioma Amazônia, tendo inclusive sido firmadas parcerias entre o Governo e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Houve avanços na Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Gestão Sustentável de Microbacias, com: i) a implantação de cinco projetos-piloto de gestão de microbacias (MS, PR, RS, SC, e SP); ii) a mobilização de 340 instituições públicas e privadas; iii) a formação de 14 comitês técnicos gestores, com a participação de 31 Municípios; iv) o desenvolvimento de 22 unidades comparativas; v) a difusão tecnológica para 2.040 pessoas; e vi) a promoção de ações integradas com a “Operação Arco Verde” e com os Territórios da Cidadania, para a implantação de projetos de apoio à produção sustentável.

O projeto de reconhecimento de produtos notórios do agronegócio como Indicação Geográfica, apoiou o desenvolvimento de 45 projetos de fomento, em pelo menos 20 Estados. Foram desenvolvidos trabalhos de organização e capacitação direta da base de produtores, delimitação de áreas geográficas, elaboração de regulamentos de uso, orientação sobre sanidade e qualidade dos produtos, além da organização de estratégias de controle pós-registro dos produtos como Indicação Geográfica. Em 2010, as ações terão maior abrangência, passando a fomentar também outros sinais distintivos para os produtos agropecuários, além de Indicação Geográfica, como as Marcas Coletivas e as Marcas de Certificação, com a consequente ampliação do rol de produtos a serem trabalhados.

O desenvolvimento tecnológico da agropecuária tem permitido redirecionar os rumos de prioridades para a biotecnologia agropecuária e para a agricultura de precisão. Em 2009, foram reconhecidas 160 novas variedades, totalizando 1.477 cultivares protegidas por direitos de propriedade intelectual no País, com crescente atração de investimentos do setor privado.

## **e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio**

### **e.1) Negociações Internacionais Multilaterais**

A Organização Mundial do Comércio autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos (EUA) no contexto do contencioso sobre subsídios ao algodão, até um montante de US\$ 441 milhões anuais sobre as exportações daquele país para o Brasil, e poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento das regras multilaterais de comércio. O Governo, por intermédio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), está finalizando a definição da lista dos bens a serem objeto de retaliação, a vigorar em 2010.

Por sua vez, o Brasil e a União Europeia negociaram as condições de compensação pela adesão da Romênia e Bulgária ao Bloco comunitário. Avaliou-se o impacto que a medida poderia ter no comércio de produtos do agronegócio brasileiro, em especial quanto à carne bovina, carne de aves e açúcar. No caso específico do açúcar, houve incremento da cota para o Brasil de 300 mil toneladas anuais, com a cobrança apenas da tarifa intracota de 98 euros por tonelada.

No que se refere às negociações de temas sanitários e fitossanitários, destacam-se os resultados obtidos nas negociações com a União Europeia, Mercosul, Rússia, Argentina, EUA, México, China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Argélia, Angola, Egito, África do Sul, Peru, Colômbia, Chile e Itália, que resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, com ou sem osso, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos e gelatina. Além disso, ampliou o mencionado acesso à exportação de alguns Estados constantes da área livre de febre aftosa com vacinação e consolidou o *status* sanitário do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação, garantindo maior inserção no mercado internacional.

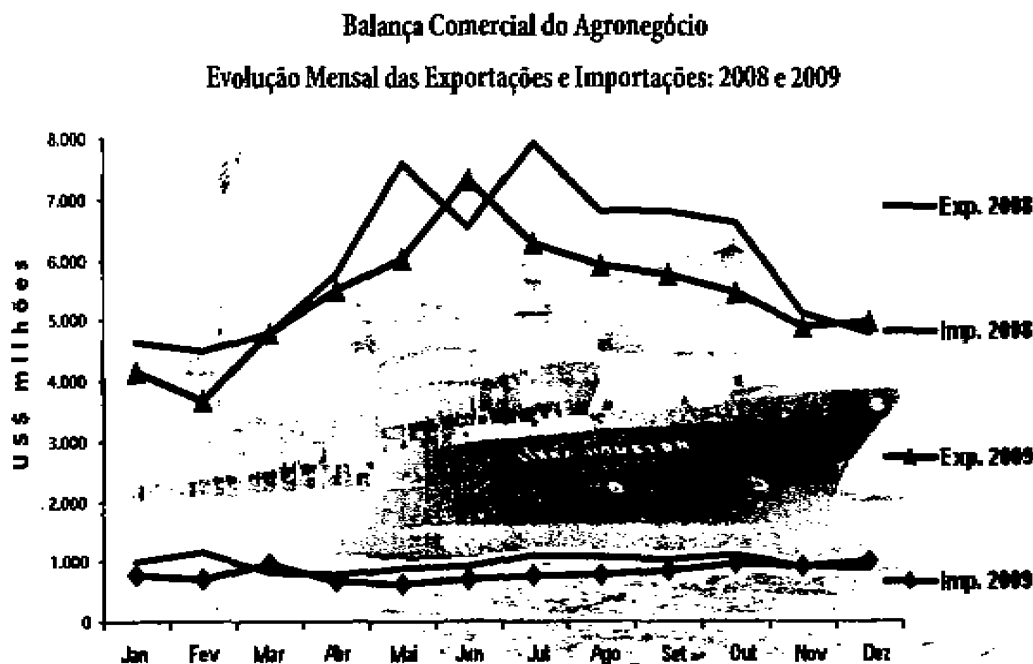
O Governo, por intermédio do MAPA, participou ativamente da negociação dos acordos firmados entre o Mercosul e Israel, Índia e SACU (União Aduaneira da África do Sul). O acordo com a Índia entrou em vigor, em junho de 2009, e atualmente está em fase de aprofundamento. O acordo Mercosul-SACU, assinado nesse ano de 2009, será analisado pelo Congresso, e o acordo com Israel, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês de novembro de 2009, aguarda aprovação do Senado. Caso aprovado, será o primeiro acordo de livre comércio extrarregional do Mercosul.

### **e.2) Promoção Comercial do Agronegócio**

A crise econômica internacional trouxe, como grande desafio, a busca de novos mercados compradores para os produtos do agronegócio brasileiro, tendo em vista o encolhimento da demanda nos países desenvolvidos. Nesse contexto, o Governo atuou rapidamente no sentido de reunir os representantes dos principais setores exportadores do agronegócio nacional, com vistas a apresentar e discutir possíveis cenários e propostas de ações, como resposta à então iminente contração do mercado global. Foram realizadas missões comerciais para os Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Indonésia, Hong Kong, Rússia, Vietnã, Taiwan, Arábia Saudita e China.

Para o ano de 2010, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes mercados: Emirados Árabes Unidos, Catar, Kuwait, China, Cingapura, Venezuela, Colômbia, Japão, Coreia do Sul, África do Sul, Angola, Taiwan, Marrocos, Egito, Líbia, Panamá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Canadá, Estados Unidos e Arábia Saudita.

### e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio



Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações do agronegócio somaram US\$ 64,75 bilhões, com queda de 9,8%, em relação ao mesmo período de 2008. A queda do valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil. O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4%, enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%). O valor das importações, também, apresentou redução de 16,9% no período, totalizando US\$ 9,82 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se, de US\$ 59,98 bilhões para US\$ 54,93 bilhões. Alguns setores apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%), produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

**Balança Comercial do Agronegócio**  
**Exportações, Importações e Saldos – US\$ mil**

Setor	Janeiro-Dezembro/2009			Janeiro-Dezembro/2008			Var.	
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.
Produtos de Origem Animal	15.269.242	1.506.119	13.763.123	19.535.392	1.564.291	17.971.101	-21,8	-3,7
Carnes	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.298	-19,0	-0,1
Couros, Produtos de Couro e Peleteria	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
Demais Produtos de Origem Animal	536.794	115.627	421.167	573.287	146.707	426.580	-6,4	-21,2
Animais Vivos	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
Pescados	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	-27,7	4,1
Lácteos	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
Produtos Apícolas	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
Produtos de Origem Vegetal	49.486.390	8.316.871	41.169.519	52.271.075	10.255.903	42.015.171	-5,3	-18,9
Complexo Soja	17.239.708	72.651	17.167.057	17.980.184	106.851	17.873.333	-4,1	-32,0
Complexo Sucroalcooleiro	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.074	831	7.872.244	23,4	184,5
Produtos Florestais	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
Café	4.278.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
Fumo e Seus Produtos	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
Cereais, Farinhas e Preparações	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
Sucos de Fruta	1.751.828	16.358	1.735.470	2.151.783	15.162	2.136.621	-18,6	7,9
Fibras e Produtos Têxteis	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	-20,6	-22,1
Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
Demais Produtos de Origem Vegetal	659.402	413.239	246.163	798.550	419.713	378.836	-17,4	-1,5
Produtos Alimentícios Diversos	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
Cacau e Seus Produtos	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
Bebidas	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
Chá, Mate e Especiarias	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
Rações Para Animais	102.566	139.259	-36.694	147.611	181.174	-33.562	-30,5	-23,1
Plantas Vivas e Produtos de Floricultura	31.525	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
<b>Total</b>	<b>64.755.631</b>	<b>9.822.990</b>	<b>54.932.642</b>	<b>71.806.467</b>	<b>11.820.195</b>	<b>59.986.273</b>	<b>-9,8</b>	<b>-16,9</b>

Fonte: Elaborado pelo MAPA, a partir de dados do MDIC.

Em 2009, as exportações brasileiras do agronegócio apresentaram crescimento para a Ásia (16,7%), Oriente Médio (14,4%), e África (3,1%). A Ásia deslocou a União Europeia como principal destino das exportações do agronegócio, passando de uma participação de 23,5%, em 2008, para 30,4%, em 2009. Com uma redução de 20,2% nas exportações para a União Europeia, o bloco teve sua participação no destino das exportações reduzida de 33,1% para 29,3%.

## Exportações do Agronegócio por Blocos Econômicos – US\$ mil

Blocos	Janeiro – Dezembro		Var.% 2009/2008	Participação	
	2009	2008		2009	2008
Ásia (Excl. Oriente Médio)	19.662.730	16.852.027	16,7	30,4	23,5
Ue 27	18.983.602	23.775.502	-20,2	29,3	33,1
Oriente Médio	5.858.621	5.122.980	14,4	9,0	7,1
Nafta	5.497.433	7.215.475	-23,8	8,5	10,0
África (Excl. Oriente Médio)	4.961.599	4.811.855	3,1	7,7	6,7
Europa Oriental	3.841.942	5.469.506	-29,8	5,9	7,6
Aladi (Excl. Mercosul)	3.130.665	4.334.638	-27,8	4,8	6,0
Mercosul	1.634.012	2.013.529	-18,8	2,5	2,8
Demais da Europa Ocidental	741.904	824.372	-10,0	1,1	1,1
Oceania	201.774	411.423	-51,0	0,3	0,6
Demais da América	109.456	254.288	-57,0	0,2	0,4

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC.

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coreia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

## Exportações do Agronegócio por Países – US\$ mil

Países	Janeiro – Dezembro		Var.% 2009/2008	Participação	
	2009	2008		2009	2008
China	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
Países Baixos	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
Estados Unidos	4.549.640	6.249.474	-27,2	7,0	8,7
Rússia	2.785.478	4.187.630	-33,5	4,3	5,8
Alemanha	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
Bélgica	2.273.530	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
Índia	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
Itália	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
Japão	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
França	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
Reino Unido	1.715.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
Hong Kong	1.708.728	1.623.616	5,2	2,6	2,3
Venezuela	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
Espanha	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
Arábia Saudita	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
Coreia, Rep. Sul	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
Emir. Árabes Un.	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
Irã, Rep. Isl. Do	1.112.675	927.438	20,0	1,7	1,3
Argentina	982.164	1.317.292	-25,4	1,5	1,8
Tailândia	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
Demais Países	17.912.763	18.951.007	-5,5	27,7	26,4
Total	64.755.631	71.806.467	-9,8	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pela SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC.



#### f) Pesquisa Agropecuária

Para que a agricultura brasileira possa responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e as mudanças climáticas, necessitará contar com crescente oferta de tecnologias. Para fins de pesquisa agropecuária, foram alocados no Orçamento Geral da União R\$ 1,7 bilhões, em 2009, representando um incremento de 23% em relação a 2008. A pesquisa agropecuária manteve, no último exercício, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) cultivar de mandioca lançada para a Amazônia – aipim-manteiga –, constituindo-se em opção de desenvolvimento agroindustrial para a região; ii) programa de melhoramento de feijoeiro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) programa de melhoramento de arroz, pelo qual foram lançadas as cultivares BRS Apinajé, direcionadas aos agricultores familiares do Pará, e BRS Jaçanã de arroz irrigado tropical, para os Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul, com maior resistência à brusone, bem assim duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e três cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRS Serra Dourada, para o Estado de Goiás, e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) programa de melhoramento de feijão caupi, que lançou, nos últimos três anos, oito cultivares – BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajauí, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim –, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresse abióticos, alto valor culinário e adequadas para consumo do grão *in natura* ou processado; v) desenvolvida metodologia com a ferramenta SIG (Sistema de Informações Geográficas), determinando a distribuição espacial de importante doença do milho, a ferrugem tropical (*Physopella zeae*), em função dos cenários de mudanças climáticas; vi) desenvolvimento do capim BRS Piatã, que é apropriado para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos, o que resulta em um melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) clone de Caju Embrapa 51, que foi lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Estado do Ceará; e viii) produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania, cujo processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, a preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sociocultural para as comunidades.

Em 2010, serão executados, aproximadamente, 600 projetos, com perspectiva de conclusão de aproximadamente 250, resultando na geração e transferência de novos produtos tecnológicos relacionados à caracterização e manejo de agroecossistemas, biologia avançada, defesa agropecuária, mudanças climáticas globais, recursos genéticos, desenvolvimento agropecuário e agroindustrial para a inserção social, entre outros.

Em 2009, o Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa (PAC Embrapa) foi contemplado com R\$ 245,7 milhões, dos quais R\$ 123 milhões direcionados às ações em custeio e investimento, R\$ 120,4 milhões às Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Depas) e R\$ 2,3 milhões para custear as ações de monitoramento das obras do PAC. Em 2010, está prevista a alocação de R\$ 220,7 milhões para a conclusão do PAC Embrapa, quando serão implantadas novas linhas de pesquisa e concluído o desenvolvimento de produtos tecnológicos, que constituem as 88 metas voltadas à área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Será finalizada a contratação dos novos profissionais, sendo 752 pesquisadores e 459 analistas e assistentes. Está projetada, também para este exercício, a finalização da ampliação da capacidade operacional da Embrapa, com a



criação de três novas unidades de pesquisa em áreas de fronteira agrícola, nos Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e a implantação da unidade de estudos macroestratégicos, em Brasília. No campo internacional, os objetivos são o fortalecimento dos laboratórios virtuais nos Estados Unidos e na Europa, e a finalização da instalação do laboratório virtual na Coreia do Sul.

Na área internacional, no que diz respeito à cooperação tecnológica com países de economia avançada, bem como ao processo de transferência tecnológica a países da América Latina e África, destacam-se os seguintes resultados, em 2009: i) presença de 10 cientistas seniores em laboratórios de excelência nos Estados Unidos e Europa Ocidental (Labex), com a finalidade de realizar pesquisas estratégicas, monitorar o desenvolvimento científico e tecnológico e articular projetos conjuntos de pesquisa. Essa presença objetiva garantir a competitividade futura da agricultura brasileira, pela incorporação de conhecimentos novos ao setor; ii) abertura do Labex Coreia, com a assinatura do Convênio com o Instituto de Pesquisa Agropecuária da Coreia; iii) presença de 7 pesquisadores na África e Venezuela, com a missão de transferir tecnologia para o desenvolvimento agrícola para países da região; iv) elaboração e implementação de projetos de cooperação para países em desenvolvimento, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de alimentos básicos, agroenergia e conservação de recursos naturais; v) execução do Projeto Agrofuturo, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando fortalecer a infraestrutura e treinamento na Embrapa; vi) planejamento de projetos estruturantes de cooperação com países da África, com cooperação da ABC e terceiros países: França, Japão e Estados Unidos da América; e vii) realização do evento “*Innovation Marketplace*”, para identificar demandas e articular projetos de apoio a países africanos.

Em 2010, está prevista a consolidação do Labex Ásia, do qual faz parte o Labex Coreia, com a presença física de pesquisadores seniores naquele importante polo de geração de conhecimentos; a implementação de projetos de cooperação tripartites na África, com a participação da Embrapa, ABC, França, Japão, Estados Unidos; e a ampliação de apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico para países da América Latina e a implantação de escritório da Embrapa para a América Latina.

#### g) Agroenergia

##### g.1) Complexo Sucroalcooleiro

Em 2009, destaca-se a publicação da proposta de Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, encaminhada ao Congresso Nacional, por meio do Projeto de Lei nº 6.077. Ele tem por objetivo identificar áreas mais aptas à expansão sustentável do cultivo da cana-de-açúcar, excluindo os biomas sensíveis, as áreas de vegetação nativa e aquelas onde ainda não é possível a mecanização da colheita, esta importante para evitar a queima da palha. Paralelamente, foi encaminhado projeto de lei estabelecendo vedações à instalação de usinas de açúcar e etanol nas áreas não recomendadas pelo zoneamento e definindo cronograma para eliminar a queima da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis.

O Zoneamento Agroecológico é considerado instrumento fundamental para a sustentabilidade do complexo sucroalcooleiro e para orientar políticas públicas direcionadas ao setor. No esforço desenvolvido pelo Brasil junto a outros países com potencial para o cultivo da cana-de-açúcar, o Governo brasileiro enviou técnicos especializados para ministrarem curso sobre o alcance e a importância desse zoneamento para a expansão sustentável dos biocombustíveis. Esse curso foi oferecido *in loco* para técnicos dos governos da África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e do Zimbábue.

Em decorrência da crise financeira do setor, foi reativado, em 2009, o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões. Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao acompanhamento brasileiro da safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do País, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque, também, a realização do segundo *Ethanol Week*, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Atualmente, existem 437 usinas de açúcar e etanol em produção no País, que empregam mais de um milhão de trabalhadores. Em 2009, o setor sucroalcooleiro gerou cerca de US\$ 9,7 bilhões, sendo US\$ 8,4 bilhões com açúcar e US\$ 1,3 bilhão com etanol. Em 2010, além das medidas de apoio ao setor, incluindo os levantamentos de safra, será aperfeiçoada a política de estocagem de etanol, importante instrumento para proporcionar um estoque regular desse combustível de fontes renováveis, evitando oscilações bruscas nos preços aos consumidores entre os períodos de safra e entressafra.

#### g.2) Biodiesel

Em 2009, o setor de biodiesel foi apoiado com um conjunto de ações de difusão de conhecimento e tecnologia na produção de oleaginosas. São exemplos desse apoio o Circuito de Dias de Campo da Cultura do Pinhão Manso; o I Congresso Brasileiro de Pesquisa em Pinhão Manso; o Congresso de Plantas Oleaginosas, Óleos, Gorduras e Biodiesel; o Treinamento sobre a Produção de Dendê; a Capacitação Técnica no Cultivo Sustentável da Mamona; e o Workshop sobre Aproveitamento da Glicerina Originada na Produção de Biodiesel na Produção de Alimentação Animal.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel. Os avanços tecnológicos no campo agrônômico são fundamentais, uma vez que as matérias-primas respondem por aproximadamente 80% do custo de produção de biodiesel. Assim, o suporte da P,D&I à cadeia produtiva do biodiesel é indispensável para a sua consolidação, pois o Brasil já é um dos principais produtores mundiais desse combustível de fontes renováveis e utiliza, desde julho de 2009, a mistura obrigatória de 4% de biodiesel ao diesel mineral (denominado B4), tendo antecipado em três anos, para janeiro de 2010, a mistura obrigatória de 5% (B5).

### 3. Turismo

A escolha da cidade do Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 2009, como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 traçou inédito e promissor cenário para o turismo brasileiro. Essa escolha veio somar-se àquela de outubro de 2007, que trouxe para o nosso País a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014. A realização desses eventos esportivos de alcance mundial, com forte divulgação em todos os continentes, traz excelentes oportunidades. Do Governo serão requeridos esforços, que vão desde o planejamento de investimentos públicos e o estabelecimento de parcerias, até a coordenação de serviços a serem prestados.

Os eventos de 2014 e 2016 trarão a atenção de todos os continentes. Deve-se tratar da imagem de um novo Brasil que se quer consolidar, fundamental para a atração de turistas potenciais, interessados em visitar o País durante e depois da Copa do Mundo, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Os investimentos voltados a esses eventos ocorrerão em diversas cidades e

regiões brasileiras, tanto na infraestrutura urbana, quanto na oferta de serviços turísticos, na qualificação profissional, além dos investimentos em infraestrutura turística, hoteleira e aeroportuária.

Nesse contexto, a promoção do Brasil como destino turístico no exterior adquire grande importância. Um dos esforços recentes dá-se na promoção do segmento de negócios e eventos, que atrai visitantes de outros países. A ação do Governo, por intermédio do Ministério do Turismo (MTur), priorizou tal modalidade de turismo, favorecendo a consolidação do País entre os 10 destinos mais importantes desse segmento. Em maio de 2009, em Berlim, durante a *International Tourism Exchange* (ITB), o *World Travel and Tourism Council* (WTTC) divulgou a Conta Satélite do Turismo (*Tourism Satellite Accounting – TSA*) para 2009. O estudo, elaborado pela *Oxford Economics*, quantifica os diversos aspectos de viagens e turismo de 181 países. O Brasil, que em 2008 era a 14ª maior economia de turismo, saltou para a 13ª posição, em 2009. O País ocupa o primeiro lugar entre as 19 economias de turismo da América Latina. Na criação de empregos diretos na atividade turística, em termos absolutos, o Brasil ocupa hoje a quinta posição mundial.

Quanto ao mercado interno, um estudo realizado pelo Instituto Vox Populi aponta o crescimento do mercado nacional e a intenção do turista brasileiro em conhecer o seu País. A pesquisa apontou aumento de 83% no número de pessoas que fizeram ao menos uma viagem pelo Brasil nos últimos dois anos. Ao mesmo tempo, houve uma ampliação da base de consumo do turismo interno – mais pessoas estão consumindo ou pretendem usufruir dos benefícios do turismo nos próximos meses.

#### a) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos

Em termos de financiamento ao setor, somente no segundo semestre de 2009, foram contratadas 1.719 operações da linha Proger Turismo Investimento, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), operacionalizada pela Caixa Econômica Federal, totalizando R\$ 117,3 milhões. Desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, foram aplicados no setor cerca de R\$ 477,7 milhões. Outro passo importante foi dado por meio da ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do FAT, na modalidade Giro Setorial. A linha entrou em operação em julho de 2009, oferecendo capital de giro para as empresas da cadeia produtiva do turismo. Em 2009, foram contratadas 269 operações de capital de giro, no montante de R\$ 50,4 milhões.

#### b) Infraestrutura Turística

Em 2009, foi investido R\$ 1,5 bilhão em infraestrutura do turismo. Os recursos foram aplicados na melhoria e recuperação dos destinos turísticos, com ações direcionadas à sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de cultura, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade, bem como apoio a escolas de qualificação de mão de obra nos setores de hotelaria, gastronomia e turismo. Esses investimentos concentram-se principalmente no desenvolvimento do turismo nas regiões dos 65 destinos indutores, constante do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010, bem como na melhoria da infraestrutura turística nas sedes da Copa do Mundo de 2014.

### c) Regionalização e Ordenamento Turístico

Uma das principais ações desenvolvidas por meio do Macroprograma de Regionalização do Turismo, em 2009, foi a conclusão do segundo diagnóstico do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico – Relatório Brasil 2009. O estudo permite estabelecer um método criterioso de análise e mensuração de resultados que são utilizados para levantar, de forma participativa, as reais necessidades dos destinos, a fim de planejar ações e investimentos e monitorar, ano a ano, os resultados obtidos. A apresentação desse segundo relatório inova ao trazer para empresários do setor do turismo, gestores públicos, governanças locais e cidadãos brasileiros indicadores referentes às dimensões e variáveis do estudo relevantes para o desenvolvimento turístico. Ou seja, foi consolidada uma série histórica de dados sobre diversos aspectos do turismo brasileiro, o que viabiliza melhor direcionamento para os investimentos.

### d) Prodetur

Entre os principais resultados obtidos pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional), em 2009, está a preparação técnica das propostas de financiamento dos Estados do Ceará e de Pernambuco. Atualmente, nesse programa, estão sendo analisadas 27 propostas para desenvolvimento do turismo de Estados e Municípios. Os recursos de financiamento demandados totalizam mais de US\$ 1,47 bilhão.

A proposta de financiamento do Governo foi negociada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deverá ser encaminhada, em 2010, ao Senado Federal para autorização de sua contratação. A partir dessa contratação, será intensificado o apoio prestado aos Estados e Municípios na preparação de propostas de financiamento. A realização de estudos e pesquisas financiadas com esses recursos servirá de subsídio para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (Pdits). O Governo, além do auxílio técnico na elaboração das propostas de financiamento, aportará recursos de contrapartida.

### e) Programa Turismo Sustentável e Infância

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) tem como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo. Em 2009, as ações do TSI concentraram-se em campanhas de comunicação, como a divulgação do Disque Denúncia Nacional e um filme com o slogan: “Bem vindo ao Brasil, faça como os brasileiros. Denuncie a exploração sexual de crianças e adolescentes. Disque 100”, além da realização de seminários de sensibilização e encontros. Dentre as ações de sensibilização, destacam-se os seminários em parceria com a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenaprf). Deve ser registrada, ainda, a realização do I Encontro Nacional Jovem Cidadão, com a participação de jovens de todos os Estados, que teve como objeto a promoção de conceitos de cidadania, democracia, turismo e desenvolvimento sustentável. Os Projetos de Inclusão Social com Capacitação Profissional de adolescentes e jovens entre 16 e 26 anos foram implementados em 13 cidades, alcançando 805 jovens, sendo que 35% destes jovens encontram-se empregados formalmente. Em 2009, as participações internacionais do Turismo Sustentável e Infância aconteceram nas reuniões do Comitê Executivo *Task Force for the Protection on the Children in Tourism*, promovidas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em Berlim (março) e Londres (novembro).

#### **f) Viaja Mais Melhor Idade**

O Programa Viaja Mais Melhor Idade oferece 37 destinos brasileiros e 1.918 meios de hospedagem, cadastrados em 426 Municípios de todos os Estados. Trata-se de promover e valorizar a cultura e a experiência de viajar, e assim melhorar a qualidade de vida na terceira idade. Mais de 4 mil agentes de viagem foram treinados, em 2009, para recepcionar o público-alvo e 1.582 agências estão credenciadas para comercializar aproximadamente 500 pacotes com produtos e serviços exclusivos para o turista da terceira idade. O Programa fechou 2009 com 180 mil pacotes vendidos.

#### **g) Promoção Internacional**

A Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) encerrou 2009 com avanços representativos na promoção do Brasil como destino turístico para o mundo. Além de atrair mais turistas estrangeiros, as ações foram focadas na construção de uma imagem positiva do País no exterior, hoje reconhecido pela credibilidade e solidez de sua economia. As estratégias, também, estiveram alinhadas com o compromisso de enfrentar os desafios do futuro, consolidar o turismo receptivo internacional e contribuir para a geração de renda, empregos e desenvolvimento do Brasil.

Os desembarques internacionais apurados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), após os efeitos da recente crise internacional, registraram uma recuperação. Os dados de outubro e novembro de 2009 apontam uma retomada consistente, com aumentos nos desembarques internacionais de 13% e 8%, respectivamente. Esta situação mais favorável também se manifesta no mercado de câmbio: em novembro de 2009 registrou-se uma entrada de divisas com turistas estrangeiros de US\$ 469 milhões, superior em 8,9% ao registrado no mesmo mês de 2008.

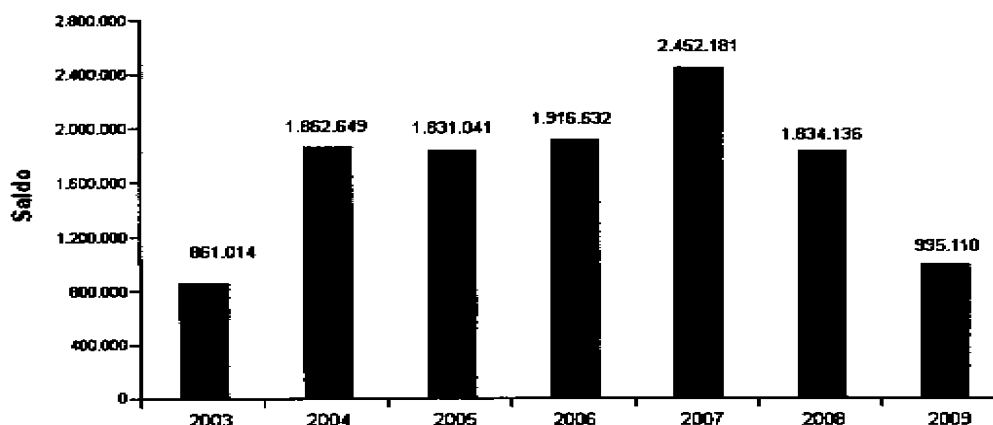
### **4. Trabalho e Emprego**

#### **a) Evolução no Mercado de Trabalho Formal**

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o nível de emprego formal celetista vem apresentando, nos últimos anos, um desempenho amplamente favorável, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, que vêm sendo diluídos ao longo dos meses de 2009. Em 2009, foram gerados cerca de 995.110 empregos celetistas, desempenho bastante satisfatório, tendo em vista o cenário econômico internacional.

O comportamento favorável do emprego formal no ano de 2009 reflete o acerto das políticas econômicas adotadas no País, conjugado ao desempenho das políticas públicas de emprego, e reforça o processo de recuperação da atividade econômica, com efeitos positivos sobre o dinamismo do mercado de trabalho formal. Desde 2003, vem se consolidando um quadro positivo no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos dos empregos gerados.

Evolução do Emprego Formal - Período 2003-2009



Fonte: Raís, Caged-MTE.

A leitura dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostra que, de 2003 a 2009, foram criados 11,8 milhões de empregos celetistas e estatutários, com média anual de aproximadamente 1,7 milhão de empregos. Com o saldo acumulado do Caged em 2009, perfaz-se a criação de cerca de 11,8 milhões de empregos formais, desde 2003.

Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, segundo a RAIS, foram gerados, em média, 134.820 empregos por mês. Essa média se elevou para 178.597 empregos por mês entre 2007 e 2008, resultado superior em 32,5% ao registrado de 2003 a 2006. De acordo com a PNAD, os números de 2008 apontam uma expansão do setor formal da economia, segundo o critério de contribuição à Previdência Social, considerando os militares, uma vez que os empregos formais passaram de 50,6% em 2007 para 52,1% em 2008, sendo o segundo ano consecutivo em que a proporção de empregos formais supera a dos informais.

A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo IBGE, apresentou declínio entre 2007 e 2008, ao passar de 8,1% para 7,1%, atingindo o menor patamar da década. No recorte por gênero, verifica-se que a taxa de desocupação entre as mulheres registrou uma queda de 1,2 ponto percentual, ao passar de 10,8% em 2007, para 9,6% em 2008, tendo havido a redução de 0,9 ponto percentual para os homens (de 6,1% em 2007, para 5,2% em 2008).

#### b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

O Governo, além de implementar medidas destinadas à elevação da renda do trabalho, em especial a da política de ganhos reais do salário mínimo, tem adotado políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda. Nesse contexto, vale destacar a execução dos Programas de Geração de Emprego e Renda (Proger), financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e operados pelas instituições financeiras oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codfat). O Proger tem sido um eficaz instrumento de desenvolvimento econômico-social e combate ao desemprego, mediante um conjunto de linhas de crédito de elevado cunho social, com encargos financeiros reduzidos e prazos favorecidos, destinadas ao apoio de atividades produtivas que visem à geração ou manutenção de postos de trabalho e renda. O público do Proger contempla setores que tradicionalmente não têm acesso ou têm dificuldades em obter crédito do sistema financeiro formal, tanto na área urbana quanto na área rural (micro e pequenas empresas, empreendedores formais e informais,

cooperativas e associações de trabalhadores). Em 2009, até o mês de agosto, foram mais de 500 mil novas operações totalizando mais de R\$ 2,7 bilhões de recursos aplicados. Somados aos financiamentos concedidos em 2007 e 2008, foram efetuadas mais de 4 milhões de operações de crédito por meio do Proger, com desembolsos da ordem de R\$ 38,7 bilhões.

Considerando a crise internacional, que gerou escassez do crédito e consequente redução da atividade econômica, o Codefat e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) envidaram os esforços no sentido de incrementar a contribuição do FAT para o financiamento de investimentos produtivos, focados na manutenção e geração de emprego. Nesse contexto, no ano de 2009, merecem destaque as seguintes ações do Codefat: i) autorização para a linha de crédito FAT Giro Setorial, destinada a financiar capital de giro às empresas de comércio de veículos usados, e a reativação da linha de crédito para financiamento do setor de turismo; ii) criação da linha de crédito especial FAT Moto-Frete, cujos recursos são destinados a financiar aquisição de motoneta ou motocicleta a serem utilizadas como instrumento para realização de trabalhos de transporte de mercadorias e documentos; iii) criação da linha de crédito especial FAT Taxista, cujos recursos são destinados a financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; e IV) desoneração do *spread* bancário nas operações com recursos do FAT garantidas pelo Fundo de Aval do Proger (Funproger), reduzindo assim os encargos financeiros e estimulando o investimento em atividades produtivas.

Quanto ao uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Governo definiu duas ações importantes no enfrentamento da crise internacional, que teve seu marco inicial em setembro de 2008 e se estendeu a meados de 2009: i) a rede de proteção social, responsável pelo amortecimento dos efeitos da crise; e ii) o aumento da oferta de crédito, como diretriz de política de investimentos anticíclicos que foi fundamental para combater a crise.

Para o FGTS, a rede de proteção social equivale aos saques, pelos trabalhadores, dos valores depositados nas contas vinculadas, especialmente por motivo de desemprego, aposentadoria, desastres naturais e enfermidades. Os saques desde setembro de 2008 foram de R\$ 63,34 bilhões. Em 2009, foram R\$ 47,82 bilhões sacados. A esses números são acrescidos R\$ 4,0 bilhões direcionados pelo Conselho Curador do FGTS para subsidiar as famílias de baixa renda na aquisição da moradia própria. Acerca do aumento da oferta de crédito, o Conselho Curador do FGTS, atento a essa diretriz governamental, aumentou em 109,32% o orçamento de investimento do FGTS, passando de R\$ 22,4 bilhões em 2008 para R\$ 57,4 bilhões em 2009.

Porém, mais importante que os valores orçamentários, foram os recursos efetivamente desembolsados pelo FGTS que ingressaram na economia brasileira, criando a oportunidade de novos negócios, movimentando o consumo e consequentemente gerando emprego e renda. Foram mais de R\$ 92 bilhões aplicados desde o início da crise. Somente em 2009, foram aplicados R\$ 68,52 bilhões, sendo R\$ 47,82 bilhões em saques, R\$ 14,63 bilhões em desembolsos de programas, R\$ 2,89 bilhões destinados a descontos para famílias de baixa renda e R\$ 3,18 bilhões aplicados pelo Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

Importante ressaltar que o FI-FGTS, já desembolsou R\$ 12,48 bilhões desde sua criação, no segundo semestre de 2008, até dezembro de 2009. Além disso, existem R\$ 2,46 bilhões em projetos aprovados e mais R\$ 17,01 bilhões de projetos em análise, que poderão se tornar investimentos na infraestrutura nacional.

Assim como em 2009, no ano de 2010 o FGTS espera fomentar a geração de emprego e renda, por meio de suas aplicações tradicionais de crédito direcionado e via instrumentos de mercado. Para esse fim, foi aprovado, em outubro de 2009, um



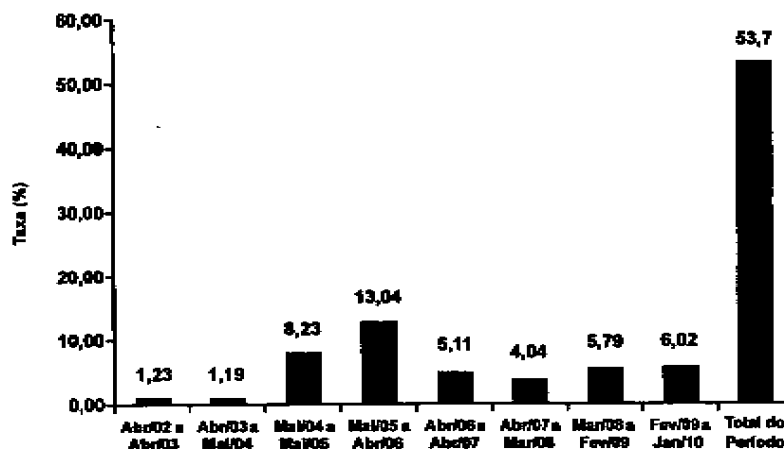
orçamento de R\$ 31,5 bilhões, com expectativa de geração de 2,05 milhões de postos de trabalho, caso seja aplicado em sua totalidade.

Uma mudança importante ocorreu na forma de cálculo dos recursos do FGTS aplicáveis no FI-FGTS, trazida pela Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, que possibilita que se aplique até 80% do patrimônio líquido do Fundo, registrado em 31 de dezembro do exercício anterior àquele em que se der a autorização para integralização das cotas. Isso significa dizer que, ao invés dos R\$ 17,1 bilhões autorizados pela Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, em novembro de 2009, poderiam ser integralizados ao FI-FGTS R\$ 22,32 bilhões, recurso indispensável para a continuidade deste que tem demonstrado ser um extraordinário instrumento de geração de desenvolvimento no País.

### c) Valorização do Salário Mínimo

Ao passar de R\$ 200,00, em finais de 2002, para o atual valor de R\$ 510,00, o salário mínimo teve seu valor nominal acrescido, no período, muito acima da variação de preços que então se verificou, comprovando a determinação inflexível do Governo de recuperar e elevar o seu poder de compra, conforme gráfico abaixo. Utilizando como deflator o INPC/IBGE, o salário mínimo teve um crescimento real de aproximadamente 53,7% entre abril de 2003 e 1º de janeiro de 2010, data em que passou a ter vigência o seu valor atual, alcançando no período os mais elevados patamares médios anuais de aumento real, desde novembro de 1985. Há que se registrar, todavia, que, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2010, esse ganho real do salário mínimo alcançou 72,9%.

**Aumentos Reais do Salário Mínimo – Período: Abril/2003 a Janeiro/2010**



Fonte: MTE - Deflacionado pelo INPC do IBGE

O atual valor já contempla a nova política para o salário mínimo, que estabelece que, entre os anos de 2008 e 2011, os reajustes seriam definidos pela reposição da inflação (INPC/IBGE), acrescido da taxa de crescimento real do PIB de dois anos antes, com antecipação gradual da data base até que chegue a janeiro, em 2010. Assim, neste ano, a data base já foi em janeiro. Essa política de valorização pretende, gradualmente, recompor o valor real do salário mínimo no País, com a preservação automática do seu poder de compra, conforme determina o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal. Sua vigência será até 2023, sendo realizadas, a cada ciclo de quatro anos, revisões das medidas adotadas com o intuito de avaliar os resultados da política implementada.

Outro reflexo da política de valorização do salário mínimo foi a sua contribuição para manter o nível de consumo no mercado interno, devido ao aumento do poder de compra dos trabalhadores, mesmo diante de um cenário econômico recessivo decorrente da crise internacional.

#### **d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores**

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador representou a prioridade da intervenção do Governo, por meio da auditoria trabalhista, em 2009. Com o objetivo de reduzir os índices de acidentes e de letalidade relacionados ao trabalho – um dos eixos da agenda do trabalho decente no Brasil –, as atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza integraram o planejamento governamental e foram alvo de fiscalização sistemática no decorrer do último ano.

Em 2009, a inspeção trabalhista executou 158.065 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho. Os auditores fiscais do trabalho identificaram 5.000 situações de risco grave e iminente à vida de trabalhadores, o que levou à adoção de medidas preventivas de embargos e interdições até que essas situações fossem regularizadas. As atividades econômicas alvo da fiscalização foram selecionadas com base em dados estatísticos, como a quantidade de comunicações de acidentes de trabalho (CAT), documento encaminhado pelas empresas ao Ministério da Previdência Social, e nas informações prestadas por sindicatos em fóruns de diálogo social, como a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), instância em funcionamento em todas as Superintendências Regionais do MTE.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, dando continuidade ao processo tripartite de revisão das normas regulamentadoras, o MTE publicou alterações nas normas nº 1 (disposições gerais sobre segurança e saúde nos ambientes de trabalho) e nº 6 (equipamento de proteção individual – EPI), visando a melhoria de sua aplicação e a maior proteção dos trabalhadores. Além disso, o MTE publicou para consulta pública os novos textos das normas regulamentadoras nº 20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis) e nº 12 (Máquinas e Equipamentos).

Teve início, em 2009, a certificação, pelo Inmetro, de equipamentos de proteção individual. Essa certificação aumentará a credibilidade e elevará a qualidade desses equipamentos. Além disso, o MTE regulamentou o processo de avaliação de conformidade de EPIs, estabelecendo requisitos obrigatórios dos equipamentos e definindo o processo administrativo para a suspensão e o cancelamento do certificado de aprovação dos mesmos.

Em 2010, prevê-se a atualização da mencionada norma regulamentadora nº 12, do MTE. Essa norma versa sobre a operação de máquinas e equipamentos e perpassa diversos setores de atividade, em especial a indústria. A operação de máquinas e equipamentos é responsável por parte significativa dos acidentes graves e fatais relacionados ao trabalho. A versão atual data de 1983 e está desatualizada em relação aos avanços tecnológicos e de processos de trabalho que ocorreram nas últimas duas décadas. A revisão ocorre no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), em um processo tripartite que envolve trabalhadores, empregadores e representantes de governo.

Em outra frente, a auditoria trabalhista atuou para incluir no mercado de trabalho formal milhares de trabalhadores, em 2009. Entre janeiro e dezembro, mais de meio milhão de trabalhadores (588.680) foram registrados sob ação fiscal, o que representou 38,3% do total de empregos gerados no período, segundo o Caged. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização

laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seu vínculo de emprego formalizado. A atuação da fiscalização do trabalho contribuiu, também no ano passado, para a regularidade do recolhimento ao FGTS, protegendo o patrimônio do trabalhador. A inspeção verificou a arrecadação ao FGTS em 224.954 empresas, de janeiro a dezembro. A presença fiscal nas empresas resultou em cerca de R\$ 1,47 bilhão entre valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 13.880. Em 2010, o MTE colocará em prática nova metodologia de execução da política de inspeção do trabalho. O novo modelo organiza a intervenção em projetos por atividade econômica ou tema, executados por equipes de auditores, de forma descentralizada. A metodologia enfatiza a identificação das irregularidades trabalhistas das atividades econômicas que serão objeto da intervenção fiscal (diagnóstico) e a prévia definição das estratégias de atuação mais adequadas para o enfrentamento da situação-problema observada.

O aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho, via fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizes nas empresas, manteve-se como objetivo da auditoria trabalhista, em 2009. Até dezembro, 68.926 aprendizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho, número que supera em 26% o resultado obtido no mesmo período do ano anterior (55.637). O quadro que se segue apresenta a evolução do resultado da inspeção do trabalho na inserção de aprendizes no mercado de trabalho.

Tabela - Aprendizes Inseridos Mediante Ação Fiscal

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
18.146	25.215	29.605	44.049	52.676	55.637	68.926

Fonte: SEIT/SIT/MTE.

No âmbito dos esforços em favor da erradicação do trabalho infantil, o MTE organizou operações fiscais com objeto em setores de atividade econômica incluídos na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, anexa ao Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, considerada um marco na proteção de crianças e adolescentes. Os setores selecionados – indústria da transformação, comércio, indústria da construção, agricultura, pecuária e exploração florestal – abrigam quantitativo significativo de crianças laborando na condição de empregados, o que é o foco da intervenção da auditoria trabalhista. Essa nova diretriz enquadra-se nos compromissos assumidos pelo Governo com organismos internacionais de erradicar o trabalho infantil em suas piores formas, até 2015.

O número de crianças e adolescentes afastadas do trabalho em decorrência de ações fiscais alcançou 4.807, em 2009. Oportuno mencionar que todas foram encaminhadas à rede de proteção social para, entre outras iniciativas, serem incluídas em programas de transferência de renda. A quantidade de ações fiscais relacionadas ao trabalho infantil foi de 1.208 no período. O número de crianças e adolescentes encontrados pela fiscalização registra decréscimos sucessivos nos últimos anos, em linha com os resultados apurados pela PNAD. Deve ser registrado que, ainda em 2009, o MTE coordenou, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), a revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Em 2010, serão intensificadas as operações de fiscalização, focadas nas atividades presentes na referida Lista.

No que tange à política de erradicação do trabalho análogo a de escravo, o grupo especial de fiscalização móvel e os grupos rurais estaduais do MTE sustentaram, em 2009, a repressão firme a esse delito. Nesse ano, a auditoria trabalhista realizou 141

operações específicas de combate ao trabalho escravo, compreendendo 324 estabelecimentos fiscalizados e resultando no resgate de 3.571 trabalhadores da condição análoga a de escravo. Do total de libertados, cerca de 72% receberam três parcelas, no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores foram da ordem de R\$ 5,6 milhões, no período. De 2003 até 2009, 38.461 trabalhadores foram resgatados da condição análoga a de escravo, em decorrência das operações do MTE.

A maior presença fiscal no campo pode ser medida pela ampliação dos vínculos trabalhistas formalizados. Entre janeiro e novembro de 2009, a auditoria trabalhista registrou, sob ação fiscal, 91.614 trabalhadores rurais. Essa presença estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga a de escravo. As ações rotineiras da auditoria no meio rural constituem, portanto, atuação preventiva no combate a esse tipo de prática. O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento inibidor da prática, registra em sua última atualização, em 31 de dezembro de 2009, 164 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga a de escravo. O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados na análise de concessão de financiamento, bem como de empresas e entidades signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado e monitorado pelo Instituto Ethos, pela Repórter Brasil e pela OIT.

A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência continuará sendo uma prioridade para o Governo, em 2010. Em 2009, a fiscalização trabalhista inseriu no mercado de trabalho mais 26.403 pessoas com deficiência. De 2005 a 2008, foram inseridos mediante ação fiscal um total de 107.325 trabalhadores. O projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência é um dos eixos da estratégia do Governo, por intermédio do MTE, para elevar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho. Integrante da Agenda Social do Governo, o projeto, cuja execução será intensificada, em 2010, objetiva ampliar a participação de pessoas com deficiência em programas de capacitação profissional. Cabe ressaltar que a falta de capacitação profissional adequada é o principal argumento evocado por empregadores para a não integralização das cotas para pessoas com deficiência.

#### e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O diálogo social é um foco constante do Governo, e, ao longo de 2009, foram realizados diversos encontros, reuniões e debates a respeito da legislação trabalhista, com o intuito de procurar a modernização dos marcos legais como, por exemplo, o trabalho efetuado por meio de terceirização. Foi estabelecida, a partir de 1º de janeiro de 2009, a obrigatoriedade da utilização do Sistema Mediador para o registro das convenções e acordos coletivos de trabalho e seus respectivos termos aditivos. Os dados do Sistema revelam que foram registrados, até o dia 18 de novembro de 2009, o total de 30.233 instrumentos coletivos, que decorreram de negociações coletivas, e estabelecem condições de trabalho além daquelas previstas em lei. Foram realizadas 25.165 reuniões de mediação em todo o território nacional, com o alcance de 9.466.665 trabalhadores das categorias envolvidas.

Em face da atribuição de registrar as empresas de trabalho temporário, para que tenham autorização para funcionar e celebrar contratos temporários, foi lançado o Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário (Sirett), a partir de 1º de dezembro de 2009, que permitirá o pedido via Internet e dará maior celeridade aos procedimentos administrativos. Outra atividade de grande importância para os trabalhadores é a implantação do Sistema de Homologação de Rescisões de Contrato de Trabalho (Homolognet), previsto para estar disponível ainda no primeiro semestre de 2010. Esse sistema terá a atribuição de controlar

todas as fases da rescisão do contrato de trabalho, desde a elaboração do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho até a homologação da rescisão contratual, quando devida. A sua primeira versão tratará de todas as rescisões de contrato de trabalho sujeitas à homologação pelas unidades do MTE. Nas versões subsequentes, ele deverá tratar das demais rescisões contratuais dos trabalhadores, inclusive daqueles com menos de um ano de serviço, que não estão obrigados à homologação. Como o cálculo da rescisão será realizado pelo sistema, tanto o empregador quanto o trabalhador terão segurança jurídica sobre a sua exatidão.

Deve-se destacar também que, em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.463, estabelecendo limites para o valor das anuidades dos conselhos de fiscalização de profissões. Esses conselhos possuem importante papel na sociedade, por zelar pelo cumprimento de exigências legais no exercício de diversas profissões.

#### **f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social**

A qualificação social e profissional é entendida como um direito do cidadão e, como tal, os beneficiários do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) são estimulados a refletir sobre sua importância no mundo em que estão inseridos, para que possam conhecer e avaliar o novo mercado de trabalho e as novas formas de organização social. Nesse contexto, o PNQ pretende contribuir para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentem maior vulnerabilidade socioeconômica.

No âmbito do PNQ, os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) são instrumentos que articulam as ações de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais. Em 2009, foi iniciado o desenvolvimento de dez PlanSeQs, para a qualificação de 215,5 mil trabalhadores, sendo que desses, 179,7 mil são beneficiários do Programa Bolsa Família, que estão se preparando para vagas no setor da construção civil e do turismo no âmbito do Programa Próximo Passo. Esse programa será detalhado no Capítulo III desta Mensagem. Como resultado, até novembro de 2009, 45 mil trabalhadores foram beneficiados no âmbito desse programa. Para execução em 2010, foram publicados 28 editais de Chamada Pública de Parcerias, visando à qualificação de 106,4 mil trabalhadores nos setores de comércio, serviço, trabalho doméstico, turismo, siderurgia, construção civil, entre outros, além de um projeto voltado especificamente para a qualificação de 25 mil trabalhadores afrodescendentes.

Os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), executados de forma articulada, por meio de convênios plurianuais, às ações de intermediação de mão de obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre mercado de trabalho, têm sido executados em todo o Brasil, com a qualificação, em 2009, de 50 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008. Em 2009, foram assinados 64 convênios/aditivos, cujos convenientes estão em procedimento de licitação, visando à contratação das entidades executoras dos cursos que serão realizados no exercício de 2010, sendo que outros 26 novos convênios estão em tramitação. A meta desses convênios é a qualificação de 70 mil trabalhadores, em todo o Brasil. A carga horária média dos cursos de qualificação foi elevada continuamente, passando de 62,4 horas em 2002, para 200 horas em 2009, com ganhos de qualidade pedagógica expressivos, devidos, em grande medida, ao estabelecimento de conteúdos mínimos para os cursos. No triênio 2003-2005, o PNQ promoveu a qualificação de 409.227 trabalhadores; em 2006, foram qualificados 137.884 trabalhadores; em 2007 esse quantitativo chegou a 134.118 e, no biênio 2008/2009 a meta é qualificar 268 mil trabalhadores. Dessa meta, 95 mil trabalhadores concluíram os cursos até 30 de outubro de 2009, sendo 50 mil em cursos de PlanTeQs e 45 mil de PlanSeQs.

Outra ação no âmbito da qualificação é a certificação profissional, que visa aumentar a inserção e a mobilidade dos trabalhadores, por meio da avaliação e certificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes profissionais desenvolvidos em processos formais ou informais de aprendizagem. Nesse sentido, a Comissão Interministerial de Certificação Profissional (CICP) aprovou, em setembro de 2009, a versão final para a criação do Sistema Nacional de Certificação Profissional (SNCP). Independentemente do Sistema, alguns projetos, no âmbito do PNQ estão em desenvolvimento, visando à certificação profissional de trabalhadores, inclusive no setor da construção civil e do turismo, em razão das oportunidades geradas pelo PAC e pelos eventos esportivos futuros (Copa/Olimpíadas). A meta mínima proposta é a certificação de quatro mil trabalhadores. O foco da certificação profissional como ação do PNQ será o reconhecimento de saberes adquiridos ao longo da vida, permitindo aos profissionais que adquiriram seus conhecimentos, na prática, que tenham a chance de obter uma certificação comprobatória de suas habilidades. A certificação de competências transversais na área do turismo também será objeto da proposta. Para 2010, visando coibir a sobreposição e a fragmentação de ações de qualificação, a dispersão de recursos e a perda de escala no atendimento a trabalhadores, incentivar-se-á a articulação de ações de qualificação social e profissional com a educação técnica e a educação de jovens e adultos. Dessa forma, aprofundar a parceria com as secretarias estaduais e municipais de trabalho e com a representação de trabalhadores e empresários será vital para a identificação de ocupações demandadas e de conteúdos necessários às ações de qualificação, de modo a garantir a efetividade social, a qualidade pedagógica e a inserção no mundo do trabalho. Além disso, será necessário ampliar as ações implementadas pelo Governo e estudar formas de aumentar a capacidade de regulação para ações executadas por outros Entes da Federação, instituições paraestatais e o setor privado, inclusive universidades públicas, redes federal e estadual de educação profissional e o Sistema “S”. Também será estimulada a certificação e a orientação profissional, bem como a integração com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, em especial na qualificação dos beneficiários do programa seguro-desemprego.

Parte constitutiva de praticamente todos os sistemas de emprego no mundo, a ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é realizada no Brasil utilizando-se recursos do FAT, em parcerias do Governo Federal com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, para a instalação e manutenção da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Nos postos do Sine são recebidas as inscrições dos trabalhadores e realizada a captação de vagas das empresas empregadoras, o que possibilita a inserção do trabalhador no mercado. De janeiro a novembro de 2009, a intermediação de mão de obra no âmbito do Sine foi responsável por (re)colocar no mercado de trabalho 966.600 trabalhadores. Considerando o acumulado de janeiro de 2007 a novembro de 2009, foram 3.015.756 trabalhadores (re)colocados, com uma média anual de 1,034 milhão de trabalhadores, resultado superior ao período de janeiro de 2003 a dezembro de 2006, quando foram (re)colocados no mercado de trabalho em média 876 mil trabalhadores. A maior eficiência da ação de orientação profissional e intermediação de mão de obra é atribuída ao aumento da capilaridade da rede de atendimento, além do reflexo do comportamento favorável do mercado de trabalho no período.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), importante documento para o reconhecimento da vida funcional do trabalhador e seu acesso a direitos previdenciários e trabalhistas, vem sendo continuamente modernizada. O atual modelo, lançado em 2008, contém código de barras com o número do PIS impresso, e é emitido com base em sistema informatizado, propiciando maior segurança. Desde então, o novo modelo do documento já foi lançado em quatorze Unidades da Federação. Até outubro de 2009, foram emitidas 4.428.645 CTPSs, correspondendo à realização de aproximadamente 77% da meta prevista para o exercício. Para 2010, a meta é a emissão de 5.733.348 CTPSs, sendo que a expectativa é implementar o novo modelo em todos os Estados.



Outra ação relevante, em 2009, foi o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações, e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos. A iniciativa se encontra em fase piloto, no Distrito Federal, para posteriormente ser estendida aos demais Estados.

Visando à proteção temporária do trabalhador, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, ou por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), bem como pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação), o seguro-desemprego é importante benefício de manutenção de renda. De janeiro a novembro de 2009, foram beneficiados 5.934 milhões de trabalhadores formais, 280.920 pescadores artesanais, 2.141 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão e 9.191 empregados domésticos. Ainda receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa-qualificação 19.506 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. O comportamento dessa modalidade foi fortemente influenciado pelo contexto de crise nos primeiros meses do último ano, sendo que o dado de janeiro a novembro de 2009 corresponde a um aumento de 159% em relação ao total do ano de 2008. Ao todo, foram despendidos com o seguro-desemprego, de janeiro a outubro, mais de R\$ 17,4 bilhões, cumprindo o propósito do programa, ou seja, amparar temporária e financeiramente o trabalhador brasileiro.

O abono salarial é outro benefício importante, pago com recursos do FAT. Podem receber esse benefício todos os trabalhadores empregados que contribuem para o PIS/PASEP e cuja remuneração média mensal, no período trabalhado no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos. Desde 2003, o número de benefícios pagos vem crescendo. Em 2009, até o dia 24 de novembro, 14.946.136 trabalhadores haviam recebido o Abono Salarial, com o dispêndio de R\$ 6,79 bilhões.

No contexto do aprimoramento e da expansão das políticas prioritárias, vale destacar a previsão de implantação, em 2010, de novo sistema informatizado para a gestão das ações de emprego desenvolvidas pelo MTE e seus parceiros. O novo sistema terá base web, barateando o custo de sua expansão, e garantirá facilidades ao trabalhador e ao empregador, tais como o preenchimento do formulário de dispensa do seguro-desemprego via web, para empresas com certificação digital, e a possibilidade de inscrição de trabalhadores e registro de vagas no Sine, via Internet. Haverá base de dados única, nacional e integrada, possibilitando intermediação de mão de obra interestadual e redução da duplicação de esforços entre unidades de atendimento. Espera-se, com o novo sistema, um significativo avanço na capilaridade da política pública de emprego e sua aproximação do cidadão.

Em relação aos trabalhadores migrantes, em 2009, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.655, propondo uma nova Lei de Migrações. Está prevista nesse Projeto a criação do Conselho Nacional de Migração, em substituição ao atual Conselho Nacional de Imigração (CNIg), sendo responsável pela formulação das políticas de imigração e emigração de brasileiros ao exterior. Em 2009, o CNIg atuou na verificação dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, seja de vinda de estrangeiros ao Brasil, seja em relação à emigração e retorno de brasileiros do exterior. Em abril de 2009, o Conselho propôs uma série de medidas, que foram aprovadas, e seguem em processo de implementação, destacando-se a criação de Grupo Bilateral Brasil-Japão sobre emprego; a regulamentação das agências privadas de emprego de brasileiros para trabalho no exterior; a criação de núcleos de recepção no Brasil de brasileiros



retornados do exterior; o projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro” no exterior; e a possibilidade de saque de contas inativas do FGTS por quem esteja no exterior.

#### g) Estimulo à Economia Solidária

Em 2009, deu-se continuidade à execução do Programa Economia Solidária, em atendimento às principais demandas que emergiram na Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, possibilitando o fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), por meio do acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização de processos de produção e comercialização. Em 2010, serão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas nas 27 Unidades da Federação, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregados dos grandes centros urbanos, entre outros. Esses agentes apoiam e acompanham mais de 680 empreendimentos econômicos solidários, que atingem mais de 45 mil trabalhadores. Até o mês de abril de 2010, serão pesquisadas e registradas informações de 30 mil EESs, 1.200 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento e mais de 300 políticas públicas de economia solidária. Cabe ressaltar que essas informações serão disponibilizadas no Atlas da Economia Solidária no Brasil, a ser divulgado em 2010.

Deu-se continuidade, também, à Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária, com programas de rádio, filmes e documentários, cartilhas, cartazes, folhetos e manual de formação de formadores e educadores. Já foi iniciada a veiculação de material de mídia da campanha (vídeo e programa de rádio), o que amplia o conhecimento e a adesão da sociedade às práticas de comércio justo e solidário e ao consumo consciente, com a valorização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários. No último ano, foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. No mesmo ano, foi iniciado um novo PlanSeQ da Economia Solidária (PlanSeQ Ecosol) para a qualificação de mais 5.300 trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários, incluindo novos segmentos como a piscicultura, agricultura ecológica e agentes do comércio justo e solidário. Foram, também, implantados e iniciadas as atividades dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFESs), sendo quatro regionais (Nordeste, Centro Oeste, Norte e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que proporcionaram a capacitação de cerca de 2 mil formadores e de gestores públicos que atuam com EESs em todas as Unidades da Federação. Em 2010, pretende-se proporcionar a consolidação dos atuais 6 CFESs, proporcionando a multiplicação de formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários.

Houve, também, uma significativa ampliação no número de incubadoras universitárias de economia solidária. Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, apoiadas pelo Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando cerca de 600 EESs. No decorrer do referido exercício, foram apoiados novos projetos no âmbito do programa, beneficiando mais 67 programas e projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

No ano passado, foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica (Neates) nos Estados do Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para 2010, outros 9 Núcleos deverão ser implementados.

O Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários visa disponibilizar recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da economia solidária. Em 2009, manteve-se o apoio a 33 Projetos

Produtivos Solidários, com investimento total de cerca de R\$ 3 milhões na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais. Destes, 9 projetos estão sendo implantados em áreas de abrangência dos Territórios da Cidadania nos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí.

Em 2009, foram ampliados e implementados novos Bancos Comunitários, com o apoio do Governo, por intermédio do MTE, tendo sido criados cinco novos Bancos Comunitários na Cidade de São Paulo. Assim, o “Projeto de Apoio a Bancos Comunitários”, desenvolvido em parceria com o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia, já criou e apoiou mais de 45 bancos Comunitários, de 2005 a 2009. Em 2010, pretende-se instituir o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, que visa organizar a comercialização e a certificação dos produtos e serviços da economia solidária. Além disso, serão envidados esforços para aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta as cooperativas de trabalho, o que dará segurança jurídica a essa forma de organização, possibilitará a formalização de inúmeros empreendimentos econômicos solidários e criará o Programa Nacional de Fomento ao Cooperativismo de Trabalho. Pretende-se, também, realizar a II Conferência Nacional de Economia Solidária, consolidando esse importante espaço de discussão e participação social na construção da política pública de economia solidária.

## 5. Inclusão Bancária e Microcrédito

### a) Sistema Financeiro Nacional

O Banco Central do Brasil (BCB) continua executando uma programação para uma efetiva regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com vistas a garantir a sua solidez, eficiência, confiabilidade e a defesa dos direitos dos cidadãos. As principais ações de regulação e supervisão do SFN, executadas pelo BCB no período 2009/2010, são: i) o desenvolvimento de metodologia de acompanhamento da estabilidade financeira do Sistema, ante os pontos críticos observados no decorrer da crise econômica internacional; ii) o aperfeiçoamento da metodologia de acompanhamento dos mercados; iii) a adequação do processo de supervisão à implementação da Convenção de Basileia II; e iv) o aperfeiçoamento do processo de gestão da informação, incluindo a revisão/racionalização das informações coletadas das entidades supervisionadas.

Durante a crise financeira internacional, a supervisão a cargo do BCB esteve atenta aos impactos no SFN, realizando o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas, que subsidiaram a tomada de decisão por parte da sua Diretoria Colegiada. Além disso, com as alterações normativas adotadas nesse contexto, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão contínua ao longo do tempo, com a consequente construção de um canal de comunicação eficaz entre o BCB e a alta administração das instituições, foi fundamental para o sucesso desse esforço de gestão durante a referida crise.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a sanção da Lei Complementar nº 130, de 2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor, consistentes com princípios cooperativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança, cogestão temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao status de lei vários comandos presentes em disciplinamento administrativo, conferindo maior segurança jurídica.

O segmento de administradoras de consórcios passou por significativa transformação, em 2009. No dia 6 de fevereiro, entrou em vigor a Lei nº 11.795, que fora publicada em 2008, porém com vigência após 120 dias de sua publicação, trazendo maior segurança para os consorciados e para as administradoras. Além da possibilidade de formação de grupos de consórcio referenciados em serviços de qualquer natureza, a nova lei permite o uso dos créditos pelo consorciado para quitação de financiamento de sua própria titularidade.

Em julho de 2009, foi editada a Resolução nº 3.757, do BCB, que promoveu aperfeiçoamento na regulamentação aplicável às agências de fomento. O novo documento normativo ampliou o escopo operacional dessas agências, autorizando a participação acionária, direta ou indireta, no País, em instituições não financeiras, para a prática de operações de arrendamento mercantil e câmbio, mediante alocação de capital complementar, para o financiamento de capital de giro dissociado de capital fixo.

Com relação às tarifas de serviços bancários, o BCB, em 2009, deu continuidade às ações visando garantir o cumprimento das normas relativas a essas tarifas, bem como a adoção de práticas adequadas na contratação de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Os procedimentos de supervisão foram atualizados em razão de alterações normativas sobre o tema, a exemplo da proibição da cobrança de tarifa de renovação de cadastro para clientes pessoa física. Para melhorar o acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro, foram desenvolvidas novas ferramentas e metodologias, que permitirão ao BCB acompanhar a sua evolução, bem como adotar, à época devida, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Um novo Sistema de Monitoramento de Mercados (SMM) foi implantado, com o objetivo de prover maior segurança e eficiência no monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez a que as instituições financeiras estão expostas.

#### b) Acesso aos Serviços Bancários

O Programa de Inclusão Bancária tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em outubro de 2009, a quantidade de contas correntes simplificadas criadas alcançava 10 milhões, sendo 5,7 milhões ativas, com saldo médio de R\$ 63,55, enquanto o total de contas poupanças simplificadas atingiu 200 mil, sendo 15,3 mil contas ativas, com saldo médio de R\$ 79,40. As contas correntes simplificadas, no período de novembro de 2008 a outubro de 2009, tiveram um incremento de 2,2%, ou de R\$ 9,8 milhões para R\$ 10 milhões. O número de contas de poupança simplificadas tiveram, no mesmo período, um decréscimo de 33,5%, ou de 301 mil para as mencionadas 200 mil.

A inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários deverá ter um grande avanço, em 2010, com o incentivo à inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mediante acesso a serviços financeiros oferecidos pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, principalmente pela possibilidade de pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família por meio das contas correntes simplificadas.

O Banco Popular, subsidiária do Banco do Brasil, promove o acesso aos serviços bancários por meio da conta simplificada e mantém, atualmente, cerca de 1,45 milhão dessas contas, que podem ser movimentadas em sua rede de 3.452 pontos de atendimento, localizados em 1.605 Municípios, permitindo à população de baixa renda o acesso aos serviços financeiros tradicionais, tais como crédito popular e produtivo orientado, e cartão de débito.

O Banco da Amazônia, no âmbito do Programa de Inclusão Bancária, concede crédito à população de baixa renda por meio de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, tendo beneficiado, de 2003 a 2009, a mais de 57 mil amazônidas, com o valor de R\$ 32,1 milhões. Somente em 2009, o total de financiamentos para esse segmento atingiu mais de R\$ 1 milhão.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) abriu 133.303 contas-correntes simplificadas em 2009, apresentando um total de 517.814, com público prioritário do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado, e os aposentados e pensionistas do INSS, que utilizam essas contas para recebimento de seus proventos.

Por sua vez, as operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, alcançando, em novembro de 2009, um saldo total de R\$ 105,2 bilhões, sendo R\$ 91,7 bilhões para funcionários públicos, ativos e inativos, e aposentados e pensionistas do INSS. Assim, o crédito consignado representava naquele mês 59,4% do total do crédito pessoal, com taxa de juros média de 22,6% ao ano, em nível bastante inferior às taxas das demais modalidades desse tipo de crédito, em torno de 59,5% ao ano.

#### c) Microcrédito e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sendo os recursos provenientes do FAT e dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. Em 2009, por meio do CMN, foi viabilizada a ampliação da concessão de operações de microcrédito, com a elevação dos valores máximos de operações de microcrédito passíveis de serem financiadas pelo FAT. Também, aumentou o somatório máximo de operações de microcrédito que pode ser mantido pelas pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e pelas microempresas beneficiárias de operações de microcrédito.

No âmbito do PNMPO, o Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil, em 2009, apresentou carteira ativa de R\$ 501,6 milhões, com 528,8 mil operações, valor médio de R\$ 948,75 e taxa de juros média de 2,17% ao mês, com um desembolso total de R\$ 1,5 bilhão. No acumulado de 2003 a 2009, o Crediamigo liberou um total de R\$ 5,4 bilhões. Em 2010, a meta do Crediamigo é realizar 1,4 milhão de operações, com um valor desembolsado de R\$ 2,0 bilhões, atingindo 725 mil clientes ativos.

No âmbito do PMPO, foi criado o Programa “Amazônia Florescer”, que tem como base uma filosofia de “finanças de proximidade” contando com diversas unidades de microfinanças. Por meio desse programa já foi viabilizada a concessão de crédito para mais de 9 mil pequenos empreendedores alavancarem seus negócios, no valor de R\$ 6,9 milhões, com média de R\$ 773,57 por beneficiário. Em 2010 programa-se a continuidade da operação desse programas e o aumento do valor do microcrédito concedido.

Para viabilizar a concessão das operações de microcrédito produtivo orientado, o mencionado Banco Popular do Brasil (BPB) tem firmado várias parcerias estratégicas, destacando-se os convênios com organizações não governamentais e cooperativas de crédito solidário. Na linha do Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares, o BPB, em 2009, apresentou R\$ 1,9 milhão de recursos aprovados para as entidades de microfinanças, cujo modelo de negócios contempla linha de crédito conjugada com atendimento em microfinanças e conveniência bancária. Na concessão de crédito à população de baixa renda, a

oferta de microcrédito pelo BPB, em 2009, foi de aproximadamente R\$ 22,5 milhões. Desde a criação do Banco, em 2004, foram concedidos R\$ 469 milhões, por meio de 3,6 milhões de contratos, com valor médio das operações de crédito de R\$ 131,00. Com isso, o BPB atingiu um quantitativo maior de pessoas das camadas menos favorecidas da população brasileira, contribuindo para a popularização das microfinanças no Brasil.

#### d) Crédito Oficial

Visando fomentar a expansão do crédito, será dada continuidade, em 2010, ao processo de interlocução entre bancos oficiais a fim de garantir: redução, pelo sistema financeiro oficial, das taxas operacionais referentes às operações de crédito realizadas com MPes; diminuição das taxas de juros dos Programas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE/BNB); simplificação normativa; ampliação da abrangência do Cartão BNDES; disseminação do Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (Procapcred); e consolidação dos fundos garantidores de risco. Deve ser destacada, no ano passado, a edição da já citada Medida Provisória nº 464, convertida na Lei nº 12.087, de novembro de 2009, que permite a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte. Foram criados o mencionado Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), cuja finalidade é garantir o risco de financiamentos e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, e o já referido Fundo Garantidor de Operações (FGO), atuando na cobertura de linhas para capital de giro com taxas 30% menores que as praticadas no mercado.

No tocante ao FGO, o Banco do Brasil, na condição de agente financeiro, registrou, em 2009, mais de 100 mil operações garantidas pelo Fundo, cujo valor já contratado soma aproximadamente R\$ 3,0 bilhões. Existem ainda mais de 24 mil operações em acolhimento e análise, totalizando cerca de R\$ 930 milhões. O FGO pode garantir até 80% do valor das operações – de investimento ou capital de giro – contratadas como micro e pequenas empresas (faturamento de até R\$ 2,4 milhões/ano, no conceito da Lei Geral das MPE), médias empresas (com faturamento de até R\$ 15 milhões/ano) e Microempreendedores Individuais – MEI (faturamento de até R\$ 36 mil/ano). As operações com microempresas e empresas de pequeno porte respondem por 86% da carteira garantida pelo Fundo. O limite de garantia é de R\$ 500 mil nas operações de investimento e de até R\$ 150 mil, no caso de empréstimos de capital de giro. O valor médio das operações realizadas pelo Banco do Brasil com vínculo do Fundo é de R\$ 30 mil e o percentual médio de garantia tem-se verificado em 73%. O FGO vem contribuindo para a redução das taxas de juros para o segmento MPE. Na linha de crédito BB Capital de Giro Mix Pasesp, por exemplo, a taxa pode chegar a TR + 1,33% ao mês, redução de 28,1% em relação à taxa sem FGO. Destaca-se, ainda em 2009, o lançamento de linha ao amparo do Programa Especial de Crédito do BNDES (BNDES Capital de Giro PEC), beneficiando empresas dos ramos industrial, de comércio e serviços, inclusive habilitadas pelo PAC; o apoio à manutenção do emprego e renda no setor de revenda automotiva, por intermédio do repasse de recursos do FAT, com a linha FAT Giro Setorial; e a promoção das exportações pela disponibilização de linha de giro adaptada ao fluxo de caixa, permitindo às empresas exportadoras o financiamento do seu ciclo produto, com a incidência de alíquota zero de IOF, por meio da linha BB Giro Empresa Flex – Exportação.

Entre as ações estratégicas programadas para 2010, destacam-se a oferta de linha de crédito que contempla o adiantamento dos créditos de empresas fornecedoras juntos às diversas esferas governamentais – federal, estadual e municipal –, com desenvolvimento de sistema automatizado; e a facilitação do acesso remoto das micros e pequenas empresas ao crédito e ao gerenciamento do seu fluxo de caixa, por intermédio da Internet, com taxas diferenciadas e simplificação de procedimentos.

Em relação às cooperativas de crédito, o Banco do Brasil disponibiliza, entre outras soluções, o Serviço de Integração à Compe/SPB. Essa prestação de serviço envolve 330 cooperativas de crédito, 340 mil cooperados e 28 mil Cartões Ourocard Cooperativo. Para incrementar a prestação do Serviço de Integração à Compe/SPB foi disponibilizado o Portal de Negócios Cooperativas de Crédito – nova infraestrutura tecnológica capaz de suportar inovações no ambiente virtual. Além de permitir o fluxo de produtos e serviços especializados com maior agilidade e transparência, o Portal pretende conferir proximidade e especialização no relacionamento com o segmento. O Portal permitirá às cooperativas, também, a redução dos custos operacionais e a facilitação da gestão dos negócios realizados no âmbito do Banco, com a disponibilização de transações passíveis de efetivação e acompanhamento *online*.

## 6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

### a) Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura

A política adotada pelo Governo para a garantia de que este setor seja um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável do País teve mais um avanço estrutural, em 2009, com a sanção da Lei nº 11.958, que criou o Ministério da Pesca e Aquicultura, exatamente em 29 de junho – Dia do Pescador. Também foi nesse dia que passou a vigorar a Nova Lei da Pesca e Aquicultura, substituindo a lei vigente há mais de 40 anos e que já não atendia às necessidades do setor. Entre os importantes avanços dessa nova legislação estão as regras para o exercício da pesca em prol do desenvolvimento sustentável; o reconhecimento dos pescadores e aquicultores como produtores rurais e beneficiários da política agrícola; e das mulheres como trabalhadoras da pesca.

O Brasil produz, atualmente, mais de um milhão de toneladas/ano de pescado, gerando um PIB pesqueiro de R\$ 5 bilhões, ocupando 850 mil profissionais entre pescadores e aquicultores e gerando 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos. Para que o País possa vir a se tornar um dos maiores produtores mundiais de pescado, estão sendo promovidas mudanças em toda a cadeia produtiva, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura. O grande desafio é garantir o aumento e a regularidade de oferta, a qualidade e renda aos pescadores e aquicultores, a qualidade do produto e o preço acessível aos consumidores.

A definição de programas estruturantes e diretrizes para organização da cadeia produtiva é resultado do processo democrático proporcionado por meio das 27 Conferências Estaduais e da 3ª Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca, realizada em novembro de 2009, em Brasília, com a participação de mais de 2 mil delegados.

Em termos de estruturação do setor, no ano de 2009, foi criada a Embrapa Aquicultura e Pesca, com sede a ser inaugurada no Estado de Tocantins, visando intensificar as ações de fomento em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação em aquicultura e pesca e aumentar a qualidade do pescado e a segurança do consumidor. Além de desenvolver pesquisas e tecnologia, o novo órgão terá responsabilidade de coordenar a estruturação de um Programa Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Pesca. Oficinas de trabalho serão realizadas a fim de definir as diretrizes e metas do Programa, bem como pesquisas de melhoramento genético em parceria com instituições de pesquisa, prevendo investimento de R\$ 5 milhões.

Como parte das ações para o fortalecimento da infraestrutura e logística do setor, estão sendo reformados ou construídos 20 Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Desses, estão em operação os Terminais de Laguna/SC, Vitória/ES, Cananeia e Santos/



SP. Outros sete já estão em fase de construção e aparelhamento, com inauguração prevista para 2010: Cabedelo/PB, Natal/RN, Belém/PA, Santana/AP, Manaus/AM, Beberibe e Camocim/CE. Em projeto e licenciamento, ainda há os TPPs do Rio de Janeiro, Angra dos Reis/RJ, Ilhéus/BA, Salvador/BA, Aracaju/SE, Recife/PE, Bragança/PA, Santarém/PA e Porto Velho/RO. Ao todo, os investimentos em projetos, equipamentos e obras no ano de 2009, foram de R\$ 16 milhões.

Em 2009, também, foram iniciadas as obras do Centro Integrado da Pesca Artesanal (Cipar) de Niterói/RJ, com investimento de mais de R\$ 6 milhões e estimativa de produção de 34 mil toneladas ano. Outros 13 Cipar foram implantados, em 2009, envolvendo investimentos no valor de R\$ 15,4 milhões. Para 2010, está prevista a implantação de mais 27 Cipar, com uma previsão de investimento de cerca de R\$ 85 milhões. Ainda, no último exercício, foram entregues 103 fábricas de gelo nas cinco regiões do País, totalizando investimentos de mais de R\$ 35 milhões. Em 2010, a previsão de instalação é de mais 50 fábricas, com um investimento de R\$ 16 milhões. As linhas de investimentos, custeio e comercialização, concedidas em 2009, alcançaram o volume de mais de R\$ 110,6 milhões. O ProFrota Pesqueiro, linha de financiamento de R\$ 4 milhões com prazo de 18 anos para pagar e carência de até 3 anos, foi reestruturado e o respectivo Projeto de Lei será encaminhado, em 2010, para o Congresso Nacional. O programa será ampliado para viabilizar a oferta de crédito e o desenvolvimento do setor. Já o Programa de Revitalização da Frota Artesanal disponibiliza para os pescadores artesanais o financiamento de projetos de investimento entre R\$ 7 mil e R\$ 100 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de dez anos com carência de até três anos.

Com o objetivo de promover a equalização do preço do óleo diesel marítimo para a frota nacional ao preço efetivamente praticado no mercado internacional, a subvenção econômica federal equivale a até 25% do preço de faturamento do óleo diesel na refinaria, sem a incidência do ICMS. No ano de 2009, foram credenciados 2.188 beneficiários, em 13 Estados, sendo aplicados nesse subsídio recursos da ordem de R\$ 25 milhões, num total de 80 milhões de litros de óleo diesel.

A busca de atividades alternativas ao extrativismo na Amazônia, com a preservação do meio ambiente e geração de renda para a população, motivou o Governo a desenvolver o projeto Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável. O objetivo é estimular a produção em cativeiro de peixes da região e ordenar a pesca, de forma a equilibrar a captura das espécies nativas. O plano será uma alternativa às atividades que hoje são responsáveis pelo desmatamento da região.

#### b) Incentivo ao Consumo do Pescado

Usar estratégias articuladas, ações educativas e de divulgação são objetivos para estimular o aumento, qualificação e diversificação do consumo de pescado no Brasil. Criada para orientar os consumidores sobre como adquirir um pescado de qualidade e os benefícios de consumir pescados, a Semana do Peixe, em 2009, registrou aumento de 40% nas vendas de pescado nos supermercados. Ainda, com o objetivo de viabilizar o consumo de pescado, foram entregues a prefeituras e colônias de pescadores, em todo o País, em 2009, 85 caminhões frigoríficos, com investimentos de mais R\$ 17 milhões.

A organização do setor para fortalecer e apoiar quem sobrevive da pesca e da aquicultura foi possível por meio da emissão comprovada das carteiras profissionais. Em 2009, mais de 800 mil trabalhadores retiraram seu documento. Desses 365 mil receberam o Seguro Defeso.



### c) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira

Para inibir a pesca predatória, 5 lanchas patrulha, foram entregues pelo Governo Federal aos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Pará para a fiscalização da pesca, com um investimento de mais de R\$ 5,6 milhões. Em 2010, o trabalho de fiscalização será reforçado, estando prevista a aquisição de mais 23 lanchas patrulha. Neste exercício, também será realizado o censo pesqueiro, em parceria com FAO e o apoio do IBGE, viabilizando assim um importante instrumento para o planejamento das ações para o setor.

O Governo concede, gratuitamente, títulos de cessão de áreas dos reservatórios, rios e mares para que famílias possam produzir peixe em cativeiro, aumentar a renda e melhorar de vida. Além dos parques de Itaipu/PR e Castanhão/CE, implantados em 2008, foram regulamentados, em 2009, os parques aquícolas nos reservatórios de Tucuruí/PA, Ilha Solteira/SP, Furnas e Três Marias/MG. Outros reservatórios serão demarcados em 2010, nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco e Bahia.

### d) Política Internacional da Pesca

O Brasil produz cerca de 55 mil toneladas de pescado provenientes da pesca oceânica. O bonito listrado, a albacora-lage e o dourado são as principais espécies capturadas pelas embarcações brasileiras em alto-mar. A consolidação da inserção brasileira no âmbito internacional da Pesca e Aquicultura se deu com a realização, no Brasil, da reunião internacional da Iccat (Comissão para a Conservação do Atum no Atlântico), em novembro de 2009. Nessa ocasião, o País foi reeleito Presidente da Comissão.

A missão brasileira à Noruega, realizada em 2009, proporcionou acordos de cooperação tecnológica, intercâmbio acadêmico e pesquisa, com o objetivo de promover o desenvolvimento da pesca e aquicultura. As cooperações foram firmadas com o Instituto Norueguês de Pesquisa de Alimentos, Pesca e Aquicultura, o Instituto de Pesquisas Marinhas da Noruega e o Instituto Nacional de Veterinária. Destaque, também no último exercício, para o início da cooperação técnica com a Autoridade Nacional Palestina, nos campos de pesca, educação, saúde e agricultura.

## 7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

### a) Agricultura Familiar

Com o objetivo de dotar o País de informações oficiais sobre a agricultura familiar, em consonância com a Lei nº 11.326, de 2006, o Governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do IBGE, tornou possível a delimitação conceitual dos estabelecimentos agropecuários desse segmento, com os dados do Censo Agropecuário de 2006 e os conceitos da citada lei. Com as informações do Censo, será possível melhor planejar as políticas para o setor da agricultura familiar, comunidades tradicionais e reforma agrária, além das políticas transversais de gênero e raça.

Os resultados do Censo Agropecuário de 2006, apresentados em 2009, mostram que a área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares (ha) e a dos não familiares de 309,18 ha. Do total de estabelecimentos agropecuários, 84,4% (4,4 milhões de estabelecimentos) são familiares, ocupando 24,3% da área total desses estabelecimentos. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP), gerando R\$ 54 bilhões anuais, e ocupando

12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado). O Censo Agropecuário mostrou que a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos básicos para a população brasileira, conforme apresentado no quadro que se segue.

**Percentual de Alimentos Produzidos pela Agricultura Familiar**

<b>Produto</b>	<b>%</b>
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38
Arroz	34
Trigo	21
Soja	16
Leite	58
Aves	50
Suínos	59
Bovinos	30

Fonte: Censo Agropecuário 2009 – IBGE.

A produção da agricultura familiar, aqui entendida como pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais, comunidades de fundo de pasto, quilombolas, entre outras), garantindo a segurança e soberania alimentar, foi de fundamental importância para minimizar o impacto da crise internacional e da alta dos preços dos alimentos ocorrida no final de 2008 e início de 2009.

Em 2009, milhares de agricultores familiares foram beneficiados com o aumento de recursos para o financiamento da produção, destacando-se que no Plano Safra 2009/2010 os recursos previstos para a Agricultura Familiar alcançaram o montante de R\$ 15 bilhões. Além disso, de setembro de 2008 a dezembro de 2009, 19.402 tratores e motocultivadores de até 78 CV foram financiados e entregues aos agricultores de todo o País, por meio do Programa Mais Alimentos.

#### **a.1) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária**

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) amparou na safra de 2008/2009 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R\$ 7 bilhões. Até novembro de 2009, foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de R\$ 536 milhões e, no mesmo período, o programa ressarciu aos beneficiários o montante de R\$ 522 milhões, referentes a coberturas, perícias e remuneração do agente. O programa beneficiou, principalmente, os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de agricultura familiar, atendidos pelo Proagro Mais, com 585 mil contratos.

#### **a.2) Crédito Rural – Aplicações Obrigatórias**

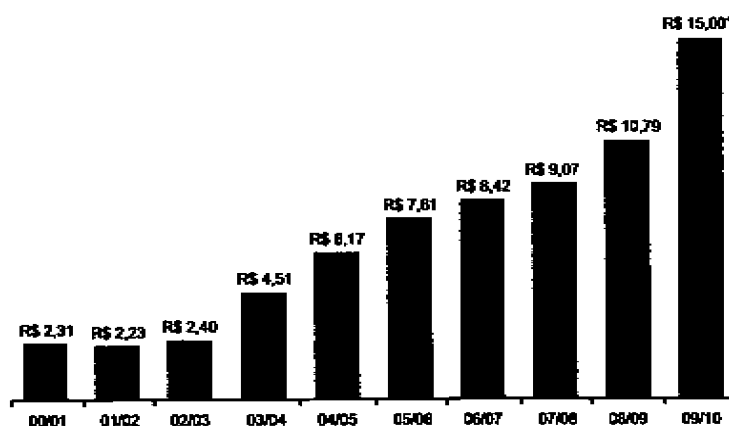
No período de cumprimento das exigibilidades do crédito rural 2008/2009, foram registradas pelas instituições financeiras aplicações obrigatórias de R\$ 34 bilhões, oriundos dos depósitos à vista e R\$ 38 bilhões de depósitos de poupança rural. Além

desses recursos, foram aplicados em crédito rural cerca de R\$ 3 bilhões, originários das deficiências de aplicação do período 2007/2008, que haviam sido recolhidos ao Banco Central e foram repassados às instituições financeiras.

### a.3) Ampliação do Crédito

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano safra de 2008/2009, foi ampliado em mais de R\$ 1,7 bilhão em relação ao que foi aplicado na safra passada. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 18,9%. No gráfico que se segue é apresentada a evolução do volume de recursos emprestados aos agricultores familiares no Pronaf, em cada ano safra, e o volume disponibilizado para 2009/2010, em bilhões.

Utilização dos Recursos do Pronaf pelos Agricultores Familiares (R\$ bilhões)



Fonte: MDA. \* Recursos disponibilizados para o Programa na safra 2009/2010.

A linha Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano safra 2008/2009. Foram ampliados os produtos/produtores beneficiados e incluída a armazenagem e o transporte, entre os itens financiados. Atualmente, o Pronaf Mais Alimentos financia a produção, a armazenagem e o transporte de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. O Mais Alimentos permite, ainda, o financiamento de preparo e conservação do solo, máquinas e implementos agrícolas para a produção, armazenagem e transporte dos produtos, o que permite ao agricultor uma maior apropriação da renda gerada. No primeiro ano safra de operacionalização, o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 1,18 bilhão, com a venda de 22.986 máquinas e equipamentos.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) foi ampliado e hoje garante as operações de custeio e investimento realizadas no âmbito do Pronaf. O PGPAF garante até R\$ 5 mil por agricultor, em caso de queda nos preços na hora da comercialização. São contemplados no programa 35 produtos: babaçu, açaí, borracha natural extrativa, pequi e piaçava, algodão, alho, amendoim, borracha natural, caprino de corte, ovinos de corte, castanha-do-brasil, carnaúba, girassol, juta, malva, sisal, sorgo, triticale, arroz, café-conillon, café-arábica, inhame, cará, castanha-de-caju, cebola, feijão, leite, mamona, milho, pimenta-do-reino, mandioca, soja, tomate e trigo.

Sabendo que a ampliação da oferta de crédito, também, resulta em maior exposição do agricultor ao risco financeiro, foi criado o Pronaf Sustentável, em 2009. O objetivo do Pronaf Sustentável é conjugar o planejamento, a orientação, a coordenação e o monitoramento, resultando na implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária com enfoque sistêmico, com atenção à geração de renda e à adequação ambiental das unidades familiares de produção.

Em 2009, o crédito rural do Pronaf ajudou os agricultores familiares do País a enfrentarem as piores adversidades climáticas dos últimos anos. As Regiões Norte e Nordeste sofreram com o excesso de chuvas, causando prejuízos não só à agropecuária familiar, mas também às moradias e a toda a infraestrutura produtiva existente em muitas localidades. Ao mesmo tempo, a Região Sul, principal produtora de grãos e de animais de pequeno porte, sofreu com a seca, o que frustrou a safra agrícola e reduziu a oferta de alimentos para a pecuária (aves e suínos).

O Sul do País não foi afetado somente pela estiagem. O excesso hídrico castigou o Estado de Santa Catarina, no final de 2008, gerando prejuízos econômicos e sociais nunca vistos antes naquela Unidade da Federação. Para superar esses desastres, foram criadas condições específicas para o atendimento do público atingido pelo efeito nefasto do clima. Com a “Linha Especial de Crédito de Investimento para Reconstrução e Revitalização”, criada em 2009, o crédito rural do Pronaf atendeu aos agricultores daquele Estado, disponibilizando R\$ 100 milhões, com taxa de 2% a.a. para financiamentos de até R\$100 mil, permitindo a reconstrução da infraestrutura produtiva arruinada pelas chuvas.

Poucos meses após as chuvas castigarem Santa Catarina, a Região Sul (inclusive o próprio Estado de Santa Catarina) sofreu com a estiagem, ao mesmo tempo em que as Regiões Norte e Nordeste eram afetadas pelas chuvas em excesso. Para atender os agricultores familiares dessas três regiões, foi criada a “Linha Emergencial” para estiagem ou enchentes, com taxas de 0,5% a.a. para investimentos localizados, cuja disponibilização foi de R\$ 385 milhões.

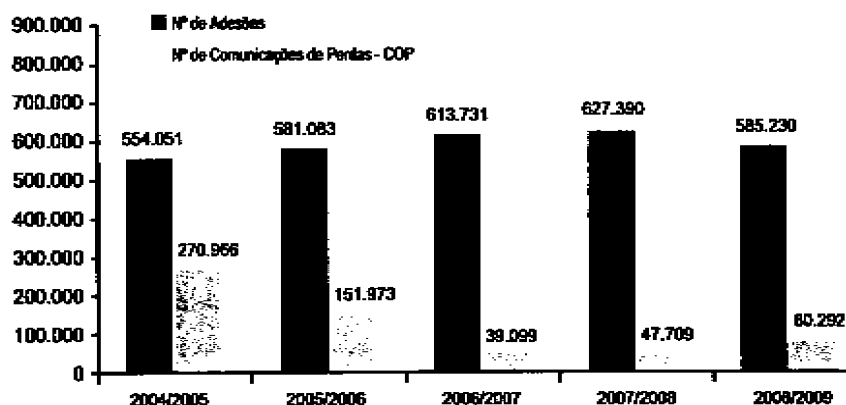
#### a.4) Seguro da Agricultura Familiar

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) foi criado pelo Governo, em 2004, para que os agricultores pudessem plantar com maior segurança, estimulando assim a produção de alimentos e a geração de trabalho e renda. O Seguro oferece garantia de renda (cobertura de 100% do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado, até o limite de R\$ 2.500,00) e a adesão é automática para os agricultores que contratam financiamento de custeio agrícola Pronaf de culturas seguráveis. O prêmio é estimado em cerca de 8% a 10% para culturas como milho, feijão, soja e trigo. O agricultor paga 2% do valor enquadrado e o restante do prêmio é subsidiado pelo Governo.

O Seaf tem sido um importante instrumento para administrar situações de perdas agrícolas por eventos climáticos, evitando a configuração de crises sociais no campo. No início da operação desse Seguro, houve ocorrência de forte estiagem, atingindo grande número de Municípios. Na safra 2008/2009 voltaram a ocorrer eventos climáticos em diversas localidades, atingindo as lavouras e gerando perdas. Nesses locais, o Seguro foi de fundamental importância para que as perdas agrícolas não gerassem graves problemas sociais nas comunidades atingidas, evitando êxodo rural para a periferia das cidades e evitando que os agricultores ficassem submetidos a situações de extrema pobreza e privação.

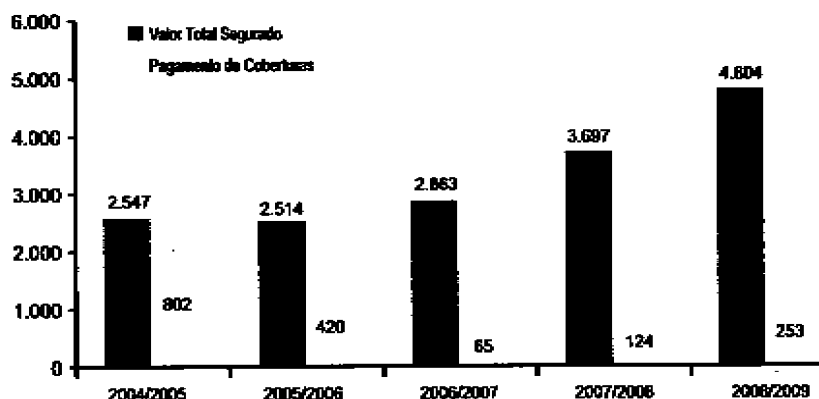
No primeiro ano de operação do Seaf, foram segurados 554 mil empreendimentos agrícolas. Esse número cresceu, atingindo 585 mil empreendimentos na safra 2008/2009. O crescimento mais expressivo ocorreu no valor segurado, como se pode verificar nos gráficos que se seguem, saltando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 4,8 bilhões. Na última safra, mais de 49 mil famílias receberam indenização do Seaf, com um valor de aproximadamente R\$ 253 milhões.

**Seguro da Agricultura Familiar – Adesões e Comunicações de Perdas**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Seguro da Agricultura Familiar – Valor Segurado e Indenizações (R\$ milhões)**



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Dentre os principais avanços alcançados pelo Seaf, no ano passado, estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à gestão de riscos na agricultura familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas, como a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Essas medidas reduzem a sinistralidade e os dispêndios com pagamentos de cobertura, conferindo ao Seaf indicadores de eficiência e sustentabilidade compatíveis com a realidade do mercado internacional de seguro agrícola. Ao mesmo tempo, as referidas medidas têm sido importantes para evitar a ocorrência de perdas, proporcionando maior estabilidade para a produção e a renda dos agricultores.

**a.5) Garantia-Safra**

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas, que provoquem perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de Municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Fundo garante o pagamento de R\$ 550,00 para cada família prejudicada. No ano de 2009, 553.225 agricultores de 714 Municípios dos Estados do Nordeste e da região semiárida de Minas Gerais participaram do Fundo Garantia-Safra. Nesse mesmo ano, 383.903 agricultores familiares da região de atuação da Sudene receberam o benefício de R\$ 550,00 que o Garantia-Safra assegura. Ainda em 2009, o Fundo passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o seguro chegue com mais rapidez aos agricultores. Para a safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento, com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

**a.6) Assistência Técnica e Extensão Rural**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Durante o ano de 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica adequadas às especificidades dos diversos biomas; a articulação com a pesquisa agropecuária para disponibilização de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar; a parceria com o CNPq, visando fomentar a extensão tecnológica; a articulação do “Pacto Federativo para a redução das desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal”, que visa ampliar a oferta de ATER nos Territórios da Cidadania; a participação na operação “Arco Verde”, apoiando a disponibilização de tecnologias de produção e gestão para os agentes de ATER, agricultores e suas organizações, e a formação de agentes e agricultores em políticas públicas.

As organizações de ATER credenciadas pelo MDA são agora 548, abrangendo mais de 23.000 técnicos de todos os Estados. O orçamento de ATER para a agricultura familiar chegou, em 2009, a mais de R\$ 246 milhões, permitindo atendimento a 1,6 milhão de famílias em ações de capacitação e orientação para a produção, processamento e comercialização dos produtos, e apoio para o acesso ao crédito, seguro e outras políticas públicas.

No contexto do pacto federativo, por meio da articulação com os governos de 16 Estados e suas respectivas entidades de ATER, estão sendo repassados mais de R\$ 133 milhões, no biênio 2009/2010, mediante contrapartida dos Estados, os quais deverão contratar e lotar, nos Municípios dos Territórios da Cidadania, cerca de 3.200 técnicos para atendimento direto aos agricultores familiares, permitindo o acesso às políticas de crédito, comercialização, habitação, alfabetização, novas tecnologias, dentre outras.

As ações do Programa Mais Alimentos foram fortalecidas consideravelmente com a ação da ATER. O Governo, por meio do MDA e da Embrapa, viabilizou e ampliou as ações para disponibilizar tecnologias para a agricultura familiar, inaugurando, em 2009, uma nova etapa na integração da ATER com a pesquisa. Foram realizadas mais de 1.662 ações de disponibilização de tecnologias e instaladas 458 Unidades Demonstrativas em comunidades rurais, as quais foram usadas como “sala de aula” para a capacitação

de 337.617 beneficiários diretos, entre extensionistas rurais e agricultores familiares. Essas ações são apoiadas pela distribuição de 81 mil exemplares de publicações, que tratam especificamente das tecnologias disponibilizadas. As organizações de ATER são responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos projetos de investimento do Programa Mais Alimentos, buscando a utilização da linha de crédito para aquisição das máquinas, equipamentos, manejo de solo e água etc.

Os processos de Formação dos Agentes de ATER concentraram-se no apoio ao Programa Territórios da Cidadania, por meio do Projeto Cultivando Saberes, e no apoio à implementação do Pronaf Sustentável. As ações de formação realizadas diretamente pelo MDA focaram no desenvolvimento rural sustentável, no uso de métodos e ferramentas que promovem a participação, na produção de alimentos limpos e na preservação do meio ambiente. Por meio de convênios com as entidades estaduais de ATER, foram repassados, no último exercício, recursos para a capacitação de cerca de 20 mil agentes de ATER e 360 mil agricultores familiares.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que é um compromisso assumido no âmbito da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, ratificada pelo Brasil em 2005, investiu recursos em projetos de extensão rural, capacitação e pesquisa, atendendo a 20 mil famílias de agricultores familiares fumicultoras das Regiões Sul e Nordeste do Brasil. Outra ação importante refere-se ao Programa de Prevenção das Gripe Aviária, Suína e Equina, implementado a partir da realização de cursos de Formação de Formadores de Agentes de ATER para 89 médicos veterinários. O programa contempla, ainda, a capacitação e multiplicação para aproximadamente 1.400 técnicos de campo vinculados às entidades estaduais de ATER e a distribuição de um milhão de cartilhas sobre o tema para agricultores familiares.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a realização de uma chamada de Projetos de ATER Indígena, que disponibilizou aproximadamente R\$ 2,5 milhões, por meio de 17 projetos aprovados, permitindo uma abordagem diferenciada dessas atividades para os povos indígenas.

Por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.665, de 2009, que institucionaliza a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, atendendo a uma demanda dos setores governamentais e não governamentais que prestam serviços nessa área. Esse Projeto de Lei foi aprovado e já foi sancionado, resultando na Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que, entre outras medidas, institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

#### a.7) Apoio à Comercialização

Em 2009, o Governo investiu cerca de R\$ 624 milhões, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no fomento à comercialização de produtos da agricultura familiar, consolidando esse programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

Em 2009 houve uma importante conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei nº 11.947, que instituiu a compra obrigatória de, no mínimo, 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com os recursos recebidos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, conforme detalhamento constante do Capítulo III



desta Mensagem. No referido período, foram realizadas diversas atividades com vistas à divulgação da Lei, de forma que no ano 2010 as compras se efetivem. A estimativa é de que cerca de 250 mil famílias comercializem sua produção para a alimentação escolar, atendendo a um mercado que representa cerca de R\$ 600 milhões.

#### **a.8) Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar**

O Governo tem estimulado os agricultores familiares e seus empreendimentos a diversificarem suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Nesse sentido, quase R\$ 11 milhões foram utilizados em projetos inovadores que promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados como o de orgânicos, da biodiversidade, da agroindústria familiar e de atividades não agrícolas, como o turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação.

Iniciativas inovadoras como a VI Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada pela segunda vez na Cidade do Rio de Janeiro, são uma pequena amostra do que vem ocorrendo no meio rural. Nessa Feira, foram comercializados aproximadamente R\$ 4 milhões, com a presença de mais de 600 expositores, representando todas as Unidades da Federação. Produtos diversificados e de alta qualidade têm garantido uma cesta de alimentos variada e de baixo custo para a população, contribuindo, inclusive, para a estabilidade dos preços da cesta básica nacional.

Também em 2009, foi iniciado o trabalho de implantação de duas cadeias de produtos da sociobiodiversidade – castanha-do-brasil e babaçu –, com a organização desses setores e concessão de subvenções para venda dos produtos por parte das populações extrativistas. Ambas fazem parte do Plano Nacional de Produtos da Sociobiodiversidade.

#### **a.9) Biodiesel e Agricultura Familiar**

A agricultura familiar vem sendo fortalecida com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O cultivo de matérias-primas para a produção de biodiesel cria oportunidades de trabalho, gera mais renda no campo, estimula a inclusão social em todas as regiões do País e possibilita novas alternativas de desenvolvimento do meio rural. Em 2009, com o aprendizado adquirido por todos os atores desde o início do Programa, vários avanços puderam ser percebidos. Atualmente, existem 32 empresas com o Selo Combustível Social, estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo o território nacional. Dessas empresas, 3 receberam o Selo em 2009.

Na Região Nordeste, especialmente no Semiárido, a Petrobras já começou a realizar contratos com vigência de cinco anos e com parâmetros de preços mínimos vinculados ao Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Além disso, essa empresa tem prestado assistência técnica de qualidade, com a contratação de mais de 700 técnicos.

Na Região Norte, agricultores familiares, Governo, movimentos sociais e empresas apostam no fortalecimento da cadeia produtiva do óleo de dendê como alternativa estratégica para a diversificação de matérias-primas para o biodiesel, geração de energia para comunidades isoladas, recuperação de áreas degradadas, regularização fundiária e geração de renda. Como exemplo de avanço, tem-se a iniciativa de ação conjunta dos Programas Biodiesel e Terra Legal, e a inclusão do dendê em linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental, que faz parte do Pronaf. A criação do Pronaf

Dendê estabelece limite de crédito de R\$ 65 mil por agricultor, sendo R\$ 6.500,00 por hectare. Também em 2009, o Governo investiu perto de R\$ 7 milhões de reais em projetos de apoio à organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo o País. Desse total, quase R\$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania, com ações do Programa de Biodiesel.

#### a.10) Políticas para Mulheres

O Governo vem implantando políticas de igualdade, que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais, privilegiando a noção de “família” no planejamento das políticas públicas e ações governamentais direcionadas à agricultura familiar. Essa institucionalidade e a participação social requalificaram os programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. Nesse sentido, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) assegura às mulheres rurais, de forma gratuita, acesso a documentos civis e trabalhistas e promove ações educativas, atendendo acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas. Em 2009, no período de janeiro a dezembro, por meio do PNDTR, foram realizados 741 mutirões de documentação em mais de 764 Municípios e emitidos mais de 403 mil de documentos, que asseguram para mais de 177 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas governamentais. Nesse exercício, o Programa começou a implantar 22 unidades móveis de atendimento, conhecidas como “Expresso Cidadã”, que são ônibus adaptados com equipamentos para ampliar e agilizar a rede de serviços de emissão de documentos civis e trabalhistas.

Com o objetivo de viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais vem fortalecendo, por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O programa reforça a integração das políticas do Governo e estabelece a parceria e o controle social com as representantes da sociedade civil. Atualmente, estão identificados 9.402 grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais, dos quais 3.129 estão nos Territórios da Cidadania. Foram capacitadas em políticas públicas mais de 167 mulheres de grupos produtivos, distribuídas nos 27 Estados e em 44 Territórios da Cidadania. Também foram realizadas 3 Feiras da Economia Feminista e Solidária, em Recife/PE, Natal/RN e Salvador/BA, das quais participaram 293 grupos produtivos de mulheres.

As organizações e movimentos de mulheres passaram a contar com representantes no Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Atualmente, projetos de assistência técnica são selecionados por meio de chamadas públicas de ATER para mulheres e foram realizadas capacitações de mulheres rurais e extensionistas sobre essa política. Também foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural. Em 2009, foram 41 projetos, que beneficiaram 28 mil mulheres, em 13 Estados, com investimento de R\$ 4 milhões.

Para buscar maior participação das mulheres no Pronaf e garantir a sua inclusão na gestão do crédito familiar, vários instrumentos foram redirecionados ou criados para que os financiamentos fossem dirigidos às mulheres rurais. Os resultados já podem ser verificados na evolução do número e no montante de recursos, discriminados por sexo. Considerando a série histórica, de 2003 a 2008 foram celebrados 35.697 contratos, representando um volume de mais de R\$ 247,2 milhões emprestados.

**a.11) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas**

O Governo tem somado esforços na tarefa de promover a inclusão social e econômica das comunidades quilombolas. Nesse contexto, vem desenvolvendo ações voltadas ao apoio a projetos de capacitação, assistência técnica e extensão rural; ao apoio a comercialização da produção quilombola; e ao fortalecimento institucional das comunidades para a elaboração de projetos e regularização fundiária dos territórios quilombolas. Com o objetivo de promover o etnodesenvolvimento dessas comunidades, visando melhorar as condições de vida e fortalecer a sua organização, valorizando experiências históricas e culturais, a integração sustentável com o meio ambiente e o respeito aos valores e aspirações locais, foram aplicados, em 2009, R\$ 7,4 milhões, beneficiando 168 comunidades.

O Governo tem articulado a execução de outras ações em relação às comunidades quilombolas, como o apoio à participação dessas comunidades na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; o estímulo à pesquisa no tema das comunidades negras rurais, por meio do Prêmio Territórios Quilombolas; a promoção do desenvolvimento do pensamento crítico a respeito do tema; e a capacitação dos quilombolas para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos.

**a.12) Articulação Internacional**

Consolidar e ampliar a inserção da agricultura familiar e da reforma agrária na política externa brasileira e apoiar o fortalecimento da inserção internacional do País foram os objetivos centrais da ação internacional do Governo no âmbito da temática rural. Essa temática se fez presente na agenda de cooperação técnica internacional e também no relacionamento com as agências das Nações Unidas. Participou-se de inúmeras atividades de cooperação técnica com países africanos e com os parceiros do Mercosul e da América Central, com o objetivo de apoiar a formulação de políticas públicas para o setor e melhorar e aumentar a produção de alimentos nesses países. O Brasil participou, também, do processo de reforma da FAO, sobretudo da reestruturação do Comitê de Segurança Alimentar, como espaço multilateral da governança global da segurança alimentar.

O Governo atuou, em 2009, na integração regional do Mercosul, por meio da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf). Os principais avanços foram a aprovação do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), o início da implementação do registro comum da agricultura familiar na região, a realização do curso de formação de jovens rurais do Mercosul e a aprovação do programa regional de políticas de igualdade de gênero na agricultura familiar. Para o exercício de 2010, pretende-se avançar no relacionamento externo com a cooperação técnica em políticas de agricultura familiar e reforma agrária, especialmente com países africanos e, também, a Índia e China. Serão acompanhadas, ainda, as atividades e a agenda de trabalho da FAO relacionadas à agricultura familiar, reforma agrária, segurança alimentar e combate à fome. No âmbito do Mercosul, pretende-se, também, buscar a aprovação e operacionalização do FAF, que deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional, e avançar no desenvolvimento de um selo da agricultura familiar do Mercado Comum. Nas negociações internacionais de comércio buscar-se-á um tratamento adequado e diferenciado aos produtos da agricultura familiar e de segurança alimentar e, ainda, condições para a manutenção e ampliação das políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária, necessárias ao desenvolvimento do País.

**a.13) Arca das Letras**

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio da implantação de bibliotecas, da formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das

comunidades rurais, conforme detalhamento constante do Capítulo III desta Mensagem. Em 2009, o programa implantou 1.327 bibliotecas, em 461 Municípios de 23 Estados, e capacitou 2.154 agentes de leitura, promovendo o acesso de mais de 143 mil famílias aos 252,6 mil livros distribuídos. Foram realizados, ainda, 30 encontros de avaliação do programa em Municípios dos Territórios da Cidadania, em parceria com a Missão Criança.

Programa Arca das Letras – 2009

Municípios	Bibliotecas	Famílias	Livros
461	1.327	143.309	252.630

Fonte: Sistema Arca das Letras.

## b) Reforma Agrária

### b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Em 2009, foram assentadas 55.421 famílias e criados 297 projetos de assentamentos, sendo que no período de 2003/2009, o Governo implantou aproximadamente 62% do total de assentamentos realizados nos 39 anos de história do Incra. Para atingir esses resultados, foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, totalizando R\$ 7 bilhões em sete anos. Somente em 2009, foram destinados R\$ 742,8 milhões na obtenção de terras, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais. No período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares, com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 4,6 milhões de hectares somente em 2009.

### b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

Nos últimos anos, foram ampliados e intensificados os investimentos em ações de qualificação dos projetos de assentamento. O Governo retomou e ampliou significativamente o serviço de assistência técnica aos assentados e ampliou os recursos destinados aos créditos para a instalação das famílias. Trata-se de ação essencial para garantir qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados. Em 2009, 270 mil famílias assentadas estão sendo beneficiadas com serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES), sendo aplicados mais de R\$ 110 milhões, contratados cerca de 2.818 profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a mais de 3.700 projetos de assentamento em todo o País. No ano de 2010, há uma previsão de ampliação do número de famílias atendidas com a ATES, bem como do orçamento previsto para essas atividades.

Também em 2009, foi priorizada a realização de capacitações dos técnicos responsáveis pela elaboração de mais de 6.900 Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA). Esses planos definem as diretrizes e ações que serão trabalhadas nos projetos de assentamento, visando o seu pleno desenvolvimento e sustentabilidade. Existem diversas etapas para a implantação de assentamentos, as quais são necessárias para estruturar os projetos destinados a receber as famílias assentadas, criando condições adequadas para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária. Destaca-se como ação fundamental nesse processo a aplicação do Crédito Instalação, que atualmente apresenta nove modalidades para financiamento de atividades, como o apoio inicial para a estruturação

da família; a construção e reforma de moradia; o crédito adicional para o Semiárido e o crédito mulher. Outra iniciativa de destaque foi a elevação de 50% do valor destinado à construção de moradias, que passou de R\$ 10.000,00 para R\$ 15.000,00, proporcionando moradias dignas às famílias assentadas e, por consequência, melhor qualidade de vida. No ano passado, 65,8 mil famílias foram beneficiadas com crédito para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos. Além disso, foram realizadas mais de 59 mil outras operações de crédito, envolvendo modalidades como o Apoio Inicial, Fomento e complementações de crédito. Nessas ações, foram aplicados mais de R\$ 1,2 milhão, sendo 82,4% destinados às famílias das Regiões Norte e Nordeste, como forma de redução das desigualdades ainda existentes no País. Devem ser registradas outras ações implementadas com vistas à qualificação da infraestrutura básica nos novos assentamentos, tais como a construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, e energia elétrica. Somente com ações de construção e recuperação de estradas, foram beneficiadas mais de 63 mil famílias, perfazendo um total de 7.751,88 km. Em 2009, foram disponibilizados mais de R\$ 324 milhões para ações de infraestrutura nos assentamentos, além da construção e recuperação de estradas, foram construídos 299 sistemas de abastecimento de água, bem como implantadas outras 876 obras, tais como construção de quadras de esporte e centros comunitários.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2009, 21.076 pessoas tiveram acesso à ação de educação de jovens e adultos nos assentamentos, por meio desse programa. Registre-se que, no exercício passado, ocorreu a institucionalização do Pronera, por meio da aprovação da Lei nº 11.947, de 2009, que autorizou o Poder Executivo a instituí-lo.

Outra ação desenvolvida no âmbito do Pronera é a Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária, com a finalidade de promover a formação profissional e disponibilizar, em cada área de reforma agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável. Tal ação atendeu diretamente 6.487 alunos, em 2009. Já a Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social tem a finalidade de capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins à reforma agrária, com vistas à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos. Além disso, visa propiciar aos alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do Pronera bolsa de estudo ou estágio, para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, às escolas e a outros programas de Governo em execução nos assentamentos. Nessa ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, atendendo 2.222 alunos.

### b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como instrumento de acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O programa também concede créditos para investimentos básicos e estruturação de unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a consequente melhoria das condições de vida da população rural. O PNCF beneficiou, em 2009, cerca de 5,9 mil famílias com um investimento total de mais de R\$ 226 milhões, que viabilizou a realização de investimentos básicos e comunitários, e a aquisição de aproximadamente de 90,6 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

**Programa Nacional de Crédito Fundiário – em 2009**

<b>Projetos</b>	<b>Famílias</b>	<b>Valores (R\$)</b>	<b>Área (ha)</b>
4.984	5.872	226.907.164,00	90.608

Fonte: MDA – Sistema de Análise e Contratação.

**b.4) Projeto Dom Hélder Câmara**

O Projeto Dom Hélder Câmara é direcionado aos assentamentos da reforma agrária na região do Semiárido do Nordeste e tem como objetivo geral fortalecer processos locais de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras. Para o desenvolvimento das ações do projeto, são firmadas parcerias com entidades da sociedade civil. As áreas de atuação estão localizadas nos Estados do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns); Rio Grande do Norte (Sertão do Apodi); Paraíba (Sertão do Cariri); Pernambuco (Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe); Sergipe (Sertão Sergipano) e Piauí (Sertão de São João do Piauí).

Em 2009, foram aplicados R\$ 22,5 milhões em ações que visaram a melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva do público-alvo, entre as quais se destacam: assistência técnica permanente prestada a 15.050 famílias; comercialização de produtos, por meio do apoio para a realização de 21 feiras de agricultura familiar e implantação de uma nova feira; educação do campo e convivência com o Semiárido, sendo beneficiados 12.000 alunos; e apoio creditício, por meio de nove fundos rotativos de microfinanças rurais, alfabetização e capacitação de jovens e adultos.

As prioridades estratégicas para o ano de 2010 são a manutenção da assessoria técnica a 15.050 famílias; a implantação de 80 hectares irrigados em pequenas propriedades rurais; implantação de duas unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar; a manutenção de 22 feiras da agricultura familiar; a implantação de 300 consórcios agroecológicos de produção de alimentos e algodão; e a implantação de 5 novas unidades demonstrativas de manejo da caatinga.

**c) Regularização Fundiária****c.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal**

O Programa Terra Legal, lançado no dia 19 de junho de 2009, tem como objetivo a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal e a promoção do ordenamento territorial da região. O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) tem registradas 185.537 posses situadas na Amazônia Legal e estima-se que exista um grande número de posses a serem ainda regularizadas na região. A situação fundiária na Amazônia Legal é caracterizada pela precariedade ou pela ausência de reconhecimento jurídico da posse de terras. Constitui-se, assim, num complexo mosaico em que se sobrepõem títulos legítimos, títulos falsos, documentos precários concedidos administrativamente e ocupações sem documentação. Esse quadro gera conflitos fundiários marcados, muitas vezes, pela violência.

Nesse contexto, assume singular importância a regularização de terras públicas federais. As áreas da União ainda não destinadas – aquelas cujo uso não é reconhecido/autorizado pelo Poder Público – representam cerca de 58 milhões de hectares (11% da Amazônia Legal). Essas terras podem ou não estar ocupadas. Caso estejam ocupadas, necessitam de



regularização ou de retomada, de acordo com a função social que devem desempenhar. Com base nos pontos coletados pelo IBGE durante o Censo Agropecuário de 2006, estima-se que existam, aproximadamente, 158 mil ocupações a serem regularizadas nessas áreas.

A legislação brasileira tratava a regularização fundiária como uma exceção, ainda que a Constituição de 1988 tivesse selado os princípios para sua realização. As leis que regiam a regularização, operada principalmente pelo Incra, previam um conjunto de exigências que eram iguais para grandes, médios e pequenos imóveis, na Amazônia ou em outras regiões do Brasil. Assim, um ribeirão, na mais remota região amazônica, deveria cumprir as mesmas exigências que o ocupante de uma área pública no interior do Estado de São Paulo. Posses exercidas coletivamente por comunidades locais enfrentavam as mesmas exigências de grandes fazendas. Frente a esse quadro, o Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 458, em 10 de fevereiro de 2009, convertida na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para criar uma política massiva e célere de regularização fundiária na Amazônia Legal, adequada às especificidades da região.

A nova lei simplificou procedimentos para a regularização de ocupações em terras da União, situadas na Amazônia Legal, que tenham área de até 1.500 hectares. Estabeleceu, ainda, diferença de tratamento a pequenas, médias e grandes áreas. Para a operacionalização desse novo marco legal, já foram publicados diversos normativos, entre decretos regulamentadores, portarias, normas técnicas e instruções normativas. O processo de regularização fundiária de ocupações em terras rurais é executado em três passos: i) cadastramento/identificação de ocupacional; ii) georreferenciamento das áreas ocupadas; e iii) análise para regularização (titulação ou retomada). Em 2009, foram cadastrados mais de 26 mil ocupantes, totalizando quase 4,5 milhões de hectares requeridos, em 261 Municípios dos Estados da Amazônia Legal. Os primeiros títulos do Programa Terra Legal já foram emitidos para 270 ocupantes dos Municípios de Novo Progresso/PA, Nova Ubiratã/MT, Sorriso/MT e Porto Velho/RO.

**Programa Terra Legal: Requerentes Cadastrados ou Identificados por meio de Levantamento Ocupacional  
Área Requerida, por Estado, 2009**

UF	Nº de Cadastros	% Cadastros	Soma de Área (ha)	% Área
RO	11.879	42,3	1.787.623,27	36,6
PA	9.018	32,1	2.095.823,37	42,9
TO	2.111	7,5	371.931,28	7,6
MA	1.564	5,6	166.640,66	3,4
AM	2.448	8,7	188.981,91	3,9
MT	638	2,3	230.902,97	4,7
RR	194	0,7	17.588,034	0,4
AC	213	0,8	22.833,82	0,5
<b>Total geral</b>	<b>28.065</b>	<b>100</b>	<b>4.882.325,31</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Sisterleg/SRFA/MDA.

Além dos cadastros acima relacionados, foram recepcionados no Sisterleg 27.365 cadastros, com área de 1,6 milhão de hectares, correspondentes às Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) de posseiros até 4 módulos fiscais dos Municípios objeto do cadastramento, totalizando 53.556 cadastros, com área total de 6,1 milhões de hectares.



O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita um diagnóstico das ocupações cadastradas, constituindo-se em pré-requisito para a regularização fundiária propriamente dita. É preciso conhecer com precisão o imóvel que será regularizado. Nesse sentido, estão em andamento os serviços de georreferenciamento de áreas rurais, no âmbito do Programa Terra Legal, que totalizarão cerca de 3,9 milhões de hectares e 24 mil ocupações. Em 2010, serão contratados os serviços de georreferenciamento de outras 80 mil ocupações.

Os Entes Federados também sofrem as consequências da incapacidade histórica relativa à regularização do uso e da exploração de suas terras. Assim, cerca de 170 Municípios da Amazônia Legal têm suas áreas urbanas inteiramente localizadas em glebas federais não destinadas. Sem regularidade das ocupações das terras do Município, inclusive aquelas onde se localizam os prédios e os equipamentos públicos, as prefeituras enfrentam inúmeras dificuldades para acessar recursos, realizar obras e cobrar impostos municipais, como o IPTU. A referida Lei nº 11.952, de 2009, prevê que os núcleos urbanos consolidados e as áreas de expansão urbana situados em terras federais serão doados aos Municípios, que promoverão a regularização dos lotes existentes, com o apoio do Ministério das Cidades. Para que a doação seja efetivada, é preciso realizar o georreferenciamento dessas áreas. Nesse sentido, o Governo está contratando o georreferenciamento de núcleos urbanos consolidados em 87 Municípios localizados nos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Em 2010, a contratação do serviço de georreferenciamento deverá abranger todas as áreas urbanas, em terras públicas federais ainda não regularizadas.

Buscando garantir a sustentabilidade das áreas regularizadas, o Governo estabeleceu como uma das principais estratégias do Terra Legal a integração com outras políticas públicas. Assim, as áreas de até quatro módulos fiscais que forem regularizadas terão prioridade para inclusão em outras políticas, como as de crédito e assistência técnica, por exemplo, além de já serem encaminhadas ao processo de regularidade ambiental junto aos órgãos estaduais responsáveis. Essas iniciativas constituem o que se chama Rota Verde e já foram aplicadas a 232 imóveis titulados no Estado do Pará. Outra estratégia de integração adotada foi o início das atividades do Terra Legal pelos 43 Municípios integrantes da Operação Arco Verde. Esses Municípios lideraram as estatísticas de desmatamento nos últimos anos e, por isso, foram priorizados pela ação integrada do Governo Federal. Em mutirões instalados nessas localidades, foram oferecidos serviços cadastrais como a emissão de documentação civil, capacitação, regularização ambiental e o fomento produtivo. Do total de 17.164 cadastros realizados pelo Terra Legal, até novembro de 2009, 8.369 são de Municípios integrantes do Arco Verde (49% do total).

A fim de controlar o cumprimento das cláusulas resolutivas dos títulos emitidos no âmbito do Terra Legal, bem como estimular o controle social, o Governo está sendo desenvolvendo um sistema de monitoramento pós-título. De um lado, será realizado o monitoramento periódico por meio de imagens de sensoriamento remoto, com o objetivo de acompanhar a manutenção da cultura efetiva, a preservação da cobertura vegetal e indicadores de (re)concentração fundiária. Adicionalmente, será realizada a análise de informações literais de bancos de dados, com vistas a monitorar a manutenção do perfil produtivo da propriedade e as transferências entre vivos.

Além do Terra Legal, que se concentra na Amazônia Legal, e a ação de regularização fundiária dos Territórios Quilombolas, o Governo Federal executa em parceria com os Estados o geocadastro e a consequente titulação dos imóveis em terras devolutas estaduais. Atualmente, estão em execução convênios/termos de cooperação firmados com o propósito de atender a mais de 100.000 famílias, em 13 Estados.

A regularização fundiária é executada por meio de convênios plurianuais firmados com os Estados e por meio de ação direta, por parte das Superintendências Regionais do Incra. No quadro apresentado a seguir são mostrados os resultados obtidos por Estado, no exercício de 2009, totalizando a emissão de aproximadamente 37,5 mil títulos, com uma área regularizada de 851.250 hectares nos Estados conveniados.

UF	Nº Títulos	Área Regularizada (ha)
Sergipe	1.058	2.129,00
Piauí	97	6.094,84
Paraná	873	27.620,00
Rio Grande do Norte	1.767	92.746,91
Minas Gerais	8.716	121.574,22
Ceará	22.045	168.289,70
Pernambuco	2.939	432.795,68
<b>TOTAL</b>	<b>37.495</b>	<b>851.250,35</b>

Fonte: Incra.

#### c.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

As ações acumuladas do Incra na execução da Política Quilombola contabilizam 101 editais de relatórios técnicos de identificação e delimitação (RTIDs) publicados, totalizando 1.356.901 hectares em benefício de 12.910 famílias, além de 49 portarias de reconhecimento públicas, totalizando, 241.728 hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias. De 2003 a 2009, foram expedidos 60 títulos, regularizando 174.469 hectares em benefício de 54 territórios, 82 comunidades e 4.217 famílias quilombolas. Em 2009, o Incra emitiu 4 títulos de propriedade coletivos para 2 comunidades quilombolas, totalizando 5.922 hectares, beneficiando 32 famílias. Foram publicados 23 editais de RTIDs, com 804.029 hectares, em benefício de 2.452 famílias, bem como foram publicadas 10 portarias de reconhecimento, relativas a 25.282 hectares, que vão beneficiar 475 famílias.

Destaca-se, ainda, a emissão de 30 decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social, em 15 Estados, totalizando 350.814 hectares, que vão beneficiar 3.896 famílias quilombolas, ação esta que permitirá a desintrusão efetiva e titulação definitiva desses territórios quilombolas. Em 2010, continuarão a ser implementadas as ações necessárias para o reconhecimento dos direitos dessas comunidades.

## 8. Desenvolvimento Regional

### a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), parte da estratégia de desenvolvimento do País, foi institucionalizada por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. A PNDR passa, atualmente, por revisão conceitual e teórica dos marcos que a embasam, de modo a adequá-la às transformações socioeconômicas e político-institucionais pelas quais passou o País nos últimos anos.

Essa revisão busca a modernização dos instrumentos de desenvolvimento regional, como forma de combater com maior eficácia as desigualdades inter e intrarregionais. Não se trata apenas de elaborar políticas desconcentradas para as macrorregiões consideradas menos desenvolvidas, mas de traçar uma política integrada para o desenvolvimento nacional, capaz de detectar fragilidades e explorar potencialidades regionais, articulando as ações das três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil. Prevê-se que a nova proposta da PNDR seja enviada ao Congresso Nacional, em 2010, com vistas a sua consolidação como política de Estado. Para a divulgação dessa política e promoção das iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, pretende-se realizar, no próximo ano, o evento denominado Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que homenageará o economista Celso Furtado.

Entre os resultados de 2009, merecem destaque a elaboração do documento-base para o planejamento das ações do Governo nas Áreas de Influência dos Projetos de Integração de Bacias e de Revitalização do Rio São Francisco e a elaboração, em fase final, do Plano de Desenvolvimento da Região Turística do Meio Norte, que abrange áreas dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Por sua vez, os planos da Área de Influência da BR-163 e do Arquipélago do Marajó estão sendo implementados.

Para 2010, estão previstas a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Sudoeste Amazônico, a continuidade do processo de elaboração dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e a parceria com o Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Além disso, pretende-se lançar o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento Regional, com a construção de redes, por meio de cadastros voltados aos colaboradores da PNDR e às instituições de ensino e pesquisa. O Projeto conceitual, técnico e institucional já foi formulado, inclusive o módulo destinado a realizar o monitoramento das ações territoriais do Governo.

No que se refere às ações de capacitação, destaca-se o lançamento do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional (PNCDR), que prevê a realização de curso de especialização em desenvolvimento regional, que viabilizará a capacitação de gestores públicos e privados envolvidos na implementação de políticas públicas de impacto territorial. Ressalte-se, ainda, a ocorrência, em 2009, de quatro cursos de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, voltados para técnicos e funcionários de governos estaduais e instituições envolvidos com o tema em múltiplas escalas geográficas. Essas ações contribuem para o enfrentamento, com qualidade, dos desafios da implementação da política regional no Brasil. Em 2010, pretende-se realizar cursos no âmbito do PNCDR, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Merece citação, ainda, o processo de cooperação entre o Governo e a União Europeia, o qual suscita conhecimento, informação e oportunidades de troca de experiências entre gestores da política europeia e brasileira, agregando conhecimento técnico e experiência à política nacional. Esse processo envolveu a participação de profissionais ligados aos territórios prioritários da PNDR e gestores e técnicos do Governo em programa de intercâmbio, com o objetivo de conhecer processos produtivos identificados com a atividade econômica das mesorregiões selecionadas. Foram também realizadas três oficinas de capacitação no País, que envolveram profissionais do Brasil e da Europa. Para 2010, está prevista a realização de novas oficinas, com o objetivo de ampliar a cooperação mútua.

Ainda com o objetivo de cumprir a missão institucional de combate às desigualdades, o Governo tem coordenado a implementação de programas de desenvolvimento regional, visando estimular a dinamização econômica de localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente. Destacam-se Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

(Promeso), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver). Em 2009, foram aplicados, por intermédio desses programas, R\$ 24,1 milhões nos Municípios de várias regiões de desenvolvimento prioritário na PNDR. Apoiou-se, também, a estruturação e a reestruturação dos fóruns das mesorregiões diferenciadas, os quais constituem espaço de discussão, planejamento, proposição de políticas e estabelecimento de estratégias e demandas conjuntas. São pilares no fomento ao fortalecimento das bases locais e congregam a participação do Poder Público, da sociedade civil e da iniciativa privada em torno das matérias de interesse comum para a promoção do desenvolvimento econômico e social das mesorregiões. Outro passo importante para o fortalecimento das bases locais, foi a realização da I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, ocorrida no período de 10 a 13 de março de 2009. Esse evento, além de ter proporcionado visibilidade às ações da PNDR, gerou várias oportunidades comerciais para o fechamento de negócios e contou com especialistas nacionais e internacionais na área de desenvolvimento regional.

Como parte das estratégias para consolidar o desenvolvimento da Região Centro-Oeste, foi aprovada a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Os principais instrumentos de ação da Sudeco serão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros previstos na Constituição Federal. A atuação do Governo nessa região evoluiu de um patamar de investimentos de aproximadamente R\$ 5 milhões, em 2006, para R\$ 273 milhões em 2009, o que reflete a prioridade concedida ao desenvolvimento dessa macrorregião. No enfoque sub-regional, destacam-se as ações realizadas na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região da Faixa de Fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), os recursos aplicados apoiaram diversos setores da economia e portes de tomadores, sendo que até o mês de novembro de 2009, foram contratados financiamentos ao setor produtivo da ordem de R\$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a mesmo período de 2008. Desse total, foram contratados R\$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento na Região Centro-Oeste; R\$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações na Região Norte; e, na Região Nordeste, foram contratados R\$ 9,1 bilhões em 380,4 mil operações.

Quanto aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram aprovados em 2009 projetos da ordem de R\$ 457 milhões para a Amazônia e contratados projetos no montante de R\$ 2,6 bilhões para o Nordeste. Em 2010, serão destinados pelo Governo para aplicação por meio desses Fundos aproximadamente R\$ 17,3 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões provenientes do FCO, R\$ 8,0 bilhões do FNE e R\$ 3,2 bilhões do FNO, além de R\$ 1,1 bilhão do FDA e R\$ 1,6 bilhão do FDNE.

No ano de 2009, até o mês de outubro, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou financiamentos de longo prazo, e empréstimos de curto prazo, e operações de mercado de capitais voltados para o desenvolvimento da Região Nordeste, no valor de R\$ 20,8 bilhões. Com recursos do FNE, principal fonte de recursos para o desenvolvimento regional, o BNB contratou o montante de R\$ 9,1 bilhões, tendo sido priorizados os segmentos de micro e pequenas empresas e de agricultura familiar, além dos investimentos em infraestrutura e estruturadores de cadeias produtivas. As contratações de FNE ocorreram alinhadas às estratégias do Governo, consubstanciadas no Plano Plurianual 2008/2011, tendo como direcionamento a PNDR e o PAC.

Especificamente no que se refere ao PAC, o BNB financiou no período de 2005 a 2009, com recursos do FNE, 18 projetos dos setores de energia e transporte, com um montante contratado de R\$ 2,1 bilhões, para um investimento total de R\$ 10,9 bilhões. Com referência ao desenvolvimento territorial, a estratégia Nordeste Territorial se consolidou no ano de 2009, tendo sido implementados 451 projetos territoriais, que apoiam cadeias produtivas de vários segmentos setoriais na Região Nordeste, notadamente nos 65 Territórios da Cidadania, com aplicação de R\$ 1,7 bilhão, 17.559 operações contratadas, beneficiando 15.157 clientes. No que se refere às micro e pequenas empresas, o BNB contratou, em 2009, o montante de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão. No âmbito do Pronaf, foram contratadas 235,8 mil operações, no valor de R\$ 890,1 milhões. Para 2010, o BNB planeja contratar um volume de R\$ 25 bilhões em operações de crédito de curto e longo prazos e de mercado de capitais. Com relação às micro e pequenas empresas, a meta para 2010 é contratar o valor de R\$ 2 bilhões, e no tocante ao Pronaf, a meta é contratar R\$ 1,1 bilhão. Já com referência ao PAC, o BNB conta com 11 projetos em carteira do setor de energia, com expectativa de contratação de financiamentos com recursos do FNE da ordem de R\$ 1,6 bilhão para um investimento total previsto de R\$ 3,4 bilhões.

Com foco na geração de trabalho e renda, o Banco do Brasil vem implementando, desde 2003, a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), que busca impulsionar o desenvolvimento de regiões brasileiras, considerando as potencialidades, vocações e características locais. Com a estratégia DRS, o Banco do Brasil atua não somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos, políticos e sociais para a estruturação de atividades produtivas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas, sempre com respeito à diversidade cultural. Até 30 de setembro de 2009, essa estratégia contemplava o atendimento a mais de 1,1 milhão de famílias, integrantes de 4.475 Planos de Negócios DRS, implementados em 4.709 Municípios, com créditos programados no montante de R\$ 5,2 bilhões. As perspectivas para 2010 são a de ampliação para 1,3 milhão do número de famílias beneficiárias da estratégia DRS e a intensificação das ações de apoio às atividades produtivas de caprinocultura e ovinocultura. O Banco do Brasil atuará na estruturação das cadeias produtivas de cajucultura, açaí, banana, aquicultura, pesca, bovinocultura de leite, apicultura e biodiesel. Está prevista, também para 2010, a implementação do Projeto Gestores DRS, visando ao aperfeiçoamento da implementação e da gestão dos Planos de Negócios DRS, de forma a contribuir para a qualificação das ações e a promoção do empreendedorismo, da inovação e de parcerias para geração de trabalho, renda e negócios sustentáveis com foco territorial e em cadeias produtivas.

#### **b) Infraestrutura Hídrica**

Com o objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica para o consumo humano e outros usos, o Governo, em 2009, concentrou esforços na realização de obras que viabilizassem a superação de problemas relacionados à estagnação econômica de determinadas regiões, com vistas a criar condições necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, foram aplicados R\$ 753,9 milhões para a implementação de projetos que possibilitarão a armazenagem de 1 bilhão de m<sup>3</sup> de água, além da implantação de 930 km de adutoras, com destaque para os seguintes empreendimentos: Barragem Gasparino/BA, Barragem do Rio Arraias/TO, Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste e Adutora Pajeú/PE; Barragens Setúbal e Peão/MG; Adutora e Barragem Piaus/PI; Adutora São Francisco/SE; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibaratama/CE; Canal do Sertão Alagoano; Sistema Adutor Capivara, Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã/PB; Sistema Adutor de Alto Oeste/RN; e Barragens de Jaguarí e Taquarém/RJ. Destaque especial deve ser dado às seguintes

obras do PAC, concluídas em 2009: Sistema Adutor Capivara/PB, Adutora e Barragem Poço do Marruá/PI, Sistema Adutor Serra de Santana/BA e Adutora Palmeira dos Índios/AL. Essas obras viabilizaram a oferta de 330 milhões de m<sup>3</sup> de água, mediante a execução de 310 km de adutoras.

Para 2010, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão destinados à construção de adutoras, barragens e sistemas simplificados de abastecimento de água. Neste ano está prevista a conclusão dos projetos Jaguari, Taquarembó, Limoeiro, Agrestina, Setúbal, Peão, Piaus, Ibareta, Congo, Alto Oeste e Gasparino, que permitirão a armazenagem de 621 milhões de m<sup>3</sup> de água, com adução por meio de 620 km de canais.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, por meio da garantia hídrica, especialmente às regiões Semiáridas do País, mediante o atendimento a 12 milhões de habitantes. Em 2009, as obras no Eixo Norte do PISF, cuja extensão é de 402 km, alcançou uma execução física de 19%, enquanto no Eixo Leste, que mede 220 km, a execução física foi de 26%. Nesse período, foram concluídas e entregues 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas e, das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pela obra, duas já estão com sua construção avançada. Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas, e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, atendendo, na sua maioria, trabalhadores da região. Desses trabalhadores, 1.336 estão lotados no 2º turno de trabalho. Em 2009, foram investidos R\$ 891,7 milhões no PISF. Para 2010, está prevista a aplicação de R\$1,33 bilhão e a conclusão das obras do Eixo Leste.

Em 2009, na Revitalização das Bacias do São Francisco e Parnaíba, mediante investimentos no valor de R\$ 235,9 milhões, foram realizadas intervenções para a implementação de projetos em esgotamento sanitário em 198 Municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, tendo sido concluídas obras em 10 desses Municípios. Nas ações de conservação de água e solo, foram realizadas obras de dragagem do leito e de contenção de barrancas para recuperação da Hidrovia do São Francisco. Além disso, está sendo implementada a reconstrução da Vila Nossa Senhora da Conceição (antiga Vila do Louro), localizada do Município de Barra/BA, afetada pela degradação das margens do Rio. No âmbito do Programa Água para Todos, estão sendo executados os sistemas de abastecimento em 749 localidades e construídas as cisternas para o atendimento a 32.155 famílias.

Para 2010, com recursos da ordem de R\$ 410,0 milhões, está prevista a implementação: i) de projetos de tratamento de resíduos sólidos em 187 Municípios, por meio de consórcios intermunicipais; ii) de esgotamento sanitário e a continuidade das obras para controle do processo erosivo das margens do São Francisco; e iii) das obras de sistemas de abastecimento de água. Na área do saneamento básico, estão sendo desenvolvidos projetos, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano de uso e ocupação do solo, com vistas à recuperação, prevenção, controle e minimização dos impactos causados por fatores climáticos. Nesse sentido, o Governo criou o PAC – Drenagem, que conta atualmente com 25 projetos, visando dar maior ênfase ao setor e priorizando as intervenções em áreas de reincidência de enchentes.

Em 2009, foram direcionados R\$ 19,2 milhões para a realização de obras de pequeno vulto de macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial. Para 2010, estão previstos recursos no valor de R\$ 410,4 milhões.



Na área da agricultura irrigada, os investimentos objetivam promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, aumentar os níveis de emprego e, com isso, reduzir as desigualdades regionais, gerando melhor distribuição de renda. Nesse sentido, em 2009, foram aplicados R\$ 578,64 milhões em projetos que somam 77.717 hectares, compreendendo ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias aos perímetros que se encontram em operação. Nesse ano, foi implantada a infraestrutura de irrigação em uma área equivalente a 9.646 ha. Destacam-se os seguintes perímetros de irrigação: Várzeas de Sousa/PB; Flores de Goiás/GO; Marituba/AL; São João e Sampaio/TO; Salitre e Baixo de Irecê/BA; Pontal/PE; Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba (2ª etapa) e Platôs de Guadalupe/PI; Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú/CE; e Jacaré-Curitiba/SE.

Para 2010, estão previstos recursos no valor de R\$ 730,2 milhões, para aplicação nos principais perímetros de irrigação, localizados em diversos Estados, inclusive com a implantação de infraestrutura em uma área de 55.234 hectares. Além disso, estarão sendo direcionadas ações para assistência técnica, transferência de gestão, revitalização e estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Além da retomada dos investimentos, o Governo se preocupou com novos modelos de gestão dos perímetros irrigados, que garantam a sustentabilidade econômica e a emancipação no que se refere à necessidade de recursos públicos em sua manutenção. Marco nesse sentido foi o lançamento em dezembro do Edital de Concorrência Internacional para a implantação de uma parceria público privada (PPP) para a gestão do Perímetro de Pontal, no Município de Petrolina/PE. A expectativa é de que, ainda no primeiro semestre de 2010, a empresa âncora responsável pela gestão do Perímetro tenha sido selecionada. Cabe salientar que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, que trata da Política Nacional de Irrigação, cuja aprovação é de relevante importância para atualização desse setor.

### c) Defesa Civil

No ano de 2009, o Governo priorizou as ações de prevenção, considerando o que determina a legislação brasileira e, também, os estudos elaborados pela ONU, os quais preconizam que a aplicação de recursos em prevenção gera economia em ações de resposta aos desastres e reconstrução. Essa estratégia foi delineada a partir da realização do V Seminário Internacional de Defesa Civil e deverá ser consolidada com a 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que ocorrerá em 2010, quando serão discutidos os novos rumos da Defesa Civil no Brasil.

No âmbito das atividades de capacitação, ressalta-se a realização, em 2009, em Brasília, do 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe, além de outros 86 cursos presenciais, nos quais foram formados 2.924 novos agentes de defesa civil.

Com a ocorrência de diversos desastres ao longo do ano de 2009, em função, principalmente, das fortes chuvas que assolaram os Estados do Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, foi necessária a aplicação de recursos adicionais no valor de R\$ 1,447 bilhão, destinados a prestar ajuda humanitária aos afetados pelo forte incremento hídrico que atingiu diversas cidades brasileiras. Cabe registrar a atuação direta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad/MI) no atendimento aos desastres, mediante a emissão de alertas preventivos em relação a eventos meteorológicos extremos. Acrescenta-se, ainda, que no período, foram editadas 1.661 portarias de reconhecimento de



anormalidades em 869 Municípios. Em 2010, além da realização da Conferência Nacional e da continuidade da formação de agentes de defesa civil, continuarão a ser executadas as ações de gerenciamento de riscos e desastres, bem como realizados investimentos na prevenção de riscos.

#### **d) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais. Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs) capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Ao longo do ano de 2009, o Governo apoiou 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 2.500 Municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas, correspondendo a uma área de 5.046.045,5 km². Os recursos totais aplicados pelo programa foram da ordem de R\$ 382 milhões. Já estão constituídos Colegiados Territoriais em todos os 164 Territórios apoiados, organizados com base nos princípios da participação, do diálogo e da transparência, tendo como referência a observância de critérios como a representatividade, a diversidade e a pluralidade de segmentos sociais e interesses de cada território. Como espaços de governança, esses colegiados tem observado o princípio da paridade entre sociedade civil e Poder Público, elemento de fundamental importância para que se consolide a estratégia da gestão social do desenvolvimento.

Em 2009, foram discutidos e deliberados, no âmbito dos Colegiados Territoriais, os projetos territoriais de infraestrutura e serviços a serem apoiados, com a aplicação do montante de R\$ 158,4 milhões, beneficiando 109 Territórios Rurais. Dentre os projetos apoiados, destaca-se os investimentos em infraestrutura hídrica, em estruturas de comercialização e em projetos de agroindustrialização e agregação de valor à produção. Motivados com as perspectivas da abordagem territorial, alguns Estados, como a Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, adotaram a estratégia de desenvolvimento territorial e, por conseguinte, os territórios como unidades de planejamento e implementação das ações governamentais. Foram elaborados, no último ano, 8 novos PTDRSs e, com isto, um total de 116 territórios já dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão. Encontra-se em andamento o processo de revisão/qualificação de 69 planos e de elaboração de outros 48 novos PTDRSs, envolvendo 117 territórios de 19 Estados. No período, o montante aplicado para o processo de elaboração e qualificação dos PTDRSs foi de R\$ 1,7 milhão. Como componente complementar aos PTDRSs, 60 novos Planos Safra Territoriais (PSTs) estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 planos safra já elaborados, sendo que, em 2009, foram investidos R\$ 1,07 milhão na elaboração e gestão dos PSTs. Para a capacitação de agentes de desenvolvimento, foram investidos, nesse mesmo período, recursos da ordem R\$ 411 milhões, com a formação de 27.836 pessoas.

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais pressupõe o apoio aos processos de dinamização econômica dos territórios, cujas estratégias e ações estão viabilizadas pelo Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol). Em 2009, destacam-se os seguintes resultados: o investimento de recursos da ordem de R\$ 33,2 milhões no apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, cujas ações se voltaram para

a formação de quadros dirigentes; o assessoramento aos empreendimentos no acesso a mercados; e o planejamento de cadeias e de negócios dos empreendimentos. Em 2010, serão apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais um total de 164 territórios.

## **9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável**

Em 2009, o Governo avançou na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico, na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente. Esse avanço tornou possível ao Brasil apresentar na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), em Copenhague, compromissos significativos na forma de metas de redução nas emissões de CO<sub>2</sub>. O País deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões previstas para 2020. Contribuem para o alcance desse objetivo a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o Governo ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, em destaque para o Bioma Cerrado. Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

No sentido de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se, também, a celebração de pactos setoriais, os quais têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias, abrangendo diferentes setores: Governo Federal, governos Estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil. Nesse sentido, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

### **a) Mudanças Climáticas**

O Brasil desempenha papel de destaque no cenário internacional em relação à implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O País está elaborando sua Segunda Comunicação Nacional sobre Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com o envolvimento de diversas instituições e especialistas, tendo sido divulgadas preliminarmente algumas informações que serviram de base ao estabelecimento das metas apresentadas na COP 15.

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo desse Mecanismo. O Brasil é um dos países líderes no movimento, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial). Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil também está entre os três líderes; sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas CO<sub>2</sub>, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos.

O MDL já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de GEE no Brasil, principalmente no setor energético. Dos projetos brasileiros, 49% estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 3.557

MW de potência instalada. Há outros exemplos relevantes, como a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros relativos a aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo, correspondendo a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário, em 1994. Da mesma maneira, apenas cinco projetos brasileiros de redução de  $N_2O$  no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais desse setor.

#### a.1) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), lançado no final de 2008, sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de gases de efeito estufa lançados na atmosfera anualmente. Entre os objetivos do PNMC está prevista a redução sustentada das taxas de desmatamento em todos os biomas brasileiros e a eliminação da perda líquida de cobertura florestal, por meio do estímulo ao reflorestamento de áreas degradadas com florestas nativas e exóticas. Na área de transporte e energia, destacaram-se, em 2009, as iniciativas de manter a crescente taxa de consumo de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e a manutenção da elevada participação da energia renovável na matriz elétrica, ressaltando-se a hidroeletricidade e as iniciativas de aumento da eficiência energética.

O PNMC deverá passar por sua primeira revisão em 2010, incorporando novas sugestões e informações do novo inventário de emissões. Nas próximas fases, deverão ser estabelecidos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os Estados, destinados a garantir o alcance dos objetivos.

Para auxiliar na implantação do PNMC, o Poder Executivo propôs, por meio do Projeto de Lei (PL) nº 3.820, a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Esse PL foi sancionado em 2009, resultando na Lei nº 12.114, consolidando assim a criação do referido Fundo. Os recursos desse Fundo deverão, essencialmente, financiar empreendimentos para mitigação da mudança do clima. Outro avanço, em 2009, foi a edição da Lei nº 12.187, resultante da sanção do PL nº 3.535, encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional, em 2008, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e fixa seus objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos, além de definir compromisso nacional voluntário para reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de GEE projetadas até 2020.

#### b) Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) visa à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios dela decorrentes. Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o Sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação (UCs), que, além da proteção do meio ambiente, beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

Além da criação, a consolidação das UCs é objetivo perene. Nesse sentido, o Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA), em 2009, deu um grande passo ao realizar ações para a implementação e consolidação de 62 UCs, assim como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UCs nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica. O quadro a seguir apresenta um balanço geral das UCs já criadas nos territórios brasileiro.

## Criação de UCs

Período	Área Criada (ha)	%	UCs criadas	%
Até 2002	50.515.151	66	235	77,0
De 2003 a 2009	26.333.617	34	69	23,0
Total	76.848.768	100	304	100

Fonte: DAP/SBF/Ministério do Meio Ambiente.

Para 2010, destacam-se como principais objetivos a ampliação da área protegida por UCs em 1,605 milhão de hectares; a realização de campanha pública de divulgação da importância dessas Unidades para a melhoria da qualidade de vida e crescimento econômico regional; o estímulo ao turismo em UCs; a capacitação dos órgãos gestores de UCs para garantir a sustentabilidade financeira das áreas; e a regulamentação da concessão de serviços em UCs.

### c) Combate ao Desmatamento Ilegal

O desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009, foi de aproximadamente 7 mil km², segundo dados preliminares recentemente divulgados pelo Inpe. Essa estimativa corresponde à menor taxa observada desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central nº 3.545, de 2008; e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego. Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R\$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil m³ de madeira e 414 caminhões.

Em 2009, o PPCDAM passou por um processo de revisão que contou com a participação de 13 ministérios e instituições vinculadas. Com base no levantamento das causas do desmatamento na região, as ações do plano foram reformuladas e surgiram novas ações. Dessa maneira, o novo PPCDAM dá início a uma nova fase (2009-2011) rumo ao desmatamento ilegal zero.

Ao longo de 2009, visando promover um maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, o Governo Federal prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, e, recentemente, iniciou articulação para apoiar os Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o PPCDAM.

Deve ser reiterado que, em 2009, foram adotadas duas importantes medidas para a redução do desmatamento no Cerrado: a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o

lançamento dos dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período 2002 a 2008. Além das ações de repressão, o PPCerrado prevê medidas de ordenamento territorial, criação de Unidades de Conservação, apoio a atividades econômicas sustentáveis e implementação de planos de bacias. Assim, por meio do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, foram quantificadas as áreas de desmatamento da vegetação nativa no Bioma Cerrado. Segundo os dados desse mapeamento, entre 2002 e 2008, o Cerrado teve sua cobertura vegetal suprimida em 85.075 km<sup>2</sup>, o que representa uma taxa anual de aproximadamente 14.200 km<sup>2</sup>/ano para esse período. O percentual de áreas desmatadas em 2002 era de 41,95% e em 2008 subiu para 47,84%. Cabe ressaltar que essa iniciativa de monitoramento do desmatamento foi estendida a outros biomas e em breve serão lançados os dados relativos à Caatinga. Para o controle do desmatamento nesse Bioma deverá ser lançado um plano de ação em 2010.

Outra iniciativa importante para a redução do desmatamento é a celebração de pactos setoriais. Nesses pactos, diferentes setores – Governo Federal, governos Estaduais, empresas, bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil e outros – dispõem-se a adotar medidas para inibir o avanço de atividades predatórias. Nesse sentido, em 2009, foram firmados o já mencionado Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental com a Febraban e diversos pactos envolvendo supermercados e frigoríficos pela não obtenção de carne proveniente de áreas desmatadas ilegalmente.

Como parte das ações prioritárias nos Municípios que mais desmataram recentemente, foram realizados os Mutirões Arco Verde – Terra Legal, com o objetivo de implementar políticas públicas do Governo Federal, em parceria com os governos Estaduais e Municipais, nos 43 Municípios identificados como prioritários para o controle do desmatamento na Amazônia Legal. Como produto da atuação integrada entre esses entes governamentais, por meio desses Mutirões foi iniciado um processo de implementação de ações para estimular atividades produtivas sustentáveis, promover o fortalecimento da cidadania e intensificar a execução das demais medidas previstas no PPCDAM.

Entre as principais metas alcançadas destacam-se o início do processo de regularização fundiária, por meio do cadastramento fundiário urbano e rural, tendo sido realizados até outubro de 2009 cerca de 7,7 mil cadastramentos rurais; e a emissão de títulos definitivos para mais de 5 mil famílias. No Estado do Mato Grosso, 38,77% das áreas passíveis de licenciamento já contam com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) efetivado (mais de 7 milhões de hectares, em 3.545 propriedades).

No próximo ano, o Governo pretende apoiar o cadastramento ambiental de imóveis rurais nos Municípios de Plácido de Castro/AC, Brasnorte/MT, Feliz Natal/MT, Juína/MT, Marcelândia/MT, São Félix do Xingu/MT, Dom Eliseu/PA, Marabá/PA e Paragominas/PA. Além desses, por meio do Fundo Amazônia (BNDES), mais 10 Municípios realizarão o CAR de suas propriedades. Assim, ao final de 2010, espera-se que ao menos 19 Municípios tenham concluído essa atividade.

#### **d) Protocolo Verde**

A Carta de Princípio para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Protocolo Verde, foi revisada em 2008 pelos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda, Integração Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e bancos públicos, com o objetivo de atender aos desafios socioambientais atuais. A revisão do Protocolo Verde permitiu a mencionada adesão dos bancos privados, que assinou o referido protocolo de intenções, bem assim a celebração de outros pactos, compreendendo outros setores da iniciativa privada, como os citados supermercados e frigoríficos. Trata-se de um compromisso histórico desses

setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo as mudanças do clima.

#### **e) Política Nacional dos Serviços Ambientais**

O Governo enviou ao Congresso Nacional, em 2009, o Projeto de Lei nº 5.487, que institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa e o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. A política proposta pelo Poder Executivo cria o citado Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA), um instrumento para viabilizar a aplicação para esse pagamento de uma parcela de até 40% dos recursos de que trata o inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 1997 (percentual da participação especial na exploração do petróleo, a ser aplicada pelo MMA) e de outras fontes possíveis, inclusive internacionais.

O pagamento será destinado aos provedores de serviços ambientais da natureza, organizados nos seguintes subprogramas:

- Floresta, que tem como finalidade atender os povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, assentados de reforma agrária e agricultores familiares, nas seguintes ações: i) reflorestamento de áreas degradadas; ii) conservação da biodiversidade em áreas prioritárias; iii) preservação da beleza cênica relacionada ao desenvolvimento da cultura e do turismo; e iv) formação e melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade;
- Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que têm por finalidade i) atender aos instituidores das reservas que objetivem a manutenção ou a recuperação de área de extrema relevância para fins de conservação da biodiversidade; e ii) a formação e melhoria de corredores ecológicos entre unidades de conservação de proteção integral; e
- Água, para atender aos ocupantes regulares de áreas situadas em bacias hidrográficas de baixa disponibilidade e qualidade hídrica, priorizando as bacias abastecedoras de sistemas públicos de fornecimento de água para consumo humano ou contribuintes de reservatórios.

Em 2010, estão programadas as seguintes etapas: i) regulamentação da lei, após sua demandada aprovação pelo Congresso Nacional; ii) estruturação administrativa do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; iii) desenvolvimento dos instrumentos técnicos de gestão do PFPSA – sistema de gerenciamento dos contratos e o Cadastro Federal de PSA; iv) estruturação administrativa do Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais; e v) instituição do Comitê Gestor do PFPSA.

#### **f) Fiscalização**

Durante o exercício de 2009, o Governo realizou cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia; Boi Pirata II/PA; Rei do Gado/PA; Curuá/MT; Turiawaca/MA; Polo Arco de Fogo e Portal da Amazônia/RO; Angustifolia/PR e Impacto Profundo – nos litorais Norte, Nordeste e Sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R\$ 2,76 bilhões em multas. Quanto à apreensão de madeira, contabilizaram-se 156 mil m³ e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.



Realizou-se o monitoramento das áreas embargadas por ilícitos ambientais, mantendo-se sobre elas constante controle por meio de ações fiscalizatórias e cartas-imagem geradas por satélite. Em 2009, foram elaboradas cerca de 4.453 cartas-imagem com indicativos de desmatamento, para subsidiar planejamento de operações federais contra o desmatamento ilegal.

Visando ao fortalecimento e aprimoramento da fiscalização ambiental, foram estabelecidas, para 2010, as seguintes ações prioritárias: executar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental; implementar o processo de padronização e capacitação dos agentes ambientais federais; implementar as diretrizes estabelecidas nos Planos: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), Plano Emergencial de Fiscalização da Pesca da Lagosta e Plano de Combate ao Desmatamento da Mata Atlântica; fortalecer a capacidade de monitoramento ambiental, por meio da contratação de servidores e da integração dos bancos de dados e sistemas das Superintendências do Ibama; fortalecer as articulações interinstitucionais para as ações de comando e controle; concluir o fortalecimento do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (Siscom), por meio da integração dos bancos de dados com Oemas, Incra e Sipam; concluir o sistema de cadastramento de alvos de desmatamento; combate ao tráfico de animais silvestres e intensificação das operações de fiscalização de fauna e controle de criadouros; e preparar as equipes de fiscalização para o combate à biopirataria e para ações de biossegurança.

#### **g) Resíduos Sólidos Urbanos**

Em relação à política de gestão dos resíduos sólidos urbanos, destaca-se, no exercício de 2009, o apoio para a elaboração de Planos Estaduais e/ou Regionais de Gestão Integrada de Resíduos com os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Paraíba e com as Regiões de Capão da Canoa/RS, Bagé/RS, Sumaré/SP, Amparo/SP e Altamira/PA, para promover a regionalização dos serviços e a articulação e cooperação intermunicipal e interfederativa. O objetivo final desse processo, a partir do planejamento regional, é a busca da sustentabilidade dos serviços públicos de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos.

O Governo atua na gestão dos resíduos sólidos de forma a garantir a sustentabilidade, priorizando a aplicação de recursos por intermédio de consórcios públicos interfederativos e com modelo tecnológico que privilegia a redução, o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados, por meio de programas de educação ambiental e um conjunto de instalações para processamento desses resíduos. Dessa forma, em 2009, foram priorizados 14 consórcios públicos intermunicipais e interfederativos nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão, beneficiando 192 Municípios. Nas ações está prevista a implantação de 38 aterros sanitários convencionais, 29 aterros sanitários de pequeno porte, o encerramento ou a remediação de 191 lixões, a implantação de 69 unidades de compostagem, de 79 galpões de triagem e 6 Estações de Transbordo. Em relação aos Resíduos da Construção e Demolição, foram previstos 74 Pontos de Entrega Voluntária, 4 Áreas de Transbordo e Triagem e 12 aterros de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), totalizando 502 intervenções e empreendimentos.

Também merece destaque a ação para acompanhar o processo de elaboração de projetos básicos para tratamento e disposição final de resíduos sólidos em vários Municípios na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Bacias Receptoras de integração desse rio com as bacias do Nordeste Setentrional, de maneira a atender o previsto no processo de licenciamento ambiental das obras da integração. Está prevista a elaboração de projetos que possam viabilizar mais 18 consórcios públicos intermunicipais e interfederativos, envolvendo 321 Municípios e a realização de 801 intervenções e empreendimentos com o mesmo modelo tecnológico.



Por seu lado, estão sendo firmados convênios com Municípios e consórcios públicos visando ao fortalecimento institucional de suas estruturas para a gestão integrada e associada de resíduos sólidos, com base na Lei nº 11.107, de 2005, compreendendo os Estados integrantes das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Parnaíba, bem como o Município de Ariquemes/RO.

Com a finalidade de fortalecer a gestão dos resíduos sólidos, foram estabelecidas para 2010 as seguintes prioridades: i) apoio à implantação e operacionalização dos consórcios públicos de resíduos sólidos; ii) acompanhamento das intervenções e empreendimentos em resíduos sólidos projetados; e iii) implantação de plantas de processamento e destinação final adequada de resíduos sólidos urbanos com garantia de sustentabilidade na operação dos empreendimentos.

#### **h) Recursos Hídricos**

No setor de Recursos Hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009, estão o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do Observatório das Águas; o desenvolvimento da Matriz de Coeficientes Técnicos de Consumo de Água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Entre as atividades relacionadas à mobilização estão a preparação para a 1ª Pré-Conferência Nacional de Águas, a ser realizada em março de 2010; a Conferência Nacional de Saúde Ambiental (CNSA); a realização do I Seminário Nacional de Capacitação e Educação Ambiental; a atuação nos Processos Formativos do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata; e a participação na formação da Rede de Telecentros, com a inclusão de Comitês de Bacia Hidrográfica.

No âmbito da Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços e Cooperação Internacional, merecem destaque, em 2009, os avanços da Cooperação Brasil-Argentina em gestão integrada de recursos hídricos (formação de capacidades e o fortalecimento institucional entre os países), bem como o planejamento e a realização do Curso sobre Governabilidade de Água na Ibero-América, no âmbito da Conferência de Diretores Gerais de Água da Ibero-América.

##### **h.1) Atlas de Abastecimento Urbano de Águas**

Foi publicado, em dezembro de 2009, o Atlas de Abastecimento Urbano de Água das Regiões Nordeste e Sul e das Regiões Metropolitanas, que contempla os estudos referentes às alternativas de abastecimento para os Municípios, tendo como objetivo consolidar o planejamento da oferta de água para cada sede municipal, a partir do diagnóstico dos mananciais, da infraestrutura hídrica existente e da identificação das melhores alternativas técnicas que garantam o atendimento das demandas para o abastecimento humano até o ano de 2025.

O Atlas Regiões Metropolitanas contempla todas as regiões metropolitanas do País, capitais de Estado e cidades com população superior a 250 mil habitantes. O Atlas Sul abrange todas as sedes municipais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e o Atlas Nordeste todas as sedes municipais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco,

Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, além das sedes com mais de 5 mil habitantes, situadas no Estado do Maranhão e na Bacia do Rio São Francisco. No total, são cerca de 3 mil sedes municipais e 110 milhões de habitantes, contemplando quase 80% da população urbana do Brasil.

As alternativas resultaram em uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 18,2 bilhões para o aproveitamento de novos mananciais e a ampliação de sistemas de produção de água. O escopo dos trabalhos inclui, também, a indicação das ações de coleta e tratamento de esgotos necessárias para a proteção das captações utilizadas para abastecimento urbano, resultando em volume de investimentos similar. Os resultados estão disponíveis na Internet ([www.ana.gov.br/atlas](http://www.ana.gov.br/atlas)).

Estão previstos para iniciar, em 2010, os trabalhos de complementação dos estudos para o restante do Brasil, contemplando todas as demais sedes municipais. Os resultados estão disponíveis em Resumos Executivos, permitindo amplo acesso ao planejamento e às soluções técnicas para cada Município.

#### h.2) Conjuntura dos Recursos Hídricos

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da Resolução nº 58 de janeiro de 2006, atribuiu à Agência Nacional de Águas (ANA) a responsabilidade pela elaboração do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, de forma sistemática e periódica. Esse documento tem como principal objetivo apresentar aos gestores de recursos hídricos e à sociedade uma visão ampla e integrada da situação dos recursos hídricos e de sua gestão no País e sua evolução ao longo do tempo.

Em 2009, a ANA lançou o primeiro Relatório de Conjuntura, abrangendo dois grandes grupos temáticos: situação dos recursos hídricos, que caracteriza, fundamentalmente, os recursos hídricos sob o ponto de vista da quantidade e da qualidade das águas; e a situação da gestão dos recursos hídricos, que apresenta os instrumentos de gerenciamento, as questões legais e institucionais da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros aspectos.

#### h.3) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

Destacou-se, no exercício de 2009, a aprovação do Plano da Bacia do Tocantins-Araguaia, pelo CNRH, propiciando a identificação das potencialidades naturais da região e de seu papel estratégico no desenvolvimento do País. Esse plano define diretrizes para a gestão dos recursos hídricos, com a indicação de áreas a serem preservadas e prioridades para o desenvolvimento, buscando promover os usos múltiplos dos recursos hídricos: hidroenergia, navegação e irrigação. O arranjo institucional proposto (Colegiado Gestor e GTs de Irrigação e Apoio à Implementação) para implementação da gestão na bacia e internalização do plano no âmbito do Governo Federal é um caminho novo a ser testado pelo sistema de recursos hídricos.

O Plano da Bacia do Rio Doce, cuja elaboração foi iniciada em 2009, inovou na concepção do termo de referência, ao criar o conceito de Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia (PIRH) e de Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs) das sub-bacias contribuintes, propiciando a superação de dificuldades relevantes na articulação institucional. Além disso, merecem destaque o arranjo institucional para acompanhamento do plano, o treinamento prévio do Grupo Técnico de Acompanhamento (GAT) e a proposta de enquadramento dos rios. Para 2010, está prevista a contratação do Plano da Bacia do Paranaíba, que incorpora a inserção da proposta formal de enquadramento e destaca a situação da irrigação nessa bacia.

#### **h.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas**

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, bem como promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes de ações humanas com elevado comprometimento ambiental. Atualmente, o Programa atua nas Bacias dos Rios Tocantins-Araguaia, Paraíba do Sul, Paraíba, Sinos, Alto Paraguai (Pantanal) e São Francisco. Destaca-se, em 2009, a conclusão dos projetos de recuperação e preservação de microbacias no Alto São Francisco, que são referência para revitalização do São Francisco, nos Municípios de Luz, Pains, Martinho Campos e Pedra do Indaiá/MG. Esses projetos possibilitaram a revitalização e educação ambiental, por meio de conservação de solo, medições de quantidade e qualidade das águas, cercamento de nascentes, readequação de estradas vicinais, plantio em áreas de mata ciliar e de recarga de lençol freático, além de captações de águas pluviais mediante a construção de microbarragens (barraginhas). Merece destaque, também, a continuidade das atividades dos quatro Centros de Referências em Recuperação de Áreas Degradadas. O objetivo desses Centros é efetivar-se como referência para a produção de modelos apropriados de recuperação de áreas degradadas, que serão reproduzidas em larga escala no Alto São Francisco.

Ainda em 2009, foram desenvolvidos projetos de controle de queimadas, que têm por fim controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agropecuárias, de forma a reduzir incêndios florestais na Bacia do São Francisco. Foram realizados cursos de formação de brigadas e de formação de multiplicadores/extensionistas em queima controlada e o Projeto SOS São Francisco, visando a mobilizar e implementar ações para a proteção, recuperação e monitoramento das Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais localizadas nas propriedades rurais às margens desse rio. Iniciou-se, ainda no ano passado, o processo para a revisão do Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013, importante ferramenta para um novo direcionamento das ações de revitalização naquela região hidrográfica.

No tocante à Bacia do Alto Paraguai, na sua porção Sul-Matogrossense, serão executadas em 2010 a recuperação de 18 km de matas ciliares ao longo do Rio Aquidauana, o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 3 km de estradas rurais e a estabilização de 2 processos erosivos (voçorocas), culminando com o plantio de 32 mil mudas de espécies florestais nativas. Será, também, elaborado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) das nascentes do Rio Paraguai e a recuperação de áreas degradadas.

Na Bacia dos Rios Tocantins-Araguaia, serão recuperados 7 km de Áreas de Preservação Permanentes no perímetro urbano do Município de Aruanã/GO, e plantadas 119 mil mudas de essências florestais nativas. Para o ano de 2010, está prevista a implementação de parques fluviais municipais, que contribuem para a recuperação de áreas urbanas degradadas; a consolidação dos centros de referência; e o prosseguimento das ações já em fase de implementação para o desenvolvimento sustentável do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, do Tocantins-Araguaia e do Paraíba do Sul.

#### **h.5) Cobrança pelo Uso da Água**

Dentre os instrumentos de gestão de recursos hídricos que se encontram em desenvolvimento pela ANA, a cobrança pelo uso da água, prevista na Lei nº 9.433, de 1997, representa um enorme avanço para a conservação desses recursos. A premissa de

sua implementação é que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico, razão pela qual a cobrança pela sua utilização não constitui imposto, mas um preço público, fixado a partir de um pacto entre os usuários de água, sociedade civil e Poder Público, no âmbito do Comitê de Bacia, com o apoio técnico do Governo.

Os recursos financeiros da cobrança são aplicados na bacia em que foram arrecadados, com base em critérios técnicos aprovados pelo Comitê da respectiva bacia, também conhecido como “Parlamento das Águas”. O processo de seleção dos projetos prioritários, serviços e obras a serem beneficiados é conduzido pela Agência de Água ou entidade delegatária das funções de Agência, instalada na bacia hidrográfica.

Em 2010, na Bacia do Rio São Francisco, será implementada a cobrança pelo uso da água. A decisão, tomada pelo Comitê da Bacia, durante plenária realizada na cidade de Três Marias/MG, em 2009, engloba os usuários da água do São Francisco, tais como: empresas de saneamento das cidades ribeirinhas, indústrias, fazendas e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O início da cobrança ainda depende da aprovação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dos mecanismos e valores a serem praticados e da instalação da agência de água da bacia, processo que deverá ocorrer neste exercício.

#### **i) Licenciamento Ambiental**

Em 2009, deu-se continuidade à estratégia de articulação entre os entes integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e órgãos setoriais, visando ao estabelecimento de uma agenda nacional para o aprimoramento do licenciamento ambiental. Também foram desenvolvidos procedimentos, normas, capacitação para os sistemas de licenciamento ambiental, inclusive apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação sobre licenciamento ambiental, em especial o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic). Avançou-se na inserção da dimensão ambiental no planejamento e na gestão das agendas setoriais, tais como energia, petróleo e gás natural.

Com a finalidade de consolidar a integração das políticas ambiental e setoriais, deu-se continuidade ao projeto Desenvolvimento Metodológico e Tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica. Aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos, o projeto-piloto está sendo aplicado na Bacia do Rio Uruguai. Esse projeto está sendo executado em parceria com as Universidades Federais de Santa Maria e do Pampa, envolvendo os órgãos ambientais estaduais dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, contando ainda com a participação do setor elétrico (Ministério de Minas e Energia, Eletrosul e outros). Em maio de 2009, foi concluída a primeira etapa desse projeto, que se refere à análise ambiental dos Rios Pelotas e Uruguai e a definição de diretrizes para orientar o licenciamento ambiental do Ibama para os empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 30MW nesses rios. A previsão é que o projeto seja finalizado em 2010.

O quadro a seguir apresenta o balanço geral das licenças concedidas pelo Ibama, em 2009, sendo que para os empreendimentos do PAC foram concedidas 83 licenças.

## Estatística de Licenças Emitidas pelo Ibama – 2009

Tipos	Quantidade
Licença Prévia	39
Licença de Operação	89
Licença de Instalação	92
Autorização de Supressão de Vegetação	74
Prorrogação de Licença Prévia	1
Renovação de Licença de Operação	27
Prorrogação de Licença de Instalação	12
Retificação de Licença de Instalação	3
Retificação de Licença de Operação	20
Retificação de Licença Prévia	1
Licença Prévia para Perfuração	9
Renovação de Licença Prévia para Perfuração	1
Retificação da Renovação de Licença de Instalação	1
Retificação da Renovação de Licença de Operação	6
Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação	19
Retificação de Autorização de Supressão de Vegetação	17
Licença de Operação – Regularização	2
Licença de Pesquisa Sísmica	10
Autorização para Abertura de Picada	4
Retificação da Renovação da Licença de Pesquisa Sísmica	1
Retificação da Licença de Pesquisa Sísmica	4
Retificação da Renovação de Licença Prévia de Perfuração	1
<b>Total</b>	<b>433</b>

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental Federal (SisLic).

Está prevista, para 2010, a elaboração do Manual de Diretrizes Gerais para a realização da avaliação ambiental estratégica, bem como de manuais para o licenciamento de fontes renováveis de energia e de transportes. Também, serão definidos procedimentos gerais para o licenciamento de fontes renováveis de energia e realizados estudos para a inclusão da variável “emissões de gases de efeito estufa” nas avaliações de impactos ambientais.

#### j) Zoneamento Ecológico Econômico

Na área do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que se constitui em fundamental instrumento de gestão ambiental, foi iniciado o desenvolvimento, em 2009, do Projeto de Macrozoneamento da Amazônia Legal, um instrumento de integração regional, bem como de pactuação em torno de um novo modelo de desenvolvimento voltado para a adoção de padrão produtivo, com base na diversidade regional. Para tanto, elaborou-se marco teórico conceitual contemplando amplo levantamento de dados a partir de informações de órgãos federais e estaduais e outros estudos, balizando proposições relacionadas às

unidades territoriais e respectivas estratégias. Tais informações e propostas foram submetidas à consulta em reuniões setoriais envolvendo o setor empresarial, agências de fomento, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, academia e setor governamental. Essas propostas também foram debatidas com os Estados da região, tendo em vista a necessidade de compatibilizar os zoneamentos estaduais ao Macrozoneamento da Amazônia Legal. Em 2010, será realizada a consulta pública do documento resultado desse trabalho, devendo ser o macrozoneamento formalmente instituído pelo Poder Executivo, ainda neste exercício.

Destaca-se também a execução do Projeto Base Cartográfica Digital da Amazônia, na escala de 1:100.000, que digitalizou, atualizou e validou as bases cartográficas analógicas elaboradas pelos Estados da região e produziu cartas para os vazios cartográficos, oferecendo nova capacidade para a gestão ambiental e territorial da Amazônia. Merece registro, também, o fato de que, em maio de 2009, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou o ZEE do Oeste do Estado do Pará, aumentando significativamente as áreas da Amazônia abrangidas pelo Zoneamento.

No ZEE da Bacia Hidrográfica do São Francisco, foram concluídos os Diagnósticos do Meio Físico, Meio Biótico, Socioeconômico e Jurídico-Institucional, já disponíveis na Internet. Em 2010, serão concluídos os prognósticos para a gestão ambiental e territorial da bacia. O Macrozoneamento do Nordeste, em 2010, terá seu arranjo inicial concluído para o início de elaboração dos diagnósticos para a sua construção. Foi elaborado, também em 2009, o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, coordenado pelo MAPA e executado pela Embrapa, resultando em medida fundamental para assegurar a expansão ordenada e sustentável da produção de etanol, conferindo competitividade ao produto brasileiro no mercado nacional e internacional.

Em 2009, o Projeto Orla, no âmbito do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, consolidou arranjos estaduais de gestão integrada da orla marítima, fortalecendo a rede do projeto, que envolve a União, os 17 Estados costeiros e cerca de 400 Municípios, incluindo gestores públicos e sociedade civil. A partir do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil, publicado em 2008, as ações foram orientadas para a definição de macrodiretrizes de regulação e ordenamento dos vetores de pressão sobre a zona costeira, destacando urbanização, petróleo e gás, portos, turismo e maricultura. Dentre as prioridades de 2010, destacam-se atividades relativas ao gerenciamento costeiro, especialmente as voltadas para o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima.

#### k) Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) avançou consideravelmente, em 2009, por meio da inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais como atores econômicos. Um dos principais instrumentos para esse avanço foi a criação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), executado pelo Governo por intermédio do MMA, MDA, MDS e Conab. Esse Plano veio consolidar os investimentos iniciados, ainda em 2008, em 10 cadeias produtivas (açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de 2 cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e 8 cadeias territoriais.

Foi consolidada a inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade, que viabilizaram a subvenção da ordem de R\$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial dessa política para 2010.

Ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao mencionado Programa de Aquisição de Alimentos e também a oportunidade de mercados institucionais para esses produtos, com a promulgação da referida Lei nº 11.947, de 2009, determinando que pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos diretamente pela agricultura familiar, priorizando-se comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas. Esse processo possibilita resultados diretos na renda dessas populações e agregação de valor aos produtos.

#### 1) Concessão Florestal

As concessões florestais para manejo implicam na realização de levantamentos socioeconômicos, de estudos de viabilidade econômica e da elaboração de editais de licitação. As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Estado do Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam a fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste daquele Estado e dinamizar, em especial, a economia dos Municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de mil empregos. Ainda no ano passado, por meio do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, foram identificadas áreas no País, totalizando aproximadamente 239 milhões de hectares. Além disso, foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2010), que indicou as áreas passíveis de serem submetidas ao processo de concessões florestais.

Dentre as políticas implementadas no ano de 2009, destaca-se o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, destinado a fortalecer a atividade florestal comunitária, por meio de instrumentos legais de apoio e fomento voltados às peculiaridades do manejo florestal praticado por agricultores familiares e comunidades tradicionais. A principal inovação é a efetivação de uma rotina anual de planejamento e execução de ações, com envolvimento dos diferentes órgãos federais, estaduais e da sociedade civil, para tornar efetivos os instrumentos de crédito, assistência técnica, capacitação, infraestrutura e comercialização. Para tanto, foi elaborado o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário para 2010, com a participação de diferentes setores do governo e da sociedade civil.

Foi concluída, também, a metodologia de implementação do primeiro Inventário Nacional de Florestas, estudo que será publicado a cada cinco anos e que permitirá conhecer, em detalhes, as florestas do Brasil, suas espécies, estrutura, estoques de carbono associados, entre outros aspectos. Está prevista para 2010 a implementação do Inventário Florestal Nacional em dois Biomas brasileiros: Caatinga e Mata Atlântica. Ainda neste exercício serão priorizadas i) a assinatura dos Contratos de Concessão Florestal em Saracá-Taquera; ii) a disponibilização para consulta pública da Minuta do Edital de Concessão Florestal da Flona de Amaná (área de aproximadamente 350 mil hectares), no Estado do Pará; e iii) o início do Processo de Concessão Florestal nas Florestas Nacionais de Jacundá, no Estado de Rondônia, Crepori e Trairão, ambas localizadas no Estado do Pará. Ademais, estima-se para 2010 o registro de 250 milhões de hectares de florestas públicas no respectivo Cadastro Nacional.



### **m) Esfera Internacional**

O Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na mencionada 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembleia-Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica.

Na Parceria Estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico. No Foro das Nações Unidas sobre Florestas, adotou-se decisão sobre possível fundo global sobre florestas.

Em 2010, o Brasil terá participação nos seguintes fóruns: COP-16, no México, 4ª Assembleia do Fundo para o Meio Ambiente Global; 15ª Conferência da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção; 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica; e de eventos ligados ao Ano Internacional da Biodiversidade. Na Comissão da Baleia, o País seguirá buscando reduções substantivas nas capturas. Participará também das negociações de acordo internacional sobre responsabilidade e compensação por danos causados por organismos geneticamente modificados, no âmbito do Protocolo sobre Biossegurança.

## **10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) têm papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País. As políticas públicas nessa área direcionam-se prioritariamente a atender os anseios e as demandas da sociedade civil, trabalhando sempre em parceria com os governos Estaduais e Municipais, os setores produtivos da economia, as entidades representativas da sociedade e os diversos atores do desenvolvimento nacional inseridos dentro da Administração Pública Federal. Os esforços e os investimentos mostram o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação em todas as áreas. No decorrer de 2009, as ações e estratégias empregadas pelo Governo para o desenvolvimento e o fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estabelecidas dentro do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Pacti 2007-2010) apresentaram resultados expressivos, decorrentes dos investimentos realizados.

Os investimentos totais do Governo, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cresceram de R\$ 2,8 bilhões, em 2003, para R\$ 7,2 bilhões em 2009, o que representa um crescimento nominal de 257%. Na mesma dinâmica, os recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em pesquisa científica, no desenvolvimento de tecnologias e em ações concretas para inovação industrial saltaram de R\$ 0,6 bilhão, em 2003, para R\$ 2,9 bilhões, em 2009. Para 2010, está prevista a destinação de R\$ 3 bilhões para o FNDCT.

O sinal da importância crescente do setor de CT&I no esforço nacional para o desenvolvimento do País pode ser evidenciado pela evolução do dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos últimos sete anos. Enquanto em 2003 o dispêndio representava 0,96% do PIB, em 2008 esse indicador atingiu 1,13% do PIB. Nesse processo, deve-se registrar o crescimento da

participação do investimento empresarial em P&D. Em 2003, o setor empresarial participava com 0,44% do PIB, passando para 0,52%, em 2008.

A maior atenção dada pelo Governo à área de CT&I mostra que os investimentos têm refletido diretamente na expansão e na consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, no incremento das estratégias de inovação tecnológica, no incentivo efetivo à pesquisa, no desenvolvimento e na inovação em áreas estratégicas, assim como no processo de direcionamento do modelo de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

O avanço no fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I envolve diretamente o incremento do universo de cientistas e pesquisadores em todo o País. Em 2009, o Brasil alcançou um volume total de 79.124 bolsas (Brasil e exterior), concedidas pelo CNPq. Na comparação entre outubro de 2008 e outubro 2009, o número de bolsas cresceu 15%. Somente em 2009, o CNPq disponibilizou 19.215 bolsas de mestrado e doutorado, caracterizando evolução de 9%, relativamente ao número do ano anterior (17.643). Considerando-se as bolsas de Doutorado e Doutorado-Sanduíche, no exterior, o número total chegou a 19.523 bolsas. O Brasil avançou no cenário nacional e internacional, tornando-se referência na área científica e tecnológica. A produção científica nacional, medida pelo número de artigos indexados na base de dados internacional *Thomson Reuters* (ISI), cresceu 56% em 2008, em relação a 2007. O País passou da 15ª para a 13ª colocação no ranking mundial, ultrapassando países com longa tradição científica, como Rússia e Holanda. O salto foi bastante expressivo, quando se observa que em 2003 o Brasil produzia apenas 12,7 mil artigos científicos por ano e em 2008 a produção foi de mais de 30 mil. Algumas das instituições de pesquisa brasileiras tornaram-se verdadeiros centros de referência mundial em produção de conhecimento científico. Segundo ranking divulgado pelo *Cybermetrics Lab*, entre as 150 instituições científicas mais acessadas na Internet em todo o mundo estão cinco brasileiras: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e (44º lugar); a Embrapa (88º); a Fundação Oswaldo Cruz (112º); o CNPq (140º); e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (148º). No total, o Brasil tem mais de 50 repositórios institucionais (bibliotecas digitais contendo a produção científica de uma instituição). A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) já dispõe de 125.934 dissertações/teses cadastradas na sua base de dados, vinculadas a 90 instituições de ensino e pesquisa, que podem ser integralmente acessadas.

A presença brasileira no cenário da pesquisa científica internacional envolve a participação de pesquisadores do MCT, por meio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), com o avanço da integração à rede de computadores que processa dados do maior acelerador de partículas do mundo, o Grande Colisor de Hádrons, mais conhecido pela sua sigla em inglês: LHC. Os cientistas brasileiros estão integrados aos cientistas dos países associados ao Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN). No LHC, projeta-se o experimento de grande repercussão mundial. Esse experimento ambiciona promover choque entre partículas para tentar reproduzir as condições que teriam surgido frações de segundo após o *Big Bang* da criação do universo. Participar desse esforço internacional é um demonstrativo de competência dessa renomada unidade de pesquisa, no sentido de elucidar questões sobre a origem da matéria.

Em relação às iniciativas a serem realizadas em 2010, destaca-se a conclusão do processo de avaliação dos projetos apoiados pelos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia no período entre 1999 e 2009. Os Fundos Setoriais constituem um mecanismo inovador de estímulo ao fortalecimento do Sistema de C&T nacional. Os Fundos têm como objetivo garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área e, em simultâneo, a criação de um novo modelo de gestão, fundado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo e na definição de prioridades, com foco nos resultados. Outra

importante iniciativa será a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada nos dias 26 a 28 de maio de 2010, com o título “Política de Estado para Ciência, Tecnologia e Inovação com vista ao Desenvolvimento Sustentável”. Representará uma oportunidade para que acadêmicos, Governo, empresários e organizações não governamentais reflitam sobre as medidas para que, nos próximos 10 anos, o Brasil alcance o desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente democrático. Entre os assuntos em pauta na Conferência estarão a construção da cultura científica, as responsabilidades e ações sociais de organismos públicos e privados, a cidadania, a sustentabilidade e a educação. Terá, entre outros, os temas centrais focados nos eixos do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti 2007-2010): Consolidação do Sistema Nacional de CT&I; Inovação Tecnológica nas Empresas, Áreas Estratégicas e CT&I; e Inovação para o Desenvolvimento Social.

#### a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A efetividade da pesquisa científica e tecnológica no País e sua aplicação social por meio da transferência de tecnologias e de instrumentos indutores da inovação implicam a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. As ações do Governo caminham na direção de dotar a infraestrutura adequada para as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), os Institutos de Pesquisa Tecnológicas (IPTs) e as Unidades de Pesquisa (UPs), vinculados ao MCT, para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. É necessário que se dê atenção especial à formação de recursos humanos qualificados, tanto para o setor público quanto para a iniciativa privada, assim como a abertura de oportunidades de intercâmbios com centros de pesquisas internacionais, incentivando a cooperação com outros países para a troca de experiências e de conhecimentos entre pesquisadores brasileiros e do exterior.

##### a.1) Recursos Humanos

O CNPq tem sido agente decisivo na Formação de Recursos Humanos para CT&I. Além das bolsas em outras modalidades, como mestrado e doutorado, foram disponibilizadas, em 2009, 8.670 bolsas de Iniciação Científica Júnior, concedidas às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) e à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Em volume de recursos financeiros, os diversos editais para concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas ou setores estratégicos do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (Pacti), entre os quais podem ser mencionados microeletrônica, setor mineral e de recursos hídricos, alcançaram em conjunto um valor aproximado de R\$ 28 milhões, em 2009. Para 2010, a concessão de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) terá um incremento de 10%. Também está previsto o aumento da concessão de Bolsas DT (Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora), o que deve dobrar o número atual, chegando a 400 bolsas.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2009, 48.813 bolsas implementadas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 7,5% relativamente ao número do ano anterior.

A política de Formação de Recursos Humanos do Governo vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca-se o crescimento das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 19%, 16%

e 11,5%, respectivamente. Destacam-se também editais estaduais do Programa RHAE-Pesquisador na Empresa, realizados em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de 9 Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando cada vez mais a estimular o desenvolvimento tecnológico regional. Em 2009, o programa alcançou o valor de R\$ 26 milhões, contemplando 172 empresas. Em 2010, a expectativa é destinar R\$ 40 milhões, originários dos Fundos Setoriais, para o lançamento de novos editais. No âmbito do Programa de Capacitação Institucional PCI/MCT, que tem a finalidade de agregar de forma temporária a contratação de especialistas para a implementação de projetos específicos de pesquisa junto às UPs, foram concedidas 2.586 bolsas do Programa de Capacitação Institucional, sendo 1.213 bolsas de longa duração e 1.373 bolsas de curta duração.

#### a.2) Infraestrutura

Em 2009, o Programa Proinfra, operacionalizado pela Finep, que tem por objetivo apoiar a execução de projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior ou de pesquisa, aprovou projetos de 119 instituições, no valor de R\$ 360 milhões, aumentando em 225% o valor repassado em 2008. Também foi lançado o Edital Novos Campi, com o objetivo de implantação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas novas universidades federais e nos campi fora das sedes das universidades federais. Foram aprovados projetos de 41 instituições no valor total de R\$ 60 milhões.

No contexto da infraestrutura para pesquisa, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa expande o alcance da atual Rede (RNP), abrangendo todo o País e integrando, em alta velocidade, cerca de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa. O backbone nacional Multipigabit (conexões de rede de alta velocidade e desempenho), que alcançou 10 Estados em 2009, atingirá 24 Estados em 2010, com conexões de alta capacidade – até 10 gbps. Também integrará diretamente os países do Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura. A expansão e a conexão das redes físicas de comunicação de dados nas capitais e polos do interior constituirão um grande patrimônio para a educação e a pesquisa nos próximos 20 anos, pois permitirá a aceleração da velocidade de forma virtualmente ilimitada a um custo bastante reduzido. Essas conexões de rede de alta velocidade e desempenho irão contribuir diretamente para a formação de professores para as escolas, por meio da Universidade Aberta do Brasil; e para a geração e o uso de conteúdos digitais, seja na pós-graduação, seja na educação tecnológica. Até 2009, a RNP já integrou 78 campi de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) e Unidades de Pesquisa (UPs) localizados no interior do País.

Na área da saúde, foram interligados 35 Núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação, em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde. No universo da cultura, a nova RNP irá interligar as principais instituições do setor no Rio de Janeiro e em São Paulo, em alta velocidade, como a Biblioteca Nacional e a Cinemateca Brasileira. Vale salientar os 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), com orçamento total de R\$ 606 milhões, dos quais 60% já foram repassados em 2009. Os INCTs articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País, impulsionam a pesquisa científica básica e fundamental competitiva internacionalmente e estimulam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta, associada a aplicações para promover a inovação em empresas.

### **a.3) Unidades de Pesquisa**

Diversas iniciativas vêm melhorando e ampliando a estrutura das Unidades de Pesquisa (UPs) vinculadas ao MCT. Essas ações visam a dotar o País de um parque científico e tecnológico capaz de atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. As UPs aprofundaram sua capilaridade regional para consolidar a gradativa expansão nacional. Infraestruturas laboratoriais e de pesquisa e administração institucional foram executadas em conjunto com a contratação de novos pesquisadores, por intermédio de concursos públicos.

No último ano, foram fortalecidos os Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), por meio da recuperação das instalações físicas e prediais dos núcleos nos Estados de Rondônia, Acre e Roraima; e da ação coordenada da pesquisa. Foi fortalecido o Núcleo Regional de Caxiuanã do Museu Paraense Emílio Goeldi/PA, com apoio à infraestrutura local de locomoção fluvial para atividades de deslocamento de cientistas e de educação e popularização da ciência no Barco da Leitura Guilherme de La Penha, no Programa de Floresta Modelo Caxiuanã da Estação Científica Ferreira Penna. Também foi fortalecido o Núcleo Regional do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) no Estado do Espírito Santo e iniciadas as tratativas dos núcleos regionais do Cetem no Estado de Santa Catarina e do Centro Tecnológico da Informação Ricardo Archer (CTI) em Fortaleza/CE.

Em 2009, também, foram finalizadas as construções do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron; os prédios da Biblioteca e Sala de Aula e de Gestão e Qualidade de Vida no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; o Prédio da Geofísica no Observatório Nacional; a Linha de Hélio para os Laboratórios de Superfícies e Nanoestruturas e Instrumentação e Medidas; e a reforma do Laboratório de Espectroscopia Mössbauer Jacques Danon (Meteorítica, Mineralogia e Arqueometria) no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Está em fase de conclusão a construção do Prédio da Administração do Instituto Nacional do Semiárido e o Edifício-Sede do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste. Também, está prevista a consolidação do processo de expansão regional das UPs, por meio da implantação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal e de núcleos regionais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) nos Estados do Amazonas, Roraima e Pará; no INPA, em São Gabriel da Cachoeira/AM; no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no Estado do Amapá; no CTI, em Fortaleza/CE; no Cetem, nos Estados do Piauí, Pernambuco e Santa Catarina; e no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), no Estado do Espírito Santo.

### **b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas**

O Governo criou uma série de mecanismos para fomentar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à inovação. Essas ações compreendem o desenvolvimento de um ambiente favorável à dinamização do processo de inovação tecnológica nas empresas, estimulando a inserção de um maior número de pesquisadores no setor produtivo, a difusão da cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e a formação de recursos humanos para inovação. Outra meta é a estruturação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), cujo desafio maior é o apoio ao desenvolvimento das empresas, a oferta da prestação de serviços tecnológicos, principalmente aqueles voltados para a Tecnologia Industrial Básica (TIB). Também existem ações direcionadas à ampliação das incubadoras de empresas e parques tecnológicos, além da viabilização de empresas inovadoras capazes de autogestão. Essas ações se pautam na Lei de Inovação, que estimula parcerias estratégicas e a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa públicos e empresas privadas. O objetivo geral é otimizar atividades em PD&I e permitir a geração de tecnologias aplicadas que acelerem o desenvolvimento industrial.

Na área da inovação merece destaque o Edital nº 1, de 2009, que destinou R\$ 450 milhões em subvenção econômica para apoio a projetos nas seguintes áreas consideradas estratégicas: Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Saúde, Programas Estratégicos, Energia e Desenvolvimento Social; e para o apoio às empresas nascentes inovadoras, no âmbito do Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime). Esse programa tem por objetivo apoiar a estruturação de plano de negócio e o desenvolvimento de novos produtos. Foram lançados, em março de 2009, 17 editais regionais, sendo selecionadas 1.404 empresas para receber R\$ 120 mil cada, na forma de subvenção econômica.

Para fomentar a inovação tecnológica no Brasil, o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI) celebrou, em 2009, convênios com 18 incubadoras-âncora, responsáveis pela seleção dos empreendimentos nos Estados para o recebimento da subvenção econômica e repasse direto da verba estatal. Em complementação, no ano de 2009, foi lançado o Edital nº 3/2009 PNI/Finep, no valor de R\$ 12 milhões, para incubadoras-âncora para os Estados não contemplados no edital de 2008. Destinaram-se R\$ 249 milhões para 2.015 empresas com até dois anos de vida.

O Inova Brasil tem por objetivo financiar Planos de Investimento em Inovação nas Empresas Brasileiras, principalmente as médias e grandes, tomando como referência a Política de Desenvolvimento Produtivo, com taxas de juros equalizadas. Em 2009, foram contratadas 69 operações no valor total de R\$ 1,67 bilhão. Também foram alocados, em cinco operações, R\$ 2 milhões para apoio às parcerias estratégicas, por meio do Programa Juro Zero, cujo objetivo é estimular a capacidade inovadora das microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas brasileiras.

Outro mecanismo que opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica é a Lei do Bem. Ela oferece a concessão de incentivos fiscais às atividades de PD&I em empresas, a redução do IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e componentes para P&D nas empresas e a possibilidade de que as agências de fomento de CT&I subvençionem o valor da remuneração de pesquisadores, mestres ou doutores empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas localizadas no território nacional. Em relação a essa Lei, verificou-se o crescimento de 132,87% nos investimentos das empresas em PD&I em 2008, comparando-se com os números de 2006. Isto é, passou de R\$ 2,19 bilhões (2006) para R\$ 5,10 bilhões (2007) e R\$ 8,11 bilhões (2008), mobilizando 130 empresas em 2006, 299 empresas em 2007 e 441 empresas, em 2008, o que implicou R\$ 883,9 milhões (2007) e 1,54 bilhão (2008) em renúncia fiscal.

Além da Lei de Inovação e da Lei do Bem, o Sistema Brasileiro de Tecnologia é um dos principais instrumentos de articulação e aproximação da comunidade científica e tecnológica com as empresas e proporciona condições para ampliação dos atuais índices de inovação, contribuindo para um maior valor agregado, produtividade, competitividade e inserção do Brasil no mercado global. Esse Sistema destinou, em 2009, R\$ 53 milhões para implantação de 23 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, que realizarão atendimentos a micro, pequenas e médias empresas, a fim de solucionar gargalos tecnológicos; R\$ 80 milhões para estruturação de 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos, disponibilizando infraestrutura laboratorial, com o objetivo de auxiliar as empresas na superação de exigências técnicas para o acesso a novos mercados; e R\$ 128 milhões para a implementação de 11 Redes Temáticas de Centro de Inovação, proporcionando às empresas o desenvolvimento de inovações em novos produtos ou processos, totalizando R\$ 261 milhões.

O Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova) visa a articular as iniciativas de entidades parceiras, com vistas à sensibilização, conscientização e mobilização dos empresários e da sociedade para a importância da



inovação como instrumento de crescimento sustentável e competitividade. No âmbito desses programas, no ano passado, foi elaborado o Guia Prático da Inovação para Empresas. Esse Guia apresenta o Simulador de Incentivos Fiscais da Lei do Bem para as empresas e o Localizador de Programas e Instrumentos de Incentivo à Inovação existentes no País. Também foi feito o lançamento de edital no valor de R\$ 8 milhões, para apoiar eventos de mobilização e sensibilização para inovação, em 2009 e 2010. Em 2010, o Programa apoiará o Prêmio Nacional de Gestão Inovação e o fortalecimento de instituições de apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas. Essas ações estão sendo realizadas em articulação com a Mobilização Empresarial para Inovação (MEI), liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Por meio da Lei de Inovação, o Governo tem apoiado a implantação, estruturação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), mecanismos relevantes para disseminar e consolidar a inovação tecnológica no País e apoiar essas Instituições nas questões relativas à propriedade intelectual. Em 2009, foram contratados sete projetos, totalizando R\$ 10,2 milhões, implantados quatro NITs, sendo todos eles associados em formato de arranjos regionais, que atuam de forma virtual e operam em forma de rede colaborativa para otimizar e compartilhar recursos, disseminar boas práticas de gestão da inovação, de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, bem como facilitar a aplicação dessa política e da Lei de Inovação.

#### c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

A diversidade dos recursos naturais, as potencialidades energéticas, as especificidades dos setores econômicos, a larga extensão territorial, os desafios tecnológicos para o futuro, a necessidade da segurança e da defesa nacional e a dinâmica oferecida pela variedade de possibilidades de inovação fazem com que o Brasil seja uma nação singular dentro do cenário mundial. O potencial inovador e dinamizador da economia, como fator de crescimento e de inclusão, estimula a necessidade de que se conciliem possibilidades das matrizes produtivas com os anseios e demandas da sociedade. O Governo desenvolve, nesse sentido, programas e ações concretos para fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas. Diante da pluralidade potencial dos recursos disponíveis, foram definidas como linhas de ação prioritárias a biotecnologia, a nanotecnologia, as tecnologias da informação e da comunicação, a saúde, os biocombustíveis, a energia elétrica, o hidrogênio, as energias renováveis, o petróleo, o gás, o carvão mineral, o agronegócio, a biodiversidade, a Amazônia, o Semiárido, a meteorologia, as mudanças climáticas, o programa espacial, o programa nuclear, a defesa nacional e a segurança pública.

##### c.1) Energia

Em 2009, o Governo acelerou o fomento à P&D de Fontes de Energias Renováveis e de tecnologias energéticas limpas e eficientes, com destaque para o biodiesel, etanol e solar. Nesse sentido, foram destinados R\$ 40 milhões para o biodiesel, para solucionar os principais gargalos tecnológicos existentes na cadeia de produção e uso desse combustível. Com foco principal na produção de matéria-prima graxa para a produção de biodiesel, destaca-se a estruturação de ações de apoio à instalação do banco ativo de Germoplasma (BAG) de pinhão manso na Embrapa; o desenvolvimento de novas fontes e rotas tecnológicas de insumos minerais para a produção agrícola de oleaginosas; o melhoramento genético de cultivares de dendzeiro; o edital de microalgas para biodiesel; e o edital de oleaginosas de ciclo curto. É importante destacar o início de ações de avaliação da conformidade voltadas para a capacitação da rede de laboratórios de caracterização e controle da qualidade de biodiesel, com recursos investidos da ordem de R\$ 16 milhões. Como principal ação, o Projeto Confiabilidade de Ensaios Laboratoriais em Biocombustíveis (Celab)



está capacitando uma rede de 37 laboratórios, para que realizem ensaios e análises de acordo com requisitos internacionalmente aceitos e que busquem sua acreditação junto ao Inmetro.

No caso da energia solar, estão sendo realizadas pesquisas, com investimento da ordem de R\$ 10 milhões, no desenvolvimento da cadeia produtiva de sistemas solares fotovoltaicos e térmicos. O setor de Energia Elétrica teve o aporte de R\$ 16 milhões para ações de capacitação de laboratórios e formação de recursos humanos para o setor, com destaque para a implementação do laboratório de pesquisa hidroeletricidade em Tucuruí/PA, em parceria com a Eletrobrás, no valor total de R\$ 4 milhões. Além disso, o Governo, em parceria com setor produtivo, criou a Rede de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Carvão Mineral, com a finalidade de desenvolver tecnologias para o uso sustentável do carvão mineral, visando à geração termoelétrica e siderurgia. Essa ação contou com um investimento, em 2009, de R\$ 6 milhões. Neste exercício, continuarão a ser apoiados os projetos para desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas e eficientes, bem assim de fontes energéticas renováveis.

#### c.2) Programa Nuclear

O ano de 2009 foi significativo para o setor nuclear brasileiro. No segmento do ciclo do combustível, foi assinado o contrato entre as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa Galvani para exploração conjunta da jazida de Santa Quitéria, localizada no Estado do Ceará. Esse empreendimento é um marco para o setor nuclear brasileiro, porque viabilizou a ampliação da capacidade de produção nacional de concentrado de urânio. Adicionalmente, iniciou-se a exploração subterrânea na jazida de Caetité/BA, garantindo-se, por intermédio desses dois empreendimentos, o suprimento de combustível para a operação contínua das usinas nucleares de Angra I, II e III.

Também no segmento do ciclo combustível, encontra-se em fase final de implantação, com inauguração prevista em 2010, a primeira planta nacional de conversão de concentrado de urânio. Localizada no Centro de Pesquisa da Marinha, em Iperó/SP, essa planta possibilitará o início do processo de conversão no País e servirá de modelo para a planta industrial a ser instalada no parque industrial da INB, em Resende/RJ.

Ainda em 2009, o Brasil deu um passo definitivo para concretizar sua capacitação industrial na produção de combustível para as usinas nucleares, com a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do País. Essa planta, localizada no parque industrial da INB, encontra-se em operação e já fornece as primeiras cargas de urânio enriquecido para a fabricação de elemento combustível para Angra I e II.

Outra importante realização alcançada, em 2009, foi o início do projeto para desenvolvimento e instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). As equipes para concepção do projeto já iniciaram suas atividades e encontra-se em execução o estudo de engenharia para adequação e preparação do terreno onde será construído o reator. Esse projeto reveste-se da maior importância, em decorrência da crise mundial no fornecimento de radioisótopos para medicina nuclear ocasionada pela suspensão na operação do reator comercial canadense, responsável por mais de 60% da produção mundial dessas substâncias. A crise no fornecimento teve como consequência a redução na prestação de serviços de radiodiagnóstico à população e o projeto do RMB possibilitará a garantia desse suprimento para atendimento da demanda nacional.

Outra importante realização na área de medicina nuclear foi a inauguração da Unidade de Produção de Radiofármacos (UPR), de Recife/PE. Localizada nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear do Nordeste (CRCN/NE), a UPR já iniciou sua produção em 2009, dotando a Região Nordeste da mais moderna técnica de radiodiagnóstico para o tratamento de neoplasias, cardiopatias e neurocirurgias.

No que se refere ao tratamento de rejeitos radioativos, deu-se continuidade ao projeto para a implantação do Centro de Referência em Rejeitos Radioativos, que funcionará nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), unidade de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), localizada em Belo Horizonte, com início de operação previsto para 2010. Esse Centro atuará com foco no desenvolvimento de métodos e processos para o tratamento de rejeitos radioativos e no treinamento dos profissionais de empresas e instituições que lidam com substâncias radioativas.

### c.3) Programa Espacial

O Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) cumpriu, em 2009, etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, a consolidação dos produtos CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) na América Latina, África e Ásia, com aproximadamente um milhão de imagens distribuídas de média e alta resolução e a ampliação da rede internacional de distribuição de imagens. Foram, também, desenvolvidos testes de subsistemas do Satélite Amazônia-1, incluindo-se as duas cargas úteis de sensoriamento remoto. Alcançou-se, ainda, a certificação de conformidade do foguete de sondagem VSB-30, já reconhecido no exterior pelo seu excelente desempenho e grau de confiabilidade.

Além disso, iniciou-se a reconstrução da torre de lançamento do veículo lançador de satélites (VLS), bem como das obras complementares de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara, para apoio ao lançamento do foguete ucraniano Cyclone 4, avançando no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2010, além do início da fabricação e integração do modelo de voo do satélite Amazônia-1, espera-se conduzir a nova torre do VLS, assim como a maquete elétrica de Integração de Redes Elétricas do VLS, o que possibilitará a retomada da programação dos voos de lançamento desse veículo.

### c.4) Nanotecnologia

A nanotecnologia, considerada a 5ª revolução industrial, é elemento imprescindível à inovação tecnológica. Há mais de 100 empresas brasileiras utilizando, desenvolvendo ou produzindo nanotecnologia em todo o País. O emprego da nanotecnologia como um instrumento de inovação é fundamental para aumentar o patamar de competitividade da indústria brasileira nos mercados nacional e internacional.

Em 2009, foi possível assegurar o apoio a 6 laboratórios estratégicos, necessários ao avanço do conhecimento do País, bem como a 15 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em Nanotecnologia, distribuídos em todas as regiões do Brasil, a 175 projetos de jovens pesquisadores e estreitar cooperação internacional com 5 países estratégicos na área. Atualmente, a nanotecnologia conta com mais de 1.300 pesquisadores em atividade e mais de 2 mil alunos de pós-graduação apoiados pelo Governo Federal.

### c.5) Biotecnologia

Na área de biotecnologia, destaca-se o forte enfoque dado aos investimentos para a infraestrutura, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nessa área. Das 10 plataformas tecnológicas previstas no Pacto para biotecnologia, oito já foram implantadas, com um investimento da ordem de R\$ 16,5 milhões no triênio 2007-2009, nas áreas de Biotérios, Recursos Biológicos, Identificação Genética de Material de Multiplicação Animal e de Mudas e Sementes, Fitomedicamentos e Dermomedicamentos. Nesse mesmo período, também foram aplicados R\$ 137,6 milhões para o desenvolvimento de 69 produtos biotecnológicos, envolvendo 65 empresas, por meio da subvenção econômica em diversas áreas, como: biocombustíveis, fármacos e medicamentos, bioprodutos, agropecuária, alimentos, cosmeceutica e vacinas.

Devem ser destacados, também, o Projeto de Pesquisa em Genoma Proteômica (Genoprot) e a Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), que desenvolvem produtos e processos nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria, e meio ambiente, com abordagem estratégica. O primeiro, voltado para o fortalecimento de grupos de pesquisa consorciados em nível nacional, e o segundo, em nível regional, já tendo desenvolvido caprinos transgênicos que expressam a proteína antitrombina hG-CSF (fator estimulante de granulócitos humanos) para serem utilizados em pacientes imunodepressivos. Para fortalecimento de grupos de pesquisas interdisciplinares em genômica e proteômica, foi lançado, em 2009, edital no valor de R\$ 13 milhões. Nesse mesmo ano, foi instalado o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), que é uma instância colegiada multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e recursal, com a finalidade de estabelecer normas para uso e cuidados com animais para ensino e pesquisa, visando à instalação. A grande importância do Concea está na garantia do desenvolvimento de pesquisas científicas preservando, ao máximo, o bem-estar animal.

### c.6) Biodiversidade

O ano de 2009 marcou o lançamento do edital do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), no valor global de R\$ 9,5 milhões, para o período de 2009 a 2011, com até 30% dos recursos destinados a bolsas de pesquisa. O PPBio foi ampliado para a Mata Atlântica, como parte do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II), e foi elaborado o projeto "Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade", orçado em US\$ 29 milhões, com financiamento do Governo e do Fundo para o Meio Ambiente Global.

Outras iniciativas, também, foram relevantes para a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira em 2009. Foi instituída a Rede de Cooperação em Ciência e Tecnologia para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado); mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R\$ 2,8 milhões; iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) e apresentado o Plano Científico para esse Instituto; e aprovada a proposta da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pro-Centro-Oeste). Em relação à Amazônia, foi lançado, em 2009, o edital para implementação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte), que prevê a aplicação de R\$ 13 milhões, provenientes do FNDCT, e R\$ 6,3 milhões das Fundações de Amparo à Pesquisa e das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia da região. Além disso, foi publicado o edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R\$ 3,2 milhões; iniciado o Projeto Cenários para a Amazônia, que constitui-se na integração dos programas de pesquisa na Amazônia (LBA, Geoma e PPBio) e subsidiará a tomada de decisões em níveis estaduais e regionais

na Amazônia; aprovado o Termo de Referência para o edital, em consórcio com a França, no âmbito do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, totalizando R\$ 9 milhões para o período 2010-2012; e estabelecida parceria com a Alemanha, para implantação de uma rede especializada de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia, de vapor de água e de gás carbônico, na qual serão implementadas 9 novas estações de monitoramento, entre elas uma torre de 300 metros, complementando as 14 estações existentes.

#### c.7) Mar e Antártica

As Ciências do Mar avançaram consideravelmente, em 2009, tendo sido lançados dois editais: o Edital “Biomar nº 39/2009” e o Edital “Papel do Oceano Atlântico nas Mudanças Climáticas nº 38/2009”. O primeiro foi direcionado a apoiar projetos de pesquisas que visem o uso sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha existente nos ecossistemas costeiros e nas áreas marítimas sob jurisdição brasileira e de interesse nacional. Essa chamada contempla o valor de R\$ 2 milhões para 2009 e R\$ 4 milhões para 2010.

O objetivo do segundo edital foi promover o aumento do conhecimento sobre processos ligados ao clima, tanto no âmbito costeiro e oceânico, como de interação oceano-atmosfera-criosfera, que ocorram no Atlântico Sul, no Atlântico Tropical e no setor Atlântico do Oceano Austral (Antártico), bem como o aumento de estudos relacionados à dinâmica do carbono. A chamada foi dividida em linhas temáticas, totalizando o valor de R\$ 5 milhões.

Foi realizada no último exercício, pelos Navios Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul e Oceanográfico Antares, a campanha Oceanográfica Transatlântico I. A campanha permitiu, mediante o embarque de equipes de pesquisadores brasileiros, a realização de perfis transoceânicos de coleta de dados oceanográficos, visando à identificação e ao monitoramento das principais feições oceânicas e a obtenção de dados de valor estratégico atinentes à circulação e às massas d’água da bacia do Atlântico Sul, com aplicação direta em estudos climáticos e das características da propagação acústica. Cabe destacar que campanhas dessa natureza são inéditas e propiciam conhecimento privilegiado do ambiente marinho oceânico, incluindo o Brasil no seletivo grupo de países que realizam pesquisas oceanográficas de caráter global. Para o ano de 2010, a continuidade das pesquisas realizadas pelo Navio Cruzeiro do Sul será viabilizada por meio do lançamento de chamada pública.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) produz ciência brasileira de nível internacional na Região Antártica. Em 2009, disponibilizou recursos na ordem de R\$ 14 milhões aplicados para apoio a projetos de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, bem como estimulou a cooperação científica com outros países da América do Sul. O primeiro Navio Polar brasileiro, o Almirante Maximiano, recebeu parte de seus equipamentos científicos, com um investimento inicial de R\$ 10 milhões, e assim entrou em operação em outubro de 2009, participando de sua primeira campanha ao Oceano Austral. O fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), também, deu início a propostas de cooperação em pesquisa antártica entre os três países, como um dos temas incluídos no Edital Público lançado para apoio a pesquisas.

#### c.8) Tecnologias da Informação e Comunicação

As iniciativas do Governo na área de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm como objetivo promover e apoiar a capacitação e competitividade da indústria de equipamentos, componentes e programas de computador, fundamentadas na

formação e capacitação de recursos humanos, nas atividades de PD&I, na integração e cooperação entre Instituições de P&D públicas e privadas e no fomento para instalação e ampliação de empresas de manufatura e de serviços no País.

Nesse sentido, destaca-se um parque industrial de mais de trezentas empresas fabricantes de equipamentos, centenas de empresas de serviços, e ainda, como avanço em tecnologia emergente, a criação da empresa pública Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (Ceitec), que tem como objetivo o desenvolvimento de novas tecnologias de componentes semicondutores e outros materiais vitais para informática. Como exemplo, vale citar o desenvolvimento do primeiro microcomponente (*chip*) nacional para rastreabilidade bovina. O “chip”, inteiramente desenvolvido no Ceitec, amplia a vantagem competitiva das exportações desse produto.

#### **c.9) Defesa Nacional**

Das ações de P&D na área de Defesa, destacam-se como mais relevantes: i) a continuidade nos investimentos para a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), que em 2009 alcançou cerca de R\$ 2,4 milhões e que entrou em fase de prototipagem na empresa Iveco, devendo estar disponível para incorporação às Forças Armadas a partir de 2013; ii) a continuidade do Projeto A-Darter, desenvolvido em conjunto com a África do Sul, que passou por algumas campanhas para testes de componentes diversos e espera-se ter seu desenvolvimento concluído em 2012. Com estimativa de investimento total de R\$ 180 milhões, em 2009 foram alocados recursos financeiros no valor de R\$ 40,95 milhões; iii) o projeto de Sistemas Inerciais para Aplicações Aeroespaciais, fundamentais para controle de atitude de satélites, ainda em fase de desenvolvimento, já dispondo de tecnologia para produção, com término previsto para 2010. No último ano, os investimentos alcançaram o valor de R\$ 40,64 milhões; e iv) na área de Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant), a Finep lançou em dezembro de 2009 a Chamada Pública MCT/Finep – CT-Aero – Vant nº 1/09, que destinará R\$ 9 milhões para apoio financeiro a projetos de PD&I em Vant e tecnologias acessórias, com a participação de instituições estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aplicações em áreas como segurança pública, defesa, controle de fronteiras, meteorologia, agricultura, monitoramento de queimadas e poluição e degradação ambiental. A previsão da divulgação dos resultados da chamada é no mês de maio de 2010. Deve ser destacado, também, que o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) realizou no fim de novembro a Operação Acauã 8, com voos conjuntos das plataformas das 3 forças (Harpia, Acauã e VT – 15).

#### **d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social**

Uma importante iniciativa do Governo vai no sentido de direcionar ações e investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social, compreendendo ações voltadas para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas. Um dos objetivos principais é promover a inclusão social, especialmente em comunidades carentes, tanto no meio rural como nas áreas urbanas, por meio de estímulo ao desenvolvimento econômico, social e regional. Nesse sentido, em 2009, com o objetivo de popularizar a ciência e a tecnologia, foi realizada a 6ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, por meio da qual foram promovidas cerca de 25 mil atividades em aproximadamente 500 Municípios, envolvendo grande número de instituições de ensino e pesquisa e entidades diversas. O crescimento, comparado a 2008, foi significativo: em 2008, foram realizadas cerca de 11 mil atividades em 450 Municípios. Com esse mesmo intuito, o Governo tem um programa de apoio a centros e museus de C&T. Em 2009, foi lançado, em parceria com 21 Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, um edital para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes.

O edital, com o valor de R\$ 16,3 milhões, se destina a centros e museus de C&T, planetários, jardins zoobotânicos, parques de ciência e outras instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências.

Foi realizada, em 2009, a 5ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que bateu recorde de alunos e escolas participantes: 19,2 milhões de estudantes, em 43 mil escolas espalhadas por 99,1% dos Municípios brasileiros. Foram concedidas 3 mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2009 e prêmios foram direcionados, também, às escolas e aos Municípios nos quais os alunos se destacaram. Pelo Programa de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), foram apoiadas novas unidades em diversos Estados, sendo que 18 projetos já estão aprovados e 55 encontram-se em análise, com recursos estimados em R\$ 53 milhões. Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metalmecânico e tecnologia da informação.

Na área de saneamento e habitação, foi lançada, em outubro de 2009, a Chamada Pública MCT/MCidades/Finep/Ação Transversal – Saneamento Ambiental e Habitação – nº 7/2009, no valor de R\$ 30 milhões, com o objetivo de apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação nas áreas de Saneamento Ambiental e de Habitação, por meio da formação de Redes Cooperativas de Pesquisa. Uma das finalidades dessa ação é contribuir para o uso de novas tecnologias construtivas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

### III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

#### 1. Agenda Social

A Agenda Social tem como objetivo a redução das desigualdades sociais, a ampliação dos direitos de cidadania, a prioridade para a juventude, a promoção da cultura, a melhoria da qualidade da educação, da saúde e da segurança pública. Para tanto, articulam-se ações entre órgãos executores de políticas nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital, e entre Governo e sociedade civil.

Em 2009, deu-se continuidade às iniciativas da Agenda Social, as quais se articulam em torno dos temas, ou eixos estratégicos, conforme o quadro abaixo.

<b>Eixos</b>	<b>Iniciativa/Programas</b>
<b>Redução das Desigualdades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reajuste dos benefícios e ampliação do Bolsa Família</li> <li>• Geração de oportunidades às famílias mais pobres</li> <li>• Segurança alimentar e nutricional</li> <li>• Ampliação de serviços socioassistenciais</li> <li>• Territórios da Cidadania</li> </ul>
<b>Juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração dos programas</li> </ul>
<b>Direitos de Cidadania</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulheres</li> <li>• Quilombolas</li> <li>• Povos indígenas</li> <li>• Criança e adolescente</li> <li>• Pessoas com deficiência</li> <li>• Documentação civil básica</li> </ul>
<b>Cultura</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais Cultura</li> </ul>
<b>Educação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior qualidade da educação</li> </ul>
<b>Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mais Saúde</li> </ul>
<b>Segurança Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança Pública com Cidadania</li> </ul>

##### 1.1. Redução das Desigualdades

O Brasil está vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico. Além da dimensão ética de proteção da vida, as políticas sociais estão mostrando grande possibilidade de dinamização das economias locais, com significativo impacto no fortalecimento do mercado interno, o que foi um trunfo valioso para o Brasil no enfrentamento da última crise econômica mundial.

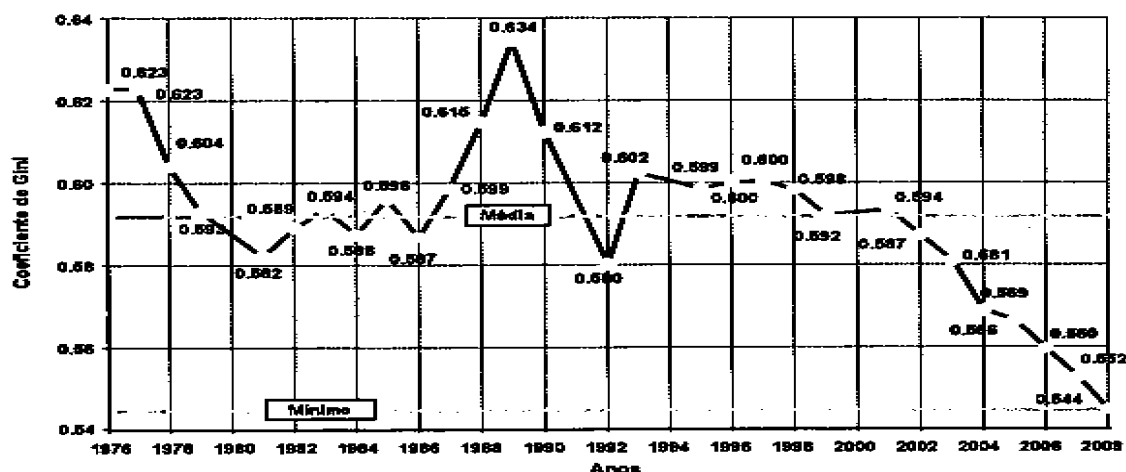


Superamos um dualismo histórico entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Está comprovado que o investimento em políticas públicas sociais contribui para o desenvolvimento sustentável e a superação de crises econômicas. Da mesma forma, todos reconhecem a importância da estabilidade monetária e o crescimento da economia como condição necessária para a superação da pobreza.

No País, os efeitos da última crise econômica foram menores em comparação com outros países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Isso se deve às boas condições macroeconômicas e às políticas sociais, que, dentre outros fatores, garantiram robustez ao mercado interno e aumentaram nossa capacidade de retomada de crescimento. Prova disso é que estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) indica que a pobreza no Brasil segue em queda, apesar da crise internacional

A desigualdade de renda brasileira também declinou de forma sistemática, acentuada e sem precedentes entre 2001 e 2008, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008. Ao analisar a desigualdade de renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini, verifica-se uma queda de 8,4% entre os anos de 2001 e 2008 (de 0,594 para 0,544), o que indica a tendência rumo a uma sociedade mais justa. Uma decomposição fatorial por fonte de renda do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte desse movimento, embora as transferências públicas (aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família) tenham revelado significativa contribuição.

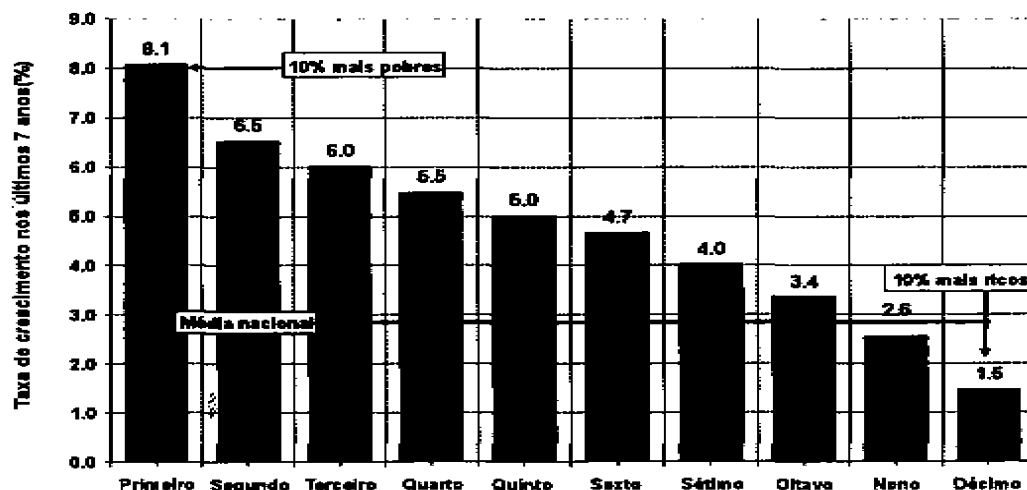
**Evolução da Desigualdade na Renda Domiciliar per capita Segundo o Coeficiente de Gini: Brasil, 1976 a 2008**



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base na PNAD, de 1976 a 2008.

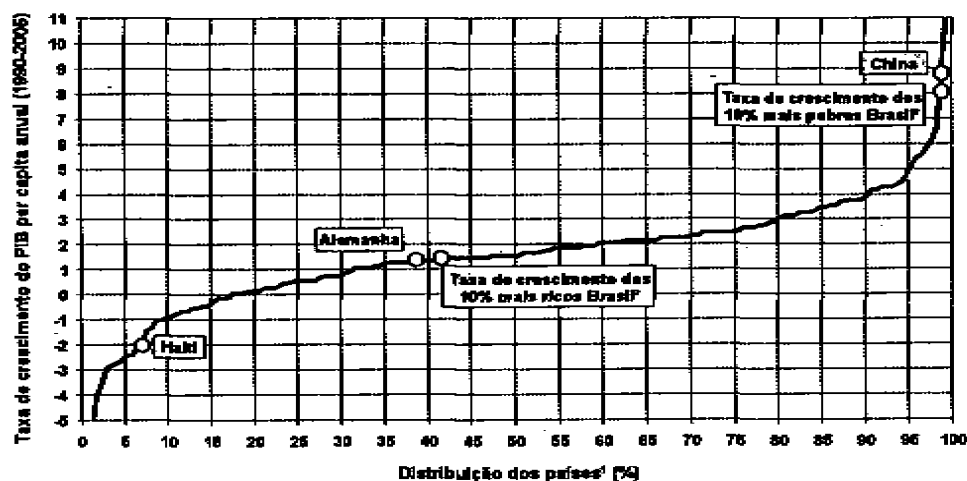
O processo de desconcentração da renda no Brasil tem sido bastante positivo. De 2001 a 2008, a renda familiar per capita de toda a população cresceu, sendo que entre os mais pobres a evolução foi mais acelerada, de acordo com os gráficos a seguir apresentados. Enquanto a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu a um ritmo de 8,1% ao ano, três vezes mais que a média nacional (2,7%), a renda dos 10% mais ricos cresceu de forma mais lenta, alcançando 1,5% ao ano nesse período. No ano de 2008, a taxa de crescimento na renda dos mais pobres foi a mais elevada entre todos os países do mundo. Simultaneamente, a taxa de crescimento na renda dos 10% mais ricos, embora menor que a de todos os demais décimos, foi superior ao que se observou em 85% dos demais países.

### Taxa Anual de Crescimento da Renda Domiciliar per capita por Décimos da Distribuição – Brasil, 2001 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas pelo Ipea, com base na PNAD de 2001 a 2008.

### Distribuição dos Países no Mundo Segundo a Taxa de Crescimento Anual do PIB *per capita* Anual entre os Anos de 1990 e 2005



Fonte: 1. Estimativas produzidas pelo Ipea, com base no Human Development Report (2007-2008) PNUD – considerados 171 países para os quais existe a informação e na PNAD de 2001 a 2008.

Uma forma alternativa de visualizar a queda na desigualdade é observar o crescimento acumulado na renda dos 20% mais pobres *vis a vis* o dos 20% mais ricos. Em 2001, a renda dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres e em 2008 passou a ser 19 vezes, uma redução de 30% nessa medida de desigualdade em 7 anos. Neste ritmo, o País foi capaz de atingir, em 2005, a meta que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabeleceu para ser cumprido em 25 anos, entre 1990 e 2015, de reduzir à metade a extrema pobreza.

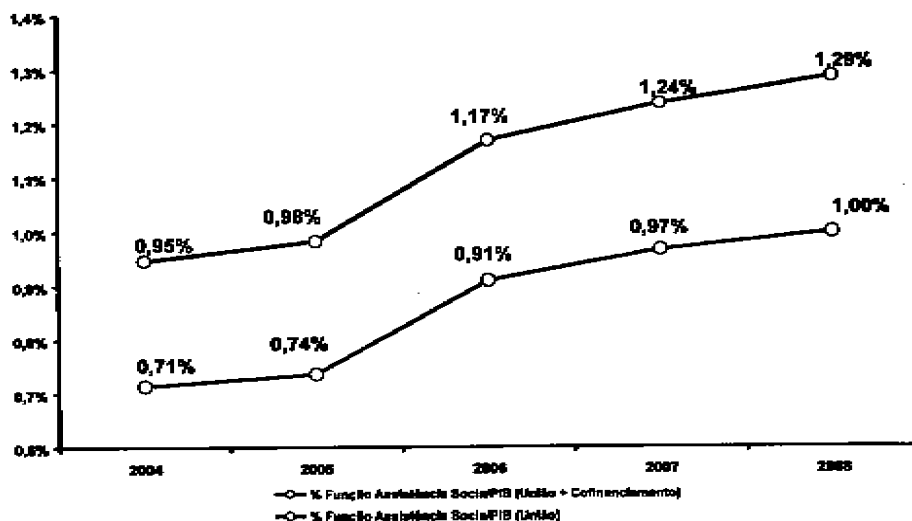
Além da queda da desigualdade e da pobreza em termos de renda, os números da PNAD 2008 revelam a expansão do acesso da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, a uma ampla variedade de oportunidades, como o acesso a serviços

habitacionais básicos, à informação e à educação. A expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade do domicílio (normativamente definida segundo quatro aspectos: acesso a saneamento básico, características físicas adequadas, ocupação adequada e acesso a bens de consumo duráveis) foi também acompanhada pela desconcentração, tornando o acesso mais bem distribuído e menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos.

No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que engloba as dimensões de renda, educação e longevidade, o Brasil manteve a classificação de país de desenvolvimento humano elevado alcançado em 2005. A elevação na dimensão absoluta do índice de 0,807 em 2006 para 0,813 em 2007 esteve relacionada principalmente ao aumento do PIB per capita no período considerado, embora a edição especial do relatório anual “Situação Mundial da Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância” (Unicef) aponte que o País faz parte do grupo de 25 nações – em meio a 196 analisadas – que mais avançou na redução da mortalidade de menores de 5 anos, atingindo em 2008 a marca de 22 mortes para cada mil nascidos vivos. O relatório cita os avanços também na redução da desnutrição em crianças menores de 2 anos – de 2000 a 2008, o índice caiu 77%. Outro destaque trata do acesso à escola, já que, em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, o número caiu para 570 mil. As condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional das crianças e das gestantes, certamente contribuíram para a evolução dos números apresentados.

Os resultados de impacto na redução da pobreza e da desigualdade são fruto em grande parte da ampla política social de Estado concebida com foco nos mais pobres. Trata-se de uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a agenda social. Nessa perspectiva, constata-se o crescimento contínuo dos recursos destinados à Assistência Social, que em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004 para 1,29% em 2008.

Evolução dos Recursos da Assistência Social em Relação ao PIB – Brasil, 2004-2008



Fonte: Elaborado pelo MDS, com base em dados do SIAFI, SISTIN/STN e IBGE.

A partir da análise dos gráficos apresentados, nota-se que o Governo consolidou um círculo virtuoso, caracterizado por uma rede de proteção e promoção social responsável por amenizar o efeito da crise internacional que assolou o mundo em 2008, diminuindo o impacto nos mais pobres e provocando mudança social profunda. Ao mesmo tempo, 31,9 milhões de pessoas ascenderam às classes AB e C entre 2002 e 2008, conforme estudos elaborados com os dados da PNAD. A nova classe média brasileira tornou-se, por meio do seu consumo, um ativo macroeconômico crucial para o desenvolvimento do País. Para 2010, planeja-se a manutenção e aprofundamento das políticas públicas distributivas, de promoção e inclusão social, que contribuam para o desenvolvimento social da nação.

#### a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) visa contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de Governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

O PBF se constitui, assim, na principal ação pública de transferência de renda do Brasil. Em 2009, o Programa completou seu sexto ano de operação, no qual foram tomadas medidas importantes para o aperfeiçoamento do Programa e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Essas medidas visam ampliar o impacto do PBF sobre a pobreza e a desigualdade, destacando-se, entre elas, o aperfeiçoamento na metodologia de focalização do Programa Bolsa Família. O primeiro foi o ajuste dos critérios de elegibilidade do Programa: a linha de extrema pobreza foi atualizada monetariamente – passando a corresponder a uma renda familiar per capita de até R\$ 70,00 – e a linha de pobreza a uma renda familiar per capita de até R\$ 140,00. O segundo aperfeiçoamento foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa, por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos Municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isso, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional.

Com base nas novas estimativas, realizou-se em três etapas a expansão da cobertura do PBF. A primeira foi concluída em maio, quando ocorreu a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu em outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Em 2010, mais 600 mil novas famílias devem ser incorporadas ao Programa.

Até dezembro de 2009, o PBF atendeu a 12,4 milhões de famílias em todos os Municípios, o que correspondeu a um desembolso total da ordem de R\$ 11,28 bilhões, ou aproximadamente 0,39% do PIB de 2008, o que demonstra o custo relativamente baixo do Programa, considerando o seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. Com os reajustes, o repasse médio do benefício por família passou de R\$ 85,51 para R\$ 94,24. Estima-se, em 2010, que o programa desembolse R\$ 13,11 bilhões para transferência de renda direta às famílias brasileiras.

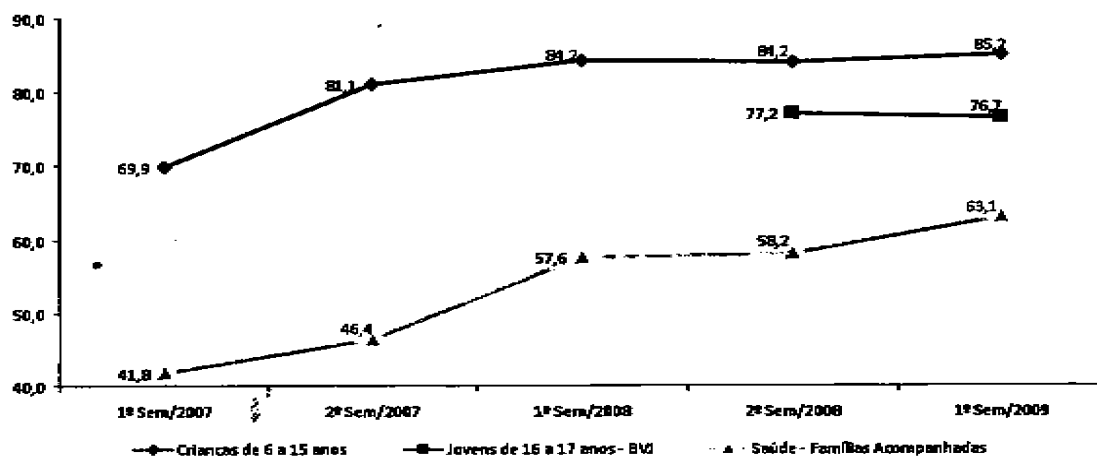
A atuação dos Municípios foi imprescindível para garantir que as famílias mais vulneráveis fossem contempladas na expansão do Bolsa Família. Contudo, ainda há muito o que fazer nesse sentido. É preciso identificar e cadastrar cidadãos que vivem em bolsões de pobreza e áreas de difícil acesso, de forma a direcionar a transferência de renda aos segmentos mais excluídos da população. A atualização permanente dos dados cadastrais das famílias beneficiárias tem grande contribuição a dar nesse sentido. Por isso, em 2009, houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração cadastral. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro de 2009, mais de dois milhões e duzentas mil famílias tiveram o cadastro atualizado. Em 2010, a revisão cadastral continua, com aprimoramentos importantes para tornar o trabalho dos Municípios mais fácil e organizado.

Ainda dentre as iniciativas implementadas no último exercício para ampliar o impacto do Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade, destaca-se o reajuste dos benefícios em 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias. Assim, o benefício básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 62,00 para R\$ 68,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 20,00 para R\$ 22,00; e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), voltado a famílias em situação de pobreza que têm adolescentes de 16 e 17 anos de idade, limitado a dois benefícios, passou de R\$ 30,00 para R\$ 33,00.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF apresentou melhorias significativas no período 2003-2009, tanto no que diz respeito à articulação com as políticas de educação, saúde e assistência social, quanto no que diz respeito à definição dos papéis dos três níveis de governo, os quais se encontram regulamentados em portarias interministeriais. Nesse sentido, destaca-se a criação do Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, assim como a aprovação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a finalidade de garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais aos beneficiários da transferência de renda. Com a expansão no número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cerca de 1,2 milhão de crianças e adolescentes foram incluídos no público-alvo para acompanhamento das condicionalidades, ampliando a garantia de acesso dos mesmos a serviços básicos universais.

Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de Municípios e de escolas que informaram o cumprimento das condicionalidades, crescimento no número de crianças acompanhadas e, ainda, possibilidade de acesso às informações sobre os motivos de baixa frequência escolar. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento de frequência escolar registrado alcançou uma média de 85,2% no primeiro semestre de 2009 e chegou à marca de 89,65% no bimestre outubro/novembro de 2009, representando cerca de 14 milhões de alunos em acompanhamento. Registra-se, ainda, o acompanhamento das demais condicionalidades relacionadas às questões de saúde e da frequência à escola dos jovens acima de 16 anos, nos termos do gráfico a seguir.

### Evolução do Acompanhamento da Saúde e da Educação



Fonte: MDS, MEC e SAS/MS.

Em relação às estratégias de apoio à gestão compartilhada do Bolsa Família, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), com a publicação da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, que consolida essa inovadora ferramenta de repasse de recursos da União aos entes federados. Estão aptos a receber os repasses do IGD Estados e Municípios que obtêm bons resultados nos indicadores de desempenho que retratam a qualidade da gestão municipal do PBF e do Cadastro Único. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condicionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. Até dezembro de 2009, por meio do IGD, foram transferidos aos Municípios R\$ 231,9 milhões.

Também houve avanço no sentido de incrementar a participação da sociedade civil no apoio, acompanhamento e fiscalização do PBF e do Cadastro Único. As Instâncias de Controle Social (ICS), que são integradas por representantes do governo local e da sociedade civil, passaram, a partir da Lei nº 12.058, de 2009, a ter a responsabilidade pela análise da prestação de contas relativas à utilização de recursos do IGD. Essa mudança evidencia a valorização da participação da sociedade no controle do uso dos recursos públicos destinados a iniciativas de desenvolvimento social.

A mais recente inovação no que se refere ao apoio à gestão descentralizada do Bolsa Família foi a implantação de um modelo de acompanhamento da qualidade da gestão local do PBF e do CadÚnico. Nesse modelo, após análise de desempenho dos indicadores do IGD, é definida uma amostra com grupos de Municípios que apresentam indícios de ineficiência e excelência na gestão do PBF. Estes Municípios são acompanhados por equipes técnicas que diagnosticam problemas e auxiliam na construção de soluções. Foram realizadas, em 2009, oito avaliações em Municípios selecionados.

#### a.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas dos governos federal, estaduais e municipais. Os princípios de cooperação e de solidariedade dos entes federados refletem-se no modelo de gestão do CadÚnico.

Ao final de 2009, cerca de 19 milhões de famílias estavam identificadas na base de dados desse Cadastro, totalizando aproximadamente 71 milhões de pessoas. Destas, cerca de 31 mil famílias em todo o Brasil estão identificadas como quilombolas, sendo que 24.800 delas são beneficiárias do PBF. Por sua vez, em torno de 76 mil famílias indígenas estão incluídas na base nacional do CadÚnico, sendo que cerca de 64 mil são beneficiárias do PBF.

O CadÚnico fortalece a consolidação da rede de promoção e proteção social, ao mostrar quem são, onde estão e quais são as necessidades das famílias mais vulneráveis. Mais do que uma base de dados das famílias de baixa renda, busca-se fazer com que o CadÚnico seja entendido como uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa cadastrada a políticas públicas que melhorem suas condições de vida. Em 2010, está previsto o aperfeiçoamento e implantação da nova versão do “Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único”. Essa nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação *online*, baseada em tecnologia *web* e de *software* livre.

Para implantar o novo formulário, foi iniciado processo de capacitação, em 2009, que terá continuidade ao longo de 2010. O objetivo é que os conhecimentos necessários para o preenchimento do novo formulário cheguem com homogeneidade a cada entrevistador, de forma a garantir a qualidade e contribuir para ampliar a fidedignidade dos dados do CadÚnico, impactando positivamente a gestão de todos os seus programas usuários, como o PBF. Neste exercício, está prevista a capacitação de 13 mil entrevistadores em todo o País.

Cabe destacar, também, a disponibilização do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico (Simac), em 2009, por meio do qual os Municípios passaram a complementar e atualizar as informações das famílias encontradas nas auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O gestor municipal deve realizar visitas domiciliares para coleta e checagem dos dados dos integrantes de tais famílias e responder a questionários complementares disponibilizados pelo sistema. Os dados coletados pelo Município e a documentação gerada no processo de averiguação das informações ficam à disposição do TCU para o acompanhamento das recomendações emitidas pela equipe de auditoria. Também, já está automatizado o processo de concessão de isenção de taxas em concursos públicos federais para candidatos inscritos no CadÚnico. Desde dezembro de 2009, o Sistema de Isenção de Taxas de Concurso (Sistac) está aberto para três públicos específicos: i) Instituições Executoras: acesso para envio da relação de candidatos que solicitaram isenção de taxas por estarem inscritos no CadÚnico; ii) Órgãos de Auditoria: acesso para consulta da relação de candidatos, dando transparência ao processo; e iii) Candidatos: acesso para consulta do deferimento ou não da solicitação de isenção de taxa.

#### **b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres**

A inclusão produtiva dos inscritos no CadÚnico, em particular dos beneficiários do Bolsa Família, norteou a atuação do Governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no último exercício. As diversas ações, implementadas junto a esse público, produziram resultados ainda mais expressivos devido a novos instrumentos, novas formas de atuação e intensificação das ações em execução. Cabe ressaltar que a evolução dos resultados desses esforços também se deveu à rígida obediência à diretriz maior de buscar articulações de um grande número de ações que esgotam o repertório de qualquer ente público isolado, demandando vários setores administrativos dos três níveis de governo, tendo a compreensão de que a inclusão é feita por meio da construção da cidadania digna.



### **b.1) Novas Formas de Atuação**

O Governo deverá finalizar, em 2010, o desenho de uma estratégia de atuação que focaliza ações em áreas que receberão investimentos públicos com potencial de promover impactos regionais. A segurança, precisão na implantação dos projetos e a grande soma de recursos que são aplicados em um curto período podem se constituir em excelentes oportunidades para a inauguração de um processo virtuoso cujos efeitos contribuirão intensamente para a inclusão produtiva do público das políticas públicas sociais. O objetivo é aproveitar as oportunidades criadas pelos grandes investimentos públicos e privados (BNDES, PAC, Petrobras, setor elétrico, transportes e outros) para incluir produtivamente o público do CadÚnico e outros socialmente vulneráveis.

Outra inovação implantada com o objetivo de ampliar as possibilidades de sucesso das políticas de inclusão deu-se com o lançamento do programa Próximo Passo. O Programa é uma ação articulada entre Governo, empresários e trabalhadores, com o objetivo de promover qualificação social e profissional específica para os beneficiários do Bolsa Família. Seu objetivo é garantir acesso a vagas de qualificação para esse público, que tende a ser usualmente secundarizado ou excluído das oportunidades existentes, e apoiá-lo no processo de encaminhamento ao mercado formal de trabalho. Ele se insere no âmbito do Programa Nacional de Qualificação (PNQ).

O Próximo Passo possui três eixos centrais para garantir sua efetividade: i) os cursos de qualificação estão direcionados para setores produtivos em que há expectativa de crescimento da mão de obra demandada, o que justifica iniciar por ações na área de construção civil, estimulada pelas obras do PAC e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, e no turismo, atividade em expansão em todo o território nacional, incrementada pelos preparativos para a Copa 2014 e Olimpíada 2016; ii) prioridade para a qualidade do aprendizado, para aumentar as chances de inserção; e iii) compromisso com inserção profissional, pactuado entre Governo e empresário.

A execução dos cursos é de responsabilidade dos Estados, Municípios e entidades sem fins lucrativos especializadas em formação profissional. Entre recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e contrapartidas dos demais parceiros, o investimento previsto para 2009 foi de R\$ 130 milhões. Os cursos começaram em todas as capitais dos Estados e nas 13 regiões metropolitanas em que o Próximo Passo é executado e, ao final de 2009, cerca de 40 mil alunos já estavam em aula ou formados. Até o final de 2010, mais de 130 mil trabalhadores passarão pelas salas de aula e serão certificados.

Também merece destaque a atuação no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo (Prominp). O Programa prevê um componente de qualificação de trabalhadores para a cadeia do petróleo e gás. Para o período de 2009-2014, prevê-se qualificação de mais 220 mil profissionais, em 13 unidades da Federação. Com vistas ao 5º Processo Seletivo para a qualificação do Prominp, o MDS, em parceria com a Petrobras, SESI, MEC, SESC, cinco governos estaduais (BA, CE, ES, PE e RJ) e cinco Prefeituras (Araucária/PR, Itajaí/SC, Mossoró/RN, Rio Grande/RS e São Luís/MA), está apoiando cursos de reforço escolar para cerca de 30 mil beneficiários do PBF. O reforço escolar amplia significativamente as possibilidades de os beneficiários do PBF ingressarem no promissor mercado de trabalho da cadeia do petróleo e gás.

### **b.2) Intensificação das Ações em Execução**

O Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social (CNDS) visa à conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e à promoção

da cidadania. Uma das metas do CNDS é a inclusão produtiva. Até novembro de 2009, 25 Estados já haviam aderido a esse Compromisso. Considerando a disponibilidade orçamentário-financeira para 2009 e a priorização daqueles Estados com maior percentual de beneficiários do PBF em relação à população total, foram celebrados, em 2009, convênios com onze unidades da Federação visando à execução de projetos de inclusão produtiva, nos quais foram aprovados recursos na ordem de R\$ 49,43 milhões.

Outra relevante ação do Governo, por meio do MDS, é a que objetiva a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Para isso, algumas iniciativas estão em andamento, como a articulação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por intermédio do seu Fundo Multilateral de Investimento (Fumin), que deu origem ao projeto “Integração Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis”. Agregando parceiros da iniciativa privada e sociedade civil organizada que efetivamente apoiam financeiramente o projeto, são abrangidas cinco regiões metropolitanas brasileiras – Aracaju, Belém, Brasília, Recife e Salvador –, com expectativa de atender cerca de 12 mil famílias, em 2010. Também em relação a esse público, destaca-se o convênio assinado, em 2009, entre o MDS e o Estado do Ceará, cujo objeto atende a catadores de materiais recicláveis e suas entidades representativas, devendo beneficiar aproximadamente 8 mil pessoas.

A Estratégia Fome Zero, coordenada pelo MDS, atendeu no último ano, a 130 instituições com doação de bens e mercadorias não-perecíveis, oriundos da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Com estas, foram apoiados projetos de inclusão produtiva que alcançam aproximadamente 2.300 famílias. O Fome Zero atuou também em situações de emergência provocadas pelas enchentes do início do ano de 2009. Esse atendimento abrangeu 176 Municípios, em 18 Estados, beneficiando 503.738 pessoas por meio de doações de vestuário e alimento.

Além disso, houve a elaboração no último ano de duas medidas que ampliam e fortalecem a capacidade de atendimento da Estratégia Fome Zero. Essas medidas visam definir fluxos para beneficiar a política nacional de proteção ambiental, promover empreendimentos de base sustentável e a inclusão produtiva das famílias em situação de vulnerabilidade social. Pela primeira, o MDS foi autorizado a doar matéria-prima florestal efetivamente produzida em empreendimentos de interesse público ou social, a exemplo da transposição do rio São Francisco, e a segunda estabeleceu a forma de cooperação entre o MDS e o MMA para a destinação de bens e recursos para a Estratégia Fome Zero, especialmente daqueles oriundos de apreensões em operações de fiscalização ambiental.

Em decorrência dessas medidas, em novembro de 2009, foi assinado o Termo de Doação à Estratégia Fome Zero de 3.808,160 m³ de madeira beneficiada apreendida pelo Ibama no Estado de Rondônia. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizará leilão dessas madeiras, via Bolsa de Mercadorias, e os recursos auferidos serão depositados no Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza (FCEP), com a finalidade de apoiar a execução de projetos de inclusão produtiva. Outra ação já realizada refere-se à publicação, no sítio da Estratégia Fome Zero, do edital de lotes de ovinos e bovinos resultantes da apreensão pelo Ibama de 729 semoventes do interior da Floresta Nacional Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará.

Vale observar que, em 2008, o Ibama doou à Estratégia Fome Zero 3.555 cabeças de gado que estavam sendo criados ilegalmente em reservas ambientais brasileiras. Tal ação, conhecida como Operação Boi Pirata I, resultou em um leilão, realizado pela Conab, no qual foram arrecadados R\$ 1,26 milhão. Já em 2009, houve a Operação Boi Pirata II, com a destinação àquela Estratégia de 729 semoventes – entre ovinos e bovinos – que foram doados a instituições estaduais para execução de projetos de geração

trabalho e renda, direcionados a agricultores familiares e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, passíveis de enquadramento nos programas sociais.

### c) Ampliação dos Serviços Socioambientais

A política pública de assistência social, organizada, a partir de 2005, em um sistema descentralizado e participativo – o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) –, tem como escopo a ampliação dos direitos sociais, a serem assegurados a todos os cidadãos que os demandarem, conforme previsto na Constituição Federal. Insere-se, dessa forma, no conjunto de iniciativas do Governo no combate à pobreza, na redução das desigualdades e das vulnerabilidades sociais.

O processo de consolidação do SUAS no território brasileiro pode ser constatado com o índice de 98,9% de adesão dos Municípios ao Sistema, sendo que 80,8% estão em gestão básica e plena. Essa adesão representa o compromisso de os Municípios atenderem requisitos e assumirem responsabilidades no nível de gestão das ações de assistência social, com a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios voltados à prevenção de riscos, além da proteção nas situações de violação de direitos. Para o ano de 2010, pretende-se a implantar um novo modelo de habilitação ao SUAS, que privilegie o fortalecimento e aprimoramento dos Conselhos, Planos e Fundos de Assistência Social, e o resgate das dimensões do planejamento e acompanhamento como instrumentos fundamentais da gestão descentralizada do Sistema.

Dentre as ações direcionadas ao apoio à gestão do SUAS, ressalta-se o apoio técnico e a transferência de recursos, no valor de R\$ 17,65 milhões para o biênio 2009/2010, referentes ao Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual. Esse pacto representa um compromisso entre o Governo Federal e os órgãos gestores da assistência social dos Estados e do Distrito Federal, e tem por objetivo o fortalecimento e a adequação desses órgãos para o pleno exercício da gestão do SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, no seu âmbito de competência.

No tocante às ações da Proteção Básica do SUAS, os Serviços de Proteção Social Básica às Famílias consistem na viabilização do cofinanciamento federal junto às demais esferas de governo para custeio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), visando i) contribuir para a prevenção de situações de risco; ii) fortalecer os vínculos familiares e comunitários; iii) promover potencialidades e aquisições; e iv) favorecer o convívio familiar e o protagonismo dos seus usuários. Os CRAS atuam como referência local e territorial e desenvolvem atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, considerando as diversidades e especificidades, e primando pela participação popular. Em 2009, o Governo cofinanciou a execução dos serviços em 3.916 CRAS, envolvendo 3.187 Municípios, o que possibilitou o referenciamento de aproximadamente 14 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade e o atendimento de cerca de 2,8 milhões de famílias. Para tanto, a execução financeira foi de R\$ 298 milhões.

No que diz respeito ainda à Proteção Social Básica do SUAS, ressalta-se a expansão, em 2009, do Projovem Adolescente, com o atendimento a 519.325 jovens, conforme distribuição constante do quadro que se segue.

**Proteção Social Básica do SUAS, em 2009**

Região	Nº de Municípios	Nº de Vagas
Norte	268	54.850
Nordeste	1.510	294.825
Centro-Oeste	276	25.525
Sudeste	769	118.025
Sul	332	26.100
<b>Total</b>	<b>3.155</b>	<b>519.325</b>

Fonte: MDS.

Do total de 519.325 vagas ofertadas, estima-se que pelo menos 346.200 são ocupadas por jovens provenientes de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Jovens em situação de risco, com vivência de trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, abrigamento e violência, dentre outras, podem ocupar até um terço das vagas, possibilitando assim oportunidades de integração social e comunitária.

Dentre os avanços obtidos, em 2009, ressalta-se que a transição entre o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, extinto em 2008, e o Projovem Adolescente foi concluída com êxito, além de todas as metas pactuadas nos anos de 2008 e 2009 terem sido efetivamente ofertadas aos Municípios e ao Distrito Federal. Foram realizados 63 eventos presenciais de capacitação, em todas as unidades da Federação, envolvendo cerca de 7.500 profissionais de aproximadamente 3.500 Municípios. Em 2010, o Projovem Adolescente tem a meta de atender a 1 milhão de jovens executando uma previsão orçamentária (LOA 2010) de R\$ 356,5 milhões.

No ano de 2009, foi finalizado o processo de transição da educação infantil para o âmbito da Educação, o que incluiu a formulação de regulações; a capacitação de técnicos dos Estados e representantes dos colegiados dos gestores municipais, por meio da realização de um seminário nacional, além da promoção de duas teleconferências que permitiram a adequada migração do atendimento das creches para a gestão da área da Educação.

A partir de janeiro de 2010, os recursos que até 31/12/2009 eram investidos no atendimento em creches e pré-escolas, serão destinados: ao cofinanciamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em mais 1.143 Municípios; à oferta de serviços de proteção social básica a pessoas idosas e a crianças de até seis anos e suas famílias em mais de 3 mil Municípios; e ao cofinanciamento de novos coletivos do Projovem Adolescente, fortalecendo, portanto, a centralidade do PAIF na oferta de serviços de proteção social básica nos territórios mais vulneráveis. A meta do PAIF para 2010 é referenciar aos CRAS 20 milhões de famílias. A previsão orçamentária para este exercício é de R\$ 406 milhões.

Quanto aos serviços da proteção básica direcionados a crianças de zero a seis anos e suas famílias e a pessoas idosas, em 2009, foram atendidos, por mês, aproximadamente 1,7 milhão de crianças em ações socioeducativas e idosos em centros e grupos de convivência, em 4.617 Municípios.

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), que constitui uma renda mensal no valor de um salário mínimo destinado às pessoas idosas (a partir de 65 anos) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, atingiu 3,14 milhões de beneficiários, no mês de novembro

de 2009, sendo 1,61 milhão de pessoas com deficiência e 1,53 milhão de pessoas idosas, tendo sido aplicados R\$ 18,71 bilhões nesse Benefício até dezembro de 2009. Para 2010, a previsão é atender a 1,78 milhão de pessoas com deficiência e 1,67 milhão de pessoas idosas, com um orçamento de R\$ 22,35 bilhões.

O Programa BPC na Escola foi instituído em 2007 tendo em vista a necessidade de ampliação e manutenção de uma rede de proteção integral voltada aos beneficiários do BPC, para promover o acesso às diversas políticas públicas. Nesse contexto, o Programa tem como objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos, beneficiárias do BPC, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos.

O programa contou com a adesão de todos os Estados, Distrito Federal e 2.622 Municípios, incluindo as capitais. São 232 mil crianças e adolescentes beneficiários do BPC e, desse público, 30% já se encontram na escola. O Governo Federal, em parceria com os Estados e Distrito Federal, organizou as capacitações destinadas aos Municípios que aderiram ao programa. As equipes técnicas constituídas no âmbito local encontram-se na fase de aplicação do Questionário para Identificação de Barreiras para o Acesso e Permanência na Escola dos beneficiários com deficiência do BPC e inserção dos dados no sistema informatizado específico do programa. Prevê-se a abertura de novo processo de adesão em 2010.

Ainda na perspectiva de promover o acesso dos beneficiários do BPC às políticas públicas, com vistas à elevação de sua qualidade de vida e dignidade, o Governo está instituindo o Programa BPC Trabalho. No dia 24/11/2009, o MDS celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a Federação Nacional das Associações para Valorização de Pessoas com Deficiência (Fenavape), com o objetivo de desenvolver ações que favoreçam o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, com idade de 16 a 45 anos prioritariamente, e que apresentem condições e manifestem interesse em participar, de acordo com suas potencialidades.

No âmbito da Proteção Social Especial do SUAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferece atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, por meio dos seguintes serviços: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

A cobertura de atendimento dos serviços cofinanciados pelo Governo Federal, vinculados ao CREAS, em 2009, atingiu 1.057 unidades municipais e 43 regionais, totalizando um aporte de R\$ 98,81 milhões. Em 2010, está prevista a ampliação da capacidade de atendimento dos serviços especializados ofertado nos CREAS, aumentando de 95.190 para 121.090 pessoas, totalizando um orçamento de R\$ 143 milhões.

Com a finalidade de garantir proteção social especial às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, o Governo, por intermédio do MDS, também cofinancia serviços de acolhimento (abrigo), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. No ano de 2009, o cofinanciamento do Governo Federal, para esse serviço foi de aproximadamente R\$ 54,53 milhões, o que possibilitou atender cerca de 54.420 pessoas, mensalmente.

Outro destaque dentre as ações da proteção social especial diz respeito à realização do II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, no qual foi debatida a proposta de instituição de uma política nacional para o segmento e que culminou com a instituição da “Política Nacional para a População em Situação de Rua” e a criação do “Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento”. Essa política foi institucionalizada por meio do Decreto nº 7.053, de dezembro de 2009. Ainda em relação a esse segmento, vale registrar que, em 2009, foi implantado pelo Governo um suplemento específico no Cadastro Único voltado à população em situação de rua, o qual será um importante instrumento para o acesso dessa população a programas de transferência de renda, bem como proporcionará o levantamento de subsídios para a formulação e implantação de serviços socioassistenciais específicos a essa população. O início do cadastramento está previsto para o primeiro semestre de 2010.

A partir da elaboração da Política Nacional da População em Situação de Rua, a elaboração do documento “Orientação Técnica: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” e a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pelo Conselho Nacional de Assistência Social, novos desafios foram colocados no processo de reordenamento dos serviços de acolhimento. Nessa direção, indicadores quantitativos e qualitativos dos serviços da proteção social especial de alta complexidade vão compor o Censo SUAS 2010. Ressalte-se que este é um importante instrumento para definição de ações de regulação e acompanhamento de um sistema de proteção social àqueles que necessitam dos serviços de acolhimento.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), na esfera da política de assistência social, compreende a transferência de renda, a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e o trabalho social com as suas famílias, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa violação de direito. O valor repassado pelo Governo, em 2009, para cofinanciamento da oferta desse serviço foi de R\$ 257 milhões, ofertando atividades para 822.648 crianças e adolescentes. No que se refere à transferência de renda, foram destinados R\$ 668,24 milhões para as famílias. Para 2010, está prevista a ampliação da cobertura do atendimento para cerca de 920 mil crianças e adolescentes, com um orçamento de R\$ 276 milhões para o serviço e de R\$ 702 milhões para transferência de renda às famílias. De acordo com os dados divulgados pela PNAD 2009, o ano de 2008 reafirmou a tendência de queda do trabalho infantil no País. Considerando a faixa etária de 5 a 15 anos, em 2008 a taxa de trabalho infantil caiu de 6,6% para 5,8%, reduzindo de 2,49 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores em 2007 para 2,14 milhões em 2008. Assim, aproximadamente 350 mil crianças e adolescentes dessa faixa etária deixaram de trabalhar no intervalo de um ano.

O ano de 2009 foi marcante em aspectos que garantem a eficiência estatal e a relação entre o setor público e o privado para a Política de Assistência Social, com destaque para a sanção da Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Essa reformulação da sistemática relativa à certificação e à isenção altera o julgamento dos requerimentos de certificação e renovação conforme a área de atuação das entidades, repartindo a competência entre os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, permitindo, dessa forma, uma tramitação mais rápida e eficaz junto a esses órgãos do Poder Público.

Para 2010, uma das solicitações do Poder Executivo ao Congresso Nacional refere-se à tramitação do Projeto de Lei nº 3.077, de 2008, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Trata-se de proposta que viabilizará significativos avanços no SUAS, instituindo legalmente o sistema descentralizado e participativo de que trata a Lei Orgânica da Assistência Social e estabelecendo regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação da política de assistência social.



#### **d) Segurança Alimentar e Nutricional**

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem como objetivo garantir aos cidadãos o acesso à comida e água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes, de maneira sustentável e respeitando as diversidades culturais. Para tanto, são desenvolvidas ações estruturantes e emergenciais de combate à fome, por meio de programas e projetos de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, de apoio e incentivo à agricultura familiar, de desenvolvimento regional, de educação alimentar e nutricional e outros voltados a populações específicas, como indígenas e quilombolas, contribuindo, assim, para o conjunto de estratégias do Fome Zero.

As ações de Segurança Alimentar e Nutricional alcançaram os seguintes resultados nos Municípios integrantes dos Territórios da Cidadania: i) até novembro de 2009, o Programa de Aquisição de Alimentos atendeu a mais de 90 Territórios, com a aquisição e distribuição de cerca de 50 mil toneladas de alimentos, com investimento de cerca de R\$ 70 milhões; ii) na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, 36 Territórios foram atendidos com a distribuição de 36,8 milhões de litros de leite, com uma média de 100 mil litros de leite/dia e um investimento de cerca de R\$ 31 milhões. O Programa de Construção de Cisternas utiliza uma tecnologia popular para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando grupos sociais mais vulneráveis. Em 2009, foram aplicados R\$ 53,7 milhões na construção de cisternas, o que totaliza, entre 2003 até novembro de 2009, um investimento superior a R\$ 440 milhões na construção de 273 mil cisternas, beneficiando 1,4 milhão de pessoas. Para 2010 está previsto um investimento de R\$ 119 milhões na construção de 70 mil cisternas.

O Programa Segunda Água é uma iniciativa que visa ampliar as condições de acesso adequado à água potável das populações rurais de baixa renda do semiárido, por meio de equipamentos de captação de água (cisternas calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra, barraginhas, entre outros). O Programa compreende ainda o incentivo ao cultivo de alimentos para o autoconsumo, por meio do componente de caráter produtivo da iniciativa, que compreende a capacitação das famílias no cultivo de alimentos, convivência com o semiárido, intercâmbios de agricultores para a difusão de ações exitosas, entre outros. De 2007 a 2009, já foram construídas 2.892 implementações de “segunda água” (2.387 cisternas calçadão, 93 barragens subterrâneas e 412 tanques de pedra) e já foram investidos R\$ 54,0 milhões no âmbito do MDS. Em 2010, serão implantadas 2.500 estruturas do tipo segunda água, totalizando investimento de R\$ 25 milhões.

Na agenda parlamentar, encontra-se atualmente tramitando no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional nº 47, de 2003, que introduz a alimentação como direito social, propondo a alteração do art. 6º da Constituição Federal. A menção expressa do direito à alimentação na Carta Magna confere um novo status às políticas de segurança alimentar e nutricional, de maneira a garantir a promoção e a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Assim, a aprovação da referida proposta é de suma importância para a garantia de um direito fundamental, que é o acesso à alimentação adequada e de qualidade, de maneira a erradicar a fome e a desnutrição no Brasil.



**d.1) Programa de Aquisição de Alimentos**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, recomposição dos estoques públicos e comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Para 2009, foram previstos cerca de R\$ 624 milhões para as modalidades PAA Estado, Conab, Municipal e Leite. Em 2009, no âmbito federal, por intermédio do MDS e Conab, foram investidos R\$ 226 milhões, beneficiando aproximadamente 79 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 170 mil toneladas de alimentos e atendimento a 28.400 entidades assistenciais.

No âmbito estadual, nos últimos dois anos, foram publicados editais de seleção de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em Municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad). Os convênios firmados com os Estados, em 2008 e 2009, atenderam a aproximadamente 24,1 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 52,4 mil toneladas de alimentos, os quais vêm sendo doados a 450 mil pessoas, o que corresponde ao repasse de recursos da ordem de R\$ 81,8 milhões, dos quais R\$ 31 milhões foram repassados em 2009.

Em termos municipais, nos últimos dois anos (2008 e 2009), o Programa selecionou, por meio de editais, 80 Municípios, atendendo a 11,3 mil agricultores com a aquisição de cerca de 200 mil toneladas de alimentos, com um volume total de investimentos em torno de R\$ 32 milhões, beneficiando 1.880 entidades assistenciais (aproximadamente 788 mil pessoas).

**Balanco do Programa de Aquisição de Alimentos 2008/2009**

Modalidade do PAA	Agricultores beneficiados (em milhares)	Toneladas de Alimentos	Entidades assistenciais beneficiadas (em milhares)	Valor do investimento
Federal	79.000	170.000	28.400 entidades	R\$ 226,1 milhões
Estadual	24.100	52.400	450 mil pessoas	R\$ 31,2 milhões
Municipal	11.300	200.000	1.880 entidades/788.819 pessoas	R\$ 32,8 milhões
Leite	26.000	215.700	3 milhões pessoas	R\$ 138,0 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>140.400</b>	<b>638.100</b>	-	<b>R\$ 473,1 milhões</b>

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab.

Na modalidade do PAA Leite (Leite Fome Zero), modalidade do Programa que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 700 mil litros de leite/dia, em 2009, entregues diariamente a 650 mil famílias (cerca de 3 milhões de pessoas), beneficiando 26 mil agricultores em 1.158 Municípios, pertencentes aos Estados da região Nordeste e norte do Estado de Minas Gerais. Foram executados, até novembro de 2009, R\$ 138 milhões nesta ação.

### d.2) Rede de Equipamentos

O programa Restaurantes Populares é executado desde 2003 nos Municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal e os governos locais. O objetivo desse programa é a prestação de serviço público para a promoção do direito à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do País. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 73 Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 65 Municípios brasileiros. Outras 70 unidades estão em fase de implantação, o que totalizará 143 unidades apoiadas em 113 Municípios. Por meio dessa ação, busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Já as Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos, implantados em parceria com prefeituras municipais, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas, em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social. A distribuição de refeições é, em sua maioria, gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. De 2003 a 2008, foram apoiadas 580 unidades em 22 Estados, das quais 380 estão em funcionamento, onde são servidas 72 mil refeições diárias. Para o biênio 2009/2010, foram contratadas 97 novas unidades de Cozinhas, totalizando investimento da ordem de R\$ 33 milhões.

**Total de Unidades em Funcionamento e Número de Refeições Servidas por Dia (2009)**

<b>Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição</b>	<b>Unidades</b>	<b>Refeições servidas em todas as unidades por dia</b>
Restaurante Popular	73	105 mil
Cozinha Comunitária	380	72 mil

Fonte: MDS

**Total de Unidades em Funcionamento e Número de Entidades Atendidas por Mês (2009)**

<b>Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição</b>	<b>Unidades</b>	<b>Entidades atendidas por mês</b>
Banco de Alimentos	57	1.906

Fonte: MDS

Por sua vez, os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. O Governo, por intermédio do MDS, apoia 106 unidades de Bancos de Alimentos em 104 Municípios de 19 Estados, sendo 57 unidades já em funcionamento, em 56 Municípios. Outras 33 unidades já receberam recursos e estão em fase de construção e/ou implantação. Em 2008, as unidades em funcionamento distribuíram aproximadamente 18 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 906 entidades assistenciais e contribuindo com o combate ao desperdício de alimentos nos sistemas agroalimentares urbanos e metropolitanos. Para o biênio 2009/2010, estão em fase de contratação, 18 novas unidades de Bancos, totalizando investimento da ordem de R\$ 10,8 milhões para o período.

No geral, de 2003 a 2008, já foram investidos R\$ 176 milhões na implantação desses equipamentos públicos (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias) e, somente em 2009, foram empenhados R\$ 51,6 milhões em novas instalações. Ao todo, são 510 unidades em funcionamento e outras 405 estão em implantação. Para 2010, estão previstos recursos da ordem de R\$ 42 milhões para a implantação de novas unidades.

#### d.3) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial, com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. A prioridade é conferida a grupos remanescentes de quilombos, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

De janeiro a dezembro de 2009, foram entregues 1,3 milhão de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 335 mil famílias, totalizando um investimento de R\$ 57,3 milhões. Em 2010, está previsto o investimento de R\$ 69 milhões, que beneficiará 318 mil famílias. O aumento de recursos destinados para a ação no ano de 2010 permitirá um aumento no número de cestas de alimentos recebidos por família anualmente, cuja média atual é de 4 cestas de alimentos/ano por família. Essa ampliação se coaduna à demanda realizada pelas famílias durante as oficinas regionais realizadas pelo MDS em 2009.

#### d.4) Educação Alimentar e Nutricional

O programa de educação alimentar e nutricional visa transmitir conhecimentos e habilidades que permitam às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis, valorizando a diversidade dos produtos regionais e o aproveitamento integral dos alimentos, de forma a promover a segurança alimentar e nutricional. Em 2009, foram realizados 17 convênios que beneficiaram 84 mil pessoas. Para 2010, prevê-se a capacitação de 84 mil pessoas para uma melhor educação alimentar e nutricional.

As ações de segurança alimentar e nutricional alcançaram os seguintes resultados nos Municípios integrantes dos Territórios da Cidadania: Até novembro de 2009, o Programa de Aquisição de Alimentos atendeu a mais de 90 territórios, com a aquisição e distribuição de cerca de 50 mil toneladas de alimentos, com investimento de cerca de R\$ 70 milhões. No âmbito da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, 36 territórios foram atendidos com a distribuição de 36,8 milhões de litros de leite (em uma média de 100 mil litros de leite/dia), apresentando um investimento de cerca de R\$ 31 milhões. As metas previstas de construção de cisternas domiciliares foram integralmente alcançadas, tendo sido executadas 16,3 mil cisternas, tendo sido investidos R\$ 27,6 milhões.

#### e) Programa Territórios da Cidadania

Lançado pelo Governo, em fevereiro de 2008, o já mencionado Programa Territórios da Cidadania (PTC) tem como foco a superação da pobreza na área rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, o Programa baseia-se em planos desenvolvidos nos Territórios, com a participação da sociedade civil, para buscar a integração das ações dos governos federal, estaduais e municipais. O PTC integra o eixo de redução das desigualdades da Agenda Social

e é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2009, a meta inicial do programa foi alcançada e foram beneficiados 120 Territórios em todas as unidades da Federação, totalizando 1.852 Municípios e 13,1 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 46% da população rural total brasileira, 67% dos assentados da reforma agrária, 66% das comunidades quilombolas, 52% das terras indígenas, 54% dos pescadores e 46% das famílias de agricultores familiares de todo o Brasil. No âmbito federal, o esforço conjunto de órgãos e entidades possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do Governo voltada aos 120 Territórios, que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 24,6 bilhões, em 2009, em mais de 280 ações, com execução financeira superior a 75%.

Nos três eixos do PTC, verificam-se casos de ações que superaram a meta prevista ou que tiveram desempenho destacado, seja na prestação de serviços sociais básicos, no apoio às atividades produtivas ou na disponibilização de infraestrutura para o desenvolvimento. Informações sobre a execução das ações que integram o Programa Territórios da Cidadania são encontradas ao longo desta Mensagem, nas seções específicas de cada setor integrante da iniciativa. Para se ter uma ideia da magnitude dos números das ações que compõem a matriz do Programa, em 2009, nos Municípios que compõem os Territórios da Cidadania, onde mais de 4 milhões de famílias receberam o Bolsa Família, foram construídas 16,3 mil cisternas e foram feitas, por meio do Programa Luz para Todos, 130 mil ligações, melhorando a infraestrutura básica. Além disso, foram atendidos 995 Municípios com o Programa Caminho da Escola e contratados 189 mil créditos do Pronaf, melhorando a capacidade de geração de excedentes dos agricultores.

Para além da execução das ações finalísticas que beneficiaram a população dos Territórios, vale destaque o esforço realizado para constituir uma política pública de Estado que permita a manutenção e a continuidade de uma ação governamental capaz de responder ao expressivo desafio de dar condições à população rural para participar e se beneficiar dos ganhos que o País vem obtendo. Na base do programa, ou seja, no âmbito dos 120 colegiados territoriais, avançou-se na ampliação da participação social e de representantes do Poder Público, de modo a não apenas constituir um locus mais diversificado quanto aos vários segmentos da sociedade que devem se articular em torno de um projeto de desenvolvimento do território, como também no sentido de se buscar um equilíbrio entre a representação da sociedade e dos governos. Também o diálogo entre os colegiados territoriais e o Governo Federal aperfeiçoou-se, sendo que os representantes de cada Território puderam indicar como prioritárias, à luz do seu plano de desenvolvimento, algumas ações propostas na matriz.

No nível estadual, a ênfase recaiu sobre a articulação e a integração de políticas públicas. Os governos estaduais foram convidados a também apresentar as suas matrizes de ações, de modo a tornar mais claro o conjunto de bens e serviços que seriam entregues à população dos Territórios ao longo do ano e, de fato, houve avanços significativos nessa direção. Além disso, especial atenção foi dada aos 26 comitês de articulação estadual, os quais congregam órgãos federais que atuam em cada Unidade da Federação com órgãos estaduais e representantes das prefeituras dos Territórios. As atividades dos comitês estaduais foram acompanhadas, *in loco*, por representantes da coordenação nacional do PTC, de modo a assegurar a comunicação efetiva entre as duas instâncias e, a partir disso, aproveitar melhor as oportunidades de integração de ações, bem como identificar e superar entraves ao alcance das metas programadas.

A gestão do programa no âmbito federal também foi intensificada, de tal sorte que, além das reuniões periódicas com o conjunto dos ministérios participantes, foram realizados diversos encontros bilaterais com cada um dos órgãos e a coordenação do PTC, visando identificar entraves à execução das ações programadas e desenvolver medidas mitigadoras.

Para o ano de 2010, está programado na Matriz de Ações do Governo Federal um aporte de R\$ 27 bilhões, compreendendo ações de diversos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal. Esse instrumento, apresentado aos Colegiados dos 120 Territórios para debate e publicado no Portal do Territórios da Cidadania ([www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)), será adequado de forma a qualificar a execução das ações. Como desafios do PTC no ano de 2010, estão o fortalecimento dos Colegiados Territoriais e Comitês de Articulação Estaduais e, em especial, a qualificação e consolidação do Programa como um novo método de gestão governamental e integração de políticas voltadas à redução das desigualdades regionais, fortalecendo o pacto federativo.

## **1.2. Juventude**

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Integrado (ProJovem Integrado) é o componente das políticas dirigidas à juventude que integra a Agenda Social. Sua concepção teve como objetivo principal a ampliação do atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O ProJovem Integrado reuniu as ações de seis outros programas dirigidos à juventude: Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Na seção 3, alínea “b” deste Capítulo, estão detalhadas as modalidades do ProJovem Integrado, bem assim os resultados obtidos e as perspectivas para 2010.

## **1.3. Direitos de Cidadania**

### **a) Povos e Comunidades Tradicionais**

O Governo prosseguiu com os esforços para a inclusão dos povos e comunidades tradicionais, em 2009, com a elaboração do Plano Prioritário para Povos e Comunidades Tradicionais (2009-2010). Com o objetivo de promover o fortalecimento, reconhecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais desses grupos, foram aplicados, de 2007 a 2009, recursos superiores a R\$ 250 milhões, por 17 órgãos governamentais federais, nos quatro eixos da política, aprovada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Ademais, integram a estratégia da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT): a promoção de audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados, visando à apresentação de Projetos de Lei favoráveis aos Povos e Comunidades Tradicionais; a construção e pactuação de agendas com governos estaduais; o fomento à criação de instâncias governamentais estaduais para atendimento desses grupos; a criação de ações e programas nos seus Planos Plurianuais; e a criação de Comissões Estaduais subsidiárias da CNPCT.

### **b) Mulheres**

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo, teve sua implementação iniciada em 2009, em mais de 11 unidades da Federação, totalizando 24 Estados pactuados desde 2008. Com o lançamento do Pacto Nacional, houve um aumento dos recursos para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2009, da ordem de 81,6% em relação aos recursos aplicados em 2007, refletindo a prioridade do Governo para essa área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Os principais resultados estão apresentados na seção destinada às políticas afirmativas.

No tocante à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, é importante destacar as seguintes ações prioritárias realizadas em parcerias com governos estaduais e municipais: i) apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, o que possibilitou um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de Casas Abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O País conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; ii) apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; iii) apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; iv) apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande impacto realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou, em 2009, o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. O projeto, que foi realizado em sete cidades de quatro regiões do Brasil, revela a necessidade de uma política intersetorial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Cabe mencionar a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em março de 2009, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a finalidade de debater a efetividade da aplicação da lei, com vistas a melhorar as ações de combate à violência contra as mulheres. É de se destacar que as varas especializadas no atendimento à mulher já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos Tribunais de Justiça estaduais.

O Governo lançou, em novembro de 2009, a campanha “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres”. Com spot de rádio, vídeo, cartazes, folders e peças para mobiliário urbano (como paradas de ônibus), a campanha nacional busca quebrar as barreiras do medo de falar sobre a violência, incentivando as vítimas a ligarem para a Central de Atendimento à Mulher. A referida Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, completou 4 anos de existência, em 2009. Nesse ano, foram prestados, por meio da Central, cerca de 400 mil atendimentos a mulheres de todo o País, o que representa um aumento de 48% em relação a 2008. Quando se compara 2006 e 2009, o aumento foi de 1.824%, uma vez que foram registrados cerca de 940 mil atendimentos neste período. É importante destacar que esse grande aumento se deve à mencionada Lei Maria da Penha, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e às melhorias tecnológicas e capacitação de atendentes. O perfil geral dos relatos de violência recebidos pela Central revela que 53,9% foram de violência física e 42,1% de violência psicológica; 92,8% das denúncias são feitas pela própria vítima; 74,3% das vítimas sofrem crimes de lesão corporal leve e ameaça; 43,6% dos agressores são os cônjuges das vítimas; 78,2% das vítimas possuem entre 0 e 2 filhos; 70% das vítimas sofrem as agressões diariamente; 41,3% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 36% das vítimas se percebem em risco de morte.



A Ouvidoria da SPM, outro espaço de escuta qualificada ofertado pelo Governo, completou seis anos de existência, em 2009. Durante esse período, o serviço recebeu cerca de 2 mil demandas, que foram analisadas e encaminhadas aos serviços especializados da rede de atendimento conforme suas especificidades. Em 2009, foram registrados 441 casos, uma média de 37 demandas por mês. Destes, 101 casos de emergência, sendo 85 de cárcere privado e 16 de tráfico de mulheres.

Outra importante ação realizada, em 2009, foi a assinatura de protocolo de intenções com a BR Distribuidora, para capacitar frentistas dos postos Petrobras e promotores das lojas de conveniência BR Mania de todo o País no auxílio à luta pelo fim da violência contra as mulheres. Os profissionais serão incentivados também a divulgar o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher. Além disso, a BR assinou convênio com a Petrobras para a ampliação da frota de Unidades Móveis de Treinamento (UMT), o que contribuirá para expandir o alcance do projeto. As iniciativas fazem parte da edição nacional da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. A Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, lançada em 2008, com o slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, teve a sua veiculação ampliada em 2009, a partir de 2.769 inserções de spots de rádio em 803 emissoras em todo o País.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), cujo tema foi “Efetividade da Lei Maria da Penha”. Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema. Esse Fórum foi criado, em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha, reunindo, em Brasília, cerca de cinquenta profissionais da área para discutir o tema.

No campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de Aids, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não têm conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

Com relação à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, o Governo deu continuidade, em 2009, ao Mutirão de Assistência Jurídica às mulheres em situação de prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 Estados. Para 2010, pretende-se realizar ações de sensibilização, por meio da participação em Audiências Públicas junto aos 27 Estados da Federação, em parceria com a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, visando à implementação da Lei nº 11.942, de 2009, que altera a Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos as condições mínimas de assistência a partir da criação de berçários e de creches ligadas ao Sistema Prisional. Será lançada, também, a Cartilha de Direitos das Mulheres em Situação de Prisão, com capítulo específico abordando os direitos das presas estrangeiras.



**c) Quilombolas**

A Agenda Social Quilombola (ASQ) é um conjunto de ações do Governo voltadas às comunidades remanescentes de quilombos, construída a partir dos seguintes eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, e direitos de cidadania. Esse conjunto de ações contribui para assegurar a presença das comunidades quilombolas em outro grande esforço de inclusão do Governo, o mencionado programa Territórios da Cidadania, que prevê inúmeras ações e investimentos nas regiões brasileiras com os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). A ASQ envolve mais de 1.300 comunidades quilombolas, localizadas em 330 Municípios de 22 Estados. O detalhamento das iniciativas destinadas aos quilombolas consta do item b.1 da Seção 5, desta Mensagem.

**d) Povos Indígenas**

Os povos indígenas estão contemplados na Agenda Social nas mais diversas ações, desde estruturação de unidades de saúde e combate à desnutrição indígena, proteção das terras indígenas e promoção desses povos mediante valorização do patrimônio cultural e estímulo ao etnodesenvolvimento. Por meio da Agenda, o Governo articula e integra, entre outras, políticas como Pontos de Cultura e Territórios da Cidadania especificamente para a população indígena.

Dentre os acontecimentos de 2009, certamente o mais expressivo foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a consequente determinação de que os não-índios desocupassem a área. O julgamento é ainda mais importante porque será determinante na decisão relativa às demais Terras Indígenas, instrumentos essenciais para proteção e promoção desses povos.

No âmbito da saúde indígena, em 2009, o resultado das diversas iniciativas pode ser sintetizado pela melhoria nos indicadores de saúde. Nesse sentido, registra-se uma queda de 24% na incidência de tuberculose pulmonar; de 13,4% no número de casos de malária; e aumentos expressivos na cobertura de vacinas contra pólio (89,5%), hepatite B (91,7%) e BCG em menores de 5 anos (96,7%). O número de indígenas com o esquema completo de vacinação corresponde a cerca de 64% da população.

Outro número que comprova a melhoria na atenção aos indígenas refere-se à variação no coeficiente de mortalidade infantil na população indígena no período de 2000 a 2007, que apresentou uma redução de 37,4%. O detalhamento das ações destinadas a esse público encontra-se na Seção 5 deste Capítulo.

**e) Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica****e.1) Crianças e Adolescentes**

Após o esforço inicial, e que ainda se faz necessário, de articulação e pactuação com os demais entes para que o Estado se atenha à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, o ano de 2009 foi marcado pela realização da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a maior desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No Fórum, o principal debate ocorreu em torno da formulação da Política e do Plano Decenal. Esses instrumentos apontam para uma

perspectiva estruturante e de planejamento de médio prazo. Na oportunidade, reuniram-se aproximadamente 1.500 delegados, cerca de 30% deles adolescentes, o que garantiu espaço e voz para que os próprios beneficiários opinem diretamente sobre as políticas a eles direcionadas.

No sentido de produzir conhecimento e informação capaz de mobilizar a sociedade em torno da violação dos direitos desse público, foi lançado o primeiro relatório do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes. Diante da gravidade dos números, em 2010, uma Comissão Nacional irá traçar as diretrizes para o enfrentamento da letalidade de adolescentes.

Merece destaque, também, o cumprimento de mais uma das metas da Agenda Social: o lançamento do Portal Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que permite o acesso a dados e informações centrais para o aprimoramento da política de garantia de direitos de crianças e adolescentes, além de dispor de notícias atualizadas do Governo Federal e seus parceiros de Estados, Municípios e de organizações nacionais e internacionais.

Já no Projeto “Bem-me-Quer”, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) está implantado nas 11 regiões de abrangência da Agenda Social. Além disso, foi implantado Núcleo Técnico Federal para o atendimento de casos nos Estados não cobertos pela PPCAAM. Até 2009, registra-se o atendimento a 4.985 pessoas (1.898 crianças e adolescentes e 3.087 familiares).

Também foram implantadas e mantidas 14 Escolas de Conselhos, destinadas à capacitação de conselheiros dos direitos e tutelares, e ocorrerá a expansão, em 2010, para mais 13 Estados, alcançando a meta prevista na Agenda Social. Ainda em 2010, será concluída e disseminada uma matriz curricular nacional para balizar todas as estratégias de formação ao longo do território nacional. Com a sanção da Lei nº 12.127, de 2009, que instituiu o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, deve ser construído, neste ano, um sistema nacional a ser utilizado no enfrentamento da grave problemática do desaparecimento de crianças e adolescentes.

No serviço Disque 100, o módulo de atendimento a denúncias sobre violências contra criança e adolescentes superou a marca das 100 mil denúncias atendidas desde a sua criação, das quais 29,7 mil foram atendidas em 2009. Em 2009, também, foi sistematizada a metodologia do Disque 100, que favorecerá a unificação de dados de denúncias no Brasil e a criação de serviços de disque denúncias locais. Para 2010, está prevista a disseminação da metodologia nas regiões de fronteira do Mercosul, aprimorando o enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes naquela área, e a continuidade da cooperação internacional Sul-Sul para o repasse da metodologia para o Togo. Além disso, em 2009, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR) foi expandido, totalizando 249 Municípios em 22 Estados brasileiros. Em 2010, o PAIR será implantado nas cidades gêmeas de fronteiras do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai, alcançando 15 cidades e possibilitando a integração de ações binacionais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nessas regiões.

Em 2009, ocorreu o lançamento de novas versões para o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia). Foi desenvolvida uma versão *web* para o módulo destinado aos Conselhos Tutelares, com implantação realizada nas capitais, e previsão de implementação em pelo menos 2 mil Municípios, em 2010, tendo como prioridade

os Territórios da Cidadania e Municípios acima de 300 mil habitantes. Também foi construída uma nova versão para o módulo destinado ao sistema socioeducativo, em sintonia com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

No projeto “Na Medida Certa”, para o reordenamento físico das unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei, foram financiadas, em 2009, 6 novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e 11 reformas ou ampliações, com investimentos da ordem de R\$ 51 milhões. Em 2010, pretende-se financiar a construção de 8 unidades e 4 reformas, totalizando, desde a publicação do Sinase, 26 novas unidades e 24 unidades reformadas ou ampliadas. Em 2009, foram apoiados, ainda, 16 centros de formação socioeducativa, os quais beneficiarão, em 2010, cerca de 7.950 profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo.

#### **e.2) Inclusão de Pessoas com Deficiência**

No eixo do Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, é importante destacar a promulgação, em 2009, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, bem como a elevação da antiga Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) à condição de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, fortalecendo o seu papel de articulação interministerial.

Nas ações de educação e de mobilização de parceiros, ressalta-se a divulgação, no ano passado, das campanhas nacionais “Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência” e “Acessibilidade – Siga esta Ideia” em canais de televisão, rádios e revistas de grande circulação nacional. Destaque, também, para o já referenciado programa BPC na Escola (Benefício de Prestação Continuada na Escola), que desenvolve ações de inclusão escolar e acompanhamento de crianças e jovens com deficiência no ambiente escolar, e alcançou a adesão de 47% dos Municípios, abrangendo 78% dos beneficiários-alvo do Programa. Nas ações desenvolvidas pelo MEC, 11.105 escolas foram contempladas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência e 10 mil receberam salas de recursos multifuncionais. Participaram do programa de formação continuada para a educação especial 11.370 professores.

Em 2009, foram realizadas, pelo Governo, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), parcerias para a implantação de mais 5 oficinas de órteses e próteses, de modo que a meta de implantação de 10 oficinas até 2010 deve ser alcançada. Também nesse ano, iniciou-se o primeiro curso de formação de ortesistas e protesistas, no mês de agosto, no Estado de Mato Grosso.

No quesito empregabilidade das pessoas com deficiência, dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que, até setembro de 2009, 17.567 pessoas foram contratadas por empresas privadas, em decorrência da ação da fiscalização daquele Ministério. Apesar do resultado, espera-se aprimorar, em 2010, a fiscalização relacionada à inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Para 2010, estão previstas a publicação de livro sobre a história do movimento social de luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e a realização de diagnóstico sobre a situação da acessibilidade e tecnologia assistiva. Outras ações previstas são o selo brasileiro de acessibilidade, a elaboração de programa de capacitação para gestores técnicos e agentes sociais em

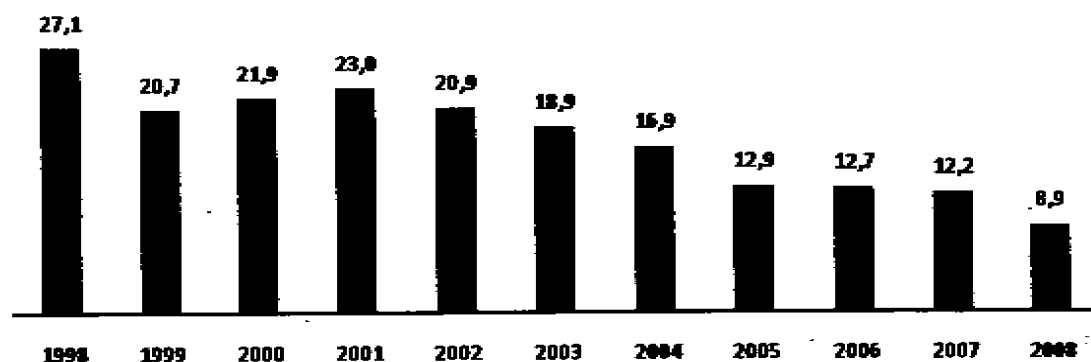
acessibilidade, a reestruturação do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde) e a constituição do observatório dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade.

### e.3) Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

O ano 2009 teve início com uma ampla mobilização do Governo junto aos Estados do Nordeste e da Amazônia Legal para a superação de situações e índices que marcam a desigualdade regional no País e que submetem grande parte das populações dessas regiões a patamares inadequados de qualidade de vida. Assim, com a assinatura dos “Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania”, os esforços para a erradicação do sub-registro civil de nascimento ganharam ainda mais vigor.

A evolução nessa política se materializa em alguns números divulgados em 2009 pelo IBGE, particularmente a redução de 3,3 pontos percentuais no índice nacional de sub-registro de nascimento, que atingiu, pela primeira vez desde o início dessa medição, o patamar de uma casa decimal, chegando a 8,9%. Conforme se observa no Gráfico a seguir, a tendência de redução desse índice confirma a expectativa de alcance para o sub-registro, com índice na casa dos 5%.

Estimativas de Subregistro de Nascimentos – Brasil 1998-2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeto UNFPA/Brasil (Bra/02/P02) - População e Desenvolvimento, Projeções Preliminares; Estatísticas do Registro Civil 1998-2008

Além disso, é de se destacar outra importante conquista deste eixo da Agenda Social, como a padronização nacional da Certidão de Nascimento, que, na prática, significará a utilização de nova certidão por todo o Brasil a partir de 2010. Cabe, por fim, ressaltar a realização de 1.221 mutirões para emissão de documentação civil básica no Nordeste e na Amazônia Legal, bem como a abrangência da campanha publicitária liderada pelo jogador Ronaldo Nazário de Lima, o Fenômeno.

### 1.4. Cultura

O Governo tem priorizado, mediante investimentos crescentes, as políticas para a cultura. Essas políticas atuam como instrumento de inclusão social, em especial das populações que vivem em locais mais afastados dos grandes centros urbanos. Busca-se, assim, compensar as desigualdades regionais e de renda e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de acesso aos bens e serviços culturais no País, mediante a oferta de oportunidades para as populações que normalmente não têm esse acesso. Trata-se da afirmação dos valores essenciais formadores da diversidade nacional na aplicação

de políticas públicas integradas, como estratégia de aprofundamento da Agenda Social e promoção da cidadania e do desenvolvimento econômico.

A institucionalização do PAC das Cidades Históricas, em 2009, intensificou os esforços para a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. O investimento em obras urbanísticas, inclusive de infraestrutura, contemplou 173 cidades históricas e consolida os resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais, com obras de requalificação urbanística, infraestrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, restauro de monumentos e promoções do patrimônio cultural.

Objetivando a preservação da memória e do patrimônio histórico brasileiro nos seus aspectos museológicos, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pela Lei nº 11.906, de 2009. A reconstrução e proteção da memória social e coletiva das comunidades a partir de seus moradores, suas origens, histórias e valores, criando condições para que a comunidade se transforme em protagonista de sua própria história, é um dos focos de atuação do Ibram.

Os Programas Mais Cultura e Cultura Viva são desenvolvidos de forma integrada e têm procurado implementar uma política voltada para a inclusão social, fortalecer o protagonismo cultural da sociedade brasileira, valorizando as iniciativas culturais de grupos e comunidades e ampliando o acesso aos bens culturais. Os Pontos de Cultura, células de ação dos programas distribuídos por todo o território, já alcançaram um total de 2.517, buscando a valorização da produção artística comunitária.

### 1.5. Educação

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, vem sendo desenvolvido pelo Governo, buscando-se o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação. A busca pela educação de qualidade para todos é o principal rumo seguido pelas ações implantadas no ano de 2009. Somam-se ações para permitir o acesso, a permanência e o desempenho na escola, tanto no meio urbano como no meio rural. O PDE oferece aos Estados e Municípios uma variedade de mais de 40 ações e programas, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação.

A prestação de assistência técnica da União aos entes federativos é uma realidade no âmbito das políticas educacionais, buscando solucionar um problema histórico de dificuldades técnicas de se propor e executar projetos por todo o Brasil. Rompe-se um círculo vicioso, no qual apenas os Municípios com recursos humanos mais capacitados, e consequentemente, com maiores níveis de renda, se habilitavam na gestão de políticas indutoras de efetivas transformações educacionais.

Face ao contexto de crescimento econômico projetado para os próximos anos, é imprescindível para o País o investimento maciço na educação, mediante ações que promovam a integração nacional, com respeito às culturas e hábitos locais, explorem as potencialidades territoriais em consonância com um crescimento sustentável e permitam o pleno exercício da cidadania por todos.

## 1.6. Saúde

É dever do Estado disponibilizar aos cidadãos condições para o exercício das garantias e direitos individuais e coletivos inscritos no ordenamento jurídico pátrio, especialmente na Constituição Federal. Nesses termos, o Brasil constituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como um projeto social único no conjunto dos países em desenvolvimento, por meio do qual se espera garantir universalidade, integralidade e equidade à política de saúde. Em que pesem as dificuldades históricas e estruturais de implementação de um projeto de tal envergadura, o SUS já ocupa um espaço importante na sociedade e na percepção dos direitos de cidadania.

Apesar da evolução recente nas políticas de saúde, é necessário que o Estado continue investindo de forma a superar os hiatos que ainda existem e que comprometem a capacidade de atendimento nas políticas de saúde. É nesse contexto, portanto, que surge o Programa Mais Saúde, iniciativa integrante da Agenda Social, que tem o objetivo de aproveitar as potencialidades oferecidas pelo setor saúde como um dos elos vitais para um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, enfrentando os enormes desafios ainda presentes. O programa é formado por 73 medidas e 165 metas que, juntas, têm um orçamento previsto de R\$ 89,4 bilhões, para o período 2008/2011. Esse conjunto de iniciativas é detalhado na Seção 4 desta Mensagem.

## 1.7. Segurança Pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado pelo Governo como uma nova proposta para a segurança pública no Brasil, articula políticas de segurança com ações de prevenção, buscando atingir as causas que induzem à violência. O Programa apresenta ações nas áreas de Apoio à Implementação de Políticas Sociais e de Segurança Cidadã, Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, Construção e Modernização de Estabelecimentos Penais, Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública, dentre outras.

Até o momento, o Pronasci foi implementado no Distrito Federal, em 21 Estados e em 109 Municípios. Nas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídios, o Pronasci implanta os Territórios de Paz para enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. O Território de Paz é um conjunto de ações preventivas e integradas, que faz com que o Estado passe a retomar o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

Em 2009, foram implementados os Territórios de Paz de Itapoã (região do entorno de Brasília), de São Pedro, em Vitória/ES, de Benedito Bentes, em Maceió/AL, de Bom Jesus, em Porto Alegre/RS, de Tancredo Neves, em Salvador/BA, de Guajuviras, em Canoas/RS e de Guamá e Terra Firme, em Belém/PA.

No âmbito do Pronasci, e para melhorar as condições de vida e trabalho dos profissionais de segurança pública, foi criado, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, que oferece financiamento com taxas de juros reduzidas para a compra da casa própria. Em dois anos, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009, foram entregues mais de mil unidades habitacionais.

A capacitação de policiais, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários conta com a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que congrega instituições de ensino para a oferta de cursos de formação



de tecnólogos, especialistas e mestres, além de programas de Educação a Distância (EAD). A participação é estimulada pelo Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 400 na renda dos profissionais que ganham até R\$ 1.700 e é uma oportunidade para que o profissional de segurança pública possa estudar e ser capacitado em benefício do trabalho realizado nas comunidades em que atua. Em 2009, o número de beneficiados foi superior a 160 mil e o valor destinado à concessão de bolsas foi de aproximadamente R\$ 560 milhões.

Em continuidade à Campanha do Desarmamento, foram destinados R\$ 7 milhões a essa ação, sendo registradas 513.839 armas, das quais 13.213 foram entregues nos postos policiais. Atualmente, o cidadão que possui uma arma sem registro em casa pode optar pela sua regularização ou, se preferir, pode efetuar a entrega nas unidades da Polícia Federal em todo o País.

O projeto Mulheres da Paz contempla mulheres líderes comunitárias em regiões conflagradas que passam por capacitação em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos com bolsa de R\$ 190 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam fazer parte do Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo). O número de mulheres capacitadas recebendo a bolsa até o fim de 2009 deve chegar a aproximadamente 10 mil, iniciativa na qual será gasto R\$ 17,5 milhões. O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos expostos à violência, objetivando tirá-los do percurso do crime e transformá-los em multiplicadores do programa. Cada jovem recebe uma bolsa no valor de R\$ 100 por mês, durante um ano. Em 2009, foram contemplados cerca de 15 mil jovens.

A preocupação com a gestão do Pronasci e a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM), instrumentos responsáveis pela organização das ações locais e a articulação entre os atores envolvidos no programa ensejou a realização de diversos seminários em diferentes localidades com o objetivo de aperfeiçoar a sua implantação e consolidação, em 2010.

Outro destaque no ano passado foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), em Brasília, com a participação de aproximadamente três mil pessoas, entre trabalhadores do setor, gestores públicos e sociedade civil, representando as 27 Unidades da Federação. Na oportunidade, foram definidos um conjunto de 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a construção de uma política de segurança pública para o Brasil. Além disso, ocorreu a reformulação e reativação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), que tem entre suas atribuições controlar a execução da Política Nacional de Segurança Pública, sugerir alterações na legislação e acompanhar a aplicação dos recursos.

O Pronasci se enraíza também por vários outros ministérios, integrando a União, os Estados e Municípios, tendo já sido implementadas várias ações nas origens socioculturais da comunidade, objetivando a prevenção, controle e repressão da criminalidade. Atualmente, o programa possui parcerias com o Ministério do Esporte, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que recebem orçamento do Ministério da Justiça para atuação nas áreas indicadas pelo Pronasci. Dessa forma, as principais iniciativas desses ministérios que compõem o percurso social formativo dos jovens são: esporte e lazer na cidade, construção de praças da juventude, telecentros de inclusão digital, implantação de bancos comunitários, expansão

e qualificação da atenção básica à saúde, disseminação de atividades culturais nas comunidades atendidas, e especialmente bibliotecas, pontos de leitura e de cultura, além de ações focalizadas na juventude negra.

Dentre as novas ações do Pronasci, tem-se o Combate ao Roubo de Gado (Abigeato), para o qual foram destinados cerca de R\$ 5,5 milhões para a implementação do Pronasci Fronteiras, que tem por objetivo combater crimes típicos de áreas fronteiriças, como tráfico de drogas e de pessoas. Em 2010, o Pronasci deverá investir R\$ 1,4 bilhão.

## **2. Juventude**

### **a) Política Nacional de Juventude**

A temática juventude, integrante da Agenda Social, tem ganhado importância na cena pública. Além do expressivo contingente populacional (cerca de 50,5 milhões de jovens), que demanda políticas públicas em grande escala, os jovens têm sido considerados atores estratégicos do desenvolvimento. Com essa compreensão, o Governo tem dado passos significativos na consolidação de políticas específicas para a juventude.

Por ser uma temática complexa, que envolve variadas dimensões desse segmento da população, a política pública relacionada à juventude é articulada de forma transversal, buscando-se a integração entre áreas distintas e a participação social. Em 2009, além da ampliação da inclusão social e do atendimento a jovens, essas políticas ganharam importância no âmbito municipal, com a criação de órgãos específicos de juventude em diversas administrações locais, e tiveram destaque no Congresso Nacional, com o avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008, que estabelece um novo marco para o setor, dispondo sobre a proteção aos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, e dos Projetos de Lei nºs 4.529 e 4.530, ambos de 2004, que também atualizam o referido marco, dispondo sobre o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude, respectivamente.

Em 2010, a dimensão institucional ganha força com o apoio às ações do Fórum Nacional de Gestores Municipais de Juventude. A dimensão participativa intensificará o intercâmbio com os conselhos de juventude, na perspectiva de concretizar uma rede de conselhos. A dimensão internacional amplificará as relações com os países vizinhos, consolidando a liderança brasileira no continente, também, na temática juventude. Contudo, a marca da Política Nacional de Juventude tem sido a inclusão social e, nesse sentido, cabe destacar as ações dos programas específicos de juventude.

### **b) ProJovem Integrado**

O mencionado Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Integrado (ProJovem Integrado) foi criado com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e surgiu da união de outros seis já referidos programas voltados para a juventude: Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Juntos, esses programas atenderam mais de 683 mil jovens entre 2005 e 2007.

Lançado em 2008, o ProJovem Integrado atua nas modalidades Urbano (executado pela Secretaria-Geral da Presidência da República); Adolescente (MDS); Campo (Ministério da Educação) e Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego). Em 2009, as quatro modalidades atenderam a 600 mil jovens. Considerando-se os números de 2008, foram beneficiados mais de

**1 milhão de jovens pelo novo Programa, com investimentos superiores a R\$ 1,6 bilhão. O objetivo em 2010 é atender a mais 1,3 milhão de jovens.**

Dessa forma, o Governo pretende chegar ao final de 2010 com pelo menos 2,4 milhões de jovens beneficiados pelo Programa. Esse número, somado aos 683 mil atendidos pelos seis programas originais, atinge o total de 3,1 milhões de jovens beneficiados com elevação de escolaridade, capacitação profissional e ações voltadas à participação comunitária, além do auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00.

#### **c) Conselho Nacional de Juventude**

Com 60 membros, sendo 40 representantes da sociedade civil e 20 do Poder Público, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) tem contribuído na elaboração, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Juventude, além de manter permanente diálogo com os diversos movimentos sociais da juventude. Em 2009, o Conselho decidiu descentralizar seus encontros, contribuindo assim para a criação e fortalecimento dos espaços institucionais de juventude nos Estados e Municípios. O Conselho encerrou suas atividades, em dezembro de 2009, com uma assembleia pública para eleição dos novos representantes da sociedade civil que vão atuar no biênio 2010/2011.

#### **d) Intercâmbio Internacional da Juventude**

O Brasil vem tendo uma participação destacada em fóruns e organismos internacionais de juventude – Organização Internacional de Juventude (OIJ), Reunião Especializada de Juventude (REJ) do Mercosul – e tem possibilitado um significativo intercâmbio nessa área. Em 2009, o País recebeu a visita de autoridades e técnicos especialistas em juventude de Angola, Argentina, Chile, El Salvador, Paraguai e Uruguai para trocar informações sobre as políticas juvenis adotadas no Brasil e nesses países.

Em novembro de 2009, foi realizada, em Brasília, a 1ª Oficina Técnica sobre Juventude e Trabalho Decente, evento preparatório à VI Sessão da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul, que aconteceu no Uruguai no mês de dezembro. Nesse mesmo mês, Brasília sediou o 2º Encontro Ibero-Americano de Parlamentares pela Juventude. Em 2010, o Governo prosseguirá com o intercâmbio internacional para disseminação e conhecimento das melhores práticas sobre políticas públicas para a juventude.

### **3. Educação**

A educação é meio eficaz de combate às desigualdades e à violência, e de promoção do desenvolvimento. Em consonância com essa ideia, diversas iniciativas governamentais vêm sendo desenvolvidas com o intuito de elevar o padrão de qualidade, melhorando, conseqüentemente, o desempenho da educação brasileira. Nesse contexto, entre as medidas adotadas pelo Governo, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) constitui uma iniciativa relevante para o alcance desse ideal.

Com o plano, foram estabelecidos os princípios, diretrizes, prioridades e instrumentos para a construção de uma educação pública de qualidade. A educação passa a ser tratada de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. A sociedade brasileira é colocada como coautora do processo de educação e, ao integrar as esferas de poder, instiga a todos a se engajarem no movimento pela educação.

O PDE oferece aos Estados e Municípios mais de 40 ações e programas, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação, com destaque para a reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, a ampliação do transporte escolar, a disponibilização de laboratórios de informática ligados à Internet em todas as escolas de ensino médio urbanas e rurais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a construção e reforma de creches e pré-escolas, o auxílio a pesquisas, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, dentre outras ações de mesma importância e magnitude.

#### a) Educação Básica

O PDE coloca à disposição dos Estados, Municípios e do Distrito Federal instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade de ensino, sobretudo da educação básica pública. Trata-se de um plano coletivo de médio e longo prazos, sistêmico, que propõe um novo regime de colaboração e busca aprimorar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia. Para participar do programa, esses entes elaboram o diagnóstico da sua situação educacional e com base nesses dados o Governo Federal repassa recursos técnicos e financeiros que lhes permitirão desenvolver um conjunto coerente de ações, o qual se denomina Plano de Ações Articuladas (PAR).

Em dezembro de 2009, com 5.498 planos já elaborados ou em fase de elaboração, o PAR contou com a adesão de todos os Estados, do Distrito Federal e de 98,8% dos 5.564 Municípios brasileiros. A prioridade para atendimento aos Municípios e aos Estados é definida pela classificação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Governo vem desenvolvendo, fomentando e disseminando estudos e pesquisas sobre o currículo da educação básica para todos os seus segmentos (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Em 2009, destacaram-se as políticas de expansão do ensino médio, implementadas mediante apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais de educação e suas escolas. Foi criado o Programa Ensino Médio Inovador, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais, por meio de inovações curriculares, de forma articulada aos programas e ações já em desenvolvimento no âmbito federal e estadual. Para 2010, está previsto o atendimento de 354 escolas das 26 Unidades da Federação e do Distrito Federal.

Com vistas a melhorar a estrutura da rede física da educação infantil, o Governo tem prestado, desde 2007, assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios, por intermédio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Pró-Infância), para atender crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e pré-escolas públicas. Em 2009, para novas construções, foram celebrados 603 convênios que atenderam 643 escolas com um investimento de aproximadamente R\$ 397 milhões. Já para a aquisição de mobiliários e equipamentos foram celebrados 214 convênios no valor de R\$ 21,4 milhões para atender 214 escolas.

O Governo, também, está prestando assistência aos entes federados no processo de adequação das escolas à Lei nº 11.274, de 2006, que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos e determina, até 2010, a matrícula do aluno a partir dos seis anos de idade no ensino fundamental. Em 2009, esse apoio se efetivou por meio da realização de 39 eventos de formação e da impressão e distribuição de 161.336 exemplares do documento com orientações pedagógicas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio

de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. A partir da Lei nº 11.947, de 2009, o atendimento do PNAE foi universalizado para toda a educação básica. Nos últimos anos, houve aumento no valor per capita aluno/dia repassado aos Estados e Municípios e ampliação da sua abrangência. As creches públicas, filantrópicas e comunitárias, e as escolas de ensino médio e da educação de jovens e adultos foram incorporadas e passaram a ser contempladas por esse programa. Os recursos são destinados, exclusivamente, à compra de alimentos pelas secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em 2009, foram investidos R\$ 2,05 bilhões para o atendimento de 46,3 milhões de estudantes. Em 2010, estão previstas ações para a implantação: i) do processo de compra direta da agricultura familiar, considerando o controle de qualidade dos alimentos ali produzidos; ii) do repasse direto às escolas em caso de suspensão de repasse para a entidade executora; e iii) do atendimento com alimentação escolar aos alunos do ensino médio e educação de jovens e adultos. Neste exercício, a previsão orçamentária de recursos para compra exclusiva de gêneros alimentícios para alimentação escolar é de R\$ 2,9 bilhões.

Ainda com relação à alimentação escolar, outros destaques recentes foram: i) a ampliação no repasse para escolas de tempo integral situadas nos Municípios com baixo IDEB, que agora recebem o valor por aluno triplicado; ii) a obrigatoriedade da oferta mínima de três porções de frutas ou hortaliças por semana; iii) o estabelecimento de limites máximos de sódio, gordura e açúcar na alimentação escolar; iv) a definição de referências nutricionais para os cardápios da alimentação escolar; e v) a definição de lista de produtos básicos a serem contemplados nos cardápios.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2009, foram distribuídos 103,6 milhões de livros do ensino fundamental para 29 milhões de alunos, referentes ao ano letivo de 2010, com investimento de mais de R\$ 645 milhões. Também foram entregues, para o ano letivo de 2010, o total de 6,6 milhões de obras complementares para o 1º e 2º anos do ensino fundamental. Neste ano, serão aplicados R\$ 843,3 milhões no PNLD para o ano letivo de 2011, beneficiando 29 milhões de alunos com 116,2 milhões de livros didáticos. Também serão adquiridos 11,2 milhões de dicionários para os alunos do ensino fundamental.

Em 2009, por meio do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foram adquiridos 11,2 milhões de livros, beneficiando 7,6 milhões de alunos com investimento total de R\$ 134,8 milhões. Em 2010, serão aplicados R\$ 139,6 milhões no referido Programa, beneficiando os alunos com 11,2 milhões de livros didáticos. Também serão adquiridos 2,1 milhões de dicionários para os alunos do ensino médio. A distribuição de livros didáticos é feita diretamente para as escolas, atendendo atualmente um total de 142 mil escolas em mais de 5.500 Municípios. De setembro de 2009 até janeiro de 2010, serão encaminhados 121,4 milhões de exemplares.

Pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2009, foram adquiridos 12 milhões de livros, que serão distribuídos, em 2010, para os alunos da educação infantil e os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental e da educação especial, com investimento total de R\$ 74,1 milhões. Em 2010, serão investidos R\$ 100 milhões para a distribuição de mais 9,2 milhões de livros, atendendo alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

O Projeto Livro Acessível tem como objetivo garantir aos alunos com deficiência visual, matriculados em escolas públicas da educação básica, o acesso a livros didáticos em Braille e no formato digital acessível. Em 2009, foram investidos cerca de R\$ 16 milhões na produção de livros didáticos, na distribuição de laptops e na aquisição de equipamentos para modernização dos Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille.

Para 2010, está prevista a produção de obras do PNLD em formatos acessíveis, representando um investimento em torno de R\$ 3 milhões.

Com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Governo apoia os sistemas de ensino, mediante programas e ações voltadas à formação docente, à disponibilização de recursos para a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, físicas e nas comunicações, que garantem o pleno acesso e a participação dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular.

O Programa Escola Acessível busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais para promover a acessibilidade na rede pública de ensino. A operacionalização desse programa é feita por meio da descentralização de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola, às escolas priorizadas pelo Programa PDE-Escola. Em 2009, foram atendidas 11.105 escolas, com investimento superior a R\$ 37 milhões. Para 2010, está previsto o mesmo montante de investimentos.

O Programa de Implementação de Salas de Recursos Multifuncionais apoia os sistemas públicos de ensino na organização de espaços para a oferta do atendimento educacional especializado, com vistas à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em 2009, o Programa contemplou mais 10 mil escolas com matrícula de alunos da educação especial, com investimentos superiores a R\$ 101 milhões. Para 2010, está previsto um investimento em torno de R\$ 52 milhões para a implantação de 5 mil salas de recursos multifuncionais em todas as regiões brasileiras.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) objetiva garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural, que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. No último exercício, foram repassados mais de R\$ 478 milhões, beneficiando quase 5 milhões de alunos da educação básica da rede pública da zona rural. Para 2010, prevê-se a aplicação de R\$ 540 milhões para beneficiar cerca de 5,5 milhões de alunos.

Em complementação ao PNATE, o Programa Caminho da Escola objetiva renovar e ampliar o transporte de estudantes da educação básica na zona rural, incluindo a padronização dos veículos para a segurança do aluno e a redução dos custos de aquisição. Merece destaque, em 2009, o aumento da participação do Governo Federal na aquisição de veículos, por meio de recursos da União e do BNDES. Em 2008, os recursos da União, por meio do Ministério da Educação, e do BNDES contribuíram para a aquisição de, respectivamente, 740 e 1.150 ônibus escolares. Em 2009, esses números foram de 2.031 e 265 ônibus escolares, respectivamente, totalizando 2.296. Para 2010, estão previstos R\$ 164,1 milhões para a aquisição de, aproximadamente, 1.262 ônibus escolares.

Ainda com relação ao Caminho da Escola, em 2009, foi firmado o Termo de Cooperação com a Marinha do Brasil para a construção de 600 Lanchas-Escola, para transportar alunos da educação básica pública das regiões ribeirinhas. Para 2010, está prevista a construção de 180 unidades, totalizando o valor aproximado de R\$ 53,9 milhões. Além disso, serão desenvolvidas pesquisas para especificação técnica e caracterização da utilização da bicicleta no transporte escolar.

No tocante à Olimpíada de Língua Portuguesa, foram realizadas atividades de formação dos professores finalistas da Olimpíada, envolvendo 1.598 inscrições (94,88% das vagas previstas) de professores das 27 unidades federadas. Para 2010, prevê-se o atendimento a 5.564 Municípios, 80 mil escolas, 300 mil professores e 9 milhões de alunos. A Olimpíada de Matemática contou



com cerca de 19,2 milhões alunos, e com a participação de 99% dos Municípios. A previsão para 2010 é de que 20 milhões de alunos participem dessa Olimpíada.

O Governo fomenta, também, a realização de olimpíadas e feiras de Ciências, Física, Química, Biologia, Astronomia, entre outras, visando elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio e estimular jovens a seguir carreiras científico-tecnológicas. Em 2009, a alocação de aproximadamente R\$ 2,4 milhões viabilizou feiras de ciência e tecnologia que movimentaram cerca de 300 mil alunos e professores das redes públicas de ensino e mais de 1 milhão de visitantes, proporcionando a exposição de 500 trabalhos de ciência e tecnologia.

No âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, foi lançado, em 2009, o Plano Nacional de Formação de Professores. O Plano pretende formar mais de 370 mil professores da educação básica pública, até 2014, em 25 Estados, dando cumprimento ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores conta com a participação de 19 universidades para a institucionalização da oferta de produtos e cursos de formação de professores por meio da criação e fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados às Instituições de Ensino Superior. Em 2009, o atendimento foi realizado a partir das demandas do PAR, beneficiando cerca de 34.610 profissionais da educação. Em 2010, deverão ser atendidos adicionalmente 42.876 profissionais.

Ainda no contexto da formação continuada de professores, destacam-se o Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Pró-Letramento) e o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II), para as séries finais. Em 2009, o Pró-Letramento atendeu 172.941 cursistas, com previsão de atendimento, em 2010, de 100 mil professores. Em 2009, o Gestar II beneficiou 121.340 cursistas, em 1.585 Municípios e 25 unidades da Federação. A expectativa de atendimento, em 2010, é de 100 mil professores.

O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) é um curso em nível médio, a distância, na modalidade normal, destinado aos professores da educação infantil em exercício. Em 2009, o Proinfantil ampliou o atendimento de 9 para 18 unidades da Federação, com meta de formação estimada de 22 mil professores ao final do programa, em 2011. A meta de formação estimada será de 15,7 mil professores cursistas, 2,5 mil tutores e 2,5 mil professores em 105 agências formadoras em 19 estados, com mais de R\$ 11 milhões para 2010. Aos 3.093 professores e profissionais da educação que ministram os cursos de formação inicial foram pagas 32.919 bolsas, perfazendo um total de R\$ 13,5 milhões aplicados.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) constitui uma ação governamental de apoio à formação inicial e continuada de professores e gestores para a educação básica, mediante a oferta de cursos de licenciatura, bacharelado, especializações em gestão pública e outras áreas técnicas. Atualmente, 88 instituições estaduais e federais de ensino superior integram o Sistema UAB. De 2007 a dezembro de 2008, foram instalados 557 polos de apoio presencial, com a criação de 178.453 vagas, e em 2009 foram criadas 111.223 vagas e 163 novos polos no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, totalizando 720, desde 2007. Para 2010, está prevista a criação de cerca de 200 polos e a oferta de mais 70 mil vagas.

O Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial também é desenvolvido no âmbito da UAB. Os cursos são voltados aos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais e nas salas de aula comuns, na modalidade



a distância. O programa objetiva apoiar os sistemas de ensino na formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas. É composto por 9 instituições públicas de educação superior e, em 2009, contemplou 19.350 professores em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, nos quais foram investidos cerca de R\$ 13 milhões. Para 2010, estão previstas 16 mil vagas, disponibilizadas por 12 IFES aos professores da rede pública de educação básica, representando um investimento aproximado de R\$ 20 milhões.

Para formar e profissionalizar os trabalhadores da educação básica pública que atuam fora da sala de aula, o Governo Federal disponibiliza o Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário), que titula em nível médio os funcionários dos sistemas de ensino, com habilitação nas áreas de secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos, meio ambiente e manutenção da infraestrutura escolar. Em 2008, a formação passou a ser oferecida pelos Cefets (atuais IFs), e esta reformulação na estrutura de implementação do Programa necessitou de alguns ajustes. Em 2009, ainda assim, foram atendidos 30.990 cursistas, em 24 unidades federadas. Para 2010, prevê-se o atendimento a 100 mil profissionais.

O Programa Mais Educação tem por objetivo ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública. Trata-se de uma contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, pela articulação de ações, projetos e programas do Governo Federal, atendendo às disposições estabelecidas pela LDB de progressiva oferta de educação em período integral. A iniciativa promove ações sociais e educacionais em escolas e em outros espaços socioculturais, onde os alunos participam no turno oposto ao das aulas regulares. No ano de 2009, o Programa atendeu a 130 Municípios, localizados em 26 Estados e no Distrito Federal, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. Os recursos utilizados em 2009 foram de R\$ 166 milhões. Para o ano de 2010, o Programa atenderá a um total de 321 Municípios, com previsão de atendimento a 10 mil escolas e 3 milhões de estudantes em educação integral. O investimento será de R\$ 450 milhões.

#### **b) Educação Superior**

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o Governo Federal a expandir sua rede de educação superior e a implementar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Governo iniciou, em 2005, o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino. A interiorização tem sido uma das principais diretrizes dessa expansão, ao lado do respeito às necessidades e vocações econômicas de cada região. Em 2009, publicaram-se as leis de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Em janeiro de 2010, foi publicada a lei de criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila). Além dessas, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de criação da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab). Das 14 novas universidades federais previstas até 2010, 12 já se encontram em funcionamento, bem como 104 novos campi, de um total de 131 novos campi que também serão entregues até 2010.

O programa objetiva a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos por professor e o aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação, complementando o Plano de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior. A meta é atingir 227 mil vagas ofertadas e 1.087.878 matrículas até o ano de 2012. Para 2010, estão previstas 212 mil vagas e 1.017.622 matrículas projetadas.

O Reuni atua também na qualidade da oferta em cinco dimensões: i) reestruturação acadêmico-curricular; ii) inovação pedagógica; iii) mobilidade intra e interinstitucional; iv) compromisso social das IFES; e v) articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Essas diretrizes desdobram-se em ações e estratégias descritas nos Planos de Reestruturação e se materializam não só por meio de investimentos diretos do programa, mas por um conjunto de programas associados, a exemplo do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Em 2009, o Proext, programa voltado para projetos de extensão que enfocam o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social, apoiou 414 projetos e a previsão para 2010 é a elevação deste número para cerca de 500 projetos. Com relação ao PET, programa que oferece bolsas de tutoria a professores e bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação para o desenvolvimento de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão, além da manutenção dos 400 grupos existentes, foram criados em 2009 mais 30 grupos, sendo prevista para 2010 a criação de outros 30 novos grupos. Já o PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, mediante o oferecimento de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Em 2009, seu segundo ano de execução, o Programa investiu R\$ 200 milhões para atender estudantes em todo o País. Para 2010, o PNAES contará com R\$ 295,6 milhões.

Merece destaque o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa garantir o acesso ao ensino superior de estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou ex-bolsistas integrais da rede particular, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Trata-se de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Desde a sua criação, em 2005, até hoje, o ProUni já beneficiou 596.033 estudantes. No ano de 2009, houve expansão no número de bolsas ofertadas, que totalizou 247.643. Para 2010, estima-se uma oferta de 180 mil bolsas de estudo.

Outra ação empreendida com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de educação superior é a concessão de financiamento por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que, de 1999 a 2008, já beneficiou 498.936 estudantes. Em 2009, foram atendidos 32.665 novos estudantes e estima-se, para 2010, um acréscimo de 100 mil no número de estudantes financiados pelo FIES.

A política de expansão das IFES também inclui os 45 hospitais universitários federais, instituições de grande relevância para a formação dos futuros profissionais do campo da saúde e por serem, em muitas regiões, as únicas instituições a oferecerem atendimento em média e alta complexidade por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2009, iniciou-se a implementação do Sistema de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), por intermédio da capacitação de 262 dirigentes e equipes técnicas dos hospitais universitários. Para 2010, está prevista a implantação do Aplicativo de Gestão Hospitalar (AGH), que permitirá a automação dos processos padronizados de trabalho nos HUs, controle e monitoramento nos vários níveis de gestão envolvidos.

Em relação às residências médicas no País, em 2009 foi lançado o Programa Pró-Residência, que prevê a ampliação da oferta de bolsas de residência médica em especialidades e regiões prioritárias para o SUS. Estima-se que até 2011 haverá um incremento de 117% no número de vagas nos programas federais, acarretando um aumento de 2 mil bolsas de residência médica. Ocorreu também, em 2009, a implementação em toda a rede de HUs do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em

Saúde, destinada à especialização de profissionais de saúde não-médicos em áreas prioritárias, de acordo com as carências locais desses profissionais, identificadas junto aos gestores do SUS.

Em 2009, no que se refere às ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, 79 Instituições de Educação Superior (IES), foram credenciadas. Autorizaram-se 547 cursos de graduação entre bacharelados e licenciaturas, reconheceram-se 834 cursos, 24 cursos tiveram sua oferta encerrada, 127 autorizações foram indeferidas e 101 processos de aditamentos de cursos e instituições foram deferidos. Foram analisados em torno de 1,8 mil processos de instituições e cursos de ensino superior, no que diz respeito à supervisão e regulação, no ano de 2009.

No que se refere ao acesso à informação tecnológica e ao conhecimento científico, destaca-se o Portal de Periódicos, que é atualmente considerado o de maior capilaridade no mundo, beneficiando 308 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. O número de títulos disponibilizados é superior a 21 mil periódicos em textos completos. O acesso ao Portal, em 2009, foi de aproximadamente 66 milhões de acessos a bases de dados referenciadas, que equivale a mais 180 mil acessos diários. Em 2009, o Portal de Periódicos passou por uma reformulação. A nova versão do Portal está disponível para 12 instituições, em caráter experimental. A partir de 2010, o novo Portal estará disponível para todas as instituições participantes. O investimento no Portal de Periódicos foi de R\$ 77,7 milhões em 2009.

Com relação ao fomento à pós-graduação no País, ressalta-se o número de bolsas concedidas: 24.432 de mestrado, 14.669 de doutorado e 737 de pós-doutorado, bem como a expansão do sistema de pós-graduação brasileiro: em 2009, das 566 propostas de cursos novos de pós-graduação submetidas à Capes, foram aprovadas, até novembro, 210, sendo 112 de mestrado acadêmico, 16 de mestrado profissional e 82 de doutorado.

### c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Dando continuidade às ações implementadas no âmbito do PDE e com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade aos jovens e adultos, em 2009, o Governo Federal pautou-se em 4 instrumentos de políticas públicas: financiamento, formação, material didático e leitura. Neste contexto, merece destaque a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que visa reunir periodicamente representantes estaduais de diversos segmentos da sociedade para trabalhar em conjunto no estabelecimento de metas para a educação de jovens e adultos. Em 2009, R\$ 11,2 milhões foram destinados aos Estados da região Nordeste e ao Pará, para a elaboração de um plano de ação e para a estruturação e institucionalização das ações de alfabetização e educação de jovens e adultos de maneira integrada.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades, em 2009, aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu 3.890 Municípios brasileiros. Em 2010, um contingente de 1.928 Municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% receberão apoio técnico na implementação das ações do programa, visando a garantir a continuidade dos estudos dos alfabetizandos. A meta do Programa para as regiões Nordeste e da Amazônia Legal é atender a aproximadamente 4,5 milhões de alfabetizandos até 2010.

Com o projeto "Olhar Brasil", parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, foram iniciadas ações de identificação e correção de problemas visuais e distribuição de óculos aos alfabetizandos do PBA. Estão previstos cerca de 1,3 milhão de atendimentos para o biênio 2009-2010, pelos Estados que participam do projeto.

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), foram distribuídos, em 2009, 2,8 milhões de livros didáticos com aplicação de R\$ 22,8 milhões, beneficiando 2,6 milhões de alunos. Em 2010, está previsto o investimento de R\$ 20 milhões para a aquisição e distribuição de 2,8 milhões de livros para 2,6 milhões de alunos.

Destaca-se, também em 2009, a distribuição de 100 mil livros da coleção Literatura para todas as entidades parceiras do PBA e, por meio do PNBE, cerca de 199 mil coleções foram distribuídas às escolas de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos (EJA), atendendo ao público neoleitor com obras literárias selecionadas no Concurso Literatura para Todos. A terceira edição do concurso está em fase de premiação, com previsão de distribuição, em 2010, de uma tiragem de 350 mil coleções.

Ampliando a política de fomento à leitura, em 2009 foram destinados mais de R\$ 5 milhões para projetos de promoção de acesso à leitura, formação de leitores e mediadores, produção e distribuição de tecnologias educacionais, além de pesquisas e avaliação sobre o tema. Em 2010, serão beneficiários mais de 3 milhões de pessoas, entre mediadores e público neoleitor.

Outra importante ação foi a criação, em 2009, do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA), que distribuirá livros didáticos específicos para a educação de jovens e adultos. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. Merece destaque, ainda, a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Confinteia), em parceria com a Unesco, em dezembro de 2009. Sediado em Belém, o evento teve a participação de representantes de todos os continentes, com o objetivo principal de discutir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito mundial.

#### d) Educação Profissional e Tecnológica

Devido à perspectiva de crescimento econômico e das inovações tecnológicas dos últimos anos, ocorreu um rápido aumento da demanda por profissionalização. O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica acrescenta à sua meta inicial de 354 escolas técnicas federais mais 26 unidades, agregadas ou transformadas em campi dos Institutos Federais, alcançando 380 unidades até 2010.

O Governo Federal está investindo R\$ 1,1 bilhão somente em infraestrutura física. Em 2009, foram inauguradas 100 unidades em atendimento à política de reordenamento da rede. Com a conclusão de todas as unidades previstas, o País passará de 140 escolas em 2002 para 380 unidades em 2010. Serão 500 mil vagas em todo o País.

O Programa Brasil Profissionalizado visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, mediante o repasse de recursos para que os Estados invistam em suas escolas técnicas. O Programa visa ao alcance de uma das metas do PDE, que é modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional. Em 2009, os investimentos foram superiores a R\$ 700 milhões para construções, ampliações, reformas e equipamentos de mais de 500 escolas.

Em 2009, no que se refere ao acordo com o Sistema S, o Senac destinou 20% da receita líquida da contribuição compulsória para vagas gratuitas, enquanto o Senai aportou 50%. Esses percentuais serão ampliados progressivamente até atingirem, em 2014, o patamar de 66,66% da receita líquida em oferta de vagas gratuitas. Em 2009, o acordo viabilizou mais 196 mil matrículas em cursos presenciais e cerca de 5 mil nos cursos a distância.

Vale ressaltar a realização, em novembro de 2009, do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com a presença de mais de 13 mil participantes de instituições nacionais e internacionais. O evento contou com conferencistas de 15 países, delegações de todos os estados, 170 atividades culturais, 165 palestras, além de 755 trabalhos estudantis. Na ocasião, o Estado brasileiro pediu desculpas oficiais pela perseguição política contra o educador Paulo Freire.

#### **e) Educação e Diversidade**

O PDE se propõe a reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação, promovendo o respeito à diversidade. Nesse sentido, o Governo Federal apoia projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Profind). Em 2009, os projetos para auxílio financeiro e repasse de recursos foram encaminhados por 28 instituições de ensino superior. Para 2010, os projetos serão oferecidos via Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

No que se refere à Educação do Campo, destaca-se o Programa Escola Ativa, que busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. Em 2009, participaram do Programa 2.336 Municípios, com 4.400 técnicos qualificados para atuar na formação continuada dos professores. Foram distribuídos cadernos de ensino aprendizagem para, aproximadamente, 700 mil alunos e 31 mil kits pedagógicos. Em 2010, o Programa contará com a adesão de 804 novos Municípios, totalizando 3.106 Municípios, 39.732 escolas, 67.523 turmas e 1.321.833 alunos.

Cabe destacar, também, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o País, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2009, foram formados 3.840 professores em 32 instituições de ensino superior.

O Projovem Campo – Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Em 2009, o atendimento foi ampliado para 24 mil jovens e para 2010 está prevista a participação de 80 mil jovens. Outro ponto importante é a elaboração e distribuição dos kits pedagógicos para os jovens e material de apoio para professores e gestores do Programa.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que estabelece metas, ações e responsabilidades

para Estados, Municípios, Distrito Federal, sociedade civil, entre outras instâncias, para a implementação da Lei nº 9.394, de 1996. O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior (Programa Uniafro) e a Rede de Educação para Diversidade – UAB, entre os anos de 2008 e 2009, qualificaram, aproximadamente, 12 mil professores. Para o ano de 2010, a previsão é que sejam distribuídos 60 mil volumes de materiais didáticos.

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade tem como objetivo formar gestores e educadores para a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Para sua implementação, em 2009, foram realizados cursos de formação nos 168 Municípios-Polo com um investimento de aproximadamente R\$ 14,2 milhões. O Programa manterá em 2010 o mesmo montante de investimentos, atendendo por meio dos Municípios-Polo todos os 5.564 Municípios brasileiros.

#### **f) Cooperação Internacional**

Atualmente existem 515 projetos conjuntos de pesquisa envolvendo países da CPLP (Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor Leste), da União Europeia (Alemanha, França, Espanha, Holanda e Portugal) e do Mercosul (Argentina e Uruguai), além de Estados Unidos e Cuba. No âmbito dos Programas da Cooperação Internacional, em 2009, foram implementadas 176 parcerias universitárias e concedidas 1.997 bolsas, sendo 478 bolsas de doutorado-sanduiche, 115 de doutorado pleno, 229 estágios pós-doutoral, 19 de mestrado, 94 de especialização e 1.062 de graduação-sanduiche. Foram, ainda, ampliados programas de cooperação com EUA, México e Bélgica e estão sendo negociadas cooperações com o Japão, Suécia, Chile e Guiné-Bissau para a implementação de novos programas.

Em 2009, foram concedidas, também, 1.367 novas bolsas individuais para o exterior, mantidos, em mais de 30 países, outros 1.102 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduiche, estágio pós-doutoral e estágio sênior, bem assim apoiada a participação de 460 doutores em eventos científicos no exterior.

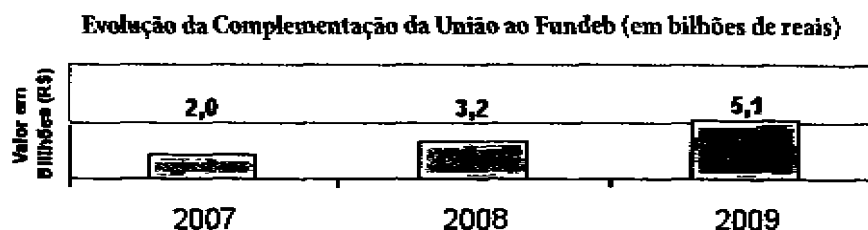
Com relação à Escola de Altos Estudos, iniciativa para fomentar a cooperação acadêmica e o intercâmbio internacional em cursos e programas de pós-graduação stricto sensu de mestrado, doutorado e pós-doutorado, em 2009, foram realizadas 19 Escolas de Altos Estudos, permitindo a vinda de 75 pesquisadores. Para 2010, já estão aprovados mais 10 projetos.

#### **g) Financiamento da Educação**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) assegura mecanismos de financiamento a fim de promover a inclusão socioeducacional no âmbito da educação básica, beneficiando alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, e da educação de jovens e adultos. Em 2009, foram 45,3 milhões os beneficiados no âmbito do Fundeb, e o total de recursos atingirá o patamar de R\$ 72,7 bilhões, representando elevação de 17% em relação a 2008.

É importante destacar o crescimento de 155% dos valores da complementação da União assegurada ao Fundo em relação ao seu primeiro ano de vigência: passou de R\$ 2,0 bilhões em 2007, para R\$ 3,2 bilhões em 2008 e R\$ 5,1 bilhões em 2009, devendo, em 2010, alcançar cerca de R\$ 6,9 bilhões.





Fonte: FNDE, adaptado por Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC.

Ainda com relação ao financiamento da educação básica, vale destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que determina que, para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) deve cair de 20% para 12,5% no exercício de 2009, 5% no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. Com essas mudanças, estima-se recursos adicionais para a Educação da ordem de R\$ 7,7 bilhões em 2010, alcançando R\$ 11,3 bilhões, em 2011.

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Governo presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O PDDE engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Com seus benefícios ampliados para as escolas públicas da educação infantil e do ensino médio, foram aplicados, por meio do PDDE, em 2009, R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 531,3 milhões para atender às demandas do PDE-Escola e no Programa Mais Educação. Em 2010, os recursos deverão atingir R\$ 1,4 bilhão para a manutenção das escolas (PDE-Escola e atendimento a escolas do campo). O PDDE prevê, ainda, a continuidade de atendimento das escolas beneficiadas em 2009 e inclusão de novas escolas no Programa Mais Educação.

#### **h) Democratização da Gestão Nacional da Educação**

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho. Objetiva fortalecer a autonomia da gestão escolar, a partir de um diagnóstico dos desafios de cada escola e da definição de um plano para melhoria dos resultados dos estudantes. No período de novembro de 2008 a setembro de 2009, foram capacitados 27.583 técnicos e gestores das secretarias estaduais e municipais de educação das 27 unidades federadas, distribuídos em 693 turmas. Para o ano de 2010, será dada continuidade ao atendimento às 20.045 escolas que apresentaram baixo IDEB, já que todas as demais escolas com IDEB abaixo da média nacional já foram atendidas.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública faz parte das ações do PDE e tem como objetivo contribuir para a qualificação dos gestores educacionais efetivos das escolas públicas da educação básica, por meio de formação, em nível de especialização lato sensu. Em 2009, o Curso de Especialização em Gestão Escolar atendeu 6.600 cursistas, dos quais 4.800 estão em processo de conclusão do curso. Ainda no exercício de 2009, foram disponibilizadas mais 7.390 vagas para o Curso de Especialização em Gestão Escolar e 1.680 vagas para o Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, totalizando 15.670 cursistas atendidos. Em 2010, prevê-se o atendimento a 14.400 cursistas.

O Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), em 2009, produziu e distribuiu 40,5 mil exemplares dos materiais didáticos pedagógicos para auxiliar na capacitação de 5 mil cursistas, atendidos pelas Instituições Federais de Ensino (IFES), no Curso de Extensão a Distância de Formação Continuada em Conselheiro Municipais de Educação. Para 2010, a previsão é atender outros 10 mil conselheiros.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) tem por objetivo fortalecer e apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas do Plano Nacional de Educação. Em 2009, um total de 3.360 dirigentes municipais de educação, dos 26 Estados, participaram de 11 encontros de formação presencial. Dos cursos de educação a distância desenvolvidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), participaram 1.610 secretários municipais de educação. Em 2010, prevê-se atender a todos os 5.564 dirigentes municipais de educação.

Na esfera do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, durante o ano de 2009, foram matriculados 8.700 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação e conselheiros escolares no Curso de Extensão a Distância de Formação Continuada em Conselhos Escolares. Foram distribuídos 150 mil exemplares de material didático-pedagógico do Programa. Para 2010, a previsão é atender 10 mil técnicos de secretarias de educação e conselheiros escolares.

Vale destacar, também, o Programa Formação pela Escola, que tem por objetivo fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais e visa atender aos profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e a sociedade organizada. Em 2009, foram formados, em curso de Tutoria e Competências Básicas, 383 novos tutores e mais 4.439 novos cursistas, totalizando 1.072 tutores e 62.129 cursistas atendidos pelo Programa. Para 2010, está prevista a implementação de ações do programa, no valor R\$ 9,3 milhões, sendo previsto o alcance de 70% dos Municípios brasileiros, com a realização de oficinas presenciais nos 26 Estados, para monitoramento e alinhamento das informações na execução das ações educacionais, bem como ministrar cursos a distância, atendendo a uma média de 5 mil participantes e capacitar 2 mil novos tutores.

#### **i) Indicadores e Avaliações**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compete à União: coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; e assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino. Para cumprimento dessas competências, no campo dos indicadores e das avaliações educacionais, podem ser destacados os seguintes instrumentos: o IDEB, a Prova Brasil, a Provinha Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, é um indicador que afere a qualidade da educação e representa uma iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente

importantes: indicadores de fluxo escolar (aprovação e reprovação escolar) e médias de desempenho nas avaliações nacionais (SAEB e Prova Brasil). No final de 2009, foi realizada a 3ª edição da Prova Brasil, uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental, nas escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos. Estima-se a participação aproximada de 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 60 mil escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos. Em 2010, será analisada a base de dados da aplicação a fim de divulgar os resultados da Prova Brasil 2009 e o seu impacto sobre o IDEB.

A Provinha Brasil, avaliação da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, objetiva prevenir o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem. No início de 2009, foram elaborados os instrumentos de avaliação em alfabetização matemática, feita a distribuição do material impresso para a totalidade dos Municípios e a disponibilização de testes via Internet. Para o exercício de 2010, está prevista a realização da primeira edição da Provinha Brasil de Matemática.

Com o objetivo de ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio, em 2009, o Governo reformulou o ENEM, possibilitando sua utilização como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas instituições públicas de educação superior. A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Em 2009, um total de 4,2 milhões de pessoas se inscreveram na prova do ENEM. Os resultados deverão ser divulgados a partir de 5 de fevereiro de 2010.

O Encceja visa avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso ao ensino regular na idade apropriada, tanto no ensino fundamental quanto no médio, no Brasil e no exterior. Com a nova perspectiva da educação brasileira, o Governo, ao tempo em que promoveu a reformulação do ENEM, alterando seus objetivos de forma a ser utilizado em processos seletivos de instituições de ensino superior e servir como critério de distribuição de bolsas do ProUni, também possibilita a obtenção de certificação no ensino médio – Encceja do nível médio. Em 2009, a aplicação no exterior do Encceja ocorreu nos dias 24 e 25 de outubro, no Japão e na Suíça, abrangendo cerca de 1,8 mil inscritos. A aplicação do Encceja 2009 no Brasil está prevista para o dia 21 de fevereiro de 2010.

O Sinaes avalia as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho dos estudantes. Tem como objetivos melhorar a qualidade da educação superior; orientar a expansão da oferta de vagas e aumentar de forma permanente a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social. Em 2009, destacam-se a realização das avaliações de instituições e de cursos de graduação; as capacitações dos avaliadores para aplicação dos instrumentos de avaliação; os seminários regionais com as Comissões Próprias de Avaliação e a aplicação, em aproximadamente 800 Municípios, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que avaliou o desempenho de mais de 1 milhão de estudantes, de 7 mil cursos de graduação de bacharelado e licenciaturas.

Foi realizado, em 2009, o Censo da Educação Superior 2008, ferramenta mais importante para o levantamento de informações junto às Instituições de Ensino Superior. Em módulo paralelo, foi executado o Censo de Docentes da Educação Superior 2008, cujos dados foram divulgados no final de novembro de 2009. Em 2010, será realizada a coleta de dados referentes ao ano de 2009, utilizando-se um novo instrumento que visa à obtenção de informações individualizadas do estudante e do docente, o que propiciará a construção de indicadores que retratem a qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IESs) do País.

Realizado anualmente, o Censo Escolar da Educação Básica coleta dados de todas as escolas brasileiras e traça, com isso, um retrato fiel da realidade educacional. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos. O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar e, no ano de 2009, incluiu quesitos sobre jornada ampliada e educação em tempo integral. Os dados levantados no último ano contabilizam cerca de 53 milhões de matrículas em 197 mil escolas, sendo que 86% das matrículas e 82% das escolas pertencem à rede pública de ensino.

#### j) Ações Integradas

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos e em parceria com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, implementa ações de identificação e a eliminação das barreiras que impedem o acesso e a participação social dos beneficiários. Em 2009, mais de 280 mil beneficiários do BPC encontravam-se fora da escola. Nesse mesmo ano, foram realizadas 50 mil visitas domiciliares para a aplicação de questionários de identificação de barreiras impeditivas do acesso e da permanência na escola dos beneficiários do BPC. Foram investidos R\$ 1,3 milhão na formação dos Comitês Gestores do Programa nos Estados e Municípios. Para 2010, serão investidos em torno de R\$ 500 mil em formação nacional para os Comitês Gestores do Programa, além de ações complementares voltadas ao atendimento das escolas com matrícula de beneficiários.

O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um repositório resultante da parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Rede Latino-Americana de Portais Educacionais (Relpe) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Esses órgãos compartilham recursos educacionais em diversas mídias (áudio, vídeo, animação, imagem, hipertexto, softwares educacionais) e idiomas. Tais recursos são de acesso público e livre e atendem à educação infantil, ensino fundamental, médio, profissional e superior, nas diversas áreas do conhecimento. O Banco possuía, até dezembro de 2009, 8.569 recursos educacionais digitais aprovados e 2.489 sendo avaliados ou aguardando autorização dos autores para a publicação, tendo registrado um total de 972.915 visitas originadas de 154 países diferentes.

Quanto à infraestrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, distribuiu, em 2009, às escolas rurais, 8.750 conjuntos de tecnologia compostos por computadores e impressoras e adquiriu mais 20 mil conjuntos, que serão distribuídos em 2010. Esses conjuntos levam às escolas o conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. Para 2010, já foram adquiridos mais 20 mil conjuntos para dar continuidade ao atendimento às escolas rurais. No ProInfo Urbano, foram distribuídos 19 mil conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de educação básica em todo o Brasil. Foram também adquiridos mais 15 mil novos conjuntos, para serem distribuídos em 2010. Em 2009, também foram conectadas em banda larga mais de 43 mil escolas, sendo que para 2010 está previsto o atendimento de todas as escolas públicas urbanas.

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (ProInfo Integrado) tem como objetivos a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral, e a dinamização e

a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, por meio de promoção do desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos. Em 2009, foram formados, aproximadamente, 300 mil professores e gestores escolares nos cursos ministrados por meio do Programa. Para 2010, a previsão é de formar 400 mil professores.

O Programa TV Escola é um importante instrumento de promoção da democratização da educação pública no Brasil, cujos principais objetivos são a formação continuada dos professores, a valorização dos profissionais da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, por meio das transmissões da TV. Em 2009, a TV Escola adquiriu 615 horas de programas e conteúdos para educação a distância. No que se refere à produção e veiculação de programas, o resultado, em 2009, foi de 8,6 mil horas. Para 2010, está prevista a implantação do Canal da Educação por distribuição digital terrestre. Assim, a TV Escola, juntamente com as demais emissoras públicas brasileiras, sob coordenação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estará na televisão digital aberta em todas as capitais do Brasil, a partir de 2010.

#### 4. Saúde

O foco na promoção e na prevenção, potencializado pela humanização e aprimoramento da atenção, tem elevado a eficácia da atuação governamental em saúde, o que é aferido pela evolução positiva dos indicadores de qualidade de vida da população. O atual modelo de atuação setorial aponta a atenção básica como principal via de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), complementada por uma atuação humanizada aos demais níveis de atenção. A extensão desse empreendimento exige formas de atuação racionais, o que indica a necessidade de aprimoramento da gestão como meio de adequar as disponibilidades de recursos à expansão da demanda.

##### a) Atenção Básica

###### a.1) Saúde da Família

A estratégia Saúde da Família é adotada pelo Governo como prioritária para o acesso da população ao SUS. A Portaria nº 2.007, de 1º de setembro de 2009, possibilitou a correção da parte fixa do Piso de Atenção Básica em quase 6% no ano. Os valores mínimos foram elevados de R\$ 17,00 para R\$ 18,00, com o propósito de estimular a continuidade da expansão da estratégia nos demais níveis de gestão. Esse estímulo teve influência positiva na evolução da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família, que passa de 46,7% em 2007 para 50,5% em outubro de 2009. Até essa data, havia 30.746 equipes de Saúde da Família e 234.767 agentes comunitários de saúde em plena atuação em 5.354 Municípios.

Como forma de prover infraestrutura adequada às equipes de Saúde da Família, promover melhoria do desempenho de suas ações e estimular a implantação de novas equipes, foi instituído o Plano Nacional de Implantação de Unidades de Saúde da Família, que fomentou a implantação, em 2009, de 75 unidades básicas de saúde em todo o território nacional.

Para 2010, permanece a expectativa de ampliação e estruturação de unidades básicas de saúde destinadas à atuação das equipes de Saúde da Família, voltadas para o cuidado primário na composição da rede de serviços, ampliação do processo de formação e educação em saúde, integração dos protocolos assistenciais nas práticas de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigindo-os aos problemas de saúde mais frequentes, obedecendo a uma lógica da regionalização.

Desde 2008, o Programa Saúde na Escola (PSE) já obteve a adesão de 608 Municípios, beneficiando 4,5 milhões de estudantes. Esse Programa conta com o suporte de 4.740 equipes do Saúde da Família em ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Entre as perspectivas de ampliação do PSE, em 2010, está a previsão de adesão de 689 novos Municípios, o que representará a cobertura de 8,7 milhões de estudantes beneficiados.

#### **a.2) Saúde Bucal**

Uma das principais marcas da atuação governamental em saúde, o Programa Brasil Sorridente, integrante da Política Nacional de Saúde Bucal, teve sua operacionalização expandida com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Até 2009, foram implantados 808 CEOs em 601 Municípios, totalizando 4.727 desses entes federativos integrados ao programa, beneficiando 90 milhões de pessoas no período de 2004 a 2009. No ano passado, também, foram adquiridos 2 mil cadeiras odontológicas, que foram doadas a Estados e Municípios. Foram mantidos os 323 laboratórios regionais de próteses dentárias e distribuídos mais de 70 milhões de kits de saúde bucal, compostos por escovas e creme dental.

Outras realizações relevantes, em 2009, foram a ampliação dos recursos de custeio das equipes de saúde bucal e os investimentos na aquisição de 1.500 aparelhos de raios-x para estruturação e apoio da rede assistencial e estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs. Dentre os desafios para 2010, inclui-se a ampliação do fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de saúde bucal implantadas, a aquisição de 4 mil gabinetes odontológicos, objetivando a continuidade da política de suprimento e a reposição de equipamentos odontológicos para as equipes do programa. Prevê-se para este exercício, também, a conclusão do processo licitatório referente à aquisição de unidades odontológicas móveis para distribuição em regiões menos favorecidas socioeconomicamente, que apresentam dificuldades de acesso, tais como extensas áreas rurais com dificuldade de fixação de profissionais, o que ocasiona baixa ou nenhuma cobertura de saúde bucal. Esses equipamentos possibilitarão a realização tanto de procedimentos básicos quanto tratamentos especializados odontológicos.

#### **a.3) Alimentação e Nutrição**

Ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais sobre o processo saúde/doença tiveram, em 2009, um caráter de disseminação de informação e de conscientização da população para as boas práticas alimentares. Entre essas, destacam-se: i) o lançamento do Programa Saúde na Escola (PSE); ii) a publicação do manual operacional para Promoção da Alimentação Saudável (PAS) nas escolas; iii) a discussão sobre a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; iv) o lançamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Eletrônico (Sisvan – Web); e v) a realização da II Mostra de Alimentação e Nutrição do SUS.

Os avanços na redução dos indicadores de desnutrição infantil no País foram expressivos na última década. Segundo inquéritos populacionais, no período de 1996 a 2006, a prevalência de déficit de peso para idade diminuiu em 57% (de 4,2% para 1,8%) e o de altura para idade foi reduzido em quase 50% (de 13,5% para 6,8%) entre crianças menores de 5 anos de idade. Esta redução é atribuída principalmente ao aumento da escolaridade materna, ao crescimento do poder aquisitivo das famílias, à expansão da cobertura da atenção à saúde da população (incluindo a atenção básica, incentivo ao aleitamento materno exclusivo e outras ações de promoção da alimentação saudável e suplementação de micronutrientes, entre outros) e à melhoria das condições de saneamento no período. Vale enfatizar que a redução da desnutrição infantil (déficit de peso para idade) em crianças menores



de 2 anos de idade, segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), entre 2000 e 2008, foi ainda maior nas áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família (81%).

O setor saúde empreendeu, em 2009, ações voltadas ao estímulo do acesso de alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e no alcance de 11 milhões de registros do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), 8% de crianças e 30% de gestantes suplementadas com ferro, 50% de crianças de 6 a 11 meses, 37% de crianças de 12 a 59 meses e 44% de puérperas suplementadas com vitamina A.

No campo dos inquéritos populacionais que retratam a situação alimentar e nutricional da população brasileira, foi concluída a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e foram lançados os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde – PNDS (com dados inéditos de prevalências de carências de micronutrientes) e da Chamada Nutricional da Região Norte.

Além disso, também se destacaram o apoio à implementação do Programa Saúde na Escola (PSE); a discussão da melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados e da publicidade de alimentos; a implementação da Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (Enpacs); a realização do V Congresso Pan-Americano de Incentivo ao Consumo de Frutas e Hortaliças para Promoção da Saúde; a aprovação da Estratégia Mercosul de Nutrição para a Saúde e Segurança Alimentar Nutricional; e a ampliação do repasse fundo a fundo para a estruturação das ações de alimentação e nutrição para Municípios com mais de 150 mil habitantes.

Para 2010, as prioridades de atuação são, entre outras, o desenvolvimento de um programa integrado de nutrição na atenção básica; a qualificação do acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, a implementação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados; a articulação intersetorial para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; a reestruturação e aumento da cobertura das intervenções voltadas às carências de micronutrientes nos diferentes ciclos da vida; e o fortalecimento das ações no ambiente escolar e do monitoramento da situação alimentar e nutricional (principalmente por meio do aumento da cobertura do Sisvan, como sistema de informação intersetorial para a segurança alimentar e nutricional).

Entre as realizações previstas para 2010, destacam-se: i) o desenvolvimento de um programa de promoção da alimentação saudável integrado à atenção básica; ii) a implantação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados; iii) a implantação da estratégia de alimentação complementar para crianças com até 2 anos; iv) a articulação intersetorial para incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras; e v) a disseminação do emprego de micronutrientes nos diferentes ciclos de vida da população.

#### **a.4) Hipertensão e Diabetes**

Com a ampliação da população com mais de 65 anos, o combate a agravos de maior incidência nesse ciclo de vida, como a hipertensão arterial (HA) e a diabetes mellitus (DM), passaram a ser foco de intervenções em atenção básica no SUS, por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento, vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças.

Em 2009, práticas de disseminação de informações orientaram o projeto de “Educação em Saúde para o Autocuidado em Diabetes”, que tem por objetivo promover o aperfeiçoamento dos profissionais de nível superior incorporados à rede de atenção

básica, a fim de aprimorar a abordagem do paciente com diabetes mellitus. Nessa linha, foram formados 1.100 tutores estaduais, que devem atuar como multiplicadores, de modo que cada um deles estabeleça uma “rede” local, que envolva 10 agentes (profissionais de saúde, membros das comunidades, lideranças comunitárias etc.) e disponibilização de um site em plataforma *web* para cursos, fóruns de discussão, disseminação de material educativo e banco de boas práticas.

Em 2010, as prioridades de atuação programática são: i) a continuidade do projeto de educação para o autocuidado em diabetes, ampliando a rede para 10 mil agentes; ii) a capacitação de 4 mil profissionais de saúde da rede básica em hipertensão e diabetes; e iii) a capacitação de profissionais para a operacionalização do módulo de acompanhamento do Sistema Hiperdia, para monitoramento contínuo de qualidade da atenção específica na rede básica.

#### a.5) Saúde no Sistema Penitenciário

A extensão dos serviços do SUS à população socialmente reclusa por motivo correccional constitui o foco do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que tem como objetivo prover o acesso da população penitenciária ao Sistema, com a implantação de ações e serviços de atenção básica em saúde nas unidades prisionais e encaminhamento aos demais níveis de atenção à saúde, por meio das referências pactuadas pela União com Estados e Municípios. Esse programa é desenvolvido pelo Governo, por intermédios dos Ministérios da Saúde e da Justiça, e é executado de forma descentralizada por Estados e Municípios, com o apoio interministerial. Dentre os recursos disponibilizados, destaca-se a continuidade do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, componente do Piso de Atenção Básica Variável, destinado ao financiamento da ação no ambiente prisional, além da ampliação do suporte medicamentoso básico. Encontra-se disponível um elenco de medicamentos da atenção básica para o atendimento das pessoas presas vinculadas às equipes de saúde do sistema penitenciário dos Estados qualificados. Em 2009, 18 Estados firmaram acordo com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, o que resultou na atuação de 209 equipes de saúde cadastradas, distribuídas em 184 unidades de saúde de estabelecimentos prisionais. Nesse mesmo ano, foram realizadas visitas de monitoramento e assessoramento a nove dos dez primeiros Estados que aderiram ao referido plano, com a participação de gestores e técnicos dos setores envolvidos, o que resultou na definição de estratégias para superação dos problemas detectados.

Para 2010, as ações previstas objetivam a ampliação das ações de saúde no sistema penitenciário, por meio da qualificação dos nove Estados que ainda não contam com atuação específica, capacitação dos profissionais que atuam na área, e inserção da população penitenciária nos sistemas de informação em saúde como população específica. Outro desafio para este exercício é a implantação de prontuário único, agregando o cadastro das pessoas em privação de liberdade aos cadastros do SUS, por meio do Cartão Nacional de Saúde.

#### a.6) Saúde Mental

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 a 2009. Nesse período, a rede pública de atenção à saúde mental mais do que triplicou, com a ampliação do acesso ao tratamento em todos os Estados, atingindo cobertura de 60% da demanda nacional.

Também nesse período, o perfil dos hospitais psiquiátricos mudou. A maior parte dos leitos psiquiátricos do País não se encontra mais nos grandes hospitais psiquiátricos, mas em hospitais de pequeno porte, o que possibilita melhor qualidade na assistência.

O Programa De Volta para Casa, que garante uma bolsa aos egressos de longas internações psiquiátricas, já tem cerca de 3.500 beneficiários e as residências terapêuticas foram ampliadas, somando 550 em todo o País, beneficiando cerca de 3 mil portadores de disfunção mental. As ações de saúde mental na atenção primária estão em expansão. Cerca de 30% dos profissionais contratados pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (equipes de apoio especializado às Equipes de Saúde da Família) são da área de saúde mental.

Passou-se a considerar o uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública. Consequentemente, foram adotadas importantes medidas com vistas à consolidação de uma Política de Atenção Integral para os Usuários de Álcool e outras Drogas. A rede de atenção a essa população vem sendo ampliada com Centros de Atenção Psicossocial, leitos em hospitais gerais, estratégias de redução de danos e ações intersetoriais. Para 2010, o principal desafio será a ampliação da rede de atenção e implementação de ações intersetoriais, bem como é esperado o aumento e qualificação de leitos em hospitais gerais para a realização de internações curtas de pessoas com transtornos mentais.

#### **a.7) Saúde da Mulher**

Em 2009, foram adotadas estratégias para o fortalecimento das parcerias com Estados, sociedades de classe e sociedade civil organizada, com a finalidade de estabelecer padrões regionalizados para o enfrentamento das questões de saúde da mulher. Essas parcerias tiveram a abrangência nacional e resultaram na adesão de grande parte dos Municípios. No mesmo ano, a rede de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual foi implantada em 22 Estados. Outra iniciativa importante foi a realização de cursos de capacitação para 511 profissionais de maternidades do SUS, que foram qualificados para atendimento às urgências/emergências obstétricas. Desses profissionais, 53 tiveram a extensão para qualificação como tutores para multiplicação nos Municípios dos respectivos Estados. Efetivou-se, também, a implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com abrangência nacional. Outras iniciativas relevantes, efetivadas em 2009, resultaram no cadastramento de 476 mil mulheres para a realização dos exames pré-natal, sendo que, desse quantitativo, 108 mil mulheres já concluíram os exames recomendados.

No campo do controle da reprodução humana, iniciou-se a aquisição de insumos para o planejamento familiar, a serem distribuídos na rede SUS. Já em relação ao controle das doenças sexualmente transmissíveis ao sexo feminino, foram realizadas ações de promoção ao enfrentamento da feminização dessas doenças, como a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids e a promoção do controle e do tratamento dos cânceres de colo de útero. Em 2010, serão concentrados esforços na qualificação dos profissionais envolvidos com práticas de saúde feminina e na conscientização desse segmento da população. Espera-se a qualificação presencial de mil profissionais e, na modalidade a distância, de 4 mil profissionais atuantes no SUS. Outra iniciativa prevista, neste exercício, é a adequação da ambiência ao parto e nascimento de maternidades de 22 Estados que já encaminharam projetos específicos.

#### **a.8) Saúde da Criança**

Os ciclos da vida humana, que abrangem desde o nascimento até a adolescência e a juventude da população, têm ações em saúde específicas e abrangentes. Foi dada ênfase ao fortalecimento da linha de cuidado de promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde, por meio da criação da Rede Amamenta Brasil. Essa Rede conta com 722 tutores atuando em 343 unidades básicas de saúde e com 4.594 profissionais, com capacitação específica, distribuídos nas 27 unidades da

Federação. Em 2009, também, foi priorizado o fortalecimento da linha de cuidado na prevenção da violência e promoção de cultura de paz voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência.

A redução da mortalidade infantil entre 1990 e 2007 foi causada por iniciativas governamentais, dentre as quais destacam-se: i) aumento da cobertura vacinal da população e introdução de novas vacinas; ii) utilização da terapia de re-hidratação oral (TRO); iii) aumento da cobertura de pré-natal; iv) ampliação dos serviços de saúde; v) redução contínua da fecundidade; vi) melhoria das condições ambientais (principalmente fornecimento de água potável) e nutricionais da população; vii) aumento da taxa de escolaridade das mães; e viii) aumento das taxas de aleitamento materno.

Os quatro primeiros itens estão diretamente associados à atuação governamental em saúde, principalmente por meio da estratégia Saúde da Família, que teve grande expansão a partir do final da década de 1990. As prioridades de atuação da estratégia então concentradas nos Municípios com renda *per capita* menos elevada, onde a mortalidade infantil apresenta índices mais evidentes.

Ações governamentais privilegiaram a redução das iniquidades regionais na Amazônia Legal e no Nordeste, sendo definida a proposta institucional com atuação focada na implantação de bancos de leite humano, o que resultou: i) em 16 bancos já em funcionamento, além de 11 postos de coleta de leite humano; ii) na realização de 16 oficinas de sensibilização de gestores para a implantação modelo Hospital Amigo da Criança em hospitais com mais de mil partos/ano nos Estados do Nordeste e Amazônia Legal, com 400 gestores sensibilizados; e iii) a ampliação de maternidades com Método Canguru em todos os Estados, por meio da capacitação de 34 profissionais que atuarão como multiplicadores estaduais.

Para 2010, estão previstas várias ações que devem contribuir para a ampliação e monitoramento da Rede Amamenta Brasil, o fortalecimento das atividades de Vigilância do Desenvolvimento Infantil e o lançamento do documento de orientação para profissionais de saúde no cuidado de crianças e adolescentes em situação de violência nas 27 unidades da Federação.

#### a.9) Saúde da Pessoa com Deficiência

A continuidade das ações e serviços de atenção às pessoas com deficiência no SUS foi uma das prioridades do Governo, em 2009. A abrangência dessas ações buscou a intersetorialidade na busca pela inclusão social das pessoas com deficiência. Com relação à reabilitação, o número de unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual passou de 862, em 2008, para 1.198, em 2009. Outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos.

Para 2010, serão investidos esforços na expansão de ações de inclusão social de pessoas com deficiências, o que resultará no atendimento às necessidades de mais 280 mil pessoas, assim como na continuidade da implantação das Oficinas Ortopédicas, acompanhadas de capacitação e formação de profissionais ortesistas e protesistas em todo o País.

**a.10) Saúde do Idoso**

Para a concretização das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2009, foram distribuídas três milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; um milhão de pôsteres da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e 50 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador do Idoso. Destaca-se também a capacitação em nível técnico de 1.800 cuidadores de idosos e a capacitação quanto à sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas.

Para 2010, as metas previstas concentram-se na sensibilização de gestores para a ênfase aos cuidados com a saúde dos idosos; na disponibilização de um Guia Prático de Gestão voltado para a saúde dos idosos; na operacionalização do curso de Gestão em Saúde e Envelhecimento; na distribuição de três milhões de cadernetas e 70 mil Cadernos de Atenção Básica em Envelhecimento e Saúde; e na capacitação três mil cuidadores de pessoas idosas em todo o País.

**a.11) Saúde do Homem**

Em 2009, um amplo diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades à saúde do homem identificou como principais problemas de saúde típicos do sexo masculino: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Para a inserção desses problemas como prioritários para as políticas de saúde, foi lançada a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, desenvolvida por meio de uma metodologia participativa consensuada entre a gestão do SUS, representatividades profissionais da área de saúde, representações acadêmicas, sociedade civil organizada e representantes das instâncias gestoras.

Após consulta pública, foram definidos os objetivos e as diretrizes para facilitar e ampliar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, contribuindo de modo efetivo para a redução da morbidade e da mortalidade, e para a melhoria das condições de saúde dessa população. Como estratégia estruturante do acesso, foi definida a rede de atenção básica e as equipes do Saúde da Família.

A atuação governamental em saúde do homem teve início, em 2009, com abordagens de promoção de saúde por meio do atendimento e distribuição de insumos, estimuladas por ações de comunicação e pela qualificação de profissionais. Essa iniciativa visa criar mecanismos para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que impedem os homens de frequentar as unidades básicas de saúde.

A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,5 milhões de homens nessa idade devem buscar atendimento médico. A expectativa, para 2010, é que a política seja implantada nos 26 Estados, no Distrito Federal e em diversos Municípios.

**b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade**

No âmbito da atenção especializada de média e alta complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes com o objetivo de: i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços

em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados. Em 2009, a operacionalização dessas diretrizes ocorreu por meio das seguintes realizações, conforme detalhamento constante dos subitens que se seguem.

#### **b.1) Saúde Auditiva**

Em 2009, foram habilitados 142 serviços de saúde auditiva que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento de prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é que, em 2010, seja concluído o processo de ampliação do acesso aos serviços qualificados de saúde auditiva.

#### **b.2) Política Nacional de Atenção Oncológica**

Conforme previsto para 2009, foram implantados quatro Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), com a capacitação dos recursos humanos utilizados, contribuindo, assim, na qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares. A rede contemplou todas as unidades da Federação, contando com 41 Cacon, 208 Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), nove hospitais gerais com habilitação para realizarem cirurgias oncológicas e 21 serviços isolados de quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO), o qual contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica no Brasil.

Para 2010, a previsão é de que sejam instalados mais quatro desses Centros. Outros grandes desafios no campo da oncologia, neste exercício são: i) evoluir em infraestrutura para atender à complexa rede de transplante de medula óssea, integrando-a aos sistemas internacionais para fornecimento e intercâmbio; ii) ampliar as pesquisas sobre o tema; e iii) aumentar a atuação do Centro de Transplante de Medula Óssea na assistência aos pacientes que precisam receber transplantes em situações especiais.

#### **b.3) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal**

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da política nacional de atenção ao portador de doença renal, até o final de 2009, foram habilitados 629 serviços de nefrologia. O Ministério da Saúde firmou com a Caixa Econômica Federal um Acordo de Cooperação que garante aos serviços de nefrologia habilitados pelo SUS uma "Operação de Crédito para Investimento para os serviços que compõem a rede que prestam assistência na área Terapia Renal Substitutiva – TRS". Essa linha de crédito possibilita o financiamento para aquisição e troca de máquinas de diálise nas regiões com vazios assistenciais, com o objetivo de ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços prestados. No ano de 2009, foram emitidos pareceres favoráveis ao financiamento de 245 máquinas para hemodiálise para vários serviços objeto de análise para financiamento pela Caixa Econômica Federal. Para 2010, as perspectivas previstas são a habilitação de novos serviços de nefrologia e o acompanhamento, em conjunto com o Denasus, de alguns serviços já habilitados, acompanhamento da implementação de projetos relacionados à terapia renal substitutiva, realizados pelos Hospitais de Excelência que levantarão dados, os quais nortearão a discussão para mudanças futuras na área.



**b.4) Hospitais de Ensino**

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa aperfeiçoar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Além disso, busca a incorporação do desenvolvimento tecnológico, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidades específicas. Até 2009, o programa registrou, em sua totalidade, 236 unidades quanto à certificação, sendo 161 unidades certificadas, e, destas, 138 contratualizadas. Para 2010, estão previstas novas certificações e as renovações das certificações já existentes, que terão como eixo norteador a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas.

**b.5) Hospitais Filantrópicos**

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do Programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Esse Programa conta, atualmente, com a participação de 757 hospitais. Em 2009, houve a contratualização de 644 hospitais filantrópicos. Em 2010, prosseguirá a implementação e o acompanhamento do Programa, com vistas à melhoria do acesso das mencionadas instituições à atenção de média e alta complexidade em saúde.

**b.6) Terapia Intensiva**

Em 2009, foram credenciados 398 novos leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) destinados aos usuários do SUS, totalizando 5.626 leitos com credenciamento e 1.554 leitos reclassificados. Atualmente, a cobertura nacional de leitos de UTI é de 3,45%, sendo que o preconizado é de no mínimo 4%. Para 2010, a perspectiva é ampliar a cobertura em mil novos leitos de UTL.

**b.7) Atenção às Urgências e às Emergências**

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral. No SAMU, em 2009, o Brasil alcançou uma cobertura populacional de 105 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento de 19% comparado com a de 2008, atingindo um total de 1.237 Municípios, para os quais foram disponibilizadas 2.158 ambulâncias. Ainda, em 2009, foram habilitadas 250 (UPAs). A expectativa, para 2010, é que haja uma expansão de 40% na cobertura da população nacional atendida pelo SAMU e de habilitação de mais 250 UPAs, totalizando 500 em todo o País.

**b.8) Transplantes**

O número de transplantes de órgãos realizados, com doador falecido, subiu 24,3% no primeiro semestre de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008. Em 2009, consolidaram-se o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e a inclusão dos procedimentos pré-transplante, que garantem a equidade no acesso às listas de transplantes e o melhor acompanhamento dos pacientes inscritos. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) registrou 399.835 novos doadores

inscritos no ano passado. Ressalte-se que dos doadores identificados no Brasil, em 2000, apenas 10% foram localizados pelo Redome. Em 2009, esse percentual passou para 70%. Também nesse exercício, o Sistema Nacional de Transplantes realizou vários treinamentos, capacitando aproximadamente 530 alunos. Dentre as principais perspectivas para 2010, pode-se destacar: i) a publicação de Manuais de Utilização do Protocolo de Morte Encefálica e de Avaliação e Manutenção do Doador; ii) a regulamentação do transplante de intestino; iii) a regulamentação do transplante de ilhotas pancreáticas; iv) a regulamentação do uso de membrana amniótica e outras modalidades de uso de tecidos; v) a consolidação das Organizações de Procura de Órgãos (OPO); vi) a redução da lista de espera por transplantes de córneas; vii) a ampliação da Rede de Bancos de Tecidos; viii) a consolidação do Sistema Informatizado de Gerenciamento da Lista Única (SIG), incluindo os dados relativos aos resultados pós-transplantes e relatórios gerenciais em geral; ix) a realização de cursos de pós-graduação lato sensu no processo doação/transplantes e em retirada de múltiplos órgãos para profissionais de Centrais de Transplantes; e x) a criação de vagas de residência em transplantes.

#### **b.9) Assistência Cardiovascular**

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com credenciamento qualificado das unidades de assistência, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado especializado básico e a alta complexidade. Ainda, até 2009, na área da assistência cardiovascular, a rede contabilizou um total de 237 estabelecimentos de saúde habilitados. Destes, 196 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 são centros de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade. Até 2010, persistem desafios importantes, tais como a implementação do registro brasileiro de cirurgia cardíaca; a elaboração e a implantação do manual de controle e avaliação; e a ampliação do acesso aos serviços habilitados de cardiologia, procurando-se atingir em 2010 mais 52 unidades habilitadas.

#### **b.10) Sangue e Hemoderivados**

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme passou a integrar o regulamento do SUS. A visibilidade da doença foi ampliada com a realização de um total de 50 eventos, atingindo todos os Estados, ampliando para 25 mil o número de trabalhadores e usuários sensibilizados e/ou capacitados. A realização do V Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme obteve repercussão internacional, com a participação de 10 delegações de países africanos e 13 de diferentes regiões, colocando o Brasil na liderança da rede pela política mundial de atenção integral às pessoas com essa doença. A cooperação com os países da África se ampliou com a assinatura do acordo de cooperação com a República de Gana para construção de um hemocentro e a ampliação do programa de triagem para doença falciforme daquele país.

O Programa Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue tem por objetivo assegurar a qualidade e autossuficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sanguínea e de má formação das hemácias. No exercício de 2009, o orçamento, em torno de R\$ 300 milhões, garantiu aos usuários do Sistema a disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes e disponibilizou à Hemorrede Pública Nacional recursos para a melhoria da infraestrutura, atualização do parque tecnológico, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação dos serviços.

Foi implantado o Sistema Informatizado Hemovida Coagulopatias Web nos serviços de atenção hematológica, que permite o monitoramento das informações referentes às pessoas portadoras de Coagulopatias Hereditárias, diminuindo significativamente

a subnotificação dos casos da doença, possibilitando o acompanhamento da dispensação dos medicamentos pró-coagulantes e facilitando o planejamento das ações de atenção a eles voltada.

O Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede, voltado à implantação de ações de melhoria técnico-gereciais, implantado em 2008, teve continuidade de suas ações em 2009, concluindo visitas de avaliação nos 32 principais serviços de hemoterapia do País, resultando em planos de ação de melhoria. Vale registrar, ainda, a conclusão do Projeto-Piloto do Estudo Multicêntrico (Teste NAT), projeto que representará ganho estratégico, tendo em vista o domínio nacional da tecnologia e a economia ao SUS, impactando substancialmente no aumento dos níveis de segurança transfusional no País.

Em 2010, estão previstas: i) a implantação de sistema de monitoramento, visando à análise comparativa da qualidade dos serviços de hemoterapia, para construção do “Índice de melhoria nacional” como ação do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede; ii) a implantação do projeto de avaliação externa da qualidade para laboratórios e processamento do sangue, com os objetivos de avaliação e controle dos serviços de hemoterapia, por meio da produção e distribuição de amostras biológicas de teste (painéis) e da formação da Rede Brasileira de Avaliação Externa da Qualidade em Serviços de Hemoterapia, com vistas à melhoria da segurança transfusional; e iii) a implantação da profilaxia primária para as pessoas portadoras de Coagulopatias Hereditárias.

No que se refere à Hemobrás, em 2009 foi inaugurada planta de insumos para diagnóstico em saúde, na Cidade de Curitiba/PR. Trata-se de um laboratório, com 2,5 mil m<sup>2</sup>, fruto da ação conjunta da Hemobrás, do Instituto de Tecnologia do Paraná, da Fiocruz, Finep e do Estado do Paraná. Essa planta vai ser utilizada para a produção de reagentes e para a identificação de doenças como o HIV, HCV (hepatite C), sífilis, entre outras. Em relação à construção da unidade de produção dessa empresa, a previsão é que todas as obras civis e instalações fiquem prontas em 2012, devendo-se iniciar o funcionamento da planta industrial em 2014.

### **c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde**

O setor saúde, em constante evolução, necessita de acompanhamento tecnológico, por meio da incorporação de inovações e experiências cientificamente comprovadas. Com a finalidade de expandir o uso de novas tecnologias, a política governamental setorial tem financiado estudos e pesquisas por contratos diretos ou por meio de concorrências e certames. Essas iniciativas têm estimulado o desenvolvimento e a disseminação de novos conhecimentos e tecnologias para a saúde. Com o objetivo de desenvolver e fortalecer a pesquisa clínica no âmbito do SUS, em 2009, foram agregados 13 centros de pesquisa à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), totalizando 32 centros.

Os principais resultados, no ano passado, centraram-se na consolidação da Rede Nacional de Terapia Celular, que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional. O País se tornou o quinto a dominar a tecnologia de produção de células-tronco não-embrionárias pluripotentes. Também teve destaque a criação das Redes de Pesquisa em Dengue, Malária e em Influenza A (esta última, recém-estabelecida, fornecerá resultados parciais já no primeiro semestre de 2010 sobre mutações do vírus H1N1). Merece destaque, também, o Programa Pesquisa para o SUS, que lançou 23 editais estaduais, tendo sido contratados 338 projetos de pesquisas até novembro de 2009, contribuindo dessa forma para reduzir as desigualdades regionais em Ciência e Tecnologia em Saúde. Foram ainda financiadas pesquisas sobre as consequências do parto cesáreo desnecessário no Brasil e sobre a avaliação de tecnologias em saúde, temas com claro potencial de impacto na redução dos custos da assistência à saúde no âmbito do SUS. Além disso, nove Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia receberam recursos advindos de financiamentos

para pesquisas voltadas para os temas vacinas, gestão e inovação em doenças negligenciadas, biologia estrutural em bioimagem, fármacos e medicamentos, diagnóstico em saúde pública, avaliação de tecnologias em saúde e tuberculose. Em 2009, foram investidos R\$ 164 milhões em pesquisas estratégicas para o SUS.

Neste exercício, pretende-se avaliar os resultados finais das pesquisas financiadas e prosseguir com as atividades de fomento à pesquisa, produção e disseminação de informações que possam subsidiar os gestores e dirigentes da área de saúde, em todos os níveis de gestão do SUS, trabalhar no acesso a evidências científicas que os auxiliem nos processos de tomada de decisão e na promoção e difusão da Avaliação de Tecnologias em Saúde no Sistema. Nas pesquisas e inovações tecnológicas em doenças dos trópicos, a perspectiva é avançar no apoio e fomento de pesquisas voltadas para malária e dengue e contribuir no desenvolvimento e estruturação da Fiocruz Noroeste, que nasce voltada para desenvolvimento tecnológico e científico da região Norte.

#### **d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde**

O setor saúde movimenta expressiva produção industrial, materializada em insumos, medicamentos, equipamentos e outros bens necessários à operacionalização das ações e serviços de saúde. No Brasil, ainda se observa certa fragilidade produtiva e de inovação da produção industrial no setor. A orientação estratégica das políticas públicas específicas está voltada: i) à redução da vulnerabilidade da política social brasileira, mediante o fortalecimento do complexo industrial e de inovação em saúde; e ii) à elevação da competitividade em inovações das empresas e dos produtores públicos e privados das indústrias da saúde.

Essas vertentes foram impulsionadas por um conjunto de parcerias público-privadas realizadas no âmbito do acordo de desenvolvimento produtivo. Essas parcerias foram desenvolvidas entre os laboratórios públicos e produtores privados de medicamentos e fármacos com os objetivos de promover o fortalecimento dos laboratórios públicos e a ampliação de seu papel de regulação de mercado; estimular a produção local de produtos de alto valor agregado ou de grande impacto sanitário e social; e fomentar o desenvolvimento da capacidade produtiva da indústria farmoquímica nacional. Foram firmados nove Termos de Compromissos, envolvendo sete laboratórios públicos, sete parceiros privados, sendo um estrangeiro e seis nacionais, para contemplar a produção local de 16 produtos. Merece destaque, também, a produção por laboratórios públicos da cola ou selante de fibrina. O selante tem a função de diminuir ou deter hemorragias em inúmeras situações e é bastante usado no caso de hemofilia. O selante foi incluído nos programas de assistência farmacêutica e foi articulada sua produção no Brasil.

Para 2010, espera-se a continuidade dos investimentos em tecnologias para a área de equipamentos médicos e materiais para a saúde. Além disso, já foram definidos recursos interministeriais para 2010-2011, a serem empregados em projetos cooperativos entre instituições científicas e tecnológicas e empresas privadas, voltados para a verticalização de antirretrovirais modernos.

#### **e) Assistência Farmacêutica**

A Política Nacional de Assistência Farmacêutica tem como principal integrante o Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio da aquisição em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, e disponibilizá-los a preço de custo em farmácias públicas distribuídas pelo território nacional. Foram implantadas, em 2009, 525 farmácias públicas, com atendimento a cerca de 950 mil pessoas ao mês.

Ampliado e diversificado, em 2006, o Programa Farmácia Popular do Brasil passou a contar com o sistema de copagamento, em que as farmácias e drogarias privadas vendem um elenco de 13 medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Esses medicamentos são subsidiados em até 90% pelo Governo, possibilitando o acesso aos mesmos por camadas mais amplas da sociedade. Atualmente, são 10.473 farmácias cadastradas em todo o Brasil, responsáveis por uma média de 1,1 milhão de atendimentos mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2009.

Para ampliar o acesso aos medicamentos, em níveis de complexidade básica e média, o Governo operacionalizou, em 2009, iniciativas que permitiram a melhoria da qualidade da assistência. Foram adquiridos 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada em uma associação de quatro fármacos em um só comprimido, facilitando o tratamento dos pacientes e aumentando a adesão. A promoção do acesso aos portadores de hemofilia foi viabilizada com o fornecimento do tratamento a aproximadamente 14 mil portadores da enfermidade. Além disso, foi incorporado ao elenco do Programa o mencionado selante de fibrina, proporcionando maior segurança no tratamento.

No combate ao HIV/Aids, destaca-se a introdução de um novo medicamento antirretroviral, com propriedade de impedir que o vírus integre seu material genético nas células humanas. Inicialmente, foram adquiridos 720 mil comprimidos para distribuição na rede pública de saúde. Posteriormente, observou-se um aumento expressivo no consumo desse antirretroviral devido à comodidade posológica, acarretando em um novo processo aquisitivo de mais dois milhões de comprimidos. Ainda no âmbito da assistência farmacêutica, assegurou-se o acesso a medicamentos fundamentais para o tratamento de diversas doenças crônicas graves, porém de baixa prevalência. Esse grupo de medicamentos de distribuição excepcional é de alto custo e foi disponibilizado em um quantitativo de 527 milhões para as unidades farmacêuticas selecionadas, em 2009.

Para possibilitar a ampliação de cobertura e a inclusão de novos medicamentos, foram disponibilizados recursos adicionais para a ampliação da aquisição centralizada. A uma lista anterior de 13 medicamentos, adicionaram-se, em 2009, outros 25. A economia gerada será reinvestida em ampliações de aquisições. Com relação aos medicamentos fitoterápicos, em 2009, foram realizados procedimentos técnicos e legais que resultaram na incorporação à lista de medicamentos básicos do SUS de oito produtos dessa espécie e criada uma lista de plantas estratégicas para atenção à saúde, incluindo 71 vegetais de interesse do SUS.

A perspectiva, para 2010, é dar continuidade à implantação das farmácias populares, com a previsão de implantação de 75 unidades. Com relação às parcerias com estabelecimentos privados, a meta para 2010 é atingir 17 mil estabelecimentos parceiros. Prevê-se nesse ano a incorporação de mais quatro fitoterápicos na lista de medicamentos de distribuição gratuita do SUS.

#### f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Ao longo das últimas duas décadas, importantes vitórias no campo da saúde coletiva vêm sendo colecionadas, tais como: a erradicação da poliomielite, desde 1989; a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo, desde o ano 2000, e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo *T. infesta*; perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos; e a tendência declinante do número de casos de difteria, de coqueluche e de tétano acidental. Nos últimos anos, têm surgido novos desafios no controle de doenças transmissíveis, mais recentemente pelo risco de ocorrência de uma pandemia de Influenza. Para o enfrentamento desse desafio, o Plano preparado para a pandemia de

Influenza, chamada gripe aviária, em operação desde 2005, foi adaptado às características da atual pandemia, popularmente denominada gripe suína.

A atuação setorial no controle da pandemia de Influenza pelo vírus pandêmico A (H1N1) teve como ponto de partida a estruturação da rede de serviços do SUS. Dentre as medidas implementadas, destacam-se: atualização do plano nacional e dos planos estaduais de preparação; constituição de um Grupo Executivo Interministerial, que tem sido responsável pelo gerenciamento do plano e acompanhamento das ações desenvolvidas; elaboração de protocolos clínicos e de vigilância epidemiológica atualizados para enfrentamento da pandemia; aquisição e produção de insumos – foram adquiridos antivirais, insumos para diagnóstico laboratorial e vacinas; desenvolvimento da capacidade de produção nacional de vacinas; aquisição de insumos e capacitação da rede nacional de laboratório de saúde pública para detecção dos vírus Influenza; estabelecimento da notificação imediata de caso ou surto de Influenza humana por novo subtipo; implantação do Sistema de Notificação (Sinan) online, para notificação de casos de doença respiratória aguda grave por Influenza; e desencadeamento de ações nas áreas de pontos de entrada (portos e aeroportos).

Entretanto, outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006, encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas e Respostas em Vigilância em Saúde (CIEVS). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, até dezembro de 2009, aproximadamente, 666 eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, que mereceram a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias de vigilância sanitária.

Nos últimos anos, as doenças imunopreveníveis vêm apresentando redução superior a 90% nos principais indicadores. Conforme mencionado, duas delas já foram erradicadas, a varíola e a poliomielite, enquanto o sarampo encontra-se eliminado. A rubéola e a síndrome da rubéola congênita, após a gigantesca campanha nacional de imunização realizada em todo o País, em 2008, já evidencia a perspectiva de eliminação, com impacto importante sobre a mortalidade infantil.

Dentre as principais estratégias para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, destaca-se o Programa Nacional de Imunizações. Em 2009, foram distribuídas, até outubro, cerca de 211 milhões de doses de vacinas e soros, e foram administrados, até setembro, mais de 115 milhões. Repetindo-se o sucesso dos anos anteriores, a campanha de vacinação contra a poliomielite, em menores de cinco anos, vacinou, em cada uma das duas etapas, mais de 15,5 milhões de crianças, alcançando coberturas superiores à meta de 95% da população-alvo. Da mesma forma, em relação à vacinação contra gripe, foram beneficiados mais de 16 milhões de idosos, atingindo cobertura vacinal superior a 82% desse grupo populacional. Esses resultados mostram a adesão da população ao chamado à vacinação e reafirmam o êxito do Programa de Imunizações brasileiro.

Com relação às doenças transmissíveis, no período de 2007 a 2009, foi realizada a atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C. Cabe ressaltar que a atualização do tratamento da hepatite C contou com a inclusão do interferon-peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1 e com a definição de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não-respondedores e coinfectados com HIV; além da conclusão da fase de campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas Regiões Sul, Sudeste e Norte, fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no País.



Em 2009, foi publicado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a Hepatite Viral Crônica B e Coinfecções, que garante aos portadores da hepatite B a ampliação das opções de tratamento, incluindo três novos medicamentos antivirais: tenofovir, entecavir e adefovir. Destaca-se que a inclusão do tenofovir, ainda sem registro no Brasil para o tratamento da hepatite B, ao arsenal terapêutico teve autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para uso off label diante do desinteresse do fabricante em pedir o registro para esse fim. Cabe ressaltar, ainda, a publicação dos manuais de diagnóstico e o “A B C D E das Hepatites Virais” para Agentes Comunitários de Saúde, fortalecendo a rede de atenção primária à saúde.

A hanseníase tem apresentado redução significativa do número de casos novos diagnosticados na última década, especialmente entre os menores de 15 anos. Foram notificados 39 mil casos novos em 2008, correspondendo a 20 novos casos por 100 mil habitantes, considerado ainda muito alto. Dados preliminares de 2009 apresentam a notificação de 32 mil casos novos, até o momento. Como estratégias para ampliação do impacto no controle da hanseníase, destacam-se o aumento da descentralização do diagnóstico, tratamento e da vigilância de contatos na atenção primária, a prevenção e reabilitação das incapacidades, a intensificação da mobilização social e do comprometimento dos gestores estaduais, municipais e profissionais de saúde. Este compromisso político resultou em 9.473 unidades de saúde com pessoas em tratamento da hanseníase em 2009, ampliação das redes de cuidado integral à saúde e de apoio social, além da diminuição do preconceito.

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo, desde 2003. Esforços concentrados nesse sentido apontam para uma redução da incidência de mais de 25% entre 2001 e 2009. Essa redução é fruto, principalmente, da expansão para a rede básica da quase totalidade dos Municípios considerados prioritários, do tratamento supervisionado, estratégia recomendada pela OMS que, aliada à recente introdução de um novo esquema de tratamento, contribuirá para o controle da doença no País, reduzindo internações e mortes. Sendo a tuberculose a principal causa de morte de portadores do HIV/Aids, estratégias conjuntas vêm sendo implementadas entre os dois programas visando ao seu controle.

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na região amazônica. Em 2009, os casos de malária totalizaram 302.284, contra 606.080 em 2005, um decréscimo de aproximadamente 50%. A redução de ocorrências da doença pode estar relacionada, principalmente, ao aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade, à expansão da rede de diagnóstico, às melhores oportunidades de acesso ao tratamento, à mudança do tratamento para *P. falciparum*, ao uso da Internet para a melhoria da qualidade e oportunidade da informação para focalização do planejamento das medidas de controle da doença e a um sistemático monitoramento da situação epidemiológica. A malária transmitida pelo *P. falciparum*, forma mais grave da doença, apresentou importante redução de casos, com o registro de 155.169 casos em 2005 e 49.650 em 2009, correspondendo a uma redução de 68%. De janeiro a outubro de 2005, foram internadas 10.174 pessoas após contrair a doença, contra 3.332 em 2009 no mesmo período, o que representou uma diminuição da ordem de 67,2%, com redução de 50% do número de óbitos entre 2000 e 2008. O número de casos de 2009, comparado ao número de casos de 2008, indica a manutenção de redução da doença, com o registro de 302.284 e 314.678 casos, respectivamente, correspondendo a uma redução real de 3,94%.

Em 2009, foi registrada uma redução de casos de dengue de 35,1%, relativamente a 2008. No mesmo período, houve uma redução de 65,5% no número de casos graves e de 34,6% nos óbitos. Os esforços empregados no combate à dengue foram mantidos, em 2009, e direcionados para: i) a realização de campanha publicitária nacional (produção, veiculação e ações de mobilização); ii) a aquisição de equipamentos e insumos; iii) a aquisição de Teste NS1 (implantação das Unidades Sentinela e supervisões nos Estados); iv) a aquisição de medicamentos; e v) o treinamento e capacitação de pessoal específico.

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) é um destaque importante da ação governamental, que possibilita a cerca de 200 mil pessoas que vivem com o HIV/Aids o acesso aos medicamentos antirretrovirais distribuídos na rede pública. Em 2009, foram distribuídos 465,2 milhões de unidades de preservativos masculinos, superando em 15% o total distribuído em 2008. No mesmo ano, foram produzidos pela fábrica estatal de preservativos instalada em Xapuri/AC cerca de 40 milhões de unidades também destinadas à distribuição pública. Destaca-se ainda a aquisição de 1,2 bilhão de unidades para a distribuição em 2010 na rede pública e pelas organizações da sociedade civil.

Doenças classificadas pela OMS como negligenciadas, entre elas a esquistossomose, obtiveram resultados satisfatórios quanto à redução da morbidade, verificada mediante a diminuição das internações hospitalares e consequente redução da mortalidade. Para isso, foram realizados cerca de 1 milhão de exames coprocópicos buscando a identificação precoce de pessoas infectadas e seu tratamento. Para eliminação do Tracoma, como importante causa de cegueira, foram intensificadas ações de diagnóstico com cerca de 327 mil exames realizados e, tratamento das comunidades afetadas. Com relação à Oncocercose, foram realizados tratamentos abrangendo cerca de 8 mil pessoas nas áreas endêmicas, como estratégia de avanço para a meta de eliminação e, para Filariose, cerca de 200 mil pessoas foram tratadas na região metropolitana de Recife, área endêmica, como estratégia de eliminação, com redução na prevalência da infecção, já em níveis de pré-eliminação nos Municípios atingidos (média de 0,3% em 2009).

Ressalta-se, ainda, a melhoria na qualidade da informação sobre mortalidade e nascimentos, permitindo o cálculo direto de indicadores e elaboração de diagnóstico e análise da situação de saúde. Dentre os mais importantes, o percentual de óbitos com causa mal definida no Brasil, reduzido de 12,4% em 2004 para 7,6% em 2008, sendo que esta diferença foi mais significativa na região Nordeste (de 23,7% para 8,6%) e na região Norte (de 20,8% para 12,7%), no mesmo período.

Ações de vigilância e prevenção de doenças e agravos não-transmissíveis foram desenvolvidas em 2009 e resultaram na expansão da Rede Nacional de Promoção da Saúde, de 676 em 2008 para 1.266 Municípios em 2009. A ênfase é o desenvolvimento de ações de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis articuladas com a Estratégia de Saúde da Família. Ressalta-se a implementação do Projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito em 16 capitais de Estados em 2008, com expansão de cerca de mais 40 Municípios em 2009; e a implantação da Vigilância de Violências e Acidentes em Estados e Municípios, perfazendo mais de 500 Municípios notificantes de violência doméstica e sexual, fato de extrema importância para a garantia dos direitos e proteção às pessoas que sofrem violências, principalmente crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas.

#### **g) Vigilância Sanitária**

No campo da vigilância sanitária, importantes ações foram desenvolvidas durante o ano de 2009 pelo Governo. Essas ações buscaram prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Nesse contexto, foram realizadas várias ações de inspeção no ano passado. Para a Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), foram 6.764 ações de inspeção, sendo 1.357 em Produtos para Saúde, Cosméticos e Saneantes; 5.059 em Farmácias e Drogarias; e 348 para Medicamentos e Insumos. As plantas de indústrias de medicamentos inspecionadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foram 227, sendo 56 no Brasil e 171 no exterior. Foram expedidos 605 certificados de boas práticas de fabricação nesse período. Foram, também, realizadas 772.282 inspeções sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados; tramitadas 187.234 licenças de importação e licenças simplificadas de importação; e concedidos 641 registros para a área de medicamentos.

O processo de descentralização de ações entre as três esferas de Governo foi incentivado por meio da pactuação de metas de expansão da vigilância sanitária com Estados e Municípios. Em 2009, o número de Municípios pactuados chegou a 3.080, em todos os Estados. Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2010, no âmbito da vigilância sanitária, destacam-se: i) a elaboração de ações específicas para a melhoria da qualidade dos hospitais com atenção ao parto e ao nascimento, em particular aqueles que estão mal avaliados no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS); ii) a reestruturação da rede de laboratórios do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; iii) a consolidação e ampliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC); iv) a ampliação da oferta de medicamentos genéricos e fracionados; e v) a regulamentação da propaganda de alimentos divulgados ao público infantil, dos teores de sal e gordura em produtos industrializados e da propaganda de bebidas alcoólicas.

#### **h) Políticas de Qualificação de Pessoal e da Gestão do Trabalho em Saúde**

O aperfeiçoamento da qualificação do trabalho e da educação em saúde é essencial para a evolução da qualidade dos serviços sob responsabilidade dos profissionais atuantes no SUS. Essa iniciativa contribui para o fortalecimento e qualificação do atendimento disponibilizado à população de forma universal e integral. Com a finalidade de melhorar a qualidade de atendimento nos serviços de saúde, por meio de qualificação dos processos formativos, apoiou-se, em 2009, a capacitação de 72.840 agentes comunitários de saúde e 1.600 parteiras. Na mesma linha de atuação, deu-se suporte a três escolas técnicas sediadas em Estados de diferentes regiões, que tiveram melhorias em sua infraestrutura.

A fim de aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, ampliando os cenários de prática dos estudantes ao longo da sua formação, por meio da integração entre o ensino e a realidade da execução dos serviços e da gestão do SUS, foram implantados 900 pontos de educação a distância, que propiciaram a capacitação de cerca de 5.900 equipes em todo o território nacional, sempre numa expectativa de fixação dos profissionais de saúde nos locais de difícil acesso. O resultado dessa iniciativa tem potencial para beneficiar 11 milhões de usuários do SUS. Outra iniciativa relevante e com resultados concretos, em 2009, foi a construção pedagógica dos conteúdos para o manejo de casos de Influenza A (H1N1), que repercutiu na citada eficiência do controle do avanço da pandemia em território nacional. Essa iniciativa capacitou 480 profissionais para a supervisão e multiplicação das técnicas de manejo do trato da gripe.

Ainda numa perspectiva de qualificação e de aprimoramento técnico dos trabalhadores do SUS, em 2009, receberam apoio 55 projetos e 161 cursos voltados para a reorientação de formação profissional; 10 cursos de residências e especializações que resultaram na formação de 1.294 profissionais; apoio a uma experiência de residência multiprofissional que beneficiou 21 trabalhadores das áreas de saúde atuantes no SUS. Com o foco no desenvolvimento de aptidões para a gestão de sistemas e gerência de unidades do SUS, foram capacitados, no ano passado, 7.460 profissionais em técnicas básicas de gestão. Foram, também, apoiados 24 projetos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a qualificação da gestão. Esses projetos resultaram num conjunto de iniciativas de qualificação de pessoal que beneficiaram 3.208 servidores, 100 dirigentes, 100 gerentes e integrantes de equipes gestoras, além de 115 gestores municipais. Ainda no campo da gestão, foram treinados para a coordenação e para práticas organizacionais de controle da Influenza A (H1N1) 2.300 servidores do SUS.

As perspectivas, para 2010, são de ampliação da capacitação, expandindo-a para diversos atores envolvidos na operacionalização das ações ou na gestão do SUS, que compreendem: i) 70 mil agentes comunitários de saúde; ii) manutenção e ampliação das

ações de formação e graduação *latu sensu* em Saúde da Família; iii) apoio às escolas técnicas do SUS; iv) apoio à educação permanente em Estados e Municípios; e v) ações de capacitação em segmentos específicos (saúde da mulher, do trabalhador, mental) e em outras áreas técnicas especializadas.

#### **i) Investimento em Saúde**

O programa de investimentos no SUS concentra-se em duas vertentes: a qualificação da atenção à saúde e da gestão e a consolidação da infraestrutura disponibilizada. Em 2009, a qualificação da atenção à saúde centrou esforços na melhoria da eficiência e eficácia do Sistema, com a finalidade de solidificar a universalização e a humanização à saúde da população. Dentre essas iniciativas, citam-se os Projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS-Rede); o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras); o Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS); os projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais; e os Projetos de Investimentos em Equipamentos e Obras de Unidades de Saúde.

No âmbito do QualiSUS-Rede, foram contratados e realizados estudos subsidiários ao processo de preparação do projeto e discutidos o sistema de monitoramento e avaliação, e o desenvolvimento do Componente A do Projeto, a saber, Organização e Qualificação de Redes de Atenção à Saúde. Com relação ao projeto SIS Fronteiras, entre os resultados alcançados, destaca-se um acordo firmado entre Brasil e Uruguai que facilita a assistência médica aos moradores da região de fronteira, pois garante o acesso da população aos serviços de saúde de média e alta complexidade nos dois países. A parceria regulamenta o direito dos usuários das redes públicas de assistência de receber atendimento nas unidades que tenham estrutura para a prestação de serviços, desde cirurgias cesarianas até transplantes de órgãos. Em alguns casos, isso evitará que o morador percorra longas distâncias no país de origem se existir assistência de média e alta complexidade em Municípios mais próximos, situado do outro lado da fronteira. Os custos do atendimento serão financiados pelo governo de origem do paciente, por meio de contratos.

No campo dos investimentos em infraestrutura, em 2009, foram contratados 1.236 projetos relativos a equipamentos de saúde relacionados a obras civis (construção, ampliação, conclusão e reforma) e à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, material permanente e unidades móveis de saúde. Foram também aprovados projetos de reestruturação da rede de hospitais federais próprios, hospitais de ensino e outros hospitais públicos das demais instâncias administrativas.

#### **j) Gestão Descentralizada e por Resultados**

A gestão descentralizada do SUS ocorre por meio da promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão. Assim, o foco das ações de apoio à descentralização desenvolve-se nas seguintes vertentes e leva em conta as peculiaridades regionais:

- implantação dos Colegiados de Gestão Regional (CGRs): espaço regional de negociação permanente das decisões gestoras, composto por todos os gestores municipais de cada região de saúde prevista no Plano Diretor de Regionalização e pela representação da Secretaria Estadual de Saúde. O CGR tem como objetivo viabilizar as articulações e pactuações dos acordos

celebrados entre os gestores, conforme os instrumentos estratégicos e operacionais do SUS. Em 2009, foram constituídos 406 CGRs, quantitativo que superou em 30 a meta prevista;

- **implantação de modelos estaduais de Gestão por Resultados (GPR):** trata-se de uma proposta de mudança de cultura organizacional, com foco nos resultados obtidos pelo Sistema. Com essa finalidade, tem sido priorizada a capacitação das equipes gestoras do SUS, voltada para a prestação de contas para a sociedade, para os órgãos de controle e para a comunidade internacional, de modo que as instituições gestoras do Sistema possam ser avaliadas na sua capacidade de prover a melhoria das condições de vida e de saúde da população. Em 2009, foram estruturados 8 GPRs, quantitativo que superou em 4 a meta prevista;

- **adesão estadual ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG):** compromisso firmado pelas Secretarias Estaduais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera estadual na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS. Em 2009, foram pactuadas e monitoradas as 27 unidades federadas, quantitativo que superou em sete a meta prevista; e

- **adesão municipal ao Termo de Compromisso de Gestão (TCG):** compromisso firmado pelas Secretarias Municipais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera municipal na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS. Em 2009, foram pactuados e monitorados 5.564 Municípios, quantitativo que superou em 2.781 a meta prevista.

Também em 2009, foi implantado um novo modelo de gestão do SUS, voltado para resultados, que teve a sua estruturação delineada para um desenvolvimento focado, principalmente, i) no acompanhamento e monitoramento da Agenda Estratégica do Mais Saúde, com a identificação do cumprimento das metas e objetivos de contribuições e ações de responsabilidade de cada uma das unidades da administração direta e dos órgãos vinculados; ii) o apoio e coordenação dos trabalhos de implantação da nova estrutura organizacional do Ministério da Saúde (MS); e iii) a consolidação do processo de logística integrado do Ministério da Saúde, incluindo a redução de custos, redução de compras emergenciais e soluções de armazenamento de medicamentos e insumos estratégicos e do modelo de atendimento às demandas judiciais.

Para 2010, está prevista a ampliação das ações para descentralização da gestão com a fixação das seguintes metas: i) implantação de 411 Colegiados de Gestão Regional; ii) implantação de 12 modelos estaduais de gestão por resultados; e iii) adesão de 4.173 Municípios ao Termo de Compromisso de Gestão.

#### **k) Ouvidoria, Participação Popular e Auditoria**

Em 2009, o principal destaque da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS foi a orientação das ações do Governo para a promoção e o aperfeiçoamento da gestão democrática, por meio de um referencial conceitual e estratégico formulado para atuação com integração coletiva, operacionalizada por meio da participação popular no processo de gestão e do controle social. O principal canal de interlocução com a população é a Ouvidoria do SUS, que, em 2009, viabilizou 10 milhões de atendimentos à população para esclarecimentos e difusão de informações em saúde. Outro importante meio de contato com os usuários potenciais do SUS é o Disque Saúde, central de atendimento voltada para a disseminação de informações, que utiliza como canais de comunicação a correspondência escrita, correspondência eletrônica, telefone gratuito, entre outros. Por essa via, foram realizados mais de 13 milhões de atendimentos.

Com a finalidade de ampliar e fortalecer a participação e a mobilização social em defesa do SUS, foram realizados 20 eventos disseminadores de informação e capacitados 32 mil conselheiros de saúde e lideranças sociais na temática da saúde no Brasil. Populações específicas, expostas a vulnerabilidades, foram alvo de ações de inclusão social, em 2009. Esse movimento resultou em atendimento a 11.138 pessoas, por meio de atividades de sensibilização para a melhoria do acesso dessas populações aos serviços prestados pelo Sistema.

Em uma perspectiva de fornecer infraestrutura para a operacionalização das atividades de controle social, foram distribuídos equipamentos de informática para 5.564 Conselhos Municipais de Saúde, para 26 Conselhos Estaduais de Saúde e para o Conselho de Saúde do Distrito Federal. A fim de agregar e disponibilizar informações sobre a execução das ações das diversas áreas do SUS, relativas aos principais serviços e produtos de saúde disponibilizados, na qual consta a execução das metas físicas e financeiras, o Governo disponibilizou uma sala de situação destinada aos gestores, profissionais de saúde e à população em geral, a qual possibilita, por meio de consultas via web, a fundamentação de diagnósticos, a análise e a tomada de decisões gerenciais. Em 2009, foram contabilizados cerca de 182 mil acessos nacionais e internacionais a essa sala.

É importante registrar que, em 2009, foram realizadas 1.101 auditorias, em todos os níveis administrativos do SUS, abrangendo diversos segmentos da gestão e da atenção à saúde. O nível central de gestão coordenou, também, 220 auditorias, consideradas como estratégicas, que depois de realizadas resultaram em redirecionamento de processos gerenciais e administrativos no âmbito do Sistema. Para 2010, está prevista a continuidade da qualificação da gestão, por meio do desenvolvimento das seguintes ações: apoio aos conselhos de saúde e aos movimentos sociais que atuam no campo da saúde, com vistas ao seu fortalecimento para que os mesmos possam exercer plenamente os seus papéis; apoio ao processo de formação dos conselheiros; estímulo à participação e à avaliação dos cidadãos nos serviços de saúde; apoio à implantação de ouvidorias nos Estados e Municípios, com vistas ao fortalecimento da gestão estratégica do SUS; apoio ao processo de mobilização social e institucional em defesa do SUS e na discussão do pacto; e apoio aos sistemas de auditoria estaduais, municipais e do Distrito Federal.

#### **I) Saúde Suplementar**

No ano de 2009, foram realizadas iniciativas no sentido de garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde, conferindo maior poder de escolha aos beneficiários, por meio de mecanismos de regulação mais eficientes e do apoio à construção do sistema de saúde brasileiro. Foi implementado o procedimento eletrônico de ressarcimento ao SUS pelos procedimentos executados em beneficiários de planos de saúde, e operacionalizada a portabilidade de carências de planos já contratados, o que permite maior poder de escolha ao contratante e dinamiza o mercado da saúde suplementar. Com esse intuito, foi desenvolvido o Guia de Planos de Saúde que proporciona o cruzamento eletrônico de dados, para facilitar a equivalência de planos e oferecer um amplo leque de opções aos usuários.

O processo fiscalizatório permitiu a intermediação cada vez mais efetiva nos conflitos entre operadoras e beneficiários, buscando soluções, mesmo antes da instauração de um processo administrativo sancionador, por meio da reparação voluntária e eficaz. Identificou-se a necessidade de adequação dos normativos que regulam a atuação do mercado em relação aos planos coletivos, de forma a tornar mais transparentes as relações contratuais, coibir a seleção de risco e a falsa coletivização.



Entre as expectativas de realizações, para 2010, destacam-se a intensificação do processo de ressarcimento ao SUS das autorizações de procedimentos de alto custo; a redução do passivo de processamento dos atendimentos identificados, para fins de ressarcimento ao SUS, e o aprimoramento da seleção dos atendimentos a serem ressarcidos; a revisão da norma acerca da mobilidade com portabilidade de carências, no sentido de expandir a portabilidade a outros tipos de adesão a planos de saúde e torná-la mais flexível, permitindo mudanças a qualquer momento do ano e não apenas na data de aniversário; a adoção de mecanismos de avaliação da conduta das operadoras com relação ao cumprimento das normas regulatórias; a promoção da defesa da concorrência e a defesa do consumidor; a adoção de postura captadora de tendências e indutora de mudanças nas práticas de mercado; o estímulo às operadoras na utilização de informações epidemiológicas na organização da atenção à saúde; a avaliação do risco assistencial e a possibilidade de intervenção onde haja maior comprometimento operacional; e a indução preventiva de adequação da rede assistencial de operadoras do segmento médico-hospitalar e monitoramento mais eficaz do equilíbrio econômico-financeiro dos produtos.

## 5. Políticas Afirmativas

### a) Igualdade Racial

Desde a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em março de 2003, o Governo vem buscando a institucionalização das políticas de igualdade racial, em âmbito nacional. Vários avanços foram alcançados e diversos órgãos federais incorporam essas políticas em seus programas. O Governo está promovendo a implementação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), formulado com base nas resoluções da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e formalizado com a edição do Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009, que também instituiu um comitê interministerial específico para promover a articulação das ações do Plano e realizar seu monitoramento.

No âmbito da articulação com os demais entes federados, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), promoveu a ação continuada entre as três esferas de governo. O compromisso com a redução das desigualdades raciais se traduziu na criação, até 2009, de 600 órgãos, em 26 Estados, voltados para as políticas de promoção de igualdade racial, bem assim com a perspectiva de adesão de outros 89 Municípios ao Fipir nos primeiros meses de 2010 e de alcançar um total de 800 Municípios ao final deste ano.

A Seppir e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPir), composto por representantes da sociedade civil e do Governo Federal, realizou duas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) desde sua instalação, em 2003. A segunda edição estimulou um amplo processo de mobilização nacional, que contou com a realização de centenas de conferências municipais, conferências nos 26 Estados e no Distrito Federal, e uma Plenária Nacional de Comunidades Tradicionais, que reuniu lideranças de comunidades quilombolas, de terreiros, povos indígenas e de etnia cigana. Durante a etapa nacional da II Conapir, realizada em Brasília, em junho de 2009, todo esse acúmulo foi reunido em 580 resoluções, com propostas de políticas públicas referentes aos eixos temáticos de Educação, Saúde, Terra, Segurança e Justiça, Trabalho e Política Internacional. Essas resoluções estão agora disponíveis como instrumentos para orientar a implantação, o monitoramento e o controle social da gestão pública. A II Conapir, também, propôs diretrizes importantes, como a defesa da política de cotas raciais, do Estatuto da Igualdade Racial e dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, além de realizar uma avaliação das diretrizes Planapir.

Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme determina a legislação nacional. Uma das ferramentas para a efetiva implementação da Lei nº 10.639, de 2003, é o projeto educativo A Cor da Cultura, que promove a valorização da cultura afro-brasileira, por meio de programas audiovisuais. A iniciativa é fruto da parceria entre o Ministério da Educação, a Fundação Cultural Palmares, o Canal Futura, a Petrobras e o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan). No ano passado, foi iniciada sua segunda fase do projeto, que permitirá a produção de material multimídia para a formação de professores. Ainda no exercício passado, foram concedidas 600 bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), pelo CNPq, a estudantes negros que tiveram acesso às universidades públicas por meio de políticas de ação afirmativa. A iniciativa contribui para a permanência desses jovens nas universidades e o seu envolvimento com a pesquisa científica. Também na área educacional, na Universidade de Brasília, foi criado o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior, com o objetivo de reunir dados e informações para o monitoramento das políticas de ação afirmativa no Brasil e na América Latina.

Para o combate à violência que atinge a juventude negra de 18 a 24 anos, foi lançado o Edital de Chamada Pública do Projeto Farol – Oportunidade em Ação. O Projeto, fruto da parceria da Seppir com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Proonasci), está sendo implantado nas 13 regiões metropolitanas com maior incidência de violência sobre adolescentes e jovens.

O Governo promoveu, por meio da Seppir e do Ministério do Trabalho e Emprego, a criação de dois Planos Setoriais de Qualificação Profissional (Planseq): o Planseq Afrodescendente, em apoio à juventude negra, que envolve uma cadeia de ofícios dos mercados industrial, comercial e de serviços, que contemplará 25 mil trabalhadores negros; e o Planseq Trabalho Doméstico Cidadão, desenvolvido em parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que se constitui na primeira iniciativa do Governo com foco específico na qualificação dessa categoria profissional.

#### **a.1) Programa Brasil Quilombola**

Criado em 2004, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa, coordenado pela Seppir, tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações da sociedade, e se constitui no principal instrumento articulador das ações que compõem a Agenda Social Quilombola.

Dentre os principais resultados de 2009, destacam-se: a edição de 30 decretos de desapropriação de áreas para permitir a regularização fundiária das terras de comunidades quilombolas, nos Estados de Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro; a formação de 504 equipes do Programa Saúde da Família e 387 equipes do Programa Saúde Bucal para atendimento exclusivo de famílias quilombolas; a instalação de 27.167 kits sanitários nas residências de 270 comunidades e a expansão da oferta de energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos, que já atende 20.335 domicílios de famílias quilombolas, com investimentos na ordem de R\$ 100 milhões. Além disso, destaca-se o investimento de R\$ 27 milhões, que garante renda mínima a 22,2 mil famílias quilombolas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em 679 Municípios.

Para 2010, as perspectivas de avanços da ASQ se concentram na aplicação de mais de R\$ 87 milhões nas comunidades quilombolas, para a ampliação das equipes dos programas Saúde da Família e Saúde Bucal; investimento de mais de R\$ 100 milhões em saneamento básico nas áreas quilombolas; R\$ 32 milhões para a construção de moradias; R\$ 22 milhões para construção de salas de aula; R\$ 48 milhões em investimentos do Programa Luz para Todos; e R\$ 48,8 milhões do Programa Bolsa Família, que devem beneficiar, aproximadamente, 50 mil famílias quilombolas. Ainda, em 2010, será estruturada a rede nacional do Selo Quilombola (certificação de origem de produtos das comunidades quilombolas), com ações de estímulo ao desenvolvimento econômico sustentável dessas comunidades, incluindo a meta de capacitação de mil empreendedores quilombolas.

#### **b) Igualdade de Gênero**

A partir das demandas e deliberações da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), o Governo elaborou e lançou o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), relativo ao período de 2008 a 2011, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM. É importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência, cujas ações estão contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM foi instituído em 2005, tendo sua composição ampliada a partir de 2008. Nessa nova configuração, foi ampliada a representação governamental e da sociedade civil no Comitê, de forma a ampliar a sua representatividade. Para ampliar o alcance do II Plano, de forma que suas ações cheguem realmente às destinatárias finais, o Governo vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, tendo sido apoiado os Estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, em 2009.

Outras iniciativas importantes, em 2009, foram o Encontro do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e o Encontro Nacional de Deputadas e Senadoras, que reuniram cerca de 400 mulheres para debater a estadualização e municipalização do II PNPM, a relação mulher e poder e a institucionalidade das políticas de gênero no Brasil. Como resultado destes Encontros, foi assinada uma carta, pelo Fórum Nacional, pela Bancada Feminina do Congresso Nacional e pela Secretaria de Mulheres da União dos Legislativos Estaduais (Unale), e enviada às Assembleias Legislativas de todo o País, demandando apoio para promover a estadualização do II Plano Nacional. Em 2009, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) realizou o seminário “Conselho de Direitos e Controle Social das Políticas Públicas para Mulheres”, que teve por objetivo descobrir caminhos para o fortalecimento dos conselhos de direitos da mulher como instrumentos de controle social de políticas para mulheres, respeitando sua autonomia. Conselheiras do CNDM e representantes dos Conselhos estaduais e municipais também debateram formas de instituir mecanismos de articulação e comunicação dos conselhos entre as três esferas de Governo, além de reafirmar o compromisso com a construção de planos locais, orientados pelo II PNPM.

##### **b.1) Educação e Cultura**

Na área de educação e cultura, por intermédio do Programa Gênero e Diversidade na Escola, foram capacitados, em 2009, 13.340 profissionais da educação do sexto ao nono ano do ensino fundamental da rede pública, nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O programa integra a Universidade Aberta do Brasil e representa uma importante ação no enfrentamento à violência contra as mulheres e à cultura de discriminação de gênero. A meta prevista, para 2010, é de 15.500

profissionais da educação capacitados a partir dos cursos ofertados pelas 20 universidades conveniadas em 2009. Além disso, foi publicado novo Edital do programa, que deverá ampliar o número de profissionais a serem capacitados, em 2010.

Criado no segundo semestre de 2009, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ), o curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça objetiva preparar gestores para intervir nos processo de concepção, elaboração, implantação, monitoramento e avaliação de programas e ações, a fim de assegurar a transversalidade e intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso será realizado, a partir de 2010, por meio de instituições de ensino superior e estima-se a oferta de 10 mil vagas, mediante adesão de mais de 22 universidades federais e estaduais.

No âmbito do Programa Mulher e Ciência, merecem destaque o lançamento da quinta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, e a realização do II Encontro Nacional – Pensando Gênero e Ciências, que contou com a participação de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas. O tema central do encontro foi a Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no País. Para 2010, estão previstas a realização do 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o lançamento de edital para incentivar pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos.

Ainda em 2009, foi realizado o VI Seminário Mulher e Mídia, com a participação de cerca de 270 pessoas de diferentes regiões do País, que teve como finalidade fomentar um espaço de debate e construção de propostas para a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), estimulando a produção e difusão de conteúdos não-discriminatórios e não-estereotipados pela mídia.

#### b.2) Trabalho

Em 2009, foi lançado o Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres nos Estados do Pará e Pernambuco. A iniciativa visa estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Por meio desse Programa, já foram atendidas 3.600 mulheres nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. A previsão é de que 2.200 mulheres sejam beneficiadas nos Estados do Pará e Pernambuco, até 2010.

Também foi implementado o Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cujas ações terão continuidade em 2010. Seu objetivo é fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. Outra iniciativa importante, em 2009, foi a terceira edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que contou com a adesão de 71 organizações dos setores público e privado. O programa visa promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2010, as empresas que aderiram à iniciativa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero. Em novembro de 2009, foi realizado o “Seminário Internacional: Políticas e Práticas de Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho”, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo objetivo foi propiciar um espaço para a troca de experiências nacionais e internacionais e possibilitar a reflexão e ação sobre a importância do fortalecimento de políticas e de leis de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho.

Por meio do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Governo apoiou projetos para capacitação das trabalhadoras rurais com a finalidade de promover ações de fortalecimento institucional e qualificação produtiva de suas organizações produtivas. Para 2010, o programa prevê: i) a realização do 3º Módulo do Curso de Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais; ii) a abertura de chamada pública para projetos de fortalecimento de organizações produtivas de mulheres rurais; iii) a realização de quatro feiras apoiadas por projetos de fortalecimento de organizações produtivas, nos Estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e de uma feira regional no Norte do País; e iv) continuidade das pesquisas sobre acesso das mulheres rurais ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), à assistência técnica e ao crédito.

### **b.3) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão**

O Governo, por intermédio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), instituiu, em 2009, uma Comissão Tripartite para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece as normas para as eleições. A Comissão teve uma atuação fundamental na conquista de avanços na equidade e no acesso aos espaços de poder, mobilizando apoio, em estreita articulação com a Bancada Feminina no Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres, para incluir na nova legislação eleitoral – a Lei nº 12.034, aprovada em setembro de 2009, importantes mecanismos para ampliação da participação política das mulheres. As principais conquistas foram: cada partido ou coligação deverá preencher, e não mais reservar, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo; previsão de aplicação dos recursos partidários na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total (o partido que não cumprir esta determinação deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa); e o limite mínimo de 10% a ser destinado às mulheres na propaganda partidária gratuita.

### **b.4) Estudos e Pesquisas**

Em 2009, foi lançado o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), que representa um importante instrumento capaz de coletar e divulgar informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres, e de promover o acesso a dados e análises capazes de subsidiar o processo de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas com perspectiva de gênero. Esse projeto foi desenvolvido em torno de quatro diferentes eixos: indicadores, políticas públicas, legislação e legislativo, e comunicação e mídia. O primeiro ciclo de monitoramento teve como foco a temática “Mulheres, Poder e Decisão”.

Dentre as atividades realizadas no âmbito do Observatório, cabe ressaltar a criação de um grupo de trabalho que vem acompanhando o impacto da crise financeira mundial sobre a vida das mulheres, tendo sido publicado, em 2009, o Boletim *Mulher e Trabalho: A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres*. O estudo é uma parceria do Governo com a OIT. Nesse estudo, procurou-se identificar e monitorar os impactos da crise econômica sobre homens e mulheres, a partir da análise dos indicadores de mercado de trabalho no período de setembro de 2008 a abril de 2009.

No âmbito do Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, órgão vinculado à SPM, com o objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e na análise de informações estatísticas, deve ser ressaltada a realização de uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero, desenvolvida pelo IBGE, no âmbito do teste da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que foi desenvolvido no segundo semestre de 2009. Importante destacar, também, a realização de um suplemento sobre vitimização na PNAD 2009, que trará informações de grande relevância para o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esse suplemento representa a retomada de uma investigação, realizada em finais da década de 1980, que não tem sido atualizada. Os trabalhos do Comitê de Gênero e Uso do Tempo contribuíram para esse avanço.

Foi realizado ainda, por intermédio do Comitê, um mapeamento das informações produzidas pelo IBGE e dos registros administrativos de alguns órgãos governamentais, com o objetivo de identificar a forma como as dimensões de gênero e raça vêm sendo tratadas nessas instâncias e como podem ser aprimoradas. Para 2010, estão previstas as seguintes atividades: i) realização de oficinas com o IBGE e os Ministérios da Saúde, Educação, Justiça e Trabalho e Emprego, para avaliar a inserção da perspectiva de gênero nos registros administrativos, nos estudos e nas pesquisas já desenvolvidos e propor recomendações; ii) elaboração de análises sobre os dados levantados pela pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero, realizada pelo IBGE; e iii) realização de pesquisa-piloto sobre violência doméstica contra as mulheres, a partir do banco de dados da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, em parceria com o IBGE. Nessa área de estudos e pesquisas, vale ressaltar também a realização, no segundo semestre de 2009, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, que trouxe, de forma inédita, um bloco específico sobre a gestão da política de gênero, o que permitirá construir um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres, e dos conselhos, bem como sobre a execução de políticas de promoção da igualdade de gênero nos Municípios brasileiros. Os resultados serão divulgados pelo IBGE, em 2010.

#### b.5) Articulação Internacional

Em outubro de 2009, o Governo participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual foram discutidos os avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (Mesecvii), as oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou, também, do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento. Ainda na área internacional, outras duas participações do Governo merecem ser destacadas: a 42ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas e a Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.

A agenda internacional, em 2010, terá como foco a realização da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe no Brasil, cujos temas centrais serão: empoderamento econômico das mulheres, empregabilidade, distribuição de renda e compartilhamento das responsabilidades familiares.



### c) Povos Indígenas

No exercício de 2009, visando oferecer ao movimento indígena a possibilidade de reflexão e atuação nos desafios ambientais em seus territórios, assim como de avaliação acerca da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, foram realizadas consultas nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste objetivando avaliar o potencial de contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros.

Por sua vez, visando assegurar a proteção física e cultural dos índios isolados e de recente contato, o Governo desenvolve ações de localização e monitoramento, regularização fundiária, vigilância e fiscalização de seus territórios, de modo a garantir o direito ao isolamento voluntário. No exercício de 2009, continuaram sendo desenvolvidas atividades nas Frentes de Proteção Etnoambiental na Amazônia Legal, situadas nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, onde há o maior número de referências sobre índios sem contato. Estima-se em 63 o número de referências de povos indígenas isolados no Brasil, a maioria na região Norte. No ano passado, também, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I Coneei), contando com a participação de 450 delegados indígenas e 150 delegados de instituições. O evento representou um marco no contexto da educação escolar indígena, a qual foi precedida de um conjunto de Conferências Regionais em diversas localidades brasileiras.

Foram implementados, em 2009, cerca de 65 projetos, destacando-se a instalação de Casas de Cultura Indígena, a revitalização do Centro Cultural Ikuiabá, na cidade de Cuiabá, e a construção do Centro Cultural de Monte Pascoal e Balaio, no Estado do Amazonas.

O Governo, em resposta ao desafio de encontrar meios para fomentar a produção agroecológica, a segurança alimentar e a geração de renda, visando à melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas, apoiou a realização de Oficinas de Promoção do Etnodesenvolvimento, objetivando a implementação de projetos produtivos nas comunidades indígenas. As Oficinas buscaram o fortalecimento das organizações indígenas para promoção do etnodesenvolvimento e autonomia das comunidades, valorizando o conhecimento tradicional dos Povos Indígenas no uso sustentável dos recursos da biodiversidade, visando proporcionar reais oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade nacional.

Foram ainda executadas, no último ano, ações para a catalogação e registro das línguas e culturas indígenas brasileiras, e a preservação da documentação afeta à questão. Destaca-se a realização de 30 pesquisas no âmbito da etnologia, da linguística, das informações censitárias, entre outras questões de interesse das populações indígenas. As pesquisas possibilitaram ampliar o conhecimento sobre questões como o processo migratório, as ações e propostas voltadas às atividades produtivas, o acesso ao saneamento básico, a sobreposição de terras de indígenas e de preservação ambiental, o acesso à biodiversidade e ao conhecimento tradicional dos povos indígenas, assim como aos aspectos linguísticos, inclusive com a finalização do “Dicionário Kubeo”.

Em 2010, a área de promoção das culturas indígenas dará continuidade à elaboração de projetos de qualificação de indígenas para a produção de artesanato, buscando agregar valor aos produtos comercializados pelos índios e nas lojas ArtÍndia, o que demandará estudos sobre a origem, matéria-prima, técnica de produção, significados e utilidade das peças, por meio de pesquisa junto aos fornecedores, registro documental da produção e levantamento junto a fontes bibliográficas e documentais, para divulgação junto com os produtos comercializados.

No tocante à preservação do conhecimento dos povos indígenas, neste exercício, serão desenvolvidas ações voltadas à realização de pesquisas, processamentos técnicos e preservação de toda documentação etnográfica, fotográfica, sonora, linguística, textual e bibliográfica relativa à temática indígena, assim como a capacitação de pesquisadores indígenas e não-indígenas, por meio de oficinas realizadas no Museu do Índio e nas aldeias.

Na área da saúde indígena, destaca-se, em 2009, a promoção de ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas, que tem por finalidade garantir o acesso dessa população aos serviços de saúde, mediante o fortalecimento da atenção básica local. Para tanto, foram investidos recursos na aquisição de insumos e contratações de serviços, tais como: fornecimento de água, coleta de esgoto, energia elétrica, telefonia, locação de mão de obra, capacitação de pessoal, sala de vacina, rede de frios e reações adversas, segurança alimentar, saúde ocular, diagnóstico laboratorial da sífilis, detecção do HIV com teste rápido, diabetes mellitus, saúde bucal e aleitamento materno.

No aspecto relativo ao resgate e fortalecimento institucional do órgão indigenista federal, a Fundação Nacional do Índio (Funai), destaca-se, em 2008 e 2009, a criação de 3.100 cargos efetivos para as funções de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo, além da aprovação, em dezembro de 2009, do seu novo Estatuto e uma nova estrutura destinada a conferir-lhe melhores condições de atuação. Em 2010, está prevista a realização de concurso público para preenchimento dos primeiros 425 cargos efetivos.

## **6. Direitos Humanos**

O desafio da consolidação da política pública passa necessariamente pela construção de bases firmes e estruturantes, aliada ao esforço constante de mobilização, parceria e difusão de conhecimentos. Nessa linha, 2009 foi marcante para a afirmação e a solidificação da política de Direitos Humanos no Brasil. Na esteira de uma conferência nacional, que mobilizou mais de 14 mil representantes de ampla diversidade de grupos sociais e instâncias governamentais, o exercício foi caracterizado pelo esforço vitorioso da concertação de uma gama de entes públicos para a elaboração e lançamento da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III). O Programa reafirma o compromisso nacional com os Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes e estabelece o caminho para o País avançar na garantia dos Direitos Humanos com controle social. Há que se destacar, também, o reforço institucional da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, proposta pelo Poder Executivo, que foi concretizada por meio da Lei nº 11.958, de 28 de agosto de 2009.

### **a) Eixos Estruturantes na Área de Direitos Humanos**

Registra-se o destacado empenho para o desenvolvimento de eixos considerados estruturantes na área de Direitos Humanos. O primeiro eixo corresponde à questão da violência, segurança pública e acesso à justiça. Merecem destaque, no último ano, as atividades de produção e o tratamento de informações e indicadores aplicados aos principais temas da política de Direitos Humanos. A pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic 2009” levantou, pela primeira vez, um diagnóstico da rede de promoção e proteção de Direitos Humanos nos Municípios e, mediante parceria estabelecida com o Fundo de Populações das Nações Unidas, caminha rumo à criação de um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos. São previstas, para 2010, a conclusão do Atlas de Direitos Humanos, a realização de uma pesquisa nacional sobre vitimização e a introdução de questões específicas sobre Direitos Humanos no Censo 2010, do IBGE.

O segundo eixo, Educação em Direitos Humanos, perpassa o conjunto de políticas garantidoras de direitos, na medida em que busca despertar a consciência e a atitude cidadãs, para o reconhecimento dos próprios direitos e a incorporação de valores fundamentais de solidariedade, de tolerância e de igualdade na diferença. Nessa linha, é relevante mencionar a realização da 4ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul que, em 2009, ocorreu em 16 capitais; da quarta edição do Show, da Feira e da Semana dos Direitos Humanos, em Recife, envolvendo mais de 80 mil pessoas; e da 15ª edição do Prêmio Direitos Humanos. Tais eventos serão, também, realizados em 2010, contemplando novas localidades.

Além dessas ações, ressalta-se a estruturação de 17 comitês de educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios, em 2009, com previsão de instalação de 21, em 2010, e o envolvimento de cerca de 100 mil pessoas em processos de capacitação, com destaque especial para 40 mil lideranças comunitárias beneficiadas pela Rede de Educação Cidadã e Mobilização Social – Talber Nacional, com foco na construção de capacidade de auto-organização e autonomia social.

O terceiro e último eixo trata do Direito à Memória e à Verdade, e é entendido como central para a consolidação da democracia e do Estado de Direito. Ganhou destaque, nesse eixo, o envio ao Congresso do PL nº 5.228, de 2009, que trata do direito de acesso à informação pública, e o lançamento do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, que tem por objetivo tornar-se um espaço de convergência, difusão de documentos e produção de estudos e pesquisas sobre o regime político que vigorou de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985. Soma-se ao projeto a continuidade da exibição da mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil”, vista por mais de 2,5 milhões de pessoas em 50 cidades brasileiras. Registre-se, ainda, a realização de expedições à região do Araguaia, para busca de restos mortais de integrantes da chamada “Guerrilha do Araguaia”, e a identificação, após 13 anos, dos restos mortais de Bergson Guirão Farias, desaparecido na Guerrilha. As ossadas foram devolvidas à família, que pôde prestar seus últimos respeitos em cerimônia fúnebre, na cidade de Fortaleza.

#### **b) Grupos e Temas Especiais**

As ações voltadas à promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) foram marcadas pelo lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Direitos LGBT, resultados da I Conferência Nacional LGBT (2008). Em 2010, pretende-se criar o Conselho Nacional LGBT e ampliar de 15 para 30 os Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia.

O Programa Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no ano de 2009, foi marcado pela mobilização para a consolidação da Política Nacional do Idoso (PNI). Como resultado desta mobilização, dois grandes eventos foram realizados. O primeiro foi a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de avaliação e estratégia de implementação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (Renadi), que contou com a participação de cerca de mil pessoas, entre observadores, delegados, convidados e palestrantes de todo o Brasil. O ponto forte a ressaltar foi a participação de 60% de idosos entre os participantes, já demonstrando os efeitos dos constantes eventos paralelos de discussão da política para essa população, estimulando o protagonismo do idoso nos assuntos que lhes digam respeito. O segundo evento foi o 7º Encontro Nacional dos Conselhos da Pessoa Idosa, no qual cerca de 500 conselheiros de todo o Brasil discutiram o fortalecimento do controle social na perspectiva de parceria entre sociedade civil e Governo, para a implementação da Política Nacional do Idoso (PNI).

Dando continuidade à mobilização governamental, visando eliminar todas as formas de discriminação e de violência, proporcionando consequente envelhecimento saudável, foi construído o Compromisso pelo Envelhecimento Ativo e Saudável, envolvendo o Governo Federal, os governos estaduais, municipais e distrital e ainda os Poderes Legislativo e Judiciário. Esse será um elemento fundamental para a condução da PNI nos próximos anos. Para maio de 2010, está previsto o início de funcionamento do Módulo Idoso, no âmbito do Disque Direitos Humanos. Trata-se de um instrumento articulado e eficaz no fortalecimento dos direitos da pessoa idosa, capaz de viabilizar as denúncias de situações de violência e maus tratos em todo o Brasil. Destaca-se, também, a atenção especial no âmbito da Comissão que analisa os requerimentos de pensão especial aos hansenianos, que tiveram seus direitos violados por terem sido submetidos à internação e ao isolamento compulsório em hospitais-colônias. Em 2009, a análise final dos processos ultrapassou 60% dos 10 mil requerimentos apresentados solicitando essa pensão. Até o final de 2010, todos os demais requerimentos serão avaliados, de modo a cumprir o compromisso do Governo em relação à concessão de pensão a todos os requerentes que tiverem direito de recebê-la. Importante ressaltar que a meta inicial era de 4 mil deferimentos em 4 anos, número esse alcançado em apenas dois anos de atividade da referida Comissão.

No ano em que se realizou a I Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania, foi criado um programa de Direitos Humanos de agentes de segurança pública, a ser lançado em 2010. Nesse período, serão consolidados os trabalhos de fortalecimento das ações de segurança pública e Direitos Humanos, particularmente no que concerne ao uso de métodos não-violentos no combate à criminalidade e à garantia dos Direitos Humanos de policiais.

#### c) Garantia, Proteção e Defesa de Direitos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos possibilitam acesso à justiça, assessoria jurídica, informações sobre direitos e capacitação de lideranças em Direitos Humanos, com foco prioritário nos povos indígenas, comunidades quilombolas, assentados rurais, pescadores, ribeirinhos e populações vítimas de preconceito e de violação de direitos. Em 2009, os centros existentes beneficiaram cerca de 230 mil pessoas. Para 2010, trabalhar-se-á no aperfeiçoamento da gestão desses serviços, com o fortalecimento das ações desenvolvidas e a construção de uma rede de serviços que constitua sistema fortalecido de garantia de direitos, de forma integrada com os 24 centros especializados de atendimento a vítimas de crimes, os quais já possuem capacidade de atendimento a 4.750 pessoas, entre vítimas diretas e indiretas.

A articulação dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas avança na perspectiva da consolidação de um sistema nacional de proteção, com normativos específicos e unificados para otimização de esforços, e com a realização de eventos de capacitação conjunta das equipes, em busca de efetividade ainda maior na atuação em defesa dos defensores dos Direitos Humanos, vítimas e testemunhas, além de crianças e adolescentes ameaçados de morte. Assim, o Programa de Proteção a Testemunhas mantém apoio técnico e financeiro a 19 programas estaduais. Além de contribuir para a preservação da integridade física e psicológica de 1.041 pessoas, o Programa colabora para o enfrentamento à impunidade e para a redução da criminalidade e dos índices de violência. Em 2010, pretende-se ampliar a rede de proteção implantando o Programa no Estado de Mato Grosso.

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos acompanha e atua em casos de defensores que, em razão de suas atividades, encontram-se em situação de risco ou vulnerabilidade. O Programa já foi implantado em seis Estados, tendo protegido, em 2009, 50 defensores. Para 2010, a meta é a implantação de pelo menos mais dois programas estaduais.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a Ouvidoria Geral dos Direitos Humanos mantiveram-se presentes e atuantes em casos graves de violações de Direitos Humanos, no último ano. Em 2010, temas diversos já apontam como centrais na pauta desses órgãos, tais como questões indígenas, especialmente a missão em Dourados/MS e a mesa de mediação de conflitos no sul da Bahia, envolvendo os Tupinambás; populações atingidas por barragens; grupos de extermínios; sistema carcerário e outros.

As ações voltadas ao combate à tortura têm como objetivo principal a denúncia, a prevenção, o combate e a erradicação da tortura no Brasil. Com esse propósito, duas são as metas principais para 2010: a apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei para a instituição do Mecanismo Preventivo Nacional de Combate à Tortura e a efetivação do Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura.

#### **d) Atuação Internacional**

No cenário internacional, o crescente protagonismo brasileiro em temas de Direitos Humanos é marcado pela transparência e cooperação, com ênfase na relação Sul-Sul. No ano de 2009, consolidou-se a parceria com a Guiné-Bissau, para assistência técnica nas áreas de registro civil de nascimento e educação em Direitos Humanos. Também, foi celebrado compromisso para apoio ao Togo no aprimoramento da política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por intermédio da disseminação da metodologia do Disque 100.

Atendendo a convite, visitaram o País, em abril, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da ONU e, em novembro, a Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, ocasião em que se assinou um memorando de intenções entre o Brasil e o Alto Comissariado com vistas à Cooperação Sul-Sul em Direitos Humanos, além de ações específicas na proteção a defensores de Direitos Humanos e na construção de mecanismos de defesa no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No âmbito da OEA, o Governo, por intermédio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), coordena a implementação de duas sentenças emitidas em 2009 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil. No Mercosul, foram realizadas as XV e XVI Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

#### **e) Pauta Legislativa**

A sanção da Lei nº 12.010, de 2009, foi um fato relevante para a regulamentação das iniciativas de adoção e para o aperfeiçoamento da sistemática prevista para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Seguem em análise pelo Congresso Nacional, dentre outros, os seguintes Projetos de Lei (PLs), com expectativa de aprovação em 2010: i) PL nº 4.715, de 1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; ii) PL nº 2.980, de 2004, e apensos, que visa institucionalizar e estabelecer regras para a proteção aos defensores de Direitos Humanos; e iii) PL nº 134, de 2009, que visa instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei. Estão, ainda, em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei nº 86/07, que insere no Código de Processo Penal dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; e a PEC 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo.

Com relação à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, o Governo deu continuidade, em 2009, ao Mutirão de Assistência Jurídica às mulheres em situação de prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 Estados. Para 2010, pretende-se realizar ações de sensibilização, por meio da participação em Audiências Públicas junto aos 27 Estados da Federação, em parceria com a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, visando à implementação da Lei nº 11.942, de 2009, que altera a Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos as condições mínimas de assistência, a partir da criação de berçários e de creches ligados ao Sistema Prisional. Será lançada, também, a Cartilha de Direitos das Mulheres em Situação de Prisão, com capítulo específico abordando os direitos das presas estrangeiras.

## **7. Previdência Social**

A Previdência Social é um patrimônio dos trabalhadores e suas famílias, constituindo-se atualmente em um abrangente sistema de proteção social dos cidadãos brasileiros, que garante cobertura de uma ampla e diversificada gama de riscos sociais. A Previdência é um pilar fundamental da Seguridade Social, pois visa garantir proteção diante de contingências futuras, previsíveis ou imprevisíveis, que causem diminuição ou mesmo eliminação da capacidade de autossustento do trabalhador e seus dependentes.

Diante da perspectiva de garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social, a Previdência Social traçou um planejamento de longo prazo, para o período 2009-2015. Além de solucionar os problemas no cotidiano, o intuito é trilhar um caminho necessário à construção de um sistema previdenciário justo e sustentável, considerando os valores da ética, respeito, segurança, transparência e profissionalismo. Nesse sentido, foram definidos sete direcionadores estratégicos: o fortalecimento da proteção social, a excelência do atendimento, a eficácia na supervisão, o foco na gestão e no controle social, a gestão estratégica de pessoas, a modernização da infraestrutura e a otimização de recursos.

### **a) Regime Geral de Previdência Social**

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), até dezembro de 2009, contabilizou R\$ 224,9 bilhões, com pagamento de benefícios previdenciários, ao passo que arrecadou R\$ 182,0 bilhões. A necessidade de financiamento acumulado do período foi da ordem de R\$ 42,9 bilhões. Em 2009, mesmo com os efeitos negativos da crise econômica mundial, houve um incremento da arrecadação previdenciária de 4,6%, em termos reais, em relação ao mesmo período de 2008.

Em outubro de 2009, foram emitidos 26,8 milhões de benefícios, sendo 23,4 milhões de benefícios previdenciários e acidentários, enquanto que os benefícios assistenciais foram da ordem de 3,4 milhões. Nesses termos, a Previdência Social configura-se como o maior sistema de proteção social do País, protegendo milhões de cidadãos contra diversos riscos sociais, como acidentes de trabalho, doenças, idade avançada e maternidade.

As medidas de gestão, com destaque para substituição dos médicos peritos terceirizados por funcionários públicos concursados, continuam a ter efeitos positivos sobre a sustentabilidade do RGPS, ao evitar a concessão inadequada de benefícios.



### **a.1) Inclusão Social**

Houve continuidade, em 2009, da expansão da proteção social dos trabalhadores ocupados, como reflexo da combinação de significativa geração de empregos formais e das medidas de inclusão previdenciária. No âmbito da melhoria de atendimento ao cidadão, cabe destacar o reconhecimento automático de direitos, que permite a concessão de benefícios com maior rapidez e com menor burocracia, bem como está em andamento um expressivo processo de expansão e melhoria da rede de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

### **a.2) Ampliação da Proteção Social**

No âmbito da ampliação da proteção social, a cobertura dos trabalhadores ocupados de 16 a 59 anos, após cair de 66,4%, em 1992, para 61,7%, em 2002, cresceu de forma contínua para o patamar de 65,9%, em 2008. Esse resultado auspicioso no período mais recente é decorrente da combinação de crescimento econômico sustentado, expressiva geração de empregos formais, melhoria na distribuição de renda e das medidas de inclusão previdenciária. Nos últimos anos, foram tomadas várias medidas visando ampliar a proteção dos trabalhadores domésticos e por conta própria. O número de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social cresceu de 39,9 milhões, em 2003, para 53,7 milhões, em 2008, evidenciando uma alta de 34,9%.

A Lei Complementar nº 128, que instituiu figura jurídica do microempreendedor individual, começou a funcionar efetivamente a partir de 1º de julho de 2009, tendo como objetivo estimular a formalização do empreendedor que tem receita bruta anual de até R\$ 36 mil, com até um empregado. A medida visa retirar da informalidade microempreendedores como feirantes, pedreiros, eletricitas, encanadores, doceiros, barbeiros e outros profissionais. Existem, no Brasil, cerca de 10,5 milhões de trabalhadores por conta própria sem proteção social. Ao se filiarem ao novo sistema, por meio da adesão ao Simples Nacional, os referidos empreendedores obterão a cobertura dos benefícios previdenciários oferecidos à sociedade, resultando em mais benefícios para o trabalhador e sua família.

Os microempreendedores individuais ficam isentos de praticamente todos os tributos federais. Assim, pagam apenas valor fixo mensal de 11% do salário mínimo para o RGPS, para aposentadoria pessoal, que hoje equivale a R\$ 51,15, mais R\$ 1,00 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou R\$ 5,00 de Imposto Sobre Serviços (ISS). O Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, também, está desenvolvendo esforços no sentido de cumprir a meta estabelecida na Agenda Hemisférica de Trabalho Decente da Organização Internacional de Trabalho (OIT), de elevar a proteção social em 20% no período de 2006 a 2015.

### **a.3) Saúde do Trabalhador**

Na área de segurança e saúde no trabalho, continua a inversão da lógica de indenização para a prevenção das doenças e acidentes do trabalho, a fim de dar maior sustentabilidade à previdência social e à permanência dos trabalhadores em locais que proporcionem o trabalho decente e de qualidade. Houve melhor reconhecimento das doenças do trabalho, por meio do *Nexo Técnico Epidemiológico* (NTEP) e foi definida a nova metodologia do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) a partir do Decreto nº 6.957, de 9 de setembro de 2009, a ser aplicado a partir de janeiro de 2010. O mencionado Fator Acidentário de Prevenção flexibilizou as alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, estimulando uma cultura de prevenção de acidentes por parte do empregador.

O Governo, por intermédio dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego, continuou, em 2009, a ação integrada de combate aos acidentes no setor da Construção Civil e Transporte Rodoviário de Carga. Nesse sentido, foi iniciada a revisão de todo o Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, além de estudos e pesquisas para a revitalização da reabilitação profissional. Em 2010, essas ações serão intensificadas.

#### **a.4) Atendimento ao Cidadão**

O atendimento com qualidade é um direito do segurado. Para exercer esse direito, o segurado da Previdência Social pode solicitar o agendamento do dia e da hora do serviço desejado, por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem se deslocar até uma Agência da Previdência Social (APS), facilitando sua vida. Em 2009, foram registrados 5,6 milhões de volume médio mensal de ligações para a Central 135. Em comparação ao registrado no ano passado, o tempo que o segurado esperava entre o agendamento eletrônico e o momento de ser atendido na APS caiu, em média nacional, de 50 para 18 dias, permitindo aos usuários da Previdência Social um acesso mais rápido aos seus benefícios. Desde janeiro de 2009, uma nova forma de análise para a concessão de benefícios em até 30 minutos foi adotada para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. Atualmente, basta o cidadão conferir as informações constantes do extrato previdenciário apresentado no momento do atendimento e, se tiver o direito, o benefício é concedido em até meia hora.

O reconhecimento automático de direitos iniciou um novo tempo para a Previdência Social. Tempo de mudanças, de muito trabalho, mas também de conquistas e de reconhecimento. A ampliação e validação dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); o fornecimento do Extrato de Contribuições Previdenciárias por meio da Internet e nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil, para os segurados que são correntistas; e o Aviso de Requerimento de Benefícios, que é uma carta enviada aos segurados urbanos que completam as condições mínimas para requerer a aposentadoria por idade (65 anos para homens, 60 para as mulheres e 180 contribuições registradas), são exemplos de medidas implementadas, em 2009. Para 2010, o objetivo é estender a concessão de benefícios de forma desburocratizada também aos segurados especiais (trabalhadores rurais, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas), como já ocorre para os trabalhadores urbanos. Atualmente, não é possível porque não há um CNIS Rural, mas um trabalho conjunto, envolvendo diversos órgãos governamentais e entidades representativas, está compilando as informações que permitirão dar essa comodidade também aos trabalhadores do campo.

Além dessas medidas, um conjunto de ações coordenadas no processo de reconhecimento de direitos previdenciários representou um avanço nos últimos anos. O Tempo Médio de Concessão de Benefícios (TMC) saiu de 180 dias, em 2003, para 24 dias, em outubro de 2009. Ainda em 2009, a Previdência deu início ao Projeto de Expansão (PEX) da rede de atendimento do INSS, o qual prevê a criação de 720 novas agências, representando uma expansão de 65% no número de unidades de atendimento. Com a implementação do PEX, todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes terão uma APS. Atualmente, a rede de atendimento da Previdência Social é formada por 1.113 agências fixas, que estão instaladas em 969 Municípios. Com a expansão, serão 1.833 unidades em 1.689 cidades brasileiras. Até outubro de 2009, o INSS já tinha garantido 72% dos terrenos necessários para a instalação das 720 agências, e 31 obras já haviam sido contratadas. Para 2010, está prevista a inauguração de 425 novas agências. Concomitantemente à iniciativa de ampliação da Rede, tanto as novas agências quanto as antigas passaram por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento. Além disso, a atual Rede de Atendimento está passando por um amplo processo de modernização, ampliação e reformas, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

Outra importante iniciativa em andamento é a implantação dos Centros de Documentação da Previdência (CedocPrev), que tem como objetivo o gerenciamento das informações produzidas em fontes de arquivos, bibliotecas e museus da Previdência Social. Além da digitalização e da preservação do acervo documental, os sistemas de arquivos implantados nos CedocPrev contribuem para tornar mais eficaz a localização de documentos e processos. Até novembro de 2009, entraram em funcionamento 23 CedocPrev. Nos últimos cinco anos, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços previdenciários, o quadro de pessoal do INSS recebeu um reforço de mais de 15.754 servidores, por meio de concursos públicos. Visando dar efetivo cumprimento ao seu papel constitucional de velar pela universalidade da cobertura e do atendimento da Previdência Social, o INSS, incumbido de reconhecer direitos e pagar benefícios de natureza previdenciária e assistencial, bem como diversas aposentadorias especiais, inverteu uma lógica de pagamento de tarifas à rede bancária para a prestação do serviço de pagamento desses benefícios. Em 2009, por meio de pregão presencial, foram contratadas diversas instituições bancárias que passaram a remunerar – ao invés de serem remuneradas – os novos benefícios (aproximadamente 380 mil/mês) por um valor médio de R\$ 1,68 para prestar o serviço de pagamento de benefícios, garantindo aos segurados o pagamento mensal, sem atrasos e o mais próximo da sua residência.

#### **b) Regimes Próprios de Previdência Social**

Em relação às ações de auditoria e fiscalização junto aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), foram realizadas em 2009, 390 auditorias nos RPPS dos Estados e Municípios. Foi implementada a aplicação Informe do Cadastro de Nacional de Informações Sociais dos RPPS, com intuito de sistematizar o cruzamento de dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados aos Regimes, com as informações de óbito, acrescido dos dados obtidos do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que inclui a base de 17 unidades da Federação.

Foi prestada assistência técnica a diversos Municípios, no âmbito do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun), com a realização de eventos de disseminação da cultura previdenciária nos entes federativos participantes do Programa. Foram iniciadas as atividades do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep) – segunda fase, cujo objetivo é recadastrar os servidores ativos e inativos, bem como pensionistas e dependentes diretamente vinculados aos Poderes Judiciários, Legislativos, Ministérios Públicos e Tribunais de Contas dos Estados, relativamente às 27 unidades da Federação.

#### **c) Relações Internacionais da Previdência Social**

Muitos foram os avanços registrados no campo das relações internacionais da Previdência Social, em 2009, não se limitando apenas à negociação de novos acordos internacionais, mas, também, o reconhecimento de documentos internacionais relevantes, e o apoio à elaboração de novas diretrizes e à cooperação técnica em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. A ABC assinou com a OIT o Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul no campo da seguridade social, beneficiando os países latino-americanos e tendo por objetivo o cumprimento da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, cooperação que será desenvolvida nos anos 2010 e 2011.

Em termos de novos acordos internacionais, no ano de 2009, houve a conclusão e assinatura dos Acordos com a Bélgica e com a Alemanha. Ambos são importantes devido à significativa colônia brasileira presente nesses países. Adicionalmente,

foram os primeiros acordos internacionais novos com países europeus feitos depois de um longo período sem negociações, no qual muitas alterações das normativas europeias ocorreram, de sorte que a experiência acumulada permitirá aprofundar novos acordos com outros países daquele continente. Em relação ao Japão, aos Estados Unidos e ao Canadá, as negociações de acordos previdenciários progrediram significativamente, concluindo-se as tratativas com o Canadá, sendo que o respectivo acordo poderá ser subscrito em 2010. Foi ratificado o Acordo Multilateral Ibero-Americano de Seguridade Social, na Cúpula Ibero-Americana de Estoril, em Portugal, concluindo o Ajuste Administrativo, o que permitirá sua operacionalização em 2010.

Quanto à relação com organismos internacionais no campo previdenciário, cabe destacar que o Brasil ratificou a Convenção 102 da OIT, instrumento por meio do qual o País se compromete com padrões mínimos do sistema de seguridade social. A ratificação teve repercussão internacional significativa, a ponto de o Brasil ter sido convidado a presidir reunião tripartite, realizada em setembro de 2009, em Genebra, com o objetivo de elaborar a proposta do Piso Social Básico, uma abordagem para a coordenação de políticas previdenciárias e assistenciais na expansão da cobertura no mundo.

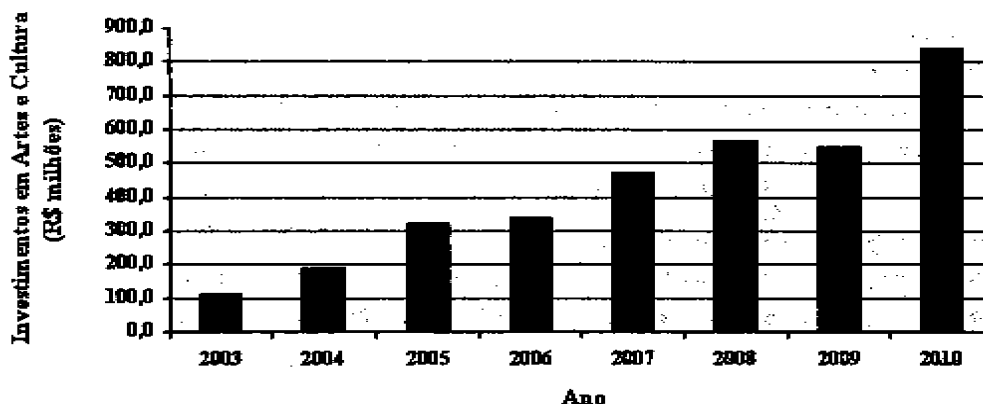
#### **d) Previdência Complementar**

Nos últimos anos, a modernização e a profissionalização do setor de Previdência Complementar foram acompanhadas de uma intensificação da fiscalização realizada pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), nos chamados fundos de pensão. Associado a isso, ocorreu um efetivo aprimoramento da regulamentação do setor, com a incorporação das melhores práticas internacionais. Em relação ao monitoramento dos investimentos, no último ano, trabalhou-se intensamente na modernização do sistema de recepção das informações, bem como na adequação das regras de aplicação dos investimentos pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).

Em 2009, ocorreu uma importante alteração no âmbito institucional da Previdência Complementar, com a aprovação do PL nº 136, de 2009, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Desse PL resultou a Lei nº 12.154, sancionada em dezembro de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse foi um passo fundamental para o aperfeiçoamento e a consolidação institucional da regulação e supervisão das EFPCs e que contribuirá para o estímulo à criação de novos fundos de pensão, bem assim para a defesa dos direitos dos participantes. Em janeiro de 2010, foram editados os decretos para a regulamentação dessa Lei e para a implementação da Previc.

### **8. Cultura**

As políticas públicas de artes e cultura têm sido progressivamente priorizadas pelo Governo. Os investimentos passaram de R\$ 111,6 milhões, em 2003, para R\$ 550,6 milhões, em 2009, com previsão de R\$ 840,3 milhões, em 2010, conforme a evolução histórica apresentada no gráfico a seguir. Esses investimentos são executados por meio de programas e ações voltados para a preservação da memória e do patrimônio cultural, do fomento a projetos artísticos e culturais, da difusão cultural e da fiscalização e regulação do mercado.

**Evolução dos Investimentos em Artes e Cultura**

Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

Os investimentos em cultura têm sido executados, também, como instrumento de inclusão social das populações carentes, especialmente as que vivem em locais mais afastados dos grandes centros urbanos, de modo a compensar as enormes desigualdades regionais de renda e, por consequência, dos meios de acesso aos bens e serviços culturais no País.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pela Lei nº 11.906, de 2009, o Governo concedeu destaque especial à preservação da memória e do patrimônio histórico brasileiro nos seus aspectos museológicos. Está prevista, além da modernização dos museus existentes, a criação de novos museus de pequeno porte em todo o território nacional, inclusive em comunidades caracterizadas pelo alto índice de violência, mediante fomento de projetos transversais integrados com a área de segurança pública e cidadania. O novo conceito de museu que se pretende desenvolver é o de equipamento cultural de transformação social local, com atividades culturais socioeducativas. Com esses equipamentos culturais, as comunidades deverão contar com um locus privilegiado para conhecimento de sua memória e o desenvolvimento da cidadania cultural. Atualmente, entre todos os Municípios, 82,6% não possuem museus públicos.

Outro destaque na preservação do patrimônio histórico foi a criação do PAC das Cidades Históricas, uma iniciativa intergovernamental, articulada com a sociedade, que investiu R\$ 142 milhões, em 2009, e deverá aportar mais de R\$ 750 milhões, nos próximos três anos, em 173 cidades históricas, para a execução de obras urbanísticas, inclusive de infraestrutura. Esse conjunto de investimentos prevê, para 2010, obras como a restauração e readequação do Galpão da Casa do Conde, em Belo Horizonte/MG; a restauração do Sobrado Simplicio Dias, em Parnaíba/PI; a restauração do Palácio Farroupilha, em Piratini/RS; e a restauração da Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Salvador/BA. Os investimentos na preservação do patrimônio histórico ainda contam com recursos do Programa Brasil Patrimônio Cultural, que aporta recursos vitais para obras de restauração e recuperação de bens tombados, e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial. Em 2009, 197 projetos foram iniciados e, em 2010, há a previsão da preservação de 400 imóveis.

Com o Programa Cultura Afro-Brasileira, investimentos foram executados para proteção e promoção do patrimônio cultural de matriz africana no Brasil, destacando-se ações de etno-desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais e de fomento a projetos vinculados à cultura afro-brasileira. Essas ações são transversais na estrutura organizacional do Governo, envolvendo setores como o desenvolvimento social e o combate à fome, a saúde e o meio ambiente. A preservação

da cultura afro-brasileira tem sido incentivada, também, com a troca de experiências internacionais, mediante iniciativas de intercâmbio e apresentações de grupos artísticos e culturais de ascendência africana em outros países da América Latina.

No intuito de estimular o hábito da leitura nas próximas gerações, o Governo vem investindo na instalação e modernização de bibliotecas públicas em todo o País, mediante o Programa Livro Aberto. Esse Programa tem como objetivo a formação de leitores e a difusão da informação e do conhecimento na sociedade de um modo geral. Em 2009, foram adquiridos 450 kits de pequenas bibliotecas, para instalação em Municípios carentes, compostos de 2 mil títulos selecionados, mobiliário, equipamentos de informática e de produção de som e imagem no local, além de mais 100 kits com mil títulos e mobiliário para modernização de bibliotecas existentes. A meta final do Programa Livro Aberto é instalar pelo menos uma biblioteca pública em todos os Municípios. O Programa deve se estender também para distritos de Municípios com comunidades carentes sem esse indispensável equipamento cultural, além de capitais e grandes centros urbanos com grande densidade populacional. Com isso, espera-se implantar mais 200 pequenas bibliotecas públicas no próximo ano.

Ainda em 2009, foi possível desenvolver iniciativas que viabilizarão a construção de 11 bibliotecas de pequeno porte, em parceria com os governos locais nos Municípios de Manaus, Recife, Belém, Salvador, Fortaleza e Goiânia. Também, foram modernizadas 6 bibliotecas de referência, com foco nas bibliotecas públicas estaduais, além de investimentos na abertura de bibliotecas temáticas, partindo de acervos já existentes e com enfoque em áreas específicas da atualidade, como Amazônia, Cultura Popular, Pensamento Crítico, Literatura Infanto-Juvenil e Cultura Afro-Brasileira.

Para 2010, algumas das metas na área bibliográfica da cultura são a ampliação da participação do Brasil no projeto da Biblioteca Digital Mundial, de iniciativa do Congresso dos Estados Unidos da América, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), integrando, pela rede mundial de computadores, acervos digitais de vários países do mundo; e o desenvolvimento do sítio na Internet do projeto Pedro de Angelis, em parceria com a Biblioteca Nacional da Argentina, que prevê a pesquisa no acervo das bibliotecas nacionais de ambos países, digitalização e disponibilização de conteúdos para consultas ao público brasileiro nos dois idiomas. Outro projeto importante na área bibliográfica, programado para 2010, é o da Hemeroteca Brasileira, envolvendo outras esferas de Governo e várias instituições públicas e privadas no País. Com esse projeto, deverá ser preservada a história cotidiana do povo brasileiro, publicada em diversos jornais e periódicos, desde 1808, com uma previsão inicial de 500 mil volumes.

Por meio do Programa Brasil Patrimônio Cultural, o Governo tem direcionado investimentos para a preservação do imenso acervo da Biblioteca Nacional, uma bicentenária instituição pública federal responsável pelo precioso legado bibliográfico iniciado com a biblioteca real de D. João VI, somado à produção brasileira desde então, culminando hoje com um projeto de digitalização e disponibilização de parte do acervo a toda a população pela Internet, mediante a implantação da Biblioteca Nacional Digital. Em 2009, por meio desse projeto, foi disponibilizado para acesso público cerca de 23 mil itens do acervo da Biblioteca Nacional, entre textos, imagens e músicas. O número de acessos públicos a essa base de informação digital tem se mostrado expressivo, com uma média de 140 mil acessos ao mês.

Dentre as ações de fomento a projetos culturais, merecem destaque especial os incentivos fiscais destinados à produção do cinema nacional, em 2009. Os filmes produzidos com aportes de recursos públicos contribuíram para um crescimento de 16,5% na participação do cinema nacional no mercado cinematográfico brasileiro em relação ao ano anterior. Os resultados promissores



do cinema nacional nos últimos anos se devem em grande parte aos recursos aportados em projetos cinematográficos por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), importante mecanismo de fomento, que visa ao fortalecimento dos elos da cadeia produtiva do mercado de bens e serviços audiovisuais no País, especialmente no ramo de entretenimento. O FSA atua com escopo bastante amplo, abrangendo os segmentos de produção cinematográfica de longa metragem, produção independente para TV, aquisição de direitos de distribuição e comercialização.

Outra linha de atuação dos órgãos gestores do FSA, inaugurada em 2009, é o Programa Cinema Perto de Você, com o objetivo de expandir o número de salas de exibição cinematográfica, especialmente em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades. A primeira iniciativa nesse sentido se configura no Projeto Cinema da Cidade, a ser iniciado, em 2010, com recursos do OGU e parcerias com prefeituras de cidades de médio e pequeno portes, voltada para a instalação de complexos de exibição (salas de cinema e demais equipamentos tradicionais correlatos).

O fomento a projetos na área de políticas públicas do audiovisual tem sido complementado por incentivos à melhoria da qualidade das obras cinematográficas nacionais, mediante premiações a empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras. Em 2009, 68 empresas produtoras foram contempladas com o Prêmio Adicional de Renda e sete produtoras, responsáveis por obras com expressivo desempenho no circuito de festivais nacionais e internacionais, foram apoiadas com recursos do Programa Ancine de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro. Outra iniciativa importante, em 2009, foi a criação do Programa de Fomento à Promoção de Obras Audiovisuais Cinematográficas Brasileiras de Longa Metragem, para distribuição gratuita de cópias de filmes com finalidade educacional.

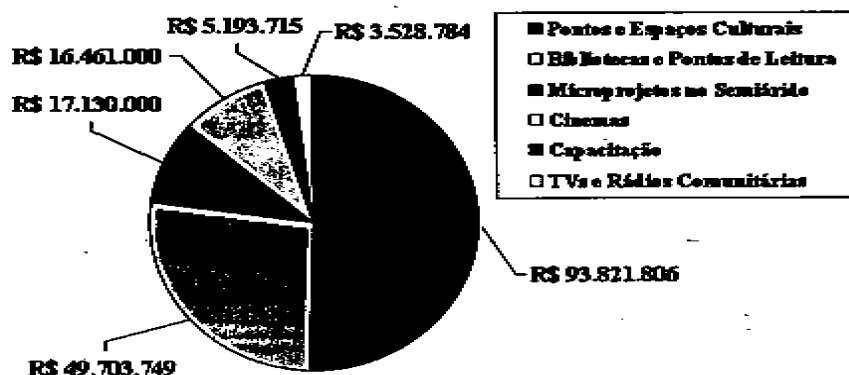
Os investimentos na produção audiovisual têm sido regionalizados com o Programa Olhar Brasil, que visa fomentar o desenvolvimento desse ramo da cultura nas diversas regiões do País, por meio de Núcleos de Produção Digital (NPDs), que são espaços aptos a promoverem atividades de formação profissional para o audiovisual. Os segmentos das artes cênicas, artes visuais não-cinematográficas e música também foram incentivados, no último ano, com expressivos aportes orçamentários. Esses investimentos se destinaram ao fomento de 799 projetos e eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais e outros, tendo como eixos diretores o Prêmio de Teatro Myriam Muniz, Prêmio de Dança Klauss Vianna, Prêmio Carequinha de Estímulo ao Circo e Prêmio Artes Cênicas na Rua.

A dimensão cultural relacionada com a difusão das artes apresentou como resultado dos investimentos na área da cultura a capacitação de 1.533 artistas e técnicos, por meio de oficinas de circo, dança, teatro e técnicas cênicas, como estratégia de formação de multiplicadores do conhecimento artístico nas diversas regiões brasileiras. O segmento da música apresentou, em 2009, a considerada mais importante mostra brasileira de música erudita: XVIII Bienal de Música Brasileira Contemporânea. Esse evento, realizado na Sala Cecília Meireles, no Rio de Janeiro, contou com 2.880 apreciadores nos 12 concertos executados, resultando em 110 novas composições, parte delas inédita, e a participação de duas orquestras sinfônicas, uma orquestra de câmara e uma orquestra de cordas. Outras realizações de fomento às atividades artísticas foram os apoios a festivais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, totalizando 45 eventos, alcançando um público de mais de um milhão de pessoas, em todo o território nacional. Com isso, o Governo busca uma distribuição mais igualitária dos investimentos em projetos e atividades artísticas.

O eixo integrador de todas as ações do Governo nas artes e na cultura pode ser compreendido no conceito de Ponto de Cultura. Esse conceito tem uma base antropológica que sintetiza traços culturais de territórios e comunidades, numa construção social de baixo para cima, com o Poder Público buscando a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais, aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com identidade própria. Com o objetivo de promover o Brasil, acreditando na capacidade criadora do povo, potencializando o que já existe em termos de desenvolvimento da cultura em nível de comunidade local, o Governo contribuiu, até 2009, para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura em todo o País.

A Figura a seguir mostra a distribuição dos recursos orçamentários aplicados nos projetos do Mais Cultura, em 2009, quando o Programa começou a estender suas ações na área audiovisual, com oferta de equipamentos para cinema, TV e rádio para comunidades locais carentes em todo o País. O Programa Mais Cultura também está concentrando recursos no financiamento de microprojetos de produção artística e cultural em regiões culturalmente ricas, mas com baixo IDH, como o semárido.

Distribuição dos Investimentos do Mais Cultura, em 2009.



Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

No âmbito do Programa Mais Cultura, estão previstos, para 2010, investimentos para o alcance da meta de 3 mil Pontos de Cultura, construção e modernização de bibliotecas (sendo oito bibliotecas de referência) em parceria com várias unidades da Federação, aporte de recursos orçamentários em projetos de fomento ao hábito da leitura, apoio a cerca de 1.200 microprojetos culturais de comunidades nas periferias dos grandes centros urbanos e a instalação de mais 660 pontos de exibição cinematográfica (Cine Mais Cultura), além de investimentos em projetos de TV e rádio.

O Governo, por intermédio dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Justiça e de Minas e Energia, em parceria com o Banco do Brasil e com os Estados, Municípios e demais esferas públicas e privadas, participa do Programa Arca das Letras. Trata-se de um programa de bibliotecas rurais, desenvolvido por meio de metodologia que garante a participação das comunidades na formação dos acervos, na implantação e na gestão das atividades da biblioteca. Os moradores indicam o local de sua instalação, os assuntos de seus interesses e os agentes de leitura, voluntários que são treinados para realizar o empréstimo dos livros e o incentivo à leitura. A biblioteca é organizada em móvel de madeira fabricado em marcenarias de projetos sociais ou de penitenciárias estaduais. Com o trabalho na Arca das Letras, os sentenciados têm suas penas reduzidas. Até setembro de 2009, foram instaladas 6.823 bibliotecas, em 1.942 Municípios, além de uma em Cuba, três em Timor Leste e cinco em Moçambique, com 1.815.402 livros distribuídos, 731.234 famílias atendidas e 13.818 agentes de leitura formados.

## 9. Esporte

No âmbito das ações do Governo para o esporte, em 2009, destaca-se a vitória da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. A atuação do Governo Federal foi decisiva tanto na elaboração do Dossiê de Candidatura, quanto no convencimento dos eleitores durante a campanha e ainda na defesa do projeto durante a sessão do Comitê Olímpico Internacional em Copenhague, Dinamarca, além de ter contribuído com uma parte significativa do financiamento das atividades da Comissão de Candidatura do Rio.

O ano de 2010 será decisivo na estruturação do Governo para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e para a participação do Brasil nas respectivas competições. Para tanto, o Ministério do Esporte pretende renovar a infraestrutura esportiva do País, investir em detecção, formação e treinamento de atletas e equipes, e melhorar a gestão do esporte nacional, atualizar legislações e normas e criar estruturas especializadas para fazer frente aos desafios e compromissos de realizar o maior evento do mundo, de modo que seu legado seja a universalização e a qualificação da prática esportiva em todo o território nacional.

Outra ação que deve ser salientada é a aprovação do Projeto Torcida Legal, que consiste em medidas de segurança pública para grandes eventos esportivos. Dentre as atividades do projeto, tem-se a elaboração de proposta de projeto de lei para alterar o Estatuto do Torcedor, encaminhada ao Congresso Nacional em março de 2009. Tal proposta objetivou a modernização do arcabouço institucional para combate à violência nos estádios. Destaca-se, também no ano passado, a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Confederação Brasileira de Futebol e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. O Termo tem o objetivo de conjugar esforços entre os partícipes para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, e o cumprimento das garantias de segurança apresentadas pelo Governo para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo 2014.

Em relação à referida Copa do Mundo, o Governo, por intermédio do Ministério do Esporte, tem coordenado a análise sobre o cumprimento das garantias governamentais apresentadas quando da candidatura do Brasil a sede do evento. Além disso, tem participado ativamente do debate sobre as propostas de projetos de lei relativos às garantias governamentais que necessitam de mudança legislativa para o seu efetivo cumprimento. Em 2010, será definida a comunicação e a promoção do País como sede da Copa do Mundo 2014 e o planejamento de ações a serem realizadas durante a Copa do Mundo na África do Sul.

A Lei nº 11.438, de 2006, Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), busca, por meio de incentivo fiscal, financiar desportistas e paradesportistas como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações. Os recursos públicos utilizados no financiamento de projetos desportivos são oriundos principalmente de empresas tributadas com base no lucro real, que, ao apoiar projetos cancelados pelo Ministério do Esporte, têm autorização para deduzir até 1% do imposto de renda devido. Em 2009, foram avaliados 586 projetos, aprovados 354, e captados mais de R\$ 100 milhões.

Está prevista, para julho de 2010, a III Conferência Nacional do Esporte (CNE), que aprovará o Plano Decenal do Esporte e dará consistência à Política Nacional de Esporte, reafirmando princípios e diretrizes. Serão estabelecidas as linhas estratégicas, ações, metas e responsáveis para promover o desenvolvimento do esporte no País, nos próximos 10 anos.

O Programa Segundo Tempo (PST) tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens, no contraturno escolar, mediante atividades esportivas sob orientação de professores e monitores de Educação Física e/ou Esporte. No ano de 2009, esse Programa funcionou em mais de 1.344 Municípios, em todos os Estados e no Distrito Federal, beneficiando 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores. Para tornar o esporte uma política pública efetiva, o Ministério do Esporte articulou a cooperação com o Ministério da Educação, de forma a ampliar e qualificar a abrangência do Programa, por meio da articulação com o sistema educacional brasileiro. Essa parceria se materializa a partir da inserção do PST no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das escolas públicas da educação básica das redes municipal e estadual, iniciando com as escolas que participam do Programa Mais Educação. O monitoramento e avaliação do PST é realizado por uma rede de universidades, em conjunto com o Ministério do Esporte. Com o objetivo de oferecer aos beneficiados do PST, no período de férias escolares de janeiro, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer sua autoestima, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias, foi realizada, em janeiro de 2009, a edição-piloto do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias, que atendeu a mais de 105 mil beneficiados do Programa, em 13 Estados e 71 Municípios. Além dessas ações, foram capacitadas cerca de 3.640 pessoas para a realização do Recreio.

Em 2009, os Projetos Especiais estão sendo desenvolvidos com aproximadamente 2 mil pessoas, por meio dos seguintes projetos-pilotos: i) Pessoa com Deficiência; ii) PST Universitário; e iii) Instituições de Ensino Superior Colaboradoras – Núcleos Padrão e Núcleos Pessoa com Deficiência. Os projetos-pilotos têm por objetivo verificar se as modalidades ofertadas aos públicos específicos necessitam ser trabalhadas de forma diferenciada, por meio de metodologias específicas, além de testar as metodologias propostas no funcionamento dos núcleos do PST. Para 2010, estão previstas as seguintes ações: consolidação do sistema de gestão de informação, desenvolvido pelo Ministério do Esporte, juntamente com as Universidades Federal do Rio Grande do Sul e Estadual de Maringá; consolidação dos Projetos Especiais voltados para o público universitário e portadores de deficiência; e participação na III Conferência Nacional de Esporte.

Por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade, em 2009, foi garantida a continuidade do processo de implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, além do apoio à realização dos IX Jogos Nacionais dos Povos Indígenas, em Paragominas/PA. Foram executados, também, 130 convênios, beneficiando cerca de 2 milhões de pessoas em atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Por sua vez, no âmbito do Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, destaca-se a concessão de bolsa a atletas de várias categorias e esportes diferentes, fornecendo apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima e condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições. No ano de 2009, foram contemplados 2.954 atletas, utilizando-se o montante de R\$ 19,2 milhões. Para o ano de 2010, a proposta é conceder 4 mil bolsas a atletas e atualizar os valores das bolsas, perfazendo um total de R\$ 62,6 milhões.

Já o Programa Inclusão Social pelo Esporte objetiva contribuir para a inserção social, por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, em 2009, foram beneficiadas 3,1 milhões de pessoas. Para o ano de 2010, a expectativa é de que seja ampliado ainda mais o número de beneficiários do Programa, aprimorando o processo de inclusão social e de restabelecimento da cidadania.

## **10. Luz para Todos**

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o Programa Luz para Todos foi prorrogado para 2010, com o objetivo de atender novas demandas surgidas nestes 6 anos de execução. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), operacionalizado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais.

Desde o início de sua execução, o Programa já beneficiou cerca de 11,1 milhões de brasileiros. Até dezembro de 2009, foram executadas mais de 2,2 milhões de ligações, das quais 1,1 milhão na Região Nordeste, 402,3 mil na Região Norte, 180 mil na Região Sul, 381 mil na Região Sudeste e 155,5 mil na Região Centro-Oeste. No tocante aos investimentos, do total de R\$ 15,4 bilhões previstos do Governo, já foram assinados, até dezembro de 2009, contratos que totalizam R\$ 10,9 bilhões, para a execução de 2,5 milhões de ligações, dos quais R\$ 7,8 bilhões foram liberados.

As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. Estima-se que mais de 5,6 milhões de postes já foram instalados, 823 mil transformadores, 1,1 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 335 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, foram criados. Também, merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT nas comunidades, tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo MME, no início de 2009, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2,2 milhões de famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 1,7 milhão de aparelhos de TV, 1,6 milhão de geladeiras e mais de 537 mil bombas d'água. Para o ano de 2010, o Programa Luz para Todos deverá atender a 578,4 mil novas famílias, beneficiando 2,9 milhões de pessoas.

### **a) Ações Integradas no Âmbito do Luz para Todos**

O objetivo das Ações Integradas do Programa Luz para Todos é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O Programa vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos eletrorrurais para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como: resfriamento de leite, em sua maioria; produção de rapadura e açúcar mascavo; doces de frutas; criação de pequenos animais; artesanato e confecção; entre outros.

Os projetos de geração de trabalho e renda vêm se desenvolvendo em parceria com outros ministérios, governos estaduais, prefeituras e organizações da sociedade civil, com significativos resultados de alcance social. Até o final de 2009, foram

instalados 675 Centros Comunitários de Produção, que beneficiaram cerca de 14 mil famílias, além da instalação de 93 poços artesianos que beneficiaram 1.700 famílias na região do Estado de Minas Gerais.

#### **b) Territórios da Cidadania**

O Programa Luz para Todos também está inserido nas ações do Programa Territórios da Cidadania, que tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, estando presente em 120 territórios, distribuídos em 1.850 Municípios brasileiros, tendo beneficiado, até dezembro de 2009, mais de 923 mil pessoas, com investimentos de R\$ 1,08 bilhão.

Para o ano de 2010, está previsto o atendimento de aproximadamente 200 mil domicílios nos 120 Territórios, beneficiando cerca de 1 milhão de pessoas, com investimentos previstos da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

A energia elétrica oferece conforto e melhoria das condições de vida para a população rural, além de incrementar as atividades agrícolas. Contudo, milhares de famílias evoluíram de uma produção de subsistência para a comercialização do excedente de seus produtos, o que contribuiu para a geração de trabalho e renda no campo, garantindo cidadania e dignidade a uma faixa significativa da população brasileira que sempre esteve à margem do desenvolvimento. Além disso, o Programa Luz para Todos constitui-se em agente promotor da fixação do homem no campo. Assim, muito mais que a eletrificação, o Programa Luz para Todos promove a inclusão social e resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural brasileiro.

### **11. Inclusão Digital**

O Programa de Inclusão Digital, apoiado nas Tecnologias de Informação e Comunicação, vem contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, a diminuição das desigualdades regionais, e a geração de emprego e renda.

O avanço dessas tecnologias e a convergência digital facilitaram o acesso a informações e serviços de governo pelos cidadãos, mostrando-se um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

O conjunto de políticas públicas, nacionais e regionais, de inclusão digital tem produzido efeitos positivos nos indicadores de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Segundo a PNAD, em 2005, 18,6% dos domicílios possuíam computador, passando para 31,2% em 2008. Já quanto ao acesso individual à Internet, a PNAD mostra, com base no percentual de pessoas que utilizaram a Internet na população de 10 anos ou mais de idade, um crescimento de 20,9% em 2005 para 34,8% em 2008.

A disseminação da banda larga é imprescindível para garantir à população o acesso ao conteúdo multimídia e, consequentemente, possibilidades de inclusão social e superação do hiato digital existente em nosso País. Em 2009, foi aprovado pela Anatel o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências por Sistemas de Banda Larga por



meio de Redes de Energia Elétrica, de forma a aproveitar a capilaridade proporcionada pela malha energética e ampliar a infraestrutura disponível para a prestação dos serviços de acesso à banda larga ao cidadão. Também foi viabilizado o uso da faixa de radiofrequências de 450-470 MHz no cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, que visa à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga (Internet).

A oferta de serviços digitais de banda larga pelo serviço móvel, que ocorreu com a modernização da rede no ano de 2009, propiciou o crescimento dos acessos dessa modalidade de pouco mais de um milhão para mais de sete milhões no fim do mesmo ano, permitindo que mais brasileiros usufruam do acesso a informações digitais.

O Projeto do Governo Federal “Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas” atingiu no ano de 2009, mais de 43 mil escolas públicas urbanas, beneficiando diretamente mais de 50 milhões de alunos, sendo que, até 31 de dezembro de 2010, deverão ser atendidas aproximadamente 64 mil escolas públicas urbanas no Brasil, com uma velocidade da conexão de 1 Mbps, crescente a cada ano.

As obrigações de cobertura estabelecidas no edital de licitação das licenças da Terceira Geração (3G) vão permitir que, até abril de 2010, sejam atendidos todos os 1.836 Municípios que, em 2008, não dispunham do Serviço Móvel Pessoal (SMP). As prestadoras do SMP atingiram 112% da meta prevista para 2009, levando a telefonia celular para 1.032 Municípios, restando apenas 14% dos Municípios a serem cobertos em 2010. Em até cinco anos, todos os Municípios com população acima de 100 mil habitantes estarão atendidos com infraestrutura de banda larga com 3G. Já dentre os pequenos Municípios, com população inferior a 30 mil habitantes, 60% possuirão infraestrutura de banda larga com 3G até 2015.

O Programa Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), com o objetivo de oferecer gratuitamente ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, recursos digitais e capacitação em todo o País, leva a Internet, por meio de conexão terrestre ou via satélite, a todos os Municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma a contemplar populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta com aproximadamente 10.800 pontos instalados, atendendo a 5.564 Municípios. Para 2010, o Programa prevê a licitação de mais 20 mil pontos.

A mudança na sistemática de implantação dos Telecentros Comunitários, passando à modalidade de execução direta e não mais por transferência voluntária aos Municípios, permitiu a implantação de pelo menos um Telecentro Comunitário em cada um dos 5.564 Municípios do Brasil, com redução de 60% nos custos, por meio da utilização do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços. Para 2010, a meta do Programa é implantar mais 15 mil Telecentros Comunitários, chegando a todas as bibliotecas públicas municipais existentes no Brasil.

O Programa Territórios Digitais nasceu com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, num esforço conjunto entre órgãos federais (Ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Comunicações), Estados e Municípios. O Programa disponibiliza acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação para aprimoramento dos processos de gestão da

produção; controle social das políticas públicas; acesso à informação e formação de rede para troca de experiências. A principal contribuição do Programa é a inclusão digital da população rural.

*A priori*, as indicações das localidades em que serão instaladas as Casas Digitais ficam a cargo de deliberação do Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania (composto de forma paritária pela sociedade civil e governo) e, em alguns casos, o Estado divide com o colegiado as indicações. O Programa oferece os equipamentos, mobiliário, impressora, *data show*, conexão banda larga e capta recursos para a realização de capacitações, geralmente proporcionadas pelos governos estaduais. O Município fica responsável pela adequação da Casa Digital, bem como sua manutenção e segurança. A comunidade, enquanto gestora da Casa Digital, é responsável pela organização e regimento da mesma. Em 2009, foram disponibilizadas 80 Casas Digitais em 30 Territórios da Cidadania, e a previsão de atuação do Programa é atingir os 120 Territórios da Cidadania em 2010.

Devem ser destacadas também as ações de inclusão digital e social implementadas por meio do Projeto Casa Brasil. No âmbito desse projeto do Governo já foram implantadas 76 unidades das chamadas “Casa Brasil”, em localidades de grande concentração de pobreza e exclusão social. Cada unidade representa um espaço comunitário, de acesso universal e gratuito, com base em uma estrutura modular, propiciando a conexão de múltiplos saberes, articulando diversos temas e ações. Nas Casas Brasil promove-se o uso autônomo e crítico das tecnologias, atuando na vertente de inclusão digital para: produção cultural e artística; fortalecimento da participação popular na gestão pública; entretenimento; popularização da ciência; apropriação social das tecnologias; integração de políticas públicas e serviços de e-gov; geração de trabalho e renda; promoção e fortalecimento de redes sociais colaborativas, além de promoção de desenvolvimento local e autonomia. O projeto opera há mais de três anos na formação de agentes que atuam nas unidades, ofertando-lhes bolsas de extensão e de desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como formação continuada durante o período da bolsa.

## 12. Justiça e Segurança Pública

### a) Sistema Único de Segurança Pública

Visando profissionalizar a gestão da política de segurança pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Governo centrou as ações do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Com o objetivo de valorizar a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informação foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública. O monitoramento constante da situação de segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, permitiu não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Os princípios e as diretrizes do SUSP são traduzidos em um conjunto objetivo e claro de ações, que foram e continuarão sendo implementadas, em 2010, nas regiões em situação crítica de violência no Brasil. Dessas ações, destaca-se o reaparelhamento, a valorização profissional, a prevenção da violência e a gestão do conhecimento em segurança pública.

#### **a.1) Força Nacional de Segurança Pública**

O emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) é uma alternativa viável na execução de ações direcionadas para melhoria da situação de segurança pública no Brasil, além de promover a estabilidade democrática em seu campo de atuação. Baseada na Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a FNSP tem um contingente formado por policiais e bombeiros dos Estados, que são submetidos a uma rigorosa rotina de exercícios e cursam 10 disciplinas, entre elas Direitos Humanos, Controle de Distúrbios Cívicos, Policiamento Ostensivo, Gerenciamento de Crise e Técnicas de Tiro. Os policiais da Força Nacional, após treinamento ou atuação, se reintegram às suas respectivas funções nos Estados de origem, onde também repassam os conhecimentos adquiridos aos demais membros de suas corporações. Desde que foi criada, mais de 8 mil policiais passaram pelo treinamento para integrar a FNSP.

A Força Nacional atuou, em 2009, nos Estados do Pará, apoiando o Ibama no combate ao desmatamento ilegal, de Rondônia, apoiando os órgãos de segurança pública, em virtude da paralisação da Polícia Militar daquela unidade da Federação, de Mato Grosso, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais, do Paraná e Mato Grosso do Sul, apoiando o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) na segurança dos presídios federais, e auxiliando os governos dos referidos entes em questões variadas inerentes à segurança pública. Também, em 2009, foi estabelecida uma base permanente da FNSP na região de Luziânia/GO e, para o ano de 2010, será instalada uma base permanente na cidade do Gama, no Distrito Federal, de modo que exista um efetivo mínimo de 540 homens prontos para atuar em qualquer parte do País, com mobilidade e rapidez, pressupostos básicos para uma tropa dessa natureza.

Em 2009, foi criado o Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE), novo setor especializado da Força Nacional. O Batalhão, com sede em Luziânia, tem como finalidade disseminar conhecimento e tecnologia de ponta para as polícias estaduais e garantir a imediata atuação em casos de grave crise nos Estados. O batalhão é composto por 550 policiais cedidos por 11 Estados, por um ano, para receberem treinamento. Após esse período, eles retornam aos locais de origem com todo o equipamento utilizado durante a capacitação, como viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração. Atualmente, com o advento do acordo de Cooperação Federativa do BEPE, o efetivo da Força Nacional totalizou 940 policiais militares, os quais estão distribuídos nas operações do Departamento.

#### **a.2) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública**

A Rede de Altos Estudos em Segurança Pública é um projeto de educação permanente, democrática e qualificada, promovida a partir da parceria de Instituições de Ensino Superior (IESs) para a promoção de pós-graduação na área de Segurança Pública e da parceria com as Instituições de Segurança Pública, para a realização de cursos nas modalidades presencial e a distância. Atualmente, essa Rede está presente em todo o âmbito nacional, com 66 IESs credenciadas, 73 cursos e 5.250 beneficiários por ano, e mais de 15 mil profissionais formados, desde 2007. No que diz respeito à promoção dos Ciclos de Curso a Distância, a estratégia utilizada foi a criação de uma nova plataforma e a implementação de 270 telecentros, cobrindo as 27 unidades da Federação, com

vistas a alcançar os servidores da área de segurança pública, independentemente das limitações sociais e geográficas. Em 2009, no Programa de Ensino a Distância (EAD), foram matriculados 527.646 profissionais de segurança pública.

Destaca-se, ainda no ano passado, como resultados alcançados: a contribuição para a abertura de novos Centros de Pesquisa e Estudos específicos para a área; o fomento à produção científica nacional sobre a temática de segurança pública, induzindo a criação de uma nova área de conhecimento; a contribuição para o intercâmbio, articulação e integração entre os profissionais de segurança pública e a sociedade civil; a contribuição para o debate de temáticas como violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos étários no âmbito da segurança pública; o atendimento a 459 mil profissionais de segurança pública; a promoção de 54 temáticas de segurança pública para atualização dos profissionais da área; a contribuição para o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança pública; e a inclusão de todos os segmentos da área nos processos de aprendizagem.

### **a.3) Programas e Projetos Especiais em Segurança Pública**

Os Gabinetes de Gestão Integrada (GGLs) nos Estados passaram a atuar como um colegiado, tendo como principal êxito esforços comuns na área de segurança pública, reduzindo consideravelmente o tempo-resposta na comunicação entre as instituições, restabelecendo a função articuladora dos Gabinetes e impulsionando as atividades relacionadas à prevenção, enfrentamento ao crime organizado e operações coordenadas, com foco na redução da criminalidade e incentivo à criação de Gabinetes municipais.

Por meio da ação Reaparelhamento das Unidades de Segurança Pública, em 2009, foi dada guarida a projetos com foco nas garantias individuais e coletivas, com ênfase na preservação da vida e que priorizem a indução de políticas quanto ao uso de armamento e munição letais de calibres compatíveis ao meio urbano, bem como o incentivo à aquisição de armamento e munições não-letais, a investigação científica, para que se obtenha provas confiáveis nas elucidações de crimes, e o apoio à implementação de estrutura para a operacionalidade da Aviação de Segurança Pública nos Estados. Para 2010, está prevista a implementação do Sistema Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade, que tem por objetivo apoiar projetos e ações, realizados pelos executivos estaduais, do Distrito Federal e municipais, de prevenção à violência e criminalidade.

### **b) Sistema Penitenciário Federal**

Em 2009, o Governo, por meio do Ministério da Justiça, conduziu a execução de 131 obras em todo o País, representando um acréscimo de 29.992 novas vagas no sistema prisional. Também, foi desencadeado um processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto executivo, que contempla unidade prisional feminina padrão Pronasci para 286 vagas. Nesse escopo, foram contratadas obras de construção de 5 unidades prisionais do Pronasci, destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos, nos Estados do Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins, cinco reformas em estabelecimentos penais nos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe. Destaca-se, ainda, a construção de seis estabelecimentos penais nos Estados da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que irão gerar 1.087 novas vagas para o sistema prisional brasileiro.

No tocante à execução direta da política penitenciária federal, foram inauguradas duas novas unidades federais, uma em Porto Velho/RO, em junho de 2009, e outra em Mossoró/RN, em julho de 2009. Cada uma das unidades gerou 208 novas vagas, o que,

agora, possibilita a custódia de 832 (oitocentos e trinta e dois) presos de alta periculosidade em todo o Sistema Penitenciário Federal. Registra-se que, atualmente, o Sistema Penitenciário Federal custodia ao todo 341 presos de alta periculosidade, entre eles líderes de facções criminosas e do tráfico de drogas, oriundos de sistemas prisionais estaduais.

Na implementação do Pronasci, foram contemplados 60 estabelecimentos de regime fechado em diversos Estados. Ao todo, foram aportadas 52 esteiras de raios-X, 270 pórticos detectores de metais de alta sensibilidade e 350 detectores de metais portáteis do tipo raquete, sendo investidos cerca de R\$ 17 milhões. Quanto às ações ligadas à integração do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, destacam-se os aportes de equipamentos em diversos Estados, adquiridos em 2009, perfazendo um total de 978 novos computadores.

Em relação a recursos humanos, no ano de 2009, no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, foi realizado concurso público para provimento de 656 cargos, dos quais 600 para o cargo de Agente Penitenciário Federal, 44 para o cargo de Especialista em Assistência Penitenciária e 12 para o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária. Ainda nesse ano, firmou-se convênio com as Secretarias de Administração Penitenciária dos Estados visando ao aparelhamento, reaparelhamento e informatização destas, totalizando o montante de cerca de R\$ 2,2 milhões já empenhados.

No exercício passado, houve o prosseguimento da implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em 18 Estados. No âmbito do Programa de Fomento das Penas e Medidas Alternativas, foram realizados vários eventos, entre eles, o V Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Conepa) e reuniões preparatórias para o VI Conepa, a ser realizado em 2010. No que concerne aos projetos apresentados em 2009, foram analisadas e aprovadas 14 propostas, totalizando R\$ 4, 8 milhões. Encontra-se em desenvolvimento o projeto do Sistema Integrado de Gestão de Penas e Medidas Alternativas (SIG-PMA), que servirá como ferramenta de gestão, monitoramento e avaliação da Política Pública Penitenciária de Penas e Medidas Alternativas. Com relação à assistência laboral, o Programa Pintando a Liberdade, realizado em parceria com Ministério dos Esportes, proporcionou trabalho a 225 presos no ano de 2009, com a efetiva garantia dos direitos à remição da pena e a remuneração pecuniária, por meio da produção de bolas, inclusive com guizos.

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário instaurou 275 processos decorrentes de denúncias, em 2009. Dentre estes, denúncias de maus tratos, má administração dos serviços penais, falta de assistência aos presos, entre outros. Também, instaurou-se, no mesmo período, 722 processos de Indulto Individual (Graça), os quais foram encaminhados aos Conselhos Penitenciários estaduais para emissão de parecer, além da expedição de 1.094 cartas-informação aos presos sobre andamento dos diversos pedidos. Para 2010, o Plano de Ação contempla: a aquisição de materiais e equipamentos para as novas penitenciárias; a contratação de serviços necessários à manutenção das unidades; o aparelhamento de Ouvidorias do Sistema Penitenciário; a realização do Encontro Nacional de Ouvidorias; a construção e aparelhamento da 5ª Penitenciária Federal do Brasil, a ser construída no Distrito Federal; a reforma e reaparelhamento das quatro Penitenciárias Federais existentes; a aquisição de aeronave para transporte de presos; e a criação de Sistema de Localização e Rastreamento de Celulares em Penitenciárias Federais. Ressalta-se, também, a participação do Governo no desenvolvimento do XII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Penal.

### c) Combate à Criminalidade

Ao longo de 2009, as Polícias da União atuaram em diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais, mantendo-se norteadas pelo objetivo de serem referência no serviço e atendimento prestado ao cidadão.

A Polícia Federal (DPF) trabalha orientada pelo objetivo de se tornar referência mundial em segurança pública, até 2022, declaração presente no plano estratégico da organização. O documento orienta as ações do DPF para a melhoria das atividades judiciais, de fiscalização e de atendimento à população. O esforço da Polícia Federal se materializou nas 246 operações realizadas, em 2009, um acréscimo de 12,8% comparado a 2008. Essas operações culminaram com 2.301 prisões, na instauração de 71.372 inquéritos policiais e na conclusão de 67.012 investigações. Atualmente, estão em curso cerca de 161 mil investigações no Departamento. É importante ressaltar que todas as ações realizadas pela Polícia Federal, em 2009, bem como aquelas programadas para o ano de 2010, se compatibilizam com os grandes eventos que realizar-se-ão no Brasil, como os Jogos Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

No âmbito do Projeto Pró-Amazônia/Promotec, que tem por objetivo efetivar a presença do DPF na Amazônia Legal e modernizar as suas unidades operacionais e técnico-científicas, em 2009 foram investidos US\$ 52 milhões, com os quais foram adquiridos para a área de inteligência policial equipamentos táticos de interceptação Rádio Frequência (RF), *notebooks* robustecidos, *softwares* de sustentação e prova de conceito para o Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (Cintepol), bem como equipamentos discretos. Pretende-se, dessa forma, incrementar os meios para análises de inteligência nas investigações policiais, visando proporcionar um salto quantitativo e qualitativo nas já bem-sucedidas investigações e operações da Polícia Federal. Também em 2009, foram adquiridos, ainda, para a área de criminalística, equipamentos e *softwares* para análise de áudio e vídeo, de DNA e de perícia ambiental, para serem distribuídos para o Instituto Nacional de Criminalística e para Unidades Descentralizadas.

Com relação aos Direitos Humanos, o Projeto Anjos na Rede foi criado e implantado, em 2009, sendo o primeiro sistema de denúncia *online* para crimes contra os direitos humanos na Internet. Esse projeto foi implantado em parceria com a organização não-governamental Safernet e está disponível no site [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br). Nessa mesma linha, foi criado e implantado, também, o Sistema de Acompanhamento em Tempo Real de Execução de Operações de Combate à Pornografia Infanto-Juvenil na Internet (Sistema Gecop) e obtido, de forma pioneira na América Latina, acesso ao Banco de Imagens da Interpol para identificação de vítimas de pornografia infantil por meio da Internet.

Destaca-se, ainda, a contribuição da Polícia Federal na comprovação da inviolabilidade das urnas eletrônicas. Em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral, o DPF contribuiu para aperfeiçoar a urna eletrônica, principalmente no que se refere à segurança do voto, utilizando mecanismo de identificação do eleitor por sua impressão digital. As novas urnas estarão disponíveis para mais de um milhão de eleitores, já para as eleições de 2010. No mesmo sentido, a Polícia Federal contribuiu para a elaboração do Projeto RIC – Registro de Identidade Civil, que permitirá ao cidadão brasileiro o uso de um documento de identidade mais confiável, moderno e funcional, com numeração única.

Ademais, com o objetivo de ser ainda mais eficiente no combate à criminalidade organizada, foram firmados, em 2009, com a Polícia Nacional da Bolívia, com a Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai e com a Polícia Nacional do Peru, Estratégias de



Cooperação Policial, prevendo várias ações conjuntas, visando ao fortalecimento institucional dos partícipes e à intensificação do intercâmbio de informações, com futuras deflagrações de ações conjuntas.

Em agosto de 2009, foi finalizada a implementação do novo passaporte brasileiro. Dessa forma, todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte, com padrão internacional. Para 2010 pretende-se a emissão do passaporte brasileiro com chip, conforme tratativas que vêm sendo enviadas junto à Casa da Moeda do Brasil. Há que se ressaltar, também, a continuidade da Campanha do Desarmamento, tendo sido obtido, em 2009, o resultado constante do quadro que se segue.

**Campanha do Desarmamento – Resultados em 2009**

<b>Total de registros</b>	<b>513.839</b>
<b>Total de registros renovados</b>	<b>360.952</b>
<b>Total de apreensões</b>	<b>11.981</b>
<b>Total de portes expedidos</b>	<b>9.375</b>
<b>Total de armas entregues</b>	<b>13.233</b>

Fonte: SIAFI Gerencial, Sistema de Acompanhamento da Execução (SAE/MinC) e Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura (SIMC).

No que se refere à segurança rodoviária, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realiza o policiamento ostensivo nas rodovias federais, ação que tem se intensificado, uma vez que o Governo incrementou a contratação de policiais e aquisição de viaturas. Em 2009, a PRF aprimorou o sistema de telecomunicação, informação, monitoramento e controle, de modo a atender os pontos mais remotos do território nacional, adequando as Bases Operacionais, a fim de permitir melhor acesso e apoio ao usuário das vias de transporte rodoviário. A melhoria na estrutura traz resultados diretos na proteção à integridade física dos usuários das vias públicas, bem como de toda a população que vive à margem da rodovia e às próprias instituições policiais. A capacitação dos servidores tem sido essencial na melhoria das operações e do atendimento ao cidadão. Nesse sentido, em 2009, foram capacitados de mais de 5.596 servidores da PRF. Complementarmente, as diversas operações resultaram na prisão em flagrante de 21 servidores envolvidos com práticas de corrupção. No que tange aos projetos de Educação para o Trânsito, houve 30 workshops e 653 ações de educação, atingindo diretamente um público de 157.988 pessoas. Apenas o Festival Teatro para o Trânsito (Fetran) alcançou 37 mil pessoas. Para 2010, está previsto o Curso de Formação Profissional para 750 novos Policiais Rodoviários Federais.

Na área da tecnologia, em 2009, destacou-se o aperfeiçoamento do sistema de radiocomunicação de todas as regionais da PRF, com a aquisição de duas torres e 170 rádios de comunicação. Essas aquisições ampliarão a comunicação das viaturas em patrulhamento com os postos, delegacias e Centrais de Informações Operacionais da PRF, reduzindo o tempo de resposta no atendimento às ocorrências. Como perspectiva para 2010, ressalta-se a retomada da construção da sede da PRF e a implantação do Projeto Alerta Brasil, que consiste em uma rede de equipamentos de OCR (leitor de placas de veículos), que irá permitir a identificação automática de veículos com ocorrência de roubo e furto, quando da passagem destes pelos postos da Polícia Rodoviária Federal.

**d) Combate à Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional**

Em 2009, tramitaram no Ministério da Justiça mais de 1.100 pedidos de cooperação jurídica em matéria penal que tiveram, entre outras finalidades, a quebra de sigilo bancário e o bloqueio e confisco de ativos de origem ilícita mantidos no exterior. No tocante à tentativa de recuperação de ativos, destacam-se a manutenção dos bloqueios nos casos “Banestado” e “Satiagraha”, cujos valores ultrapassam US\$ 2,5 bilhões, e a repatriação de US\$ 1 milhão desviados.

O Governo negociou, em 2009, dois Tratados Bilaterais de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, com a República Federal da Alemanha e com a República da Turquia. Também foram concluídas as negociações do Tratado Bilateral de Auxílio Mútuo em Matéria Civil com a República Popular da China. A perspectiva para o ano de 2010 é de que vários tratados, cujas negociações estão adiantadas, sejam celebrados. Além disso, espera-se dar continuidade às conversações e iniciar novas negociações com diversos países, a exemplo da África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Índia, Israel, Mônaco e Rússia.

As ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) prosseguiram, no último ano. Dentre as ações desenvolvidas, é de se destacar a identificação de esquemas de lavagem de dinheiro por meio de setores relevantes, como o futebol, o comércio de gado e combustíveis. Também criado no âmbito da Enccla, o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) é uma resposta inovadora do Governo aos desafios impostos pela crescente complexidade das ações criminosas e ao aumento exponencial do volume de dados para análise de casos de lavagem de dinheiro. Em 2009, foram capacitados aproximadamente 1.615 agentes públicos, entre policiais civis, membros do Ministério Público e fiscais das Receitas Estaduais. Para 2010, pretende-se capacitar mais 1.500 agentes públicos.

**e) Combate à Pirataria**

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria deu publicidade ao novo plano estratégico, com cinco projetos prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio Contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. Com essas iniciativas, espera-se consolidar um movimento nacional em torno do combate à pirataria e delitos contra a propriedade intelectual.

A estruturação e implantação dos projetos foi iniciada em 2009 e se estenderá ao longo de 2010. Também, em 2010, serão continuados os trabalhos de formalização de parcerias com entidades públicas e privadas, como as realizadas em 2009 com a Ancine, Anvisa e Escola de Administração Fazendária (ESAF) para a consecução dos objetivos estratégicos, no que tange o combate à pirataria.

**f) Garantia dos Direitos dos Jovens na Mídia**

Com base em duas pesquisas inéditas, realizadas em 2008, o Governo foi capaz de, pela primeira vez, avaliar a eficácia, eficiência e efetividade da política pública de Classificação Indicativa. Os estudos resultaram em duas publicações: a cartilha “A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais” e o livro “Análise da Política Pública da Classificação Indicativa”. Com os dados

obtidos, verificou-se a necessidade das informações sobre a classificação indicativa serem ampliadas e dirigidas. Para tanto, foram produzidas e distribuídas em cinemas, videolocadoras e escolas, 430 mil exemplares da cartilha “Classificação Indicativa – Informação e Liberdade de Escolha”. Também foram produzidos e distribuídos cartazes atrativos com as recomendações da classificação indicativa.

#### **g) Direitos e Garantias dos Estrangeiros**

Como previsto para 2009, o Governo, por intermédio do Ministério da Justiça, informatizou todos os registros inerentes aos registros de naturalização, disponibilizando, em tempo real, a emissão de certidões negativas de naturalização, que antes demoravam até dois anos para serem expedidas. Outro importante passo foi a promoção de uma ampla regularização migratória dos estrangeiros que se encontravam irregulares, e que tinham ingressado no País antes de 1º de fevereiro de 2009. O Poder Executivo também encaminhou ao Congresso Nacional o PL nº 5.655, de 2009, que visa substituir o atual Estatuto do Estrangeiro. Entre os seus diversos dispositivos, esse PL permite uma migração mais ordenada e que contemple as novas tendências mundiais sob a ótica dos direitos humanos. O texto final foi construído com a participação dos diversos órgãos governamentais, além das sugestões da sociedade civil e dos próprios cidadãos, advindas da consulta pública a que fora submetido o texto preliminar. A principal política pública a ser desenvolvida nessa área, no ano de 2010, é a difusão do instituto da transferência de pessoas condenadas, capacitando os agentes envolvidos na matéria e em extradição. Outro projeto importante será a implementação de um centro de referência sobre imigração no Brasil, capaz de mapear a história da imigração, resgatando nossas origens e, conseqüentemente, expondo a importância dos migrantes para a construção de um povo.

#### **h) Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Dentre algumas das metas do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, executadas no ano de 2009, destacam-se a realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos sobre o tema tráfico de pessoas; o monitoramento, avaliação e disseminação desse Plano; a discussão e análise de projetos de lei relativos ao tráfico de pessoas; a capacitação de atores direta ou indiretamente envolvidos com a temática, destacando-se a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em parceria com os países-membros e associados do Mercosul, em São Paulo, no último mês de junho; e a Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada em Recife, nos meses de julho e agosto. Atualmente, vários Estados já implementaram ações de enfrentamento, com o desenvolvimento de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dentre os quais podem ser citados os exemplos dos Estados de Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.

Em outubro de 2009, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), e o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal. No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os Governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pelo Governo, ao longo de 2009: i) o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ii) a capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, sendo que mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres; e iii) a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NEPT) e dos Postos Avançados.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita: em novembro de 2009, o Governo criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceria com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e da Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante daquele Município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca, que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no Município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela, e com a implementação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Acre, a região de fronteira com a Bolívia, na cidade de Brasília.

#### **i) Anistia Política**

Em 2009, foram julgados em torno de 730 recursos, número que representa um acréscimo de 231% em relação ao ano anterior. Por meio das Caravanas da Anistia e do Memorial da Anistia Política, a Comissão de Anistia esteve presente em 17 Estados nas cinco regiões do Brasil, promovendo o resgate de memória e ampliando o espectro da reparação moral devida aos perseguidos políticos e à sociedade. No tocante às atividades educativas, o ano de 2009, foi marcado por 12 Caravanas da Anistia, nas quais foram realizadas sessões reais de julgamento, prestou-se diversas homenagens e realizaram-se seminários e debates. Os 64 mil processos recebidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, alguns com documentos inéditos, irão compor o acervo do Memorial da Anistia Política, espaço a ser construído em terreno doado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para 2010, espera-se ampliar o intercâmbio majoritariamente na seara de políticas para tratamento histórico do fenômeno da repressão ditatorial, por intermédio de ações como: fomento a estudos e pesquisas, estruturação de políticas museológicas e produção de atividades para troca de experiências.

#### **j) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica**

No ano de 2009, o Governo ampliou a política de formação de técnicos e agentes em defesa do consumidor em todo o Brasil, por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, que completou dois anos. Outro importante avanço foi a criação da modalidade de educação a distância, ampliando os processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas, por meio de tecnologias da informação inovadoras.

Também se observou o fortalecimento dos procedimentos e estratégias de proteção à saúde e segurança dos consumidores, incluindo subsídios técnicos para o aprimoramento de propostas legislativas, articulação com órgãos reguladores, tais como

o Inmetro, a Anvisa e o Denatran. No que se refere ao monitoramento do mercado de consumo, destacam as ações para implementação do Decreto nº 6.523, de 2008, que fixou normas gerais sobre o Serviço de Atendimento (telefônico) ao Consumidor (SAC) das empresas reguladas pelo Poder Público. Foram realizadas oficinas técnicas com representantes do Sistema Nacional de Defesa da Concorrência (SNDC), harmonizando entendimentos e estratégias de fiscalização para o cumprimento do referido Decreto. Nesse contexto, o Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Proteção e Defesa ao Consumidor (DPDC), aplicou multas no valor superior a R\$ 10 milhões e ajuizou, em coordenação com os demais órgãos de defesa do consumidor, duas ações coletivas, objetivando a reparação dos danos causados aos consumidores em razão do reiterado descumprimento das normas do SAC.

Na área internacional, foi dedicada atenção especial ao Mercosul, tendo sido realizados encontros temáticos visando aproximar as políticas de defesa do consumidor dos países-membros. Nesse ponto, destacam-se a Declaração de Salvador, que reconhece os direitos básicos do consumidor no contexto do superendividamento e do consumo de crédito. No âmbito interamericano, deu-se seguimento aos trabalhos relativos à proposição de uma convenção de proteção ao consumidor em contratos internacionais, perante a Organização dos Estados Americanos, com o oferecimento do Brasil como sede para a conferência.

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, integrado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE/MF), pela Secretaria de Direito Econômico (SDE/MJ) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tem por objetivo principal a promoção de uma economia competitiva, por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. Nesse âmbito, em 2009, a SEAE analisou 419 processos relativos a atividades de controle de concentração. Dos principais casos analisados, destacam-se as operações no setor de saúde suplementar, bem como de distribuição de publicações.

No ano de 2009, o Governo teve como ações prioritárias a consolidação do Programa de Combate a Cartéis, o refinamento dos instrumentos para combate de práticas anticompetitivas, o aumento do nível de transparência das medidas junto aos administrados e a efetividade dos procedimentos internos de instrução processual, no âmbito do Ministério da Justiça. É de se destacar, também, o convênio estabelecido junto aos Ministérios Públicos dos Estados do Rio e de São Paulo, para equipar suas respectivas unidades anticartel de laboratórios de perícia. Para 2010, pretende-se estreitar a implementação de medidas junto ao CADE e fortalecer o Programa de Combate a Cartéis, mediante a expansão das atividades já realizadas em 2009, além de aperfeiçoar as atividades de instrução de processos em trâmite no Ministério da Justiça, diminuindo o estoque dos casos pendentes de análise e reduzindo o tempo de instrução.

No campo da Defesa Econômica, o CADE julgou aproximadamente 400 casos de Atos de Concentração e, em 2010, deverão ser julgados casos importantes, envolvendo empresas de telefonia, bancos, laboratórios farmacêuticos e mercado de carne para exportação, entre outros. Em 2010, continuarão a ser analisados e julgados casos de conduta importantes, além de estar prevista a implementação do Novo CADE, após aprovação do PL nº 5.877, de 2005, de iniciativa do Poder Executivo, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. A aprovação da nova lei implicará unificação da estrutura administrativa e de pessoal, bem como a implementação de novos procedimentos e trâmites processuais (como análise prévia de atos de concentração), o que exigirá grande esforço na

transformação institucional. Grande parte das ações em 2009 já foram voltadas à preparação da instituição para o novo marco legal da concorrência no Brasil.

#### **k) Direitos Difusos**

O Ministério da Justiça, por meio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos (CFDD), é responsável por administrar os recursos de um fundo formado por condenações judiciais aplicadas pela Justiça Federal, multas aplicadas pelo CADE e DPDC. Esses recursos têm por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, por meio do financiamento de projetos. Em 2009, entre as cartas-consulta recebidas, foram selecionados 50 projetos, sendo 23 projetos conveniados e estima-se a destinação de R\$ 4 milhões para aplicação em projetos que atendam à segurança física de patrimônio histórico e artístico (museus, igrejas, arquivos etc.). Em 2010, espera-se elevar o valor orçamentário destinado ao apoio de projetos, tendo em vista o aumento da arrecadação e o número de projetos apresentados nos últimos anos.

### **13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas**

A ação do Governo, no que se refere à prevenção do uso de drogas, vem se consolidando a partir da criação de bases sólidas para a implementação efetiva da Política Nacional sobre Drogas (PNAD). As parcerias institucionais e a articulação com as diferentes áreas estratégicas de ação vêm permitindo uma melhor compreensão do fenômeno, assim como a sua adequada abordagem, seja por meio da capacitação dos atores relacionados ao enfrentamento da questão, seja por meio da realização de séries de levantamentos epidemiológicos, que permitem o monitoramento e a análise das tendências de consumo no País.

No que se refere à capacitação, mais de 96 mil lideranças comunitárias, dentre as quais educadores, conselheiros municipais, profissionais de saúde e lideranças religiosas e de segmentos afins, já participaram dos programas implementados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), em parceria com outros órgãos de governo e universidades. São multiplicadores que estão prontos a orientar, articular e conduzir ações em nível municipal, fortalecendo, dessa maneira, os preceitos de descentralização da Política Nacional sobre Drogas.

Nesses últimos sete anos, as ações intersetoriais e descentralizadas ampliaram o acesso da população aos projetos do Governo, estreitaram os laços com a comunidade científica, fortaleceram as parcerias com a sociedade e projetaram o País no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa sobre o tema. Em 2009, fruto de parceria entre Senad/GSI e Pronasci/MJ, foi instituído o Programa Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência, com o propósito de implementar ações, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento das redes sociais e de saúde e a ampliação do acesso aos serviços disponíveis. A proposta do Programa é somar esforços e intervir conjuntamente em resposta ao desafio imposto pela associação entre drogas, violência e juventude. Simultaneamente a essas iniciativas, os órgãos de Segurança Pública intensificarão as ações de repressão ao tráfico de drogas. Assim, numa primeira etapa, durante o ano de 2010, serão atendidos pelo Programa os



Municípios de cinco regiões metropolitanas, selecionadas com base nos altos índices de criminalidade e violência e por integrarem os Territórios da Paz, no âmbito do Pronasci: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador e Distrito Federal, que, no total, abrangem cerca de 24 milhões de habitantes. A previsão é capacitar 80 mil profissionais em 10 diferentes cursos, voltados à prática diária dos serviços de saúde, educação e segurança pública. Também serão capacitadas 20 mil lideranças comunitárias. Além da implantação do Ações Integradas, em 2010, serão implementados programas de prevenção ao uso de drogas, especialmente voltados para populações indígenas e de assentamentos do Incra. Ainda, estão previstas importantes pesquisas como: o III Levantamento Nacional Domiciliar sobre o Consumo de Drogas na População Brasileira; o Estudo Nacional sobre Consumo de Drogas por Trabalhadores; e o I Levantamento Nacional sobre Consumo de Drogas na População Carcerária.

No contexto internacional, espaços têm sido criados pelo estabelecimento de acordos de cooperação multi e bilaterais junto a agências, organismos e países, promovendo um diálogo produtivo e permitindo trocas efetivas de conhecimentos a partir das diferentes experiências. A intensificação das relações de cooperação nessa área tem dado visibilidade à política brasileira sobre drogas. Como reflexo de tal reconhecimento, o Brasil foi alçado a protagonista do processo de atualização da Estratégia Hemisférica Antidrogas, tendo sido eleito para coordenar esse importante processo no âmbito da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad) da OEA.

## IV – INFRAESTRUTURA

O exercício de 2009 caracterizou-se pela continuidade na implementação dos projetos na área de infraestrutura que compõem a carteira do PAC. Além da execução e conclusão de diversos desses projetos, foi intensificada a articulação intra e intergovernamental para a superação de restrições técnicas e executivas e para viabilizar a implementação satisfatória de diversas ações estruturantes. A contribuição dos investimentos em infraestrutura, que foram mantidos mesmo com a crise internacional ocorrida em 2008, foi de fundamental importância para que os seus reflexos no Brasil fossem os menores possíveis, bem assim para que, na retomada do desenvolvimento sustentável, o trabalho para a superação de gargalos de infraestrutura não fosse interrompido. Dessa forma, o País continuou ao longo do último ano planejando e executando as ações necessárias para a consolidação e a confiança no desenvolvimento sustentável.

### 1. Energia

#### a) Energia Elétrica

No âmbito da geração de energia elétrica, com participação das empresas do Sistema Eletrobrás, destaca-se no último exercício o prosseguimento da construção de 14 empreendimentos, sendo 12 usinas de geração hidráulica, uma termelétrica a carvão e uma termelétrica com combustível nuclear, totalizando um acréscimo de potência de 10.602,28 MW. Ainda em relação à geração de energia elétrica, várias usinas se encontram em implantação e permitirão incremento de aproximadamente 7.000 MW de capacidade instalada em 2010. Na área de transmissão, serão mais 2.700 km de linhas, que ampliarão a integração energética de todas as regiões brasileiras.

Quanto às fontes de energia renováveis, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem como meta final a instalação de 144 empreendimentos, até 2010, totalizando uma potência instalada de 3.300 MW. Do início da execução do Proinfa até dezembro de 2009, foram concluídos 94 empreendimentos, sendo 47 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 20 Usinas de Biomassa e 27 Usinas Eólicas, totalizando 2.071,26 MW ou cerca de 63% do total do Programa.

O Governo continuará desenvolvendo, ao longo de 2010, um conjunto de ações visando a fortalecer a infraestrutura energética, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do País, cuja taxa de crescimento econômico nos últimos anos foi duplicada, requerendo assim o aumento da oferta e suprimento de energia. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no PAC, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista de financiamento, além de monitoramento intensivo governamental.

#### a.1) Geração e Transmissão

Na área de geração e transmissão, em 2009, destaca-se a entrada em operação da Unidade Geradora nº 1 da Usina Hidrelétrica (UHE) São Salvador (243,20 MW) com 121,6 MW, da UHE Monjolinho com 74 MW, das Unidades Geradoras nº 1 e 2 da UHE Baguari (140,00 MW) com 70 MW, da Unidade Geradora nº 1 da UHE Corumbá III (93,6 MW) com 46,8 MW, da Usina Termelétrica (UTE) Camaçari Muricy I (148,00 MW) com 148 MW e Usinas do Proinfa com 616,23 MW, sendo 210,80 MW de PCHs e 405,43 MW de Eólica.

No âmbito das empresas com participação financeira no Sistema Eletrobrás destaca-se o prosseguimento das obras das seguintes usinas em construção:

- na Região Norte, prossegue a construção da Usina de Santo Antônio, cuja potência instalada é de 3.150 MW, com previsão de início de operação em maio de 2012; e a Usina de Jirau com potência instalada de 3.300 MW e previsão de início de operação em janeiro de 2013;
- na Região Nordeste, em março de 2009, iniciou-se a construção da UTE Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, com 360,1 MW de potência instalada, com previsão de entrada em operação em dezembro de 2011;
- na Região Sul, prossegue a construção das Usinas de Foz do Chapecó, com potência de 855 MW, prevendo-se o início de geração em agosto de 2010; a Usina de Mauá, com potência de 361 MW, cujo início da operação está previsto para abril de 2011; a Usina de Passo São João, com potência de 77 MW, prevendo-se o início da operação em agosto de 2010; e a Usina Termelétrica Candiota, com potência de 350 MW e geração prevista para junho de 2010;
- na Região Sudeste, prossegue a construção das UHE Retiro Baixo, com potência de 82 MW, prevendo-se o início da operação em janeiro de 2010; a Usina de Baguari, com potência de 140 MW, iniciou sua operação em setembro de 2009 e será concluída em 2010; a Usina de Simplício, com potência de 333,7 MW, prevendo-se o início da operação em dezembro de 2010; a Usina Nuclear de Angra 3, com potência de 1.350 MW, aguarda da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a emissão da licença de construção plena, para permitir o início efetivo do empreendimento, sendo prevista sua operação para maio de 2015.
- na Região Centro-Oeste, prossegue a construção da Usina de Serra do Facão, com potência de 212,6 MW, prevendo-se o início de operação em outubro de 2010; a Usina de Batalha, com potência de 52,5 MW, prevendo-se o início de operação em maio de 2011; a Usina de Dardanelos, com potência de 261 MW, prevendo-se o início de operação em fevereiro de 2010; e a Usina de São Domingos, com potência de 77 MW, prevendo-se o início de operação em novembro de 2011.

Para o ano de 2010 está previsto o início de operação de 100 novas usinas, totalizando uma capacidade instalada de 7.040 MW. Destaques para a UHE Foz do Chapecó (855 MW), com entrada em operação prevista para agosto de 2010; a UHE Rondon II (73,5 MW); e as Usinas do Sudeste de Goiás: Barra dos Coqueiros (90 MW), Caçu (65 MW), Foz do Rio Claro (68,4 MW), Salto (108 MW) e Salto do Rio Verdinho (93 MW), previstas para o primeiro semestre de 2010; a UTE do Atlântico (490 MW) e a UTE Candiota III (350 MW), previstas para novembro de 2010.

No âmbito do Proinfa destaca-se, em 2009, a conclusão de 24 empreendimentos, correspondendo a um acréscimo de 478,03 MW, sendo 8 PCHs com 188,60 MW e 16 Usinas Eólicas com 289,43 MW. Em 2010, estão previstas as conclusões de 15 empreendimentos de PCHs, totalizando 225,7 MW; 27 empreendimentos eólicos, totalizando 821,54 MW; e um empreendimento de biomassa, totalizando 36,0 MW. Assim, neste exercício, serão concluídos PCHs que totalizarão 1.083,25 MW.

Neste exercício, encerra-se o prazo limite para implantação de empreendimentos do Proinfa, que deverão totalizar em seu conjunto 3.154 MW, sendo 1.181 MW de PCHs, 550 MW de UTEs e 1.423 MW de UEEs, representando aproximadamente 95% dos 3.302 MW contratados nesse programa.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em novembro de 2009, a extensão de 97.349 km. No ano de 2009, foram energizadas 34 linhas de transmissão, totalizando 3.606 km de extensão. Entre 2003 e dezembro de 2009 foram construídos 21.812 km de linhas de transmissão. O incremento nesses sete anos representa, aproximadamente, 25% da transmissão construída até aquela época. Esse crescimento proporcionou maior integração dos subsistemas elétricos, ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento mais eficiente da diversidade hidrológica do País e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade, com qualidade e confiabilidade, requisitos demandados pela sociedade, contribuindo para maior robustez ao SIN.

Entre as linhas de transmissão construídas, em 2009, destacam-se os trechos Campos Novos-Nova Santa Rita (500 kV e 257 km), São Simão-Marimbondo-Ribeirão Preto (500 kV e 412 km), Paracatu 4-Pirapora 2 (500 kV e 256 km), Jaguará-Estreito-Ribeirão Preto (500 kV e 308 km) e Juba-Jauru C1 e C2 (230 kV e 2x129 km). Para atender à expansão do SIN, foram leiloadas, em 2009, 3.571,5 km de linhas de transmissão e 13.900 MVA de transformação.

Merece destaque, no último ano, a interligação energética dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN, que representava 22% do consumo dos sistemas isolados. Essa interligação foi realizada por meio da linha de transmissão Jauru/MT-Vilhena/RO, em 230 kV, com dois circuitos de 354 km cada, energizada em outubro de 2009. Tal procedimento está proporcionando expressiva economia na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a qual atingirá a ordem de R\$ 1,5 bilhão/ano. Outro destaque é o início das obras da linha de transmissão Colinas/TO-Milagres/CE, em 500 kV, com 1.120 km de extensão, que reforçará a capacidade de transferência de energia entre as Regiões Norte e Sudeste/Centro-Oeste com o Nordeste em mais de 800 MW.

Estão em implantação em todo o território nacional, e com previsão para conclusão em 2010, 2.700 km de linhas de transmissão e 9.062 MVA de potência de transformação. Também em 2010 destaca-se o início da implantação da Linha de Transmissão (LT) Tucuruí-Manaus-Macapá, sendo 1.512 km em 500 kV e 314 km em 230 kV, importante obra que permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, conseqüentemente, os subsídios da CCC. Após essa interligação, os sistemas isolados representarão apenas 0,9% da energia consumida no País. Ainda em 2010, serão iniciadas as obras de transmissão dos dois bipolos de corrente contínua, com 2.375 km de extensão, para escoamento da energia gerada pelas Usinas do Rio Madeira/RO. Dos 6.450 MW gerados, cerca de 800 MW serão destinados para atendimento aos Estados do Acre e de Rondônia e o restante será transmitido diretamente para a Região Sudeste do País.

Quanto ao marco legal, foi promulgada, em dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, resultante da conversão da Medida Provisória nº 466, de 2009, definindo as regras para contratação de energia pelos agentes de distribuição nos Sistemas Isolados, bem como a necessidade de todos os agentes se adequarem às regras do SIN.

#### **a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão**

Foram outorgados 48 empreendimentos de geração de energia elétrica, em 2009, decorrentes dos leilões de Energia de Reserva, A-3 e A-5, realizados no ano anterior, que acrescentarão 3.531 MW médios ao SIN, a partir de 2010. O leilão A-3 foi realizado em 27 de agosto de 2009 e o seu resultado assegurou o atendimento a 99,7% do mercado projetado pelas distribuidoras para 2012.

Em 14 de dezembro de 2009 foi realizado o 2º Leilão de Compra de Energia de Reserva, que contratou, exclusivamente, energia de fonte eólica, aumentando a participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. O resultado do certame resultou em investimentos da ordem de R\$ 9,4 bilhões, representando um incremento de 1.805MW de potência ao SIN, dos quais 753 MW médios foram comercializados no referido leilão.

As concessões e autorizações de geração dos empreendimentos vencedores nos leilões de energia elétrica, realizados em 2009, serão outorgadas em 2010. Foram emitidas 27 outorgas, em 2009, para novas instalações de transmissão licitadas nos Leilões nº 6, 7 e 8, de 2008, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), compreendendo 4.750 km de LT, com tensão de  $\pm 600$  kV em corrente contínua e estações conversoras e retificadoras associadas, com capacidade de 12.200 MW, que possibilitarão o escoamento da energia produzida pelas usinas localizadas no Rio Madeira (UHE Santo Antônio e UHE Jiran) para o centro de consumo localizado na Região Sudeste; 4.251 km de LT em tensões iguais ou superiores a 230 kV; e 26 Subestações que adicionarão 11.774 MVA ao SIN.

O leilão de transmissão, realizado em maio de 2009, contratou 2.391 km de LT e 8 subestações, que acrescentarão 4.324 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento do consumo nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; reduzir os custos com geração para atender ao mercado dos Estados do Acre e Rondônia; e escoar a energia gerada por usinas localizadas no Estado de Mato Grosso. Esses sistemas de transmissão têm início de operação comercial previsto para o ano de 2011. Estima-se que o investimento total previsto de R\$ 1,7 bilhão irá gerar cerca de 9.050 empregos diretos durante a fase de construção. Já o leilão de transmissão, realizado em novembro do último ano, contratou 1.079 km de LT e 8 subestações com a adição de 9.410 MVA de transformação ao SIN e permitirão atender ao crescimento da demanda nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Minas Gerais, escoar o excedente de geração de Mato Grosso para a Região Sudeste e endereçar o excedente de geração previsto para a região de Cataguases (MG). A maior parte das instalações de transmissão tem previsão de início de operação comercial para 2012. São estimados investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e a criação de aproximadamente 6.800 empregos diretos durante a construção desses empreendimentos.

### **a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão**

Serão leiloadas as concessões para exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Novo Acordo, Cachoeirão, Toricoejo, além das Usinas Hidrelétricas de Castelhana, Estreito, Cachoeira, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Riacho Seco, Juruena, Mirador e Água Limpa, cujos estudos estimam uma potência total instalada em cerca de 13 mil MW.

Em relação a empreendimentos internacionais sob responsabilidade da Eletrobras, está prevista a conclusão dos Estudos de Viabilidade de Baynes, na divisa Angola-Namíbia; Tumarín, na Nicarágua; e Inambari, no Peru, cujos estudos estimam uma potência total instalada de cerca de 2.580 MW. Espera-se também ultimar os Estudos de Inventário do Rio Uruguai no trecho compartilhado entre o Brasil e a Argentina e a contratação de consultoria para o desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da AHE Binacional Garabí, com potência prevista de 1.036 MW, em parceria com a Ebisa da Argentina.

Há previsão ainda do desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Complexo do Rio Tapajós, composto pelos Aproveitamentos Hidrelétricos de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamaxim, Cachoeira dos Patos e Cachoeira do Café, que totalizam uma capacidade estimada de 10.682 MW

As empresas do Sistema Eletrobrás incorporaram no ano de 2009 ao SIN (Rede Básica) 826 km de linhas de transmissão, 1.008 MVA de reforço no sistema e 2.945 MVA em capacidade de transformação em subestações. Já a parceria das empresas do Sistema Eletrobrás com empreendedores privados, por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), viabilizou a incorporação, no ano de 2009, de 402 km de linhas de transmissão ao SIN (Rede Básica).

Para o ano de 2010, o Sistema Eletrobrás estima investir cerca de R\$ 2,4 bilhões no segmento de transmissão, agregando cerca de 1.246 km de linhas de transmissão, 564 MVA de reforço no sistema e 4.196 MVA em capacidade de transformação em subestações. Além disso, essas empresas, em parceria com empreendedores privados, contribuirão, em 2010, com o acréscimo de mais 301 km de linhas de transmissão e 825 MVA em capacidade de transformação em subestações ao SIN.

Durante o ano de 2009, foram realizados diversos estudos de inventários e viabilidades para os aproveitamentos hidrelétricos no País. Destaca-se a conclusão do inventário da Bacia do Rio Tapajós (14.245 MW), no Estado do Pará, desenvolvido pelo Sistema Eletrobrás. O Complexo do Tapajós (10.682 MW) será composto por um conjunto de aproveitamentos, sendo um destes o Aproveitamento Hidroelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós, com 6.133 MW, projeto integrante do PAC. Na construção desse Complexo será usado um novo conceito para a área energética – as Usinas Plataforma. Esse conceito inovador tem como características a não construção de imensos canteiros de obras, associados à vida dos trabalhadores, ocorrendo apenas canteiros reduzidos. A intervenção na natureza se restringe ao entorno imediato da área de trabalho. Na conclusão da usina hidrelétrica serão retirados todos os maquinários, construções e pessoal que não sejam indispensáveis à sua operação e iniciado o processo de recuperação do ambiente natural impactado. As equipes de trabalhadores se revezarão em turnos. A metodologia de revezamento de equipes de trabalho tem como consequência direta um menor impacto ambiental, tanto na construção quanto na operação da usina.

Ainda em 2009, um grupo de trabalho foi criado para estudar os sistemas de transmissão para integração do AHE Belo Monte, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e agentes de transmissão do setor. Os trabalhos desse grupo, que ocorreram ao longo de 2009 e continuarão em 2010, têm como objetivo a análise de alternativas de escoamento da energia gerada pela AHE Belo Monte. Entre essas alternativas há a possibilidade da interligação entre a usina e as Regiões Sudeste, Norte, Nordeste e/ou Sul, por meio de linhas de transmissão em corrente contínua e/ou alternada e também em meia onda.

Para centrais de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas, as instalações de transmissão, de interesse exclusivo e uso compartilhado, poderão ser consideradas Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). A ICG, uma inovação no setor elétrico, permite a formação de condomínio de geradores na contratação de serviços de transmissão de energia elétrica e é fundamental para viabilizar a expansão da capacidade de geração instalada a partir de fontes alternativas em regiões com pouca ou nenhuma capacidade de redes de transmissão e de subtransmissão.



Com a implantação das linhas de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, licitadas em 2008, os Estados do Amapá e Amazonas serão integrados ao SIN. Apenas o Estado de Roraima continuará isolado, entretanto existem estudos em andamento visando à sua integração ao SIN.

Estão previstos dois leilões de LT e subestações para o ano de 2010. O 1º leilão licitará a concessão do sistema de transmissão que possibilitará a integração ao SIN da 2ª etapa do projeto Ilha de Marajó e do noroeste do Estado do Maranhão, além de reforços de transmissão à Região Sudeste e ao sistema receptor de energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, compreendendo 14 subestações com 3.780 MVA de transformação, 1.436 km de LT, com investimento previsto de R\$ 1,25 bilhão. O objeto do 2º leilão será definido com base na consolidação de obras de Rede Básica para o período 2010/2012.

Serão realizados, no ano de 2010, um leilão A-3 e um leilão A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à demanda declarada pelas distribuidoras para o ano de 2013 e contratar cerca de 3 mil MW médios de energia elétrica, para fornecimento em 2015, visando a atender ao mercado.

O leilão para a concessão do AHE de Belo Monte, no Rio Xingu/PA, com capacidade de 11.233 MW, será realizado no ano de 2010, no qual será permitida a participação de autoprodutores. Parte da energia deste empreendimento poderá ser destinada ao mercado livre de energia elétrica.

#### **a.4) Planejamento do Setor Elétrico**

O modelo institucional do setor elétrico, aprovado em 2004, tem como principais objetivos promover a modicidade tarifária, garantir a segurança do suprimento de energia elétrica e assegurar a estabilidade do marco regulatório. Esse modelo apresenta como pilar a retomada das competências do Estado na elaboração das atividades de planejamento do setor energético, pela restauração do papel do Executivo como poder concedente, retomando o processo de planejamento e elaboração de planos de expansão. Para uma alocação eficiente de recursos e promoção da modicidade tarifária, foram definidos os ambientes de contratação regulada e livre, a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a exigência da desverticalização do serviço público de distribuição. A segurança do suprimento é garantida pelo poder concedente por meio da exigência de contratação de 100% da demanda por parte de todos os agentes de consumo, como distribuidores e consumidores livres, e também pela criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

O atendimento ao mercado das distribuidoras e a expansão do sistema elétrico ocorrem por meio de leilões, cujo objetivo é a modicidade tarifária, ou seja, visa à menor tarifa ao consumidor. No setor de geração, a licitação se dá pelo critério de menor tarifa requerida e na transmissão a licitação se dá pelo menor valor da receita anual permitida para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão.

Na esteira desse desenho institucional, em 2009, um importante avanço foi obtido com a publicação da Lei nº 11.943, ao estabelecer que as instalações de transmissão de energia elétrica, componentes da Rede Básica do SIN, serão objeto de concessão na modalidade de concorrência ou de leilão, não sendo necessária a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND). Desse modo, houve ganho de até três meses no processo para licitação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Por

sua vez, o Tribunal de Contas da União (TCU) alterou, em 2009, o prazo de fiscalização dos processos de outorga de concessão ou de permissão de serviços públicos, quando a estimativa de investimentos for superior a R\$ 1 bilhão. Nessa hipótese, o prazo de análise passou de trinta para sessenta dias.

A expansão da geração verificada nos leilões tem apresentado uma expressiva participação de termelétricas, o que é um fato de ordem conjuntural e deve-se principalmente à paralisação do planejamento do setor, ocorrida por longo tempo, evidenciada pela ausência de estudos de Inventário e Viabilidade, o que permitiria dispor de uma carteira atrativa de projetos de usinas hidrelétricas para participar dos leilões. Pela lógica anterior, o mercado definiria a expansão necessária do setor, o que efetivamente não ocorreu, levando à necessidade da implementação de um novo modelo para o setor elétrico, no ano de 2004. O Governo, por intermédio do MME, está realizando esforços para o desenvolvimento de estudos, cuja conclusão está prevista para o curto prazo, totalizando cerca de 32 mil MW em estudos de inventários de bacias hidrográficas, com aproximadamente 18 mil MW sendo executados pela EPE; e da ordem de 12 mil MW em estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas, com aproximadamente 3 mil MW sendo executados também pela EPE.

Ainda em termos de planejamento, devem ser ressaltados os grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira (UHEs Santo Antônio, licitada em 2007; e Jirau, licitada em 2008) e o avanço em direção à licitação da UHE de Belo Monte/PA, a qual agregará mais de 11 mil MW de capacidade instalada ao sistema. Destaque, também em 2009, foi a mencionada integração dos Estados do Acre e de Rondônia ao SIN. A integração foi possível pela entrada em operação da LT Jauru-Vilhena, com 354 km de extensão, completando o trecho de Jauru/MT a Rio Branco/AC, passando por Porto Velho/RO, totalizando uma linha de 947 km. Até 2012, prevê-se a entrada em operação do sistema de escoamento da geração das Usinas de Santo Antônio e Jirau/RO, no Rio Madeira; e a integração dos Estados do Amazonas e Amapá ao SIN, por meio de cerca de 2 mil km de linhas de transmissão.

Ao se observar os leilões de linhas de transmissão e subestações percebe-se um crescimento ao longo dos anos. Entre os anos de 1999 e 2002, foram leiloados e contratados 7.814,1 km de LT e 4.272 MVA de transformação. Já no período de 2003 a 2006 esse número passou para 11.874,2 km de LT e 10.930 MVA de transformação, um aumento de 51,95% e 155,85%, respectivamente, em relação ao período anterior. Para o período de 2007 a 2009, o total leilado e contratado de LTs foi de 15.222,3 km e de transformação foi de 23.025 MVA, um aumento de 28,19% e 110,65%, respectivamente, em relação ao período anterior. Cabe ressaltar que esse último período refere-se a apenas três anos, em que pese a comparação ter sido feita com os quatro anos do período 2003/06. Destaca-se que esse crescimento está diretamente relacionado com a retomada do planejamento do setor de infraestrutura em energia nos últimos anos, principalmente pela presença de grandes hidrelétricas distantes do centro de carga, dos reforços necessários para escoamento da geração distribuída e do crescimento do mercado de energia elétrica.

No ano de 2010 se consolidará a utilização de horizontes de planejamento intermediários e novos estudos específicos, os quais serão utilizados para a tomada de decisão para a expansão do sistema elétrico brasileiro. Dentre esses estudos, estão o Cenário de Expansão da Geração 2025 e os estudos relacionados aos indicadores energéticos. Esses estudos subsidiam o Governo na definição das diretrizes de expansão contidas nos planos decenais, visando à manutenção da qualidade e confiabilidade do sistema. A busca pela segurança energética e pelo desenvolvimento do potencial energético, com sustentabilidade, é indicada nos planos decenais de energia e nos planos de longo prazo: Planos Nacionais e Projeção da Matriz Energética Nacional, com horizontes de estudo de 30 anos.

#### a.5) Eficiência Energética

No início do ano de 2009, os veículos leves passaram a integrar o Programa Brasileiro de Etiquetagem em oito categorias distintas, sendo quatro para passageiros (subcompacto, compacto, médio e grande) e quatro especiais (comercial leve, carga leve, fora de estrada e esportivo). Também merece destaque o lançamento da “Etiqueta de Eficiência Energética de Edificações”. A etiquetagem permitirá um ganho gradual de eficiência em veículos e edifícios e a incorporação de critérios de consumo de energia em políticas públicas de incentivo fiscal para a linha branca mais eficiente, de acordo com a classificação do produto no Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Em 2010, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) deverá ser implantado. O principal objetivo desse Plano é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será suprido por Programas de Eficiência Energética. Nesse contexto, espera-se o fortalecimento do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet). Outra ação que merece registro foi a inserção de critérios de eficiência energética em habitações de cunho social, estabelecendo inicialmente a utilização do aquecimento solar no Programa Minha Casa, Minha Vida.

#### a.6) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Aneel define regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira; promove a mediação de conflitos; e operacionaliza as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

No campo da regulamentação, a continuidade do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, referente ao período 2007/2010, merece destaque. Em 2009, foram realizadas revisões tarifárias em 18 das 63 distribuidoras existentes. Quanto ao reajuste tarifário anual, em 2009, foram realizados reajustes em 46 distribuidoras. No segmento de transmissão, estava prevista para 2009 a revisão de 12 transmissoras, entretanto, após análise de contribuições colhidas na Audiência Pública nº 068/2008, relativa à proposta de regulamentação da metodologia, algumas premissas foram reconsideradas. Dessa forma, para o melhor andamento dos trabalhos, a revisão dessas 12 transmissoras foi reprogramada para 2010.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 1.663 fiscalizações, até outubro de 2009, foram realizadas 1.509 fiscalizações. Está programada para 2010 a realização de 1.995 fiscalizações de obras, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC, além de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abrangendo os aspectos econômicos e financeiros das concessões e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas diretamente pela Aneel e por convênio com agências reguladoras estaduais. Quanto aos aspectos técnico e comercial, serão priorizadas ações que visem a dotar a Agência Reguladora de instrumentos eficazes de promoção e monitoramento da evolução da qualidade dos serviços de energia elétrica ofertados pelos agentes, pautados em parâmetros e indicadores que subsidiem a formulação das regras e o controle de sua aplicação.

Na área econômico-financeira, destaca-se a fiscalização da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que resulta em ações corretivas com vistas ao uso mais eficiente dos combustíveis nas usinas termelétricas dos sistemas isolados. Em 2009,

deu-se continuidade às seguintes iniciativas: i) consolidação da instrução processual de empresas notificadas por pendências, para o período 1999 a 2005, quanto à equalização dos estoques físicos de combustíveis e quanto ao consumo de combustível acima do limite estabelecido; ii) acompanhamento da implantação do Sistema de Coleta de Dados Operacionais (SCD) nas unidades termelétricas dos sistemas isolados; e iii) acompanhamento, por meio de fiscalizações em campo em usinas do sistema isolado, dos Programas Mensais de Operação (PMOs), elaborados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte (GTON).

Em relação às ações de outorga delegadas à Aneel, o desafio para 2010 é promover a realização dos leilões de geração e transmissão de energia, com vistas ao suprimento energético programado pelo Plano Decenal de Energia Elétrica, priorizando o cumprimento das metas consideradas no PAC.

Em 2009, com a continuidade do processo de regularização de cooperativas, estava prevista a regularização de 31 cooperativas como permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que deverão ter suas tarifas estabelecidas pela metodologia de referência prevista para o período 2010/2011. Ainda em 2009, estava prevista também a regularização de 12 cooperativas como autorizatárias, tendo sido realizadas 2 regularizações. As outras 10 cooperativas carecem de diligência ou da conclusão de relatórios. Para 2010, prevê-se a continuidade do processo de regularização das cooperativas, enquadrando-se 10 cooperativas como autorizatárias e 2 cooperativas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores da Aneel e as atividades desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionam um total de atendimento médio de cerca de dois milhões de solicitações por ano, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento. No que se refere à participação pública na agenda regulatória, em 2009, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando a fortalecer o relacionamento e diálogo da Aneel com consumidores, representantes da sociedade civil, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, empresas do setor, etc. As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com a promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Destaca-se, ainda no exercício anterior, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

#### **b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis**

As descobertas na estrutura geológica denominada Pré-Sal, ocorridas a partir do final de 2007, proporcionaram novos horizontes para o País na área de exploração de petróleo e gás natural, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de recursos petrolíferos. O incremento estimado nas descobertas com os volumes recuperáveis nos campos, os quais continuam em avaliação, são os seguintes: Tupi (de 5 a 8 bilhões de Barris de Óleo Equivalente – boe), Iara (de 3 a 4 bilhões de boe), Guará (de 1,1 a 2 bilhões de boe) e Jubarte (de 1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 10,6 e 16 bilhões de boe. Esse volume equivale às reservas provadas brasileiras, em 2008, ou seja, 15,1 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m<sup>3</sup>.

Em face dessa nova perspectiva, que refletirá na diminuição significativa do risco das empresas nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás na nova província petrolífera, foi instituída Comissão Interministerial com a finalidade de

estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, que serão detalhados neste Capítulo.

Sobre o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, outras notificações de descobertas de hidrocarbonetos em poços exploratórios foram feitas em 2009. Até novembro de 2009, foram registradas 132 descobertas, sendo 53 em mar e 79 em terra. Dessas notificações, 41 relacionam-se aos blocos marítimos nas Bacias de Santos, Campos e do Espírito Santo. Na província do Pré-Sal destacam-se as descobertas no Prospecto Corcovado, do bloco BM-S-508; e Iguaçu, do bloco BM-S-9, ambos na Bacia de Santos. Este último revelou indícios de óleo leve e encontra-se no mesmo bloco onde ocorreram as descobertas de Carioca e Guará. Pode-se destacar, ainda no ano anterior, a declaração de comercialidade do campo Piracucá, no bloco BM-S-7; e a descoberta de gás e condensado em Panoramix, no bloco S-M-674, ambos localizados na Bacia de Santos.

Entraram em operação as plataformas P-51, em 24 de janeiro de 2009, com capacidade de produzir até 180 mil barris/dia de petróleo; e a *Floating Production Storage and Offloading* (FPSO) Cidade de Niterói (unidade flutuante de produção, armazenamento e escoamento), em 26 de fevereiro de 2009, cuja capacidade é de até 100 mil barris/dia. O ingresso dessas plataformas colaborou para o aumento da produção no País, que atingiu a média de 2.070 mil barris/dia, em setembro de 2009. Em 6 de outubro de 2009, a FPSO Cidade de São Mateus, com capacidade de processamento de 25 mil barris/dia de óleo e 10 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás, iniciou sua produção no campo de Camarupim, no litoral do Espírito Santo, cuja capacidade de produção de gás natural é de 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia.

A produção no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos foi iniciada em maio de 2009, por meio da FPSO Cidade de São Vicente, que está realizando o Teste de Longa Duração (TLD) do campo de Tupi. Estão em curso as atividades de perfuração do segundo poço a ser testado naquela área.

Em 2009, iniciou-se também a produção nos campos de Frade (FPSO, com capacidade de processar 150 mil barris/dia e compressão e tratamento de 2,5 milhões m<sup>3</sup>/dia de gás) e Parque das Conchas (FPSO Espírito Santo, com capacidade de processamento de 100 mil barris/dia e 1.400 mil m<sup>3</sup>/dia de gás), cada um deles com capacidade de produção de 100 mil barris/dia de petróleo.

Para 2010, prevê-se o início de produção do Piloto de Tupi e do desenvolvimento do Campo Cachalote – Baleia Franca, ambos também com meta de 100 mil barris/dia, bem como do campo de Uruguá – Tambaú (FPSO Cidade de Santos, com capacidade para 35 mil barris/dia). Esses projetos deverão contribuir para que o País alcance a meta de produção de 2,6 milhões barris/dia de petróleo em 2010.

Também está previsto, para 2010, o início das atividades do Piloto de Guará e da produção de gás natural no campo de Mexilhão, por meio da instalação da plataforma do tipo fixa (PMXL-1) com capacidade de 15 milhões de m<sup>3</sup> por dia. Cumpre destacar, ainda na área de Exploração e Produção (E&P), os projetos em fase licitatória cujas obras deverão ser iniciadas em 2010, quais sejam: construção das plataformas P-62, para o campo de Roncador; e P-58, para o Parque das Baleias; e os projetos a serem instalados no Pré-Sal, 8 cascos para os FPSOs e 9 das 28 sondas de perfuração.

Além disso, o Governo continuará conduzindo a política para o aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, implementada por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp). Essa política

tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional.

#### **b.1) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás**

Em março de 2009 foi sancionada a Lei nº 11.909/2009, dispondo sobre o novo marco regulatório do setor de gás natural. Logo após a sanção, o Governo iniciou o processo de discussão da regulamentação da Lei em conjunto com todos os agentes da indústria do gás natural. Paralelamente, foram iniciados estudos para a elaboração do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural, que norteará os processos licitatórios para a construção de novos gasodutos. A previsão é que a primeira edição do Plano, com horizonte de 10 anos, seja publicada em 2010.

As grandes descobertas na área do Pré-Sal impeliram o Governo a promover o debate sobre a melhor forma de aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Em agosto de 2009, após serem discutidos com a sociedade brasileira e a partir dos estudos conduzidos pela mencionada Comissão Interministerial criada para estudar e propor as alterações necessárias na legislação e estabelecer um novo marco legal para o setor, foram encaminhados quatro Projetos de Lei (PL) ao Congresso Nacional relacionados à: i) instituição do regime de partilha de produção para as áreas do Pré-Sal (PL nº 5.938, de 2009); ii) criação da Empresa Petro-Sal para representar os interesses da União nos contratos de partilha da produção (PL nº 5.939, de 2009); iii) criação do Fundo Social (PL nº 5.940, de 2009); e iv) permissão à União de ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas não concedidas localizadas no Pré-Sal (PL nº 5.941, de 2009).

A aprovação desses PLs pelo Congresso Nacional viabilizará a realização de políticas governamentais com recursos do Pré-Sal em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para 2010, uma das principais providências demandadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional é a conclusão da tramitação e consequente aprovação desses PLs. Na sequência, serão implementadas as ações necessárias para a regulamentação desses dispositivos legais, bem assim para a implementação da política de conteúdo local para o novo regime de partilha da produção.

#### **b.2) Rodadas de Licitações de Blocos**

Está prevista, em 2010, a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a 1ª Rodada de Licitações de blocos segundo o modelo de partilha da produção, cujo respectivo Projeto de Lei está em tramitação no Congresso Nacional, conforme mencionado na seção anterior. Para a realização da 11ª Rodada de Licitações, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) já elaborou estudos para a seleção de blocos, os quais serão submetidos à análise e aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

#### **b.3) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural**

Com relação à expansão da infraestrutura de transporte de gás natural, em 2009, a carteira de projetos monitorados totalizava 4.068 km de novos gasodutos. Desse total, 2.187 km foram concluídos (54%), 1.683 km estão em fase de construção ou testes (41%) e 209 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (5%). Com crescimento de 7,2% em relação ao ano de 2008, a malha de transporte passou de 6.424 km para 7.699 km, em 2009.



Destaca-se, no ano passado, a conclusão da construção e montagem do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que permitirá escoar a produção de gás natural dos polos de Urucu e Juruá para atendimento do mercado do Amazonas, principalmente para a geração de energia elétrica. Esse gasoduto tem 661 km de extensão e capacidade de transporte de até 4,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Com a instalação de duas estações de compressão intermediárias entre Urucu e Coari, alcançará 5,5 milhões de m<sup>3</sup>/dia, a capacidade total contratada, em setembro de 2010. A previsão é que, em 2010, a malha atinja cerca de 9.480 km de extensão.

No ano de 2009, entrou em operação comercial o Gasoduto Japeri-Reduc. O duto apresenta 45 km de extensão e capacidade de transportar 20 milhões de m<sup>3</sup>/dia. O início de sua operação viabilizou o escoamento da produção de gás natural originário da Bacia de Campos, Gasbol, bem como a integração com o terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara. De forma similar, este deverá se conectar futuramente com a Bacia do Espírito Santo. Sua relevância se justifica pelo aumento da confiabilidade na oferta de gás para o atendimento às centrais térmicas de geração de energia elétrica localizadas na Região Sudeste.

Ainda em 2009, foi concluído o gasoduto Paulínia-Jacutinga, de 93 km, que terá capacidade de transportar 5 milhões de m<sup>3</sup>/dia, interligando o Gasoduto Bolívia-Brasil, em Paulínia, no Estado de São Paulo, com o Ponto de Entrega de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, levando o gás natural para o Sul daquela Unidade da Federação.

Em 2010, entrará em operação o gasoduto Gasduc III, de 183 km, que terá capacidade de transportar 40 milhões de m<sup>3</sup>/dia, aumentando a capacidade de transporte entre Cabiúnas e o Rio de Janeiro, permitindo o fornecimento de gás natural da Bacia do Espírito Santo e o fornecimento de gás novo da Bacia de Campos para o Rio de Janeiro e demais Estados do Sudeste. Está prevista também a possibilidade de transferir o gás proveniente do gasoduto Japeri-Reduc ou do sistema GNL da Baía de Guanabara para a Região Norte Fluminense, com a utilização da estação de compressão de Campos Elíseos.

#### **b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)**

Em abril de 2009, foi iniciada a operação do terminal de GNL da Baía de Guanabara/RJ, com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m<sup>3</sup>/dia, o que permite o atendimento das Usinas Termelétricas Barbosa Lima Sobrinho/RJ, Leonel Brizola/RJ e Araucária/PR.

Com investimento total de R\$ 14 bilhões, dois novos projetos de GNL passaram a integrar a carteira de investimentos, o Terminal de Liquefação de Gás (Offshore) e o Complexo de GNL. O primeiro empreendimento possibilitará o escoamento de 10 milhões de m<sup>3</sup>/dia (capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano) do gás do cluster do Pré-Sal e tem como objetivo transportar gás tanto para o mercado doméstico como para exportação em uma situação de superávit na oferta. Já o Complexo de GNL será um terminal com módulos de regaseificação, estocagem e liquefação.

#### **b.4) Refino e Petroquímica**

No setor de refino, no âmbito do PAC, 11 refinarias existentes receberão investimentos de R\$ 35 bilhões, até 2010, o que resultará em um acréscimo de 100 mil barris por dia à atual capacidade instalada de refino de petróleo. Destacam-se as obras voltadas

para o aumento do processamento de óleo nacional, para a conversão de produtos pesados em derivados leves e para a melhoria da qualidade dos combustíveis, com a adaptação das refinarias para produzirem gasolina e diesel com baixos teores de enxofre, de tal forma a atender às exigências ambientais.

Com investimentos de R\$ 450 milhões, o Polo de Guamaré/RN será adaptado para dar origem à Refinaria Potiguar Clara Camarão, com capacidade atual de refinar 30 mil barris/dia. A Refinaria terá uma expansão da ordem de 20% da atual capacidade do Polo.

Com a capacidade de processar 230 mil barris/dia e investimentos previstos de R\$ 23 bilhões, a Refinaria Abreu e Lima/PE, em associação com a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), está projetada para operar a partir de 2012. Em 2009, as negociações avançaram quanto à constituição da empresa que irá operar a nova refinaria. A participação acionária será 60% para a Petrobras e 40% para a PDVSA. O principal produto da Refinaria será o óleo diesel com baixo teor de enxofre.

Além da Refinaria Abreu e Lima, outras duas grandes refinarias serão construídas, em 2010, nos Estados do Maranhão e Ceará. Trata-se das Refinarias Premium I e II, que processarão óleo pesado da Bacia de Campos e produzirão combustíveis de elevada qualidade e com baixíssimos teores de enxofre, atendendo, assim, às crescentes exigências ambientais e às preocupações com a saúde humana. A previsão é que, já em 2013, ambas as refinarias estejam operando com 50% de sua capacidade, sendo que, em 2015, elas atinjam sua capacidade máxima, agregando mais 900 mil barris por dia à capacidade nacional de refino.

Em janeiro de 2009, o Brasil adotou a utilização do diesel S50, com 50 ppm de enxofre, com vistas a atender às metas de emissão de poluentes veiculares no País e ao Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve). O diesel S50 está sendo introduzido de forma gradual. Os primeiros Municípios a recebê-lo foram São Paulo e Rio de Janeiro, somente em suas frotas cativas de ônibus urbanos. Atualmente, também recebem o diesel S50 as Cidades de Belém, Fortaleza, Recife e Curitiba.

No segmento petroquímico, pode-se destacar dentre os investimentos constantes no PAC o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projetado para o refino de petróleo pesado (Marlim, ou similares), com capacidade instalada para processamento de 150 mil barris/dia e investimentos previstos, até 2012, de cerca de R\$ 19,2 bilhões, encerrando o ano de 2009 com 11,3% de realização do projeto. Além do Comperj, a Petroquímica Suape, com 37,6% do projeto concluído ao final de 2009, conta com uma previsão de investimentos próxima a R\$ 1,6 bilhão, até 2010.

#### **b.5) Transporte Marítimo de Combustíveis**

A ampliação da frota de transporte marítimo de combustíveis foi iniciada em 2007, por meio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef). Essa ampliação, que está sendo implementada por meio de duas rodadas do Promef (I e II), resultará na construção de 49 navios para transporte de petróleo e derivados. Até o momento, 23 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 5,7 bilhões. No âmbito do Promef I está prevista a entrega de 2 navios em 2010 e os demais até 2014. A licitação dos diversos lotes da segunda etapa do Programa deverá ser concluída até o início de 2010, contratando os 26 navios restantes.

**b.6) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**

O Governo, por meio da ANP, regulamenta, fiscaliza, autoriza as atividades da indústria do petróleo e a distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, gerencia contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural e realiza levantamentos geológicos e geofísicos que subsidiam as licitações de blocos exploratórios e a gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras.

Em 2009, foram realizados aproximadamente 186 mil km<sup>2</sup> de levantamentos geológicos e geofísicos. Com esse resultado, alcançou-se o levantamento de cerca de 10% da área total das bacias brasileiras (7.493.630 km<sup>2</sup>). Planeja-se realizar, em 2010, prospecção em uma área de 1,3 milhão de km<sup>2</sup>, incluindo as Bacias do Acre/Madre de Deus, Amazonas, Marajó, Ceará, Jacuípe, Cumuruxatiba, Parnaíba, Parecis, São Luís-Bragança, Viseu, São Francisco, Paraná, Araripe e Irecê-Lençóis, dos quais alguns levantamentos já foram iniciados em 2009. As atividades programadas para 2010 têm por objetivo viabilizar a oferta de setores nas próximas licitações de blocos, uma vez que a inexistência de dados sísmicos migrados de bacias terrestres é hoje um dos fatores mais críticos para a oferta competitiva de setores em bacias maduras e bacias interiores.

A ANP cumpriu integralmente as metas propostas para ações de fiscalização de agentes econômicos que atuam no setor de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não-conformidade passou de 2%, em 2008, para 2,5%, em 2009, mantendo-se praticamente inalterado nesses dois últimos anos. Em 2009, foram analisadas 183.860 amostras de combustíveis (etanol, gasolina e diesel), das quais 3.779 foram consideradas não conformes. Para ampliação do número de fiscalizações, em 2010, será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica, à abertura e à reestruturação de escritórios da ANP nos Estados, bem como ao uso de novos recursos tecnológicos. Com a intensificação da fiscalização em 2010, de modo a coibir as práticas lesivas ao consumidor, deve-se ultrapassar as 25 mil ações.

A entrada de novos agentes econômicos, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP, no mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias in loco, são instruídos processos de autorização para entrada no mercado que abrangem, atualmente, cerca de 120 mil agentes. Em 2009, foram outorgadas 5.882 autorizações de agentes econômicos. Em 2010, a expectativa é que outros 9 mil agentes ingressem nesse mercado de distribuição de combustíveis e derivados, tais como postos de gasolina e de revenda de GLP.

As autorizações outorgadas no âmbito da indústria do petróleo possibilitam a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, de processamento de gás, gasodutos e de instalações de biodiesel. Em 2009, foram outorgadas 268 autorizações. No tocante ao biodiesel, a capacidade instalada autorizada, em 2009, foi de 1.831 m<sup>3</sup>/dia. Em 2010, está prevista a outorga de cerca de 150 autorizações, resultando na entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo e a ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

**b.7) Biocombustíveis**

Em 2009, o País avançou significativamente no planejamento da produção sustentável de cana-de-açúcar e orientação dos investimentos no setor sucroenergético por meio do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar. Trata-se de um estudo do

clima e do solo das regiões brasileiras para disciplinar a expansão da produção de cana diante da crescente demanda mundial por biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Para tanto, foi encaminhado um Projeto de Lei (PL nº 6.077, de 2009) ao Congresso Nacional, estabelecendo regras e diretrizes para a expansão da produção de cana, as quais também servirão de base para a concessão de crédito para o setor. Em 2010, poderá ser concluído o debate que se iniciou a partir desse PL, estabelecendo de forma consensual os limites sustentáveis da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar.

Também merece destaque o prosseguimento de estudos e iniciativas com órgãos e governos de outros países – desenvolvidos e em desenvolvimento – objetivando ampliar e diversificar a produção sustentável de biocombustíveis e transformá-los em *commodities* energéticas. Esses avanços são fundamentais para a formação e consolidação de um mercado de biocombustíveis organizado, transparente e competitivo em nível mundial. O Brasil exerce papel de liderança nesse setor, apoiado na participação majoritária dos biocombustíveis no componente renovável de nossa matriz energética, sem similar no mundo.

#### **b.7.1) Biodiesel**

O ano de 2009 marcou avanços significativos no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com a obrigatoriedade da adição do biodiesel ao óleo diesel, pelo segundo ano consecutivo. A mistura compulsória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo) passou a vigorar a partir de janeiro de 2008. Em face do sucesso do início do Programa e da conjuntura vigente da oferta e demanda de biodiesel, a mistura B3 foi antecipada para o segundo semestre de 2008, totalizando uma demanda anualizada de 1,3 bilhão de litros de biodiesel. Novas análises permitiram o aumento da mistura para 4% a partir de julho de 2009, representando uma demanda de 1,8 bilhão de litros por ano. Esse exercício, também, foi marcado pela presença da Petrobras Biocombustível (PBio), com a operação de suas plantas de biodiesel em Quixadá/CE, Candeias/BA e Montes Claros/MG, totalizando uma capacidade anual de 325 milhões de litros de biodiesel. Em 2010 serão feitos novos investimentos de ampliação, incluindo a construção de uma usina no Estado do Pará.

Em setembro de 2009, o Banco do Brasil e a PBio assinaram convênio no valor de R\$ 90 milhões destinados aos agricultores familiares, para financiar o cultivo de mamona, girassol e soja destinados à produção de biodiesel. O convênio beneficiará aproximadamente 60 mil agricultores familiares e cooperativas atuantes nos Estados de Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Sergipe, por meio da linha de crédito de custeio agropecuário do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os produtos desses agricultores serão adquiridos para a produção de biocombustível, contribuindo, assim, para a inclusão social desses produtores e para a redução de desníveis regionais, princípios orientadores básicos do PNPB, juntamente com a sustentabilidade.

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 0,6 bilhão, em 2009, com a mistura B3 no primeiro semestre e com a B4 a partir de julho de 2009. O uso compulsório de biodiesel no Brasil já proporcionou a economia de US\$ 1,6 bilhão nos dois primeiros anos do PNPB. Também merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva, gerando e multiplicando renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização de biodiesel.

A produção e comercialização de biodiesel alcançou 1,6 bilhão de litros em 2009, volume 37% superior ao verificado em 2008, colocando o Brasil no rol dos principais produtores e consumidores mundiais desse produto, posição que deve avançar em 2010 com a evolução da produção nacional.

De fato, considerando a existência de 45 usinas habilitadas a participar dos leilões da ANP, com capacidade produtiva anual de 3,9 bilhões de litros de biodiesel, e o desempenho das empresas nas entregas do biocombustível necessário às misturas B3 e B4, o CNPE editou, em 26 de outubro de 2009, a Resolução nº 6, antecipando para 1º de janeiro de 2010 a obrigatoriedade da mistura B5, legalmente prevista somente para o início de 2013. Essa medida representa um significativo avanço no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A nova mistura B5 deve contribuir para elevar a produção de biodiesel para aproximadamente 2,4 bilhões de litros em 2010, reforçando a posição do Brasil na liderança mundial em energias renováveis em escala comercial.

O segundo ano de mistura compulsória de biodiesel proporcionou ganhos na curva de aprendizado em toda a cadeia produtiva. Novos desafios colocam-se para 2010, como a realização de estudos de viabilidade de misturas acima dos 5%, o aumento da produtividade da agricultura familiar, investimentos em pesquisa agrônômica e o desenvolvimento de mecanismos visando diversificar as matérias-primas para produção de biodiesel, no intuito de evitar os efeitos da volatilidade dos preços de algumas commodities agrícolas sobre o consumidor final desse biocombustível.

#### **b.7.2) Etanol**

O setor sucroenergético nacional conta com 421 usinas em operação. Na atual safra, ano-base 2009, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,5% em relação à anterior, resultando numa produção de 602 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Entretanto, em 2009, a produção de etanol situou-se ao redor de 25,6 bilhões de litros, 5,6% menor do que a verificada em 2008. Isso se deveu ao excesso de chuvas, comprometendo parte da colheita e reduzindo o teor de açúcar da cana processada; e ao aumento da destinação da matéria-prima para fabricar açúcar, cujos preços se tornaram mais atrativos no mercado internacional em face da quebra de safra na Índia.

As exportações de etanol, em 2009, totalizaram cerca de 3 bilhões de litros, volume 42% menor em relação ao ano anterior. A receita cambial resultante das exportações foi de US\$ 1,6 bilhão, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Apesar disso, o Brasil ainda ocupa a posição de maior exportador e segundo principal produtor mundial de etanol, atrás apenas dos Estados Unidos.

O mercado interno de etanol superou a marca do ano anterior, com crescimento de 15%, saindo de 20,9 bilhões para 23 bilhões de litros. A expansão do mercado interno de etanol está associada ao aumento da frota de veículos bicomcombustível (flex-fuel) e à paridade favorável entre o preço do etanol hidratado em relação ao da gasolina para o consumidor final. Os veículos flex-fuel representaram quase 90% do total de veículos leves licenciados no País, em 2009. Desde 2003, já foram comercializados mais de 9,6 milhões de veículos flex-fuel e sua participação estimada na frota de veículos leves é de 33%.

### c) Geologia e Recursos Minerais

Dentre as ações realizadas, em 2009, merecem destaque a proposta de novo Marco Regulatório do Setor Mineral e o Plano Duo-Decenal de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. O objetivo da proposta de novo Marco Legal da Mineração, que será encaminhada ao Congresso Nacional em 2010, é fortalecer a ação do Estado no processo de outorga dos direitos de exploração e dos processos regulatórios, garantindo o exercício da soberania sobre o aproveitamento dos recursos minerais do País. Essa proposta, amplamente discutida em 2009 com entidades do setor privado e associações de classe, terá como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do território brasileiro. A introdução de critérios específicos para a emissão dos direitos minerários permitirá incentivar um contínuo aproveitamento da jazida, coibindo a chamada “especulação improdutiva de títulos minerários”. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos do setor, sob a coordenação do MME.

O Plano Duo-Decenal 2010-2030 deverá se constituir em um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor mineral, sendo a base para a formulação de políticas públicas visando ao seu desenvolvimento. O Plano terá revisões quadriennais e detalhamento coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, obedecendo às premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação dos produtos e continuidade de recursos humanos e financeiros. Em 2009, foram realizados 84 estudos, que irão subsidiar a elaboração do Plano, além da discussão e coleta de propostas. A conclusão do Plano Duo-Decenal está prevista para 2010.

Durante 2009, também houve um significativo avanço no Programa Geologia do Brasil. Até o final de 2010, prevê-se o investimento de mais R\$ 206 milhões no Programa, com estudos geológicos sistemáticos em território nacional e marinho internacional, visando ao mapeamento de bens minerais e à manutenção de áreas estratégicas ao País. Esses recursos, provenientes do PAC, permitirão continuar a produzir informações para o planejamento territorial ordenado e para impulsionar os investimentos na pesquisa mineral.

No ano passado, tiveram início os trabalhos de avaliação dos recursos minerais e da potencialidade da indústria da mineração dos Estados do Amapá, Amazonas, Sergipe e Alagoas, que deverão estar concluídos neste exercício. Ainda em 2010, serão iniciados os estudos nos Estados do Espírito Santo e Maranhão.

O projeto de extensionismo mineral, que cria um ambiente de assistência técnica ao pequeno produtor mineral, atendeu apenas em 2009 mais 20 microrregiões do País. Para 2010, continuarão a ser executados os projetos de capacitação técnica e de empreendedorismo de profissionais que atuam no setor mineral, em especial a capacitação de pequenos produtores com o auxílio do Projeto Capacitação e Ampliação dos Telecentros Minerais.

Ainda neste exercício, será concluído um importante projeto para avaliação de novos depósitos de fosfatos, com o objetivo de ampliar as reservas nacionais e reduzir a dependência externa do Brasil. Esse projeto realiza estudos nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Ceará, Roraima, Pará e Tocantins.



## 2. Transportes

O Governo vem promovendo nos últimos sete anos um salto qualitativo na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações vitais ao setor. Ainda existem importantes desafios a serem enfrentados, destacando-se a eficiência dos modais, o desequilíbrio da matriz de transportes, a ampliação do investimento público continuado e o aperfeiçoamento da gestão organizacional. A partir desse diagnóstico estão sendo implementadas ações para criar as condições necessárias à execução dos programas prioritários, dando ênfase: i) à preservação do patrimônio público de transportes; ii) ao atendimento às demandas do crescimento interno e do comércio exterior; iii) à estruturação de corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e para o turismo; e iv) ao estímulo à maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

A deficiência na infraestrutura de transportes traz graves prejuízos, principalmente para os setores agrícola e industrial, com fretes elevados e perda de produtos, comprometendo a competitividade externa do País, a renda dos produtores e prejudicando os consumidores. As medidas implantadas e em execução visam a corrigir essas distorções, dotando o Brasil de uma infraestrutura de transportes mais eficiente e ambientalmente mais adequada, abrindo caminho para a redução dos custos logísticos do setor produtivo e incentivando o crescimento social e econômico.

Nesse sentido, em 2009, destacam-se a contratação de serviços de manutenção em mais de 24 mil km (Crema, 1ª Etapa) de rodovias pavimentadas; a conclusão da duplicação da Rodovia BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande; o avanço das obras das eclusas de Tucuruí/PA; a intensificação do Programa Nacional de Dragagem (PND), que contou este ano com o início da obra em dois portos fluviais (Recife e Rio Grande); e o lançamento de outros onze editais. Em 2010, continuarão em ritmo crescente os investimentos em infraestrutura de transportes, no âmbito do PAC e nas demais ações, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 19,2 bilhões, conforme previsto no Projeto de Lei do Orçamento de 2010.

No modal rodoviário, será mantida a ênfase na recuperação e conservação das rodovias e na ampliação da malha, prevendo-se para 2010 a conclusão das seguintes obras:

- BR-020/DF, duplicação Sobradinho-Divisa DF/GO;
- BR-030/BA, acessos da ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha;
- BR-040/MG, construção do Viaduto Vila Rica – conclusão dos acessos;
- BR-040/MG, duplicação Trevo de Curvelo-Sete Lagoas;
- BR-070/GO, duplicação Divisa DF/GO-Águas Lindas;
- BR-101/Nordeste, duplicação Natal-Divisa RN/PB;
- BR-101/Nordeste, duplicação Divisa RN/PB-Divisa PB/PE;
- BR-101/RS, duplicação Divisa SC/RS-Osório;
- BR-146/MG, construção Patos de Minas-Araxá;
- BR-153/PR, construção Ventania-Alto do Amparo;
- BR-158/SP/MS, construção da Ponte sobre o Rio Paraná, entre Paulicéia/SP e Brasilândia/MS – conclusão dos acessos;
- BR-163/MS, duplicação da Travessia de Dourados;

- BR-163/MT, construção Guarantã do Norte-Divisa MT/PA, incluindo a Travessia Urbana de Guarantã;
- BR-163/MT, duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop;
- BR-163/230/PA, construção Miritituba-Entroncamento BR-230;
- BR-163/PR, construção do Contorno de Cascavel;
- BR-226/RN, construção Patu-Divisa RN/CE;
- BR-251/MG, construção Boqueirão-Cangalha, incluindo a Travessia de Unaf;
- BR-262/MS, construção do Contorno de Corumbá;
- BR-282/SC, construção São Miguel d'Oeste-Fronteira com a Argentina;
- BR-304/CE, duplicação da Ponte sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati;
- BR-364/MG, construção Entroncamento BR-153-Gurinhata;
- BR-364/MT, construção Mundo Novo-Sapezal;
- BR-365/050/MG, construção do Anel Rodoviário de Uberlândia;
- BR-376/PR, construção do Contorno Norte de Maringá;
- BR-450/DE, duplicação Granja do Torto-Entroncamento DF-051 (ParkShopping); e
- Construção do Rodoanel de São Paulo, trecho Sul.

No modal ferroviário, destacam-se para 2010 a realização do leilão e início da implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) – para o transporte de passageiros entre o Rio de Janeiro/RJ – São Paulo/SP – Campinas/SP e a conclusão das seguintes obras:

- Ferrovia Norte-Sul, Tramo Norte: Araguaína-Palmas, no Tocantins;
- Ferrovia Nova Transnordestina: 550 km de remodelação de Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL;
- Construção do Contorno Ferroviário de Araraquara, em São Paulo; e
- Rebaixamento da Linha Férrea em Maringá, no Paraná.

No modal hidroviário, ressalta-se, para 2010, a conclusão de obras de vital importância para o setor, como as eclusas de Tucuruí/PA e de 28 terminais hidroviários na região Amazônica, conforme detalhamento constante na alínea “e” desta Seção.

Em relação ao setor portuário, destacam-se para 2010, além da conclusão de 10 das 19 dragagens incluídas no Programa Nacional de Dragagem (PND), a conclusão das seguintes obras: implantação da Avenida Perimetral no Município de Santos/SP, margem direita (Fase 1); dragagem dos Berços 100 a 103 e dragagem e construção da Retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui/MA; recuperação do Berço 201 e o reforço do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul/SC; e a ampliação dos Molhes no Porto de Rio Grande/RS.

#### **a) Transporte Rodoviário**

**a.1) Manutenção de Rodovias: Conservação; Restauração; Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV); e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema)**

Atualmente, encontram-se contratados os serviços de conservação preventiva e rotineira em 32.037 km de rodovias pavimentadas ou não pavimentadas. Com relação aos serviços de restauração, em 2009, 4.194 km foram objeto de contratos de serviços de restauração tradicional ou tiveram restaurações realizadas por meio de contratos de adequação de capacidade rodoviária, nos quais são previstos serviços de restauração para pistas existentes.

Visando a reabilitar e manter a integridade física, as condições de trafegabilidade e a segurança na malha rodoviária federal, em 2009, foram recuperados 3,4 mil km de rodovias pavimentadas no âmbito do Programa Integrado de Revitalização (PIR IV), que prevê a realização de obras de recuperação e execução dos serviços de manutenção e conservação rotineira, durante dois anos. Além dessas ações, foi contratada no referido ano, no Programa Crema 1ª Etapa, a execução de obras e serviços durante dois anos ao longo de 24.300 km de rodovias pavimentadas. Para o exercício de 2010, há previsão de contratação de mais 5.521 km no âmbito dos Programas PIR-IV e Crema 1ª Etapa.

Já o Programa Crema 2ª Etapa prevê a realização de obras de recuperação nos primeiros anos e a execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante o prazo de cinco anos, correspondente à duração do contrato. Em 2009, foram contratados 107 km de rodovias no Amazonas e está prevista a licitação e contratação de aproximadamente 10 mil km da malha rodoviária brasileira, em 2010, sendo o complemento programado para 2011 com o intuito de atingir a meta global de 32 mil km de rodovias contratadas.

#### **a.2) Sinalização nas Rodovias Federais (ProSinal)**

No exercício de 2009, foram sinalizados 9,8 mil km de rodovias federais, sendo 1,1 mil km na Região Norte, 3,9 mil km na Região Nordeste, 1,9 mil km na Região Sudeste, 0,8 mil km na Região Sul e 1,4 mil km na Região Centro-Oeste. Para 2010 está prevista a implementação do Programa ProSinal II, no qual serão sinalizados 8 mil km de rodovias federais pavimentadas.

#### **a.3) Controle de Velocidade**

Em 2009, foi concluído o processo licitatório para instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade. No exercício de 2010 devem ser implantados os seguintes equipamentos para melhoria da segurança nas rodovias federais:

- Região Norte: 60 barreiras eletrônicas, 67 radares fixos e 107 controles de avanço de sinal;
- Região Nordeste: 349 barreiras eletrônicas, 301 radares fixos e 131 controles de avanço de sinal;
- Região Sudeste: 269 barreiras eletrônicas, 289 radares fixos e 157 controles de avanço de sinal;
- Região Sul: 169 barreiras eletrônicas, 199 radares fixos e 34 controles de avanço de sinal; e
- Região Centro-Oeste: 291 barreiras eletrônicas, 250 radares fixos e 23 controles de avanço de sinal.

#### **a.4) Plano Nacional Diretor Estratégico de Pesagem**

No ano passado, foram revitalizados e operacionalizados 77 postos de pesagem com balanças fixas e móveis distribuídas estrategicamente nas principais rodovias federais, com o objetivo de coibir o sobrepeso em veículos de carga, evitando a deterioração prematura dos pavimentos. Para 2010 está prevista a entrada em operação de mais 157 postos (94 fixos e 63 móveis).

**a.5) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação**

Ao longo de 2009 foi realizada a pavimentação de rodovias estratégicas para o escoamento de safras, ampliação da fronteira agrícola e para a integração nacional, além da adequação de rodovias para superar gargalos de infraestrutura nas regiões desenvolvidas. Merecem destaque as seguintes obras, por região:

**Região Norte**

- BR-156/AP – construção de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, de um trecho com extensão total de 427 km, incluindo a construção da Ponte Internacional (378 m) sobre o Rio Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Obra delegada ao Estado do Amapá – pavimentados 60 km entre o Igarapé do Breu e Calçoene (85 km) e em execução 25 km, com conclusão prevista para 2010. A construção da ponte internacional foi iniciada em setembro de 2009 e tem previsão de conclusão em 2010;
- BR-230/PA/TO – construção de Ponte sobre o Rio Araguaia, com 900 m de extensão – concluída boa parte da infraestrutura (70% em novembro), com conclusão prevista para 2010;
- BR-242/TO – construção de 276 km entre Taguatinga e Peixe. Obra delegada ao Estado de Tocantins – pavimentados 50 km entre o km 223 e Peixe (57 km) e a conclusão dos 7 km restantes está prevista para 2010;
- BR-319/AM/RO – construção de 685 km entre Manaus/AM e Porto Velho/RO – pavimentados 8 km entre Manaus e o km 250 e em execução 15 km, com conclusão do subtrecho prevista para 2010. Pavimentados 68 km no subtrecho entre o entroncamento com a BR-230 e Porto Velho (221 km), com conclusão do subtrecho prevista para 2010; e
- BR-364/AC – construção de 342 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, de um trecho com extensão total de 496 km. Obra delegada ao Estado do Acre, com previsão de conclusão para 2010.

**Região Nordeste**

- BR-030/BA – construção de acessos (6,3 km) à Ponte sobre o Rio São Francisco, entre Malhada e Carinhanha – em execução, com conclusão prevista para março de 2010;
- BR-103/Nordeste – duplicação Natal/RN-Divisa PE/AL – pavimento em concreto:
  - Trecho Rio Grande do Norte, com 81 km de extensão – obras iniciadas, envolvendo a construção de pista nova e recuperação da pista velha. Atualmente, encontram-se construídos 45 km e em execução 36 km, com conclusão do trecho prevista para 2010;
  - Trecho Paraíba, com 129 km de extensão – está prevista a conclusão das pistas novas da Divisa RN/PB até Lucena (74 km) no primeiro semestre de 2010 e previsão dos 55 km restantes até o fim deste exercício;
  - Trecho Pernambuco, com 195 km de extensão e o contorno de Recife – 97,5 km foram concluídos em 2009. A maioria dos subtrechos tem conclusão prevista para 2010, com exceção do Contorno de Recife e subtrecho Palmares-Divisa PE/AL, que tem término previsto para 2011;
- BR-135/MA – duplicação de 15 km no acesso ao Porto de Itaqui – obras iniciadas em 2009, com conclusão prevista para 2010;
- BR-135/PI – construção de 140 km entre Jerumenha e Eliseu Martins – encontram-se pavimentados 54 km no subtrecho entre Jerumenha e Bertolínea, estando prevista a conclusão do trecho restante em 2010;

- BR-226/RN – construção de 40 km entre Patu e a Divisa RN/CE, de um trecho com extensão total de 70 km. Obra delegada ao Estado do Rio Grande do Norte – pavimentados 7 km e em execução 33 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-230/PB – duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande – obra concluída em maio de 2009;
- BR-304/CE – duplicação de Ponte (0,5 km) e seus Acessos (2,6 km) sobre o Rio Jaguaribe, em Aracati – em execução, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-324/BA – construção da Via Expressa ao Porto de Salvador, com 4,3 km de extensão, além de 23 km de pista de rolamento. Obra delegada ao Estado da Bahia – obras iniciadas em junho de 2009, com previsão de conclusão em 2011.

#### **Região Sudeste**

- BR-040/MG – construção de acessos (3,3 km) ao Viaduto Vila Rica – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-040/MG – duplicação de 49 km entre o Trevo de Curvelo e Sete Lagoas – já estão construídos 52 km de pavimento e em execução 6 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-101/RJ – duplicação de 29 km entre Santa Cruz e Mangaratiba, incluindo o acesso ao Porto de Itaguaí – construídos 17 km de pavimento e restante em execução, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-146/MG – construção de 61 km entre Patos de Minas e Araxá – pavimentados 8 km e em execução 4 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-262/MG – duplicação de 83 km entre Betim e Nova Serrana – em execução, com conclusão prevista para 2010;
- BR-364/MG – construção de 146,6 km entre o Entroncamento com a BR-153 e Gurinhatã – pavimentados 25 km e conclusão do restante prevista para 2010;
- BR-365/050/MG – construção do Anel Rodoviário de Uberlândia, com extensão total de 21 km – pavimentados 3 km e em execução os 5 km restantes, com conclusão de toda a obra prevista para 2010; e
- Construção de 61,5 km do Rodoanel de São Paulo – Trecho Sul. Obra executada pelo Estado de São Paulo – construídos 17 km e em execução 44,5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010.

#### **Região Sul**

- BR-101/Sul – duplicação Palhoça/SC-Osório/RS:
  - Trecho Santa Catarina, com 249 km de extensão – previsão da conclusão da pavimentação e da escavação do Túnel do Morro Agudo para 2010. Em estudos e projetos: Túnel do Morro dos Cavalos, do Morro do Formigão e a Travessia da Lagoa do Imaruí;
  - Trecho Rio Grande do Sul, com 72 km de extensão – concluído o elevado da Várzea de Maquiné e 34,5 km de Torres até Aguapés. Previsão da conclusão da pavimentação e da construção do Túnel do Morro Alto para 2010; e
- BR-282/SC – construção de 30 km entre São Miguel d'Oeste e Paraíso (próximo à fronteira com a Argentina) – pavimentação e execução de 4 pontes e seus acessos com conclusão prevista para 2010.

**Região Centro-Oeste**

- BR-020/DF – duplicação de 44,1 km entre o Posto Colorado e a Divisa DF/GO, com extensão total de 58 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos mais de 30 km de pavimento, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-070/GO – duplicação de 27 km e construção de 17 km de pista nova entre a Divisa DF/GO e Águas Lindas – construídos 14,5 km de pavimento e em execução 9,3 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MS – duplicação de 12 km na Travessia Urbana de Dourados, com extensão total de 27 km – construídos 7 km de pavimento e em execução 5 km, com conclusão de toda a obra prevista para 2010;
- BR-163/MT – duplicação de travessias urbanas em Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, com extensão total de 36 km. Obra delegada às Prefeituras Municipais – construídos 20 km e em execução 16 km, com conclusão prevista para 2010;
- BR-262/MS – construção de 12 km do Contorno de Corumbá – pavimentados 11 km e em execução 1 km, com conclusão prevista para janeiro de 2010;
- BR-364/MT – construção de 107 km entre Mundo Novo e Sapezal. Obra delegada ao Governo do Mato Grosso – pavimentados 68 km, em execução 39 km de pavimentação e a Ponte sobre o Rio Papagaio, com conclusão prevista para 2010; e
- BR-450/DF – adequação de capacidade Granja do Torto – Entrada DF-051 ParkShopping, com extensão total de 15,6 km. Obra delegada ao Distrito Federal – construídos 13 km de pavimento e a conclusão de toda a obra está prevista para 2010.

**b) Concessões Rodoviárias**

Em 2009, foram iniciadas as operações pela concessionária do trecho da BR-116/324/BA, Salvador-divisa BA/MG, em outubro de 2009, prevendo-se, para 2010, investimentos da ordem de R\$ 179 milhões.

Para 2010 estão previstas as seguintes ações:

- 3ª Etapa de Concessões – Fase I: a realização do leilão das rodovias BR-040/DF/GO/MG (Brasília-Juiz de Fora), BR-116/MG (Divisa BA/MG-Divisa MG/RJ) e BR-381/MG (Belo Horizonte-Governador Valadares), com extensão total de 2.054,5 km; e
- 3ª Etapa de Concessões – Fase II: concluídos os estudos e prevista para 2010 a realização do leilão das rodovias BR-101/BA (Feira de Santana-Divisa BA/ES), BR-101/ES (Divisa BA/ES-Divisa ES/RJ) e BR-470/SC (Navegantes-Divisa SC/RS), com extensão total de 1.608 km.

**c) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros**

Em abril de 2009, foi finalizada a consulta pública no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Interestadual de Passageiros (Propasa Brasil), em todas as regiões do País, com a finalidade de reestruturar o transporte rodoviário regular, focado na qualidade dos serviços, na modicidade tarifária e no aprimoramento do modelo de gestão e controle.

Os estudos preliminares de suporte ao novo Plano Geral de Outorgas (PGO) foram concluídos. O PGO visa à licitação dos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. A publicação do edital está prevista para 2010.



**d) Transporte Ferroviário**

Em relação à Ferrovia Nova Transnordestina, em 2009, foi iniciada a execução de 54 km entre Trindade/PE-Eliseu Martins/PI, de um total de 420 km e mais 163 km no trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE, totalizando 217 km neste exercício. Em 2010, está previsto o início das obras no restante do trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (366 km), no trecho Salgueiro/PE-Porto de Suape/PE (522 km), e Missão Velha/CE-Porto de Pecém/CE (527 km), além da conclusão dos segmentos Salgueiro/PE-Trindade/PE (163 km), Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96 km) e da remodelação do trecho Cabo/PE-Porto Real do Colégio/AL (550 km).

Com relação à Ferrovia Norte-Sul, registra-se:

- Tramo Norte/TO: construção de 358 km entre Araguaína e Palmas: construídos 70 km de ferrovia e em execução 132 km, com conclusão de todo o tramo prevista para abril de 2010;
- Tramo Central/TO/GO: construção de 575 km entre Palmas/TO e Uruaçu/GO. Situação: em execução 363 km de ferrovia; e
- Tramo Sul/GO: construção de 280 km entre Uruaçu e o Porto Seco de Anápolis. Situação: em execução 280 km de ferrovia.

Dentre as demais obras em execução, destacam-se:

- Contorno Ferroviário de Araraquara/SP (39 km): 20% dos serviços executados, com conclusão prevista para agosto de 2010;
- Rebaixamento da Linha Férrea de Maringá/PR (5,8 km): 80% dos serviços executados, com conclusão prevista para setembro de 2010;
- Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC (8,3 km): obras iniciadas em outubro de 2009; e
- Contorno Ferroviário de Joinville/SC (19 km): obras iniciadas em outubro de 2009.

Os principais trechos ferroviários em análise são:

- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (1.490 km): Figueirópolis/TO-Ilhéus/BA;
- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (1.500 km): Uruaçu/GO-Vilhena/RO;
- Conexão da Ferrovia Nova Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul (400 km): Eliseu Martins/PI-Estreito/MA;
- Extensão da Ferrovia Norte-Sul (700 km): Barcarena/PA-Açailândia/MA;
- Conexão Ferrovia Norte-Sul com Ferrovia do Pantanal (220 km): Estrela d'Oeste/SP-Panorama/MS;
- Ferrovia do Pantanal (750 km): Panorama/SP-Porto Murtinho/MS;
- Ferrovia do Frango (620 km): Itajaí/SC-Chapecó/SC; e
- Ferrovia Litorânea (236 km): Ibituba/SC-Araquari/SC.

A Consulta Pública sobre a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) foi encerrada, em outubro de 2009, e foram disponibilizados, em dezembro de 2009, as minutas de edital de licitação e contrato de concessão para a realização de audiências

públicas, em 2010. O TAV fará o transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro/RJ-São Paulo/SP-Campinas/SP (511 km – traçado referencial). Para 2010, estão previstos a realização do leilão e o início das obras.

#### **e) Transporte Hidroviário**

Em 2009, as principais ações implementadas no subsetor hidroviário foram: i) a manutenção das condições de navegabilidade das hidrovias, com a realização dos serviços de manutenção em 6,4 mil km de vias navegáveis nos principais rios federais, com execução de sinalização, balizamento, destocamento e retirada de obstáculos; ii) a continuidade da construção das obras de transposição da barragem de Tucuruí, no rio Tocantins (Pará), atualmente com 87% de execução física acumulada; e iii) a construção de terminais hidroviários na Região Amazônica.

Para 2010, espera-se a conclusão dos 28 terminais fluviais na Região Amazônica, sendo 24 no Estado do Amazonas (Autazes, Benjamin Constant, Boca do Acre, Borba, Coari, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Santa Isabel, São Raimundo, Tefé, Urucurituba, Santo Antônio do Içá, Novo Airão, Uruará, São Paulo de Olivença, Tonantins, Nova Olinda do Norte e terminal pesqueiro de Manaus), 3 no Pará (Breves, Monte Alegre e Santarém) e 1 em Rondônia (Porto Velho-Cai n'Água).

A conclusão das obras das eclusas de Tucuruí também está prevista para 2010. O término dessa obra – composta por duas eclusas e um canal intermediário – visa a restabelecer a navegação comercial numa extensão de 780 km, interrompida há mais de 20 anos devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, permitindo dessa forma o aumento da eficiência de escoamento da produção agrícola e mineral de áreas com grande potencial econômico.

#### **f) Fomento à Indústria Naval**

A partir de 2003, foi implementada uma nova política governamental para a indústria naval, com o objetivo primaz de restabelecer o papel da indústria no processo de crescimento sustentado do País, cujos investimentos haviam sido vertiginosamente reduzidos desde o final da década de 70. Por meio de inovações no marco legal e da criação de mecanismos de financiamentos e investimentos públicos, em parceria com o setor privado, estão sendo viabilizados projetos de construção de embarcações de longo curso, cabotagem, apoio marítimo, navegação fluvial, além da construção e modernização de estaleiros. A intensificação do fluxo de comércio internacional e a perspectiva promissora ensejada pelo Pré-Sal deverão incrementar toda a cadeia produtiva da indústria nos próximos anos.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), resgatado nos últimos seis anos, é hoje o mais importante vetor de recuperação por que passa esse segmento no Brasil, registrando um aumento crescente no volume de financiamento à indústria naval. O FMM foi incluído no PAC sob a forma do “Programa de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante às empresas brasileiras para construção de embarcações e de unidades industriais para a construção naval”. O FMM tem atualmente uma carteira de 515 projetos considerados prioritários. Os 245 já contratados desde 2007, envolvendo a garantia de R\$ 10,55 bilhões para financiamento de projetos até 2010, apresentam a seguinte situação: 113 embarcações concluídas; 98 embarcações e 2 estaleiros em construção (Atlântico Sul – Suape/PE e Navship – Navegantes/SC); e 32 embarcações contratadas. Os 270 projetos restantes aguardam contratação (253 embarcações e 17 estaleiros), representando um investimento total de R\$ 22,77 bilhões. Em 2009,

trabalho melhores condições de trabalho. O Governo simplificou, em 2009, o processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na Administração Pública. A medida é alternativa aos custosos processos disciplinares, pois abre a perspectiva de desburocratização, economia de tempo e de dinheiro, ao permitir a solução, no âmbito da repartição pública, de situações em que não se caracterize a intenção do agente e envolvam valores estimados, atualmente, em até R\$ 8 mil. O ágil desfecho dos processos verificado quando o servidor envolvido decide pelo ressarcimento possibilita, por seu lado, que se direcione o foco para matérias de maior relevo e com sinalização de prejuízos de grande monta.

O Governo examina formas de adequar à condução dos seus processos disciplinares as inovações tecnológicas trazidas pelo Sistema de Teleaudiências, já implantado em algumas Varas Judiciais do País. Esse sistema, integrado por um conjunto de recursos e equipamentos (como telas, câmeras e telefones digitais), dispensa o transporte de réus presos da unidade prisional até o local da audiência, oferecendo vantagens como segurança, agilidade e redução de custos. Em junho de 2009, após conhecer as práticas do Tribunal de Justiça de São Paulo, um dos precursores no emprego do sistema, o Governo iniciou estudos para adaptação da ferramenta às suas atividades disciplinares.

As linhas de ação estabelecidas para 2010 visam ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar dos servidores públicos federais, de modo a tornar ainda mais ágeis os procedimentos de condução dos processos disciplinares instaurados. Na exata percepção de que a aplicação da pena ao servidor só será justa, eficaz e legítima se advier dentro da possível contemporaneidade à prática do ilícito é que o Governo busca, neste exercício, a adoção de medidas sinalizadoras de uma maior prontidão na deflagração da investigação das irregularidades dentro do serviço público, já que a responsabilização administrativa acaba por ser mais célere do que a responsabilização civil e criminal, afetas ao Poder Judiciário.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram por ele confirmadas. Até novembro de 2009, seis empresas foram sancionadas, quatro delas pertencentes ao ramo da construção civil, flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada à construção de prédio público em Brasília. A perspectiva para o ano de 2010 é o aperfeiçoamento da cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, Polícia Federal, Ministério Público da União, TCU etc.). A ideia é fazer com que os elementos produzidos por esses organismos sejam compartilhados, o que representará um incremento do número de processos administrativos sancionatórios e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descuidar de valores como a licitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

Seguindo o plano de trabalho elaborado pelo Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enocla), o Governo promoveu, em novembro de 2009, o “Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais”, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal. Visando à troca de experiências e intercâmbio entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o evento discutiu temas como sindicância patrimonial, sigilo fiscal e bancário e ação correcional no combate à impunidade. Para o ano de 2010, está prevista a realização do 1º Encontro de Corregedorias Públicas, em busca da troca de experiências e conhecimentos acerca do funcionamento das unidades de correção especificamente no âmbito do Poder Executivo, as quais precisam ser melhor auscultadas, em favor do fortalecimento do sistema correcional vigente.

### c) Ações de Capacitação e Prevenção

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. Nesse sentido, foram realizadas várias ações preventivas em 2009, das quais destacam-se: i) capacitação para os servidores que atuam no monitoramento operacional de benefícios, na manutenção de direito e perícia médica do INSS; ii) capacitações relacionadas à utilização do Siconv; iii) capacitação para servidores na área de licitações e sobre TCEs; iv) realização da Semana Orçamentária e Financeira, em diversas Unidades da Federação; v) capacitação em controles internos administrativos e auditoria interna; vi) realização de diversas reuniões com órgãos e entidades públicos para orientar sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle, visando ao acompanhamento de obras públicas; vii) orientação a servidores sobre a importância dos fiscais de contrato, representantes formalmente designados pela Administração para exercer a fiscalização dos contratos, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; e viii) edição de portaria específica, no âmbito de atuação da Secretaria de Defesa Civil/MI, regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, bem como ajustes no processo de distribuição de materiais que visam atender às populações atingidas.

Com o objetivo de dotar a Administração de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo reserva um qualificado corpo de servidores para ministrar curso de Direito Disciplinar. No seu melhor desempenho nos últimos sete anos, o programa de formação de membros de comissões disciplinares dirigiu-se a todas as capitais do País e promoveu a capacitação de 1.525 servidores públicos federais, somente em 2009, perfazendo um total de 7.398 profissionais capacitados. Já o curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, que busca a difusão das técnicas de investigação mediante sindicâncias patrimonial, registrou o número de 79 servidores capacitados, em 2009. Estima-se, por sua vez, que a média de mil servidores/ano capacitados pelo “Programa de Formação de Membros de Comissões de PAD” será superada, em 2010. Pelo número de turmas que já estão agendadas para este ano, prevê-se que cerca de 1.200 servidores públicos serão treinados para participar de comissões processantes.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, instituído em 2008, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios. A escolha dos participantes do programa é feita por sorteio público e a definição das ações a serem adotadas acontece em parceria com cada Município sorteado, considerando suas especificidades. Até novembro de 2009, o programa já beneficiou 576 Municípios, capacitando 6.486 agentes públicos.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da Educação a Distância (EAD). A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: educação para a cidadania e fortalecimento da gestão pública. A primeira delas é trabalhada em cursos, vídeos e publicações voltadas para cidadãos, com o objetivo de promover o controle social e orientar a população sobre como os gastos públicos podem ser controlados, enquanto a segunda concentra-se na capacitação de servidores públicos em temas como licitações, contratos administrativos e convênios. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU, e todas as ações de EAD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11 mil participantes.

navegação aérea civil. Além dessas ações, em relação às iniciativas para o aprimoramento da política no setor aéreo, o Conac, em 2009, publicou oito Resoluções, com destaque para a Resolução do Conac nº 005/2009, que aprovou proposta legislativa que altera o regime de prestação dos serviços aéreos e para a Resolução nº 008/2009, que aprovou o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (Pnavsec).

Também em 2009, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou o Plano Aeroviário Nacional (PAN 2009/2013), no intuito de balizar o planejamento da infraestrutura aeroportuária, auxiliando na identificação dos investimentos necessários para o setor. O Plano contempla investimentos em uma Rede de Aeroportos de Interesse Nacional e os respectivos Programas Complementares e se apresenta em consonância com as Resoluções estabelecidas pelo Conac e as diretrizes da PNAC. Em relação à regulação da aviação civil, a Agência atuou novamente estimulando a concorrência entre as empresas aéreas e limitando a movimentação em aeroportos com capacidade saturada.

Em relação ao tráfego aéreo, o crescimento do movimento de passageiros superou as estimativas para 2009. Foi observado um crescimento de aproximadamente 12% no fluxo de passageiros transportados no País, comparativamente ao ano de 2008. Por sua vez, a demanda por voos internacionais não apresentou variação significativa no ano, tendo sido reduzida, no primeiro semestre, pela crise econômica mundial, porém apresentando recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pela liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos e foi adotada para voos do Brasil para a América do Sul, em 2008. A liberdade tarifária permitiu a ampliação da concorrência e favoreceu a queda de preços nas passagens aéreas. Até então, as passagens tinham de obedecer a um preço mínimo, inibindo a realização de promoções, o que contrariava o art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, bem como a PNAC. Essa medida foi gradativamente ampliada em 2009 para todos os voos internacionais, sendo que a liberdade tarifária total está prevista para abril de 2010.

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade dentro do trabalho cotidiano do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade. Os resultados obtidos são relevantes: o número de acidentes da aviação geral apresentou, em 2009, queda de 23% em relação ao ano anterior.

Na área de Certificação destaca-se a emissão do Certificado de Homologação de Tipo, da Aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu a sua certificação em outros países, impulsionando a exportação de aeronaves produzidas pela indústria brasileira. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novas aeronaves destinadas tanto à exportação quanto ao mercado interno e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos. Na aeronavegabilidade continuada, 20 oficinas de manutenção foram certificadas em 2009 e 466 novos certificados de aeronavegabilidade foram emitidos para aeronaves importadas para o Brasil. Já a atividade de vigilância continuada envolveu a realização de 1.088 vistorias de aeronaves e 713 auditorias em organizações de manutenção de empresas aéreas e oficinas.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Polo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos/SP, o terceiro projeto do gênero desenvolvido com apoio dos governos estaduais, com o objetivo de preparar os profissionais para suportar as demandas futuras da indústria do setor.

Em relação à interação do Governo com a sociedade civil, foram realizados mais de 30 processos de consulta à sociedade, representando um aumento de mais de 100% em relação a 2008. Ressalta-se, ainda, o lançamento do Espaço do Passageiro, uma página na Internet na qual o usuário pode conferir notas às companhias com voos regulares em diferentes quesitos de qualidade de seus serviços. O objetivo da nova página é fazer com que os usuários possam ver a avaliação de outros passageiros sobre as companhias aéreas, de modo que essa informação o ajude a escolher a companhia aérea de sua próxima viagem.

No que tange à aquisição de aeronaves, o Banco do Brasil e o BNDES financiaram conjuntamente o montante de R\$ 453 milhões para que as empresas Azul Linhas Aéreas e Trip Linhas Aéreas adquirissem oito aeronaves Embraer. É a primeira vez que bancos brasileiros financiam aeronaves brasileiras para companhias aéreas nacionais.

Para o ano de 2010, destacam-se as seguintes iniciativas referentes à regulação do setor:

- regulamentação das operações aéreas com Código Compartilhado (*code share*) – uma forma de contrato entre empresas aéreas para transporte de carga ou passageiro que possibilita duas empresas compartilharem a execução do serviço de transporte aéreo, com a divisão de custos e de receitas da operação e a ampliação do seu espectro de atendimento;
- revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, conforme orientação exarada pelo TCU, a fim de que contemple todas as obrigações e direitos dos prestadores de serviços aéreos;
- regulamentação de subsídios para incentivo à aviação civil, mediante regulamentação de fomento do serviço aéreo, fruto da revisão do modelo de outorga de serviços aéreos, que proporcionará a vantagem de ampliação do mercado, com novas rotas para atendimento aos usuários finais, maior capilaridade e conectividade para pontos remotos, aumento da concorrência e consequente redução de tarifas; e
- regulamentação da cobrança de valores adicionais às tarifas aéreas, diminuindo a assimetria de informações para o consumidor e proporcionando melhores formas de comparação dos serviços ofertados.

Os resultados dos trabalhos que vêm sendo executados foram verificados, em maio de 2009, quando o Brasil recebeu auditoria da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do País no cumprimento das normas internacionais. A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration (FAA)*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de Aeronavegabilidade, Segurança Operacional e Habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª Categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, habilitando as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro vem sendo modernizado pelo Comando da Aeronáutica, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, que elevará a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do espaço aéreo brasileiro. Está sendo implementada a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM) elaborados pela Organização da Aviação



Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Destaca-se ainda a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos e veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Está prevista para 2010 a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (Labdata), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico.

No que tange à gestão aeroportuária, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) prosseguiu, em 2009, com a implementação dos investimentos necessários à operação e manutenção de 67 aeroportos e 80 Estações de Apoio à Navegação Aérea, que respondem por mais de 97% do tráfego aéreo brasileiro. Sua rede conta também com 33 Terminais de Logística de Carga, que operam a carga nacional importada e exportada pelo modal aéreo, integrada a outros modais. Essa estrutura tem por principal desafio compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa.

Dentre os resultados obtidos no ano de 2009, destacam-se:

- publicação do edital para licitação internacional do projeto executivo do Terminal de Passageiros III do Aeroporto de Guarulhos/SP;
- conclusão das obras de reforma e adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Boa Vista/RR, da Torre de Controle e do Terminal de Cargas do Aeroporto de Fortaleza/CE, além de diversas obras de modernização no Terminal de Passageiros do Aeroporto do Galeão/RJ; e
- elaboração do Projeto Básico de construção do novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém/PA.

Dos empreendimentos em andamento e com avanços em 2009, destacam-se a continuidade da execução das obras das torres de controle do Aeroporto de Congonhas, dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos aeroportos do Galeão e São Gonçalo do Amarante/RN e do estacionamento do Aeroporto de Confins, bem assim os projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins/MG e Manaus/AM; do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba/PR; e do sistema de pistas do Aeroporto de Campinas/SP.

Para o exercício de 2010, está previsto o desenvolvimento de um conjunto de outras obras que visam a dotar os aeroportos das cidades que serão sede da Copa 2014 das condições necessárias à demanda projetada para a época do evento e a execução de diversos empreendimentos do PAC, conforme se segue:

- conclusão das obras do sistema de pistas e pátio de aeronaves dos Aeroportos de São Gonçalo do Amarante, Campinas (pista de táxi) e Parnaíba/PI; do terminal de cargas do Aeroporto do Galeão; da torre de controle do Aeroporto de Congonhas/SP, da expansão do estacionamento do Aeroporto de Confins e a conclusão da instalação dos conectores do Aeroporto de Recife/PE;
- início das obras dos terminais de cargas dos Aeroportos de Curitiba e Porto Alegre e do pátio de aeronaves do Aeroporto de Curitiba;

- conclusão da elaboração dos projetos de engenharia dos terminais de passageiros dos Aeroportos de Brasília, Galeão, Confins, Fortaleza, Foz do Iguaçu, Manaus e Teresina; dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves dos Aeroportos de Curitiba e Viracopos; do terminal de cargas do Aeroporto de Vitória e do 2º viaduto de aeronaves do Aeroporto de Brasília; e
- início da elaboração dos projetos executivos de construção dos novos terminais de passageiros dos aeroportos de Guarulhos (TPS III) e Florianópolis e da reforma do terminal de passageiros de Cuiabá.

Além dessas, várias ações têm sido implementadas visando à retomada e conclusão das obras paralisadas nos Aeroportos de São Paulo/Guarulhos, Goiânia, Vitória e Macapá. Para essa retomada, a Infraero estabeleceu parcerias com o Exército Brasileiro e com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), para que essas instituições colaborem na conclusão das referidas obras.

#### **4. Comunicações**

##### **a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações**

Em 2009, deu-se continuidade ao processo de adequação e definição de políticas públicas para atendimento das demandas da sociedade em termos de serviços de telecomunicações. A consulta pública sobre a atualização das Políticas Públicas em Telecomunicações identificou como prioridade o serviço de banda larga e subsidiou os trabalhos para a elaboração do Plano Nacional de Banda Larga.

Em 2010, será implementado o Programa Nacional de Banda Larga, visando a ampliar o acesso em banda larga fixa e móvel de todos os cidadãos, inclusive das áreas rurais e remotas, à Internet, bem como ampliar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs) nas áreas de educação e saúde e nos serviços de Governo Eletrônico, para facilitar o uso pela população dos serviços prestados pelo Estado, promover a inclusão social, desenvolver e desconcentrar oportunidades, ampliar a competitividade brasileira, reduzir as desigualdades sociais e regionais, estimular a competição entre as empresas do setor de TICs e aumentar os investimentos, com vistas a criar novas opções de serviços ao consumidor a preços acessíveis e promover a geração de emprego e renda. Para o financiamento dos investimentos necessários é de fundamental importância a aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 1.481, de 2007, que amplia o escopo de destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Com o intuito de garantir a expansão dos serviços de telecomunicações para a área rural, o Governo, por meio do Ministério das Comunicações, instituiu, em julho de 2009, o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais, com a finalidade de permitir à população localizada em áreas rurais o acesso a serviços de interesse coletivo, de telefonia e de dados em banda larga. O Programa prevê que a prestação dos serviços deve privilegiar a exploração de frequências na faixa de 450-470 MHz e condiciona sua autorização ao cumprimento de obrigações, dentre elas o atendimento, de forma gratuita para os usuários, em todas as escolas públicas rurais situadas na área de prestação do serviço de dados em banda larga (Internet), durante a totalidade do prazo de outorga

O provimento do serviço de voz a toda população, nos últimos anos, apresentou resultados expressivos. O Brasil conta hoje com 37.355 localidades atendidas com telefonia fixa e com 1.128.350 telefones públicos instalados. Em 2010, outras 8.760 unidades serão instaladas em localidades com menos de cem habitantes, utilizando-se recursos do Fust.

O Decreto nº 6.424, de 4 de abril de 2008, alterou o plano de metas para a universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Metas antes associadas a Postos de Serviços de Telecomunicações (PST) passaram a ser vinculadas à infraestrutura da rede de suporte do STFC para conexão em banda larga. Essa mudança regulatória possibilitou que 80% dos Municípios passassem a contar com essa nova infraestrutura, em 2009. A meta de 100% de cobertura deverá ser atingida até o final de 2010.

Dando continuidade à política de expansão da infraestrutura, elaborou-se a proposta para o novo Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), relativo ao quinquênio 2011-2015, que deverá, no curso de 2010, ser objeto de discussão e avaliação, tendo em vista o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Merece destaque, também, na proposta a previsão de implantação de telefones públicos em todas as escolas públicas rurais, postos de saúde, assentamentos de trabalhadores rurais e comunidades quilombolas, dentre outras.

#### **b) Avanços na Regulação**

A implementação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), iniciada em 2009, prosseguirá em 2010, de modo compatível com a convergência das telecomunicações, o fortalecimento da capacidade regulatória, a proteção dos direitos dos usuários, a qualidade dos serviços prestados, o estímulo à competição, a redução das barreiras ao acesso e uso das telecomunicações e o desenvolvimento social e tecnológico.

O Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), uma das mais importantes inovações regulatórias brasileiras, estimulou a competição, a redução nos preços e a melhoria na qualidade do atendimento ao usuário, ao facultar aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do telefone celular. Em 2009, ocorreram mais de três milhões de solicitações de portabilidade numérica.

No que concerne à Certificação de Produtos de Telecomunicações, ressaltou-se, em 2009, a edição do regulamento sobre aspectos de segurança elétrica dos produtos de telecomunicações, que atualizou requisitos construtivos de equipamentos de segurança elétrica das instalações residenciais previstos na Lei nº 11.337, de 2006; e o regulamento para Avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR), que organizou os procedimentos laboratoriais das medidas de SAR, aplicáveis principalmente para estações terminais portáteis (telefone móvel celular). Para 2010 está prevista a aprovação do regulamento de Proteção Elétrica da Rede Externa de Telecomunicações, que visa a preencher lacuna regulatória referente à segurança da rede telefônica metálica quanto a descargas elétricas.

No âmbito da administração do espectro de radiofrequências, a Anatel tem atuado com o objetivo de garantir a otimização do seu uso, tendo em vista a exigência permanente de adequação das atribuições, destinações e distribuições de faixas de frequência, em consonância com a evolução tecnológica do setor. Está em fase final de aprovação pela Anatel, o regulamento que trata da Avaliação da Eficiência do Uso do Espectro de Radiofrequências, que estabelece uma metodologia, com critérios objetivos, para a avaliação técnica do uso e sanções para os casos de descumprimento das condições.

No intuito de aprimorar o marco regulatório, ampliaram-se os debates sobre a revisão quinquenal dos Contratos de Concessão do STFC e sobre o Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ). Por meio de consultas e audiências públicas, promoveu-se no

último exercício a participação expressiva dos órgãos de defesa do consumidor, das prestadoras de serviço, das entidades de classe, dos órgãos governamentais e dos usuários. Dentre os projetos para 2010 na área de concessões estão a aprovação dos novos contratos de concessão e do PGMQ e a atualização da regulamentação que trata do STFC.

No que tange às regras tarifárias, a Anatel aprovou em 2009 a revisão da norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), elemento importante para a concessão dos reajustes tarifários; e a metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Esse procedimento dá continuidade à operacionalização das políticas setoriais, notadamente o disposto pelo Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que trata da construção da modelagem de custos.

Com pouco mais de um ano de existência, os Conselhos de Usuários do STFC contam com a participação de várias entidades, dentre elas Procons e Ministérios Públicos Estaduais, além de usuários. Considerando seu papel consultivo, as atividades dos Conselhos ao longo de 2009 foram pautadas, dentre outras ações, pelo aprendizado e aprofundamento da legislação, inclusive dos direitos dos usuários, pelo acompanhamento das reclamações deles e pelas sugestões e solicitações – às concessionárias – referentes a implementação de estratégias que visem à redução dos problemas identificados.

Em 2009, o número de assinantes de TV por assinatura apresentou um crescimento acumulado de 13,20%, totalizando 7,2 milhões de assinantes, cerca de 840 mil assinaturas a mais que o número registrado em dezembro de 2008. Com o objetivo de ampliar a oferta desses serviços, foi concluída a proposta para o novo Planejamento de Implantação dos Serviços de TV a Cabo e de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), que permitirá a retomada do processo de outorga para esses serviços no primeiro semestre de 2010. No âmbito do Poder Legislativo, houve avanços na apreciação do Projeto de Lei nº 29, de 2007, que altera o art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações e uniformiza as regras para a exploração da TV por assinatura, por meio de diversas tecnologias, com impactos na produção, programação e distribuição de conteúdos e no aumento da competição no setor. Entre as inovações que pretende introduzir, o projeto cria cotas para o conteúdo nacional na programação das TVs por assinatura, cabendo à Ancine fiscalizar seu cumprimento. Com a convergência das mídias, a entrada de novas empresas no setor pode ampliar a oferta dos serviços de TV paga e viabilizar novos investimentos em banda larga, já que as empresas poderão oferecer pacotes de serviços diversos, utilizando a mesma infraestrutura.

No âmbito da Anatel já foi concluída a revisão dos regulamentos dos serviços de TV a cabo, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite (DTH), de MMDS e do Serviço Especial de TV por Assinatura (TVA-UHF), devendo as respectivas propostas ser submetidas a Consulta Pública em 2010.

### c) Inovação em Telecomunicações e TV Digital

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), principal instrumento de fomento à inovação no setor de telecomunicações, vem investindo, há anos, em projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor de telecomunicações e produzindo resultados relevantes em termos de propriedade intelectual e transferência tecnológica para a indústria brasileira, como é o caso da tecnologia avançada para codificação de vídeo e o *software* Ginga para a TV Digital, reconhecido internacionalmente como padrão de interatividade para TV via Internet, além dos resultados alcançados nas áreas de tecnologias de comunicação óptica e tecnologias de comunicação sem fio.

Nos próximos anos, o Funttel investirá recursos nas áreas de comunicações ópticas, comunicações sem fio em banda larga, plataformas de serviços baseadas em IP e *software* para telecomunicações. Este é o momento para reforçar esses investimentos de modo a permitir que o Brasil conquiste o domínio tecnológico nessa área estratégica, o que possibilitará a expansão da produção local de alto valor agregado e o aumento da oferta de empregos, contribuindo para diminuir o déficit da balança comercial.

A Televisão Digital brasileira alcançou, em 2009, uma população da ordem de 63 milhões de pessoas em trinta e quatro Municípios, sendo dezenove capitais: Manaus, Salvador, Fortaleza, Brasília, Vitória, Goiânia, Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Belém, João Pessoa, Recife, Teresina, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Aracaju e São Paulo. As demais cidades brasileiras que já recebem transmissão de TV Digital são: Araxá, Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia, Joinville, Londrina, Araraquara, Campinas, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba e Taubaté. Para 2010, está prevista a inauguração das transmissões digitais nas demais capitais e nas cidades-polo do País, consolidando a interiorização da TV Digital.

Em 2009, a União Internacional de Telecomunicações recomendou o mencionado subsistema Ginga-NCL do *middleware* Ginga, tecnologia nacional que viabiliza a interatividade do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), como um padrão internacional para aplicações em serviços de *Internet Protocol Television* (IPTV). Fruto do investimento de recursos do Funttel, o *middleware* é um exemplo de uma política consistente de fomento à pesquisa e desenvolvimento.

A implantação das transmissões no padrão nipo-brasileiro de TV Digital será antecipada em dois anos no Peru, Argentina, Chile e Venezuela. Outros países latino-americanos deverão também adotar o SBTVD em função da superioridade tecnológica da solução nipo-brasileira.

#### **d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações**

Visando estar plenamente adequada aos novos eventos das telecomunicações, é fundamental que a atividade de fiscalização esteja atenta ao surgimento de novas tecnologias e aos movimentos dos prestadores de serviço. Para alcançar esse objetivo é necessária uma grande capacidade de prospectar o mercado de tecnologias.

Em 2009, foram adquiridos pela Anatel instrumentos e equipamentos que possibilitam acompanhar a implementação da Televisão Digital no Brasil, para monitorar serviços WiFi e para aumentar a eficácia na obtenção de indícios do uso indevido do espectro. Além disso, foram incorporadas tecnologias portáteis que facilitam o trabalho dos agentes de fiscalização. Implantou-se sistema para medição em tempo real de níveis de radiação não ionizante, de forma a atender à Lei nº 11.934, de 2009, que trata sobre limites da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Está sendo finalizada a modernização do Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro, com aumento de funcionalidades, incluindo-se a possibilidade de detectar radiointerferências causadas pelo Sistema de Banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica em implantação no Brasil, além de aumentar sua capacidade de gerenciamento.

Para 2010, está prevista a implantação de assistente de medições, que automatizará os laudos de vistoria, possibilitando maior agilidade aos trabalhos de campo realizados pelos agentes de fiscalização, além de maior confiabilidade frente aos regulados.

Estão sendo ampliados os serviços de monitoramento da comunicação aeronáutica, por meio da aquisição de sistema para monitoração de radiointerferências, a ser instalado nos 33 principais aeroportos brasileiros.

Especial atenção será dada à implantação do Sistema de Monitoração da Qualidade de Serviços (SMQS), que ampliará o conhecimento da Anatel sobre os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, com destaques para o Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço Móvel Especializado (SME), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e TV por Assinatura. Com esse sistema, será possível analisar obrigações como cobertura e abrangência das redes fixas e móveis, capacidade de medição de taxas de transmissão de banda larga, além de possibilitar análise mais efetiva da cobrança feita aos usuários de serviços de telecomunicações.

#### **e) Serviços Postais**

Em 2009, os Correios mantiveram seu trabalho para aprimoramento dos serviços prestados à sociedade brasileira. Fruto desse trabalho, a empresa conquistou pela 8ª vez consecutiva o prêmio Marcas de Confiança, da Revista Seleções/Ibope, como a instituição mais confiável do Brasil. Conquistou também o Prêmio Intangíveis Brasil (PIB), na categoria Logística/Atacado, e o *Reputation Index* 2009, sendo alcançada a maior nota em Reputação dentre as empresas nacionais de capital fechado.

##### **e.1) Universalização dos Serviços Postais**

O provimento dos serviços de atendimento e de distribuição postais enfrenta o desafio de responder às transformações demográficas e urbanas ocorridas nos últimos anos no Brasil. Entre 1998 e 2009, o número de Municípios cresceu de 5.507 para 5.564 e a população passou de 157 milhões para 187 milhões de habitantes, fazendo com que os distritos com mais de 500 habitantes, referência para o estabelecimento das metas de atendimento, passassem de 1.537 para mais de 2.000. Durante o ano de 2009, os Correios deram continuidade às expansões de suas Agências de Correio Comunitárias (AGCs) e Agências Próprias, oferecendo todos os serviços postais básicos a 6.141 localidades e, em 2010, será dada continuidade às instalações de unidades de atendimento para que o serviço postal básico chegue aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

A empresa conta com pelo menos uma agência instalada em cada um dos 5.564 Municípios e, até outubro de 2009, atendeu à demanda por serviços postais que atingiu o patamar de 6,8 bilhões de objetos distribuídos, ou seja, 32 milhões de objetos/dia em média distribuídos em todo o Brasil.

##### **e.2) Exportações por Remessas Postais**

Milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte nacionais, têm tido acesso ao mercado exterior, por meio do sistema simplificado de exportações por remessas postais. Por esse sistema os empresários podem usufruir de despacho aduaneiro facilitado e de redução de custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil, contribuindo assim para a ampliação da base exportadora e para a balança comercial brasileira. Desde a implantação da modalidade, em 1999, até o mês de novembro de 2009, acumulou-se o valor de US\$ 1,07 bilhão, sendo que, de janeiro a novembro de 2009, os valores exportados alcançaram US\$ 164,8 milhões.



### e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2010, será dada continuidade à atuação de defesa dos interesses do País junto à comunidade postal internacional, com ativa participação nos organismos intergovernamentais que tratam dos assuntos postais, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa); o Mercado Comum do Sul (Mercosul); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep); e a União Postal Universal (UPU). Essa atuação visa organizar e regulamentar as relações postais internacionais de modo a melhorar a inserção competitiva do Brasil no mundo, fortalecendo a integração hemisférica e a criação, no âmbito postal, de processos decisórios mais abertos a um número maior de nações.

### e.4) Inovações dos Serviços

Importantes ações desenvolvidas pela Correios *Online* fortalecem a presença dos Correios na Internet, contribuindo para solidificar a marca Correios nesse ambiente, com a captação de novos clientes e geração de receita na venda *online* de produtos e serviços. Em 2009, o volume de vendas por meio da loja virtual Correios *Online* apresentou crescimento de 10,5% em relação ao ano anterior. A loja recebeu mais de 3 milhões de acessos e enviou 200 mil cartas e telegramas pela Internet.

Em setembro de 2009, a Correios *Online* ganhou o Prêmio Excelência em Qualidade de Comércio Eletrônico B2C-2009, com o 1º lugar na categoria Bronze, concedido pela empresa *E-bit*, pioneira na realização de pesquisas sobre hábitos e tendências de *e-commerce* e que premia anualmente as melhores lojas do varejo eletrônico no Brasil, a partir de avaliações realizadas pelos próprios consumidores e de votação popular na Internet, que nesse ano registrou mais de 300 mil votos e avaliou cerca de 1.200 lojas virtuais.

Uma nova versão do Portal Internet dos Correios ([www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)) foi especificada à luz de pesquisas e de informações sobre as necessidades dos mais de 5 milhões de usuários mensais do Portal. Com foco no atendimento ao cliente e na geração de negócios, o novo sítio dos Correios está em desenvolvimento e será lançado em meados de 2010.

Além da revisão do Portal Correios, uma versão do sítio para celulares do tipo *smartphone* está em estágio final de desenvolvimento e possibilitará consulta de CEPs, preços e prazos de encomendas, agências e rastreamento de objetos, com toda a comodidade ao cliente que possua acesso à Internet em seu telefone celular.

Os Correios vêm consolidando seu papel como Autoridade Registradora, atuando na etapa física da geração do Certificado Digital. Nessa etapa, é feita a conferência dos dados, documentos e do proprietário do Certificado Digital. O Certificado Digital é um arquivo eletrônico que guarda informações sobre seu proprietário. Com ele é possível comprovar a identidade de uma pessoa na Internet. Em 2009, o número de unidades credenciadas a realizar essa operação saltou de 81 para 112, com um crescimento de 38%.

O serviço de logística reversa deverá gerar um faturamento de mais de R\$ 56 milhões em 2009, com uma movimentação de 2,6 milhões de encomendas, apresentando crescimento de 84% em relação a 2008, demonstrando o potencial de ampliação de uso

desse novo composto de serviços pelos clientes corporativos. Esse serviço vem sendo utilizado como importante ferramenta de pós-venda, pós-consumo e de fidelização dos clientes, apresentando perspectivas de crescimento para os próximos anos.

#### **f) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias**

##### **f.1) Radiodifusão Comunitária**

Reconhecendo a importância do Serviço de Radiodifusão Comunitária e atendendo aos anseios da sociedade, em 2009, foi publicado mais um Aviso de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, contemplando 463 localidades. Também, foram desenvolvidas ações para tornar o procedimento de análise e concessão de outorgas mais célere e transparente, incluindo a distribuição de Manuais de Orientação e Cartilhas e participação em audiências públicas, encontros e seminários do setor.

Em 2009, até o mês de novembro, foram concedidas 401 outorgas de Serviços de Radiodifusão Comunitária, totalizando 3.866 entidades já autorizadas a executar o serviço em todo o País, sendo 2.848 delas já com aprovação do Congresso Nacional e com a Licença Definitiva emitida.

##### **f.2) Demais Serviços de Radiodifusão**

No ano passado, todos os Estados, incluindo o Distrito Federal, foram contemplados com o serviço local de radiodifusão, o que favoreceu a regionalização da produção cultural e a democratização das comunicações. Até o mês de novembro, foram concedidas 265 outorgas de serviço de radiodifusão, sendo 158 de rádio FM Comercial, 14 de rádio OM comercial, 5 de rádio FM educativa, 1 de TV comercial, 2 de TV educativa e 85 consignações de radiofrequências relativas ao serviço de TV Digital.

##### **f.3) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora**

Em 2009, a Anatel examinou o “Relatório dos Testes Realizados em Estações de Ondas Médias (OM) e Frequência Modulada (FM)”, que utilizam o “Padrão IBOC”, apresentado pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie de São Paulo, entidade responsável pelos experimentos. O estudo, de iniciativa da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), visa a comparar os resultados que vierem a ser obtidos com os demais padrões de Rádio Digital recomendados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT).

Para 2010, está prevista a realização de testes com o sistema *Digital Radio Mondiale* (DRM) de Rádio Digital por emissoras de radiodifusão sonora da cidade de São Paulo. A avaliação das conclusões constantes dos relatórios de testes de campo a serem concluídos com os sistemas de rádio digital IBOC e DRM subsidiará a decisão sobre o padrão a ser adotado pela radiodifusão digital.

## **5. Saneamento**

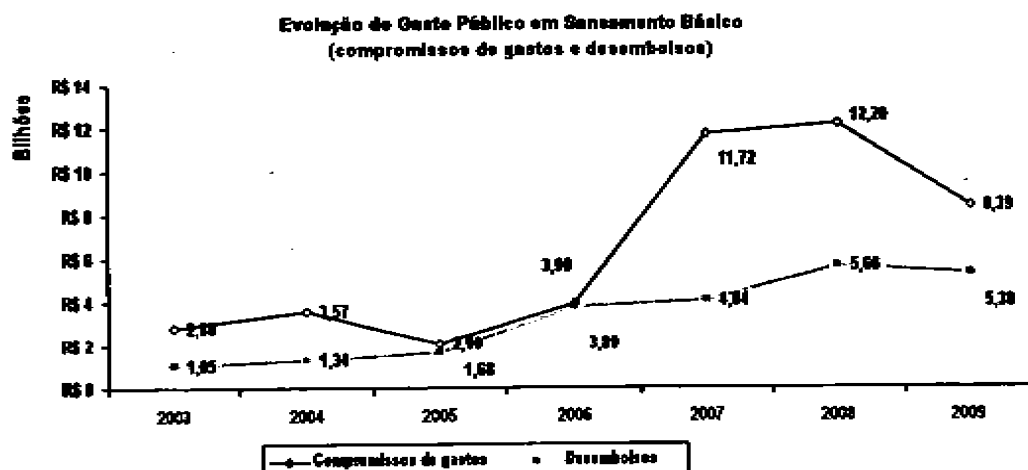
O setor de saneamento foi contemplado no âmbito do PAC em face de sua relevância como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social. Como plano estratégico de investimentos do

Governo, o PAC contempla expressivos investimentos em saneamento e urbanização de favelas. Dos R\$ 40 bilhões previstos para o setor, R\$ 36 bilhões estão sob gestão do Ministério das Cidades e R\$ 4 bilhões sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), vinculada ao Ministério da Saúde.

A garantia dos recursos para investimento em ações de saneamento é fruto de priorização dada ao setor com a instituição do “Biênio Brasileiro do Saneamento 2009-2010”, pelo Decreto nº 6.942, de 18 de agosto de 2009, com o objetivo de promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao saneamento básico, com vistas a garantir a universalização dos serviços e o alcance dos objetivos estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido. Adicionalmente, busca-se consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, conforme determina a Lei nº 11.445, de 2007.

A política do Governo para o saneamento manifesta-se sob duas linhas de atuação: a implementação de programas de investimentos e o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da gestão nos aspectos do planejamento, regulação, fiscalização e controle social. Além disso, visa à integração com outras políticas públicas, em especial com as de saúde, meio ambiente e recursos hídricos, incentivando ações de cooperação e a qualificação do gasto público.

O Gráfico a seguir revela a evolução dos investimentos públicos aplicados em saneamento básico, demonstrando o substancial o incremento dos recursos comprometidos e desembolsados em ações de saneamento a partir de 2007, com o advento do PAC.



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades (os dados de 2009 não incluem o total desembolsado com recursos do FAT/BNDES).

Dos investimentos previstos sob gestão do Ministério das Cidades no PAC-Saneamento para o período 2007-2010, R\$ 36 bilhões, até o mês de dezembro de 2009 já foram selecionados R\$ 35,1 bilhões, conforme apresentado na Tabela que se segue.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação  
PAC-Saneamento, 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação do Investimento		TOTAL
	Contratado	Em Contratação	
Abastecimento de Água	6.669,20	1.356,09	8.025,29
Desenvolvimento Institucional	560,79	-	560,79
Esgotamento Sanitário	11.442,06	2.951,90	14.393,96
Estudos e Projetos	149,90	20,17	160,06
Manejo de Águas Pluviais	3.392,30	2.513,26	5.905,56
Manejo de Resíduos Sólidos	164,19	-	164,19
Saneamento Integrado	5.931,55	-	5.931,55
<b>TOTAL</b>	<b>28.299,98</b>	<b>6.841,42</b>	<b>35.141,40</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Do total de R\$ 35,1 bilhões de empreendimentos selecionados pelo PAC-Saneamento, 65% são provenientes de recursos de financiamento (recursos onerosos) e 35% do Orçamento Geral da União – OGU (recursos não onerosos). No âmbito do OGU, foram selecionados R\$ 12,23 bilhões, com destaque para as modalidades de Saneamento Integrado e Esgotamento Sanitário, que totalizaram investimentos de R\$ 3,94 bilhões e R\$ 3,81 bilhões, respectivamente. A Tabela que se segue ilustra a distribuição dos recursos selecionados para o PAC-Saneamento por modalidade com recursos do OGU.

**Total de Investimentos Contratados e em Contratação OGU  
PAC-Saneamento – 2007-2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Situação do Investimento		TOTAL
	Contratado	Em Contratação	
Abastecimento de Água	2.307,99	-	2.307,99
Desenvolvimento Institucional	18,51	-	18,51
Esgotamento Sanitário	3.811,23	-	3.811,23
Estudos e Projetos	56,84	14,09	70,93
Manejo de Águas Pluviais	1.990,87	3,75	1.994,62
Manejo de Resíduos Sólidos	52,14	-	52,14
Saneamento Integrado	3.941,32	-	3.941,32
<b>TOTAL</b>	<b>12.178,91</b>	<b>17,84</b>	<b>12.196,75</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No exercício de 2009, foram selecionados 124 novos contratos com recursos do OGU, totalizando um montante de R\$ 2,41 bilhões. A modalidade de Manejo de Águas Pluviais teve o maior número de seleções (83), que totalizaram R\$ 1,69 bilhão, conforme apresentado na Tabela que se segue.

### Projetos Selecionados no Exercício de 2009 – OGU

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Abastecimento de Água	6	315,21
Desenvolvimento Institucional	1	1,01
Esgotamento Sanitário	8	337,80
Estudos e Projetos	25	13,70
Manejo de Águas Pluviais	83	1.692,19
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>2.413,06</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Em relação à contratação no ano de 2009 com recursos do OGU, foram assinados 99 contratos que totalizam R\$ 612 milhões. Manejo de Águas Pluviais também foi a modalidade que teve a maior quantidade de contratos assinados no ano, totalizando R\$ 1,68 bilhão em 82 contratos.

### Projetos Contratados no Exercício de 2009 – OGU (em R\$ milhões)

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$ milhões)
Abastecimento de Água	6	207,17
Desenvolvimento Institucional	1	1.010,90
Esgotamento Sanitário	9	336,92
Estudos e Projetos	-	-
Manejo de Águas Pluviais	82	1.688,44
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-
Saneamento Integrado	1	54,15
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>2.996,58</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto aos recursos de financiamento, foram promovidos em 2009, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, 3 processos seletivos, sendo selecionadas 188 propostas no valor de R\$ 6,9 bilhões, das quais 109 propostas nas modalidades de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e 79 empreendimentos na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, conforme dados constantes da Tabela que se segue. A contratação das operações de crédito das propostas selecionadas está em tramitação e deve ocorrer, em sua grande maioria, no primeiro trimestre de 2010.

**Projetos Seleccionados, Programa Saneamento para Todos. Brasil, 2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	48	1.473,8
Esgotamento Sanitário	61	3.020,2
Manejo de Águas Pluviais	79	2.477,6
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>7.971,6</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

No tocante às operações contratadas, em 2009, com recursos de financiamento, foram concretizadas operações de crédito referentes a 114 propostas seleccionadas em 2007 e 2008 e que somente foram contratadas no exercício passado. Tais operações totalizam um valor de R\$ 2,3 bilhões. No que se refere às operações seleccionadas em 2009, houve a contratação de 14 propostas no valor de R\$ 196,6 milhões. A Tabela a seguir demonstra as operações contratadas em 2009, por modalidade.

**Projetos de Saneamento e Valores Contratados em 2009, com Recursos de Financiamento do Programa Saneamento para Todos – Brasil, 2009 (em R\$ milhões)**

Modalidade	Quantidade	Valor
Abastecimento de Água	54	1.390,1
Desenvolvimento Institucional	1	28,9
Esgotamento Sanitário	25	622,8
Estudos e Projetos	16	18,9
Manejo de Águas Pluviais	21	184,4
Manejo de Resíduos Sólidos	14	-55,8
Saneamento Integrado	4	243,8
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>2.342,2</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Quanto ao desembolso de recursos em operações de crédito de financiamento, observa-se uma tendência de crescimento do ritmo de execução das obras e consequentemente um maior fluxo de desembolsos. Em 2009, o valor desembolsado para as operações de crédito de financiamento foi de R\$ 3 bilhões. Tal valor envolve projetos contratados em 2009 e anos anteriores. Quanto aos empreendimentos inseridos no PAC, foram desembolsados, no período de janeiro a dezembro de 2009, R\$ 2,4 bilhões. Esse valor representa quase o dobro do desembolsado nos dois primeiros anos do PAC, período 2007 e 2008, de R\$ 1,3 bilhão.

Entre as obras viabilizadas a partir de recursos do Orçamento Geral da União, algumas merecem especial destaque, seja por se tratarem de empreendimentos de grande porte, seja pelo potencial de mudança social, tais como: saneamento integrado e urbanização no Complexo de Manguinhos, com investimentos de R\$ 93,3 milhões em implantação de rede de abastecimento de água, rede coletora e ligações domiciliares de esgoto, drenagem de águas pluviais, sistema viário, construção/aquisição de 700 unidades habitacionais para reassentamento, beneficiando 11,8 mil famílias; drenagem urbana na Baixada Fluminense, com investimentos de R\$ 275,6 milhões em macrodrenagem e recuperação ambiental dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí para o controle de inundações e construção de 1.910 unidades habitacionais em Mesquita, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis e Rio de Janeiro, beneficiando 500 mil famílias; abastecimento de água em Macapá, com recursos de R\$ 78,8



milhões, beneficiando 66 mil famílias; esgotamento sanitário em Fortaleza, com investimentos de R\$ 144,4 milhões, beneficiando 60,2 mil famílias; preservação do Pantanal, com investimentos de R\$ 124,0 milhões em ampliação e melhorias no sistema de esgotamento sanitário da cidade de Cuiabá (Projeto Pantanal), o qual elevará o nível de cobertura de coleta e tratamento para 60% da capital, beneficiando 52 mil famílias.

Conforme preconizado na Lei do Saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), encontra-se em elaboração, a partir de um amplo processo participativo, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), cuja conclusão está prevista para 2010. O Plano deverá estabelecer metas de curto, médio e longo prazos com vistas a orientar ações e investimentos para a universalização do acesso ao saneamento básico de qualidade, no menor prazo possível. Paralelamente, encontra-se em curso uma série de ações no intuito de apoiar os Municípios na elaboração de seus Planos de Saneamento Básico, com destaque para a Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização.

No que se refere às ações de Saneamento em pequenos Municípios e em áreas especiais, dos R\$ 4 bilhões previstos no PAC para o período 2007-2010, já foram selecionados até o momento R\$ 3.750,5 milhões e contratados R\$ 3.418,7 milhões para o período 2007-2009. Essas ações cumprem um papel fundamental na prevenção e no controle de agravos em populações com fragilidade de inserção social, com forte impacto no desenvolvimento dessas comunidades. Dando continuidade a essa política, em 2009, foram contratados 1.120 novos empreendimentos em áreas especificamente priorizadas, destacando-se:

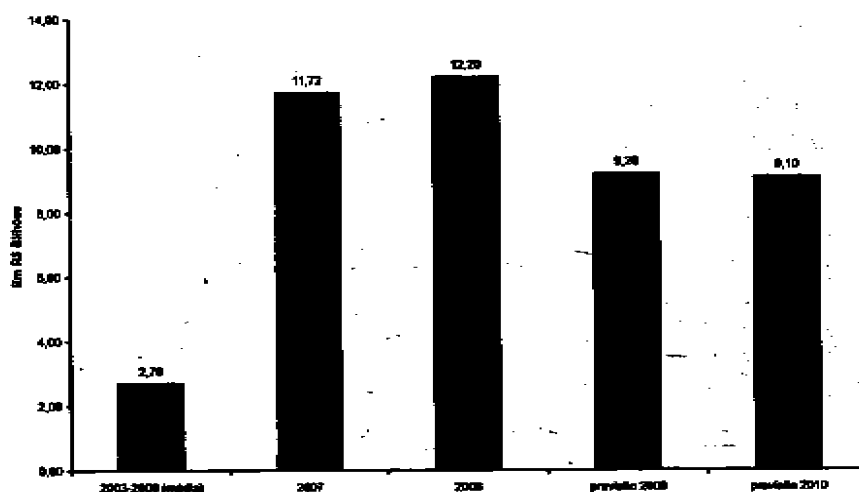
- saneamento em áreas indígenas: atendidas 63 novas aldeias, em 2009, perfazendo um total de 1.014 aldeias atendidas;
- saneamento em áreas quilombolas: atendidas 150 novas comunidades, em 2009, perfazendo um total de 360 comunidades atendidas;
- drenagem em área de malária: 31 Municípios atendidos, sendo que em 13 o atendimento foi realizado em 2009;
- melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas: 518 Municípios atendidos, sendo que em 45 o atendimento foi realizado em 2009;
- abastecimento de água em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 1.098 Municípios, sendo que em 251 o atendimento foi iniciado em 2009;
- esgotamento sanitário em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 422 Municípios, sendo que em 111 o atendimento foi iniciado em 2009;
- melhorias sanitárias domiciliares em Municípios com até 50 mil habitantes: atendidos 495 Municípios, sendo que em 93 o atendimento foi iniciado em 2009;
- resíduos sólidos urbanos em Municípios com até 50 mil habitantes – foram priorizados 8 Municípios, tendo sido atendidos, nos exercícios de 2008 e 2009, todos os Municípios priorizados, sendo 6 Municípios no ano de 2009;
- saneamento rural em assentamentos: 1.114 comunidades atendidas, sendo que em 360 o atendimento foi iniciado em 2009;
- saneamento rural em escolas: atendidas 457 escolas, sendo que em 29 o atendimento foi iniciado em 2009; e
- apoio e controle da qualidade da água para consumo humano – foram priorizadas 14 unidades. Dessas, em 2009, foram implantadas 4 unidades, perfazendo um total de 18 unidades implantadas.

As perspectivas, para 2010, concentram-se na contratação dos demais empreendimentos priorizados; na reprogramação de Municípios que não cumpriram suas metas; e no treinamento dos 119 engenheiros contratados a fim de dar continuidade às análises técnicas e iniciar as atividades de acompanhamento pelas Coordenações Regionais. Em relação ao Programa Saneamento

para Todos, estima-se a contratação dos projetos selecionados em 2009 e o incremento das contratações junto ao setor privado. Assim, a previsão de contratações em saneamento, para 2010, no Ministério das Cidades, é de R\$ 7,34 bilhões, envolvendo recursos do OGU e financiamento.

O ambiente de investimentos continuados para o setor de saneamento deve permanecer, durante o exercício de 2010, em patamares bastante próximos aos do período 2007-2009, com investimentos totais (OGU e financiamento) da ordem de R\$ 9,10 bilhões, considerando o planejamento de execução do PAC, a previsão de contratação de financiamentos e as demais fontes de financiamento, conforme quadro a seguir.

**Investimentos Continuados para o Setor Saneamento – Brasil, 2003-2010 (R\$ bilhões)**



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

## 6. Habitação

O principal objetivo da Política Nacional de Habitação é retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda. Na implementação dessa Política, o eixo norteador da atuação do Governo é o Plano Nacional de Habitação (PlanHab).

O PlanHab, articulado aos instrumentos de planejamento e orçamento, é parte de um processo de planejamento de longo prazo que tem por pressuposto revisões periódicas. O PlanHab orientará o planejamento das ações públicas e privadas no setor habitacional durante os próximos 15 anos, com o objetivo de melhor direcionar recursos para o enfrentamento das necessidades habitacionais do País. As ações estratégicas propostas pelo Plano estão definidas em quatro eixos: i) modelagem de subsídios e alavancagem de financiamentos para população de baixa renda; ii) organização institucional e ampliação dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); iii) propostas e mecanismos de fomento para a cadeia produtiva da construção civil; e iv) incentivos à adoção de mecanismos de política territorial e fundiária para ampliação de áreas para habitação de interesse social.

O compromisso com a construção de canais institucionais de participação social é um dos pilares do PlanHab. O processo de elaboração do Plano envolveu o diálogo entre o Conselho das Cidades, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e os Conselhos Curadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Desenvolvimento Social; e o fortalecimento dos instrumentos previstos na Lei nº 11.124, de 2005, quais sejam o SNHIS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor.

O SNHIS conta com a adesão de todos os Estados e de mais de 90% dos Municípios. O Sistema estabelece as bases de um desenho institucional que prevê a integração entre os três níveis de governo e define as regras que asseguram a articulação financeira do FNHIS entre os entes da Federação. O SNHIS representa a retomada do processo de planejamento habitacional nos níveis subnacionais, ao vincular a participação no Sistema à instituição dos fundos locais de habitação de interesse social e dos respectivos conselhos gestores. A elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, outro requisito da adesão ao Sistema, completa um novo quadro institucional, que permitirá aos poderes executivos locais a elaboração de um desenho de estratégias que promovam o acesso à moradia digna, de acordo com as especificidades regionais, contribuindo para o enfrentamento do déficit habitacional do País.

O FNHIS possui natureza contábil e centraliza os recursos fiscais destinados à implementação dos programas estruturados no âmbito do SNHIS, constituindo um importante instrumento que permite ao Governo induzir os Entes Federados a constituírem os mencionados fundos e conselhos gestores locais. Após a aprovação da Lei nº 11.578, de 2007, os repasses lastreados com recursos do FNHIS passaram a ter status orçamentário e financeiro de transferências obrigatórias e, em conjunto com as ações incluídas no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), no Programa Pró-Moradia e nos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos, que compõem o PAC-Habitação.

O PAC-Habitação se insere no eixo de expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País e visa ao desenvolvimento sustentável dos setores produtivos ligados à habitação. O Programa tem como princípios a criação de um ambiente favorável ao crescimento e à universalização dos benefícios econômicos e sociais a todas as regiões e traz a perspectiva de expressiva ampliação no aporte de recursos destinados à área habitacional. As intervenções do PAC-Habitação possibilitam o atendimento da carência habitacional de parcela da população com renda de até 5 salários mínimos, que reside em assentamentos precários situados nas principais cidades e regiões mais populosas.

Os déficits habitacionais apontam para uma dívida social acumulada de quase 6,3 milhões de novos domicílios, além de mais de 10 milhões de moradias com problemas de infraestrutura básica. Esse quadro torna necessária uma atuação estatal no horizonte de médio e longo prazos, com investimentos continuados, que considere não apenas as necessidades habitacionais acumuladas, mas também aquelas decorrentes do crescimento demográfico e da reposição de unidades obsoletas.

No anúncio do PAC, para o quadriênio 2007-2010, estavam previstos, inicialmente, aportes de recursos para os programas e ações governamentais integrantes do PAC-Habitação, da ordem de R\$ 106,3 bilhões. Desse montante, R\$ 10,1 bilhões correspondem a recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU); R\$ 4 bilhões de financiamento ao setor público; R\$ 32,5 bilhões de financiamentos habitacionais para pessoas físicas, compreendendo recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); R\$ 42 bilhões de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE); além de R\$ 17,7 bilhões de contrapartida de Estados, Municípios e pessoas físicas.

Posteriormente, em 2009, o Governo estruturou um dos principais programas para enfrentamento da crise econômica internacional e redução do déficit habitacional – o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O Planhab foi utilizado como suporte ao planejamento necessário para a estruturação desse Programa, quanto ao modelo de subsídio adotado. O PMCMV tem um papel-chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anticíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. O segundo parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda. Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.

Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até dez salários mínimos. O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até seiscentos mil financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV. O programa teve aporte de recursos da ordem de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 25,5 bilhões do OGU e R\$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais e ainda R\$ 1 bilhão do BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva.

### 6.1. PAC-Habitação

Atualmente, estão alocados no PAC-Habitação recursos da ordem de R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 10 bilhões de recursos orçamentários da União e R\$ 2 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Esses recursos estão sendo destinados a projetos de urbanização de assentamentos precários em grandes complexos, tais como Rocinha, Manguinhos e Alemão, no Rio de Janeiro; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; Guarituba, em Curitiba; Vila Dique e Nazaré, em Porto Alegre; Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis; Estrutural, no Distrito Federal; além de erradicação de palafitas e habitações em áreas de risco, nos Municípios de Rio Branco/AC; Manaus/AM; Macapá/AP; Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Castanhal/PA; Porto Velho/RO; Lauro de Freitas/BA; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; região metropolitana do Recife/PE; e Baixada Santista/SP, além de outras intervenções em 2.153 outros Municípios em todas as Unidades da Federação.

Os recursos alocados no exercício de 2009 referem-se basicamente à seleção de novos projetos de urbanização de assentamentos precários e à complementação de obras em andamento, o que beneficiará mais de 50 mil famílias. Também em 2009 houve aporte adicional de recursos para redução das contrapartidas de operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008. Dentre os novos projetos selecionados destacam-se a urbanização do Alto de Santa Terezinha, em Salvador/BA; da Vila Santa Isabel, em Timon/MA; de Dom Antônio Barbosa, em Campo Grande/MS; do Jardim Teresópolis, em Betim/MG; dos Jardins Silvina, Oleoduto e Esmeralda, em São Bernardo do Campo/SP; da Vila Palmeira, em Novo Hamburgo/RS; do Jardim União, em Marabá/

PA; da Favela Sapé, na Cidade de São Paulo/SP. No total, foram alocados R\$ 650 milhões do FNHIS para 62 novos projetos e R\$ 132,2 milhões do OGU para 17 novos projetos.

Os projetos de urbanização do Vale do Reginaldo, em Maceió; da Vila do Mar, em Fortaleza; da Vila São José, em Belo Horizonte; da Comunidade do Pilar, no Recife; do Morro do Preventório, na Cidade do Rio de Janeiro; de Nova Santa Marta, em Santa Maria/RS; do Córrego Cadaval, em Carapicuíba/SP, estão entre as obras em execução que receberam recursos complementares, em 2009, para ampliação de meta, ou seja, aumento no número de famílias beneficiadas diretamente ou ampliação de obras/serviços. Para esse fim, foram alocados R\$ 550 milhões do FNHIS para complementação de 47 projetos e R\$ 75,2 milhões do OGU para complementação de 8 projetos, todos já inseridos no PAC.

Ainda no exercício de 2009, cabe destacar a decisão do Governo de aportar recursos, inicialmente não previstos, para promover a redução das contrapartidas dos Entes Federados que – em função da conjuntura econômica, que provocou queda da arrecadação de tributos pelos entes públicos, e ainda em função do aumento dos custos dos materiais de construção e de serviços, decorrentes do aquecimento do mercado da construção civil e do detalhamento dos projetos – reduziram sua capacidade de aporte da contrapartida pactuada nas operações firmadas nos exercícios de 2007 e 2008 no âmbito do PAC, implicando perigo iminente de paralisação das obras. No PAC, o FNHIS não financia somente obras: até 2009, já foram beneficiados 1.954 Municípios e 25 Estados, com repasse de R\$ 102 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação, que habilitarão esses entes ao financiamento de projetos habitacionais.

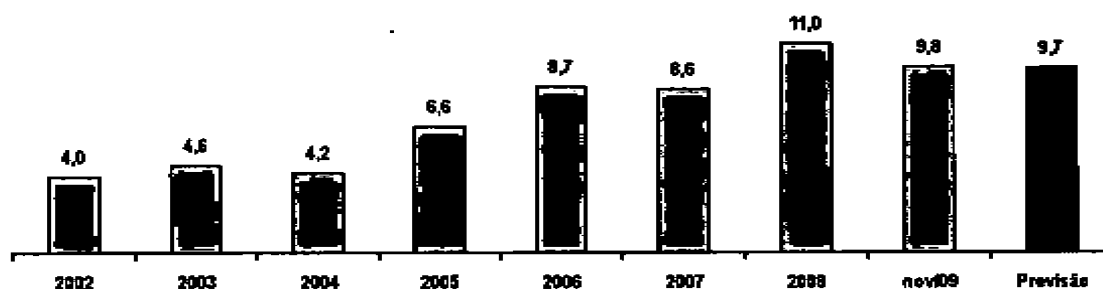
#### **6.1.1. Financiamento ao Setor Público**

Em janeiro de 2007, a Resolução nº 3.438, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ampliou a capacidade de endividamento dos Estados e Municípios, estabelecendo um limite específico – R\$ 4 bilhões – na contratação de operações de crédito voltadas ao atendimento habitacional de população de baixa renda, o que não ocorria há cerca de uma década. Essa medida permitiu a retomada das operações do Pró-Moradia, programa operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) com recursos do FGTS; e o estabelecimento de parceria com o BNDES para execução de operações no âmbito dos Projetos Multissetoriais Integrados (PMI), operados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em 2009, também por intermédio de resolução do CMN, o limite de crédito ao setor público foi ampliado em mais R\$ 1,5 bilhão, totalizando R\$ 5,5 bilhões, destinados à contratação de projetos de urbanização de assentamentos precários e produção de novas habitações pelos Entes Federados que possuam capacidade de pagamento e endividamento. O total desses recursos já está alocado, sendo R\$ 613 milhões em 17 intervenções do PMI e R\$ 4,9 bilhões no Pró-Moradia em 197 intervenções, incluindo a seleção de 54 projetos, realizada em 2009, no valor de R\$ 1,9 bilhão.

#### **6.1.2. Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas**

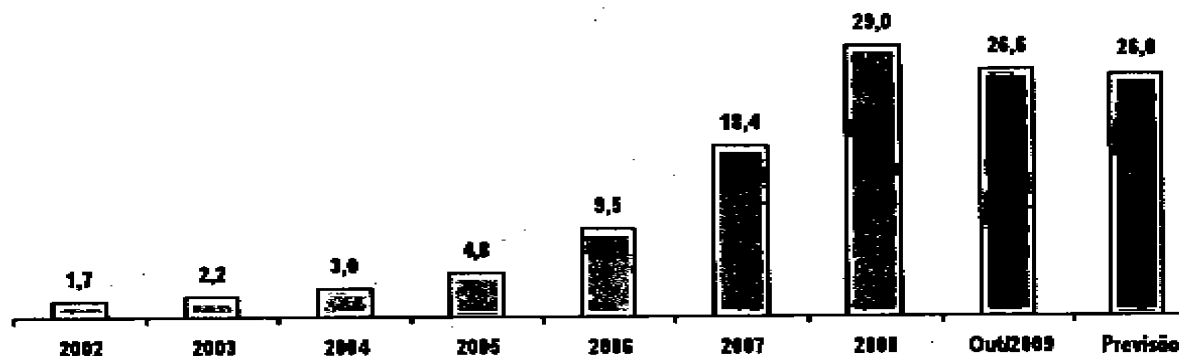
De 2007 a 2009, os créditos concedidos a pessoas físicas com recursos do FGTS, do FAR e do FDS estão beneficiando famílias com a aquisição, reforma ou construção de unidades habitacionais, com a alocação de R\$ 29,4 bilhões, superando em 21% as metas para o período. Estima-se que a esses recursos ainda são acrescidos R\$ 5,9 bilhões de contrapartidas individuais.

**Contratação de Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas (R\$ bilhões)**

Fonte: CAIXA, com dados até 15 de novembro/2009.

Já em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007/2009, houve a superação das metas em cerca de 135%. Na ampliação dos recursos voltados para a produção habitacional para classes de renda média e alta, merece destaque a aprovação das Leis nº 10.931, de 2004; 11.033, de 2004; e 11.196, de 2005, que conferiram maior segurança jurídica ao financiamento e à produção de habitação de mercado, ao instituírem, entre outros, o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e a Cédula de Crédito Bancário.

Para viabilizar a retomada da produção de habitação de mercado, foi determinante, ainda, a regulamentação pelo CMN, em 2005, da obrigatoriedade de os bancos investirem em financiamento habitacional porcentagem de recursos captados por meio do SBPE, revogando resoluções anteriores que permitiam que elas aplicassem tais recursos em títulos da dívida pública depositados junto ao Banco Central. A abertura do capital do setor imobiliário também possibilitou crescimento do montante de recursos destinados à habitação de mercado, resultando em expressivo volume de contratações, conforme pode ser visto no gráfico seguinte.

**Contratação SBPE (R\$ bilhões)**

Fonte: Abecip, com dados até 30 de outubro/2009.

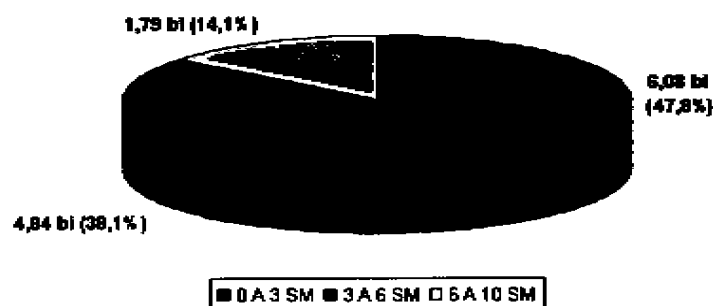
## 6.2. Programa Minha Casa, Minha Vida

A apresentação de propostas de empreendimentos e as contratações das operações no âmbito do PMCMV tiveram início em 13 de abril de 2009. Até 24 de dezembro de 2009, foram apresentadas à CAIXA, agente financeiro executor do Programa, 3.066 propostas de empreendimentos com 619.036 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R\$ 36,85 bilhões.



Com relação às contratações, foram firmados contratos de 247.950 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R\$ 13,89 bilhões. Dessas unidades contratadas, 191.957 são referentes a empresas do setor da construção civil e 557.993 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

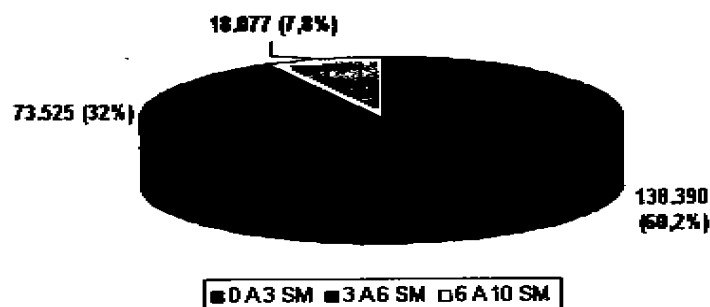
**Valor Contratado por Faixa de Renda - PMCMV - 2009**



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida considerando o déficit habitacional nos Estados, sendo que, até a referida data, os Estados da Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até 3 salários mínimos e outros nove Estados já apresentam volume de propostas em análise superior à meta estabelecida para essa faixa de renda.

**Número de Unidades Habitacionais Contratadas por Faixa de Renda - PMCMV - 2009**



Fonte: Relatório Semanal PMCMV – CAIXA, de 24/12/2009, com recursos do FAR, FDS, FGTS e OGU.

### 6.3. Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

No âmbito das ações de desenvolvimento institucional, foi realizada, em 2009, uma agenda de capacitação nacional, que incluiu a realização de duas edições do Curso a Distância Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e onze oficinas presenciais de PLHIS, realizadas em 10 Estados, em parceria com os governos estaduais e com a CAIXA. Essas ações tiveram por objetivo principal ampliar a capacidade dos gestores locais para elaboração e implementação dos PLHIS, bem como contribuir para que Estados e Municípios atendam aos requisitos e prazos estabelecidos pela SNHIS/FNHIS. No total foram realizados

curso de capacitação em cerca de 1.200 Municípios, alcançando aproximadamente 6 mil pessoas, entre técnicos municipais e estaduais, empregados da CAIXA, consultorias e movimentos sociais.

Várias frentes de cooperação internacional foram implementadas. Em destaque estão a cooperação Sul-Sul com os países da África, especialmente Cabo Verde e Moçambique. A atuação do Governo, por intermédio do Ministério das Cidades, está voltada ao apoio para a formulação do Plano e da Política Nacional de Habitação de Cabo Verde, bem como para o desenvolvimento de uma metodologia de atuação em assentamentos informais, na cidade de Maputo, Moçambique, visando ao reordenamento e urbanização dessas áreas. Ainda no âmbito da cooperação Sul-Sul, o Ministério das Cidades coordenou as reuniões do Grupo de Trabalho sobre Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS, nas quais foram definidas atividades para o biênio 2009/2010. Entre essas atividades está a realização de um evento de rede durante o V Fórum Urbano Mundial, com o objetivo de discutir e disseminar as políticas de urbanização de favelas adotadas nos três países.

#### 6.4. Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), com o objetivo primordial de elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil, é o meio de interlocução do Governo, por meio do Ministério das Cidades, com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil. Na implementação das ações que compõem o PBQP-H, no exercício de 2009, foram alocados recursos do OGU da ordem de R\$ 1,8 milhão de reais.

Apesar do reduzido aporte de recurso orçamentário, é importante ressaltar que o Programa atua pelo estímulo aos agentes setoriais, com base no marco regulatório do Programa, construído em consenso com os agentes intervenientes, buscando a participação: i) da cadeia produtiva, desde fornecedores de materiais e componentes da construção até os responsáveis por serviços, operacionalizando os Programas Setoriais de Qualidade; ii) do setor público, mediante Termos de Adesão e Acordos Setoriais, firmados entre os agentes da cadeia produtiva e o Programa, prevendo o desenvolvimento de ações com foco no aumento da qualidade e produtividade do setor; iii) dos agentes financiadores e de fomento, integrados a projetos/ações que buscam utilizar o poder de compra como indutor da melhoria da qualidade e aumento da produtividade do setor da Construção Civil; iv) dos agentes de fiscalização e de direito econômico na promoção da isonomia competitiva do setor, por meio de ações de combate à produção em não conformidade e de estímulo à ampla divulgação e respeito ao Código de Defesa do Consumidor e às questões ligadas à Lei de Responsabilidade Solidária e ao novo Código Civil; e v) do consumidor e da sociedade em geral, no exercício do seu direito de cidadania, por meio do conhecimento de requisitos de exigência de qualidade/conformidade e produtividade.

A partir desses estímulos, o aporte anual de recursos privados em qualidade, feito pelas empresas, devido ao fomento estabelecido pelo Programa, é estimado em:

- implementação do Programa Setorial da Qualidade, envolvendo as atividades de normalização técnica, desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, realização de auditorias e de ensaios laboratoriais, acompanhamento dos indicadores da conformidade técnica do setor e outras atividades de Tecnologia Industrial Básica (TIB): R\$ 15,6 milhões;
- manutenção dos níveis de qualidade estabelecidos no PBQP-H pelas empresas do setor, envolvendo atividades de controle da qualidade, realização de ensaios ao longo da produção e do produto acabado, implementação de sistemas da qualidade, capacitação dos profissionais da qualidade e outras atividades de TIB: R\$ 104 milhões; e

• implementação do Sistema de Avaliação de Conformidade nos níveis D, C, B e A do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras (SIAC). A certificação envolve o custo de auditorias, que avaliam periodicamente a qualidade do sistema de gestão implantado: R\$ 84 milhões.

Em 2009, no bojo do PMCMV e em sintonia com as diretrizes do PBQP-H, o BNDES também alocou cerca de R\$ 1 bilhão para apoio financeiro às construtoras, fornecedores de materiais, componentes e sistemas construtivos, além de oferecer R\$ 5,5 bilhões de limite de crédito pré-aprovado para compras com o Cartão BNDES, objetivando aumentar a competitividade empresarial por meio de melhorias de qualidade e produtividade, aumentando a capacidade das empresas para responder às demandas do mercado. A Finep, também, em parceria com o Ministério das Cidades, publicou edital apoiando projetos de pesquisa inovadores, destinando R\$ 15 milhões para a área de habitação.

### **6.5. Perspectivas para 2010**

As políticas públicas de habitação de interesse social no Brasil foram negligenciadas por cerca de 20 anos, desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, até a criação do Ministério das Cidades, em 2003. Nestes 7 anos, um período curto para a temporalidade da política habitacional, houve importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda. É sensível a diferença na ampliação do acesso à moradia, seja em função da estabilidade, aumento da renda e redução das desigualdades, seja como resultado dos programas habitacionais.

O aumento de cerca de seis vezes nos recursos para habitação nos últimos anos, que passou de R\$ 7 para R\$ 43,2 bilhões, especialmente com a consolidação do SNHIS e a inclusão do tema no eixo de infraestrutura social e urbana do PAC, está beneficiando, desde 2003, cerca de 4,6 milhões de famílias. Resultados dessa política podem ser verificados, por exemplo, com a diminuição do déficit habitacional brasileiro em 21% ao longo do referido período.

Contribuiu expressivamente para esse resultado a adesão ao SNHIS de 5.314 Municípios e de todos os Estados e do Distrito Federal. Esse verdadeiro novo pacto federativo vem proporcionando a consolidação e ampliação de programas e recursos das três esferas de governo para uma política habitacional sincronizada, além do fortalecimento institucional do setor. Esse avanço é demonstrado pelo fato de que, em 2004, apenas 42% dos Municípios possuíam órgão específico para habitação; já em 2008, 70% desses entes possuíam tal órgão, segundo dados da Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), realizada pelo IBGE.

Nesse contexto, as perspectivas para 2010 passam pelo fortalecimento do SNHIS, a implementação do Planhab e a continuidade dos programas e investimentos no setor. Para as ações que estão em andamento, no âmbito do PAC, espera-se: concluir as obras em andamento e iniciar as obras selecionadas em 2009. Em relação ao PMCMV, serão implementadas as ações buscando alcançar a meta de contratação de 1 milhão de moradias em 2010.

## **7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana**

A partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001), que estabeleceu diretrizes gerais de política urbana e constitui-se na base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Governo passou a atuar em parceria com os Estados, Municípios e a sociedade civil na implementação de seus princípios e instrumentos. Em 2009 deu-se prosseguimento à gestão dos contratos de repasse de recursos para apoio aos Municípios para a elaboração de planos de redução de riscos, contabilizando 65 Municípios, e para o

desenvolvimento de projetos de estabilização de encostas (15 municipalidades). A ênfase foi dada aos programas de capacitação e treinamento de equipes municipais, em articulação com o Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC).

Foram desenvolvidos cursos na região metropolitana de Belo Horizonte/MG e nos Municípios de Blumenau/SC, Itajaí/SC e Florianópolis/SC (parceria com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM). Foi concluído o Curso Gestão e Mapeamento de Riscos Socioambientais, na modalidade à distância, que atendeu a 1.000 alunos em todo o País. O MCidades está preparando também, em parceria com a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), a elaboração de cursos em Blumenau/SC e Florianópolis/SC para multiplicadores de programas de capacitação, como professores universitários, alunos de pós-graduação e pesquisadores. Ainda no PNCC houve o apoio, acompanhamento e controle de 22 projetos de extensão universitária no desenvolvimento de ações que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana.

Para a implementação plena do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) deu-se continuidade ao processo de compra e distribuição de imagens de satélite da área urbana e de kits didáticos. Foram também realizadas diversas atividades por meio do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária.

Nas ações de promoção de acesso à terra urbanizada para a população de menor renda, houve continuidade na gestão dos convênios celebrados com governos estaduais, a exemplo dos Estados de Mato Grosso, Pará e Minas Gerais e com as entidades sem fins lucrativos, e no apoio às atividades que visam a titulação dos beneficiários.

No âmbito das ações de capacitação, foi realizado o Seminário Nacional de Regularização Fundiária, em Brasília e promovidas oficinas e seminários para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária Urbana na Amazônia Legal, à luz da Lei nº 11.952, de 2009, nas seguintes capitais: Porto Velho, Belém, Cuiabá, Boa Vista e Manaus. Com relação às terras do Incra, na Amazônia Legal, já foram doados 465 hectares de glebas em área urbana para a Prefeitura de Porto Velho, que beneficiarão cerca de 20 mil moradores. O sistema de monitoramento montado no Programa Papel Passado permite acompanhar o andamento de processos de regularização fundiária em todo o País, envolvendo tanto as ações que contam com apoio direto do Governo Federal quanto as que são desenvolvidas de forma autônoma pelos parceiros. Esse monitoramento mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingiram 385 Municípios e beneficiaram 1.706.573 famílias, em 2.592 assentamentos. Dessas, 369.715 já tiveram seus títulos concedidos. Para 2010, está prevista a elaboração de material para capacitação dos Municípios com relação ao conteúdo da Lei nº 11.977, de 2009, que institui a política nacional de regularização fundiária. Nesse sentido, serão realizadas novas oficinas e seminários especificamente para a capacitação dos Municípios em regularização fundiária urbana na Amazônia Legal.

Desde 2003, foram apoiadas ações de reabilitação de áreas urbanas centrais em 130 Municípios brasileiros. Em ação pioneira, que envolveu diversos órgãos do Governo Federal, além de representantes dos movimentos sociais de luta por moradia, foram realizadas vistorias em cerca de 500 imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, com o objetivo de avaliar as possibilidades de destinação desses imóveis a programas de provisão habitacional de interesse social. O resultado desse trabalho foi a identificação de 190 imóveis com possibilidade de receber projetos habitacionais. Desses, cerca de 23 foram comprados pela União e serão destinados ao PMCMV. Em 2010, serão destinados mais R\$ 40 milhões para compra de imóveis do referido Fundo, visando à realização de empreendimentos habitacionais para famílias de baixa renda.

Outra ação que merece registro, no último ano, foi a já mencionada criação do PAC das Cidades Históricas, que viabilizará no biênio 2009/2010 a execução de ações de requalificação urbanística, infraestrutura urbana e social e recuperação de imóveis

públicos, o que representa uma série de investimentos de grande importância para a preservação do patrimônio cultural e a reabilitação urbana nas cidades históricas. Dentro deste objetivo, foi estabelecida parceria entre o Programa de Reabilitação e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para reforma de 3 estações centrais de trens metropolitanos de transporte de passageiros, localizadas em Maceió/AL, João Pessoa/PB e Natal/RN.

O Governo Federal, também em 2009, celebrou com as Prefeituras do Rio de Janeiro, Paris e a Caixa Econômica Federal um Acordo de Cooperação visando à reabilitação sustentável da área central da Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a zona portuária e arredores. Foi também editado o livro “Operações Urbanas: Anais do Seminário Brasil-França”, que reúne os resultados do evento realizado em 2008 para capacitar o corpo técnico de Estados e Municípios na utilização das operações urbanas consorciadas como instrumento de reabilitação de áreas urbanas centrais.

No âmbito do apoio à elaboração e implementação de instrumentos dos Planos Diretores municipais, em 2009, as ações do Ministério das Cidades relativas ao planejamento urbano e à implementação do Estatuto da Cidade voltaram-se para a capacitação de equipes municipais, de gestores e da sociedade e para o apoio ao ordenamento territorial aos Municípios da Amazônia Legal. Também foi dada atenção especial às questões relacionadas à prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. No que se refere à capacitação voltada à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, destaque para a continuidade, em 2009, das ações do Projeto “Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores”, iniciado em 2007. Essa rede foi constituída com o objetivo de promover a avaliação qualitativa dos Planos Diretores de 526 Municípios, com foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada. Também foram programadas atividades de capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil para a implementação dos planos diretores.

Em função da crescente ocorrência de casos de conflitos fundiários urbanos no País e também em decorrência da política urbana municipal que ainda não efetivaram o acesso à terra urbanizada e o direito à moradia adequada, o Ministério das Cidades, em conjunto com o Conselho Nacional das Cidades, promoveu um amplo debate em nível nacional com vistas à construção de uma Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. No ano de 2009, foram realizados seminários regionais nas cidades de Curitiba, Goiânia, Recife, Rio de Janeiro e Belém para obter subsídios à construção da política nacional e para promover a articulação dos agentes locais envolvidos com os conflitos fundiários urbanos. Os seminários contaram com a presença de mais de mil pessoas de diversos Estados do País e de diversos segmentos da sociedade. Como resultado, foi consolidada uma resolução do Conselho Nacional das Cidades, contendo os princípios, diretrizes, ações e competências da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.

Com o intuito de fortalecer a capacidade das equipes municipais, dos gestores e da sociedade na implementação de políticas urbanas que produzam cidades mais justas e saudáveis, em 2010, no campo do planejamento urbano, o Governo continuará a concentrar seus esforços no apoio e fomento à implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. O intuito é fazer com que os Planos Diretores sejam implementados com ampla gestão democrática e que consigam regular o parcelamento, uso e ocupação do solo e definir diretrizes de investimentos públicos que revertam a lógica da exclusão socioespacial da população de baixa renda, que consigam destinar terra para construção de habitação de interesse social, que definam áreas para implementação de equipamentos urbanos e para melhoria de serviços públicos e que dialoguem com as políticas setoriais, em especial o saneamento ambiental, o transporte e mobilidade urbana e a habitação de interesse social.

## 8. Mobilidade Urbana

No ano de 2009, uma nova versão do texto do Projeto de Lei da Mobilidade (PL nº 1.687, de 2007) foi consolidada. Com as alterações propostas definiu-se que a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivos contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana. O objetivo geral é a integração entre diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades. Quanto à questão de tarifas de transporte público, as alterações no PL possibilitarão que o Poder Público institua tarifas diferenciadas para remuneração dos custos dos serviços.

No que se refere ao Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), foi alocado R\$ 1 bilhão, em 2009, para operações de crédito com recursos do FGTS. Foi definida ainda a aplicação de recursos para o PAC da Mobilidade Urbana e de Transporte nas doze cidades-sede da Copa 2014: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, prioritariamente. A expectativa, para 2010, é o início das obras, por meio de financiamentos, com utilização de recursos do FGTS, perfazendo um total de cerca de R\$ 8 bilhões.

Em relação à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida aos bens e serviços da comunidade, foram definidas diversas ações, em 2009. Essas ações foram divididas em cinco conjuntos. O primeiro refere-se aos investimentos da União, somando-se às contrapartidas dos Governos do Distrito Federal, Estaduais e Municipais envolvidos. O segundo conjunto trata das medidas de desoneração de custo e melhorias das condições de financiamento para a iniciativa privada que acelerem a aquisição de veículos de transporte público acessíveis. O terceiro bloco trata das operações de crédito que possibilitem aos Governos Estaduais e Municipais realizarem os investimentos em infraestrutura necessários. O quarto grupo trata da articulação institucional entre os órgãos dos Entes Federados para a identificação dos entraves e sua rápida solução. Finalmente o quinto bloco reúne as ações e instrumentos previstos no Programa Brasil Acessível, destacando-se aquelas destinadas ao desenvolvimento institucional e à divulgação do conceito de desenho universal aplicados aos projetos arquitetônicos.

Na área da acessibilidade, outros aspectos devem ser ressaltados, com previsão de término em 2010, como a adaptação de 300 terminais metroferroviários e a renovação da frota de veículos, com o financiamento de 35 mil ônibus e 5 mil micro-ônibus. Ainda com relação à acessibilidade, enfatiza-se o Projeto Básico de Escola/Ponto de Parada, com objetivo de oferecer subsídio às prefeituras para elaboração de projetos executivos de calçadas que liguem o terminal rodoviário ou metroviário às escolas públicas, incluindo a correta disposição dos mobiliários urbanos, rebaixamento de guias, sinalização tátil e demais dispositivos indispensáveis ao deslocamento seguro e confortável das pessoas com mobilidade reduzida. Entre as ações extraorçamentárias cabe ressaltar o Programa Bicicleta Brasil, que completou cinco anos em 22 de setembro de 2009, tendo sido promovido o “Dia sem Carro”, reunindo setores de governo e da sociedade para refletir sobre o modelo de mobilidade instalado nas cidades e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

### 8.1. Transporte Metroferroviário

No âmbito do sistema metroferroviário, no Estado do Rio Grande do Sul, deve-se destacar a inclusão da expansão da Linha 1 da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), trecho São Leopoldo-Novor Hamburg, no PAC, bem como a



disponibilização de recursos da ordem de R\$ 220 milhões para início efetivo das obras, em 2009. Com uma extensão de 9,3 km, em via dupla elevada, serão ainda construídas 4 estações: Rio dos Sinos, Liberdade, Fenac e Novo Hamburgo. Para o ano de 2010, tem-se como meta a operacionalização do sistema para a circulação de trens até a Estação Liberdade.

Os recursos orçamentários aprovados para as ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metroferroviários, especificamente do sistema da CBTU, totalizaram, em 2009, R\$ 451,6 milhões. No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo. O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife-Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período.

Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho). A aprovação de crédito suplementar ao orçamento permitiu a retomada do projeto executivo das Linhas 2 (Barreiro-Hospitais) e 3 (Pampulha-Savassi), num valor total de R\$ 14 milhões, que estava paralisado desde 2007. Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12 mil passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa-Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevador na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares. Destaca-se também a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricas (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia. Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada-Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da CPTM, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUEs e 2 locomotivas.

Nos investimentos para o sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste. No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas, no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevador no Polo de Parangaba, com 3,3 km de extensão; e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas Estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas. Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos. Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto de Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que, embora se constituam nos maiores problemas a serem superados, já apresentaram uma maior segurança e confiabilidade na operação dos sistemas, refletindo-se na melhoria da qualidade da oferta de transporte e no volume de passageiros transportados. A melhora no desempenho operacional dos sistemas é observada pela média diária de passageiros transportados, que em 2009, em Maceió, por exemplo, chegou a 6.451 passageiros, alcançando um crescimento de 7% em relação a 2008.

No ano de 2009 foi confirmado o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos 5 sistemas metroferroviários operados pela CBTU, que transportaram cerca de 108,4 milhões de passageiros ao ano. Esses números

representam o melhor resultado dos últimos 13 anos, com uma média diária de 365,1 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 3,3% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificada em 2009 situaram-se, respectivamente, em 5,65% e 1,5% acima dos números atingidos no ano anterior. A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R\$ 86,2 milhões, superando em 3,5% a obtida no ano de 2008, podendo ser considerado um excelente resultado, uma vez que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes. O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 2,3% em relação ao apurado em 2008, totalizando R\$ 276,0 milhões.

As perspectivas favoráveis para o cenário do transporte metroferroviário indicam as seguintes metas para cada um de seus sistemas:

- i) no sistema de Recife, serão concluídas as intervenções previstas no PAC e entregues os primeiros VLTs que operarão no trecho entre Cajueiro Seco e Cabo. Também terá curso a licitação para compra de mais 15 novos trens, que operarão nas linhas Centro e Sul, aumentando a oferta de transporte do sistema;
- ii) em Belo Horizonte, na linha 1 (trecho Eldorado-Vilarinho), prevê-se a conclusão das obras previstas no PAC, incluindo as obras civis do pátio de estacionamento de Vilarinho, iniciado em 2009, o projeto para modernização de sua sinalização e o avanço nas negociações para contratação do fornecimento de 10 novos TUEs;
- iii) em Salvador, dar-se-á o início da operação experimental do metrô (trecho Lapa-Acesso Norte) e a conclusão da ação de modernização do sistema do trem de subúrbio existente, no trecho Calçada-Paripe;
- iv) no sistema de Fortaleza, está prevista a conclusão de todas as obras civis no trecho João Felipe-Caucaia, que marcará o término de todo o escopo previsto no PAC para a Linha Oeste. Na Linha Sul (trecho Vila das Flores-João Felipe) serão concluídas todas as estações, obras no trecho subterrâneo, elevado, viadutos ferroviários e passarelas, bem como a instalação dos sistemas fixos. Também serão concluídas praticamente todas as obras civis nos prédios administrativos e centro de manutenção, bem como serão iniciados os testes com os TUEs;
- v) o sistema de Maceió será beneficiado com a continuidade das intervenções que viabilizarão a operação de 8 modernos VLTs, em fase de licitação. Estão previstas também a continuidade da recuperação da via permanente no trecho, incluindo infra e superestrutura; recuperação das estações, incluindo o sistema viário no seu entorno; e novos sistemas de sinalização e de telecomunicação; e
- vi) em Natal e João Pessoa, no escopo do Programa de Recuperação do Sistema, está prevista a continuidade das ações que vêm sendo desenvolvidas para restabelecer boas condições de qualidade e segurança à operação. Objetiva-se realizar a conservação da via permanente, com a substituição de trilhos, dormentes e lastro em pontos críticos e a construção de desvios, visando a melhorar a grade horária, com a entrada de mais uma composição em operação. Pretende-se também a recuperação de obras de arte especiais e de dispositivos de drenagem, melhorias da sinalização da via, obras de recuperação de estações, oficina e recuperação da frota de material rodante.

## 9. Trânsito

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo principal de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade, promovendo dessa forma a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País. Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos transportadores de cargas em 12 Estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada “Pela Estrada Afora”, veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infanto-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os Municípios. Destaca-se também a distribuição do material educativo elaborado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) “Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental” para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 Municípios integrados ao SNT.

Destinado a crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, foi realizado o “IX Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito”, em 2009, com o objetivo de incentivar a sociedade a analisar, refletir e produzir trabalhos voltados à melhoria da qualidade de vida no trânsito.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, *spots* de rádios, folhinhos e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 *spots* sob os *slogans* “Seja educado no trânsito como você é na sua vida”, “Motorista legal é motorista consciente”, “Pedestre legal é pedestre consciente”, “Motociclista legal é motociclista consciente”, além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do referido movimento “Dia sem Carro”.

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com consequente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (*airbag* e freio ABS) e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Para 2010, em conformidade às metas gerais do Programa Nacional de Trânsito para atendimento às diretrizes da PNT, pretende-se realizar as seguintes ações: i) capacitar 5 mil profissionais de órgãos e entidades do SNT; ii) realizar o Exame Nacional de Instrutores de Trânsito (ENIT) e o Exame Nacional de Examinadores de Trânsito (ENET); iii) implementar o Projeto de Ensino a Distância (EAD); iv) implantar uma rede nacional de controle das características dos veículos automotores e dos atos de registro, visando a fiscalizar a frota do País quanto às condições físicas e documentais do veículo em circulação, bem como as condições de habilitação dos respectivos condutores; v) disciplinar a circulação de bicicletas nas vias públicas do País, divulgando o “Manual

de Ciclovia"; vi) promover o "III Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito"; vii) realizar o "X Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito"; viii) realizar programas educativos permanentes de âmbito nacional, com campanhas de utilidade pública; ix) promover a edição de publicações diversas, tais como: Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar, Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito e Manuais Técnicos de Engenharia de Tráfego; e x) concluir a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) e Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos (Simrav).

## V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

### 1. Política Externa

No curso de 2009, as ações de política externa buscaram afirmar a inserção soberana do País, mediante a permanente defesa dos interesses da Nação. Assim, além do trabalho qualificado nos mais representativos e importantes fóruns externos, a diplomacia brasileira atuou permanentemente para a construção de uma ordem internacional mais equânime.

Nesse sentido, o Brasil continuou a desenvolver iniciativas para o adensamento das relações bilaterais e a integração na América do Sul. Para o desenvolvimento e consolidação dessas ações, o Presidente da República visitou os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela. Por seu lado, o País recebeu visita dos mandatários de Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ainda no plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões dos Ministros das Relações Exteriores, da Indústria e da Fazenda a cada 45 dias. A Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai, de 25 de julho, marcou nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a venda de energia ao Brasil. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do BNDES naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da Ponte Barão de Mauá e a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão. O fomento à infraestrutura viária continuou a ter importância prioritária na agenda com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do Protocolo sobre Financiamento Brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de integração fronteiriça e energética. Ainda em 2009, inaugurou-se a Ponte sobre o Rio Tacutu, entre Brasil e Guiana.

A área de infraestrutura deverá consolidar-se como uma das prioridades do processo de integração regional em 2010. Espera-se avançar nas negociações para a implementação da Hidrovia da Lagoa Mirim e concretizar o projeto da linha de interconexão elétrica com o Uruguai; e, com o Paraguai, planeja-se executar os entendimentos relativos a Itaipu, constantes da Declaração de 25 de julho de 2009 e iniciar as obras para a segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná. Dever-se-á avançar na construção do Corredor Rodoviário Interoceânico que liga Brasil, Bolívia e Chile; lançar a pedra fundamental da Ponte Internacional sobre o Rio Mamoré, importante componente do Corredor Viário La Paz-Manaus-Caracas; buscar o desenvolvimento do eixo Manaus-Puerto Ordaz, na Venezuela; e evoluir nas discussões sobre a possibilidade de financiamento brasileiro para a pavimentação do trecho Lethen-Linden da estrada que liga Boa Vista a Georgetown.

Ocorreram avanços em temas da agenda do Mercosul, como a definição do critério de proporcionalidade para o Parlamento; a criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos; a criação da Reunião Especializada de Assistência Humanitária; a revisão do Regulamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); o aprofundamento do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML); e a apresentação, pelo Brasil, de projetos de integração produtiva em benefício dos sócios. A adesão da Venezuela ao Mercado Comum ratifica o compromisso de fortalecimento da integração na América do Sul. Com a adesão da terceira economia do subcontinente, esse Mercado passa a responder por 80% do PIB da América do Sul e, ao estender-se da Terra do Fogo ao Caribe, o bloco ganha dimensão continental.

Em 2010, ano em que assumirá, no segundo semestre, a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, o Brasil terá como objetivos renovar os esforços de consolidação da união aduaneira, prosseguir com as iniciativas em prol da integração produtiva entre

as economias do bloco e trabalhar para o aperfeiçoamento institucional desse Mercado e de seu sistema de solução de controvérsias. Prosseguirá, também, com o apoio a medidas de atenuação das assimetrias existentes entre os países do Bloco. No que tange a ações específicas, espera-se, entre outras, a conclusão dos trabalhos de extensão do Sistema de Pagamentos em Moeda Local para as transações do Brasil com o Uruguai; a entrada em vigor, após aprovação legislativa, do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas e do Fundo de Agricultura Familiar; a aprovação e início de execução de projetos brasileiros no Focem, notadamente na área de integração produtiva e de saneamento básico; o aumento da representação brasileira no Parlamento do Mercosul para 37 representantes; e a instalação da Comissão de Coordenação de Ministros da Área Social do Mercosul, reforçando a retomada dos trabalhos para a conclusão do Plano Estratégico de Ação Social.

Em novembro de 2009, em Reunião Ministerial da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o “Plano de Ação de Montego Bay”, que traduz, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da Região, enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

Com a criação de quatro Conselhos em âmbito ministerial, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) ganhou maior institucionalidade e consolidou-se como espaço privilegiado de diálogo e concertação regional, ilustrado por duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, convocadas para debater, entre outras questões, aspectos da segurança sul-americana. Junto com o Grupo do Rio, a Unasul adotou posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras. Em 2010, deverão prosseguir na Unasul as discussões sobre a criação de mecanismo regional de medidas de confiança em matéria de defesa e segurança. Estão previstas reuniões ministeriais semestrais e uma Reunião de Chefes de Estado, ocasião em que a Presidência *Pro Tempore* deverá passar do Equador à Guiana. Deverá ocorrer a Cúpula do Grupo do Rio, em Cancún, em fevereiro de 2010.

O Convênio Constitutivo do Banco do Sul foi assinado por sete países, em setembro de 2009, na Venezuela, e o Brasil tornou-se membro pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF), devendo elevar sua participação acionária de US\$ 185 milhões para US\$ 467 milhões em 2010.

A aproximação entre o Brasil e os países da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade em 2009. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infraestrutura, e o comércio bilateral, pouco afetado pela crise financeira internacional. Estiveram em visita oficial ao Brasil o Presidente eleito do Panamá e os Presidentes de El Salvador, México e Honduras. O Presidente da República visitou El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Merece destaque a firme atuação brasileira por ocasião do golpe de Estado em Honduras. O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em âmbito multilateral e bilateral para a condenação da destituição e o exílio forçado do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o Governo “de facto” instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a retirada do Embaixador brasileiro, a suspensão dos acordos de isenção de vistos e a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras. O Governo, também, abrigou o Presidente Zelaya na Embaixada em Tegucigalpa.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior, em 2009, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de acordo de livre comércio, em 2010.



Além da presença brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), em 2009, o Brasil deu seguimento a intenso programa de cooperação com aquele país, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

No âmbito da Aladi, o Brasil deverá lançar negociações para o aprofundamento do acesso a mercados entre os países da região e buscará a ampliação temática de alguns Acordos de Complementação Econômica (ACEs), particularmente em matéria de comércio de serviços e investimentos. Deverá, igualmente, buscar o fortalecimento dos mecanismos de diálogo por meio da Cúpula de Presidentes da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (CALC) e lograr medidas concretas que promovam e favoreçam iniciativas na região. Prevê-se também a realização da reunião Mercosul/Sica (Sistema de Integração Centro-Americano) para explorar a possibilidade de lançar negociações de um acordo comercial.

Deverá ocorrer, em março de 2010, em cidade brasileira a ser definida, a Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom), a fim de acordar instrumento entre o País e o Bloco. Ainda neste exercício, deve-se concretizar a instalação, no Panamá, do escritório regional da Embrapa para a América Central e Caribe. Também nos primeiros meses de 2010, o Brasil deverá dar continuidade aos esforços diplomáticos no sentido de contribuir para a normalização da vida institucional de Honduras. Deverão também ser abertas Embaixadas em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Dominica.

Em relação aos Estados Unidos (EUA), houve prosseguimento das relações bilaterais com aquele país, agora sob a gestão de um novo Presidente. Nesse sentido, o Presidente da República encontrou-se com o Presidente Barack Obama, em Washington, em Port-of-Spain (Cúpula das Américas) e em L'Aquila (Cúpula do G-8+G-5). Visitaram o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon; o Ministro das Finanças, James Flaherty; e missão composta por dez Vice-Ministros canadenses. Destaque, ainda, para a realização do Comitê Econômico Brasil/Canadá, em Brasília; e de Consultas Políticas, em Ottawa. Esperam-se, em 2010, visitas ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton; e do Presidente Barack Obama. Deverão ser assinados com aquele país instrumentos bilaterais que preveem a criação de mecanismo abrangente de alto nível e memorandos de entendimento sobre mudança do clima, gênero e cooperação trilateral. Com o Canadá, existe a perspectiva de visita presidencial para a Cúpula do G-20, em junho.

No que se refere à Europa, visitaram o Brasil, em 2009, altos mandatários da França, Reino Unido, Países Baixos, República Tcheca e Espanha. O Presidente da República realizou visitas à França, Turquia, Bélgica, Suécia, Alemanha, Ucrânia e manteve encontros com o Primeiro-Ministro do Reino Unido e com a Rainha Elizabeth II, em visita a Londres, para receber o Prêmio "Estadista do Ano"; participou da III Cúpula Brasil-União Europeia e da XIX Cúpula Ibero-Americana. Realizaram-se Consultas Políticas com Itália, Finlândia, Reino Unido, República Tcheca; Reunião Bilateral de Alto Nível Brasil-Espanha; e a IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação. Visitou o Brasil o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, para assinar Acordo para instalação de escritório em Brasília. Merece registro também o reforço da parceria estratégica com a França.

O Brasil deverá receber visitas, em 2010, de Chefes de Estado e Governo da Suécia, Turquia, Espanha, Itália, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Croácia. O País sediará a Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia; a XII Reunião da Comissão Mista Brasil-União Europeia; e a IV Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. O Presidente da República deverá visitar a Rússia, Hungria e Polônia e participar da VI Cúpula América Latina-Caribe-União Europeia e da XX Cúpula Ibero-Americana.

Intensificaram-se, no ano passado, as ações para fortalecer os laços que unem o Brasil à África, uma das prioridades do Governo. Foram de grande relevância as visitas de dignitários africanos ao Brasil e de autoridades brasileiras ao continente africano.

Ocorreram as seguintes visitas de Chefes de Estado ou Governo africanos ao Brasil: Presidentes de Namíbia, Senegal, Moçambique, Nigéria, Serra Leoa, Maláui, África do Sul e Guiné-Bissau; Primeiros-Ministros de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde; e Vice-Primeiro-Ministro da Líbia. Estiveram ainda no Brasil os Ministros de Assuntos Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Botsuana, Cabo Verde, Egito, Burundi, Mali, Nigéria, Burkina Fasso e Tunísia. Além disso, Ministros de diferentes pastas de vários países africanos mantiveram encontros de trabalho com seus homólogos brasileiros para tratar de temas como agricultura, energia, saúde, educação, etc.

O Presidente da República participou, na qualidade de convidado de honra, da Cúpula da União Africana, em Sirte, Líbia. O Ministro das Relações Exteriores visitou os seguintes países: Argélia, Tunísia, Marrocos, Cabo Verde, Mali, Togo, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau e Egito. Há de se registrar que titulares de outros ministérios também cumpriram extensa agenda de viagens e articulações junto ao continente africano.

Envidaram-se esforços para o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa). O Brasil fez-se representar na Mesa-Redonda de Praia sobre a situação da Guiné-Bissau e na Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda. Deu-se prosseguimento às ações da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores participou da 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Praia, Cabo Verde. Foram realizadas as primeiras edições das Comissões Mistas com o Benim e com o Togo, ambas em março; e com o Zimbábue, em novembro. Também nesse mês, efetuou-se a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Congo. Realizou-se, ainda em julho, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas com Cabo Verde.

Como resultado das visitas e dos encontros, foi possível avançar nos objetivos da política externa brasileira, tais como a promoção do comércio, turismo e investimento entre Brasil e África; a disseminação de informações sobre os biocombustíveis; a cooperação técnica, educacional, esportiva e em ciência e tecnologia; e os contatos na área de defesa e para a promoção dos direitos humanos. Em 2010 dar-se-á seguimento às ações que visam ao desenvolvimento das relações entre o Brasil e a África. Preveem-se visitas ao Brasil dos Presidentes de Libéria, Angola, Zâmbia, Quênia e Egito; do Líder da Revolução da Líbia; e do Primeiro-Ministro de Guiné-Bissau. O Presidente da República poderá participar da I Reunião de Cúpula Brasil-Comissão Econômica e de Desenvolvimento da África Ocidental (Cedeao), possivelmente em abril, em Cabo Verde. Está prevista a realização de reuniões de Comissões Mistas com Camarões, Senegal, África do Sul, Angola e Botsuana; e, possivelmente, com Guiné Equatorial, Mali, Burkina Fasso, Serra Leoa e Marrocos. Deverá ser realizada, no Brasil, a Reunião Brasil-África de Ministros da Agricultura. O Secretário-Executivo da SADC deverá visitar o Brasil. Para explorar perspectivas de financiamento para atividades de cooperação e investimentos brasileiros, buscar-se-á estreitar relações com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Deverá ter início a produção da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, doada pelo Brasil. Com vistas a fortalecer a presença brasileira na região dos Grandes Lagos, planeja-se abrir, no decorrer deste ano, a Embaixada do Brasil em Bujumbura, capital do Burundi. Nos primeiros meses do ano, deverá iniciar o funcionamento da Embaixada do Brasil em Nouakchot, Mauritânia. Prevê-se o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana.

Trabalhou-se, no último exercício, para fortalecer os laços entre o Brasil e o Oriente Médio, mediante a organização das visitas de dignitários da região ao Brasil e de altos representantes brasileiros aos países do Oriente Médio. Registrem-se as visitas do Ministro das Relações Exteriores a Israel, Territórios Palestinos Ocupados, Síria e Jordânia, em janeiro, durante o conflito na Faixa de Gaza; e do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio a Israel, Palestina, Líbano e Egito (Liga Árabe), em julho. O Brasil recebeu as visitas do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel e do Presidente

da Autoridade Nacional Palestina, além do Presidente e do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irã. Também estiveram no Brasil o Ministro do Planejamento do Iraque e o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos. O Presidente da República efetuou visita à Arábia Saudita. O Brasil também enviou delegação ao Catar, para participar dos preparativos da II Cúpula América do Sul-Países Árabes. Preveem-se para 2010 Reuniões de Consultas Políticas com Israel e com a Autoridade Palestina, bem como visitas ao Brasil do Presidente do Líbano, do Emir do Catar, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bahréine. O Presidente da República deverá visitar Israel, os Territórios Palestinos Ocupados e a Jordânia.

O Brasil recebeu as visitas das seguintes altas autoridades: o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal; o Presidente do Uzbequistão; o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia. O Presidente da República realizou visita ao Cazaquistão, em junho. Foram examinadas medidas para expansão do comércio e dos investimentos bilaterais e propostas de cooperação em áreas como agricultura, mineração, aviação civil e transportes.

Foi particularmente expressiva a troca de visitas entre o Brasil e a China. Do lado brasileiro, visitaram a China o Presidente da República, em maio; e os Ministros da Saúde, Defesa e Comunicação Social, bem como o Presidente do BNDES. Da parte chinesa, vieram ao Brasil o Vice-Presidente da República, Xi Jinping; o Presidente da Conferência Político-Consultiva do Povo, Jia Qinglin; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi. Dessa intensa troca de visitas de alto nível resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais em áreas como energias renováveis; petróleo; ciência e tecnologia; e cooperação financeira. Em março, a China ultrapassou os EUA como primeiro destino das exportações brasileiras e, em junho, foi o principal parceiro comercial brasileiro no total acumulado de 2009. Na visita do Presidente da República da China, acordou-se aprovar o Plano de Ação Conjunta para os próximos cinco anos, que visa a orientar o relacionamento com a China em todas as suas dimensões. Em 2010, está prevista ainda a realização da II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), quando se espera aprovar o Plano de Ação Conjunta 2010/2014. Registrem-se ainda as visitas ao Brasil da Presidente das Filipinas; dos Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros do Camboja e da Tailândia; do Ministro do Território, Transporte e Assuntos Marítimos da Coreia do Sul; e do Enviado Especial do Presidente daquele país, Lee Myung-bak. Houve também visitas de Delegações de Parlamentares da Indonésia, do Vietnã e de Timor Leste. Do lado brasileiro, ressalte-se a visita a Tóquio do Ministro da Ciência e Tecnologia; a participação do Secretário Especial de Portos em seminários em Tóquio e Seul; e a missão a Tóquio do Ministro do Turismo.

Foi enviada missão de alto nível ao Japão, chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do MRE, para tratar da situação dos brasileiros naquele país, afetados pela crise financeira internacional. Tiveram sequência as gestões em favor da instalação de fábrica de semicondutores no Brasil, como previsto no Memorando sobre TV Digital entre Brasil e Japão. Empresas japonesas manifestaram firme interesse em realizar investimentos em setores ligados à exploração do Pré-Sal; em projetos de infraestrutura do PAC; no setor automobilístico e no Trem de Alta Velocidade.

O Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia, adotado durante a I Comissão Mista, realizada em outubro de 2009, prevê iniciativas para o aprofundamento das relações bilaterais, em temas como fontes de energia renováveis; mineração; inclusão social; comércio e investimentos; e cooperação acadêmica, científica e tecnológica. A implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Indonésia prevê, em 2010, a realização da I Reunião do Fórum Acadêmico e do Grupo Bilateral de Temas Econômicos e Sociais, no Brasil, bem como a sessão de instalação do Grupo de Trabalho em Comércio e Investimentos. Prevê-se, ainda, a negociação e a possível assinatura de instrumentos nas áreas de pesquisa agropecuária, cultura, ciência e tecnologia, e cooperação técnica.

O Grupo Executivo de Cooperação, criado durante a visita do Presidente da República ao Timor Leste, em 2008, tem dado sequência aos trabalhos da cooperação bilateral, com projetos nas áreas de fortalecimento institucional (educação; treinamento de equipes de televisão e exibição de programas televisivos em português; justiça; defesa; e formação de mão de obra), segurança alimentar e estruturação do sistema de previdência social. O Brasil mantém importantes projetos de cooperação com aquele país, único da Ásia e Oceania a adotar o português como idioma oficial.

Estão previstas as visitas das seguintes autoridades ao Brasil, em 2010: Primeiro-Ministro da Índia, por ocasião da Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); Primeiro-Ministro da Austrália, ocasião em que se espera assinar o Plano de Ação Brasil-Austrália; e Chanceler da Nova Zelândia. O Presidente da República deverá efetuar visitas à Austrália e à Nova Zelândia, ao Irã e ao Uzbequistão.

### 1.1. Cooperação Técnica

No âmbito da cooperação técnica concedida, em 2009, o Governo acompanhou a execução de 107 projetos e de 109 atividades isoladas na América Latina e Caribe. As ações concentraram-se nas áreas de agricultura e saúde. Em relação à África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, o Brasil acompanhou a execução de 56 projetos de cooperação técnica e de 138 atividades isoladas, além de coordenar cerca de uma centena de missões de prospecção, execução e avaliação de projetos entre o Brasil e países das citadas regiões. As ações ocorreram nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, engenharia civil, direitos humanos, governança, negociação comercial, trabalho, gestão pública, eleitoral, estatística, social, censo demográfico, cultural, ciências florestais, metrologia, energia, aquicultura e pesca, previdência, justiça, esporte, governo eletrônico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, tecnologia da informação e desenvolvimento urbano.

Quanto à cooperação técnica bilateral recebida, foram implementados projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para as seguintes áreas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, indústria e desenvolvimento social. No momento, existem cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. No âmbito da cooperação técnica multilateral recebida, foram implementados cerca de 375 projetos, com aproximadamente 20 organismos internacionais, atendendo a dezenas de instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar: geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais; meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde, administração pública e empreendedorismo. Já no campo da cooperação triangular, têm-se implementado e/ou negociado iniciativas conjuntas, envolvendo a transferência de conhecimentos brasileiros via instituições nacionais para países em desenvolvimento, nas quais organismos internacionais prestam suporte operacional e técnico.

Para 2010, no âmbito da América Latina e Caribe, estima-se a execução de 168 projetos, 86 atividades isoladas e 362 missões de prospecção, execução e avaliação. Prevê-se ainda a expansão da cooperação técnica bilateral prestada a países da África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, tendo em vista o número de acordos firmados em 2009, a crescente demanda de cooperação por parte dos países em desenvolvimento e o aumento do número de projetos (32) de acordos básicos em negociação. Para consolidar tal previsão, deverão ser elaborados cerca de 200 novos projetos de cooperação técnica, dos quais decorrerão atividades para 2010.

Foi intensificada a cooperação no desenvolvimento da TV Digital em âmbito regional, resultando na adoção do padrão nipo-brasileiro por Argentina, Chile, Peru e Venezuela. Foi também divulgado o padrão nipo-brasileiro junto a países africanos, como

Moçambique. Com a Bolívia foi assinado memorando de entendimento sobre estudos científicos para aproveitamento industrial do lítio e demais recursos minerais do Salar de Uyuni. Seguiram-se os trabalhos do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil e Argentina (Micba), envolvendo as áreas espacial, nuclear, nanotecnologia e energias renováveis, além da cessão gratuita de *software* e treinamento para gerenciamento de domínios nacionais (ccTLDs), desenvolvido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Com a Venezuela, firmou-se memorando de entendimento nas áreas de biotecnologia e biodiversidade.

No que se refere à cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia e inovação, destacaram-se: realização da I Comissão de Cooperação em Ciência e Tecnologia Brasil-África do Sul; assinatura de Plano de Trabalho em Ciência e Tecnologia e Inovação com a China; criação dos Centros Binacionais de Biotecnologia e Nanotecnologia com o México; e realizações da I Reunião do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia da Cúpula América do Sul-África e da VI Reunião do Grupo de Trabalho de Sociedade da Informação do Ibas.

Com parceiros tradicionais, destaca-se o lançamento das chamadas parcerias conjuntas Brasil-União Europeia para apoio a pesquisas de biocombustíveis de segunda geração, além de acordo na área de pesquisa em fusão nuclear. Foram retomados os trabalhos do Comitê Conjunto com o Japão e dada continuidade às Comissões Mistas com Estados Unidos e Itália. Foram assinados acordos com Suíça e Irã e realizada missão técnica ao Canadá.

No âmbito multilateral, assinala-se a participação do Brasil na Reunião de Alto Nível de Oficiais Superiores de Centros de Governo e nos Comitês e Grupos de Trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); nas conferências afins da ONU e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib); no IV Fórum Mundial de Ciências; e, no campo da Sociedade da Informação, no IV Fórum de Governança da Internet e nas Reuniões do Grupo Assessor Governamental da Corporação para Designação de Nomes e Números na Internet (Icann).

Para 2010, o ponto central é a participação na IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a realizar-se em maio, a qual definirá as diretrizes do Plano de Ação 2011-2014. Outro desafio será a continuação da divulgação do padrão nipo-brasileiro de TV Digital junto aos demais países sul-americanos e aos da América Central, do Caribe e da África Austral. Realizar-se-á, ainda, a Reunião Ministerial do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe (eLAC 2010). Além da inauguração de Comissões Conjuntas com Canadá e Colômbia, destacam-se também o Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010-2011; a negociação em curso entre o Sistema Nacional de Alto Desempenho (Sinapad) do Brasil e a empresa francesa Bull para instalação, no Brasil, de fábrica de computação de alto desempenho; e as possibilidades de cooperação com a Coreia do Sul na área de semicondutores.

Na Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil i) acompanhou as negociações agrícolas e as relativas a Acesso a Mercados para Bens Não-Agrícolas; ii) atuou no Grupo Negociador de Regras (relativo a *antidumping*, subsídios horizontais e subsídios à pesca); iii) acompanhou a V Revisão da Política Comercial Brasileira pela OMC; iv) foi parte dos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias: subsídios ao algodão, movido contra os EUA; pneus reformados, movido pela União Europeia contra o Brasil; medida *antidumping* sobre suco de laranja, movido contra os EUA; e subsídios à exportação de açúcar, movido contra a União Europeia; v) participou dos trabalhos relativos à propriedade intelectual na Organização; e vi) manteve participação ativa no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Deu-se continuidade à coordenação do relacionamento do Brasil com a OCDE. Aprovaram-se novas iniciativas nas áreas de gestão dos recursos humanos, políticas sociais e desenvolvimento territorial. Avançaram-se as tratativas no âmbito do Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e das atividades relativas a Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. Logrou-se conferir impulso às negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento

(SGPC). Em dezembro de 2009, foi celebrado importante acordo entre 22 países, que define as modalidades básicas de acesso a mercados para produtos agrícolas e industriais. Os elementos básicos do acordo incluem o corte de pelo menos 20% nas tarifas aplicadas sobre, no mínimo, 70% dos produtos. As modalidades preveem ainda que, em 2010, os países participantes iniciarão negociações bilaterais e/ou plurilaterais com vistas a avançar ainda mais na liberalização do comércio entre si.

Em Organizações Internacionais de Produtos de Base, envolveram-se esforços para evitar a imposição de critérios de sustentabilidade social e ambiental que possam implicar restrições comerciais. Em 2010, no âmbito da OMC, o Brasil manterá os esforços para finalizar as negociações com vistas a concluir a Rodada Doha. Com a OCDE, buscará progredir com segurança em agenda de cooperação e engajamento seletivo. Nas organizações de produtos de base, demandará medidas econômicas que beneficiem os produtores e buscará a garantia da sustentabilidade financeira das organizações. O Brasil continuará a participar das discussões da UNCTAD sobre o tema dos investimentos e buscará promover novos avanços no âmbito das negociações relativas à Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais para Países em Desenvolvimento (SGPC).

O Brasil participou dos trabalhos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e da Organização Mundial de Aduanas (OMA), em temas afetos a direitos de propriedade intelectual, com destaque para os debates relativos à implementação da Agenda do Desenvolvimento e à apreensão indevida de medicamentos genéricos em portos europeus. Organizou-se seminário internacional, em abril de 2009, para marcar os 200 anos da primeira lei de propriedade intelectual em território brasileiro.

## 1.2. Finanças Internacionais

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequências da atual crise financeira internacional e também sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Em 2009, o Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O País também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o Plano de Transações Financeiras (FTP), mecanismo pelo qual o FMI efetua empréstimos e a dá liquidez às alocações de Diretos Especiais de Saques (DES).

Em 2009, o G-20, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coreia do Sul e Brasil), cumpriu agenda extensa, em contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro. Ao longo do ano, realizaram-se duas Cúpulas de Chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos Líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou-se na elaboração e implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das instituições financeiras internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: i) a consolidação do Grupo como foro de Líderes; ii) o compromisso de transferência de, no mínimo, 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; iii) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; iv) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) da instituição; v) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; vi) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; vii) o estabelecimento do



Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), como sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), incluindo todos os países do G-20, os membros do FSE, a Espanha e a Comissão Europeia; e viii) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em 2010, a Presidência do G-20 estará a cargo da Coreia do Sul e duas Cúpulas de Líderes estão programadas: em junho, no Canadá, e em novembro, na Coreia do Sul. Ao longo do ano, serão tratados os seguintes temas: Reforma das Instituições Financeiras Internacionais, Reforma Financeira Regulatória e Políticas Macroeconômicas, além de dar continuidade aos trabalhos relacionados ao processo de avaliação mútua de políticas macroeconômicas nacionais.

### 1.3. Cúpulas Internacionais

O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul na II Cúpula América do Sul-África (ASA), realizada em Isla Margarita, Venezuela, em setembro de 2009. Terá continuidade a preparação da ASA, que será realizada em 2011, na Líbia. Antecedendo o encontro, haverá reuniões de Ministros das Relações Exteriores e de Altos Funcionários.

O Brasil teve papel igualmente protagonista na Coordenação Regional, tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Doha, março. Em maio foi realizada, no Rio de Janeiro, a II Reunião de Ministros da Cultura da Aspa. Organizou, ademais, a Reunião Inaugural do Conselho de Chanceleres do mecanismo, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU (AGNU), realizada em Nova Iorque, no mês de setembro de 2009, e a Reunião do Comitê de Cooperação Cultural, à margem da 35ª Conferência Geral da Unesco (Paris, outubro). Está prevista, em 2010, a realização da VI Reunião de Altos Funcionários da Cúpula Aspa (Quito, Equador).

Foi realizada, em abril de 2009, a Reunião de Altos Funcionários do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalat), preparatória para a Reunião de Chanceleres, que será realizada neste ano, em Tóquio. Realizaram-se, também, cerca de trinta eventos do Foro de Diálogo IBAS, entre reuniões políticas, aquelas relacionadas à cooperação trilateral e as referentes ao Fundo IBAS – os três vetores de ação do mecanismo. No segmento político do IBAS, foram realizadas duas reuniões de Ministros das Relações Exteriores (em Brasília, na VI Comissão Ministerial Trilateral, e em paralelo à 64ª AGNU). Encontraram-se, igualmente, os Ministros de Ciência e Tecnologia dos três países. No âmbito da cooperação trilateral, treze dos dezesseis Grupos de Trabalho reuniram-se. No tocante ao Fundo IBAS, 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas, Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde, que, além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários. Estão projetados, além da IV Cúpula, no Brasil, diversos eventos paralelos.

A I Cúpula de Chefes de Estado/Governo do Grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) ocorreu em maio, em Ecaterimburgo, na Rússia. O foro foi convocado também em encontros de Chanceleres em paralelo à 64ª AGNU e de Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais, em paralelo à Cúpula do G-20, em setembro, em Pittsburgh. Está prevista, em 2010, a realização da II Cúpula de Chefes de Estado/Governo, no Brasil.

Realizou-se a Cúpula do G-8, em L'Aquila, Itália, em julho, precedida por Reunião dos Líderes do G-5. O Brasil participou de reuniões dos Grupos de Trabalho do Processo de Heiligendamm (diálogo G-8+G-5) sobre desenvolvimento, energia, investimentos e inovação; bem como de reuniões ministeriais nas áreas de trabalho, agricultura, meio ambiente, energia e desenvolvimento.

O Brasil foi eleito pela décima vez para assento em 2010-2011 como membro não-permanente do Conselho de Segurança (CSNU), feito só igualado pelo Japão. Aprovou-se na AGNU resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre reforma do CSNU. A reforma desse Conselho é uma das prioridades do Governo. Renovou-se o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). O Brasil sediou o Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio e realizou exposição sobre o Kosovo na Corte Internacional de Justiça. Em 2010, o País organizará seminário sobre operações de manutenção da paz no contexto da iniciativa New Horizons; sediará o III Fórum da Aliança de Civilizações; participará do processo de revisão da Comissão de Construção da Paz; e da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional.

#### **1.4. Comunidades Brasileiras no Exterior**

A fim de promover o diálogo com as comunidades brasileiras no exterior, foram implementadas as seguintes ações, em 2009:

i) realização da II Conferência Brasileiros no Mundo, voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; ii) envio de missões para contatos com as comunidades brasileiras e autoridades locais dos seguintes países: Angola, Espanha, Estados Unidos, Japão e Suriname; iii) realização da I Reunião da Diáspora Jurídica, em parceria com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); iv) lançamento do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior; v) elaboração do “Diretório das Comunidades Brasileiras no Exterior”; e vi) lançamento do concurso de desenho infantil Brasileirinhos no Mundo.

Para incrementar os trabalhos de assistência consular, as seguintes ações foram desenvolvidas no último ano: i) criação da Ouvidoria Consular, para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; ii) lançamento da Carteira de Matrícula Consular Biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; iii) realização da III Reunião de Coordenação Consular Brasil-Japão; iv) tratativas para a implantação da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão; v) lançamento da cooperação consular com o México; vi) criação e realização de duas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial sobre efeitos da crise econômica mundial sobre as comunidades brasileiras no exterior; vii) abertura dos Consulados Sazonais em Bariloche (Argentina) e Puerto Evo Morales (Bolívia); viii) participação no I Encontro Internacional Transfronteiriço (Brasil-Guiana Francesa); ix) estabelecimento de parcerias com os Estados do Amapá, Goiás e Paraná para o tratamento de questões de assistência a brasileiros no exterior; x) atendimento a cidadãos de países da CPLP, no marco do Acordo de Cooperação Consular; xi) preparação de folheto sobre requisitos de entrada na Europa; xii) reforço das missões consulares itinerantes; xiii) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e xiv) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Foi, ainda, modernizado o sistema de emissão de passaportes, vistos e atos notariais, com a implantação do Sistema Consular Integrado em 51 postos da rede consular brasileira, incluindo os principais Consulados-Gerais da América do Norte, Europa e Ásia.

No que se refere a questões fundiárias e migratórias, promoveu-se em 2009: i) a implementação do acordo tripartite entre Brasil, Bolívia e Organização Internacional para as Migrações (OIM) para o reassentamento das famílias brasileiras que residem na faixa de fronteira boliviana com o Brasil; ii) a reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Bolívia sobre Temas Migratórios e Fundiários, com o estabelecimento de plano para a regularização migratória dos nacionais dos dois países; iii) a IV Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil/Paraguai sobre Cooperação em Temas Migratórios e Fundiários; iv) o projeto-piloto, em parceria com a OIM e autoridades paraguaias, de regularização migratória de brasileiros residentes no Paraguai, no marco da entrada em vigor dos Acordos de Residência do Mercosul; v) missões consulares itinerantes para apoio à regularização migratória de brasileiros no Suriname e entendimentos para celebração de acordo por troca de notas sobre o assunto; vi) acordos com

países desenvolvidos sobre temas migratórios (França, Reino Unido e Portugal, e tratativas com a Itália); vii) a participação em reuniões multilaterais sobre o tema migratório (Foro Especializado Migratório do Mercosul e Conferência Sul-Americana sobre Migrações); viii) a participação em reuniões de foros internacionais sobre o tema migratório (Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia, OIM e Organização Internacional do Turismo); ix) a participação no Conselho Nacional de Imigração (CNIg); x) a participação na Reunião de Altos Funcionários de Brasil e Reino Unido na área de imigração; e xi) missão a Angola para diálogo com autoridades locais da área de imigração.

Em 2009, o Brasil abriu 9 novos postos no exterior, a saber: Embaixadas em Baku (Azerbaijão), Daca (Bangladesh), Mascate (Omã), Pionguangue (Coreia do Norte), Saint Georges (Granada) e Saint John (Antígua e Barbuda) e Consulados-Gerais em Hamamatsu (Japão), Hartford (EUA) e Istambul (Turquia). O inventário das ações acima relacionadas reflete as prioridades da diplomacia brasileira. Uma diplomacia que, ao defender a democratização das relações internacionais, o faz tendo presente a construção de uma ordem internacional mais propícia à paz e ao desenvolvimento.

## 2. Soberania

No ano de 2009, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END), estabelecida pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, foram atualizados diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas. Em 2010, o Governo iniciará a efetiva implantação das ações decorrentes da END, por intermédio do Ministério da Defesa (MD), que busca modernizar a estrutura nacional de defesa e atua, para isso, em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em função das mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, nas quais a relevância do Brasil aumenta de maneira bastante significativa, é fundamental adequar o componente de defesa do País a essa inescapável realidade. Em 2010, o Governo encaminhará ao Congresso Nacional uma série de propostas de mudança de legislações que dizem respeito à Defesa Nacional. Dentre outras, destacam-se o Projeto de Lei que define a articulação e o equipamento das Forças, a atualização da Política Nacional da Indústria de Defesa e da Política de Ciência e Tecnologia e Informação para a Defesa Nacional e o Projeto de Lei com a Nova Estrutura Militar de Defesa.

Assim como nos exercícios anteriores, em 2009, o Governo priorizou a sua atuação para as ações voltadas para a Amazônia, com destaque para a atuação do Programa Calha Norte (PCN). Somando-se às que ainda se encontram em execução, o PCN teve 929 obras e empreendimentos no decorrer do ano, na sua vertente civil. Para 2010, há previsão de outras 330 obras e empreendimentos, que possibilitarão o atendimento a demandas essenciais nas áreas de educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura para a população amazônica. Com relação à vertente militar, em 2010, haverá a continuidade do apoio às necessidades das Forças Armadas na Região Amazônica, sobretudo no que tange à implantação e manutenção de unidades militares e de equipamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

No conjunto das ações do PCN planejadas, para este exercício, estão inseridas a continuidade da implantação de infraestrutura no Quartel e Vila Militar do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; a implantação dos Pelotões de Fronteira de Tunul/AM, Marechal Thaumaturgo/AC, Vila Contão/RR e Vila Brasil/AP; as melhorias no Pelotão de Fronteira de Estirão do Equador, incluindo sua pista de pouso; e a aquisição e manutenção de navios e embarcações dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais, que realizam Ações Cívico-Sociais e patrulhas nos rios da Amazônia.

Em 2009, o Projeto Rondon realizou quatro operações. Em janeiro, a Operação Centro-Norte, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima; e a Operação Verão 2009, nos Estados de Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo. Em julho, foi a vez da Operação Nordeste-Sul, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul; e da Operação Centro-Norte/Retorno, nos Estados do Amazonas, Goiás, Pará e Roraima. Ao todo, foram envolvidos 1.770 rondonistas, entre estudantes e professores universitários, oriundos de diversos Estados, que desenvolveram várias atividades em 112 Municípios carentes da região. Mantendo a tradição de relevantes serviços prestados à população, o Projeto manterá acelerado ritmo de atuação, com vistas à promoção e ao desenvolvimento sustentável local. Em 2010, será realizada a Operação Centro-Nordeste, nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Tocantins. Serão envolvidos 1.216 rondonistas, que atuarão em 76 Municípios das quatro regiões. Além disso, planeja-se atuar também nos Estados de Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, a partir de julho de 2010.

No que concerne ao Serviço Militar Obrigatório, apresentaram-se 1.619.558 jovens em todo o País, dos quais 96.769 foram selecionados para receber formação militar inicial. Tal formação busca desenvolver nos recrutas valores cívicos e morais indispensáveis à formação do sentimento de cidadania, contribuindo, assim, para o fortalecimento da unidade nacional. Dos jovens escolhidos para prestar serviço à Pátria, 14.651 participaram do Projeto Soldado-Cidadão (PSC). Esse Programa tem contribuído para o desenvolvimento social do País e já beneficiou 133.803 mil jovens egressos do Serviço Militar, desde o seu lançamento como projeto-piloto em 2002, institucionalizado em 2004, até o final de 2009.

Com a participação de entidades parceiras, tais como as do Sistema “S”, os militares foram qualificados nas áreas de telecomunicações, informática, alimentos, construção civil, mecânica, comércio, transporte, artes gráficas, lazer, metrologia, administração e serviços. Pesquisas demonstram que a efetividade do PSC gira em torno dos 68%. Para 2010, estima-se a qualificação profissional de 25 mil jovens egressos do Serviço Militar, sempre com o objetivo de facilitar a inserção desses jovens no mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Para 2010, a incorporação prevista para a prestação do Serviço Militar Obrigatório inicial é de cerca de 70 mil jovens, apenas no Comando do Exército.

Integrando o esforço governamental no enfrentamento a uma pandemia de *influenza*, em 2009, o MD prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas. No decorrer do ano, deu-se ênfase às ações de prevenção do vírus *Influenza A (H1N1)*. Em 2010, o Governo continuará a implementar ações para enfrentar pandemias. Realizará o planejamento e coordenará estudos que viabilizem a construção do Laboratório Nacional de Nível Biológico 4 (NB4), em resposta às graves ameaças no campo da saúde pública, compondo o seleto grupo de países desenvolvidos possuidores de tal instalação e capacitação tecnológica. Destaca-se, da mesma forma, o emprego dos Laboratórios Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em parceria com a Fiocruz, para a produção brasileira do medicamento Oseltamivir, recomendado pela OMS para tratamento de pacientes infectados, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional. Também neste exercício, o MD dará continuidade ao desenvolvimento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2), que já vem operando com resultados muito positivos. Esse sistema também permitirá ao Governo uma atuação mais rápida e efetiva em situações de crise que afetem diretamente nossa população, tais como desastres naturais e pandemias, além do emprego propriamente militar. Há de se destacar, em 2009, as diversas operações de ajuda humanitária a países amigos, como Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, realizadas pelo MD, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil. Da mesma forma, foram realizadas diversas operações de transporte aéreo de alimentos e medicamentos para doação aos flagelados por desastres naturais em vários países, principalmente no continente latino-americano.

As ações de preparação para a realização dos 5º Jogos Mundiais Militares – Rio 2011, os “Jogos da Paz”, tiveram prosseguimento com as seguintes ações: implementação da estrutura organizacional; início da construção das Vilas de Atletas; desenvolvimento

do Sistema de Comando e Controle e dos Planos de Comunicação Social e de Captação de Recursos; início da construção de três novas instalações esportivas e adequação das instalações do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), Universidade da Força Aérea (Unifa) e Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); e preparação de 29 equipes e recrutamento de 209 atletas de alto rendimento para prestação de serviço militar voluntário às Forças Armadas. Além disso, em junho, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o XXX Campeonato Mundial Militar de Voleibol, como evento preparatório para os Jogos, tendo o Brasil conquistado o vice-campeonato.

Ainda relacionado ao tema Esporte Militar, o Programa Forças no Esporte atendeu 10 mil crianças e adolescentes, em 2009, proporcionando-lhes reforço escolar, cidadania e inserção social por meio da prática esportiva. O Programa, desenvolvido em 72 organizações militares, abrangendo Municípios de 24 Estados, também tem investido na descoberta de talentos esportivos que, certamente, comporão as equipes brasileiras dos V Jogos Mundiais Militares – Rio 2011 e das Olimpíadas de 2016.

Conforme mencionado na Seção anterior, o Brasil mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). A tropa brasileira está constituída em duas organizações militares: um Batalhão de Infantaria de Força de Paz e uma Companhia de Engenharia. É o maior efetivo dentre os países contribuintes para a missão. A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos, inclusive para Presidente da República. Sem dúvida, a eficiência da missão da ONU foi o fundamento para tanto. A Minustah permitiu essa estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Internacionalmente, é reconhecida como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso; e o Brasil, por meio da sua tropa, protagonista de grande importância nesse cenário. A atuação brasileira, nessa missão e em outras patrocinadas pela ONU, contribui substancialmente para dar peso ao País no trato de questões internacionais.

O contingente de engenheiros militares brasileiros no Haiti vem realizando trabalho extraordinário. Com baixo custo, tem contribuído decisivamente para a melhoria das condições de vida da população haitiana. Algumas das tarefas realizadas pela Companhia de Engenharia foram: asfaltamento de ruas e estradas, melhoramentos em vias urbanas e rurais, perfuração de poços artesianos, limpeza de canais e reformas de escolas, hospitais e prédios públicos. Para 2010, está prevista a continuidade da Minustah, contribuindo dessa forma para a inserção soberana do Brasil no cenário internacional.

As Forças Armadas do Brasil também contribuem com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU. Tais homens participam como observadores ou integrantes de Estados-Maiores e atuam na Guiné-Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, Timor Leste, Nepal, Chipre, Saara Ocidental, Chade, República Centro-Africana e no próprio Haiti. Para isto, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica os preparam adequadamente por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Essas participações individuais também ajudam a dar visibilidade ao País no concerto das nações que se destacam na busca pela paz mundial.

O Brasil assumiu, em 2009, a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Nesse mesmo exercício, organizou curso regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e curso regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Ainda nessa área, depositou o instrumento de ratificação da Convenção para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear. Em 2010, o Brasil participará da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP); da II Reunião de Coordenação das Zonas Livres de Armas Nucleares; da IV Reunião sobre Programa de Ação da ONU para Prevenir, Combater e Eliminar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos. O País assumirá a Presidência da Conferência do Desarmamento, de maio a junho de 2009.



O Governo promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego conjunto das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único. Tais operações, realizadas pelo MD, por intermédio do Estado Maior da Defesa, são denominadas Operações Conjuntas e têm por objetivo estratégico reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade entre as Forças, de modo a estarem aptas para responder a sua missão. Estão previstos para 2010 exercícios militares nas regiões de fronteira, voltados para o controle do tráfego aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais. Pretende-se, com isso, contribuir para a redução do fluxo ilegal de armas e drogas para os grandes centros urbanos, assim como minimizar o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

No ano passado, foram realizadas duas operações de grande porte, com deslocamento de grandes efetivos, sendo que a primeira ocorreu na Região Centro-Oeste (Operação Laguna) e a segunda na Região Sul (Operação Laçador), ambas simulando os múltiplos aspectos de uma situação real. De menor porte, a Operação Arco Verde, realizada em outubro de 2009, teve como propósito garantir a presença efetiva do Poder Público em regiões escolhidas, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para modelo de produção sustentável nos Municípios próximos ao arco de fogo na Amazônia.

Buscando constante aproximação com os países da CPLP, o Governo, por intermédio do MD, participou do Exercício Combinado Felino, em Maputo (Moçambique), cujo objetivo foi adotar e treinar doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da Comunidade, de modo a fazer parte de coalizão sob a égide de organismos supranacionais, com foco em operação de manutenção de paz. A expectativa para 2010 é o aprimoramento, especialmente no que se refere ao maior nível de integração das Forças Armadas e ao conhecimento dos distintos cenários operacionais do País. Também serão realizados dois planejamentos operacionais e duas novas operações conjuntas, desta vez na Região Norte e no Atlântico Sul. As Forças Armadas participarão novamente da Operação Felino, a ser realizada em conjunto com a CPLP.

No que se refere à Mobilização Nacional, prosseguirão, em 2010, os trabalhos de desenvolvimento do potencial dessa atividade, visando ao estabelecimento de estrutura à disposição do Estado para assegurar a capacidade dissuasória das Forças Armadas e capacitar o País para fazer face a uma agressão estrangeira.

No ano de 2009, a Marinha do Brasil (MB) modernizou submarinos da classe “Tupi” e iniciou o processo de modernização dos seguintes meios operativos: seis Aeronaves AH-11A “Super Lynx”; doze Aeronaves AF-1/1A; Corveta Júlio de Noronha; Fragata Rademaker e Navios-Balizadores Classe Comandante Varela. Ressaltam-se o desenvolvimento e o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o Navio-Aeródromo São Paulo, plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

Estão em andamento as aquisições de Helicópteros Multiemprego S-70B, que terão papel fundamental na vigilância e defesa de nossa Amazônia Azul, com previsão de recebimento em 2011; de Navios-Patrolha (NPa), em que se destacam as incorporações do NPa Macaé, no dia 9 de dezembro de 2009; e do NPa Macau, prevista para junho de 2010, ambos construídos pelo Estaleiro Inace, em Fortaleza/CE. Ressaltam-se, ainda, as incorporações do Navio Polar Almirante Maximiano, do Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia e do Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano.

Em 2009, foram formalizados os contratos para a construção de estaleiro e base de submarinos em Itaguaí/RJ, um submarino com propulsão nuclear e quatro convencionais, bem como o fornecimento de torpedos pesados e contramedidas antitorpedos para submarinos, além do treinamento de pessoal com transferência de tecnologia para projeto e construção de submarinos. A missão principal desses meios será a proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), incluindo plataformas marítimas



de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal. O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com conclusão prevista para 2014, os quais, atuando de forma integrada, propiciarão grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos. Deu-se continuidade às atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de conclusão de todo o Programa em 2014. Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O Programa Nuclear Brasileiro (PNB) vem aumentando a importância estratégica do Programa Nuclear da Marinha (PNM) para o Brasil, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de novos sistemas e materiais, que contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e representam importante acréscimo de poder dissuasório à Defesa Naval do País. Em 2009, além de prosseguir com a implantação do Ciclo do Combustível Nuclear, a MB concluiu a fabricação dos Geradores de Vapor e do Gerador Elétrico Auxiliar do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (Labgene) e finalizou as obras civis dos prédios das turbinas e da Subestação 1.

Ainda com relação ao PNM, destaca-se, até então, o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio, por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico. Esperam-se, para 2010, sua conclusão, seu comissionamento e o início da produção de UF<sub>6</sub> (hexafluoreto de urânio), além da implantação das demais unidades componentes do Ciclo do Combustível Nuclear e das pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de sistema de propulsão. Esse protótipo servirá de modelo para a posterior construção do sistema que dotará o submarino movido a energia nuclear. Cabe reiterar que o desenvolvimento tecnológico do PNM apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens, que permitirá incremento nas demandas às indústrias brasileiras; a possibilidade de geração de energia elétrica, geração de empregos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

No que diz respeito à presença brasileira na Antártica, a Estação Comandante Ferraz (EACF) encontra-se em pleno funcionamento operacional, tendo apoiado os projetos que foram conduzidos no âmbito da Operantar XXVII, encerrada em setembro de 2009. Em outubro do mesmo ano, no âmbito da Operantar XXVIII, o Governo, por intermédio da Marinha, apoiou as atividades em quatorze projetos, com 240 pesquisadores. Essa operação conta com a participação do Navio Polar Almirante Maximiano, em sua primeira expedição à região antártica, que se constitui em moderna plataforma de coleta de dados e apoio à pesquisa, capaz de atender à demanda da comunidade científica e aos desafios que o crescimento do Programa Antártico Brasileiro representa.

O Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), continuado em 2009, contou com a participação de navios especializados para o serviço de aquisição de novos dados geofísicos, em complemento ao serviço executado pelos navios da MB. Posteriormente, esses dados serão processados, interpretados e consolidados em nova proposta de limite exterior da plataforma continental brasileira. Dos 963 mil km<sup>2</sup> correspondentes à área total reivindicada pelo País além das duzentas milhas náuticas – distribuídas ao longo da costa brasileira, nas Regiões Norte, Sudeste e Sul –, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU não acolheu cerca de 190 mil km<sup>2</sup>. Nesse sentido, estão sendo levantados novos dados em toda a margem continental brasileira, a fim de subsidiar e dar consistência a uma nova proposta, que será apresentada à mesma Comissão, em 2011. Para os próximos anos, será intensificada a presença do Estado brasileiro nas ilhas oceânicas de Trindade, Martin Vaz, Fernando de Noronha e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, como forma de reforçar o pleito brasileiro junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental. Um dos principais reflexos dessa ação está na garantia do direito de uso do mar da nossa Amazônia Azul, riquíssima em recursos vivos e minerais, em prol da sociedade brasileira.

No ano de 2009, com o propósito de contribuir para a Segurança da Navegação, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar e nas Hidrovias Interiores e para a prevenção da Poluição Ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou cerca de 150 mil ações relacionadas à Inspeção Naval e Vistorias, sendo efetivadas 92.450 ações de fiscalização direta em embarcações nacionais e estrangeiras. O maior incremento em relação aos anos anteriores foi observado na Região Amazônica, fruto de esforço concentrado para aumentar o nível de confiabilidade das embarcações e a mentalidade de segurança dos utilizadores, além de prevenir a poluição ambiental. Ressaltam-se as ações executadas ao longo das fronteiras com os países vizinhos. Ainda no que tange à Segurança da Navegação, com reflexos diretos no custo dos seguros marítimos, a MB promoveu a manutenção de 1.106 sinais náuticos (são mais de 7 mil sob sua responsabilidade), utilizando também sistemas de sensoriamento remoto. Essas ações contribuem diretamente para a redução do Custo Brasil e para o fomento de nossas exportações, propiciando maior inserção da Nação brasileira no contexto internacional. Em 2010, está planejada a realização de atividades de inspeção naval, fiscalização e regularização de embarcações comerciais e amadoras. O trabalho será executado por equipes de pessoal militar e civil, com a utilização de meios terrestres (viaturas) e aquaviários (embarcações).

Em consonância com as normas estabelecidas pela Organização Hidrográfica Internacional (OHI), a MB produz Cartas Náuticas Eletrônicas, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), com previsão de obter, em 2010, todo o portfólio das águas jurisdicionais brasileiras. Atualmente, já se encontram disponíveis para distribuição no Centro Internacional de Cartas Náuticas Eletrônicas cerca de oitenta dessas cartas náuticas. Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa, foram realizadas, em 2009, diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro. Essas operações contaram com a participação de unidades de Marinhas amigas, como Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

Dentre as 111 Operações de Socorro e Salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade do Brasil, distante das bases da MB, em que foram empregados 11 navios e 6 aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares. Merecem destaque também as 15 ações cívico-sociais e 21 assistências hospitalares realizadas em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste, oportunidades em que foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e a assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em dezenove localidades, com 1.300 atendimentos médico-odontológicos, 10 mil procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de duzentas pessoas. Por intermédio da Marinha do Brasil, garantiu-se a presença do Estado brasileiro em comunidades inacessíveis por outros meios.

Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval estão programadas, para 2010, as seguintes atividades:

- a construção de Navios-Patrulha (NPa) de quinhentas toneladas, no Estaleiro Inace, no Ceará, com o pagamento da finalização da Construção do 1º Lote com dois NPa (500 t) e pagamento dos eventos referente à construção do 2º Lote com quatro NPa (500 t), bem assim o início dos procedimentos administrativos para a construção do 3º Lote com seis NPa (500 t);

- a construção de três embarcações de desembarque de carga geral (EDCG) e de cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com conclusão da última embarcação prevista para outubro;
- a continuidade no processo de modernização do Navio-aeródromo São Paulo e Navio-desembarque Doca Ceará, além da modernização de Navios-patrolha, Navios-balizadores e Navios-faroleiros; e
- a modernização de aeronaves de asa rotativa e asa fixa, atualmente em estado de obsolescência, que permitirá o seu emprego em ações humanitárias de apoio às atividades de Defesa Civil, fiscalização e controle da poluição do mar, além de garantir o incremento da segurança de voo.

No ano de 2009, o Exército Brasileiro (EB) deu início ao planejamento das ações necessárias à implementação da END, constituídas em 129 ações estratégicas, a ser realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. As principais ações estratégicas em curso no ano de 2009 visaram à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, realizadas como consequência da END, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

No contexto do Programa de Reestruturação da Força Terrestre, o EB promoveu a adequação e instalação das organizações militares (OM), com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cita-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília/DF, as quais estimam-se ficar prontas em 2011, viabilizando, então, a gradual transferência das unidades sediadas na Esplanada dos Ministérios para suas novas instalações.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/AM, com a conclusão prevista para o ano de 2012. No ano de 2009, foram mantidos os trabalhos de construção de infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM, com recursos do Programa Calha Norte. Além disso, o Programa permitiu a mencionada continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós/PA e Tunul/AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, teve continuidade a adequação e instalação das organizações militares, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa/PR; e a chegada do primeiro lote das Viaturas Blindadas de Combate Leopard 1A5, o que aumentará o poder de choque e potência de fogo das forças blindadas, contribuindo para maior projeção de poder e dissuasão no contexto internacional.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiram as ações para a transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército de Taubaté/SP para Campo Grande/MS, proporcionando o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste. No mesmo ano, o EB prosseguiu com a renovação gradual do material de emprego militar, priorizando as estruturas blindadas, de infantaria leve, infantaria de selva, operações especiais e a estrutura de forças de paz. Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no prosseguimento do processo de aquisições de Viaturas Blindadas de Combate (VBC) Leopard 1A5. No último exercício, foi entregue o primeiro lote de 34 Viaturas Blindadas revitalizadas. Para as ações de revitalização dos blindados Cascavel, foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. No tocante ao Sistema de Foguetes Astros II, foram executados os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva.

Mereceram destaques, também, o desenvolvimento e produção de projetos de ciência e tecnologia. Nesse particular, o Radar de Vigilância Antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo (AGSP), em parceria com a empresa Orbisat. No tocante ao míssil anticarro MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote-piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército (CAEX). No Programa de Reparelhamento foi contemplada ainda a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamento de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia, material de saúde para a Brigada de Operações Especiais, a 11ª Brigada de Infantaria Leve e a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, em 2009, o adestramento foi ajustado às demandas dos planos estratégicos do Governo, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros despendidos nas atividades correlatas, assegurou a efetividade na aplicação dos recursos destinados à capacitação operacional, alinhando a atividade-fim ao planejamento do emprego, além de ter gerado o desejado desempenho da interoperabilidade com as demais forças. Destacaram-se o aperfeiçoamento das atividades de ensino e pesquisa, o desenvolvimento da doutrina militar, o preparo contínuo dos quadros e do Núcleo-Base e a formação, capacitação e adestramento da reserva, visando à mobilização militar, bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

Em 2009, visando a aprimorar o preparo da Força Terrestre em operações especiais, o EB realizou a 6ª edição do exercício “Força Comandos”, no período de 17 a 25 de junho, na Brigada de Operações Especiais, em Goiânia/GO, do qual participaram dezenove países do continente americano. O exercício compreendeu seminário estratégico e competição entre as equipes dos diversos países, na qual o Brasil sagrou-se campeão.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e sete operações de grande vulto, dentre as quais as operações Fronteira Sul e Curare, sendo esta na área amazônica. No dia 10 de fevereiro de 2009, na Operação Liberdade, o EB prestou o apoio em transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha para resgatar seis pessoas que estavam em poder das Farc, em território colombiano, com a permissão daquele Governo. Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação (Manaus) empregaram duas Aeronaves HM-3 (Cougar) e uma Aeronave HM-2 (Black Hawk).

O Exército proporcionou, no último ano, os mais diversos apoios (logístico, de instalações, transporte e alojamento de pessoas e materiais, combate a incêndios, operações de busca e salvamento de pessoas) a variados órgãos e empresas, como Ibama, Ministério Público Federal, Primeira Comissão Demarcadora de Limites (PCDL), Petrobras, Grupo de Trabalho responsável por identificar os corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros do Estado do Acre, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O EB continuou desenvolvendo a Operação PIPA, cujo propósito é a distribuição da água potável nas microrregiões do Sertão nordestino em situação de emergência. Ainda em 2009, o EB desencadeou operações em apoio às Secretarias de Saúde de Municípios dos Estados do Pará, Acre e Goiás nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Dentro do processo evolutivo de uma Missão de Paz, e prevendo a assunção plena de suas missões, o aparato local de segurança pública vem sendo cada vez mais empregado em operações anteriormente executadas com preponderância pela Força de Paz. Nesse sentido, em 2009 a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do PAC. Dentre outros trabalhos, prosseguiu a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante/RN e a restauração de três trechos estratégicos da BR-101/Nordeste. Foram liberados para o tráfego 15 km da nova rodovia duplicada no Estado do Rio Grande do

Norte, 24 km no Estado da Paraíba e 14 km no Estado de Pernambuco. No Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, seguem em execução as construções dos canais de aproximação dos Eixos Leste e Norte e das Barragens de Areias e Tucutu. As Unidades Militares mantêm nos canteiros de trabalho cerca de 460 homens, 140 equipamentos de engenharia e 138 viaturas, com previsão de conclusão para 2010. Cabe ressaltar que será mantida, neste ano, a participação da Força Terrestre nos empreendimentos do PAC em São Gonçalo do Amarante, na BR-101/RN e no Projeto e Integração do São Francisco.

Na Amazônia, houve a continuidade das obras de construção e pavimentação da BR-163 Cuiabá/MT-Santarém/PA. No trecho do Estado do Pará, finalizou-se o asfaltamento de 30 km entre as cidades de Santarém e Rurópolis. No norte do Estado do Mato Grosso, entre a cidade de Guarantã do Norte e a divisa com o Estado do Pará, o Exército concluiu a pavimentação de 25 km da rodovia. No trabalho de reconstrução da BR-319 (Manaus-Porto Velho), foram pavimentados dois lotes (90 km) entre Porto Velho e Humaitá. Essa parte, concluída em 2009, permitiu a redução em cerca de 50% do tempo de viagem entre as duas cidades. Ao sul da cidade de Manaus estão sendo construídas duas pontes sobre os rios Castanho (315 m) e Tupana (350 m), que devem estar concluídas até meados de 2010.

A Engenharia do Exército concluiu, em 2009, a construção da Ponte Binacional Brasil-Guiana, com 230 metros de extensão, sobre o Rio Itacutu. Além disso, participa das obras de recuperação da BR-307 (São Gabriel da Cachoeira/AM-Cucuí/AM). Construiu e entregou à população a Ponte Sargento Laércio, que possibilita o acesso à cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM. As obras nas três BRs (163, 319 e 307) continuarão ao longo de 2010.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o EB apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões, no deslocamento da gráfica em São Paulo até os 64 postos de distribuição dos Correios nos Estados.

As principais iniciativas do EB, planejadas para implementação e consecução no exercício 2010, decorrem da END, cujo maior objetivo é modernizar a estrutura nacional de defesa. Dela decorreu a Estratégia Braço Forte, planejamento correspondente à Força Terrestre. Essa Estratégia é composta pelos Planos de Articulação e de Equipamento. O primeiro refere-se à otimização da distribuição espacial das organizações militares do EB por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica. O segundo trata da adequação, aparelhamento e modernização das unidades militares, conferindo-lhes flexibilidade e elasticidade, aperfeiçoando a sua capacitação para o cumprimento de suas missões constitucionais.

O Plano de Articulação divide-se em dois programas: Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria. O Programa Amazônia Protegida tem como objetivo fortalecer a presença militar na Amazônia. Suas principais ações são a implantação de novos Pelotões Especiais de Fronteira e a complementação da estrutura operacional e logística da região. O produto dessas ações será o aumento da capacidade de monitoramento da fronteira, a condução de projetos de ciência e tecnologia, de mobilidade, de bem-estar da família militar e de comunicação social. Este último objetiva a divulgação do programa para a sociedade brasileira, devido a sua relevância para a consolidação da soberania nacional naquela importante área estratégica.

O Programa Sentinela da Pátria tem como escopo a reorganização e modernização das brigadas, unidades básicas de emprego da Força Terrestre. É constituído por ações de instalação, transformação e implantação de organizações militares em áreas estratégicas do Brasil, exceto a Região Amazônica, já priorizada pelo programa mencionado anteriormente.



Dentro desse objetivo, na área estratégica do Planalto Central, a Brigada de Operações Especiais, peça fundamental da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército Brasileiro, terá sua implantação continuada, em 2010, com a construção e a adequação de instalações, bem como a obtenção de Próprios Nacionais Residenciais destinados aos militares e suas famílias. Complementarmente, serão empreendidas as obras necessárias à transferência do Centro de Instrução de Operações Especiais de sua sede atual no Rio de Janeiro para Goiânia/GO, onde se integrará ao complexo da Brigada de Operações Especiais, a partir de 2011.

Permeando os Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria, o Plano de Articulação pretende desenvolver projetos que contemplem ações de apoio à família militar, criando condições de habitação nas regiões mais remotas do País, pela construção de próprios nacionais residenciais, unidades hospitalares, áreas de lazer e complexos educacionais. O Serviço Militar também será foco de projetos constantes do Plano de Articulação. Tais projetos possibilitarão a formação e a preparação da reserva mobilizável do Exército, pelo estabelecimento de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, Tiros de Guerra, Escolas de Instrução Militar e Centros de Recrutamento e Desmobilização em localidades estrategicamente posicionadas no território, distantes das escolas; e unidades militares atualmente responsáveis pela formação de reservistas.

O Plano de Equipamento compreende os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro. O Programa Mobilidade Estratégica objetiva completar as dotações de aeronaves, blindados, viaturas, embarcações, equipamentos, armamentos e suprimentos para que a Força Terrestre tenha reais condições de atuar, em qualquer parte do território nacional, com seus próprios meios, no mais curto prazo. Em 2010, haverá a continuidade do cumprimento do contrato firmado com o Governo alemão, em 2006, para aquisição das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, com a previsão de chegada, neste ano, de quatro lotes, totalizando 110 carros de combate e, para 2011, mais três lotes com 81 carros de combate, promovendo, dessa forma, a equivalência tecnológica ao Brasil em relação aos demais países do Cone Sul, o que garante a necessária projeção nacional na região.

O Programa Combatente Brasileiro tem suas principais ações voltadas para a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a aquisição de meios de emprego militar diretamente afetos ao combatente, por meio de projetos de ciência e tecnologia que privilegiam a indústria nacional de material de defesa. A Nova Família de Blindados sobre Rodas, os meios de Defesa Antiaérea, de Artilharia, de Engenharia de Combate e Construção e de Comando e Controle são alguns dos objetos desse Programa. No ano de 2010, serão aplicados ainda recursos para pesquisa e desenvolvimento de material de emprego militar, tais como a fabricação do lote-piloto do Projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR), a Nova Família de Blindados sobre Rodas (NFBR), a aquisição de insumos e contratação de serviços para o Projeto Míssil 1.2a, a produção de Morteiros Pesados 120 mm, o desenvolvimento do protótipo de Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT), a fabricação do lote-piloto do Projeto Radar Saber M60, a montagem de Óculos de Visão Noturna no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e a produção do lote-piloto do Equipamento Conjunto Rádio VHF veicular (Rádio Mallet).

Na área de ciência e tecnologia, o Exército tem como prioridades o desenvolvimento de projetos de materiais de emprego militar e, com maior destaque, a modernização da Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa pública de natureza estratégica, integrante da Base Industrial Mínima de Defesa vinculada ao Exército. Em 2010, há a previsão da continuidade do processo de reestruturação dessa empresa, com a recuperação de sua capacidade produtiva e o desenvolvimento de material de defesa destinado, prioritariamente, às Forças Armadas e Forças Auxiliares. Sob o enfoque doutrinário, em 2010 visualiza-se a modernização do Sistema de Doutrina Militar Terrestre, com a finalidade de atender às necessidades operacionais das Organizações Militares. Nesse sentido, busca-se modelo que permita ao EB ocupar-se da sua formulação doutrinária na qualidade



e quantidade necessárias à complexidade dos desafios, das tecnologias e dos cenários presentes neste século e compatível com a estrutura geopolítica do Brasil.

No contexto do fortalecimento da cooperação regional, como instrumento da política externa nacional, o Exército Brasileiro participará, em 2010, de exercício de Operações Combinadas com o Exército da Argentina, a ser realizado no território daquele país, com envolvimento de tropa binacional e de elementos de Estado-Maior.

Em 2009 a Força Aérea Brasileira (FAB), cumprindo sua missão de “Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional com Vistas à Defesa da Pátria”, manteve seu Plano de Recuperação Operacional com a aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves. Destacam-se a incorporação de aeronaves de transporte e de asas rotativas e, ainda, a preparação e adequação da infraestrutura das Organizações Militares para o recebimento das novas equipagens.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizadas manobras conjuntas de adestramento com Forças Aéreas estrangeiras da Venezuela, Peru, França e de outros países, permitindo a execução de planejamentos de operações combinadas, treinamentos de combate a tráfegos ilícitos transnacionais de baixa *performance* e operações ofensivas e de suporte, com o emprego das técnicas de voos para o exercício tático combinado.

Ressalta-se que a Força Aérea tem apoiado o Exército Brasileiro no restabelecimento da ordem social no Haiti, transportando pessoal e material, além da participação em vários eventos em conjunto com outros órgãos governamentais nas áreas de segurança, saúde, meio ambiente, defesa civil, etc. Manteve, também em 2009, linhas de voo para diversas cidades do território nacional e para algumas capitais da América do Sul, missões do Correio Aéreo Nacional, levando estudantes e profissionais de diversas áreas de atuação para atendimento de populações carentes.

A FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no Estado do Amazonas: Parintins, Maués, Barcelos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença. Em continuação às obras naquele Estado, em 2010, serão realizadas as ampliações e reformas nos seguintes aeródromos: São Paulo de Olivença, Eirunepé, Barcelos, Humaitá, Manicoré, Borba, Maués, Santa Isabel do Rio Negro, Lábrea e Fonte Boa. Está prevista, também, a ampliação dos seguintes aeródromos na mesma região: Tiriós, Surucucu, Iauaretê, Palmeiras do Javari, Estirão do Equador, Tunul-Cachoeira, Vilhena, Eirunepé, Moura e Porto Velho. Destaca-se ainda a construção, pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), da Pista de Santa Rosa do Purus/AC, na divisa com o Peru.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou por meio da manutenção da excelência no ensino, da pesquisa e do desenvolvimento, conduzidos pelos Institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Merece destacar que a principal contribuição do Comando da Aeronáutica para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está relacionada com a excelência na formação de recursos humanos e em sua destinação, pois mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrands e doutorandos formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) estão atuando em empresas relacionadas ao setor aeroespacial brasileiro.

Quanto às pesquisas e desenvolvimento na fronteira do conhecimento, merece ressaltar que o Brasil, por meio do DCTA, está se destacando perante o mundo ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina. Concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser. O Brasil está, dessa forma, sendo

pioneiro no desenvolvimento de tecnologia alternativa para o acesso ao espaço e, pela primeira vez, a viabilidade do emprego da propulsão a *laser* em velocidades hipersônicas. Desenvolveu também o primeiro motor aeronáutico a pistão *flex*, que foi projetado e será certificado para operar pelas pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou em laboratório o primeiro turboreator aeronáutico a querosene de aviação, inserindo o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. Realizou também o ensaio de queima em banco do motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado no 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

A implementação de recursos nas atividades aeronáuticas ligadas ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), que cobre ininterruptamente serviços de navegação aérea numa área de 22 milhões de quilômetros quadrados, permitiu ao Comando da Aeronáutica, que coordena o trabalho de mais de 13 mil profissionais, manter o funcionamento de mais de 6 mil equipamentos espalhados em todo o território nacional.

Na área operacional do controle do espaço aéreo brasileiro, foram modernizados radares meteorológicos, com a implementação de novas configurações. Essas medidas permitiram aos equipamentos a varredura em três níveis de elevação, proporcionando uma representação mais fiel das formações entre 250 e 400 km do radar. Foram adquiridos e implantados quatro Sistemas de Inspeção em Voo automatizados nas Aeronaves IC-95 do Grupo Especial de Inspeção em Voo, além das seguintes realizações: integração dos Radares de Sinop, Conceição do Araguaia e São Félix do Araguaia ao Centro de Controle de Área de Brasília (ACC-BS); integração do Radar Terminal de Área TA-10M/RSM-970S do Gama ao Controle de Aproximação Brasília (APP-BR) e ao Centro de Controle de Área Brasília (ACC-BS); homologação e integração do Radar TPS-B34 de Eirunepé ao Centro de Controle de Área Amazônico (ACC-AZ); integração do Radar TA-10M/RSM-970S de Confins ao ACC-BS e ao Controle de Aproximação Belo Horizonte (APP-BH); homologação e integração do Radar Star 2000/RSM 970S de Campo Grande ao Controle de Aproximação Campo Grande (APP-CG) e integração do Radar Secundário RSM 970S ao Centro de Controle de Área Curitiba (ACC-CW); integração dos Radares Secundários (RSM-970S de Pico do Couto, Santa Teresa, Galeão, Santa Cruz, Campo Grande e de Confins) e dos Radares Primários (TRS-2230 de Pico do Couto e Santa Teresa) e dos Radares Primários (TA-10M1 do Galeão e de Santa Cruz) ao novo STVD X-4000 do ACC-CW; integração do Radar TPS B-34/Condor 9600 MK II de Porto Esperidião ao STVD ACC-BS; e integração do Radar TPS-B34 de Porto Seguro na síntese do STVD do Centro de Controle de Área Recife (ACC-RF).

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha. Foram realizados também o redirecionamento e a ativação de Rotas de Navegação de Área (RNAV) de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área técnica, foram executados: a implantação de estações remotas de VHF e V/UHF *Data-Link* em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná, Fortaleza, Ribeirão Preto, Gavião Peixoto, Pirassununga e Galeão; o início da implantação de estações remotas de VHF em Corumbá, Ponta Porã, Coxim, Paranaguá, Porto Primavera, Guarapuava e Urubupungá; o início da substituição de estações remotas de VHF e UHF dos sítios de Assis, Canguçu, Catanduvas, Curitiba, Jaraguari, Morro da Igreja, Passo Fundo, Canoas e Santiago; a implantação de estações remotas do sistema de telecomunicações via satélite TELESAT em Jundiá, Eirunepé, Viseu, Tarauacá, Ji-Paraná e Oiapoque; a implantação ou substituição de Centrais de Áudios e Gravadores nos ACC Recife e Amazônico

e nos APP Curitiba, Campo Grande, Cuiabá, Santa Cruz, São José dos Campos, Porto Alegre e Florianópolis; a implantação de Radares de Área Terminal Star 2000 em Macaé, Porto Seguro, Ribeirão Preto e Natal; o início da modernização dos Radares de Aproximação de Precisão PAR-2000 de Santa Cruz, Canoas, Santa Maria e Anápolis; e a modernização e implantação de sistemas de energia, de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento e de climatização das áreas operacionais do Sisceab.

Na área de tecnologia da informação, foram realizadas a modernização e padronização de Torres de Controle, a inauguração das novas Torres de Congonhas e Galeão e iniciados os trabalhos nas Torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis. Tal revitalização proporcionou melhoria significativa no controle do espaço aéreo da FIR-Curitiba (Região de Informação de Voo – Curitiba), com a introdução de novas tecnologias e funcionalidades, tais como: integração do radar de Guajará-Mirim ao Sistema de Tratamento de Visualização de Dados (STVD) do ACC-Amazônico; integração do Radar TPS-B34/Condor 9600 MKH de Eirunepé-AM; integração dos Radares Star-2000 e TA-10M ao STVD do ACC-Amazônico; integração dos Radares da FIR Curitiba ao novo STVD do ACC-Curitiba; integração dos Radares de Porto Seguro e Salvador ao STVD do ACC-Recife; integração dos Radares dos Setores 13 e 14 ao ACC-CW; instalação de configuração da comunicação do Centro Madri com o Centro de Comutação Automática de Mensagem (CCAM), no Cindacta III; montagem dos ambientes ACC-Brasília, ACC-Curitiba, ACC-Amazônico e no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea) – contingência para operação em situação emergencial; revisão e atualização do *software* dos servidores do sistema nova Rede Administrativa de Comutação Automática de Mensagens (Racam); gerência do desenvolvimento do módulo aeródromo do Sistema Estatístico de Tráfego Aéreo (Seta Millennium); instalação do programa Sistema de Comutação de Mensagens Administrativas – Nova Racam (SCMA-NR) e acompanhamento dos resultados obtidos durante os testes de instalação e operacionalidade da nova versão do programa SCMA-NR nos terminais clientes de supervisão RJ e da ECM-C43 (Estação de Comutação de Mensagem), no Destacamento de Controle do Espaço Aéreo – Telemática – Rio de Janeiro (DTCEATM-RJ); e integração de ACC entre países da América do Sul e Caribe – Plano de Interconexão e a Modernização do Sistema de Slots do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (OGNA).

Como resultado desses investimentos, no que concerne aos Serviços de Navegação Aérea (ANS), sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), o Sisceab obteve, da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) a segunda colocação em termos de conformidade, com índice de 95%. Este resultado coloca o Brasil num elevado patamar em termos de certificação, superior a diversos países desenvolvidos como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália. Para o exercício de 2010 o Comando da Aeronáutica dará continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, com o objetivo de elevar a segurança dos usuários dos serviços de transporte aéreo, visando ainda ao atendimento da demanda média de crescimento do tráfego aéreo no País e melhor monitoramento do nosso espaço aéreo.

O Decea está implementando a moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela OACI, tendo em vista a necessidade de alcançar melhores índices de segurança e eficiência, diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas. Os serviços implementados já têm proporcionado benefícios aos usuários, além de experiências para a aplicação na FIR (Região de Informação de Voo) Atlântico, nas demais áreas do Caribe (CAR) e da América do Sul (SAM). A implementação dos meios CNS/ATM atesta a liderança do Brasil no contexto da navegação aérea na Região do Caribe e América do Sul. Essa posição é atualmente confirmada pela escolha do País como sede do órgão que terá a incumbência primeira de avaliar o risco de colisão no espaço aéreo RVSM (Separação Mínima Vertical Reduzida) na Região.

Outra ação de destaque, em 2009, foi a implantação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sigipaer), que permitirá a coleta e recuperação de dados de acidentes aeronáuticos, a veiculação de documentos, o controle das ações preventivas, a produção e distribuição de relatórios, o gerenciamento completo dos processos de investigação, a análise e a projeção de estatísticas e a integração de todos os elos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer). Destacam-se também os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que atingiu nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no *ranking* mundial, a EASA (European Aviation Safety Agency), e à frente de países como EUA, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

Na área humanitária, a Força Aérea Brasileira participou ativamente de missões de ajuda, transportando médicos, equipamentos cirúrgicos, mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Acre e Amazonas; e mantimentos e medicamentos para regiões do interior do Nordeste. No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Funasa para realizar a referida campanha em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do País. A FAB atuou também no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no Estado de Santa Catarina, no qual foram voadas mais de 408 horas e transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg. O Hospital de Campanha da Aeronáutica (HCAMP), instalado no Vale do Itajaí, atendeu em 19 dias 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. No que tange à ajuda ao exterior, a Força Aérea prestou socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas na Bolívia, no qual transportou 3.152 passageiros e 319.279 kg de carga, entre alimentos, coletes salva-vidas, medicamentos, rações operacionais e materiais para atendimento às vítimas. Foram voadas mais de 598 horas. A FAB também participou da busca e resgate das vítimas do citado acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, voo 447, em 31 de maio de 2009. A Aeronáutica atuou na região com 10 aeronaves e 250 militares deslocados, além do efetivo do Segundo Comando Aéreo Regional (Comar 2). As aeronaves superaram mais de mil horas de voo nas duas primeiras semanas após o trágico acidente.

Em 2010, uma das metas é a implantação da fase 3 do Laboratório de Leitura de Dados de Gravadores de Voo (LABDATA), que permitirá a extração e leitura de informações de equipamentos gravadores de voo, danificados em função de acidente aeronáutico. A END estabelece a necessidade da vigilância sobre o território nacional, com priorização para a Região Amazônica. Nesse sentido, com vistas a ampliar a presença militar na Amazônia, estão previstos dois novos Destacamentos de Aeronáutica, situados em Vilhena, no Estado de Rondônia, e em Eirunepé, no Estado do Amazonas, além de ampliação e melhorias no Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira/AM. Ainda em apoio à presença militar na Região Amazônica e no Centro-Oeste, bem como atendendo às necessidades de adestramento e pronto-emprego da Brigada Paraquedista, de modo a propiciar o rápido deslocamento dessas forças para qualquer ponto do Território Nacional, o Comando da Aeronáutica estuda a implantação de Base Aérea na Região Centro-Oeste, ou em outra localidade próxima ao centro decisório do País, em coordenação com o Exército Brasileiro.

No campo operacional, orientado pelo Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (Pemaer), a FAB dará prosseguimento à modernização e adequação de sua infraestrutura, de forma a comportar a incorporação de novos equipamentos, bem como a revitalização dos existentes. O Pemaer define objetivos estratégicos para o período compreendido entre 2008 e 2031, bem como os projetos estratégicos necessários para alcançá-los, orientando o processo de priorização dos recursos disponíveis, definindo atribuições e responsabilidades. Ainda nesse campo, a FAB deverá dar continuidade, neste ano, à execução de exercícios tático-operacionais com outras Forças Aéreas, tais como: Cruzex V, quinta edição de um exercício nos moldes da Otan, a ser realizado em Natal/RN, envolvendo as Forças Aéreas da Argentina, Chile, França, Uruguai e Venezuela, além da participação, pela primeira vez, da Força Aérea dos Estados Unidos; Operação Atlântico II; Operação Amazônia; Operação

Bolívia-Brasil (BOLBRA); Operação Peru-Brasil (PERBRA); Operação Venezuela-Brasil (VENBRA); e Operação Porteira Fechada. Participará também do Exercício *Cooperación I*, a ser realizado no Chile, com a participação de várias Forças Aéreas das Américas, num evento realizado pelo Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (Sicofaa), simulando missões de apoio humanitário numa situação de desastre natural.

Além disso, a FAB estará presente no Exercício *Angel Thunder*, em Tucson, Arizona, nos EUA, participando de missões de *Personal Recovery*, uma evolução do conceito de Busca e Resgate, pois envolve a participação de outras agências norte-americanas, tais como o FBI, o DEA e a CIA. Todas essas ações trarão benefícios ao País, pois possibilitarão a elevação da operacionalidade das tripulações brasileiras, uma vez que estarão em contato e terão a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e intercambiar experiências com Forças Aéreas que possuem experiência em combate, elevando o conceito da FAB, principalmente no contexto sul-americano.

No campo do desenvolvimento científico-tecnológico, estão previstas para 2010 diversas ações, destacando-se as seguintes: concluir a construção da Plataforma de Integração e Lançamento do VLS-1 em Alcântara/MA; desenvolver o modelo de integração de redes elétricas do VLS-1; realizar operações de lançamento de foguetes de sondagem para experimentos de microgravidade; continuar o desenvolvimento de aeronave para missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerologístico (KC-X); continuar o desenvolvimento de um veículo aéreo não-tripulado para reconhecimento tático; desenvolver sistemas missilísticos para a Força Aérea, incluindo mísseis ar-ar de curto, médio e longo alcance para a defesa aeroespacial; e continuar a formação de recursos humanos para o setor aeroespacial, dentre eles cem engenheiros, 25 doutores, 130 mestres, 55 mestres profissionais e 60 especialistas em aeronáutica.

## VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

### 1. Articulação com a Sociedade Civil

A participação social nas definições das políticas públicas, nas etapas de elaboração, acompanhamento, avaliação e, em alguns casos, revisão, tornou-se importante instrumento para a interlocução do Governo com a sociedade civil, por intermédio de diversas instâncias, permitindo o diálogo permanente com a sociedade. Essa interlocução com os diferentes segmentos da

sociedade civil foi fundamental, também, para o Governo enfrentar os desafios impostos pela recente crise econômica mundial e, por meio do diálogo com as centrais sindicais, representações empresariais e outros segmentos organizados, propor em conjunto soluções para amenizar as consequências dessa crise que abalou a economia internacional.

Desde 2003, foram criados ou consolidados novos canais de participação social – como os Conselhos de Políticas Públicas, Conferências, Mesas de Diálogo, Ouvidorias, Mesas de Negociação, Consultas e Audiências Públicas e Fóruns de Debate –, que contribuíram para estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Esse amplo processo de participação criou um ambiente de corresponsabilidade nas decisões governamentais, que tem sido essencial para o exercício da democracia no País.

Em 2009, foram realizados cerca de 700 encontros de trabalho com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil da cidade e do campo. Na área rural, foram coordenadas e articuladas as respostas às reivindicações do Grito da Terra 2009; da 3ª edição da Marcha das Margaridas; da V Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; e da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Um dos resultados desse trabalho foi o aumento dos recursos destinados ao Plano Safra da agricultura familiar, que chegou aos R\$ 15 bilhões para o período 2009/2010.

As mobilizações sociais urbanas, também, alcançaram resultados concretos. Em 2009, o Governo, para enfrentar o déficit habitacional, implantou o mencionado Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi discutido com os movimentos de luta pela moradia popular e reforma urbana, e a política de incentivo tributário aos setores da construção civil, indústria automobilística e a chamada linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar etc.), vinculada à garantia do emprego. Essa política de incentivo foi amplamente discutida com as centrais sindicais e o empresariado industrial.

Também, como importante mecanismo de articulação com a sociedade civil, tem-se as consultas públicas, que em 2009 foram realizadas sobre: i) o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Xingu e o processo de escolha das entidades da sociedade civil para composição do Fórum de Gestão do Plano BR-163; ii) a liberação dos preços das passagens aéreas para a Europa e EUA, o que culminou com a regulamentação da liberdade tarifária para todos os voos internacionais de empresas regulares, nacionais ou estrangeiras, que partem do Brasil; iii) o texto preliminar do PL que visa a substituir o atual Estatuto do Estrangeiro; iv) a definição dos objetivos e das diretrizes para facilitar e ampliar o acesso da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde; v) a atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, como incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial; vi) a atualização das políticas públicas em telecomunicações; vii) o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado (PPCerrado); viii) o PL para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores; ix) a implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV), que fará o transporte de passageiros entre as cidades do Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas; e x) o aperfeiçoamento do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DSTs.



## 2. Cooperação Internacional

O Governo esforçou-se, também, para incorporar a sociedade civil nas ações de cooperação internacional do Brasil, sobretudo aquelas voltadas para a integração regional e apoio ao desenvolvimento na África e na América Latina. Em 2009, foram realizadas três reuniões ordinárias do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, a fim de aprofundar as discussões sobre integração produtiva e ampliar o debate sobre o funcionamento do Instituto Social do Mercosul e a criação do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas e Empreendimentos de Pequeno Porte do Mercosul. O Instituto Social do Mercosul (ISM), inaugurado em 2009, é responsável pela elaboração de pesquisas e estudos a respeito da viabilidade de projetos sociais no bloco dos países integrantes do Mercado Comum. Ainda em relação ao Mercosul, para promover a sua divulgação nos Estados e estimular a participação da sociedade civil e das autoridades locais no debate dos temas relativos à integração, foi realizada em São Luís/MA a sétima edição do Programa “Encontros com o Mercosul”. A experiência participativa do Mercosul foi discutida no Conselho de Ministros da União de Nações Sul-Americanas e no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de ampliar os espaços de participação da sociedade civil nos acordos governamentais. Como resultado dessa iniciativa, será realizado, em 2010, o I Foro da Sociedade Civil da CPLP, que ocorrerá simultaneamente à reunião dos presidentes dos países integrantes da CPLP, com a participação dos movimentos sociais.

No âmbito do programa “África-Brasil: participação social e cooperação internacional”, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, realizou um seminário para promover o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas implementadas no Brasil e em diferentes países da África. A partir do encontro, foram definidas áreas prioritárias para ações de cooperação entre organizações sociais e foi elaborado o projeto de cooperação para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, a ser implementado, em 2010, na África do Sul, Moçambique e Namíbia.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, foi realizada missão ao Haiti com o objetivo de debater com representantes do Governo e da sociedade civil haitiana alternativas para ampliar a participação social em projetos de cooperação entre os dois países. Também foi realizado o “Colóquio Brasil-França – Cooperação, Solidariedade e Democracia, Luta contra as Desigualdades e a Exclusão”. O encontro abordou o papel da participação social na cooperação entre a França e o Brasil e buscou aprofundar o intercâmbio entre suas organizações sociais. Também, houve a realização do I Fórum Bilateral de Diálogo Social Brasil-Noruega, promovendo o debate entre governos, entidades sindicais e empresariais de ambos os países sobre a importância do diálogo social na construção de políticas públicas.

A construção de uma agenda comum com os Estados e Municípios, que sustenta o atual ciclo de desenvolvimento, passa pelo fortalecimento da crescente ação internacional desses entes, por meio da consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa e da articulação dessas ações com os eixos prioritários da política externa brasileira. Como forma de aproximar as demandas da cidadania e dos territórios do Mercosul, priorizou-se, em 2009, a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul (FCCR), espaço de participação direta de governadores e prefeitos. Esse Foro é coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais da Presidência da República, destacando-se como suas principais ações: i) o apoio a projetos

dos governos subnacionais, com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem); ii) a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz de Iguaçu), que criaram mecanismos de articulação e inserção dos governos locais e estaduais nas políticas nacionais para o Mercosul, a exemplo da Rede de Pesquisa e Tecnologia Agropecuária e a parceria entre a Embrapa e instituições estaduais; iii) a realização do 1º Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul; iv) a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e v) o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, objetivando a constituição de observatório que mapeará e apoiará as ações de integração dos governos locais de fronteira.

### 3. Informação ao Cidadão

O Governo manteve e fortaleceu as ações que vinha desenvolvendo com o objetivo de aperfeiçoar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, a fim de informar e esclarecer os cidadãos sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal.

Um importante canal de comunicação com a população foi estabelecido por meio da imprensa. O Governo procurou se dirigir a todos os níveis desse setor. Ao mesmo tempo, a ação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) ampliou os esforços para promover a imagem do Brasil no exterior.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente da República aumentou pelo quinto ano consecutivo. Foram mais de 260 entrevistas para a mídia nacional e internacional, uma média de cinco por semana, sendo 242 coletivas e 120 exclusivas, das quais 72 presenciais e 48 por escrito. Em 2009, o Presidente concedeu entrevistas para a grande maioria dos principais veículos de comunicação do mundo, com o objetivo de transmitir duas mensagens principais: que o Brasil estava preparado para enfrentar a crise internacional e sair mais fortalecido dela e que o Rio de Janeiro teria condições e merecia sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Foram 53 entrevistas exclusivas para a mídia internacional, mais de uma por semana, em média – o dobro do ano anterior. Só no contexto da candidatura e escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, foram cerca de 20 desde julho de 2008, o que resultou em mais de 1.500 matérias publicadas sobre o tema na imprensa internacional. O resultado desse esforço foi destacado nas primeiras páginas de mais de 230 jornais internacionais. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial.

As entrevistas exclusivas para a imprensa regional, também, tiveram o aumento expressivo de 70% no ano passado. Cresceram de 31 para 52, principalmente em razão da incorporação das entrevistas para comunicadores de rádios populares locais nas agendas de viagem do Presidente ao interior do País. Foram 17 entrevistas exclusivas nesse formato, em 2009, além de 4 coletivas, como a concedida pelo Presidente no canteiro de obras do Projeto São Francisco. No contexto dessa viagem, foi promovida uma visita guiada de jornalistas brasileiros e estrangeiros para conhecer o projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, que vão beneficiar mais de 12 milhões de brasileiros. A magnitude da obra e seu impacto social foram retratados em reportagens de jornais, revistas e emissoras de televisão regionais, nacionais e internacionais.

Já consolidados, os programas semanais de rádio Café com o Presidente e Bom Dia Ministro tiveram, juntos, mais de 100 edições, em 2009. Pesquisa realizada pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que produz os dois programas, aferiu que mais de 1.200 emissoras de rádio em todo o País reproduzem integral ou parcialmente o Café. O Bom Dia Ministro, por sua vez, transmitiu 55 entrevistas ao vivo com 33 ministros, feitas por 178 emissoras de rádio de 95 cidades brasileiras. A novidade de 2009 foi a criação do Brasil em Pauta, outro programa de rádio com entrevistas mensais de outros graduados funcionários do Governo. Foram 10 edições com presidentes de estatais e coordenadores de programas prioritários, com a participação de 78 rádios.

A Secretaria de Imprensa da Presidência, também, implementou outras duas iniciativas importantes: a criação do Blog do Planalto e a coluna de jornal O Presidente Responde. No ar desde agosto, o Blog tem permitido à Presidência da República relacionar-se diretamente com o público de uma nova mídia, que cresce em importância, e com as chamadas redes sociais. Integrando fotos, vídeos, áudios e infográficos, adotando linguagem mais acessível, o Blog colabora para uma melhor compreensão dos programas e políticas de governo. Nos primeiros quatro meses de existência, o Blog do Planalto já foi acessado por mais de 450 mil visitantes em mais de 100 países e mais de 260 cidades brasileiras.

A coluna O Presidente Responde, que estreou em julho, abriu canal direto do cidadão com o Presidente. Semanalmente, ele responde a três perguntas de leitores de 156 jornais, que atingem 107 Municípios de 23 Estados mais o Distrito Federal. Em 2009, o Presidente já respondeu a 78 perguntas de brasileiros. Foram editados 218 boletins “Em Questão”, em versão impressa e digital, e implementada a sua reformulação gráfica e editorial, com aumento do número de páginas e o uso de cor. Foram, ainda, realizadas Palestras, Fóruns e Seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior.

Na área internacional, foram realizadas ações relativas ao Projeto de Divulgação do Brasil no Exterior, a partir de fevereiro de 2009, quando foi contratada, por meio de licitação, empresa de assessoria de imprensa e relações públicas para promover o Brasil no exterior. Destacam-se ações como a prospecção, elaboração e distribuição de pautas e comunicados de imprensa para jornalistas estrangeiros e formadores de opinião; e a elaboração de textos de referência sobre temas estratégicos para o Brasil, como energia, meio ambiente e ciência e tecnologia. No que se refere à área de relações públicas, iniciaram-se projetos para informar e sensibilizar a opinião pública internacional sobre diversos temas como meio ambiente e combate a formas análogas ao trabalho escravo. Foram realizados dois seminários no exterior, com a presença do Presidente da República e ministros, em Nova Iorque e Londres, com o objetivo de atrair investimentos e mostrar como o Brasil estava enfrentando os efeitos da crise internacional.

Em 2009, foram realizadas inúmeras ações de publicidade, entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais, com o objetivo, dentre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do Governo, ressaltando-se: Balanços do PAC, Programa Minha Casa, Minha Vida, Melhoria do Atendimento aos Segurados da Previdência Social, Portal da Transparência, Projovem Urbano, Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica do Cidadão, Memórias Reveladas, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Campanha sobre as Ações Sociais do Governo, Semana Nacional do Peixe, Integração da Bacia do Rio São Francisco, Proposta de Marco Regulatório do Pré-Sal, Campanha sobre Educação, Conferência Nacional de Comunicação, Conferência das

Partes sobre o Clima (COP 15), Qualificação de Beneficiários do Bolsa Família, Olimpíadas 2016, Ano da França no Brasil e Seminários Internacionais sobre Investimentos no Brasil, em Nova Iorque e Londres.

Em consonância com a política de descentralização da aplicação de recursos publicitários, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República aprofundou o processo de regionalização da comunicação. Para tanto, ampliou a base de dados do Cadastro Nacional de Veículos de Mídia, que compila informações de emissoras de rádio e jornais do País, chegando a cidades com população acima de 20 mil habitantes.

A Diretoria de Patrocínios da Secom criou uma base de dados para troca de informações sobre normas, modelos de contrato, prestação de contas e avaliação de resultados, e estimulou a adoção de editais para seleção pública de projetos de patrocínio. O Módulo Patrocínio do Sistema de Controle de Ações de Comunicação (Sisac) está totalmente implantado e conta com uma base de 754 usuários e 64 instituições patrocinadoras (empresas estatais e autarquias), permitindo maior celeridade e controle das ações envolvendo patrocínio.

Devido à crescente importância da Internet para a comunicação pública, foram desenvolvidas, em 2009, várias ações para ampliar a presença nessa área, com a contratação, por meio de processo licitatório, de empresa de comunicação digital, que começou a trabalhar em março de 2009. Foram lançados os novos sítios da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Em 2010, será lançado o novo Portal Brasil e o Portal da Presidência e haverá a continuidade das ações de promoção do Brasil no exterior, além de ações de publicidade institucional e de utilidade pública.

#### **4. Interlocução Social**

##### **a) Conferências Nacionais**

As Conferências Nacionais traduzem a importância dada pelo Governo aos processos de participação social. De 2003 a 2009, foram realizadas 66 Conferências Nacionais, que abrangeram 36 áreas setoriais e mobilizaram mais de 4,5 milhões de pessoas em todo o País. Os debates ocorreram em nível municipal, regional, estadual e nacional, definindo prioridades e oferecendo subsídios para a elaboração das políticas públicas. Coordenadas pelos Ministérios em suas respectivas áreas de atuação, as Conferências Nacionais são articuladas e acompanhadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo que as informações sobre as Conferências e os Conselhos Nacionais estão disponíveis na seguinte página da Internet: [www.presidencia.gov.br/secgeral](http://www.presidencia.gov.br/secgeral).

Em 2009, foram realizadas:

- 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – ocorrida em Brasília, no período de 18 a 20 de março, com o tema “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – Avanços e Desafios”, essa Conferência foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos para debater a efetivação dos direitos das pessoas idosas, entre eles proteção e defesa; enfrentamento à violência; atenção à saúde; previdência social; assistência social; e educação, cultura, esporte e lazer;

- 3ª Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente – promovida pelo Ministério da Educação, dos dias 3 a 7 de abril, com o tema “Mudanças Ambientais Globais: Terra, Fogo, Água e Ar”, a Conferência teve como objetivo fortalecer a Educação Ambiental nos Sistemas de Ensino;
- 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – com o tema “Os avanços, os desafios e as perspectivas da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, a Conferência foi organizada pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em Brasília, entre os dias 25 e 28 de junho, para avaliar a implementação das políticas públicas aprovadas na 1ª Conferência e acompanhar a implantação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Pública Federal – “Democratizar as Relações de Trabalho, Diretrizes de Carreiras, Gestão por Competências” foi o tema da Conferência, realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, dos dias 6 a 9 de julho;
- 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – com o tema “Segurança com Cidadania: Participe dessa Mudança!”, o Ministério da Justiça realizou, em Brasília, dos dias 27 a 30 de agosto, essa Conferência Nacional, que teve como objetivo definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública;
- 3ª Conferência Nacional Aquicultura e Pesca – a “Consolidação de uma Política de Estado de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca” foi o tema dessa Conferência, realizada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em Brasília, no período de 30 de setembro a 2 de outubro, com o objetivo de consolidar uma política de Estado para o desenvolvimento sustentável do setor;
- 2ª Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior – o Rio de Janeiro sediou o encontro entre os dias 14 e 16 de outubro. A Conferência foi promovida pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre Gusmão e debateu os temas: cultura e educação; trabalho, previdência e saúde; e serviços consulares, regularização migratória e representação política;
- 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – realizada em parceria pelo Ministério da Educação e Ministério da Justiça (Funai), em Luziânia/GO, no período de 16 a 20 de novembro, teve como tema “Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmação Cultural”. O objetivo foi ouvir os representantes dos povos indígenas e das organizações não governamentais da área indígena e indigenistas sobre as necessidades da educação escolar indígena;
- 7ª Conferência Nacional de Assistência Social – a “Participação e Controle Social no SUAS” foi o tema do encontro realizado pelo MDS, em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social. A Conferência ocorreu em Brasília, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro, e teve como objetivo avaliar o trabalho realizado e debater propostas para o aperfeiçoamento do SUAS;
- 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – com o tema “Construindo Diretrizes da Política e do Plano Decenal”, o encontro ocorreu de 7 a 10 de dezembro, em Brasília, tendo como objetivo analisar e definir diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas à elaboração do Plano Decenal da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental – realizada em Brasília, entre os dias 9 e 12 de dezembro, com o tema: “A Saúde Ambiental na Cidade, no Campo e na Floresta: Construindo Cidadania, Qualidade de Vida e Territórios Sustentáveis”. A Conferência foi promovida pelo Ministério da Saúde, em parceria com os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, cujo objetivo foi elaborar propostas para a política integrada no campo da saúde ambiental;

- 1ª Conferência Nacional de Comunicação – realizada pelo Ministério das Comunicações, essa Conferência foi realizada, em Brasília, entre os dias 14 e 17 de dezembro, para debater o tema: “Comunicação: Meios para a Construção de Direitos e de Cidadania na Era Digital”.

Em 2010, está prevista a realização das seguintes Conferências:

- 2ª Conferência Nacional de Cultura – será realizada pelo Ministério da Cultura, no período de 11 a 14 de março deste ano, em Brasília, para debater o tema “Cultura, Desenvolvimento, Diversidade e Cidadania”;
- 1ª Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social – tendo como tema “Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social”, a Conferência será realizada pelo Ministério da Saúde, em Brasília, do dia 22 a 26 de março. O objetivo é estruturar as agendas pela universalização do direito à seguridade social, articulada com os governos participantes e organismos intergovernamentais;
- 1ª Conferência Nacional de Educação – está prevista para acontecer em Brasília, no período de 23 a 27 de abril, e será realizada pelo Ministério da Educação, com o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”. O objetivo da Conferência é garantir a participação da sociedade na definição das políticas públicas de educação no Brasil;
- 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil – “Por uma Ação Integral e Contínua” é o tema do encontro nacional, que acontecerá em Brasília, de 25 a 27 de abril. A Conferência será promovida pelo Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo avaliar a situação da Defesa Civil e definir diretrizes que possibilitem o fortalecimento da participação social no planejamento, gestão e operação do Sínec;
- 4ª Conferência Nacional das Cidades – terá como tema “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e será promovida pelo Ministério das Cidades, nos dias 25 a 28 de maio. O objetivo do encontro é identificar os avanços e resultados das Conferências anteriores e avaliar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU); e
- 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária – que será realizada no mês de junho, em Brasília, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Conselho Nacional de Economia Solidária. Tem como objetivo o incentivo à adoção da Economia Solidária como direito, estratégia e política de desenvolvimento.

#### **b) Conselhos Nacionais**

Os Conselhos Nacionais – órgãos colegiados, cuja maioria conta com ampla representação da sociedade civil e do Poder Executivo – reúnem-se regularmente para acompanhar, avaliar e propor alterações nas políticas públicas em suas respectivas áreas de atuação. De 2003 a 2009, foram criados 18 novos Conselhos e outros 18 foram reformulados. Hoje, o País conta com 125 Conselhos, com competência para aprovar diretrizes em políticas públicas nos mais diversos setores, como Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar, Desenvolvimento Econômico e Social, Juventude, Defesa dos Direitos da Pessoa



Humana, Direitos do Idoso, das Crianças e Adolescentes, da Mulher e Promoção da Igualdade Racial. A atuação desses Conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento do diálogo social e da democracia, bem assim para a transparência e efetividade da ação governamental.

#### **c) Programa de Formação de Conselheiros Nacionais**

Com o objetivo de contribuir para a formação qualificada dos integrantes dos Conselhos Nacionais, o Governo, por intermédio da Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a ENAP, desenvolveu o Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. O programa surgiu da necessidade de se criar um espaço para a capacitação, reflexão e troca de experiências relacionadas à participação social e à democratização da gestão do Estado, além de consolidar e sistematizar o conhecimento a respeito da participação social no âmbito do Governo. O Programa é composto pelo curso de pós-graduação em “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais”, nas modalidades especialização e aperfeiçoamento; e por 23 cursos de atualização, oferecidos com tecnologia de ensino a distância. Foram realizados, ao longo de 2009, cursos de curta duração destinados ao aprimoramento da gestão de políticas públicas, que variam de acordo com as necessidades específicas dos Conselhos Nacionais. Também, fazem parte do programa ciclos de debates, que acontecem trimestralmente em cada uma das cinco regiões brasileiras e são transmitidos pela Internet.

#### **d) Ouvidorias**

As Ouvidorias são canais de participação destinados ao cidadão que, de forma direta, pode acioná-las para reclamar, propor e avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos, com vistas ao seu aperfeiçoamento. Segundo a Ouvidoria-Geral da União, só em 2009, foram registradas cerca de um milhão de consultas às ouvidorias públicas. Em 2009, foram finalizados 24 processos de denúncias de racismo e realizados encaminhamentos para outros 239. Pensando em estratégias para qualificar a atuação dos agentes do Estado, notadamente aqueles ligados à manutenção da Segurança Pública, a Ouvidoria trabalha desde março de 2009 na proposta de criação de delegacias especializadas em crimes etnorraciais e intolerância. Esses avanços foram conquistados a partir do diálogo entre os governos, o Poder Legislativo, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Com cada um fazendo sua parte, já é possível enxergar em dias futuros um País livre do racismo e da discriminação racial, em que a qualidade de vida e as oportunidades sejam iguais para qualquer brasileiro. As demais ações das ouvidorias são apresentadas no Capítulo VII desta Mensagem.

#### **e) Mesas de Diálogo**

Diversas Mesas de Diálogo foram instaladas pelo Governo como um dos relevantes instrumentos para interlocução social. Dentre elas, destaca-se a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que reuniu representantes das entidades dos trabalhadores, empresários e governo, com o objetivo de propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual na lavoura de cana-de-açúcar. Também, tinha o propósito de promover a reinserção dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. Instituída em 2008, a Mesa realizou 17 reuniões e debateu uma agenda com 56 itens, que resultou no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, lançado em julho de 2009, com a adesão voluntária de mais de 300 das 413 usinas em atividade no País. O acordo nacional inédito resultante desse processo mostrou que questões relevantes nas relações de trabalho podem ser debatidas e equacionadas por meio da

referida interlocução social. Uma comissão tripartite – governo, trabalhadores e empresários – instituída pelo Compromisso Nacional irá acompanhar o cumprimento do acordo, que tem a duração de dois anos, podendo ser prorrogado. As empresas que aderirem voluntariamente ao Compromisso comprometem-se a respeitar as práticas nele definidas que beneficiam mais de 500 mil trabalhadores.

#### **f) Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Brasil**

Dentro das atividades preparatórias para a 3ª Edição do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM Brasil), que acontecerá em 2010, o Governo realizou 27 encontros em todos os Estados e no Distrito Federal, que resultaram na criação de 27 núcleos estaduais e mobilizaram pelo menos 9 mil pessoas. O Prêmio foi criado em 2005 a fim de incentivar, valorizar e dar visibilidade a projetos bem-sucedidos de prefeituras, da sociedade civil e do setor produtivo, voltados para a conquista dos Objetivos do Milênio.

Além disso, foi desenvolvido um portal que traz informações sobre a situação de todos os Municípios em relação às metas dos ODMs ([www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)). Ainda em 2009, houve a interação com a Rede de Intercâmbio e Difusão de Experiências Exitosas para Alcançar os ODMs, que é um Banco de Práticas criado pela Cepal e adotado pelo Brasil para a troca de experiências com países da América Latina e do Caribe, dando visibilidade aos projetos selecionados pelo Prêmio.

#### **g) Fórum Social Mundial**

A Governo participou e apoiou a realização do Fórum Social Mundial, ocorrida em Belém/PA, em janeiro de 2009, que contou com a presença de presidentes de diversos países da América do Sul. O apoio se estendeu à reunião com o Conselho Internacional do Fórum. A convergência de movimentos e organizações da sociedade civil saiu fortalecida desse encontro, apresentando alternativas para a construção de novos modelos de desenvolvimento. Em 2010, foi realizado outro Fórum, comemorando o seu décimo ano de existência, de 25 a 29 de janeiro, em Porto Alegre, porém com atividades descentralizadas nas cidades de Gravataí, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapiranga/RS.

### **5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pela Lei nº 10.683, de 2003, vem cumprindo uma trajetória de debate e contribuição em torno de temas fundamentais para o País, valorizando o diálogo como ferramenta para construção do desenvolvimento, que conduz ao bem-estar de todos e à responsabilidade para com as gerações futuras. O esforço de entendimento, a capacidade de escuta, a criatividade e a abertura para novas concepções entre lideranças empresariais, sindicais e outras lideranças representativas da sociedade brasileira consubstanciaram-se, em 2009, em um aprofundamento do debate estratégico sobre desenvolvimento, a partir das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e das complexas variáveis do cenário internacional.

Os trabalhos do Conselho voltaram-se, então, para a consolidação do modelo de desenvolvimento em curso, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, e para a geração de contribuições para os temas que considera relevantes para o atual modelo: a infraestrutura, a matriz energética, a política tributária e a educação. O desenvolvimento, como tarefa compartilhada

entre governo e sociedade, pressupõe crescimento econômico, combate às desigualdades e responsabilidade social e ambiental. A partir dos debates sobre a crise econômica, geraram-se recomendações para proteger a dinâmica brasileira de crescimento econômico com distribuição de renda, ressaltando o papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento e a construção de uma nova geopolítica mundial, incorporando um conjunto de países no debate e processo decisório. Moldou-se o consenso sobre a importância da rede de proteção social brasileira, geradora de seguridade para indivíduos e famílias, ao tempo em que é orientado pelo esforço de manter a produção, o consumo e, portanto, o fluxo econômico. Foram geradas análises e recomendações sobre os seguintes temas: a mudança do clima; o desafio brasileiro da exploração e produção nas reservas de petróleo descobertas na camada do Pré-Sal; a eficiência energética; e as alternativas para o financiamento e para a garantia dos investimentos, objetivando a expansão da infraestrutura – aeroportos, portos, estradas e ferrovias, habitação e saneamento –, tendo como um dos eixos as necessidades para a Copa 2014.

O Observatório da Equidade, dando prosseguimento ao esforço de acompanhar as políticas públicas sob a ótica da equidade, realizou seu terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completou a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, fazendo uma avaliação das distorções da tributação no Brasil. No âmbito internacional, o CDES realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Europeia das Sociedades Cívicas, proposta conjunta do Conselho e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Obteve avanços nas relações bilaterais com instituições similares e no esforço para apoiar iniciativas de criação de Conselhos Econômicos e Sociais, principalmente na América Latina.

Em 2010, prevê-se que o CDES avançará na proposição sobre a agenda pós-crise, aliando o dinamismo e a capacidade de inovação da economia à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

## **6. Relações Institucionais**

### **a) Articulação com o Poder Legislativo**

Quanto às proposições do Poder Executivo junto ao Poder Legislativo ou às iniciativas deste sancionadas pelo Presidente da República, 2009 foi um exercício extremamente produtivo, no qual foram regulamentadas matérias de extrema importância para o desenvolvimento econômico e social do País. Destaca-se, no âmbito das políticas sociais, a aprovação da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, cujo projeto foi de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. A aprovação dessa lei viabiliza a construção de um milhão de moradias para famílias com renda de até dez salários mínimos, em parceria com Estados, Municípios e iniciativa privada. Dispõe ainda, entre outros assuntos, sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Na área de política econômica, é igualmente relevante a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, relativa ao Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, que dá respaldo jurídico ao cooperativismo como parte integrante do Sistema Financeiro Nacional. Em relação às finanças públicas, houve a aprovação da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, autorizando o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais. Foi, também, sancionada a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas. Nas áreas de educação e cultura, destacam-se as leis de criação de universidades públicas e de alterações na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação, para garantir maior acesso ao ensino por parte da população (Leis nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, respectivamente).

Foram iniciativas de destaque, na área de infraestrutura, a Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009); a Lei nº 11.921, de 13 de abril de 2009, que dispõe sobre a política energética nacional; e a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). No âmbito da justiça e da segurança pública, destacam-se as alterações do Código Penal, que propiciaram maior garantia de punição a crimes.

Foi desenvolvida intensa atividade de articulação e diálogo junto ao Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar os Parlamentares para a aprovação de projetos que consolidem a promoção da igualdade racial como política permanente do Estado, necessária até que tenhamos uma sociedade mais equilibrada sob o ponto de vista das relações etnoraciais. O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2009, Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e coíbe práticas discriminatórias nesse âmbito. Essa proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da OIT. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nessa esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela ideia de traduzir a declaração de igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

#### **b) Articulação Federativa**

No que diz respeito ao fortalecimento institucional dos governos locais, destacam-se as ações da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal, que, com base em diagnóstico das capacidades de gestão, propõe a organização e coordenação dos programas federais de capacitação e assistência técnica oferecidos aos Municípios. Outra importante ação dessa agenda foi a criação do Portal do Software Público, que, em outubro de 2009, disponibilizou o *e-cidade*, uma ferramenta capaz de gerenciar em um único sistema as principais áreas de uma prefeitura. Além dessas, destacam-se as ações de simplificação do acesso aos recursos dos programas de modernização da gestão e de estímulo à formação de consórcios intermunicipais. Importantes, também, foram os pactos estabelecidos com os Estados e Municípios no âmbito das políticas públicas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

Em 2009, destacam-se ainda as seguintes iniciativas: i) o apoio técnico à formação de consórcios públicos; ii) o apoio aos Estados e Municípios para participarem do Ano da França no Brasil; iii) a aprovação de recursos para o Acordo de Cooperação Brasil-Itália, como projeto-piloto de pactuação e desenvolvimento territorial, que envolve a Presidência da República, oito territórios brasileiros e cinco regiões italianas; e iv) a realização do 3º Encontro da Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira. Ainda nesse ano, em comemoração aos 120 anos da Federação brasileira, foi realizado o Seminário Internacional “Cooperação Federativa: Estratégia para o Desenvolvimento”, que promoveu o diálogo entre gestores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O evento, que construiu uma agenda de fortalecimento da cooperação federativa como

estratégia para o desenvolvimento do Estado brasileiro, foi organizado em três eixos: a cooperação federativa e a efetividade das políticas públicas; a cooperação federativa e a eficiência na gestão fiscal; e a cooperação federativa e a promoção das atividades produtivas. Com os Estados, estabeleceu-se uma agenda regional a partir do apoio à organização do Fórum de Governadores do Nordeste, do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul). Esses fóruns passaram a ter reuniões sistemáticas, consolidando-se como importantes canais de diálogo e pactuação federativa.

Nesse sentido, merece destaque a assinatura dos Compromissos Mais Nordeste pela Cidadania e Mais Amazônia Legal pela Cidadania, nos quais o Presidente da República e os governadores do Nordeste e da Amazônia Legal pactuaram metas, até 2010, para a redução dos índices de mortalidade infantil, analfabetismo e sub-registro civil de nascimento, e para a ampliação da oferta de assistência técnica e extensão rural para o agricultor familiar. As ações estão sendo implementadas, respeitando-se as características de cada Estado e o cronograma preestabelecido. Na Amazônia Legal, além das metas indicadas, firmou-se compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 Municípios. Além disso, o Fórum de Governadores daquela região foi fundamental para a construção da proposta de regularização fundiária, que constou da mencionada Medida Provisória nº 458, de 2009, convertida na Lei nº 11.952, de 2009. Ainda sobre a Amazônia Legal, merece igualmente destaque a articulação federativa com os governadores e prefeitos locais, que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas. Por meio de força-tarefa, os agentes políticos da região contribuíram para a formulação da posição brasileira levada à 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, que enfatiza a importância da manutenção das “florestas em pé”, para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Com os Municípios, estabeleceu-se uma relação de diálogo direta e republicana, ou seja, sem distinções partidárias. Realizou-se, no início de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. Essa nova relação com os Municípios expressa-se, sobretudo, nas ações do Comitê de Articulação Federativa (CAF). Criado em 2003, por um protocolo de cooperação federativa, o CAF foi instituído pelo Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, como uma instância de diálogo entre as esferas federal e municipal de governo. Atualmente, além do ministro de Estado que o preside, participam do Comitê dezoito representantes de ministérios cujas políticas têm maior incidência no âmbito municipal e dezoito representantes das seguintes entidades: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Em sua última reunião do ano, o CAF deu mais um passo no sentido da sua consolidação e aprovou proposta de projeto de lei para reconhecê-lo como órgão de assessoramento direto ao Presidente da República. O diálogo federativo com os Municípios, no âmbito do CAF, já produziu avanços efetivos, como o fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias para aqueles entes. Hoje, segundo dados da CNM, os Municípios detêm 19% da receita pública disponível, valores muito superiores aos 13% registrados em 2002.

No último ano, em razão da crise internacional, foram implementadas diversas ações de apoio aos Estados e Municípios, com o objetivo de dar sustentação às medidas anticíclicas indutoras do crescimento econômico, da redução das desigualdades e da ampliação da rede de proteção social. Dentre elas, destacam-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes subnacionais, como i) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF)/Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal; ii) a nova regulamentação sobre a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, com menos entraves e melhoria do atendimento; iii) o referido financiamento do BNDES aos Estados, no valor de R\$ 4 bilhões, para garantir a continuidade de investimentos, mesmo no contexto da crise internacional; iv) o já mencionado

programa de ajuda financeira, que transferiu aos Municípios mais de R\$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do FPM; v) o parcelamento dos débitos previdenciários dos Municípios em até 240 vezes e a extinção de débitos prescritos; vi) a antecipação de R\$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); vii) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do PAC para as obras de saneamento e habitação; viii) a inserção de dispositivo na LDO 2010, que diminuiu o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável (PAS), Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativas às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; ix) a notificação prévia (prazo de 45 dias) como condicionante à inscrição definitiva de pendência dos Entes Federativos nos sistemas próprios, cadastros ou bancos de dados de controle utilizados para essa finalidade; x) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços), ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO 2010; e xi) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos, inclusive para contratações e negociações de dívidas, exigindo-se comprovação de regularidade fiscal apenas no ato do contrato.

Em 2010, um dos principais desafios do Governo será consolidar o federalismo cooperativo, com o objetivo de promover uma repactuação do País, de forma a preservar o processo de desenvolvimento sustentável iniciado pelo Governo, que tem sido fator basal para o enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais e regionais e dos desequilíbrios urbanos e ambientais. A fim de contribuir para esse esforço, no âmbito da Agenda Nacional de Apoio à Gestão, prevê-se o apoio técnico aos Estados e Municípios para a elaboração de diagnósticos, projetos e ferramentas, objetivando o fortalecimento institucional e a qualificação da gestão, especialmente nas áreas metropolitanas e nas regiões mais carentes, como os Territórios da Cidadania. Outro objetivo, para 2010, é consolidar a cooperação internacional federativa, visando a apoiar as ações de cooperação internacional dos Entes Federativos, para articulá-las com a política externa brasileira, por meio das seguintes iniciativas: i) agenda de trabalho do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul; ii) Cooperação Descentralizada Franco-Brasileira e formalização do respectivo comitê binacional; iii) implementação dos projetos da Cooperação Brasil-Itália em seus territórios; e iv) constituição de um grupo de trabalho de relações intergovernamentais no âmbito do Fórum de Diálogo IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e de uma agenda de cooperação bilateral e trilateral com países do continente africano.

## **VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO**

### **1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos**

A eficiência do gasto público é uma das prioridades do Governo, aliada à prestação de serviços de qualidade ao cidadão. Assim, associado a medidas para melhoria da qualidade e da efetividade do gasto público, bem assim da transparência e do combate à



corrupção, busca-se a melhoria no atendimento à população, mediante a simplificação de processos, eliminação de exigências e controles desnecessários e a facilitação do acesso aos serviços públicos.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos por meio de financiamentos apoiados no instituto da Parceria Público-Privada (PPP) tem sido uma das vertentes da atuação governamental para o provimento da infraestrutura social e econômica necessária ao crescimento do País. A utilização desse mecanismo permite a provisão de infraestrutura, resguardadas as restrições orçamentárias e o compartilhamento de riscos do projeto com o setor privado.

Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP, foi concluído o processo licitatório para a contratação de consultoria, por meio de cooperação com o BID. Para disseminar essa prática no âmbito da Administração Pública, foram também celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais, com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com os Estados da Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

O primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter –, formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de “*co-location*”, por 15 anos, na cidade de Brasília, já foi licitado, devendo ser iniciada a implementação neste exercício. Outro projeto federal de PPP é o Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina/PE, cujo edital de licitação internacional foi lançado no último mês de dezembro. O projeto é uma oportunidade para empresas de desenvolvimento de infraestrutura envolverem-se em uma concessão de longo prazo, para a construção e operação de infraestrutura de irrigação no setor de agronegócios brasileiro. O Projeto Pontal consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m<sup>3</sup>/s de água no rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura.

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento, no ano de 2009, em função da demanda crescente por financiamento externo por parte dos Estados e Municípios, manteve-se uma avaliação criteriosa e seletiva com relação à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, além das capacidades financeira e de implementação dos futuros mutuários. Em nível federal, observou-se o impacto dessas operações de financiamento, tanto do ponto de vista das restrições impostas pelo limite consolidado para operações de crédito externo da União, quanto do valor agregado a ser gerado por essas operações nos órgãos beneficiários. Assim, foi recomendada a preparação de 80 novos empréstimos externos (equivalentes a US\$ 15,1 bilhões), e de 37 doações (aproximadamente US\$ 1,0 milhão). Foram contratadas, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não reembolsáveis, equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (56,7%, em 17 operações), seguida dos Municípios (26,7%, em 8 operações) e da União (16,6%, em 5 operações).

O ano de 2009 foi de intenso relacionamento com os OFIDs, particularmente em consequência da crise econômico-financeira mundial iniciada em 2008. Nesse cenário, o Governo teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que lhes permitissem intervir, de forma efetiva e rápida, na recuperação

das economias de seus países-membros. O Brasil, nesse período: i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); iii) participou ativamente das discussões sobre a nona recomposição de recursos do BID; iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); v) formalizou os trâmites internos para a adesão do País ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação da participação do País nos organismos internacionais, o aprimoramento da capacidade de análise sobre a conveniência da participação nesses organismos e a melhor gestão dos recursos financeiros destinados ao pagamento das respectivas contribuições, foram transferidas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão as ações orçamentárias referentes aos pagamentos das referidas contribuições. Em termos de valores, foram executados financeiramente cerca de R\$ 472 milhões, referentes ao pagamento de contribuições a essas instituições internacionais.

No tocante ao comércio internacional, o Governo, dentre outras iniciativas, criou grupo para internalizar a análise de risco dos países para os quais o Governo fornece financiamento. Nesse sentido, buscou-se tornar mais eficiente o crédito destinado a esses países e, portanto, permitir maior expansão qualitativa, quando necessário, das operações de apoio ao comércio exterior brasileiro.

A condução da política fiscal do Governo, em 2009, objetivou minimizar os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia sem comprometer o objetivo da meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, foram implementadas medidas de: i) desoneração tributária, destacando-se as desonerações sobre produtos industrializados (IPI), sobre transações financeiras (IOF) e rendimento pessoal (IRPF); ii) aumento dos investimentos e dos gastos do Governo, destacando-se a extensão do benefício de seguro desemprego, a recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), e o Programa Minha Casa, Minha Vida; iii) equalização de taxas de juros, destacando-se o empréstimo de R\$ 100 bilhões ao BNDES e a concessão de subvenção econômica a esse Banco para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica. Tais medidas tiveram um custo de 1,2 ponto percentual do PIB e desempenharam um papel fundamental na retomada da atividade econômica observada ao longo de 2009.

Para que o Governo viabilizasse a adoção das mencionadas medidas de política fiscal anticíclica, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15, de 2009, que, aprovado, resultou na Lei nº 12.053, de 2009, reduzindo a meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% do PIB para 2,50%. A acentuada redução na relação dívida/PIB obtida no período recente, somada à perspectiva de queda nas taxas de juros, possibilitaram, naquele cenário, projetar a continuidade do declínio dessa relação com apoio das novas metas fiscais propostas. Dessa forma, o superávit no patamar proposto, a retomada esperada do crescimento da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida líquida do setor público não financeiro como proporção do PIB nos próximos anos.

O ano passado foi marcado por avanços importantes no processo de resgate e fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impondo maior transparência e *accountability*, por meio da adoção de padrões internacionais de contabilidade.

Nesse contexto, foram fortalecidas as competências e atribuições da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, promovendo maior integração entre esse órgão e os Órgãos Setoriais de Contabilidade da Administração Pública Federal, e fornecendo suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais.

Com esse objetivo, foi desenvolvido, pela STN, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a ser utilizado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído em 2010, visando à sua implantação no Governo Federal e Estados, em 2012, e nos Municípios, em 2013. A STN, também em 2009, elaborou e publicou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual dos Demonstrativos Fiscais, que modernizarão e padronizarão a produção de informações contábeis e fiscais no âmbito das três esferas de governo. Ainda em 2009, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público. O sistema já se encontra implementado e será disponibilizado para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

#### a) Arrecadação Tributária

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparando com igual período de 2008, apresenta uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos, uma vez que, com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação a igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos: foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e CIDE, no valor de cerca de R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias: a redução na arrecadação, no ano de 2009, em relação ao mesmo período de 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em cerca de R\$ 24,9 bilhões; iv) a CPMF foi extinta a partir dos fatos geradores de janeiro de 2008, no entanto, nesse mês ocorreu arrecadação, ainda em valor expressivo, por conta de fatos geradores do último decêndio de dezembro de 2007; v) transferência de depósitos judiciais: houve a transferência de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; e vi) parcelamento ou pagamento de dívidas: ao final do ano de 2009, houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941 e à MP nº 470, ambas de 2009 (crédito prêmio do IPI). Dessa forma, considerando a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo Governo, pode-se considerar que o resultado da receita correspondeu às expectativas feitas e foi suficiente para o atendimento da meta de superávit primário legalmente estabelecida.

#### b) Fortalecimento do Investimento Público

Em 2009, a queda nos repasses do FPM, fonte de recursos fundamental para muitos Municípios, causou grande dificuldade financeira para o cumprimento das responsabilidades desses Entes Federativos. Para contornar essa situação, o Governo Federal

adotou compensação em caráter extraordinário para equalizar os montantes transferidos em 2008 e 2009, por meio da abertura de dois créditos extraordinários, de R\$ 1 bilhão cada, com base em recursos do superávit financeiro na União apurado em 2008. Para os Estados, também prejudicados pela queda nos repasses do FPE, optou-se pela abertura de duas linhas de crédito, junto ao BNDES, totalizando R\$ 10 bilhões, disponíveis para despesas com investimentos. Ademais, foram transferidos aos Entes Federativos R\$ 1,95 bilhão de auxílio financeiro destinado ao fomento das exportações e, ainda, antecipou-se R\$ 1,06 bilhão do repasse de recursos do Fundeb, nos meses de abril a junho, auxiliando a recomposição de caixa dos Estados nesse período.

Para reforçar a capacidade de empréstimos do BNDES, fundamental num momento de crise no qual as fontes convencionais de crédito tendem a se tornar mais escassas, o Governo editou a Medida Provisória nº 453, de 2009, convertida na Lei nº 11.948, de 2009, que autorizou a União a conceder empréstimo de até R\$ 100 bilhões ao Banco, em condições financeiras competitivas. Além disso, diante da expressiva queda no volume de investimentos, em 2009, autorizou-se a mencionada concessão de subvenção econômica ao BNDES para operações de aquisição e produção de bens de capital e de incentivo à inovação tecnológica, até o limite de R\$ 44 bilhões. Como estratégia de combate ao déficit habitacional brasileiro e aos efeitos adversos da crise ao setor de construção civil, foi lançado o já referido Programa Minha, Casa Minha Vida, com autorização para o Tesouro Nacional realizar a equalização de encargos financeiros ao BNDES até o limite de R\$ 5 bilhões, favorecendo as condições financeiras para o alcance da meta de contratação da construção de um milhão de casas, até o fim de 2010. Vale destacar, também, a ampliação dos Programas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Provias e Caminho da Escola e, ainda, o lançamento do Procopa, que financiará a construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

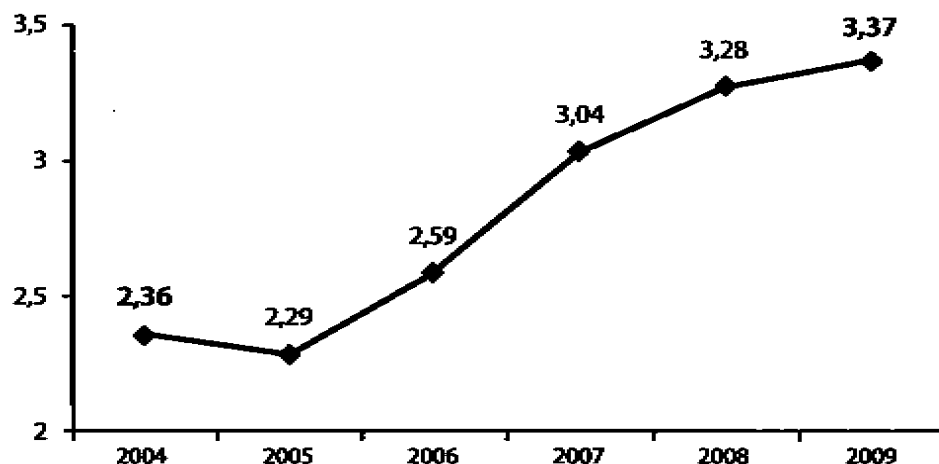
### **c) Dívida Ativa da União**

Em 2009, a Dívida Ativa da União (DAU), administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ficou em torno de R\$ 37,5 bilhões, resultando no crescimento de 12,52% em relação ao ano anterior. O estoque da DAU atingiu o valor de R\$ 827 bilhões. Nas conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se a arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 10,03 bilhões. Com a edição da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) nº 8, procedeu-se a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados, o que ocasionou uma redução significativa no estoque da DAU. Assim, já foram canceladas 193.520 inscrições não previdenciárias, representando baixa do montante de R\$ 841 milhões. Além disso, com o propósito de eliminação das dívidas irrecuperáveis, a Lei nº 11.941, de 2009, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, em obediência ao princípio constitucional da eficiência. Isso representará a eliminação 177.408 inscrições e a baixa de cerca de R\$ 498 milhões em débitos. Com a edição da Lei nº 11.775, de 2008, foram formalizados 6.275 acordos de parcelamento/liquidação, possibilitando que R\$ 105 milhões fossem recuperados amigavelmente. E, com o advento das modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 11.941, de 2009, arrecadou-se R\$ 1,31 bilhão, com a formalização de 452.522 acordos.

As melhorias alcançadas nos últimos anos no perfil do endividamento público fizeram com que a Dívida Pública Federal (DPF) fosse fator de estabilização do mercado, durante a crise internacional iniciada em 2008, ao contrário do que aconteceu em crises passadas, pois, em 2009, os principais indicadores registraram melhor situação, se comparados com os dos anos anteriores. O Brasil aumentou o prazo médio da dívida, diminuiu os seus vencimentos no curto prazo (12 meses) e elevou o percentual das participações dos títulos prefixados e indexados a índices preços, substituindo gradualmente os títulos remunerados pela taxa Selic e por variação cambial. Com tais resultados, o País obteve sucesso em reduzir tanto o risco de refinanciamento, quanto o de

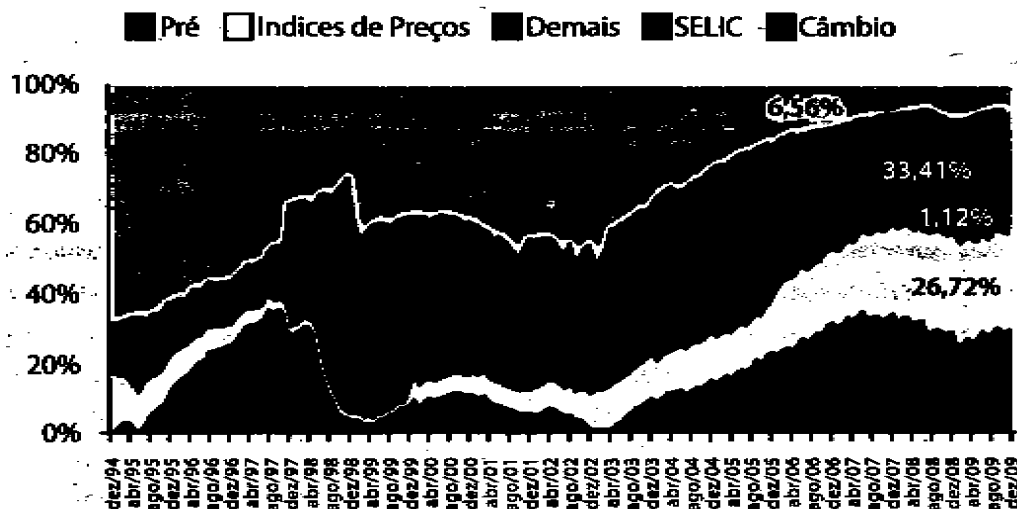
mercado da DPF. Não por outro motivo, a manutenção da estrutura da dívida pública foi citada como um dos principais motivos para a mais recente elevação da classificação do risco Brasil.

**Prazo Médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFI (anos)**



Fonte: STN/ME.

**Composição da DPF por Indexador – % DPF Total**



Fonte: STN/ME.

Para 2010, a administração da DPF, consideradas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Governo, manterá seu objetivo de minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, buscar-se-á contribuir para o bom financiamento do mercado de títulos públicos. Na administração da dívida externa (Dívida Pública Federal externa – DPFe, composta pelas dívidas mobiliária e contratual), além das diretrizes gerais da DPF, o Governo buscará o aperfeiçoamento do seu perfil, por meio do aumento da base de investidores, da manutenção do programa de resgates antecipados de títulos ineficientes e da consolidação da curva de juros externa, mantendo pontos de referência nos principais mercados de títulos.

Importante destacar que o Governo, por meio do Tesouro Nacional, continuará incentivando a ampliação do Programa Tesouro Direto (venda de títulos públicos pela Internet), programa este que tem como um de seus principais objetivos a democratização do acesso aos títulos do Governo pelos pequenos investidores, em condições semelhantes às obtidas pelas instituições financeiras nos leilões da dívida pública.

## 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal foram significativos, em 2009, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da tecnologia da informação do Governo, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada, ainda, a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) e o planejamento e a gestão dos contratos de bens de TI.

No contexto do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) e do Comitê Estratégico de Governo Eletrônico, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico) foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade que permitirá aos órgãos da Administração Pública Federal avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, à definição de uma plataforma interoperável para melhoria do atendimento ao cidadão, em consonância com a política estabelecida pelo Governo, em 2009, para a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão (Decreto nº 6.932, de 2009), bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital.

Durante o ano de 2009, o projeto *software* público ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) ampliou o número de soluções disponíveis – de 19 para 34 –, o que tem contribuído sobremaneira para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública. Destaque-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras; que alcança centenas de Municípios. Para 2010, estão previstas ações de consolidação da governança de TI na Administração Pública Federal, em especial no que se refere à melhoria do alinhamento entre as contratações dessas tecnologias e os objetivos institucionais e à qualificação do quadro permanente de gestão de informática, ampliação do uso de *softwares* públicos e a melhoria na gestão de contratações de bens e serviços do setor. Essas ações serão viabilizadas pelo reforço dos recursos humanos alocados nas áreas de TI dos órgãos integrantes do SISP, proporcionado pelos 250 servidores aprovados no processo seletivo interno para a concessão da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP) e pelos 230 novos servidores classificados no concurso público para o cargo de Analista em Tecnologia da Informação, criado pela Lei nº 11.907, de 2009. Será disponibilizado à sociedade, em 2010, o novo portal de serviços públicos, denominado “Guia de Serviços Públicos”, que abrigará todos os serviços digitais do Governo. Além disso, serão publicados dois documentos do Plano Nacional de Governo Eletrônico, a saber: “Governo eletrônico no Brasil: conceitos, organização e aplicação” e a “Agenda Brasil Digital”. Novas funcionalidades para o portal Governo Eletrônico serão desenvolvidas, em 2010, incluindo recursos de *web 2.0*, como *Twitter* e *blog*, o desenvolvimento do portal “Quero participar” e a finalização do Sistema de Gestão de Serviços *on-line* (Bem-te-vi).



Haverá, ainda, um conjunto de esforços para promover a integração de serviços de Governo, com destaque para o desenvolvimento de sistemas integrados de almoxarifado, patrimônio, bens móveis e estoque, a ser utilizados pela Administração Pública Federal. Serão finalizados, neste exercício, todos os documentos dos Padrões Brasil e-Gov, cujo uso se tornará compulsório. Pretende-se, ainda, publicar nova versão do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag) versão 3.0; disponibilizar no Portal de Software Público Brasileiro o aprimoramento da ferramenta Avaliador de Acessibilidade de Sites; apresentar no portal Governo Eletrônico, um comparativo de *softwares* leitores de tela de páginas web, entre outras iniciativas para estimular a acessibilidade virtual em portais, sites e serviços públicos.

### 3. Transparência na Administração e Controle Social

O Governo acredita que transparência e acesso à informação são o melhor antídoto contra a corrupção e por isso disponibiliza, desde 2004, o Portal da Transparência, uma ferramenta para promoção do controle social e combate à corrupção. O portal não exige senha especial de acesso, o que permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo, como transferências de recursos para Estados, Distrito Federal, Municípios e outras pessoas físicas ou jurídicas, cadastro de convênios e gastos diretos do próprio Governo, inclusive com o cartão de pagamento.

O esforço do Governo para aumentar a transparência pública tem sido reconhecido nacional e internacionalmente. Em 2009, o Portal da Transparência, já premiado pelas Nações Unidas, foi o vencedor do VIII Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2009), na categoria e-Serviços Públicos, quinto prêmio nacional recebido desde o seu lançamento. Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R\$ 6 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais oriundas de 536 programas oficiais. Só em 2009, o Portal já recebeu mais de 1,4 milhão de visitas. Além disso, 396 órgãos e entidades do Governo já disponibilizam as Páginas de Transparência, que também trazem dados sobre execução financeira, em seus sites na Internet.

No ano de 2009, foram incluídas novas consultas no Portal da Transparência, enquanto outras foram otimizadas. Entre as novidades, destaca-se: i) a disponibilização das informações do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas em formato de consulta; ii) a adaptação para linguagem cidadã de informações sobre funções de Governo da Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Esporte, Saúde, Integração Nacional e Encargos Especiais; e iii) a consulta que permite visualizar de forma unificada todos os convênios celebrados com a União. A partir do fim de 2009, o portal disponibiliza, ainda, a opção de consulta às receitas do Governo e aos nomes e cargos/funções dos servidores públicos em exercício no âmbito federal, além de fornecer dados para os portais da transparência de Estados e Municípios.

Para 2010, as evoluções do Portal da Transparência serão concentradas primordialmente na ampliação das bases de dados disponibilizadas, na otimização de consultas e no cumprimento da Lei Complementar nº 131, de 2009, que estabelece que todos os gastos e receitas públicos deverão ser divulgados em meio eletrônico. Há ainda a previsão de unificação das bases de dados do Portal e das Páginas da Transparência.

Visando à ampliação da participação da sociedade nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas públicas, foi criado, em 2004, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos

acerca da importância do controle social. Desde a sua concepção, o programa já beneficiou 1.353 Municípios, capacitando mais de 33 mil cidadãos. O Governo, também, desenvolveu ações para promover a ética e a consciência de cidadania junto ao público infanto-juvenil, envolvendo 743.891 alunos e 23.705 professores. Destaca-se entre as ações conduzidas, em 2009, a 3ª Edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, em âmbito nacional, e a implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”. Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo relacionado à transparência e acesso à informação, concluiu-se, em 2009, a elaboração do anteprojeto de lei sobre o Acesso à Informação, gerado a partir de debates na esfera do Conselho de Transparência. O mencionado Projeto de Lei nº 5.228 foi encaminhado ao Congresso Nacional, no dia 13 de maio de 2009. Essa proposta inova, entre outras disposições, ao estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos órgãos e entidades de todos os entes e esferas governamentais, de promover a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas. Espera-se que seja concluída, em 2010, a aprovação desse Projeto no âmbito do Poder Legislativo, para que possa ser feita sua sanção, dotando-se, assim, a sociedade de um importante instrumento para o acesso à informação e para a transparência das ações da Administração Pública.

A partir de 2008, o Governo desenvolveu uma nova sistemática de transferências de recursos da União, mediante convênios e contratos de repasse: o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv). Para o ano de 2010, estão previstas a conclusão e a disponibilização para todos os usuários do Siconv/Portal de Convênios, em plataforma web, com a informatização de todo o fluxo de operações das transferências voluntárias da União a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Além da transparência, esse sistema viabiliza a economia de recursos para os entes conveniados, uma vez que praticamente todas as etapas de execução e a prestação de contas da utilização dos recursos podem ser feitas no próprio Siconv, dispensando custos com controles e registros.

Em relação ao pregão eletrônico, que é um importante instrumento para a transparência e o controle de processo licitatório, somente em 2009, houve a economia de mais de R\$ 5,5 bilhões (21%), com o uso dessa modalidade, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados nas respectivas contratações. A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

A participação das micro e pequenas empresas (MPEs) nas compras governamentais foi significativa, tomando-se como base o período compreendido entre os anos de 2002 e 2009. Em 2002, as MPEs respondiam por apenas 14% (R\$ 2,8 bilhões) das referidas compras. Em 2009, esse percentual elevou-se para 29% (R\$ 14,6 bilhões), representando um crescimento real acumulado de 522% (R\$ 11,8 bilhões). Além disso, a contribuição das MPEs para a economia nas compras públicas pelo uso do pregão eletrônico, também, foi substancial em 2009, considerando-se que dos R\$ 5,5 bilhões acumulados de economia viabilizada por essa modalidade de licitação, R\$ 2,9 bilhões (53%) foi obtido por meio da contratação de MPEs.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais, em tempo real. O site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) possibilita consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados e suas atas, cotações eletrônicas e relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos. Em 2009, foram emitidos 3.976 certificados digitais para os agentes operadores do Sistema Integrado de Administração de

Serviços Gerais (Siasg) e do Comprasnet, totalizando 12.589 pregoeiros e ordenadores de despesa certificados no território nacional. Destaca-se, ainda, a certificação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em diversos órgãos da Administração Pública Federal, com a emissão de 4.959 certificados, totalizando 10.932 certificados emitidos desde o início dessa sistemática e, também, a criação e institucionalização de normas de segurança. Nesse mesmo ano, a Infovia Brasília alcançou o quantitativo de 137 pontos conectados, abrangendo a quase totalidade dos órgãos públicos na Capital Federal. Para 2010, o desafio é continuar expandindo a oferta de serviços nessa rede, proporcionando segurança, racionalização e economicidade na transmissão de dados, voz e imagem. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada, em 2009, economia anual superior a R\$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em 25 órgãos públicos. Em 2010, será feita nova licitação, abrangendo o maior número possível de órgãos e visando ampliar ainda mais essa economia. Ainda neste exercício, serão formuladas diretrizes para orientação, planejamento e expedição de normativos referentes às Compras Públicas Sustentáveis e à disciplina para contratação de obras e serviços de engenharia e de serviços terceirizados. Serão propostas, ainda, alterações e regulamentações de novos atos normativos relativos à Lei Geral de Licitações, para aperfeiçoamento da sistemática vigente, visando ao aumento da celeridade, economicidade e transparência das contratações públicas.

#### 4. Produção e Disseminação de Informações

Com a produção e a política de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o Governo tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos. As pesquisas realizadas e divulgadas pelo IBGE, em 2009, foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009. Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *online* gratuito para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referências Geocêntricas para as Américas (Sirgas 2000), e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Dentre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, que será totalmente informatizado, foram realizadas as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.000 vagas; Segunda Prova-piloto do Censo 2010; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; Censo Experimental; treinamento de mais de 240 mil contratados temporários; e o Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010.

As principais ações, neste exercício, serão a realização do Censo 2010; a divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009), da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008) e da Conta Financeira por setor institucional; a implantação do projeto de Índices de Preços ao Produtor (IPP) para Indústria; a expansão da Rede Brasileira de Monitoramento contínuo; a conclusão do mapeamento do Brasil na escala 1: 250.000 e do mosaico Landsat/CBERS; a atualização de toda a Base Territorial; a disponibilização na Internet do Banco Nacional Geográfico do Brasil; a nova edição do Atlas Nacional do Brasil; os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável; e a implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com a disponibilização no portal do sistema SIGBrasil.

## 5. Valorização dos Servidores

A valorização dos servidores públicos tem-se constituído o eixo central da gestão de recursos humanos no âmbito do Governo. Três têm sido as principais vias utilizadas para atingir os objetivos da valorização dos servidores: a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal. Em 2009, a execução da política de gestão de pessoas concentrou-se na implementação das novas estruturas remuneratórias, instituídas em 2008, para os servidores públicos federais e que foram resultado do processo negocial concluído naquele ano, e na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras. Instituiu-se, também, por meio da Lei nº 11.907, de 2009, regramento geral para disciplinar o afastamento de servidores para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, no País, de modo a não somente incentivar a maior qualificação do servidor como igualmente regulamentar, de forma transparente e meritocrática, a participação nesses programas.

Novas medidas foram submetidas ao Congresso Nacional a fim de que, a partir de 2010, haja um maior equilíbrio entre as remunerações de carreiras e planos de cargos com atribuições e responsabilidades equivalentes, notadamente nas áreas de infraestrutura. A Lei nº 12.186, de dezembro de 2009, permitiu que os cargos da Carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, criados em 2007 para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, passem a ter remuneração mais adequada ao seu perfil e responsabilidades, permitindo a continuidade do processo de recrutamento para essas atividades. Também em 2010, serão concluídas medidas para a regulamentação das gratificações de desempenho de diversas categorias previstas nas leis que reestruturam as carreiras de toda a Administração Pública Federal, visando conferir maior eficiência à gestão setorial, a partir da fixação de metas e realização de avaliações de desempenho que reflitam a melhoria efetiva da gestão pública.

Como forma de propiciar relações de trabalho mais justas e equânimes e de valorizar o trabalho do servidor, o Governo, ao longo dos últimos anos, vem construindo uma Política de Atenção à Saúde do Servidor. Nesse sentido, o Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009, institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), para uma melhor gestão dos serviços de saúde. Ainda, como forma de valorização dos servidores, ocorreu a Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, que contou com 1.054 participantes. No decorrer do ano, foram realizadas 6 Conferências Regionais de Recursos Humanos, que consistiram em uma etapa preparatória para a Conferência Nacional de Recursos Humanos. Foi criada a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904, de 2009, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos para substituir os trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho, em 2007. Em 2009, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 terceirizados e dos servidores em situação irregular na Administração Pública Federal, superando, nesse ano, a meta fixada no Termo de Conciliação, que é de substituir 60% dos terceirizados irregulares até 31 de dezembro de 2009, e o restante até 31 de dezembro de 2010. No que diz respeito às demais seleções, foram autorizados concursos para o preenchimento de 20.152 vagas, com provimento previsto para 2009 e 2010. Desse total, 5.978 são destinadas ao setor Saúde, 4.841 à Fazenda, 2.752 vagas para a Justiça, 1.161 vagas para o Planejamento, 830 à Educação, 734 à Cultura e 652 para a Defesa.

No que tange à capacitação de servidores públicos, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) realizou cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, contribuiu para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, por meio: i) da oferta de novos cursos, presenciais e a distância, inclusive sob medida e de especialização (pós-graduação *lato sensu*); ii) da coordenação do Sistema de Escolas da União; e iii) do mapeamento da oferta nacional de capacitação realizado pelas escolas de Governo nos diferentes níveis governamentais. Já a Escola de Administração Fazendária (ESAF) deu sequência ao programa de pós-graduação, ofertando cursos em nível de especialização (*lato sensu*) e de mestrado (*stricto sensu*), com área de concentração na gestão das finanças públicas e na promoção da cidadania. No último ano, ampliou-se a oferta dos cursos de especialização, com o início da 2ª turma do curso de Educação Fiscal e Cidadania. Dois outros cursos de especialização tiveram início no 2º semestre de 2009: Administração Orçamentário-Financeira e Direito Tributário, ambos com término previsto para o final do ano de 2010. Na modalidade *stricto sensu*, a ESAF, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), iniciou em 2009, a 6ª turma do curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público e a 1ª turma do Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Orçamento Público. Na área de Ensino a Distância, a Escola capacitou 8.056 alunos, realizando 17 cursos, que ainda estão em andamento, com 34.158 alunos. Na área de eventos, a ESAF capacitou 10.297 participantes em 134 eventos diversos, totalizando 3.914 horas de trabalho. Para 2010, na área de recrutamento e seleção, há a tendência de um menor número de concursos públicos em relação a 2009, considerando o ano eleitoral. No que se refere à Formação e Educação Permanente, já estão previstas atividades para cerca de 3.000 participantes, de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, e na área de Educação estão planejadas novas parcerias com Instituições de Ensino Superior, visando convívio profícuo da comunidade fazendária com centros de excelência em pesquisa e estudo de matérias fazendárias.

## 6. Gestão

### a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

A Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão abrange um conjunto de iniciativas do Governo voltadas à análise mais estratégica da atuação governamental, sem, contudo, abandonar a visão programática, instrumento de concretização dessa atuação. Em 2009, destacam-se as seguintes ações implementadas para a modernização do planejamento e da gestão: i) consolidação do modelo de gestão do PAC; ii) aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas; iii) publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual; iii) realização de fóruns nacionais e internacionais para a modernização da gestão pública; iv) elaboração de anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta; e v) consolidação dos mecanismos referentes ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) e ao Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (Promoex).

O Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC), que opera os módulos de cadastro de empreendimento e de liberação de recursos, foi essencial para o aperfeiçoamento do modelo de gestão do PAC. O Sistema auxiliou na consolidação de uma política de gestão integrada, em que as instâncias agem de forma articulada e buscam incorporar outros atores que possam solucionar tempestivamente problemas específicos, visando ao bom desempenho do Programa.

Outra linha de atuação do Governo, em 2009, está relacionada ao aperfeiçoamento do tratamento da dimensão territorial no ciclo de gestão das políticas públicas. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: i) a definição dos critérios para a regionalização

do Plano Plurianual 2008-2011, cuja execução física deverá ser informada por Estado; e ii) os trabalhos de caracterização socioeconômica dos 29 novos polos de desenvolvimento territorial, propostos pelo Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, com a proposição de uma carteira de investimentos para 2012-2015, além da implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Um dos objetivos dessa última iniciativa é garantir aos órgãos públicos federais o acesso a informações geográficas, criando, assim, as condições para o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão territorial das políticas públicas federais.

A mencionada publicação do Relatório de Avaliação do Plano Plurianual (PPA): Avaliação da Dimensão Estratégica, documento que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do País, além do cumprimento de determinação legal, teve como a finalidade conferir transparência ao desempenho dos objetivos estratégicos governamentais.

Em relação a eventos na área de gestão, o ano de 2009 foi marcado pela realização de fóruns nacionais e internacionais capitaneados pela Secretaria de Gestão (Seges), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Dentre esses, destacam-se o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnag-Promoex.

O 1º Fórum Nacional de Gestão Pública congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública. A referida Carta, firmada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad) e MP, em 2008, parte da premissa de que é imprescindível orientar a ação do Estado para resultados, tendo como foco o cidadão e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do gasto público, tudo isso sob boa governança. Durante o Fórum, foi lançada a Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão, muitas delas já em fase de implementação. O Portal da Gestão Pública, ([www.gespublica.gov.br](http://www.gespublica.gov.br)), lançado durante esse Fórum, é o principal instrumento de articulação e mobilização pela melhoria da gestão pública, bem como para informação e gestão do conhecimento. Também fazem parte da mobilização pela gestão pública os Ciclos de Debates sobre Direito e Gestão Pública, que têm por objetivo discutir os grandes temas e desafios da Administração Pública, aproximando profissionais do direito e gestores públicos, conduzidos pelo MP e pela Associação Nacional dos Procuradores da República.

A realização do XIV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, também, foi um relevante marco do Ano Nacional da Gestão Pública, assim como o II Seminário de Ações Compartilhadas Pnag-Promoex foi uma importante ação de natureza federativa. Neste, foi a primeira vez que os órgãos de planejamento, administração e controle se encontraram em um grande evento para trocar experiências sobre procedimentos de gestão. No que se refere às inovações em governança pública, foram discutidos, com a participação da sociedade, os formatos jurídico-institucionais e o marco legal dos órgãos e entidades da Administração Pública, que culminaram na elaboração de um anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as entidades de colaboração.

Na articulação federativa, destaca-se a continuidade da implementação dos mencionados programas Pnag e Promoex, sendo que o Pnag presta cooperação financeira e assistência técnica para a execução de projetos de transparência e fortalecimento da



capacidade institucional de todas as administrações estaduais e do Distrito Federal. Em 2009, o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal foi da ordem de R\$ 81 milhões, viabilizando, entre outras ações, a aquisição e instalação de equipamentos de videoconferência para todas as Secretarias Estaduais de Administração e de Planejamento. Já o Promoex proporciona cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas estaduais, do Distrito Federal e municipais, intensificando as relações interinstitucionais e a transparência da gestão dos recursos públicos. Em 2009, participaram do Programa 27 dos 33 Tribunais de Contas estaduais e municipais do País, tendo-se os seguintes avanços: aumento na interação entre os Tribunais e destes com o Governo Federal; implantação do Portal e da Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (<http://www.controlepublico.org.br>), disponível a todos os segmentos da sociedade; e harmonização conceitual de pontos de controle da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre as outras iniciativas de Gestão empreendidas pelo Governo, pode-se citar a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”; a elaboração de anteprojeto de lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

A Carta de Serviços ao Cidadão contém compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários dos seus serviços. Ela informa o cidadão sobre os tipos de serviços prestados por determinado órgão, as formas de obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, incluindo prazos. A Carta deverá ser permanente e amplamente divulgada ao público e informar, ainda, os mecanismos de comunicação com os usuários e os procedimentos para receber e gerir as sugestões e reclamações, reforçando o papel das ouvidorias, hoje já existentes em boa parte das instituições públicas. A primeira Carta de Serviços ao Cidadão elaborada foi a da Anvisa.

O Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o *software* Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, elaborados e disponibilizados gratuitamente pelo GesPública, proporcionam aos órgãos e entidades interessados metodologia e ferramenta de pesquisa. O objetivo é institucionalizar a avaliação de satisfação do usuário como uma prática relevante e necessária para o aperfeiçoamento da gestão pública.

As centrais de atendimento integrado reúnem representações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais em um único espaço físico. As unidades funcionam de forma articulada, sob o comando de uma administração central e apoiada na utilização de tecnologia de informação. Atualmente, há 26 unidades de atendimento em funcionamento. No sentido de buscar fortalecer cada vez mais essas centrais, em 2010, serão dados estímulo e orientação às organizações públicas no que diz respeito à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e ao estabelecimento de procedimentos para a realização periódica de pesquisas de satisfação dos seus usuários.

No apoio à melhoria da Gestão de Estados e Municípios, foram apresentados aos prefeitos o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”, e firmado acordo de cooperação assinado entre o MP, o Ministério da Previdência Social e o Consad, para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados, no intuito de apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo e aposentadorias irregulares.

Outra inovação é a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores. A proposta, que regulamenta os parágrafos 7º e 8º do artigo 37 da Constituição, foi submetida à consulta pública. Encontra-se em fase final de desenvolvimento o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão, que trará uma metodologia para orientar as organizações na construção do seu modelo de avaliação de desempenho institucional e fornecerá referenciais de indicadores para os principais processos de gestão.

Para o ano de 2010, prosseguirão os debates sobre a mencionada proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública Federal e Entes de Colaboração, oportunidade em que serão discutidas a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes. Também neste exercício, será consolidado o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Poder Executivo (Siong), que organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Serão iniciados o funcionamento da ferramenta *web* para a apresentação de propostas de estrutura regimental e regimento interno, e o desenvolvimento de metodologia para suporte à tomada de decisões sobre dimensionamento e provisionamento da força de trabalho em órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Outra ação de impacto para melhoria da gestão será a implementação do novo sistema de gestão de recursos humanos, em substituição ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), que se encontra defasado em termos tecnológicos e de funcionalidades.

#### **b) Gestão do Patrimônio da União**

Em 2009, o Governo continuou buscando a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente a utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. Nesse contexto, foi observado o que preceitua a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU) e iniciado o desenvolvimento e a implantação de ferramentas de gestão, que permitiram o gerenciamento das ações alinhadas aos desafios estratégicos definidos nessa política. Para 2010, a integração das ferramentas de gestão será um dos grandes focos da Gestão Estratégica do Governo.

O conjunto das ações de inclusão socioterritorial atinge, atualmente, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União. A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do Governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Dentre estas, destaca-se a ação de regularização fundiária urbana na cidade de Belém/PA, onde o Governo Federal, em cooperação com o Governo estadual, promoveu o cadastramento de 27 mil famílias e já emitiu seis mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, garantindo o direito constitucional à moradia às famílias ocupantes de terras da União. Outro exemplo de ação para dar segurança e cidadania a famílias de baixa renda que moram em áreas da União ocorreu, em 2009, na cidade do Guarujá/SP, onde foi regularizada a situação de 1.530 famílias, na localidade chamada “Conceiçãozinha”.

Na Amazônia Legal, o Programa Terra Legal, no Estado de Rondônia, realizou a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao Município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias, conforme mencionado no Capítulo II desta Mensagem. As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva. Desde 2005, 47 mil famílias

foram cadastradas nos Estados do Pará, Amapá, Acre, Tocantins e Maranhão, já tendo 15 mil famílias ribeirinhas no Estado do Pará tituladas com o Termo de Autorização de Uso.

O Governo, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, está trabalhando para identificar imóveis de propriedade da União, para serem utilizados na construção de habitações, viabilizando a utilização social do patrimônio público da União. Como resultado, desde 2008, já foram reservados para provisão de habitação popular, com aporte de terras da União, 65 imóveis nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse esforço, também, está sendo feito em relação aos imóveis do RGPS/INSS, dentre os quais já foram identificados 28, estando prevista a aquisição de outros 42, em 2010.

Em 2009, por intermédio do MMA e MP, foi implementado o Programa de Gestão Integrada da Orla Marítima, buscando executar uma política nacional para essa extensa área do território nacional, de forma compartilhada com outros entes federados e a sociedade civil. O objetivo principal do programa é a articulação das ações de incentivo ao turismo, à preservação do meio ambiente e de ocupação urbana, por intermédio de planejamento do uso e ocupação da orla brasileira. O produto dessa gestão é consubstanciado no Plano de Gestão Integrada (PGI), instrumento legitimado e aprovado em audiência pública.

Em se tratando da gestão dos portos brasileiros, o Governo tem trabalhado de forma articulada para que os terrenos de marinha, terrenos marginais e espaços físicos em águas públicas sejam regularizados, em consonância com a finalidade a que se destinam os portos organizados, em razão do relevante interesse público e estratégico para a nação. Já em relação aos terminais privados, em 2009, diversos processos de cessão de uso oneroso, sob o regime de arrendamento, de espaço físico em águas públicas tramitaram na Secretaria do Patrimônio da União/MP, dentre os quais se destacam empreendimentos da Petrobras para a construção de gasodutos no Município de Aracruz/ES e no Distrito de Magé/RJ. De igual modo, estão em curso processos de cessão de uso oneroso de espaço físico em águas públicas do mar brasileiro, em nome de empresas privadas, para a construção de terminais portuários de uso privativo. Além de impulsionar o desenvolvimento econômico, após a assinatura dos contratos de arrendamento, estima-se que haverá um incremento de arrecadação de receitas patrimoniais na ordem de R\$ 1,8 milhão mensais.

Em apoio à Política de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, foram cedidas áreas da União a Municípios, para utilização por cooperativas ou associações de catadores como área para triagem de material reciclável. O patrimônio da União, ainda em 2009, foi utilizado para o apoio à educação, tendo sido doados dez imóveis para apoio ao Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Deu-se continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da capacidade de controle e gestão do patrimônio imobiliário da União, merecendo destaque o investimento na contratação de serviços de levantamento físico-cadastral de imóveis provenientes de órgãos extintos, em especial da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), cujo inventário totaliza cerca de 24 mil unidades, distribuídas em mais de mil Municípios. Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que, dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes desses imóveis e os serviços prestados pelo Governo ganharam em qualidade, confiabilidade, transparência e agilidade, causando, de imediato, aumento no número de registros das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Com essas medidas, a arrecadação de R\$ 549,2 milhões, em 2009, superou em mais de 5% o volume arrecadado em 2008.

Para 2010, mirando o apoio e a viabilização das políticas governamentais, em especial as de habitação de interesse social e de desenvolvimento local, as ações prioritárias serão: i) a execução do levantamento e caracterização de bens imóveis oriundos da extinta RFFSA, prioritários para implantação de programas e ações governamentais; ii) o aprimoramento do arcabouço legal e dos procedimentos administrativos para a incorporação e regularização dos imóveis transferidos ou adquiridos pela União, inclusive por meio da capacitação dos servidores do órgão; e iii) a regularização dos imóveis alienados ou locados pela extinta RFFSA, prioritariamente os residenciais ocupados por população de baixa renda.

#### **c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação**

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg) foi instituído, em 2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório, da coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil, e da qualidade da regulação de mercados. O Pro-Reg, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, busca formatar um conjunto de iniciativas que atendam ao objetivo maior, que é a melhoria da qualidade da regulação e o fortalecimento do sistema regulatório, por meio: i) da capacidade de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; ii) da melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório; iii) do fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências; e (iv) do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos para o exercício do controle social e transparência.

No que se refere aos componentes que visa implementar, destaca-se o fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas e a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico, envolvendo, inclusive, estudos e propostas para o desenho de uma estratégia de implementação e institucionalização da análise de impacto regulatório. Trata-se de criar condições técnicas e políticas com vistas à introdução na agenda do Governo e no debate com as instituições regulatórias dessa ferramenta, largamente empregada nos países-membros da OCDE, para a melhoria da qualidade da regulação no País.

O segundo componente de maior importância é o fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências, cuja implementação deverá contemplar um programa de capacitação em análise de impacto regulatório, o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores, a formulação e implementação de programa de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados. Trata-se de questões centrais para a melhoria da qualidade da regulação e aumento da transparência e melhoria do desempenho das agências.

Ao longo de 2009, participaram das ações de capacitação do Pro-Reg 520 pessoas, entre servidores públicos de ministérios, agências reguladoras federais, estaduais e municipais, e membros de entidades de defesa do consumidor. Foram promovidos dois cursos avançados em regulação, ministrados em Washington, DC, Estados Unidos da América, pelo *Institute of Brazilian Business & Public Management Issues* (IBI), da *George Washington University*, voltados ao estudo do sistema de regulação, instituições e ferramentas de melhoria da qualidade regulatória. Por intermédio do Programa, foi organizado o seminário internacional "Análise do Impacto Regulatório – Instrumento para o fortalecimento da regulação no Brasil", que atingiu um público de mais de trezentas pessoas, composto por dirigentes e técnicos de ministérios, agências reguladoras e órgãos ou entidades ligados ao sistema regulatório.

Ainda na parte de capacitação, foi realizada mais uma edição do curso “Regulação – Teoria e Prática”, realizado em parceria com a ENAP. Já em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e o Ministério da Justiça, foi organizado o curso “Regulação e Defesa do Consumidor”, que focou na capacitação das entidades de defesa do consumidor que atuam com regulação.

O Pro-Reg contrata a realização de estudos técnicos sobre temas relevantes para a melhoria da regulação no País. Nove trabalhos já foram concluídos, relativos à estratégia de implantação da Análise do Impacto Regulatório, estruturação e implementação de Organismo de Supervisão Regulatória, e a organização e funcionamento das ouvidorias das agências reguladoras. Foram, ainda, realizados estudos técnicos sobre o desenvolvimento e a implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior; a estruturação de uma rede governamental de regulação; a implementação de modelo de dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) para captar, gerir e disponibilizar informações sobre os problemas enfrentados pelos consumidores no âmbito dos setores regulados. Também, foram publicados, com incentivo do Programa, dois livros sobre regulação: “Desafios da Regulação no Brasil” e “Regulação e Agências Reguladoras – Governança e Análise do Impacto Regulatório”, este em parceria com a Anvisa. Em 2010, o Pro-Reg irá desenvolver e implementar ações voltadas para a análise do impacto regulatório, de fortalecimento dos mecanismos de cooperação intergovernamental para monitorar e avaliar a qualidade da regulação, além da criação de uma unidade no âmbito da administração central, dotado de capacidade técnica e base de dados, para cumprir a função de coordenar, avaliar e monitorar temas de regulação. Espera-se, assim, dar continuidade às medidas de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade da regulação exercida pelas agências reguladoras, para que, como instituições de Estado, possam efetivamente contribuir para que os direitos dos consumidores e a estabilidade dos mercados possam ser igualmente preservados.

## 7. Combate à Corrupção

Em 2009, diversas foram as iniciativas do Governo na luta contra a corrupção. Destaca-se, nesse contexto, o acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Assim, em 2010, o Governo prevê a implementação de diversas ações, como a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para viabilizar a aderência do País às recomendações internacionais e o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção, visando à mútua cooperação e integração.

O Brasil assumiu, em 2009, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados-Partes. Nesse período, destaca-se ainda a participação pró-ativa do Brasil na definição e aprovação do mecanismo de avaliação dos países signatários quanto à implementação das medidas previstas na Convenção da ONU. O Brasil fará parte de dois grupos de trabalho que atuarão nas avaliações conduzidas: o Grupo de Revisão da Implementação da Convenção da ONU e o Grupo de Assistência à Implementação de Medidas de Prevenção da Corrupção. Quanto à Convenção da OCDE, o País será avaliado em 2010 pelo Grupo de Trabalho sobre Suborno de Transações Comerciais Internacionais.

Em dezembro de 2008, foi criado o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam subsidiar e acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos. As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitar a sua ocorrência. Entre os trabalhos desenvolvidos estão a análise dos gastos realizados por meio de suprimento de fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como a análise da base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas, e relatórios gerenciais sobre as compras governamentais. Em 2009, foram analisados, ainda, dados sobre contratos de terceirizações do Governo. Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.425 pessoas físicas e jurídicas, com vistas a subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Ainda em 2009, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.616, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária. Visa a iniciativa, ainda, estabelecer um tratamento mais rigoroso para esses crimes, quando o agente for membro do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e de Câmara Municipal, Ministro e Conselheiro de Tribunais de Contas, Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, Ministro de Estado, Secretário-Executivo, Secretário Nacional e equivalente, Secretário Estadual, Distrital e Municipal, dirigente máximo de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou Comandantes das Forças Armadas, uma vez que esses agentes públicos devem observar com maior empenho os padrões éticos de probidade e moralidade. Foi, também, elaborado anteprojeto de lei sobre Responsabilidade Civil e Administrativa de Pessoa Jurídica, o qual deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo, em 2010.

#### **a) Controle Interno – Auditorias**

Em 2009, foi acompanhada a execução de 76 ações de Governo com base nos orçamentos de 2007 e de 2008, além de atuação no planejamento de 63 ações referentes ao orçamento de 2009. Como consequência dessas ações de controle, destacam-se os seguintes resultados: i) retorno de R\$ 236 milhões, em decorrência da cobrança de débitos oriundos de pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, no âmbito do Programa Previdência Social Básica (MPS), além da edição de normativos internos do INSS com o objetivo de otimizar a atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade; ii) implantação de cruzamento de dados, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, do seguro-desemprego ao pescador artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evitando o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios; iii) ações de controle em projetos financiados com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e do Fundo de Desenvolvimento do Amazônia, propiciando aprimoramentos importantes na forma de atuação dos bancos operadores (Banco da Amazônia e Banco do Nordeste), em especial no que se refere aos mecanismos de aprovação de projetos e acompanhamento/fiscalização, proporcionando alterações de manuais operacionais e realização de trabalhos integrados entre as auditorias internas da Sudam, Sudene e as dos respectivos bancos operadores; iv) sugestão de criação de Portal da Transparência do Fundeb; v) sugestões para aperfeiçoamento de Decreto que dispõe sobre os programas de material didático, o qual se refere expressamente ao Programa Nacional do Livro Didático e ao Programa Nacional



Biblioteca na Escola; vi) edição de portaria instituindo novas regras e critérios para financiamento de eventos turísticos, com destaque para a parametrização dos referenciais de valor para pagamento de artista, banda ou grupo musical, no âmbito da ação governamental que financia a promoção de eventos para a divulgação do turismo interno; vii) reformulação dos procedimentos de análise das propostas, criação de novos modelos de qualificação dos proponentes e reformulação dos procedimentos sobre o Plano de Trabalho para as novas avenças, relacionadas ao Programa Segundo Tempo; viii) implantação de melhorias na gestão do Incra, garantindo maior segurança na seleção e homologação de famílias beneficiárias pelo Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais, inclusive com a adoção de cruzamento de dados com outras informações acessadas por parcerias com outros órgãos; ix) recomendações de melhorias nos fluxos operacionais no tocante ao incentivo à cultura, via renúncia fiscal, notadamente quanto à seleção, análise e aprovação dos projetos; encontra-se em curso o aperfeiçoamento dos controles internos, implantação de nova metodologia de credenciamento de pareceristas, modernização dos normativos internos relacionados à atividade, o que reforça as iniciativas em tramitação quanto à proposta de reformulação de Lei Rouanet; e x) identificação de pontos de melhoria no Programa Inclusão Digital, com destaque para o aperfeiçoamento do processo de contratação de kit para acesso público à Internet.

Ao longo de 2010, outras ações do Governo terão sua execução avaliada, entre elas: Programa Luz para Todos, Postos de Pesagem e Veículos, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Construção e Adequação Rodoviária, Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água. Também neste ano, o Governo elaborará estratégias de avaliação da execução de outras 72 ações governamentais, entre as quais Saúde Indígena, Brasil Escolarizado, Projovem, Pontos de Cultura e Programa Bolsa Família.

No último ano, foi dada continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de sorteios públicos. Com sistemática inovadora e exitosa, adotada a partir de 2003, o programa encontra-se na 30ª edição, com 1.751 Municípios fiscalizados (31,47% do total), englobando recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 13 bilhões. Nesse exercício, foi realizado o 2º Sorteio Especial, que fiscalizou 60 Municípios beneficiados com recursos do PAC, envolvendo recursos de R\$ 306 milhões.

A partir das frequentes constatações e respectivas recomendações feitas por ocasião dos sorteios públicos de Municípios, foi elaborado o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, que tem por objetivo criar infraestrutura adequada para as Equipes de Saúde da Família. Em 2010, estão previstos mais três sorteios, o que viabilizará a inclusão de mais 180 Municípios a serem fiscalizados. Além disso, pretende-se realizar a avaliação do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos sob três aspectos: avaliação do impacto do sorteio nos Municípios com incremento da chance de serem sorteados; avaliação concreta dos efeitos das fiscalizações em Municípios já sorteados, por meio de comparação entre as constatações evidenciadas; e avaliação da efetividade das fiscalizações na atuação dos ministérios gestores.

No exercício de 2009, foram realizadas 879 ações de controle relacionadas a obras do PAC, as quais representam cerca de 11% das fiscalizações realizadas. Foram focadas três frentes de trabalho distintas e complementares: acompanhamento sistemático dos principais programas de Governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Em decorrência dessas ações, foram identificadas diversas medidas, entre as quais: i) ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou no aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre as obras de Integração do Rio São

Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, além de servir como subsídio para que o Ministério da Integração Nacional possa cobrar atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras; ii) repactuação dos valores contratados, com economia de recursos aos cofres públicos, no âmbito do Ministério das Cidades, decorrentes da fiscalização dos Termos de Compromisso celebrados pela União com Estados e Municípios para a realização de obras de esgotamento sanitário; e iii) aprimorado dos mecanismos de controles internos administrativos pela Valec, em especial no que se refere ao modelo de acompanhamento das ações finalísticas de construção de trechos ferroviários (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização), bem como incremento na força de trabalho responsável pela fiscalização dos empreendimentos da construção da Ferrovia Norte-Sul.

Durante o exercício de 2009, foi recebido um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações, realizadas em 269 Municípios. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao Tribunal de Contas da União e, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção de ressarcimento. Ao longo dos últimos sete anos, foram analisadas 11.756 TCEs, compreendendo o potencial retorno de recursos aos cofres públicos federais de R\$ 3,87 bilhões. Em 2009, o número de TCEs analisadas foi de 1.605, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 702 milhões. Foram realizadas, nos últimos sete anos, 7.894 auditorias ordinárias anuais sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, foram adotadas medidas para melhoria do processo de trabalho de Auditorias Anuais de Contas. Em 2009, foram implementadas ações no tocante à definição de unidades para realização de auditoria pelo controle interno. O Governo apresentou ao TCU sugestões para a delimitação das unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados. Todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na Internet e o monitoramento conduzido pelo controle interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destacam-se alguns resultados obtidos pela atividade de auditoria anual de contas: i) apresentação de minuta de Resolução, pela Agência Nacional de Águas, definindo procedimentos de análise de prestação de contas das agências delegatárias, contribuindo para tornar mais eficiente a atuação dos órgãos parceiros e o controle sobre os recursos utilizados; ii) elaboração de planejamento de fiscalizações para o acompanhamento e a validação das informações apresentadas pelas 370 empresas que se beneficiavam da concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática, pelo MCT, cujo valor total estimado da renúncia fiscal, em 2008, foi de aproximadamente de R\$ 3,2 bilhões; iii) readequação de contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para prestação de serviços de postagem de multas de trânsito, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, promovendo alterações substantivas, com a retirada de cláusula de rescisão contratual unilateral, controle nos prazos de entrega das autuações aos motoristas infratores e inclusão de glosa de valores por serviços não efetuados; e iv) aprimoramento dos processos de controle interno, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio de repactuação de

planilha de custos em contrato de manutenção predial na reforma da sede da Floresta Nacional de Ipanema/SP, proporcionando uma economia aproximada de R\$ 0,5 milhão, e de readequação na metodologia de atuação dos processos de pagamento, com o fim de aumentar a rastreabilidade dos gastos.

Na área de pessoal, foram realizadas auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal, além da análise e encaminhamento ao TCU de processos relativos à aposentadoria, pensão e admissão de servidores. A auditoria de recursos humanos do MP atuou em diversos assuntos, visando ao desenvolvimento de um sistema de inteligência que possibilitará a automatização da auditoria da folha de pagamento, aprimoramento de processos de trabalho e do sistema, além de buscar articulação com os órgãos de controle.

#### **b) Medidas Corretivas**

Em 2009, o Governo colheu importantes resultados em relação à apuração da responsabilidade de agentes públicos na esfera administrativa. De 2003 a 2009, houve a aplicação de 2.398 punições administrativas expulsivas de servidores civis estatutários, entre elas 2.069 demissões, 184 destituições e 145 cassações. Assim, é certo afirmar que o total de punições desse tipo em 2009 superará, à exceção de 2007, todos os anos a partir de 2003, quando os dados passaram a ser computados. Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2009, permanecem os itens valimento do cargo (32,39%) e improbidade administrativa (18,71%).

Em relação aos servidores vinculados ao regime celetista, foram aplicadas 3.973 punições expulsivas, entre as quais 351 somente em 2009. Nesse exercício, houve instauração e condução direta de 114 procedimentos administrativos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares (PADs), em sentido estrito, e sindicâncias punitivas e investigativas. Foram instauradas 20 sindicâncias patrimoniais; verificada a regularidade de 1.243 processos disciplinares instaurados e conduzidos; e realizadas 1.471 investigações preliminares. Foram feitas, ainda, 45 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo. Entre 2006 e 2009, foram instauradas 94 Sindicâncias Patrimoniais, sendo 20 em 2009, a partir de relatos da ocorrência de operações suspeitas e da verificação de incompatibilidades patrimoniais, além de denúncias e representações.

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), que é um *software* desenvolvido e atualizado pela CGU, visa ao armazenamento e à disponibilização, de forma rápida e segura, das informações sobre procedimentos disciplinares do Poder Executivo. Em 2009, foram implementadas inovações no sistema, tornando possível o cadastramento de sindicâncias investigativas e patrimoniais, de consultas e emissão de relatórios, com maior utilização de parâmetros e anexação de documentos-chave. A capacitação de usuários cadastradores foi mantida, tanto presencialmente, com o treinamento de cerca de 100 servidores, em 2009, alcançando um total de 700 treinados desde a implementação do sistema, quanto por meio da Internet. Em 2010, pretende-se implementar a integração do CGU-PAD aos demais sistemas corporativos de acompanhamento de procedimentos disciplinares, por meio de um *web service*, de forma a evitar duplo cadastramento, ampliar o banco de dados a períodos anteriores à implementação do sistema e possibilitar o envio de dados para outros órgãos.

Com a sua previsão normativa assentada em contornos genéricos, a inspeção correcional carecia de uma regulação formal para conceber maior efetividade ao trabalho. Assim, foi aprovado o Manual de Inspeção Correcional, permitindo às equipes de

trabalho melhores condições de trabalho. O Governo simplificou, em 2009, o processo de apuração dos casos de pequenos danos ou extravios na Administração Pública. A medida é alternativa aos custosos processos disciplinares, pois abre a perspectiva de desburocratização, economia de tempo e de dinheiro, ao permitir a solução, no âmbito da repartição pública, de situações em que não se caracterize a intenção do agente e envolvam valores estimados, atualmente, em até R\$ 8 mil. O ágil desfecho dos processos verificado quando o servidor envolvido decide pelo ressarcimento possibilita, por seu lado, que se direcione o foco para matérias de maior relevo e com sinalização de prejuízos de grande monta.

O Governo examina formas de adequar à condução dos seus processos disciplinares as inovações tecnológicas trazidas pelo Sistema de Teleaudiências, já implantado em algumas Varas Judiciais do País. Esse sistema, integrado por um conjunto de recursos e equipamentos (como telas, câmeras e telefones digitais), dispensa o transporte de réus presos da unidade prisional até o local da audiência, oferecendo vantagens como segurança, agilidade e redução de custos. Em junho de 2009, após conhecer as práticas do Tribunal de Justiça de São Paulo, um dos precursores no emprego do sistema, o Governo iniciou estudos para adaptação da ferramenta às suas atividades disciplinares.

As linhas de ação estabelecidas para 2010 visam ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar dos servidores públicos federais, de modo a tornar ainda mais ágeis os procedimentos de condução dos processos disciplinares instaurados. Na exata percepção de que a aplicação da pena ao servidor só será justa, eficaz e legítima se advier dentro da possível contemporaneidade à prática do ilícito é que o Governo busca, neste exercício, a adoção de medidas sinalizadoras de uma maior prontidão na deflagração da investigação das irregularidades dentro do serviço público, já que a responsabilização administrativa acaba por ser mais célere do que a responsabilização civil e criminal, afetas ao Poder Judiciário.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram por ele confirmadas. Até novembro de 2009, seis empresas foram sancionadas, quatro delas pertencentes ao ramo da construção civil, flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada à construção de prédio público em Brasília. A perspectiva para o ano de 2010 é o aperfeiçoamento da cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, Polícia Federal, Ministério Público da União, TCU etc.). A ideia é fazer com que os elementos produzidos por esses organismos sejam compartilhados, o que representará um incremento do número de processos administrativos sancionatórios e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descurar de valores como a licitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

Seguindo o plano de trabalho elaborado pelo Grupo Jurídico da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), o Governo promoveu, em novembro de 2009, o “Encontro Brasileiro de Corregedorias Federais”, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal. Visando à troca de experiências e intercâmbio entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o evento discutiu temas como sindicância patrimonial, sigilo fiscal e bancário e ação correcional no combate à impunidade. Para o ano de 2010, está prevista a realização do 1º Encontro de Corregedorias Públicas, em busca da troca de experiências e conhecimentos acerca do funcionamento das unidades de correção especificamente no âmbito do Poder Executivo, as quais precisam ser melhor auscultadas, em favor do fortalecimento do sistema correcional vigente.

### c) Ações de Capacitação e Prevenção

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. Nesse sentido, foram realizadas várias ações preventivas em 2009, das quais destacam-se: i) capacitação para os servidores que atuam no monitoramento operacional de benefícios, na manutenção de direito e perícia médica do INSS; ii) capacitações relacionadas à utilização do Siconv; iii) capacitação para servidores na área de licitações e sobre TCEs; iv) realização da Semana Orçamentária e Financeira, em diversas Unidades da Federação; v) capacitação em controles internos administrativos e auditoria interna; vi) realização de diversas reuniões com órgãos e entidades públicos para orientar sobre o aprimoramento dos mecanismos de controle, visando ao acompanhamento de obras públicas; vii) orientação a servidores sobre a importância dos fiscais de contrato, representantes formalmente designados pela Administração para exercer a fiscalização dos contratos, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993; e viii) edição de portaria específica, no âmbito de atuação da Secretaria de Defesa Civil/MI, regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, bem como ajustes no processo de distribuição de materiais que visam atender às populações atingidas.

Com o objetivo de dotar a Administração de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo reserva um qualificado corpo de servidores para ministrar curso de Direito Disciplinar. No seu melhor desempenho nos últimos sete anos, o programa de formação de membros de comissões disciplinares dirigiu-se a todas as capitais do País e promoveu a capacitação de 1.525 servidores públicos federais, somente em 2009, perfazendo um total de 7.398 profissionais capacitados. Já o curso de “Análise de Evolução Patrimonial e Principais Fraudes”, que busca a difusão das técnicas de investigação mediante sindicâncias patrimonial, registrou o número de 79 servidores capacitados, em 2009. Estima-se, por sua vez, que a média de mil servidores/ano capacitados pelo “Programa de Formação de Membros de Comissões de PAD” será superada, em 2010. Pelo número de turmas que já estão agendadas para este ano, prevê-se que cerca de 1.200 servidores públicos serão treinados para participar de comissões processantes.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, instituído em 2008, objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios. A escolha dos participantes do programa é feita por sorteio público e a definição das ações a serem adotadas acontece em parceria com cada Município sorteado, considerando suas especificidades. Até novembro de 2009, o programa já beneficiou 576 Municípios, capacitando 6.486 agentes públicos.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da Educação a Distância (EAD). A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: educação para a cidadania e fortalecimento da gestão pública. A primeira delas é trabalhada em cursos, vídeos e publicações voltadas para cidadãos, com o objetivo de promover o controle social e orientar a população sobre como os gastos públicos podem ser controlados, enquanto a segunda concentra-se na capacitação de servidores públicos em temas como licitações, contratos administrativos e convênios. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU, e todas as ações de EAD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11 mil participantes.

#### **d) Ações de Ouvidoria**

O Governo tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, na criação de ouvidorias federais e no incentivo à participação de todos os ouvidores públicos do País, visando ao fortalecimento da cidadania. Outro importante foco é a interação afirmativa de estímulo à expansão das ouvidorias junto aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo, o que tem permitido a consolidação e fortalecimento desse segmento. Em 2009, foram realizados cursos gratuitos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria Pública do Brasil. Esses cursos, cuja participação foi franqueada a servidores de Estados e Municípios, foram realizados em mais de 12 capitais estaduais, desde 2006. Nesse período, mais de 1.200 ouvidores e servidores foram qualificados. Em 2010, o Governo pretende dar continuidade a essa ação por meio do 5º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública, a ser realizado em oito capitais.

Ao longo do último exercício, houve acentuada aproximação entre ouvidores e instituições similares no contexto internacional, como o *Ombudsman*, provedores de justiça, *defensores del pueblo* e *médiateurs*. A realização de dois importantes eventos marcou essa ligação: o Seminário Internacional de Ouvidorias Públicas, ocorrido em julho, em Fortaleza, com público de 300 pessoas; e o 1º Fórum Internacional de Ouvidorias/*Ombudsman/Defensores del Pueblo/Provedores de Justiça/Médiateur de la République*, realizado em novembro, em Brasília, com público de mil pessoas.

Em 2010, também será priorizado o estreitamento de relações no plano internacional, especialmente com os ouvidores (provedores de justiça) da CPLP, cuja mobilização ocorreu a partir de reuniões de trabalho com representantes dos países interessados, durante o mencionado fórum, em 2009, e a partir da proposta do Brasil para a criação da Associação dos Países de Língua Portuguesa para esse tema.

Ao final de 2009, o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal atingiu o quantitativo de 151 unidades de ouvidoria (incremento de 277% desde 2003), responsáveis pelo atendimento de três milhões de manifestações de cidadãos. O Governo, ainda, pretende interagir com órgãos governamentais competentes, com vistas ao aperfeiçoamento do instituto da ouvidoria, constante da proposta de nova proposta lei orgânica para administração pública federal, o que permitirá o fortalecimento desse segmento. O Governo, também, planeja apoiar a implantação de unidades de ouvidoria nos ministérios que ainda não possuem unidades de atendimento ao cidadão; desenvolver ações para promover a conscientização dos entes do Poder Executivo sobre a utilização de informações das ouvidorias em seus planejamentos; e manter a grande aproximação com ouvidorias nacionais e seus congêneres internacionais.

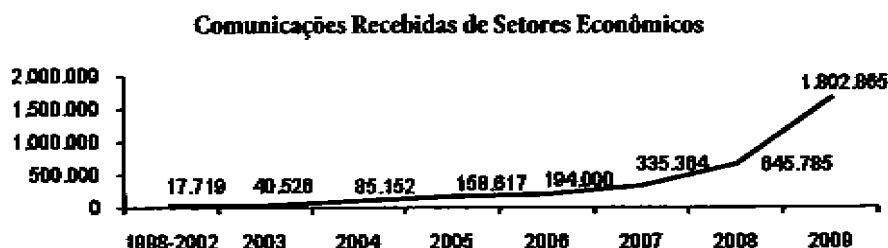
A Ouvidoria do Servidor colocou à disposição dos usuários o portal [www.ouvidoriadoservidor.gov.br](http://www.ouvidoriadoservidor.gov.br), com aproximadamente 7 mil acessos/mês, permitindo mais interação para informações gerais e acessos a outros sítios governamentais de interesse do servidor público e maior facilidade de acesso para envio de suas mensagens. Foram realizados, também em 2009, o I Fórum sobre Discriminação e Preconceito nas Relações de Trabalho na Administração Pública e o III Encontro de Ouvidorias do Servidor.

#### **e) Combate à Lavagem de Dinheiro**

O Sistema Brasileiro de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (SPLD) fundamenta-se na cooperação entre setores econômicos e seus órgãos reguladores. Nesse contexto, cabe ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), como a Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil, receber e analisar comunicações de operações financeiras resultantes dessa cooperação,

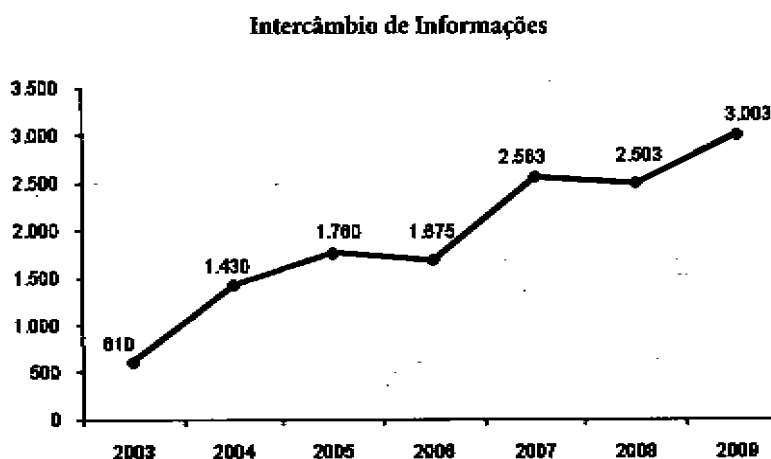


buscando identificar indícios da prática de crimes previstos na Lei nº 9.613, de 1998, para então produzir *Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs)* que são disseminados para as autoridades de investigação e persecução criminal.



Fonte: SiscoaF.

No que tange à cooperação entre o COAF e outros órgãos de Governo, foram realizados mais de 13,5 mil intercâmbios de informações, com destaque para o Ministério Público, Polícias e o Poder Judiciário.



Fonte: SiscoaF.

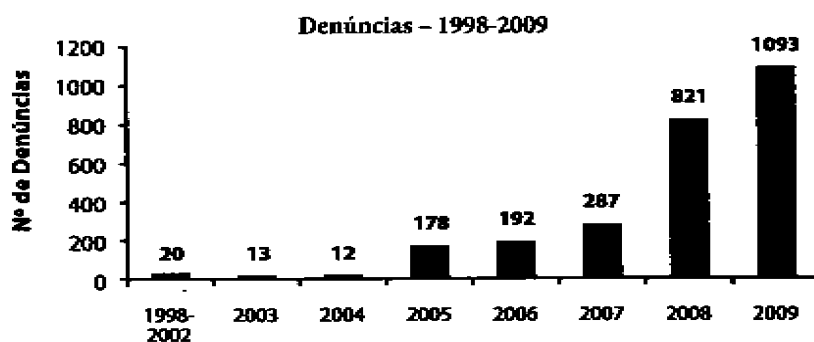
Na atividade de regulação dos setores econômicos que não estão sujeitos a órgão regulador próprio, o COAF vem, desde 2005, promovendo a revisão das normas aplicáveis a esses setores, com o objetivo de elevar sua efetividade. Assim, a exemplo das resoluções para os setores de fomento mercantil (2005) e de promoção imobiliária (2006), em 2009, o COAF publicou nova resolução para o setor de loterias, intensificando as exigências de controle sobre as empresas que atuam nesse setor. Discutiu, também, com o setor de comércio de joias, metais e pedras preciosas, o aperfeiçoamento da regulação do setor, que deve ser publicada em 2010.

A atividade de verificação do cumprimento das obrigações por parte dos setores econômicos regulados pelo COAF culminou no julgamento de 11 processos administrativos, em 2009, o que representou o melhor resultado desde a criação desse Conselho. Desses, 8 resultaram na aplicação de multas no montante de R\$ 348 mil, elevando o total de multas aplicadas, desde 2004, a R\$ 4,1 milhões.

Entre os anos 2003 e 2009, o Brasil participou ativamente da elaboração de políticas e melhores práticas para a desarticulação de organizações criminosas envolvidas em crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Presidiu, também, os principais organismos internacionais que tratam do tema: Grupo de Ação Financeira da América do Sul (Gafisud), em 2006, e o Grupo de Ação Financeira contra a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo (GAFI), entre 2008 e 2009.

O Brasil passou por processo de avaliação do SPLD, realizado pelo GAFI, tendo sido encaminhados aos avaliadores diversos documentos, normas e respostas a questionários, demonstrando os procedimentos de regulação e fiscalização adotados por todos os órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário para cumprimento das 49 recomendações do GAFI. Para 2010, pretende-se intensificar as ações de assistência técnica a países da América do Sul e de língua portuguesa, e a revisão da legislação brasileira para torná-la mais aderente aos padrões internacionais.

A prevenção à lavagem de dinheiro foi aperfeiçoada, também, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e do BCB, por meio de atos que normatizaram: i) as comunicações de operações financeiras ligadas ao terrorismo e seu financiamento; ii) as pessoas politicamente expostas; e iii) o conceito de beneficiário final. As novas hipóteses de comunicação de operações suspeitas contribuíram para o aumento do número de denúncias, conforme gráfico apresentado a seguir.



Fonte: CVM.

Em julho de 2009, por intermédio da Comissão de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo, do Mercosul, foram consolidados e aprimorados as regras e procedimentos relacionados à prevenção da lavagem de dinheiro, alinhando-se às melhores práticas preconizadas pelo GAFI.

Desde setembro de 2009, os bancos e as demais instituições sob supervisão do BCB estão realizando as comunicações de operações de que trata a lei de combate à lavagem de dinheiro diretamente no Sistema de Informações do COAF (Siscoaf). Antes, essas instituições efetuavam suas comunicações ao Conselho por intermédio do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen). As comunicações eram em seguida importadas para o Siscoaf. Por sua vez, o Banco da Amazônia implantou o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, visando exercer maior controle sobre movimentações atípicas, adequando também seus procedimentos internos à nova sistemática. Todo o processo sistêmico foi aperfeiçoado, em 2009, com a criação de um Comitê Interno com a finalidade de decidir pelo arquivamento da ocorrência ou encaminhamento ao Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (CPLD), segregando as etapas do processo de detecção, análise, encaminhamento, arquivamento e comunicação

de indícios, além da definição de prazos para análise e conclusão das ocorrências apontadas. O Banco promove, também, o Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro utilizando plataforma virtual de aprendizagem no escopo do catálogo de cursos autoinstrucionais, possibilitando a certificação de todos os empregados.

No âmbito do Banco do Brasil, durante o ano de 2009, foram intensificadas as ações de comunicação interna e externa, reforçando o compromisso de que a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro são, além de obrigações legais, responsabilidade social. Dificultando a movimentação do dinheiro obtido de forma ilícita, o Banco contribui para cortar o fluxo de recursos financeiros que alimentam o crime e, consequentemente, contribui para a redução da criminalidade no País. Além do aprimoramento dos mecanismos existentes, o Banco do Brasil atuou no Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio de ações como: i) a cooperação com o Ministério da Justiça para manutenção e disseminação das práticas do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD); ii) a participação nas reuniões de elaboração da Enccla; iii) a cooperação com o COAF; e iv) a realização de palestras para órgãos externos, que atuam no combate à lavagem de dinheiro. Para capacitar os funcionários em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, no último ano, o Banco investiu recursos na realização do curso de Análise de Indícios de Lavagem de Dinheiro, no qual 2.232 funcionários foram treinados, e a Certificação Interna de Conhecimentos em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da qual 3.922 funcionários certificados.

#### **f) Combate aos Crimes contra a Previdência Social**

No âmbito da Previdência Social, as atividades desenvolvidas pelo Setor de Inteligência têm como escopo a produção de conhecimentos, com a finalidade de assessorar as autoridades do MPS no planejamento e execução de suas atribuições legais, particularmente no combate aos ilícitos previdenciários e no gerenciamento de riscos de ações adversas, o que se constitui no exercício da Atividade de Inteligência Previdenciária. Numa análise preliminar, o conhecimento adquirido nos trabalhos das Forças-Tarefa Previdenciárias (FTPs) indica a existência de diversos tipos de fraudes na área de benefícios assistenciais e previdenciários com tipologias e perfis de dados bem característicos. A ocorrência de tais fraudes decorre, na maior parte das vezes, de vulnerabilidades nos processos de negócio, nos sistemas informatizados e na gestão de pessoas. Vale ressaltar que, para o ano de 2009, estavam previstas a realização de 36 ações conjuntas com o Departamento de Polícia Federal. Contudo, a meta foi superada, tendo sido realizadas 58 ações. Essas ações resultaram em 436 mandados de busca e apreensão, 323 mandados de prisão, 222 indiciamentos e 103 conduções coercitivas. De 2003 a 2009, foram realizadas 245 ações conjuntas, expedidos 2.183 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.536 mandados de prisão.

Para 2010, o planejamento está sendo alterado para se apurar a efetividade dos trabalhos, sendo considerado como meta a produção de 60 conhecimentos e a realização de 60 ações conjuntas, o que representa um acréscimo de 4% do realizado em 2009.

### **8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União**

O êxito das Políticas Públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportuna defesa judicial, quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União, que os realiza diretamente – pelos seus órgãos centrais, de direção superior e de execução instalados em cada Órgão da Administração Direta – ou indiretamente – pela Procuradoria-Geral Federal instalada em cada autarquia e fundação federal, e pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

**a) Atividade Contenciosa**

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se as seguintes decisões em que a União foi vitoriosa, afastando-se os óbices opostos à ação governamental na implementação de políticas públicas: i) RE nº 587.365/SC e nº 486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no País cerca de 450 mil presos. O Governo gasta R\$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R\$ 1 bilhão por ano; ii) PSV nº 4 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente; iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente; iv) RE nº 543.974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devam ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos; v) ADI nº 3.978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns Estados; vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da impropriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos; vii) ACO nº 1.303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da Federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembaraço aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde; viii) PET nº 3.388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local; ix) ADI nº 3.934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a consequente manutenção dos empregos; x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais; a tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos; xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB; xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como “seguro-apagão”, com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R\$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado

positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que permitiu a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário, foram implementadas ações pela AGU em diversas áreas, como educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/PE, que impediu a suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO, que manteve a licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº 2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 – TRF da 1ª Região, que assegurou o processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no Estado do Pará, garantindo a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira; e iv) no âmbito internacional, cabe destacar as seguintes ações realizadas pelo Departamento Internacional da AGU: a) defesa do Estado brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; b) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados ilícitamente dos cofres públicos do Estado brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e c) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R\$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R\$ 33,2 milhões; e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R\$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R\$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R\$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R\$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para assegurar a conformidade dos atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação neste Governo foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com Estados, no

qual foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo Municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em Municípios do Estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

#### **b) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional**

Em 2009, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça (MJ), acompanhou e atuou diretamente visando assegurar a tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em continuidade às ações iniciadas com o I Pacto de Estado, assinado em 2004, o Governo articulou, com os Poderes Legislativo e Judiciário, a assinatura do II Pacto Republicano de Estado, ocorrida em 29 de abril de 2009. Esse Pacto pugna por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo. São três os pilares que sustentam o novo Pacto: Proteção dos Direitos Humanos e Fundamentais, Agilidade e Efetividade na Prestação Jurisdicional e Acesso Universal à Justiça.

Dos Projetos de Lei (PLs) objeto do II Pacto apresentados ao Congresso Nacional, dez já foram aprovados, em 2009, dos quais três alinham-se ao eixo de proteção aos Direitos Humanos Fundamentais, quatro ao eixo de Agilidade e Efetividade da Prestação Jurisdicional e três no eixo da Ampliação do Acesso à Justiça. Desses PLs resultaram as Leis nº 11.969, que permite aos advogados retirar os autos dos cartórios judiciais, por até uma hora, para melhor consulta ou mesmo a reprodução das folhas por meio de cópias; nº 11.900, que prevê a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência; nº 12.012, que qualifica como crime o ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel (celular), rádio ou similar, sem autorização legal, em penitenciárias; nº 12.016, que regulamenta o mandado de segurança individual e coletivo; nº 12.011, que dispõe sobre a estruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, criando de 230 Varas Federais, com dois juízes (titular e substituto) cada, destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau; nº 12.019, que institui normas procedimentais para os processos de competência originária perante o STJ e o STF, permitindo a convocação de juízes ou desembargadores, para instrução e oitiva de réus ou testemunhas nos processos perante esses Tribunais; nº 11.925, que permite que o próprio advogado declare a autenticidade das cópias de documentos oferecidos como provas no processo trabalhista, substituindo o procedimento de autenticação atual, que é moroso, caro e pouco eficaz; nº 11.965, que permite a participação do defensor público na lavratura da escritura pública de inventário e de partilha, de separação consensual e de divórcio consensual; nº 132, que atualiza a Lei Complementar nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados; e nº 12.063, que regulamenta o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

#### **c) Democratização do Acesso à Justiça**

Desde meados de 2007, o Governo elegeu o tema “Democratização do Acesso à Justiça” como eixo prioritário das ações programadas para os próximos anos. Nesse sentido, uma das ações prioritárias é a assistência jurídica integral ao preso e



seus familiares. Essa ação tem como escopo principal a democratização do acesso à justiça, conferindo aos presos tratamento como sujeitos de direito e propiciando condições para sua recuperação e reinserção social. Em 2009, a Defensoria Pública da União ampliou a assistência jurídica integral e gratuita à população, realizando 754.997 atendimentos em suas unidades. Além disso, o serviço itinerante foi intensificado, levando o atendimento a localidades das mais distantes regiões. Ressalta-se que, no dia 12 de agosto de 2009, foi criada a Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar defensores públicos de todo o País, em caráter voluntário, excepcional e solidário, para fiscalizar o cumprimento de penas, prestar assistência jurídica aos presos do sistema penitenciário brasileiro e verificar as condições carcerárias em articulação com as Defensorias Públicas Estaduais. O primeiro encontro da Força ocorreu nos dias 19 a 30 de outubro de 2009, na cidade de Ribeirão das Neves/MG, e contou com a atuação de 42 defensores públicos, procedentes de diferentes Estados, do Distrito Federal e da União. Durante o encontro, foram analisados 3.235 processos, com 3.816 atendimentos aos internos e realizados 9.781 prestações jurídicas.

O Governo, também, apoia a formação de novos Núcleos de Justiça Comunitária nas Defensorias Públicas, governos estaduais, municipais, ministérios públicos, tribunais de justiça e organizações da sociedade civil de interesse público, com vistas a incentivar o desenvolvimento de formas não adversariais de resolução de conflitos e de conscientização cidadã, por meio do financiamento de atividades de capacitação, aquisição de equipamentos, despesas com pessoal e adequações de espaços físicos. Em 2009, as atividades se concentraram no acompanhamento e monitoramento desses acordos.

Ressalta-se que o MJ, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), está promovendo a capacitação de equipes multidisciplinares dos Núcleos já implantados, em 2008, por meio de um curso sobre Mediação Comunitária. Em 2009, foram realizados sete cursos nas seguintes localidades: Instituto Casa São Francisco de Assis, no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS; Sítio Cercado, em Curitiba/PR; Núcleos de Taguatinga e Ceilândia/DF; Núcleo Tancredo Neves, João XXIII, do Bairro do Pirambu e Grande Messejana, em Fortaleza/CE; Núcleo Casa Amarela, em Recife/PE, e Núcleo da Eptaciolândia/AC.

Ademais, está prevista a implantação de 18 novos Núcleos, em parceria com Ministério Público de Alagoas (um núcleo); Estado da Bahia (4 Núcleos); Prefeituras Municipais de Canoas; Passo Fundo e São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul; Prefeituras Municipais de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis e Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo; Governo do Estado do Rio de Janeiro (2 Núcleos); Tribunal de Justiça de Pernambuco; e Ministério Público do Estado do Ceará.

## **ANEXO**

### **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

#### **Relatório Anual sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho (art. 130-A, § 2º, V da Constituição)**

### **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

#### **Presidente**

**Roberto Monteiro Gurgel Santos**

#### **Conselheiros:**

**Achiles de Jesus Siquara Filho**

**Adilson Gurgel de Castro**

**Almino Afonso Fernandes**

**Bruno Dantas Nascimento**

**Claudia Maria de Freitas Chagas**

**Cláudio Barros Silva**

**Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva**

**Maria Ester Tavares**

**Mario Luiz Bonsaglia**

**Sandra Lia Simón**

**Sérgio Feltrin Corrêa**

**Sandro José Neis**

**Taís Schilling Ferraz**

## INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público é o órgão de controle externo criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, para ser um instrumento de ampliação da participação cidadã nos rumos do Ministério Público e de fortalecimento dos princípios democráticos na gestão da Instituição. Com esse intuito, a Constituição Federal atribuiu ao Conselho Nacional o exercício do “controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros” e lhe conferiu o dever de “zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências”.

No empenho por avançar em direção ao crescente respeito à cidadania, o Conselho Nacional, desde a sua criação, tem assumido como uma de suas relevantes incumbências a tarefa de velar pela ética, pela probidade e pela retidão dos membros e dos servidores do Ministério Público, de maneira a contribuir para o aumento da confiança depositada pela sociedade nas Instituições que zelam por realização de justiça.

Em 2009, a par de continuar orientando seus esforços à garantia da pronta e idônea atuação dos membros do *Parquet*, o Conselho Nacional do Ministério Público deu seus primeiros passos no sentido de eleger, como desafio prioritário, a tarefa de, com criatividade e habilidade, elevar a qualidade da gestão administrativa e financeira de seus próprios quadros e do Ministério Público brasileiro.

Nesse sentido, o Conselho Nacional tem buscado direcionar suas ações à preparação dos recursos materiais e humanos que tornem viáveis o delineamento e o alcance de seus objetivos estratégicos. Além disso, tem se esforçado por avançar em direção à adoção de medidas que possam contribuir para promover ganhos de eficiência e de qualidade nos serviços oferecidos pelo próprio Conselho e pelo Ministério Público e que, indiretamente, possam agregar maior efetividade à intervenção do *Parquet*, na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Este relatório anual, elaborado em observância ao art. 130-A, da Constituição Federal, apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público durante o ano de 2009, com desdobramentos a ser expandidos em 2010, e aborda tanto aquelas atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas voltadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

## **I – O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **1. Organização Interna e Funcionamento**

O Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, em vigor desde 11 de dezembro de 2008, fixou suas regras de funcionamento e atribuições de controle e instituiu como órgãos do CNMP o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões e a Secretaria-Geral<sup>1</sup>.

No decorrer do ano de 2009, foram realizados diversos avanços importantes em relação à organização interna e ao funcionamento do CNMP.

Em 16 de junho, foi aprovada pelo Plenário a Resolução nº 41/2009, que criou a Comissão Permanente de Jurisprudência. Esta Comissão passou a integrar a estrutura organizacional do Conselho<sup>2</sup> e possibilitará, por meio da melhor divulgação dos seus julgados, a otimização das diretrizes técnicas e institucionais ao Ministério Público brasileiro.

A antiga Comissão Permanente Disciplinar foi transformada na “Comissão Permanente Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei”<sup>3</sup>. A conversão foi realizada com a finalidade de tornar perene os trabalhos realizados pela Comissão Temporária do Sistema Carcerário e acompanhar as atividades dos Ministérios Públicos no tocante ao controle externo da atividade policial, na execução penal e na execução de medidas socioeducativas.

Outro avanço significativo se deu no mês de julho, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que criou a estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público. Com sua entrada em vigor, possibilitou-se ao Conselho, a partir do estabelecimento estrutural de suporte técnico-administrativo aos Gabinetes dos Conselheiros, uma melhor operacionalização de suas atribuições constitucionais. No total, foram criados 22 cargos em comissão e 17 funções de confiança.

Em outubro, o Plenário do CNMP aprovou a possibilidade de seus membros que residem fora de Brasília optarem por se dedicar integralmente aos trabalhos do CNMP, nos termos do art. 19, XVIII, do RI/CNMP. A medida é de grande valia para o funcionamento do Conselho e permitirá que seus membros optem pela maneira mais adequada e eficiente para desempenhar suas atribuições.

O presente relatório anual é desenvolvido a partir da disposição institucional e organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e versa sobre as atividades desenvolvidas em cada um de seus órgãos e os resultados obtidos no ano de 2009, observando-se a obrigação contida no art. 130-A, § 2º, V, da Constituição da República de 1988; e também o disposto nos arts. 132 e 133 do Regimento Interno do CNMP.

#### **1.1. Plenário**

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal. Entre as competências do CNMP podem ser destacadas as seguintes: controle da atuação administrativa e financeira do

1 – Art. 17 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

2 e 3 – Art. 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros; o zelo pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público; e o planejamento estratégico do Ministério Público nacional.

É nesse sentido que o Plenário do CNMP tem se pautado. O órgão não possui formação exclusiva de membros do Ministério Público. A sua composição é plural. Além de representantes do Ministério Público, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo. Inequivocamente essa composição plural contribui para o enriquecimento dos trabalhos e atribuições desse órgão de índole constitucional.

### 1.1.1. Sessões do Plenário

Em 2008 foram realizadas 12 sessões ordinárias e 14 sessões extraordinárias nas seguintes datas:

Sessões Ordinárias	Sessões Extraordinárias
29/1/09	17/2/09
16/2/09	23/3/09
9/3/09	24/3/09
6/4/09	27/4/09
11/5/09	28/4/09
15/6/09	25/5/09
10/8/09	26/5/09
15/9/09	16/6/09
29/9/09	25/8/09
20/10/09	16/9/09
18/11/09	13/10/09
15/12/09	17/11/09
	9/12/09
	16/12/09

### 1.2. Presidência

A Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público é exercida pelo Procurador-Geral da República, cargo que é atualmente ocupado pelo Subprocurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos. Suas atribuições encontram-se previstas nos arts. 26 e 29 do Regimento Interno do CNMP.

Em 2009, a Presidência, dentre outras atividades decorrentes do exercício de suas atribuições, representou o Conselho perante órgãos e autoridades; deu posse aos Conselheiros nomeados para o biênio 2009/2011; concretizou parcerias com unidades do Ministério Público e órgãos externos; e efetuou a reestruturação de parte dos serviços administrativos do Conselho com base na Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009.

Além disso, a Presidência prestou o apoio institucional necessário à realização de inspeções periódicas em todos os ramos do MPU e dos Estados e emvidou esforços no sentido de viabilizar o desenvolvimento do planejamento estratégico no âmbito do Ministério Público.

Durante o ano, o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Presidência, firmou Acordos e Termos de Cooperação Técnica. Esses acordos versaram sobre temas relevantes para o Ministério Público brasileiro e buscam o aperfeiçoamento da Instituição e do sistema de Justiça.

Em 15 de junho, foi firmado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Paranaense do Ministério Público, com a finalidade de disponibilizar e disciplinar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para os Membros do MP (SIM-MP). O sistema constitui-se em uma plataforma virtual, que propicia um ambiente em rede nacional no qual os membros do MP poderão documentar e exteriorizar suas intervenções no campo coletivo, trocando experiências e despertando a criatividade para novas ações planejadas.

Em 15 de setembro, o CNMP firmou Acordo de Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências. O Acordo viabiliza o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e permite a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores do TCE-RS para a realização das inspeções, correções e auditorias que o CNMP realizará nas unidades do Ministério Público dos Estados e da União.

Em 29 de setembro, foi firmado Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, visando a imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Para a consecução deste objetivo, ambas as Instituições se comprometeram com diversas atividades, entre elas: i) realizar mutirões nas Varas com competência para julgamento de atos infracionais e Promotorias de Infância e Juventude de todo o país; ii) promover inspeções nas unidades de internação e abrigos; iii) compilar dados para a futura elaboração e execução de políticas e ações atinentes à competência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Ainda em 29 de setembro, CNMP e CNJ firmaram Resolução Conjunta, institucionalizando mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. O ato normativo faculta a criação de grupos de trabalho entre juízes e membros do MP para que, em conjunto, reavaliem a duração e os requisitos que ensejaram prisões provisórias; examinem o cabimento dos benefícios da Lei de Execução Penal em relação às prisões definitivas; e avaliem a necessidade de manutenção, ou a possibilidade de progressão de regime de medidas socioeducativas de internação. A Resolução Conjunta permite ainda a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da OAB, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino e de outras eventuais entidades com atuação correlata.

No que se refere à produção normativa institucional, em 2009, as resoluções, recomendações e enunciados administrativos dispuseram sobre temas como: pedido e utilização das interceptações telefônicas no âmbito do Ministério Público; instituição do Portal da Transparência no âmbito do CNMP e do Ministério Público; regulamentação do conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público; criação da "Revista Trimestral



de Jurisprudência” no âmbito do CNMP; concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União; realização periódica de inspeções e correções no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União; instituição do novo Regimento Interno do CNMP; implantação de Plano de Segurança Institucional; insuscetibilidade de revisão ou desconstituição pelo CNMP dos atos relativos à atividade-fim do Ministério Público; o apoio institucional do Conselho Nacional do Ministério Público ao cumprimento da Meta de Nivelamento nº 2 do Poder Judiciário, para o ano de 2009; dentre outros.

### **1.2.1. Atos Normativos**

O Conselho Nacional do Ministério Público possui atribuição de expedir atos normativos, consistentes em resoluções, recomendações, enunciados administrativos. Em 2009 foram aprovadas 17 resoluções, 1 enunciado e 3 recomendações. Segue o repertório dos atos normativos editados pelo Conselho neste ano.

#### **1.2.1.1. Resoluções**

##### **Resolução CNMP nº 34/2009**

Altera a Resolução nº 6, de 17 de abril de 2006. Publicada no Diário da Justiça de 6/2/2009, Seção Única, página 2;

##### **Resolução CNMP nº 35/2009**

Altera a Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007. Publicada no Diário da Justiça de 16/4/2009, Seção Única, página 1;

##### **Resolução CNMP nº 36/2009**

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996. Publicada no Diário da Justiça de 11/5/2009, Seção Única, página 6;

##### **Resolução CNMP nº 37/2009**

Altera as Resoluções CNMP nº 1/2005, nº 7/06 e nº 21/07, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal. Publicada no Diário da Justiça de 18/5/2009, Seção Única, página 3;

##### **Resolução CNMP nº 38/2009**

Institui no âmbito do Ministério Público o Portal da Transparência e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 15/6/2009, Seção Única, páginas 21 e 22;

##### **Resolução CNMP nº 39/2009**

Altera a Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 15/6/2009, Seção Única, página 22;

##### **Resolução CNMP nº 40/2009**

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, páginas 1 e 2;

**Resolução CNMP nº 41/2009**

Acréscita o inciso V ao art. 33 do Regimento Interno, para instituir a Comissão Permanente de Jurisprudência e a Revista Trimestral de Jurisprudência, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, página 2;

**Resolução CNMP nº 42/2009**

Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União. Publicada no Diário da Justiça de 2/7/2009, Seção Única, página 2;

**Resolução CNMP nº 43/2009**

Institui a obrigatoriedade de realização periódica de inspeções e correções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Publicada no Diário da Justiça de 26/6/2009, Seção Única, páginas 2 e 3;

**Resolução CNMP nº 44/2009**

Propõe a alteração da Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências. Publicada no Diário da Justiça de 22/10/2009, Seção Única, página 4;

**Resolução CNMP nº 45/2009**

Dispõe sobre o Cerimonial das solenidades promovidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Publicada no Diário da Justiça de 17/11/2009, Seção Única, página 12;

**Resolução CNMP nº 46/2009**

Regulamenta critérios de retribuição pecuniária aos membros auxiliares do Conselho Nacional do Ministério Público. Publicada no Diário da Justiça de 17/11/2009, Seção Única, página 12;

**Resolução CNMP nº 47/2009**

Altera a Resolução nº 31, de 1º de setembro de 2008, que trata do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências;

**Resolução CNMP nº 48/2009**

Regulamenta o pagamento de diárias e a concessão de passagens aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público;

**Resolução CNMP nº 49/2009**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Nacional do Ministério Público solicitar aos Tribunais de Contas da União e dos Estados o envio de relatórios e decisões proferidas no âmbito daqueles tribunais no julgamento das contas dos administradores do Ministério Público (Ainda não publicada);

**Resolução Conjunta nº I**

Institucionaliza mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes.

### **1.2.1.2. Recomendações**

#### **Recomendação CNMP nº 12, de 29 de janeiro de 2009**

Dispõe sobre a necessidade de incluir a disciplina de Direito Eleitoral nas matérias constantes no programa para os Concursos de Ingresso na Carreira do Ministério Público dos Estados. Publicada no Diário da Justiça de 13/2/2009, Seção Única, página 12;

#### **Recomendação CNMP nº 13, de 16 de junho de 2009**

Dispõe sobre a implantação de Plano de Segurança Institucional nas áreas da segurança da informação, segurança de recursos humanos, segurança de materiais, segurança de áreas e instalações. Publicada no Diário da Justiça de 2/7/2009, Seção Única, página 2;

#### **Recomendação CNMP nº 14, de 17 de novembro de 2009**

Dispõe sobre o apoio institucional do Conselho Nacional do Ministério Público ao cumprimento da Meta de Nivelamento nº 2 do Poder Judiciário, para o ano de 2009.

### **1.2.1.3. Enunciados Administrativos**

#### **Enunciado nº 6, de 28 de abril de 2009**

Os atos relativos à atividade-fim do Ministério Público são insuscetíveis de revisão ou desconstituição pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Publicado no Diário da Justiça de 18/5/2009, Seção Única, página 5.

### **1.2.2. Outros Atos**

Além dos atos normativos anteriormente ementados, o CNMP realizou a celebração de uma Resolução Conjunta e de três Termos de Cooperação Técnica.

#### **1.2.2.1. Resolução Conjunta**

- Resolução Conjunta nº 1/2009, instituída pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional de Justiça. Publicada no Diário da Justiça de 13/10/2009, Seção Única, página 1/2. Visa institucionalizar mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes. O ato normativo faculta a criação de grupos de trabalho entre juízes e membros do MP para que, em conjunto, reavaliem a duração e os requisitos que ensejaram prisões provisórias; examinem o cabimento dos benefícios da Lei de Execução Penal em relação às prisões definitivas; e avaliem a necessidade de manutenção, ou a possibilidade de progressão de regime de medidas socioeducativas de internação.

A Resolução Conjunta permite, ainda, a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino e de outras eventuais entidades com atuação correlata.

### **1.2.2.2. Termos de Cooperação Técnica**

- Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNMP e a Associação Paranaense do MP. Celebrado com a finalidade de disponibilizar e disciplinar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para Membros do MP (SIM-MP). O Sistema se constitui em uma plataforma virtual, que propicia um ambiente em rede nacional no qual os membros do MP poderão documentar e exteriorizar suas intervenções no campo coletivo, trocando experiências e despertando a criatividade para novas ações planejadas;

- Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o TCE-RS. Firmado com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências. O acordo viabiliza o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e permite a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores do TCE-RS para a realização das inspeções, correções e auditorias que o CNMP realizará nas unidades do Ministério Público dos Estados e da União;

- Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça. Visa a imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Para a consecução deste objetivo, ambas as Instituições se comprometeram com diversas atividades, entre elas: i) realizar mutirões nas Varas com competência para julgamento de atos infracionais e Promotorias de Infância e Juventude de todo o país; ii) promover inspeções nas unidades de internação e abrigos; iii) compilar dados para a futura elaboração e execução de políticas e ações atinentes à competência do Ministério Público e do Poder Judiciário.

## **1.3. Corregedoria Nacional do MP**

### **1.3.1. Competências, Estrutura Orgânica e de Pessoal**

A Corregedoria Nacional do Ministério Público, órgão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), funciona no SHIS QI 3, Lote A, Bloco E, Ed. Terracota, Lago Sul, em Brasília-DF.

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público é exercida pelo Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sandro José Neis, eleito na sessão do Conselho Nacional do Ministério Público do dia 10 de agosto de 2009 para um mandato de dois anos.

As atribuições do Corregedor Nacional do Ministério Público estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e assim regulamentadas pelo art. 31 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público:

Art. 31. Compete ao Corregedor, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei ou por este Regimento:

1 – receber reclamações, representações e notícias sobre a atuação de membros do Ministério Público e de seus serviços auxiliares, determinando o arquivamento sumário das prescritas, das anônimas e daquelas que se revelem manifestamente improcedentes ou despidas de elementos mínimos para sua compreensão, de tudo dando ciência ao Plenário e ao interessado;

II – determinar a autuação e o processamento dos pedidos que atendam aos requisitos de admissibilidade, com a notificação do membro ou servidor do Ministério Público citado para que apresente defesa prévia acompanhada das provas que entender pertinentes;

III – propor ao Plenário, mediante a apresentação de relatório circunstanciado, a rejeição do pedido ou a instauração do devido processo administrativo disciplinar;

IV – realizar, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições quando tiver conhecimento de fatos graves ou relevantes que as justifiquem, propondo ao Plenário a instauração de processos disciplinares ou a adoção de medidas que entender necessárias ou convenientes;

V – requisitar membros e servidores do Ministério Público para auxiliarem na Corregedoria Nacional, dando disso conhecimento ao Plenário;

VI – elaborar e apresentar ao Plenário periodicamente, ou sempre que solicitado por alguma comissão ou por Conselheiro, relatório sobre o conteúdo de correições, inspeções e sindicâncias que tramitem na Corregedoria Nacional;

VII – executar e fazer executar as ordens e as deliberações do Conselho sujeitas à sua competência;

VIII – propor ao Plenário a expedição de recomendações e atos regulamentares que assegurem a autonomia do Ministério Público e o cumprimento da Lei Complementar nº 75, de 1993, da Lei nº 8.625, de 1993, e das leis estaduais editadas com amparo no art. 128, § 5º, da Constituição Federal;

IX – manter contato direto com as demais Corregedorias do Ministério Público;

X – promover reuniões periódicas com os órgãos e os membros do Ministério Público envolvidos na atividade correicional para fins de estudo, acompanhamento e apresentação de sugestões.

Parágrafo único. Membros e servidores do Ministério Público requisitados conservarão os direitos e as vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos no órgão de origem.

A Corregedoria Nacional está organizada internamente nas seguintes unidades: Gabinete do Corregedor, Membros Auxiliares, Assessoria e Secretaria.

Atuam como auxiliares da Corregedoria Nacional 8 membros requisitados nos termos do art. 130-A, § 3º, III, da Constituição Federal, assim distribuídos: 2 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPE/SC), 2 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), 2 do Ministério Público do Trabalho (MPT), 1 do Ministério Público Federal (MPF) e 1 do Ministério Público Militar (MPM). Entre estes membros, 2 trabalham exclusivamente com a realização de correições e inspeções. No ano de 2009, em procedimentos específicos, foram ainda requisitados outros 7 membros dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

No quadro de servidores, há 4 analistas processuais e 6 técnicos administrativos, um deles requisitado do Ministério Público Militar. Existem ainda 2 cargos comissionados e 1 função de confiança exercidos por servidores da própria Corregedoria Nacional.

### 1.3.2. Atividade Correicional e Executiva

#### 1.3.2.1. Os tipos processuais autuados no período (10 de dezembro de 2008 a 10 de dezembro de 2009)

TIPO	QUANTIDADE	Porcentagem
Reclamação Disciplinar	340	90,67
Revisão de Processo Disciplinar	23	6,13
Sindicância	3	0,8
Inspeção	7	1,87
Correição	-	-
Outros	2	0,53
<b>TOTAL</b>	<b>375</b>	<b>100%</b>

#### 1.3.2.2. Total de processos autuados por ano (todos os tipos)

ANO	TOTAL
2005	88
2006	201
2007	276
2008	304
2009	375

#### 1.3.2.3. Processos em tramitação em 5 de dezembro de 2009

TIPO	QUANTIDADE
Reclamação Disciplinar	264
Revisão de Processo Disciplinar	1
Sindicância	3
Inspeção	7
Correição	-
Outros	-
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>



### 1.3.3. Informações das Atividades Correicionais Colhidas das Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União

As informações aqui colacionadas traduzem, em números, parte das atividades desenvolvidas pelas Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Haja vista cada unidade ministerial possuir regime disciplinar específico, não são idênticos os tipos processuais informados, bem como, em sua maioria, são procedimentos preparatórios e inquisitivos, não sendo meios hábeis para a aplicação de sanções disciplinares. Além de suas atribuições repressivas, os órgãos correicionais também desenvolvem atividades preventivas e orientadoras, nas funções exercidas pelos membros do Ministério Público.

#### 1.3.3.1. Correições e Inspeções Efetuadas

Ministério Público	Correções	Inspeções
MPE – Acre	16	0
MPE – Alagoas	22	6
MPE – Amapá	24	26
MPE – Amazonas	19	2
MPE – Bahia	133	12
MPE – Ceará	130	11
MPE – Espírito Santo	0	35
MPE – Goiás	49	0
MPE – Maranhão	53	9
MPE – Mato Grosso	107	1
MPE – Mato Grosso do Sul	66	1
MPE – Minas Gerais	302	7
MPE – Pará	0	45
MPE – Paraíba	14	57
MPE – Paraná	27	96
MPE – Pernambuco	13	264
MPE – Piauí	26	12
MPE – Rio de Janeiro	171	6
MPE – Rio Grande do Norte	0	33
MPE – Rio Grande do Sul	131	0
MPE – Rondônia	0	4
MPE – Roraima	8	5
MPE – Santa Catarina	38	64

UF	2009	2010
MPE – São Paulo	58	123
MPE – Sergipe	31	0
MPE – Tocantins	16	0
MPF	0	2
MPT	9	0
MPM	5	0
MPDFT	2	7

### 1.3.3.2. Acompanhamento de Estágio Probatório

O acompanhamento de estágio probatório ocorre naquelas unidades onde existam membros nos dois primeiros anos de efetivo exercício, sendo etapa necessária para o vitaliciamento.

UF	2009	2010	Total
Acre	3	0	20
Alagoas	0	0	0
Amapá	1	0	11
Amazonas	0	0	14
Bahia	0	0	0
Ceará	0	0	0
Espírito Santo	45	0	0
Goiás	12	0	11
Maranhão	0	0	0
Mato Grosso	0	0	25
Mato Grosso do Sul	7	0	12
Minas Gerais	81	0	8
Pará	13	0	66
Paraíba	10	0	16
Paraná	0	0	50
Pernambuco	5	0	3
Piauí	0	0	14

<b>Rio de Janeiro</b>	12	0	61
<b>Rio Grande do Norte</b>	0	0	0
<b>Rio Grande do Sul</b>	0	0	0
<b>Rondônia</b>	5	0	16
<b>Roraima</b>	4	0	7
<b>Santa Catarina</b>	18	0	24
<b>São Paulo</b>	97	0	52
<b>Sergipe</b>	0	0	0
<b>Tocantins</b>	9	0	17
<b>MPF</b>	3	0	2
<b>MPT</b>	46	2	68
<b>MPM</b>	1	0	2
<b>MPDFT</b>	0	0	0

### 1.3.3.3. Procedimentos Disciplinares Instaurados em 2009

<b>Acre</b>	Proc. Adm. Preliminar	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Inv. Criminal	1	0	1
	Proced. Administrativos	0	0	21
<b>Alagoas</b>	Sindicância	2	3	1
	Inq. Administrativo	2	2	1
<b>Amapá</b>	Sindicância	0	0	2
<b>Amazonas</b>	Sindicância	2	0	9
	Pedido de Explicação	7	0	14

Processos administrativos em andamento em 31 de janeiro de 2010				
Estado	Processo	Processos em andamento		
		Em andamento	Em andamento	Em andamento
		2009	2010	2011
		até 31 de janeiro de 2010		
Bahia	Proc. Adm. Disc. Sumário	3	0	7
	Proc. Adm. Disc. Ordinário	0	0	0
Ceará	Representação	15	0	4
Espírito Santo	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Goiás	Sindicância	2	0	11
	Representação	40	0	12
Maranhão	Proc. Inv. Preliminar	42	0	15
	Sindicância	0	0	4
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
Mato Grosso	Sindicância	0	0	0
	Inv./Proc. Preliminar	0	0	0
Mato Grosso do Sul	Consulta	1	0	0
	Pedido de Providências	21	0	2
	Proc. Administrativo	0	0	2
	Recurso	0	0	1
	Sindicância	0	0	1
	Grupo de Trabalho	0	0	2
	Pedido de Informações	1	0	0
Minas Gerais	Apuração Sumária	0	0	0
	Sindicância	2	0	2
	Proc. Disc. Administrativo	7	0	7
Pará	Proced. Disc. Preliminar	16	0	9
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Paraíba	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3
	Sindicâncias	1	0	2

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Paraná	Sindicância	9	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	5	5	7
Pernambuco	Proc. Verificatório	27	0	26
	Sindicâncias	0	0	0
	Representações	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	1	1	5
Piauí	Sindicância	5	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
Rio de Janeiro	Proc. Disc. Sumário	0	2	4
	Proc. Disc. Ordinário	0	0	5
	Sind. Investigatórias	5	0	1
Rio Grande do Norte	Pedido de Providência	16	0	13
	Sindicância	2	0	0
	Proc. Administrativo	2	2	0
Rio Grande do Sul	Inq. Administrativos	0	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3
Rondônia	Sindicância	2	2	0
Roraima	Proc. Preliminar	12	0	4
	Proc. Adm. Disciplinar	0	1	1
	Carta Precatória	1	0	0
Santa Catarina	Pedido de Explicações	0	0	2
	Sindicância	1	0	2
	Proc. Adm. Sumário	0	0	4
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	0

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
<b>São Paulo</b>	Protocolados	176	0	82
	Proc. Preliminar	84	0	27
	Sindicância	0	0	5
	Proc. Adm. Sumário	4	2	10
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	2
<b>Sergipe</b>	Ped. de Providências	14	0	1
	Proc. Adm. Sumário	1	0	0
<b>Tocantins</b>	Proc. Adm. Preliminar	25	0	9
	Proc. Orient. Formal	4	0	0
	Proc. Adm. Sumário	0	0	0
<b>MPF</b>	Proc. Preliminar	56	0	31
	Sindicância	3	0	2
	Inq. Administrativo	0	0	3
<b>MPT</b>	Ped. Providências	34	0	6
	Sindicância	8	0	7
	Inq. Administrativo	0	0	7
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
<b>MPM</b>	Sindicância	0	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
<b>MPDFT</b>	Expediente	8	0	7
	Pedidos de Informação	22	0	4
	Pedido de Explicações	0	0	5
	Proc. Ver. Pendência	0	0	1
	Sindicância	2	0	0
	Inq. Adm. Disciplinar	1	0	3
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	3



**1.3.3.4. Procedimentos Disciplinares Instaurados em anos anteriores, com tramitação em 2009**

Procedimentos Disciplinares Instaurados em anos anteriores, com tramitação em 2009				
Estado	Tipo de Procedimento	Ano de Instauração		
		2007	2008	2009
Acre	Proc. Adm. Preliminar	6	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	2	1	2
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Inv. Criminal	0	0	1
	Proc. Administrativo	0	0	0
Alagoas	Sindicâncias	0	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	0
Amapá	Sindicância	2	1	0
Amazonas	Sindicância	3	0	0
	Pedido de Explicação	0	0	0
Bahia	Proc. Adm. Sumário	4	1	10
	Proc. Adm. Ordinário	0	1	0
Ceará	Representação	47	0	2
Espírito Santo	Proc. Adm. Disciplinar	1	0	7
Goiás	Sindicância	8	0	2
	Representação	20	0	0
Maranhão	Proc. Inv. Preliminar	13	0	2
	Sindicância	0	0	8
	Proc. Adm. Disciplinar	5	1	1

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Mato Grosso	Sindicância	0	0	0
	Inv./Proc. Preliminar	0	0	0
Mato Grosso do Sul	Ped. de Providências	6	0	3
	Sindicância	1	0	1
	Proc. Inv. Preliminar	1	0	0
	Grupo de Trabalho	0	0	1
	Consulta	1	0	2
Minas Gerais	Apuração Sumária	0	0	0
	Sindicância	3	0	4
	Proc. Disc. Administrativo	3	3	12
Pará	Proced. Disc. Preliminar	31	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	0	1	0
Paraná	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
	Sindicâncias	1	0	0
Paraná	Sindicância	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	2	0	0
Pernambuco	Proc. Verificatório	52	0	0
	Sindicâncias	0	0	0
	Representações	1	0	0
	Proc. Adm. Disciplinares	1	2	2

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Piauí	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1
	Sindicância	0	0	0
Rio de Janeiro	Proc. Disc. Sumário	3	3	0
	Proc. Disc. Ordinário	0	1	0
Rio Grande do Norte	Ped. Prov./Representação	10	0	0
	Sindicância	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
Rio Grande do Sul	Inq. Administrativo	2	7	5
	Proc. Adm. Disciplinar	6	0	1
Rondônia	Sindicância	0	0	0
Roraima	Proc. Preliminar	3	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
	Carta Precatória	0	0	0
Santa Catarina	Pedido de Explicações	2	0	0
	Sindicâncias	2	0	0
	Proc. Adm. Sumário	0	3	2
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	0
São Paulo	Protocolados	58	0	18
	Proc. Preliminar	0	0	0
	Sindicância	7	0	4
	Proc. Adm. Sumário	8	7	4
	Proc. Adm. Ordinário	0	0	0

Ministério Público	Procedimentos Administrativos Disciplinares			
	Espécie	Arquivados em 2009	Encerrados em 2009 com aplicação de penalidade	Em Andamento
Sergipe	Ped. de Providências	0	0	0
	Proc. Adm. Sumário	0	0	0
Tocantins	Proc. Adm. Preliminar	24	0	0
	Proc. Orient. Formal	0	0	0
	Proc. Adm. Sumário	8	0	0
MPF	Proc. Preliminar	69	0	2
	Sindicância	2	0	0
	Inq. Administrativo	5	0	7
MPT	Ped. de Providência	5	0	2
	Sindicância	3	0	0
	Inq. Administrativo	0	0	2
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPM	Sindicância	0	0	1
	Inq. Administrativo	0	0	0
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	0
MPDFT	Expedientes	0	0	2
	Ped. de Informação	4	0	1
	Proc. Ver. Pendência	0	0	0
	Sindicância	1	0	0
	Inq. Adm. Disciplinar	2	0	1
	Proc. Adm. Disciplinar	0	0	1

#### 1.3.4. Conclusões

A Constituição Federal atribuiu ao Corregedor Nacional as funções de receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos serviços auxiliares; exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correção geral e o poder de requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições; e requisitar servidores de órgão do Ministério Público (art. 130-A, § 3º, I, II e III).

Desta forma, a Corregedoria Nacional do Ministério Público é um órgão especializado para receber as reclamações de natureza disciplinar que chegam ao CNMP. Obviamente, a sua atuação também respeita o mandamento constitucional de se preservarem os controles internos das diversas unidades ministeriais. Assim, a cada nova reclamação recebida, provoca-se a Corregedoria de origem do reclamado para, em primeiro momento, manifestar-se sobre a representação. Esta forma de proceder está de acordo com o que prescreve o art. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal, onde se atribuiu ao CNMP a função de zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público. Neste contexto, a Corregedoria Nacional só atua quando estes controles internos falham, seja por omissão, inércia ou insuficiência no exercício do poder disciplinar.

No ano de 2009 foram instaurados 375 novos processos. Um aumento de 23% em relação ao ano anterior. Se em números absolutos trata-se de uma quantidade significativa, o mesmo já não se pode dizer das suas condições de procedibilidade, pois, após a análise de mérito, percebe-se que muitas se insurgem contra a atividade finalística da atuação de membros do Ministério Público, falta-lhes autenticidade (denúncias anônimas ou apócrifas) ou mesmo reclamam de autoridades as quais não estão sob o esteio da competência do CNMP. A facilidade de representar, com a autuação de vários procedimentos, reflete o caráter do controle social que o Conselho Nacional do Ministério Público possui, dando-se amplo acesso ao cidadão.

Na atual gestão, uma nova fase foi iniciada na atuação da Corregedoria Nacional com a realização de inspeções. Neste aspecto, foram instauradas 7 inspeções, 3 no Estado do Piauí (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho) e 4 no Estado do Amazonas (Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar). Assim, inaugurou-se a forma proativa da atividade correicional no CNMP e esta postura tem-se mostrado fundamental para o conhecimento da realidade administrativa dos órgãos inspecionados.

Neste sentido, o Plenário do CNMP aprovou, por meio da Resolução nº 43, a obrigatoriedade de realizar, periodicamente, inspeções e correições pelas Corregedorias-Gerais, fato este que já se refletiu nas informações colhidas desses órgãos. Enquanto que, em 2008, 3 unidades do Ministério Público informaram que não realizaram inspeções ou correições, no corrente ano, todas as unidades ministeriais informaram que realizaram uma ou outra atividade executiva. Tais procedimentos são essenciais para a preservação da regularidade dos serviços prestados pelo Ministério Público.

Quanto à atividade disciplinar informada pelas Corregedorias-Gerais, devido ao Ministério Público dos Estados e da União possuírem regimes disciplinares diferenciados, instituídos pelas respectivas leis orgânicas, não há coincidência nas infrações disciplinares, nos tipos processuais, nos ritos procedimentais, nos prazos prescricionais e nas sanções aplicáveis. Neste diapasão, poucas são as Corregedorias-Gerais que aplicam diretamente sanções disciplinares, ficando tal atribuição a outros órgãos da Administração Superior. O ideal seria a existência de um único regime disciplinar para os membros do Ministério Público, coerente com o princípio da unidade institucional.

#### 1.4. Comissões

As Comissões Permanentes do Conselho Nacional são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Por meio das Comissões, especializadas em áreas temáticas, busca-se promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

Na busca por soluções para os problemas que afligem o Ministério Público, as Comissões do Conselho atuam de diversas formas, que abrangem a promoção de audiências públicas, a realização de eventos de integração com os ramos do Ministério Público, a elaboração de propostas para melhorar o funcionamento das Promotorias e Procuradorias e o acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público, em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados.

Atualmente, o Conselho Nacional do Ministério Público conta com cinco Comissões Permanentes: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo; a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; a Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei e a Comissão de Jurisprudência. Ressalte-se que a Comissão de Jurisprudência passou a integrar a estrutura das Comissões do Conselho a partir de junho de 2009, enquanto a Comissão Disciplinar teve seu escopo de atuação ampliado para abarcar a fiscalização da atividade policial, do sistema carcerário e do atendimento institucional de menores infratores em outubro de 2009.

Até julho de 2009, mês do término do mandato dos Conselheiros que integraram o CNMP entre os anos de 2007 e 2009, a composição de cada Comissão estava disposta da seguinte forma: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo teve como Presidente o então Conselheiro Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e como demais membros o Conselheiro Sandro José Neis e então Conselheiro Fernando Quadros da Silva. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro foi presidida pelo Conselheiro Cláudio Barros Silva e integrada, ainda, pelos então Conselheiros Paulo Freitas Barata e Alberto Machado Cascais Meleiro. Já a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público foi integrada pelo ex-Conselheiro Dianlas Costa Ribeiro, na qualidade de Presidente, Raimundo Nonato de Carvalho Filho e Francisco Ernando Uchoa Lima. A Comissão Disciplinar foi composta pelo Conselheiro, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, na qualidade de Presidente, pelo Conselheiros Sandro José Neis e pela então Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Desde a posse dos atuais membros do Conselho Nacional, as Comissões estão assim compostas: a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo é presidida pelo Conselheiro Achiles de Jesus Siquara Filho e integrada pelos Conselheiros Tais Ferraz e Bruno Dantas. A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro tem por Presidente o Conselheiro Almino Afonso Fernandes e por membros os Conselheiros Sandra Lia Simón e Cláudio Barros Silva. A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, por sua vez, é integrada pelos Conselheiros Cláudio Barros Silva, na qualidade de Presidente, Adilson Gurgel de Castro e Tais Ferraz. A Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei é presidida pelo Conselheiro Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva e integrada pelos Conselheiros Cláudio Barros Silva, Sérgio Feltrin Corrêa, Adilson Gurgel Gastro, Maria Ester Henrique Tavares e Tais Ferraz. A Comissão de Jurisprudência é presidida pelo Conselheiro Bruno Dantas e integrada ainda pelos Conselheiros Almino Afonso Fernandes e Maria Ester Henrique Tavares.



#### 1.4.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais e humanos da Administração Pública Ministerial. Norteia a atuação da Comissão o intuito de tornar viáveis as condições necessárias à implementação de uma gestão pública de excelência, no âmbito do Ministério Público.

Em 2009, a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro apresentou 3 Propostas de Resolução, aprovadas pelo Plenário; submeteu ao julgamento do Colegiado 41 processos administrativos, entre Pedidos de Providências (PP), Procedimentos de Controle Administrativo (PCA), Propostas de Resolução (RES) e Embargos de Declaração (ED); proferiu 6 decisões monocráticas<sup>4</sup> e acompanhou diretamente o cumprimento de 4 Resoluções.

A seguir, detalham-se os Projetos de Resolução aprovados por iniciativa da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro:

**Alteração da Resolução nº 6/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007, por meio da Resolução nº 34/2009:** As Resoluções nº 6/2006 e nº 19/2007 regulam a efetivação do art. 37, inciso V, da Constituição Federal, por parte dos Ministérios Públicos dos Estados. A Resolução CNMP nº 6/2006 prevê que os Procuradores-Gerais de Justiça deverão encaminhar ao Poder Legislativo proposta de regulamentação do art. 37, V, da Constituição Federal, a qual deverá: 1) dispor sobre as condições e os percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos e 2) corrigir “eventual desvirtuamento da regra constitucional, para que sejam acometidas aos ocupantes de cargos comissionados exclusivamente atribuições de direção, chefia e assessoramento” (art. 2º). A Resolução nº 19/2007, por sua vez, acrescentou parágrafo único ao art. 2º, da Resolução CNMP nº 06/2006, em que se lê que “os Ministérios Públicos dos Estados terão o prazo de 90 (noventa) dias para elaborar ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados, cujos titulares somente poderão desempenhar funções de direção, chefia e assessoramento”. Com o fim de conferir tratamento isonômico entre as diversas Unidades Ministeriais, garantindo o caráter nacional do Ministério Público, a Comissão de Controle Administrativo apresentou Proposta de Resolução para estender os termos da Resolução nº 6/2006, com as modificações dadas pela Resolução nº 19/2007, aos ramos do Ministério Público da União. A proposta foi aprovada em 29 de janeiro de 2009 e resultou na edição da Resolução nº 34/2009.

**Instituição do Portal da Transparência em todas as Unidades do Ministério Público, regulamentada por meio da Resolução nº 38/2009:** A Constituição Federal confere primazia ao direito ao conhecimento pleno da gestão pública e da forma como ocorrem os gastos públicos, direito este respaldado pelo princípio administrativo da publicidade. Com o fim de conferir maior efetividade a tal princípio, avançar na criação de mecanismos de participação e controle social, no âmbito do Ministério Público, e uniformizar os procedimentos de transparência no âmbito da Instituição, editou-se a Resolução nº 38/2009, aprovada pelo Plenário em 26 de maio de 2009, a qual estabelece a obrigatoriedade da disponibilização, em cada um dos sites de cada Unidade do *Parquet*, para acesso universal, dos dados de gestão dos recursos públicos no âmbito do MP, incluindo os dados institucionais relativos às receitas arrecadadas e às despesas pagas; repasses aos fundos ou institutos previdenciários, custo com diárias e cartões corporativos, rol de licitações e contratos em andamento, convênios firmados, relação dos nomes de servidores da instituição de provimento efetivo, de servidores com funções gratificadas ou comissionadas, entre outros;

4 – No bojo dos processos de nº 0.00.000.001042/2008-23, nº 0.00.000.001044/2008-12, nº 0.00.000.001053/2008-11, nº 0.00.000.001055/2008-01, nº 0.00.000.001060/2008-13 e nº 0.00.000.001039/2008-18.

**Envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por ocasião do julgamento das contas da Administração do Ministério Público no âmbito dos Tribunais de Contas:** Na sessão de 17 de novembro de 2009, o Plenário do Conselho Nacional aprovou Projeto de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Nacional do Ministério Público solicitar anualmente aos Tribunais de Contas da União e dos Estados o envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por tais Cortes, afetas às contas do Ministério Público. A Resolução busca contribuir para integrar a atuação deste Conselho Nacional à atuação dos Tribunais de Contas, no que se refere ao acompanhamento dos atos administrativos realizados pelas Unidades Ministeriais e para sedimentar parcerias que aprimorem a atuação do Conselho Nacional, em particular com as demais Instituições Democráticas igualmente voltadas à devida prestação de contas dos Órgãos Públicos perante a coletividade.

#### **1.4.2. Comissão Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas a Adolescentes em Conflito com a Lei**

A Comissão Disciplinar e de Controle da Atividade Policial, do Sistema Carcerário e do Atendimento Institucional de Menores Infratores é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento e de cumprimento das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei. A comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao seu aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da atividade policial.

Os trabalhos da Comissão encontram-se em fase inicial de desenvolvimento, com perspectivas de expansão e aprimoramento a partir do exercício de 2010.

Registre-se que, em 2009, foram levados a julgamento plenário pela Comissão Disciplinar 10 processos administrativos<sup>5</sup>, entre Correção, Pedidos de Providências, Proposta de Resolução e Representações por Excesso de Prazo.

##### **a) Relatório final da Comissão Temporária e criação da Comissão Permanente do Sistema Carcerário:**

O passo inicial em direção à maior efetividade no acompanhamento do sistema prisional pelo Conselho Nacional foi dado com a conversão da Comissão Temporária do Sistema Carcerário em Comissão Permanente, o que ocorreu em setembro de 2009. Com isso, a Comissão Permanente Disciplinar, já existente, passou a acumular às demais funções fiscalizatórias afetas à atividade policial, ao sistema prisional e às medidas socioeducativas. A conversão ocorreu porque se concluiu que a matéria, de extrema relevância e repercussão na sociedade, exige acompanhamento contínuo do CNMP e não pode ser convenientemente tratada de forma transitória e excepcional.

A Comissão Temporária de Sistema Carcerário foi criada pelo Conselho Nacional para verificar o cumprimento, por parte dos Ministérios Públicos, da Resolução nº 20/2007, que disciplina o controle externo da atividade policial. Em setembro de 2009, no julgamento do Processo nº 194/2008-17, a Comissão Temporária apresentou relatório final acerca dos atos normativos adotados pelas diferentes Unidades do Ministério Público, no que se refere ao controle da atuação policial e à fiscalização da execução penal e do cumprimento de medidas socioeducativas.

5 – No bojo dos processos de nº 0.00.000.000745/2009-15, nº 0.00.000.000492/2009-80, nº 0.00.000.000483/2009-99, nº 0.00.000.000984/2009-75, nº 0.00.000.000194/2008-17, nº 0.00.000.000971/2008-15, nº 0.00.000.000255/2009-19, nº 0.00.000.000369/2009-69, nº 0.00.000.000672/2008-33 e nº 0.00.000.000969/2008-46.

O relatório constitui material inicial para os trabalhos de aprofundamento e fiscalização *in loco*, a ser realizados pelo Conselho Nacional do Ministério Público em 2010, sob a coordenação da Comissão Permanente Disciplinar.

**b) Proposta de Resolução Conjunta entre o CNMP e o CNJ, que dispõe sobre a revisão periódica da legalidade das prisões, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei:**

A Comissão Disciplinar apresentou ainda Proposta de Resolução conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional do Justiça, de autoria da Conselheira Taís Ferraz. A proposta, aprovada pelo Plenário em 29 de setembro de 2009, resultou na edição da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 1/2009.

Por meio da Resolução Conjunta, estabeleceu-se que as unidades do Poder Judiciário e do Ministério Público com competência em matéria criminal e execução penal implantarão mecanismos que permitam, com periodicidade mínima anual, a revisão da legalidade da manutenção das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes em conflito com a lei.

Além disso, com a aprovação da proposta, os Ministérios Públicos de todas as esferas passaram a ter a obrigatoriedade de designar forças-tarefas, com o intuito de coordenar, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, os mutirões carcerários nos estados brasileiros.

#### **1.4.3 Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo**

A Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazo, das diretrizes de ação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público como um todo. Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as Unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. Engloba, além disso, o acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público, em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. O empenho da Comissão volta-se, ainda, para o alcance dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à realização dos projetos estratégicos do Conselho Nacional.

Atualmente, a estruturação da Comissão, em particular no que se refere ao corpo técnico de apoio, encontra-se em estágio inicial, com perspectivas de ampliação em 2010.

Assim como ocorreu no ano anterior, a Comissão realizou o acompanhamento do preenchimento do questionário eletrônico da Resolução nº 25, atual Resolução nº 33, que trata do envio de dados de ordem funcional por parte dos ramos do Ministério Público da União e dos Estados. Em convergência com tal atividade, a Comissão organizou o 2º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo.

#### **a) 2º Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo**

O evento foi realizado no dia 12 de maio, no auditório da Escola Superior do Ministério Público da União.

Participaram do Encontro os Corregedores-Gerais e seus respectivos assessores, bem como um representante da área de Tecnologia da Informação de cada uma das Unidades do Ministério Público da União e dos Estados.

O encontro teve por objetivo dar continuidade ao debate iniciado no 1º Fórum da Comissão, realizado no ano passado, acerca dos parâmetros de controle administrativo e de desempenho institucional dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, além de estar voltado à tematização de questões relacionadas ao direcionamento tecnológico, infraestrutura, sistemas informatizados e processo eletrônico.

Teve por finalidade, ainda, apresentar os resultados obtidos por consultoria externa contratada pelo CNMP para a análise dos dados administrativos e funcionais, relativos ao ano de 2008, informados por cada Unidade do Ministério Público, em cumprimento às Resoluções nº 32 e nº 33 deste Conselho Nacional.

#### **b) Programa SIM-MP**

Em 15 de junho, o Conselho Nacional do Ministério Público, por iniciativa da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, firmou termo de cooperação técnica com a Associação Paranaense do Ministério Público para a implantação do Sistema de Informação dos e para Membros do Ministério Público (SIM-MP).

O SIM-MP, que funciona atualmente em caráter experimental, é uma rede virtual criada para que promotores e procuradores cadastrem e acessem registros de iniciativas do Ministério Público (ações civis públicas, termos de ajustamentos de conduta, recomendações, atas de audiências públicas, etc.) em suas áreas de atuação. A plataforma permite a divulgação de trabalhos realizados e o compartilhamento de experiências entre os membros das diversas unidades do MP, o que contribui para a eficiência do planejamento institucional.

#### **c) Acompanhamento Legislativo**

No que se refere à atuação da Comissão no acompanhamento de procedimentos legislativos perante o Congresso Nacional, destacam-se as seguintes proposições:

##### **c.1) No Senado Federal**

- PEC nº 37/2006: Visa a alterar a redação do Capítulo III (Da Segurança Pública) do Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas) da Constituição Federal;
- Projeto de Lei da Câmara nº 111/2008: Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal.

##### **c.2) Na Câmara dos Deputados**

- PEC nº 487/2005 e LC nº 28/2007: Visam a legitimar o Defensor Público-Geral a propor ADI, ADC, incidente de deslocamento de competência nos casos de grave violação de direitos humanos e tutela judicial e extrajudicial de interesses coletivos;

- PDC nº 322/2007: Projeto de Decreto Legislativo em curso na CD, que visa a sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20, de 20 de junho de 2007, a qual regulamenta a atividade de controle externo da atividade policial;
- PL nº 1.192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade de comunicação também ao CNJ e ao CNMP as providências adotadas e a fase processual em que se encontram os procedimentos instaurados em decorrência das conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- PL nº 6.745/2006: Visa a modificar a Lei nº 7.347/85;
- PL nº 165/2007: Visa a alterar a Lei de Ação Popular, a Lei da Ação Civil Pública e a Lei de Improbidade Administrativa;
- PECs nº 184/2007, 151/95, 308/2004 e 549/2006: Dispõem sobre as Polícias Judiciárias da União e dos Estados e dão outras providências;
- PEC nº 244/2008: Dispõe sobre alterações na estrutura do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público;
- PEC nº 192/2007: Visa a estabelecer a obrigatoriedade, para juízes e Tribunais, de comunicarem ao Conselho Nacional de Justiça, semestralmente, o andamento dos processos que presidem relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública;
- PL nº 1.149/2007: Institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências;
- PDC nº 322/2007: Visa a sustar os efeitos da Resolução CNMP nº 20/2007.

**d) Propostas de Resolução apresentadas:**

O Conselho Nacional do Ministério Público, por iniciativa da Comissão de Planejamento e Acompanhamento Legislativo, aprovou as seguintes Propostas de Resolução:

**Alteração das Resoluções nº 1/2007, nº 7/2006 e nº 21/2007, que versam sobre a proibição ao nepotismo:** Em sessão de 28 de abril de 2009, o Conselho aprovou a Resolução nº 37, com o fim de adequar a regulamentação da proibição ao nepotismo, no âmbito do Ministério Público, ao disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal. Além de compatibilizar as normas do Conselho ao texto editado pela Suprema Corte, que condena o nepotismo na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nova resolução veda a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados;

**Instituição de correições periódicas nas Unidades do Ministério Público:** O Projeto de Resolução, aprovado pelo Plenário em 16 de junho, resultou na edição da Resolução nº 43. De acordo com a Resolução, as Corregedorias-Gerais de cada unidade

do MP deverão realizar correições ordinárias a cada três anos, pelo menos, e correições extraordinárias sempre que houver necessidade. Além disso, os Corregedores-Gerais deverão divulgar, com antecedência mínima de trinta dias, na Internet e na imprensa oficial, com as devidas cautelas, o cronograma das correições ordinárias e a indicação dos respectivos locais. A Resolução também determina que nas inspeções ou correições sejam examinados aspectos relacionados à produção mensal de cada procurador ou promotor, assim como aspectos sobre o cumprimento dos prazos processuais e a regularidade no atendimento ao público externo.

Por fim, registre-se que, em 2009, foram levados a julgamento plenário pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo 6 processos<sup>6</sup>, entre Pedidos de Providências e Propostas de Resolução; e foram proferidas 8 decisões monocráticas de arquivamento<sup>7</sup>.

#### 1.4.4. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público destina-se à apreciação de situações fáticas que possam caracterizar lesão à independência do Ministério Público, bem como à adoção de medidas corretivas.

Atualmente, tramitam perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público 4 processos administrativos, em fase de cumprimento de diligências<sup>8</sup>.

Importante salientar que essa Comissão, assim como as demais, trata de processos de ordem abstrata, isto é, que merecem a elaboração de temas que envolvem a autonomia do Ministério Público. Pedidos de Providências ou Procedimentos de Controle Administrativo que envolvam casos concretos são distribuídos entre os membros do Plenário.

#### 1.4.5. Comissão de Jurisprudência

A Comissão Permanente de Jurisprudência foi instituída em 16 de junho de 2009, por meio da aprovação de Projeto de Resolução apresentado pelo conselheiro Paulo Barata.

A Comissão tem por atribuições, entre outras, as funções de organizar e atualizar o acervo de decisões plenárias e monocráticas; classificar os sucessivos acórdãos que discutem teses idênticas, propondo a edição de enunciados; e identificar temas relevantes para estudos de uniformização de entendimento.

A criação da Comissão tem por intuito proporcionar maior eficiência, presteza, segurança jurídica e celeridade na produção e consulta às decisões, uma vez que sua atuação consiste em estabelecer as diretrizes técnicas e políticas da organização e da divulgação dos julgados, tanto na Internet quanto na edição de periódicos, agilizando sobretudo o trabalho dos advogados, promotores, juízes, gestores públicos e demais interessados.

A Comissão também tem por atribuição propor ao Plenário a periodicidade da elaboração da “Revista de Jurisprudência” do CNMP, a qual divulgará os acórdãos e decisões do Conselho Nacional, além de artigos e textos doutrinários de matérias relacionadas ao Ministério Público.

Os trabalhos da Comissão encontram-se em fase preliminar de estruturação, com perspectivas de aprimoramento em 2010.

6 – Processos CNMP nº 0.00.000.000373/2009-27, nº 0.00.000.0001038/2008-65, nº 0.00.000.0000894/2008-01, nº 0.00.000.0000977/2007-35, nº 0.00.000.000521/2009-11, nº 0.00.000.000851/2009-07.

7 – Nos autos dos processos CNMP nº 0.00.000.000491/2009-35, nº 0.00.000.000332/2008-50, nº 0.80.000.000629/2008-15, nº 0.00.000.000147/2008-65, nº 0.00.000.000155/2008-10, nº 0.00.000.000162/2008-11, nº 0.00.000.000506/2009-65 e nº 0.00.000.000925/2007-35 09 09.

8 – Processos CNMP nº 0.00.000.000753/2007-08, nº 0.00.000.000580/2009-81, nº 0.00.000.000915/2007-08 e nº 0.00.000.0001210/2009-61.



### 1.5. Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é diretamente subordinada à Presidência, cabendo-lhe exercer as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das funções do Conselho Nacional do Ministério Público. A Secretaria exerce também os serviços cartorários do CNMP: receber, autuar e movimentar os processos em tramitação.

O Regimento Interno do CNMP dispõe no Capítulo VI, art. 38, que a Secretaria-Geral é diretamente subordinada à Presidência do CNMP, sendo dirigida por membro do Ministério Público designado pelo Presidente, nos termos do art. 29, inciso XX, do mesmo Diploma Legal, cabendo-lhe assessorar todos os demais órgãos do Conselho.

Atualmente, o cargo de Secretário-Geral é ocupado pelo Procurador Regional da República José Adércio Leite Sampaio e o de Secretário-Geral Adjunto pela Procuradora Regional do Trabalho Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. Ambos nomeados por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 3, de 12 de agosto de 2009, publicada no Diário da Justiça no dia 17 do mesmo mês.

Uma das novidades este ano foi justamente a nomeação para o cargo de Secretário-Geral Adjunto, com escopo de melhor desenvolver os trabalhos da Secretaria Geral, em virtude da crescente demanda do CNMP.

Integram a Secretaria-Geral as Coordenadorias Administrativa, de Tecnologia da Informação e Processual, o Núcleo de Ações Estratégicas e a Assessoria de Comunicação. A atuação desses órgãos foi definida pela Portaria CNMP-SG nº 3, de 23 de janeiro de 2009, e será detalhada a seguir.

#### 1.5.1. Coordenadoria Administrativa

A Coordenadoria Administrativa (COAD) é responsável por realizar atividades de apoio administrativo, tais como logística; serviços terceirizados; protocolo, arquivo e expedição de documentos; comunicação com as Secretarias da PGR quanto à execução do protocolo de cooperação para execução operacional da gestão administrativa e de pessoal do Conselho; acompanhamento da execução financeira; elaboração de estudos sobre a melhor utilização dos recursos financeiros; alimentação do “Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan)” com informações sobre a execução física e financeira das ações orçamentárias; transporte de membros e servidores; concessão de diárias e passagens.

No exercício de 2009, a COAD auxiliou nos planejamentos estratégico e orçamentário do CNMP, especialmente por meio de:

- a) reuniões com a Comissão de Planejamento Estratégico para modelagem do “Programa Nacional de Modernização do Ministério Público (Pró-MP)”;
- b) elaboração do Plano de Autonomia do Conselho Nacional, o qual foi aprovado em Sessão Administrativa pelos Conselheiros e deverá ser implementado em duas fases, sendo a primeira em 2010 e a segunda em 2011;
- c) participação na elaboração da proposta de reestruturação do Conselho, que culminou com o encaminhamento de Anteprojeto de Lei ao Congresso Nacional, dando origem ao Projeto de Lei nº 5.909/2009;

d) coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária para 2010, com a participação das Coordenadorias e do Núcleo de Ação Estratégica; e

e) Programação orçamentária e financeira das ações do Conselho.

A COAD também promoveu atividades de treinamento de servidores dos diversos setores, tendo contratado cursos nas áreas de planejamento estratégico, tecnologia da informação e modelagem de processos.

Por fim, a Coordenadoria acompanhou a execução orçamentária e a evolução da estrutura de pessoal do CNMP, conforme as tabelas abaixo:

Orçamento do CNMP/2009	
Dotação Orçamentária	Dotação Executada Até 16/11/2009
13.987.712,00	10.350.973,15

Setor	Servidores
Presidência	03
Corregedoria	10
Gabinetes dos Conselheiros	18
Secretaria-Geral	03
Ascom	02
Coad	16
Coproc	13
Cotec	11
Nac	0
Ditrans	09

#### 1.5.2. Coordenadoria Processual

A Coordenadoria Processual (Coproc) está diretamente ligada à Secretaria-Geral do CNMP. Compreende em sua estrutura a Seção de Pesquisa, Classificação e Autuação (SEPCA) e o Núcleo de Acompanhamento de Decisões.

A Coproc exerce um importante papel no CNMP, desempenhando atualmente as atribuições especificadas no art. do Regimento Interno.

Além das atribuições descritas no mencionado dispositivo, faz parte das atribuições da Coordenadoria Processual o atendimento ao público, ao Colegiado e à Corregedoria Nacional.

No ano de 2009 houve a mudança na composição do CNMP, sendo que a última sessão realizada, ainda com a composição anterior, foi dia 16/6/2009.

A partir de 10/8/2009 tomaram posse os novos Conselheiros deste CNMP para o biênio 2009-2011 e a Coordenadoria Processual ficou responsável pela preparação do Plenário do CNMP, onde ocorreu a Sessão Solene com o objetivo de eleger o Corregedor Nacional e os Presidentes das Comissões Permanente e Temporária, nos termos descritos, respectivamente, nos arts. 30 e art. 33, § 2º, do Regimento Interno deste Conselho Nacional do Ministério Público.

Após a posse dos novos conselheiros os servidores da Coordenadoria Processual fizeram um mutirão no feriado do dia 11/8/2009 para redistribuir todos os processos à nova composição.

No dia 25/8/2009 houve a Sessão Solene de transferência do cargo de Corregedor Nacional do Ministério Público e, só após, deu-se início aos trabalhos da 9ª Sessão Extraordinária do CNMP.

A Coordenadoria Processual autuou um total de 1.423 processos, conforme tabela abaixo:

PROCESSOS AUTUADOS POR MÊS	
Janeiro	74
Fevereiro	83
Março	125
Abril	95
Maió	102
Junho	146
Julho	136
Agosto	114
Setembro	125
Outubro	164
Novembro	85
Dezembro	114
Total	1394
Adm. Internos	44
Total	1438

A partir de setembro de 2009, a Coordenadoria Processual, por intermédio da Seção de Autuação (SEPCA), iniciou a autuação de procedimentos administrativos internos que seguem a mesma numeração dos demais procedimentos, entretanto não são cadastrados no sistema CNMP. Com isso, vale frisar que, dos 1.438 autuados, 44 são procedimentos administrativos internos.

Ressalta-se que o Conselho Nacional do Ministério Público trabalha com dois sistemas, sendo um para cadastro e movimentação interna, que é o sistema Fênix, e outro para cadastro e tramitação dos feitos, que é o sistema CNMP.

O Sistema CNMP é alimentado diariamente e disponibilizado para acesso do público externo, via Internet, para acompanhamento dos procedimentos.

A Coordenadoria Processual no ano de 2009 organizou e participou das 12 Sessões Ordinárias e das 14 Sessões Extraordinárias.

Vale dizer que a participação da Coordenadoria Processual nas sessões de julgamento tem o objetivo de dar suporte ao Secretário-Geral e fazer todos os registros necessários à elaboração das certidões de julgamentos e da respectiva ata da sessão.

### **1.5.3. Coordenadoria de Tecnologia da Informação**

Nos dias atuais em que processos e tomadas de decisões tiveram seus tempos de resposta diminuídos em função do aumento de fluxo informacional presente na sociedade, a Tecnologia da Informação (TI) é considerada meio indispensável para toda e qualquer organização, principalmente quando o foco reside em otimização constante de rotinas de trabalho e da realização de políticas diversas sem que a eficiência seja prejudicada.

Esse cenário de mudanças em ritmo acelerado, frequentemente encontrado na iniciativa privada, tem ano após ano se tornado uma premissa para qualquer que seja o ente público, em qualquer que seja a esfera de Poder, uma vez que resulta na melhoria constante e crescente na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

No CNMP, isso não poderia ser diferente. Apesar da ainda incipiente estrutura de TI encontrada, ressalta-se, em especial, a atenção da nova composição de Conselheiros em busca da modernização da infraestrutura tecnológica para consecução das diretrizes estratégicas a serem atingidas até o fim do mandato em 2011.

O grande foco da TI no CNMP, representado pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (Cotec), foi justamente a busca em planejamento da estruturação física e lógica do CNMP especialmente para o crescimento pretendido.

Para isso ações iniciadas em 2008 foram continuadas e algumas outras importantes foram iniciadas em 2009. É com o intuito de demonstrar sinteticamente a relevância deste trabalho realizado pela Cotec que este documento descreve nas próximas seções algumas dessas ações.

#### **a) Integração com os Ministérios Públicos**

A Cotec em 2009 representou o CNMP em visitas a alguns Ministérios Públicos Estaduais com intuito de trocar experiências e conhecer iniciativas inovadoras na área de Tecnologia da Informação.

Destaca-se neste sentido o sistema protótipo do Ministério Público do Estado de Pernambuco, que concentra, em um único ponto de acesso, pesquisas sobre processos em posse de qualquer Ministério Público que estiver integrado ao protótipo.

Além da iniciativa do MP/PE, destaca-se também a implantação das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário pelo MP/RO, atendendo às Metas 8 e 9 de 2008 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), complementada por proposta apresentada ao CNMP, visando à criação de padronização específica para processos extrajudiciais, aqueles iniciados exclusivamente pelo Ministério Público.

Por fim, em um importante passo para a integração de TI dos ramos do Ministério Público brasileiro, foi regulamentada pela Portaria CNMP-SG nº 8/2009 a Portaria CNMP-Presi nº 7/2009, com vistas a criação do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP), grupo que terá em 2010 a atribuição de iniciar trabalho visando a estabelecer políticas nacionais de TI para o Ministério Público brasileiro.

#### **b) Infraestrutura**

Para que objetivos estratégicos possam efetivamente ser alcançados é necessário o investimento em equipamentos e software de base. O planejamento para 2009 previa uma série de aquisições, mas havia o problema da falta de orçamento para 2009.

Ao assumir a nova composição do CNMP, juntamente com o Secretário-Geral, estabeleceram a diretriz de que o orçamento destinado às obras da reforma da nova sede do Conselho fossem destinadas, em parte, para aquisição de infraestrutura de TI.

A Cotec então partiu para especificação desses equipamentos, que, após adquiridos, darão um enorme incremento na capacidade de escalonamento de demandas de TI dentro do CNMP.

Paralelamente, ao longo de todo o ano de 2009 deu-se início pela Procuradoria-Geral da República ao processo de ativação da Rede Nacional do MPU, rede que integrará, num grande tronco, todos os ramos do Ministério Público da União, além do CNMP e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

#### **c) Sistemas de Informação**

No que diz respeito a sistemas de informação, o principal marco da Cotec foi o início do desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público (SCMMP).

Esse sistema, que começou a ser desenvolvido ainda na composição passada do CNMP, tem como objetivo agregar informações de Membros do Ministério Público, tornando a atividade-fim do Conselho muito mais simplificada. A principal virtude do sistema é estar totalmente alinhado com as diretrizes traçadas pelo CNMP, em especial àquelas traçadas pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Sandro Neis.

No plano nacional, a Cotec ainda trabalhou na evolução do Sistema CNMPInd, Sistema que controla o preenchimento dos dados relativos às Resoluções nº 32 e 33, de 2008, que dizem respeito à obtenção de dados da atuação administrativa e funcional do Ministério Público. Mais recentemente o Sistema foi atualizado para também gerenciar o preenchimento de dados da Resolução nº 36, de 2009, que versa sobre informações relativas a Interceptações Telefônicas e Telemáticas no âmbito do Ministério Público.

Como outras importantes ações de âmbito nacional, destacam-se a assinatura de termos de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para possibilitar acesso aos Ministérios Públicos dos sistemas que automatizam o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e o Cadastro Nacional de Adoção; e a implantação do Portal da Transparência do CNMP.

Como parte da modernização administrativa do CNMP, deu-se continuidade durante o ano de 2009 ao desenvolvimento do Sistema CNMP Web que substituirá os sistemas de tramitação e de movimentação processual atualmente em utilização. O novo Sistema possibilitará, entre outras vantagens, maior celeridade na tramitação processual, processos totalmente eletrônicos e melhoria da obtenção de informações estatísticas da atuação do próprio CNMP.

Ainda como parte da modernização administrativa alguns outros sistemas departamentais tiveram o seu desenvolvimento iniciado e outros tiveram sua implantação concluída e alguns outros estão previstos para 2010.

SISTEMAS DE INFORMATICA	
SISTEMAS	QUANTIDADE
Em Produção	7
Em Desenvolvimento	6
Planejados	15
<b>Total</b>	<b>28</b>

#### **d) Inspeções**

Um importante marco para a curta história do CNMP foi o início da realização das inspeções nos ramos do Ministério Público. A Secretaria-Geral do CNMP disponibilizou recursos de suas Coordenadorias no sentido de propiciar estrutura mínima para apoiar o trabalho das inspeções a ser realizado nos ramos do Ministério Público brasileiro.

Desta maneira, a Cotec encaminhou seus representantes com o objetivo de inspecionar as áreas de Tecnologia da Informação (TI) desses Ministérios Públicos.

#### **1.5.4. Núcleo de Ação Estratégica**

Criado pela Resolução nº 25, de 3 de dezembro de 2007, o Núcleo de Ação Estratégica (NAE) está diretamente ligado à Secretaria-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em 2009, no exercício de sua competência, o NAE subsidiou as principais ações desenvolvidas pela Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, especialmente aquelas decorrentes do acompanhamento de envio de dados relativos à atuação funcional do Ministério Público, à execução administrativa e orçamentária dos questionários das Resoluções nº 32 e 33 (sobre as demais atuações deste Núcleo, vide o item 1.4.3, que versa sobre a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo).



### 1.5.5. Núcleo de Acompanhamento de Decisões

A criação, os objetivos, a metodologia de trabalho e a forma de atuação do Núcleo de Acompanhamento das Decisões (NAD) foram objeto de análise anterior, tendo sido apresentados no item 1.5.1. do *Relatório de Atividades 2008* do Conselho Nacional do Ministério Público, disponível para consulta no sítio do CNMP na Internet. Em razão disto, cabe apenas apresentar os resultados referentes à atividade do NAD em 2009, acrescentando-se, quando for o caso, menções a novas tarefas.

No exercício de suas atribuições no ano de 2009, o Núcleo de Acompanhamento das Decisões produziu 517 ofícios (quase o dobro do produzido em 2008), 14 ofícios circulares e 9 relatórios.

As dificuldades no andamento dos procedimentos de fiscalização, por fim, continuam a decorrer, em sua grande maioria, da demora de alguns Ministérios Públicos em responder às solicitações deste Conselho.

#### a) Processos acompanhados

No Relatório de 2008, fez-se referência ao número de processos cuja decisão continha determinação a ser acompanhada pelo Núcleo. Ressaltou-se, no entanto, que o acompanhamento destas decisões apenas se dava após o trânsito em julgado. Deste modo, tal número aumentou com o tempo, à medida que novos processos com conteúdo mandamental transitavam em julgado.

Para o ano de 2005, o número permanece o mesmo, qual seja o de um único processo com determinação, cumprida em 15/7/2008.

O número de processos do ano de 2006 acompanhados subiu de 23 para 27: um acréscimo de 4 processos. Da totalidade desses processos, aguarda-se resposta do Ministério Público em apenas um caso: o Processo nº 634/2006-66. Os Processos nº 435/2006-58 e nº 28/2006-41 estão suspensos pelo Supremo Tribunal Federal. Os processos restantes, em número de 24, foram julgados cumpridos por despachos do Secretário-Geral do Conselho. Cumpre lembrar que todas as respostas aos Ofícios enviados pelo Núcleo, nos quais se solicitam informações sobre o cumprimento dos processos, são escaneadas e enviadas aos Conselheiros por correio eletrônico, com vistas a possibilitar uma fiscalização conjunta do cumprimento das decisões do órgão.

O número de processos de 2007 sujeitos a acompanhamento era de 25. Nesta data, percebe-se um acréscimo de apenas 3 processos, totalizando 28 feitos. Desses, apenas se aguarda a resposta do Processo nº 775/2007-60 para verificação do cumprimento.

Os processos do ano de 2008 não foram contemplados no *Relatório de Atividades 2008*, em razão de a criação do NAD ter-se dado naquele ano e porque o ano ainda não havia terminado. No entanto, o número de tais processos, até a presente data, é de 47, o que corresponde a um salto substancial no número de processos contendo determinações específicas a serem executadas pelos Ministérios Públicos. Nos processos dos anos anteriores, esses feitos não chegavam a 30.

Dos 47 processos do ano de 2008, 37 foram considerados cumpridos; 4 foram suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (nº 232/2008-23, 498/2008-76, 368/2008-33 e 652/2008-18); 5 estão pendentes de respostas aos ofícios do Núcleo (nº 646/2008-52, 655/2008-43, 917/2008-70, 927/2008-13, e 662/2008-45) e 1 está pendente de envio de ofício do Núcleo (nº 1.094/2008-29), em razão de determinação de prazo pelo Relator para cumprimento, prazo este que termina em dezembro deste ano.

Os processos de 2009 são para este Relatório o que os de 2008 eram para o *Relatório de Atividades 2008*. Em razão da proximidade temporal, os resultados não são muito significativos. Há, até o presente, 14 processos com determinação, dos quais apenas 4 foram cumpridos; 6 aguardam informações sobre o cumprimento (nº 2/2009-45, 129/2009-64, 397/2009-86, 505/2009-11, 199/2009-12 e 757/2009-40); 2 aguardam expedição de ofício pelo Núcleo (nº 488/2009-11 e 211/2009-99); e 2 estão sendo apreciados em Mandados de Segurança no Supremo Tribunal Federal (nº 34/2009-41 e 18/2009-58).

Em síntese, de um total de 117 processos contendo determinação desde a criação do CNMP, 93 foram definitivamente cumpridos, o que corresponde a um índice de aproximadamente 79,4%. Cabe ressaltar, no entanto, que isto não significa que a percentagem restante dos processos não foi cumprida, mas tão somente que ainda estão sendo acompanhados, com os necessários envios e recebimentos de ofícios e apreciação do cumprimento pelo Secretário-Geral. Só ao final desses procedimentos o feito é incluído nas planilhas do NAD como "cumprido".

## **b) Resoluções acompanhadas**

### **b.1) Resoluções do Relatório de Atividades 2008**

Nas letras a e b do item 1.5.1 do *Relatório de Atividades 2008*, fez-se menção às Resoluções que seriam acompanhadas pelo NAD, posto que contendo determinações em alguns de seus dispositivos; e aos respectivos Ofícios Circulares enviados para se verificar o cumprimento.

Tratava-se das Resoluções nº 5 (Atividade Político Partidária/Ofício Circular nº 3/2008), nº 7 (Ocupação de cargos, empregos ou funções por parentes de servidores/Ofício Circular nº 2/2008), nº 13 (Procedimento Investigatório Criminal/Ofício Circular nº 6/2008), nº 18 (Exercício de Cargos de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito/Ofício Circular nº 1/2008), nº 21 (Vedação de admissão de servidores parentes de membros/Ofício Circular nº 5/2008), nº 22 (Membros perante Tribunais de Contas Estaduais/Ofício Circular 3/2009), nº 23 (Inquérito Civil/Ofício Circular nº 4/2008) e nº 27 (Exercício da Advocacia/Ofício Circular nº 7/2008).

O objetivo do acompanhamento do NAD, no caso das Resoluções, era obter as respostas de todos os Ministérios Públicos e, após elaboração de relatório circunstanciado dessas respostas, encaminhá-lo a um Relator para que julgasse o efetivo cumprimento, ou não, dos atos normativos. Conforme se vê no quadro a seguir, apenas as Resoluções nº 18 e 21 ainda não foram respondidas pela totalidade dos *Parquets*, faltando à primeira a resposta do Ministério Público do Estado do Maranhão e à segunda as respostas do Ministério Público do Estado de Pernambuco e do Ministério Público Federal.

**Quadro 1. Resoluções integralmente respondidas**

<b>Resolução</b>	<b>Ofício Circular</b>	<b>Processo</b>	<b>Data de Envio do Relatório</b>
nº 13/2006	006/2008	413/2006-98	22/07/2009 (à comissão)
nº 23/2007	004/2008	313/2007-42	14/08/2009 (à comissão)
nº 22/2007	003/2009	574/2007-62	09/09/2009 (à relatora)
nº 27/2008	007/2008	425/2007-01	14/10/2009 (à comissão)
nº 05/2006	003/2008	6/2005-01	14/10/ 009 (à comissão)
nº 07/2006	002/2008	46/200-22	15/10/2009 (à comissão)

Neste diapasão, o Núcleo produziu um relatório para cada resolução integralmente respondida, nos seguintes moldes: Relatório nº 3/2009 para a Resolução nº 13; Relatório 4/2009 para a Resolução nº 23; Relatório nº 5/2009 para a Resolução nº 22; Relatório nº 6/2009 para a Resolução nº 27; Relatório nº 7/2009 para a Resolução nº 5; e Relatório nº 8/2009 para a Resolução nº 7. A maioria dos Relatórios foi enviada à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro nas datas acima mencionadas. Para cada Resolução, a Comissão confirma o cumprimento ou determina providências nos casos em que entender que os atos normativos do Conselho não foram cumpridos ou não há certeza quanto ao cumprimento. No caso da Resolução nº 22, em razão de pedido interposto por uma parte interessada, o processo foi redistribuído e em 13/10/2009 foi determinada a instauração de diversos Procedimentos de Controle Administrativo para averiguar algumas respostas específicas.

Na Resolução nº 23, que trata do Inquérito Civil, após envio do Relatório ao Conselheiro Relator, ele devolveu o feito ao NAD para reiteração de Ofícios aos Ministérios Públicos dos Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Tocantins e do Ministério Público Federal. Até a presente data, não recebemos as respostas do Ministério Público do Maranhão, de Pernambuco e do Ministério Público Federal, tendo os demais já respondido.

#### b.2) Resoluções posteriores ao Relatório de Atividades 2008

Desde a elaboração do Relatório Anual, o CNMP vem editando diversas Resoluções, dando efetividade a seu papel normativo. Em razão disso, o quadro apresentado no Relatório de 2008 ampliou-se para incluir as resoluções em cujos dispositivos houvesse determinação de alguma natureza.

Trata-se das Resoluções nº 09 (Teto Remuneratório); nº 30 (Função Eleitoral); nº 38 (Portal da Transparência); nº 42 (Concessão de Estágio); nº 40 (Atividade Jurídica); e nº 37 (Nepotismo). Para cada uma dessas Resoluções foi expedido Ofício Circular, utilizando-se do mesmo procedimento adotado nas Resoluções elencadas no Relatório de 2008, conforme quadro a seguir:

Quadro 2. Ofício Circular por Resolução

Resolução Circular
Nº 09009/2008
Nº 30002/2009
Nº 37008/2009
Nº 38005/2009
Nº 40007/2009
Nº 42006/2009

Tendo em vista que a maioria desses ofícios circulares foi elaborada no ano de 2009, ainda não se completaram as respostas a eles referentes. Cumpre ressaltar que a conclusão dos trabalhos referentes ao cumprimento das Resoluções é sempre mais lento, uma vez que exige que as respostas de todos os Ministérios Públicos constem dos autos. Muitas vezes, o Núcleo teve de reiterar ofícios circulares, em razão da demora dos *Parquets* em responder.

**c) Recomendação nº 3**

A Recomendação CNMP nº 3 trata da criação de Ouvidorias no âmbito dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro. Tendo em vista a natureza do ato normativo em questão, o Núcleo não tem atribuição para exigir o cumprimento desses dispositivos, que são meramente recomendatórios. Neste caso, no entanto, devido a decisão do ex-Conselheiro Alberto Cascais, proferida nos autos do Processo CNMP nº 203/2008-61, encaminhamos o Ofício Circular nº 4/2009 aos Ministérios Públicos, no intuito de se saber quantos seguiram a Recomendação do Conselho. Aguardamos as respostas dos Ministérios Públicos do Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e do Ministério Público Federal.

**d) Cadastros Nacionais**

No ano de 2008, o CNMP firmou com o Conselho Nacional de Justiça os Termos de Cooperação de nº 8 e 13, por meio dos quais este órgão conferiu ao Ministério Público o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, respectivamente.

Ao NAD foi conferida a tarefa de gerir o sistema, conferindo senhas de acesso às unidades e ramos do *Parquet*. No cumprimento deste desígnio, foram enviados os Ofícios Circulares de nº 11 e 12 a todos os MPs, comunicando acerca do cadastro e solicitando a indicação de servidores para recebimento de senhas. No momento, está sendo realizado o cadastro à medida que chegam ao Núcleo os ofícios nos quais esses nomes são indicados. Em seguida, encaminham-se correios eletrônicos e ofícios explicando procedimentos de utilização dos bancos de dados.

## 2. Tabelas e Gráficos

Nas tabelas e nos gráficos abaixo é possível visualizar a atuação do CNMP no que se refere à atuação/distribuição e julgamento.

Tabela 1

CONSELHEIRO	INÍCIO	DISTRIBUÍDOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	MANDATO*	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
ACHILES DE JESUS SIQUARA FILHO	10/08/2009	67	9,24%	48	10,96%	31	13,36%	36	7,30%
ADILSON GURGEL DE CASTRO	10/08/2009	66	9,10%	32	7,31%	12	5,17%	54	10,95%
ALMIR AFONSO FERNANDES	10/08/2009	68	9,38%	22	5,02%	5	2,16%	63	12,78%
BRUNO DANTAS NASCIMENTO	10/08/2009	67	9,24%	25	5,71%	14	6,03%	53	10,75%
CLAUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS	03/12/2009	3	0,41%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,61%
CLAUDIO BARROS SILVA	10/08/2009	66	9,10%	48	10,96%	26	11,21%	40	8,11%
FRANCISCO MAURICIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA	30/06/2008	121	16,69%	125	28,54%	70	30,17%	51	10,34%
MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES	10/08/2009	67	9,24%	41	9,36%	28	12,07%	39	7,91%
MARIO LUIZ BONSAGLIA	03/12/2009	3	0,41%	0	0,00%	0	0,00%	3	0,61%
SANDRA LIA SIMON	10/08/2009	64	8,83%	32	7,31%	14	6,03%	50	10,14%
SÉRGIO FELTRIM	10/08/2009	67	9,24%	27	6,16%	9	3,88%	58	11,76%
TAIS SCHILLING FERRAZ	10/08/2009	66	9,10%	38	8,68%	23	9,91%	43	8,72%
Total geral	-	725	100,00%	438	100,00%	232	100,00%	493	100,00%

Fonte: Sistema CNMP

Obs. 1: Início de mandatos diferenciados, provocando maior número de processos distribuídos, julgados e concluídos.

Obs. 2: A Conselheira Cláudia Maria de Freitas Chagas e o Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia iniciaram o mandato no mês de dezembro.

Obs. 3: Julgados são aqueles arquivados por decisão monocrática ou em Sessão Plenária. Concluídos são aqueles já decididos por decisão monocrática ou em Sessão Plenária, já transitados em julgado.

Obs. 4: Para fins estatísticos, os pendentes são calculados com base nos já transitados em julgado.

Tabela 2

PROCESSOS EM TRÂNSITO EM 31/01/2010								
CLASSE-TIPO PROCESSUAL	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
ARQUIVAMENTO SG-RI, Art. 39, § 6º	182	4,01%	0	0,00%	161	5,27%	21	1,42%
ARQUIVAMENTO SG-Enunciado nº 05	140	3,09%	0	0,00%	136	4,45%	4	0,27%
DIVERSOS-ASI	5	0,11%	5	0,13%	5	0,16%	0	0,00%
DIVERSOS-PCA	691	15,24%	637	15,93%	496	16,23%	195	13,19%
DIVERSOS-PP	1834	40,44%	1708	42,72%	1574	51,49%	260	17,59%
DIVERSOS-RCA	16	0,35%	19	0,48%	11	0,36%	5	0,34%
DIVERSOS-REST	1	0,02%	1	0,03%	1	0,03%	0	0,00%
DIVERSOS-RIEP	206	4,54%	111	2,78%	80	2,62%	126	8,53%
DIVERSOS-RPA	33	0,73%	36	0,90%	18	0,59%	15	1,01%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AA	4	0,09%	9	0,23%	4	0,13%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-AVOC	11	0,24%	13	0,33%	10	0,33%	1	0,07%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-COR	3	0,07%	6	0,15%	3	0,10%	0	0,00%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-INSP	7	0,15%	1	0,03%	0	0,00%	7	0,47%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAA	3	0,07%	5	0,13%	1	0,03%	2	0,14%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PAV	9	0,20%	8	0,20%	1	0,03%	8	0,54%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PD	26	0,57%	30	0,75%	16	0,52%	10	0,68%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-PDA	3	0,07%	6	0,15%	1	0,03%	2	0,14%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RD	1017	22,43%	758	18,96%	323	10,57%	694	46,96%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-RPD	69	1,52%	103	2,58%	37	1,21%	32	2,17%
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES-SIND	18	0,40%	29	0,73%	5	0,16%	13	0,88%
PROPOSIÇÕES-PC	2	0,04%	2	0,05%	1	0,03%	1	0,07%
PROPOSIÇÕES-PER	5	0,11%	5	0,13%	5	0,16%	0	0,00%
PROPOSIÇÕES-RES	66	1,46%	72	1,80%	40	1,31%	26	1,76%
RECURSOS-ED	91	2,01%	225	5,63%	68	2,22%	23	1,56%
RECURSOS-REC	93	2,05%	209	5,23%	60	1,96%	33	2,23%
<b>Total geral</b>	<b>4535</b>	<b>100,00%</b>	<b>3998</b>	<b>100,00%</b>	<b>3057</b>	<b>100,00%</b>	<b>1478</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema CNMP

Glossário Tipos Processuais: AA-Autos Avocados, ASI-Arguição de Suspeição e Impedimento, AVOC-Avocação de Processo Disciplinar, COR-Correção, ED-Embargos de declaração, IAA-Inquérito Administrativo Avocado, INSP-Inspeção, PAA-Processo Administrativo Avocado, PAV-Pedido de Avocação, PCA-Processamento de Controle Administrativo, PC-Proposta de Comissão, PDA-Processo Disciplinar Avocado, PD-Processo Disciplinar, PER-Proposta de Emenda Regimental, PP-Pedido de Providências, RCA-Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho, RD-Reclamação Disciplinar, REC-Recurso Interno, RES-Proposta de Resolução, REST-Restauração de Autos, RIEP-Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, RPA-Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, RPD-Revisão de Processo Disciplinar, SA-Sindicância Avocada, SIND-Sindicância.



Tabela 3

ANO	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
2005**	144	3,18%	35	0,88%	14	0,46%	130	8,80%
2006	736	16,23%	433	10,83%	288	9,42%	448	30,31%
2007	1058	23,33%	1093	27,34%	861	28,16%	197	13,33%
2008	1115	24,59%	1199	29,99%	787	25,74%	328	22,19%
2009***	1482	32,68%	1238	30,97%	1107	36,21%	375	25,37%
Total geral	4535	100,00%	3998	100,00%	3057	100,00%	1478	100,00%

Fonte: Sistema CNMP

\* Diferenças numéricas em relação ao Relatório Anual de 2008 decorrem de atualizações da base CNMP no período de 2009.

\*\* O CNMP foi instalado em 21 de junho de 2005.

\*\*\* Em 2009, período apurado de 1º/jan. a 16/dez.

Gráfico 1 – Processos CNMP - Conselheiros Ativos do Início do Mandato até 16/Dez/2009

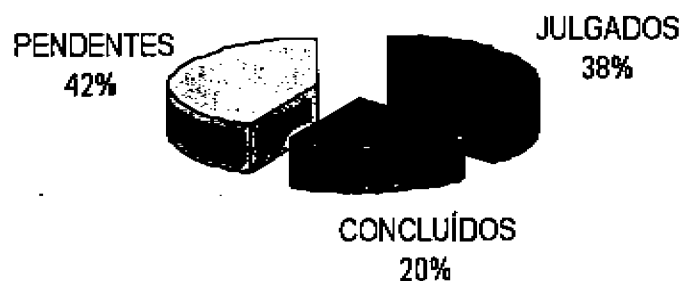
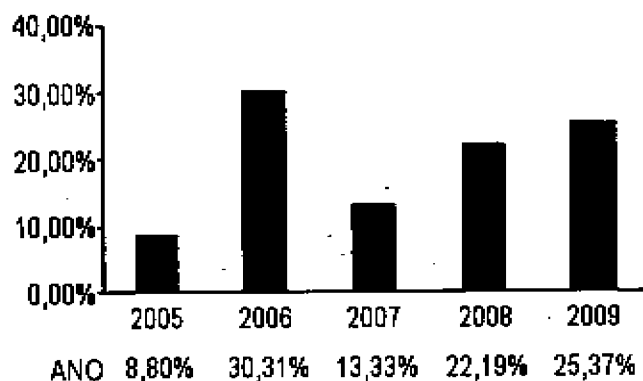


Gráfico 2 – Processos CNMP - Ano 2005 a 16/Dez/2009



### **3. Principais atos/realizações/julgamentos do Conselho**

Além das Resoluções, Recomendações, Termos de Cooperação Técnica já descritos neste Relatório, importante se faz destacar mais alguns importantes atos, realizações e julgamentos realizados no âmbito deste Conselho Nacional:

- Participação do Corregedor Nacional na LXV Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorreu entre os dias 16 e 18 de março, em Belém/PA;
- Recebimento da visita de Edgar Enrique Lemus Orellana, membro do Conselho do Ministério Público da Guatemala, visando à troca de informações sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos de controle no Brasil e na Guatemala;
- Realização do II Fórum da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, que contou com a presença de Corregedores-Gerais, assessores das Corregedorias e representantes da área de Tecnologia da Informação dos Ministérios Público dos Estados e da União. Teve como principais objetivos a apresentação e análise das informações coletadas pelas resoluções CNMP nº 12/2006 e 25/2007 (atuais Resoluções nº 32/2009 e 33/2009), que tratam, respectivamente, da prestação de contas da atuação administrativo-financeira dos Ministérios Públicos e do desempenho funcional de seus membros;
- Acompanhamento da conclusão do Projeto-Piloto de implantação de tabelas processuais unificadas no Ministério Público do Estado de Rondônia, visando à futura uniformização processual em todas as unidades do Ministério Público brasileiro;
- Participação na 7ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg);
- Criação de grupo de trabalho com a finalidade de tratar especificamente da Resolução CNMP nº 36/2009, visando ao desenvolvimento de sistema informatizado e ações que permitam manter um cadastro nacional com o número de intercepções telefônicas requeridas e acompanhadas pelo Ministério Público brasileiro;
- Participação do Corregedor Nacional na LXVI Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorreu entre os dias 21 e 22 de maio, em São Paulo/SP;
- Aprovação da Resolução CNMP nº 38/2009, que determinou que o próprio CNMP e todas as unidades do Ministério Público viabilizem em seus sites ou suas páginas eletrônicas o Portal da Transparência, que deve disponibilizar dados públicos, não cobertos pelo sigilo legal ou constitucional, em destaque e com fácil acesso pelos usuários do sistema de informática;
- Recomendação a todas as unidades do Ministério Público que por 60 dias depositassem os recursos provenientes de transações penais em favor da Defesa Civil dos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas e Pará, como forma de auxiliar as vítimas das enchentes ocorridas nessas localidades;
- Realização do Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Paranaense do MP, com o objetivo de disponibilizar as condições de uso do Sistema de Informações dos e para os Membros do Ministério Público (SIM-MP);
- Criação, no âmbito do CNMP, da Comissão Permanente de Jurisprudência e da Revista de Jurisprudência;

- Participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação em reunião da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControle), realizada no Senado Federal;
- Participação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação no lançamento oficial do Portal da Rede de Informação e Jurídica (LexML Brasil), portal especializado em informação legislativa e jurídica que pretende organizar, integrar e dar acesso às informações disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do Governo na Internet;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer cooperação nas atividades de fiscalização que constitucionalmente são de suas competências;
- Recebimento da visita da comitiva do Ministério Público de Moçambique, formada pelo Procurador-Geral da República Augusto Raúl Paulino e os Procuradores-Gerais Adjuntos André Paulo Cumbe e Talbo Caetano Mucobora, visando à troca de informações sobre a estrutura e o funcionamento dos órgãos de controle no Brasil e em Moçambique;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de imprimir efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente;
- Aprovação de Resolução Conjunta com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de institucionalizar mecanismos de revisão periódica das prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes;
- Realização de Inspeção nas unidades do Ministério Público do Estado do Piauí, com a realização de audiências com a população local, a fim de ouvir denúncias, sugestões, elogios e reclamações acerca das atividades do Ministério Público do Piauí e de seus membros;
- Participação no IV Centenário do Ministério Público Brasileiro, realizado no dia 25 de setembro, em Salvador/BA;
- Aprovação do Relatório Final da Comissão Temporária do Sistema Carcerário, que possibilitou uma ampla apuração das condições de exercício, pelo Ministério Público, de atividades de fiscalização de estabelecimentos prisionais, casas destinadas ao cumprimento de medidas de segurança e casas de internação para o cumprimento de medidas socioeducativas, bem como do controle externo da atividade policial;
- Transformação da "Comissão Permanente Disciplinar" em "Comissão Permanente Disciplinar, de Controle Externo da Atividade Policial, de Controle do Sistema Carcerário e de Controle das Medidas Socioeducativas Aplicadas em Adolescentes em Conflito com a Lei". A conversão foi realizada com a finalidade de continuar os trabalhos iniciados pela Comissão Temporária do Sistema Carcerário e acompanhar as atividades dos Ministérios Públicos, quanto ao controle externo da atividade policial, na execução penal e na execução de medidas socioeducativas (Processo nº 0.00.000.000194/2008-17);
- Realização de Inspeção nas unidades dos Ministérios Públicos dos Estados do Amazonas e do Piauí, com realização de audiências com a população local, a fim de ouvir denúncias, sugestões, elogios e reclamações acerca das atividades do Ministério Público do Amazonas e de seus membros;

- Aplicação da pena de cassação de disponibilidade a Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, com a consequente perda do cargo, por faltas funcionais relativas à aquisição fraudulenta de imóvel, com superfaturamento, desfazimento do negócio e não restituição dos valores ao erário, acarretando lesão aos cofres públicos (Processo nº 0.00.000.000939/2007-59);
- Aplicação da pena de aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, por faltas funcionais relativas à aquisição fraudulenta de imóvel, com superfaturamento, desfazimento do negócio e não restituição dos valores ao erário, acarretando lesão aos cofres públicos (Processo nº 0.00.000.000939/2007-59);
- Aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Paraná por falta funcional relativa a descumprimento injustificado de prazo processual (Processo nº 0.00.000.000129/2009-64);
- Aplicação da pena de suspensão de 45 dias a Membro do Ministério Público do Estado do Acre pela prática de crimes ambientais (Processo nº 0.00.000.000828/2007-42. Foi impetrado mandado de segurança pelo Membro perante o STF, o qual concedeu medida liminar no sentido de suspender a aplicação da penalidade);
- Aplicação da pena de advertência a Membro do Ministério Público do Estado do Acre (Processo nº 0.00.000.000755/2009-51)
- JULGAMENTO AINDA NÃO CONCLUÍDO;
- Aplicação da pena de suspensão de 45 dias a Membro do Ministério Público Federal por falta funcional relativa a prática de atividade político-partidária (Processo nº 0.00.000.000001/2005-77) – JULGAMENTO AINDA NÃO CONCLUÍDO;
- Determinação de abertura de Processo Disciplinar contra membro do Ministério Público de Minas Gerais (Processo nº 0.00.000.000751/2009-72);
- Regulamentação da atividade de estágio no âmbito do Ministério Público (Processo nº 0.00.000.000059/2009-44);
- Vedação à possibilidade de pagamento de adicional noturno a membros do Ministério Público (0.00.000.001109/2008-20);
- Determinação de posse imediata de candidatos aprovados e convocados em concurso para preenchimento de vagas de Promotor de Justiça Substituto no Ministério Público do Amazonas (Processo nº 0.00.000505/2009-11 e Apenso nº 499/2009-00);
- Processo referente ao nepotismo no Estado do Pará (Processo nº 0.00.000.000813/2009-46 e Apensos nº 817/2009-24, 821/2009-92, 828/2009-12 e 853/2009-98;
- Alteração nas regras relativas à Remoção Compulsória (0.00.000.001136/2009-83);
- Determinação de Expedição de recomendação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo para que estabeleça requisitos específicos para concessão de licença para frequência aos cursos de pós-doutorado (Processo nº 0.00.000.0000437/2009-30);

- Vedação à possibilidade de concessão de adicional de trabalho noturno a membros do Ministério Público em razão do exercício do munus público do cargo, que lhe conferem prerrogativas próprias e deveres específicos, dentre eles a submissão ao sistema de remuneração através de subsídios (Processo nº 0.00.001109/2008-20);
- Remessa de cópia de autos à Corregedoria-Nacional para apuração de eventual falta funcional de membro do Ministério Público do Estado do Amapá (Processo nº 0.00.000.000624/2009-73);
- Determinação de expedição de recomendação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas para que nomeie, no prazo previsto no edital, todos os cargos de servidores aprovados no concurso público aberto no Ministério Público amazonense (Processo nº 0.00.000622/2009-84 e Apenso nº 652/2009-91)

## II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração Pública brasileira vive o desafio de se reinventar para, em parceria com a sociedade civil, criar um novo modelo de desenvolvimento social e humano, que alie respeito aos direitos humanos, inserção social e crescimento econômico. Construir uma nova administração pública e mudar a qualidade da ação governamental são tarefas que dependem de todos os Poderes do Estado, sem prescindir da ampla participação social.

Na construção dessa nova Administração Pública, o Ministério Público emerge como um ator de grande destaque, tanto na reflexão sobre as reformas administrativas necessárias quanto na implementação de medidas concomitantes.

Nesse processo, o pressuposto para que o Ministério Público possa contribuir convenientemente para a reinvenção do setor público brasileiro como um todo é que a Instituição promova avanços substanciais na modernização e na democratização de sua própria gestão. Tais avanços tenderão a moldar, cada vez mais, as probabilidades de sucesso do Ministério Público no exercício de sua atividade finalística, agregando à atuação ministerial maior eficiência e efetividade.

Dessa forma, os desafios que se impõem atualmente à Administração Pública brasileira como um todo também se apresentam à Administração ministerial. Em especial, impõe-se ao Ministério Público a tarefa de, gradual e cumulativamente, consolidar práticas que permitam à Instituição apoiar-se solidamente sobre os pilares do profissionalismo, da eficiência e da inovação.

Nesse aspecto, constituem ações decisivas para a mudança da administração ministerial a formação de uma burocracia profissional de mérito; a criação de mecanismos de autoavaliação das Unidades do Ministério Público, de avaliações externas às repartições locais e de avaliações externas ao próprio Estado; a definição e renovação de um repertório de boas práticas administrativas; o desenvolvimento de mecanismos de incentivo ao bom desempenho; a ampliação do diálogo entre sociedade civil e o Ministério Público e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos prestados pela Instituição.

Em especial, constitui medida essencial à tal mudança a construção de um arranjo institucional entre as Unidades Ministeriais que possa abrir caminho, no âmbito do Ministério Público, para um federalismo cooperativo, que integre cada Unidade representante dos Entes Federados em iniciativas conjuntas, que beneficiem todos os participantes.

O Conselho Nacional do Ministério Público possui grandes responsabilidades nesse processo de transformação institucional, em particular no que se refere ao desenvolvimento da articulação e do fomento a ações convergentes que redundem na prestação, por parte da Instituição, de um serviço público mais efetivo, compatível com as reais necessidades do cidadão.

O esforço por cumprir a contento tais responsabilidades direcionou o Conselho Nacional do Ministério Público à realização de diversas ações institucionais durante o exercício de 2009, que se refletirão em 2010.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades empreendidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público durante o ano de 2009:

a) Celebração de acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estabelecer o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre as Instituições e de permitir a disponibilização temporária de auditores do quadro de servidores daquele órgão para a realização das inspeções, correições e auditorias do CNMP;

b) Edição de resolução, em conjunto com o CNJ, institucionalizando mecanismos de revisão de prisões provisórias e definitivas, das medidas de segurança e das internações de adolescentes e permitindo ainda a promoção de ações integradas, com a participação da Defensoria Pública, da OAB, dos órgãos de administração penitenciária e de segurança pública, das instituições de ensino, dentre outras;

c) Aprovação de recomendação às unidades do Ministério Público para que apoiem o Poder Judiciário no atingimento da Meta 2, que tem por objetivo o julgamento até o final de 2009 de todos os processos que ingressaram no Justiça até 31 de dezembro de 2005, em cada instância;

d) Instituição do Portal da Transparência em todas as Unidades do Ministério Público por meio da Resolução nº 38/2009, que estabelece a obrigatoriedade da disponibilização, em cada um dos sites de cada Unidade do *Parquet*, para acesso universal, dos dados de gestão dos recursos públicos no âmbito do MP;

e) Criação da Comissão de Jurisprudência, com o intuito de proporcionar maior eficiência, presteza, segurança jurídica e celeridade na produção e consulta às decisões, por meio da organização e da atualização do acervo de decisões plenárias e monocráticas do CNMP, dentre outras funções;

f) Início do desenvolvimento do Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público, com o objetivo de contribuir para conferir maior celeridade e eficácia ao acompanhamento do regular cumprimento das Resoluções editadas pelo Conselho Nacional;

g) Celebração com o Conselho Nacional de Justiça de termos de cooperação, por meio dos quais o Ministério Público passou a ter o acesso ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional dos Condenados por Ato de Improbidade Administrativa.

Não se olvida, no entanto, que muito ainda está por se construir e que há grandes desafios à atuação satisfatória do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público como um todo, a exigirem a ampliação e o aprofundamento das ações até então empreendidas.

Com o propósito principal de realizar a gestão estratégica do Ministério Público e do próprio Conselho Nacional, sob as bases da participação democrática e do alinhamento às necessidades sociais, caberá ao Conselho Nacional e ao Ministério Público convergir suas ações, em particular a partir de 2010, em direção à adoção de medidas tendentes à construção de um Ministério Público Nacional e de um Conselho Nacional do Ministério Público que primem por:

- a) aumentar a eficiência da Instituição na identificação tempestiva de irregularidades e práticas ilícitas em seu âmbito interno;
- b) promover a articulação e o alinhamento das Unidades do Ministério Público em torno de compromissos com o desempenho;
- c) conferir ênfase à elaboração e à operacionalização de medidas de controle preventivas, priorizando-as em relação àquelas de caráter repressivo, de forma a se detectar antecipadamente os potenciais problemas de gerenciamento;
- d) promover o auxílio aos gestores na identificação e na correção das fragilidades existentes na Administração das Unidades Ministeriais;
- e) fortalecer um sistema eficiente de correção da Administração Pública Ministerial, seja em âmbito local, seja nacional;
- f) atuar de forma cooperativa e integrada com os demais órgãos incumbidos da defesa do Estado e do aperfeiçoamento da gestão pública, em particular com o Poder Judiciário, o Ministério da Justiça e do Planejamento, além da Controladoria-Geral da União e dos Tribunais de Contas da União e dos Estados;
- g) fortalecer a parceria com a sociedade, de maneira a contribuir para a efetiva construção do controle social, por meio do incremento da transparência pública e da visibilidade das ações de gestão;
- h) desenvolver ações que fortaleçam a gestão do Ministério Público, tais como a promoção de capacitação presencial, de educação à distância, da cooperação entre as Unidades Ministeriais, na convicção de que nem todas as impropriedades nas contas públicas derivam da improbidade e da corrupção de gestores públicos, decorrendo, por vezes, da desinformação e da fragilidade dos instrumentos de controle interno.

A tarefa é desafiadora, mas a construção de um Ministério Público que, como prestador de um serviço à sociedade, esteja afinado com os anseios da cidadania e contribua efetivamente para a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é um projeto de futuro que merece o compromisso, o engajamento e a congregação de esforços dos que acreditam na relevância da Instituição.

## **Presidência da República**

### **Casa Civil**

#### **Secretaria-Geral**

#### **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Este livro foi composto na família Minion, para textos,  
e Caecilia, para títulos, e impresso em offset sobre papel  
Couchê Fosco 120g/m<sup>2</sup>, em fevereiro de 2009.



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Quero comunicar ao Plenário que também fazem parte da Mesa o Deputado Marco Maia, 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, e o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

**O SR. MINISTRO GILMAR MENDES** – Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional, José Sarney; Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; Srª Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil; Deputado Marco Maia, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Deputado Rafael Guerra, Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; Deputado Odair Cunha; 3º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; Deputado Inocêncio Oliveira, 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, 2º Vice-Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados; Srs. Deputados; Srs. Senadores; autoridades aqui presentes; para uma nação que se erige em Estado de Direito, a data inaugural de um ano legislativo é sempre alvissareira, notadamente quando a democracia constitui-se em um valor em si mesmo, como no caso do povo brasileiro. Portanto, é com grande satisfação que, à luz dos ditames constitucionais e em continuidade ao diálogo institucional imanente aos Poderes da República, trago-lhes, nesta especial solenidade, a mensagem do Poder Judiciário, a qual integra o Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça, a comprovar, em fatos e números, os significativos avanços havidos em todo o Judiciário pátrio no produtivo ano de 2009.

A substantiva melhora no desempenho dos órgãos jurisdicionais evidencia claramente a escolha por uma irreversível trajetória em direção à modernidade. Para tanto, contudo, foi preciso que o próprio Judiciário chamasse a si, com ânimo de resolver definitivamente, a responsabilidade de vencer os obstáculos da ineficiência, da ausência de integração, do autodesconhecimento. A senha de acesso à otimização de recursos e meios veio com o planejamento e a gestão estratégica, somados à boa vontade e ao preparo de todo o corpo funcional.

Assim é que, pela ação competente e determinada do Conselho Nacional de Justiça – que *in loco* testemunhou as deficiências ligadas ao serviço público de prestação de justiça –, puderam-se mapear as reais dificuldades de cada órgão para, assim, resolvê-las.

Dessa autêntica autorradiografia adveio o diagnóstico para muitos surpreendente, a destituir, pelo menos em parte, o mito da morosidade sistêmica. Ao contrário do pensamento outrora comum, a lentidão que se atribui à atividade jurisdicional é pontual e concentrada, como revelam os dados alusivos ao cumprimento da Meta 2, celebrada para julgar todos os processos protocolados até 31 de dezembro de 2005 e que mobilizou desde as comarcas mais distantes até o próprio Supremo Tribunal Federal.

Não há como deixar de aplaudir o admirável empenho de servidores e magistrados que, nem mesmo diante do tamanho ou da complexidade da tarefa, amesquinham o afã de construir soluções concretas e criativas, inclusive em vista da escassez de recursos e da premência do tempo, como atestam o julgamento dos cerca de 2 milhões e 500 mil processos protocolados antes de 2006, entre eles processos que há décadas aguardavam, esquecidos, uma solução definitiva.

Para além da celeridade processual almejada, o formidável esforço para zerar estoques de processos antigos resultou na transparência total em todas as etapas do ofício jurisdicional, permitindo a cada qual acompanhar a evolução dos números e o estoque ainda a vencer em cada unidade da Justiça, o que também possibilitou precisar os gargalos e entraves de toda ordem – quer material, técnico ou processual.

Expressivos também foram os resultados do programa Mutirões Carcerários, que deu origem a outras iniciativas igualmente importantes, como os Programas Começar de Novo e Advocacia Voluntária, a merecerem destaque em virtude de atenderem, a um só tempo, tanto à obrigação de garantir o respeito incontestável aos direitos fundamentais quanto à necessidade de prevenir a reincidência criminal, item básico a qualquer projeto bem-sucedido de segurança pública.

Neste ponto, quer pelos desdobramentos, quer pela proeminência dos números, vale ressaltar alguns dados relativos à execução dos Mutirões, que, em pouco mais de 1 ano, examinados mais de 91 mil processos, resultou na concessão de aproximadamente 30 mil benefícios previstos na Lei de Execução Penal, dentre os quais mais de 18 mil casos de liberdades. Em outras palavras, isso significa que, por dia, 35 pessoas indevidamente encarceradas reouveram o sagrado e vital direito à liberdade.

Numa outra vertente, a da racionalização dos gastos – crucial num sistema carcerário em que a superlotação é a regra –, os mutirões carcerários resultaram na realocação de vagas equivalentes à capacidade de aproximadamente 36 presídios médios.

No mapa das necessidades também despontou a de maior controle, pelo que foi criado, com a celeridade

colaboração desta Casa, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, cuja missão é evitar, vez por todas, que a realidade prisional desafie, dia após dia, a higidez do Estado Democrático brasileiro.

A autofiscalização e a autocorreção foram firmes e constantes, públicas e publicizadas no âmbito do Judiciário. Nesse contexto, o CNJ se consolida como o maior crítico e, ao mesmo tempo, sem qualquer paradoxo, o maior defensor dos tribunais, duas faces dessa mesma hodierna instituição, democrática por natureza, a começar pela sua eclética composição, a unir no mesmo espaço de deliberação ministros, desembargadores, juizes de primeiro grau, membros do Ministério Público, advogados e representantes da sociedade civil.

Sem prejuízo do diálogo aberto, franco e fraterno com os tribunais, em ambiente de integração e trabalho colaborativo, o CNJ se estabelece como órgão propulsor de políticas públicas para o Judiciário e para além dele.

Ao esforço de se autofiscalizar e corrigir, vem-se somando o empenho em rapidamente se modernizar, somente viável, está claro, a partir de uma política voltada à melhoria da administração judiciária. O Judiciário passa a guiar-se por poderoso instrumento de gestão, com resultados permanentemente monitorados por indicadores e metas estratégicas, de forma a uniformizar, em todo o território nacional e no maior patamar possível, a qualidade do serviço de prestação de justiça.

Qualidade de serviço que se busca também com a oferta de auxílio técnico a tribunais e unidades mais necessitados, a incentivar a implantação de metodologias de organização cartorária, de gestão de processos e de pessoas. A melhoria do Judiciário se faz com a modernização do seu processo de produção.

De outra parte, parece ultrapassado, felizmente, o vazo de se inchar a máquina pública sempre que se argui excesso de demandas. Atualmente, dentro do Judiciário, em face até mesmo desse maior autocohecimento, dessa busca por racionalização e, assim, pela máxima eficiência operacional, quando porventura se fala em aumento de estrutura, cuida-se de pronto em buscar respaldo em justos parâmetros objetivos, entre eles a produtividade.

Por óbvio, além de firmeza, arrojo e pragmatismo, a execução de projetos dessa envergadura demanda maturação, tempo e disponibilidade considerável de recursos. Daí por que a interlocução e o apoio de outras esferas de Poder mostraram-se fundamentais.

A face mais evidente dessa colaboração vem-se manifestando no cumprimento incontestado do II Pacto

Republicano, que viabilizou a aprovação de inúmeros instrumentos legais de notória importância, graças ao apoio pessoal do eminente Presidente da República e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em nome do Poder Judiciário, agradeço a cada um dos membros do Congresso Nacional os avanços legislativos em prol de um sistema de justiça realmente mais acessível, ágil e efetivo.

No concerto administrativo e constitucional por que passa o Judiciário, o legado da transparência afigura-se o mais promissor, já que antídoto comprovado a desvios eventuais ou estruturais. Daí a valia de se dar publicidade aos atos em que envolvida a gestão de recursos públicos – em especial a execução orçamentária –, disponibilizando-se ferramentas que tornem exequíveis tais acompanhamento e controle.

A revolução tecnológica hodierna já possibilita o que há pouco não passava de mera utopia: a total e desejada transparência. Nessa direção caminha o Judiciário, haja vista a Resolução nº 102 do CNJ, sobre a obrigação dos tribunais de publicar via Internet, reunindo, em *link* específico, denominado “Transparência”, todos os dados relativos à gestão orçamentária e financeira de cada órgão a si vinculado.

Mostra-se firme também a caminhada rumo à consolidação da era de processos eletrônicos que, permitindo a plena comunicação de dados entre todos os atores do processo, instâncias e tribunais, impulsiona o cumprimento de metas específicas sobre informatização, interligação de tribunais e comarcas, automatização de expedientes burocráticos e gestão eletrônica das execuções penais, entre outras.

No afã cotidiano por conhecimento e autoconhecimento, o Judiciário se aproxima definitivamente da academia ao estabelecer programa permanente de financiamento de estudos que auxiliem no diagnóstico e na busca de soluções para os problemas da Justiça. O CNJ, por intermédio do seu Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, passa a ocupar lugar de destaque entre os órgãos de incentivo à pesquisa no Brasil.

O maior detalhamento dos dados gerenciais do Judiciário, agora possível em razão do esforço prévio e silencioso da padronização taxonômica das classes, assuntos e movimentações processuais, assim como o aperfeiçoamento da análise crítica dos números da Justiça, destacam-se entre as prioridades de uma instituição que planeja o seu futuro a partir do diagnóstico preciso da sua realidade.

Por tudo, encontro, Sr. Presidente, Senador José Sarney, Sr. Vice-Presidente José Alencar, Sr. Presidente, Deputado Michel Temer, fundado otimismo para aprofundar que, em 2010, as ações e programas desen-

volvidos no âmbito do Judiciário para viabilizar maior controle, transparência e celeridade processual prosseguirão no mesmo compasso dinâmico e abrangente, sinalizando a *débâcle* da secular inércia, do ceticismo de outrora em relação ao sistema de Justiça pátrio.

Ninguém negará, por óbvio, o tamanho do desafio com que depara o Judiciário para alcançar em definitivo tal nível de excelência, que garantirá ao cidadão brasileiro contar com uma Justiça ágil, acessível e eficiente, elevando exponencialmente, assim, a efetividade da prestação jurisdicional.

Nada obstante, basta que se veja o quanto se avançou – e em tão exíguo período – para assegurar que o novo Judiciário que ora se manifesta, que se fortalece e se impõe como alicerce da democracia é conquista irrevogável, peremptória.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, que comigo preside esta solenidade e que com tanta eficiência e dignidade vem dirigindo os trabalhos da sua Casa.

Com a palavra o Deputado Michel Temer.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** (Michel Temer. Bloco/PMDB-SP.) – Eu começo, naturalmente, agradecendo a gentileza e a delicadeza do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador José Sarney.

Para não ser repetitivo, com a licença do Vice-Presidente José Alencar e da Ministra Dilma Rousseff, quero saudar as eminentíssimas autoridades que estão à Mesa e as eminentíssimas autoridades – deputadas e deputados, senadoras e senadores, ministros, membros das embaixadas – que estão neste plenário e dizer, senhoras e senhores, em rápidas palavras, da alegria cívica que tenho por presidir a Câmara dos Deputados neste instante da vida política nacional.

Ontem ainda, Presidente João Paulo, Presidente Arlindo Chinaglia, Presidente Mauro Benevides, na abertura do ano judiciário – eu tomava a liberdade de dizer que é interessante sempre ter presente o texto constitucional e prestar a ele as maiores reverências e a maior obediência –, constatava, e disse-o, sem medo de errar, que é muito comum, nos sistemas autoritários, que se exacerbe, se enalteça, se ressalte o critério da independência. E o critério da independência, isoladamente considerado, acaba gerando um certo tensionamento entre os Poderes do Estado.

Diferentemente, entretanto, no regime democrático que ora vivemos, o que se ressalta, se enaltece, ao lado da independência, é precisamente a tese da harmonia; porque harmonia significa a distensão insti-

tucional entre os Poderes do Estado. E tudo isso está baseado, ancorado na ideia de que nós somos todos, Legislativo, Executivo e Judiciário, meros exercentes de um poder que nos é delegado pelo povo. Então, essa harmonia é fundamental.

Eu digo isto, Ministra Dilma, porque verifico, pela mensagem do Poder Executivo, pela mensagem do Poder Judiciário, que não fora a atividade do Poder Legislativo, que é o deflagrador da atividade governativa, evidentemente que o Executivo não poderia executar e o Judiciário não poderia jurisdicionar.

De modo que, quando eu vejo a presença do Executivo e do Legislativo, Presidente José Alencar, que tem sido homenageado – permitam-me um parêntese – de uma maneira extraordinária em todo o País, é uma solidariedade que se converteu em admiração cívica. Ontem ainda, na Ordem dos Advogados do Brasil, eu tive a oportunidade de vê-lo ovacionado por mais de 5 mil advogados brasileiros, uma classe extremamente crítica, mas que de pé o aplaudiu, com um certo delírio cívico até.

De modo que presto uma especialíssima homenagem ao Vice-Presidente José Alencar, que tem sido um exemplo de vida no nosso País.

*(Palmas prolongadas.)*

*(O Sr. José Alencar faz gesto de agradecimento.)*

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS** (Michel Temer. Bloco/PMDB-SP) – Quero dizer, Ministro Gilmar Mendes, nesta informalidade natural do Congresso Nacional, que é a Casa do povo, que a Casa do povo é pautada precisamente por uma certa informalidade. E essa informalidade é muito criativa: nós aqui criamos grandes projetos para o Judiciário, grandes projetos para a atividade Executiva, em face desse diálogo constante, abundante e muito produtivo que fazemos entre os vários setores da nacionalidade brasileira, representada pelos partidos políticos.

Neste momento, eu verifico – volto a ressaltar este ponto – a extraordinária harmonia entre os Poderes do Estado. Vemos, com grande satisfação, que o Executivo Federal leva adiante as disposições legislativas, produzindo benefícios para o País. Vemos, como menciona o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que o pacto republicano passa necessariamente por aqui, pelo Congresso Nacional, e depois, na sua execução, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Judiciário em geral prestam serviço relevantíssimo à democracia brasileira.

Dizia eu ontem e repito hoje, que é claro que nós, do Legislativo, nos orgulhamos da atividade inaugural



para a formação da lei, mas reconhecemos também a importância extraordinária do Poder Judiciário, porque, afinal, é o Poder Judiciário que diz a última palavra sobre o que é lei e o que não é lei; basta examinar o fenômeno do controle da constitucionalidade das leis. E o Executivo, ao executar, é sucedido – e bem-sucedido – quando leva adiante as disposições legislativas.

Portanto, Sr. Presidente José Sarney, Sr. Presidente Cesar Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça, senhores e senhoras, meus colegas de Mesa da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, meus colegas deste plenário, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, quero dizer que vivemos um momento extraordinário da vida política nacional. E é tão extraordinário que as críticas aumentaram. Muitas e muitas vezes, as críticas aumentam, e nós aqui dizemos: *“Elas são saudáveis. Se exageradas forem, elas serão consertadas e apumadas logo depois”*. Portanto, é importante que haja, num critério democrático como o que vivemos, a crítica aos poderes constituídos.

De modo que é desta conjunção do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, de uma imprensa livre, da opinião pública – que se manifesta, via Internet, de uma maneira extraordinária –, que estamos implantando em definitivo a democracia no País, fugindo daquele ciclo histórico em que o Brasil passa por 20, 30 anos de autoritarismo e 20, 30 anos de democracia.

Neste momento, quero cumprimentar o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Presidente da Casa, Senador José Sarney, que, com sua moderação, com seu equilíbrio e com a compreensão desse fenômeno democrático, ele, que lá atrás garantiu uma Constituinte livre e soberana, também merece nosso aplauso.

Portanto, Sr. Presidente, os aplausos da Câmara dos Deputados aos 3 Poderes e a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Teremos a honra, neste momento, de ouvir o Sr. Vice-Presidente da República José Alencar, que manifestou a vontade de dirigir-se a este Plenário. (*Palmas.*)

**O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** (José Alencar Gomes da Silva) – Presidente Sarney, apenas para trazer uma palavra de agradecimento a esta Casa. É claro que, para mim, é motivo de grande honra estar aqui participando da abertura desta 53<sup>a</sup> Legislatura. E gostaria muito também de ressaltar o fato de que o Poder Legislativo, onde estamos, tem trazido ímpar contribuição para a consolidação da democracia.

Temos acompanhado o trabalho do Poder Judiciário, tendo à frente o Ministro Gilmar Mendes, cujo excepcional trabalho é também de consolidação do regime democrático. Desse modo, realmente estamos vivendo um momento especial no Brasil.

O Presidente Lula tem dado exemplo de como o Presidente da República de um país da importância do Brasil deve agir especialmente nas relações internacionais. E S.Ex<sup>a</sup> tem levantado o nome do Brasil como nunca havíamos assistido antes.

Sendo assim, é muito bom que todos estejamos participando de momento tão importante da vida brasileira como este, em que se consolidam não só a independência como o respeito pelos Poderes da República.

Então, minha palavra é de votos de sucesso para esta Legislatura que se instala.

Gostaria, como não poderia deixar de ser, de registrar um agradecimento especial aos Deputados e Senadores pela manifestação com que me homenagearam neste Plenário da Câmara dos Deputados. Fico muito honrado com isso.

Fui Senador da República, representando o meu Estado, Minas Gerais. Abri mão de 4 anos do mandato; abdiquei, porque não renunciei – tenho uma certa preocupação com essa palavra. Então, eu abdiquei. E o Carreiro, que era diretor no Senado, devolveu-me a minha carta, dizendo que eu tinha que renunciar, e não abdicar. Então, eu grampeei cópia do Aurélio na carta, e ele aceitou a minha abdicação. (*Risos.*)

Depois disso, o Presidente Sarney disse que era próprio da Família Real. (*Risos.*) Dessa maneira, tenho grande saudade do Legislativo. Já falei ao Presidente Lula que ele, na verdade, deu-me 8 anos de Vice-Presidência da República, porque ninguém vota no vice, mas no titular. Então, sou consciente de que sou Vice-Presidente da República graças à eleição do Lula.

O número que me elegeu foi o 13. Esse mesmo 13 que, no dia 8, homenageia-me em Minas, conferindo-me o título de filiado de honra do partido. (*Palmas.*) Vê-se que as coisas estão indo bem.

Sou consciente de que todo o apreço que tenho recebido em toda parte por onde passo no nosso País, essas manifestações maravilhosas, advêm da solidariedade pela luta que tenho travado contra uma moléstia pesada, o câncer, durante muitos anos. Já passei por 15 cirurgias. Há realmente essa solidariedade, e eu compreendo.

Essa é a razão pela qual não tenho a ilusão de que isso se revele em votos na próxima eleição. Porque, se eu tivesse esse pensamento, confesso que estaria preparado para receber 100% dos votos. (*Palmas.*)

Então, meus amigos, agradeço muito a vocês.

Se me permitem o Presidente José Sarney e o Presidente Michel Temer, e eu me permito também, quero falar um pouco, neste momento, de modo especial, sobre a minha saúde.

Como todos sabem, os jornais dão muitas notícias, mas é muito rara a oportunidade que se tem para falar diretamente a respeito do assunto. Costumo dizer que ninguém tem nada a ver com o câncer do José Alencar, mas todo mundo tem a ver com o câncer do Vice-Presidente da República. Isso é um fato. Então, eu tenho sido transparente.

Eu não tenho medo da morte, eu já falei isso. Eu tenho certeza de que vou morrer um dia, como todos nós temos. Se Deus quiser me levar agora, Ele não precisa de câncer para isso. E se Ele não quiser que eu vá, não há câncer que me leve. *(Palmas.)* E tudo indica que Ele não quer me levar agora. *(Palmas.)*

Mais uma vez, agradeço muito a vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB-AP) – Estamos chegando ao final da nossa sessão.

Cabe-me agradecer a honra que nos deu, comparecendo a esta solenidade, o Vice-Presidente da República José Alencar. Da mesma maneira, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. Embora seja sua responsabilidade, eu me sinto muito honrado de estar em sua companhia.

Eu agradeço a presença, também extremamente honrosa, do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Gilmar Mendes, que tem tido uma atuação extraordinária à frente do Supremo Tribunal Federal, defendendo as liberdades públicas e individuais e os direitos humanos. Agradeço a presença à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr<sup>a</sup> Dilma Rousseff; ao Sr. Ministro de Estado Samuel Pinheiro Guimarães; ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ubiratan Diniz de Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União; ao Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que também vem desempenhando, com grande êxito, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Agradeço a presença ao representante do Ministério da Defesa, Nelson Jobim, Almirante-de-Esquadra João Afonso Prado Maia de Faria; ao representante do Comandante da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura; ao representante do Comandante do Exército, o General de Exército Enzo Martins Peri, Secretário de Economia e Finança do Exército; ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Antonio Dias Toffoli; ao representante do Comandante da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, o Tenente-Brigadeiro Arpício Eduardo de Moura Azevedo.

Agradeço especialmente a presença a Dom Lourenço Baldisseri, Nuncio Apostólico no Brasil.

Agradeço também a presença aos Embaixadores e membros do corpo diplomático; às autoridades que se fizeram presentes a esta reunião; às Sr<sup>as</sup>. e aos

Srs. Deputados, às Sr<sup>as</sup>. e aos Srs. Senadores; aos membros da Mesa do Congresso Nacional.

Abro a 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 53<sup>a</sup> Legislatura do Congresso Nacional.

Já estamos cansados e nunca cansados de ouvir que o Congresso Nacional é o coração da democracia, o lugar onde a voz do povo se faz ouvir em sua plenitude na manifestação dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, eleitos para representar a vontade do nosso povo.

Apresento meus cumprimentos às Deputadas e aos Deputados, às Senadoras e aos Senadores, com os meus votos para que tenhamos, nesta Sessão, grande êxito no nosso trabalho, felicidades pessoais e contribuam para o desenvolvimento do nosso País!

Há 184 anos, temos um Parlamento que representa o povo, aberto e lutando pelas liberdades civis. Há 25 anos acabamos com o regime de exceção e temos vivido a democracia em toda a sua integralidade, com os seus conflitos e suas soluções. Há 20 anos temos uma nova Constituição, regendo os destinos do País, com suas qualidades e seus defeitos, que nos levam a reformá-la e obedecê-la

Peço licença para citar as palavras que pronunciei quando abri pela primeira vez o ano legislativo, em 1995.

“Assumi este cargo não num momento de glória do Poder Legislativo, mas numa fase em que a instituição atravessa profunda crise de identidade, exposta a permanente crítica e censura.

Meu desejo é prestar um serviço ao Congresso, juntando-me a todos os Senadores e Deputados, igual a qualquer um deles na tarefa indispensável de modernização da Casa, animado pelo propósito de dar-lhe prestígio e respeito perante a sociedade, empreendendo um programa de reformas que lhe confirmem o necessário suporte e a agilidade de um Parlamento forte e digno de nosso povo.”

Nosso trabalho exige a sedimentação de uma profunda consciência moral de nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta. Transparência, moralidade, eficiência e trabalho.

O Congresso é maior do que a soma de todos nós e a maior instituição do governo democrático. Os Parlamentos perderam aquele charme romântico do século XIX até metade do século XX. Eram o centro das decisões e elas poderiam vir pela eloquência. Era o tempo em que os plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento dos belos discursos dos oradores parlamentares.

Infelizmente, ainda somos dominados pela visão do Parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula sempre o Congresso ao Plenário.

Mas o Congresso é muito mais.

É fiscalização, é acompanhamento, é controle do Poder Executivo, e é o único lugar onde o povo, onde qualquer segmento social pode questionar governos, pessoas, fatos e apontar defeitos e erros, mesmo do próprio Parlamento.

Na mídia, nos organismos da sociedade organizada, nos grupos de pressão, a denúncia do povo passa pelo crivo da aprovação dos que governam e comandam. Aqui, não. Haverá sempre uma voz, um representante de um segmento social, de um município, de um bairro, de uma ideologia, de uma religião, de uma raça, de uma profissão no amplo espectro de que é formada a Casa, para dar corpo à função parlamentar de ser o instrumento da liberdade de opinião.

Sem Parlamento não há democracia. Repito: sem democracia não há liberdade, e sem liberdade o homem é apenas e às vezes um sobrevivente.

Sem Parlamento forte, não há democracia forte.  
Sr<sup>as</sup>. e Srs. Parlamentares,

O Congresso nunca faltou ao Brasil. Aqui nasceu o País. Aqui construímos nossas instituições. Nenhum poder sofreu mais no curso da nossa história. Em 1823, fomos fechados quando, sem termos imprensa, discutíamos a liberdade de imprensa; sem termos povo, as liberdades civis; sem termos fronteiras, a constituição de uma nação; sem termos leis, a vitaliciedade e a independência do Judiciário.

Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977.

Muitas vezes, ao longo da História, foi o Congresso suspenso, invadido, presos e cassados muitos de seus membros. Porém, nunca faltou um grupo de homens que aqui não ficasse, falando, conspirando ou lutando pela sua abertura, pela sua existência, sabendo que a sobrevivência do Congresso era a sobrevivência da nossa própria Nação. “O que é o poder civil?”, perguntava Milton Campos. E ele mesmo respondia: “É a brigada de choque dos políticos que compõem o Congresso”.

Quero também ressaltar a nossa identificação inseparável com a imprensa. E quero citar um fato histórico: quando o Congresso foi fechado em 1968, não passou um dia sem que o jornalista Carlos Castello Branco não pregasse sua abertura. (Palmas.)

A vulnerabilidade do Parlamento decorre do fato de ser esta a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de

crítica. No Judiciário, as sentenças apenas são conhecidas depois de publicadas, as decisões do Executivo são coordenadas no âmbito do próprio Governo, entre quatro paredes.

As decisões legislativas, ao contrário, são debatidas e tomadas em público, no quadro das divergências políticas e à mercê de interesses contrariados ou favorecidos.

A visão de um Congresso como uma corte celeste ou uma reunião de sábios e notáveis, e não de homens e políticos, é, sem dúvida, irrealista e ingênua. Nós Congressistas somos recrutados, todos nós, dentro da sociedade e somos representativos das camadas sociais.

No mundo inteiro, a instituição parlamentar enfrenta a contestação de sua legitimidade. Surgiu um novo interlocutor da sociedade democrática – a opinião pública, com poder político agregado. Ela é formada pela mídia, que, graças às conquistas da ciência e da tecnologia, pode, em velocidade incalculável, através do fascinante mundo dos satélites, fazer com que todos, ao mesmo tempo e na mesma hora, possam julgar os fatos e os homens. É o mundo da sociedade organizada em milhares de associações que agregam legitimidade para falar em nome do povo e de segmentos importantes da sociedade.

O Padre Antônio Vieira já dizia que, sendo tão natural no homem o desejo de ver, o apetite de ser visto é muito maior. O uso de ver tem um fim com a vida; o apetite de ser visto não acaba com a morte.

O velho conceito da democracia representativa entra em competição com outras legitimidades. Durante muito tempo julgou-se que o Estado era somente o instrumento do bem-estar social. Hoje, com o fim das ideologias, o desmoronamento dos dogmas e sectarismos, sabe-se que o desenvolvimento social só terá êxito com o desenvolvimento econômico. Estamos advertidos, também, de que a economia de mercado não é boa distribuidora de renda, impondo-se necessário um Estado forte para assegurar uma sociedade justa. Assim, o que deve pesar não é o tamanho, mas a qualidade do Estado.

Caminhamos para um mundo cada vez mais interdependente, de livre circulação do capital, que pode tirar seu passaporte em qualquer lugar.

O Congresso Nacional tem enfrentado o desafio de promover mudanças para que o Brasil acompanhe as profundas transformações registradas no mundo.

Renovo o convite a todos para um árduo trabalho. O Congresso é a Casa do debate, da controvérsia, das ideias, das posições. Desse debate nasce e floresce a democracia e surgem as soluções. A ideia de um Congresso votando só assuntos de consenso

certamente é um anti-Congresso. O Congresso é para trabalhar, discutir e decidir.

O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo nem do Judiciário. E quem estuda a história do Brasil sabe a importância desta Casa na formação das instituições nacionais.

Nos anos da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil soube acrescentar à estabilização monetária o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Vivemos hoje um País profundamente modificado, em que atravessamos uma crise global com menor sofrimento que outros países.

Sr<sup>as.</sup> e Srs. Parlamentares,

Vivemos um momento singular da história da humanidade.

Vivemos, entre nós, o mais longo período – observemos isso – em que se sucedem as Legislaturas. Desde que assumi a Presidência da República, na hora trágica da morte de Tancredo Neves, a democracia só se tem consolidado e só se tem aprofundado no Brasil. O período de consolidação constitucional alcançou o marco histórico com a eleição de um operário, o qual vem realizando um governo sereno, equilibrado e bem-sucedido, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Palmas.)

Repito, pela enésima vez, que temos a necessidade de restabelecer a plenitude das funções do Congresso Nacional, fugindo da armadilha do rito de tramitação das medidas provisórias, que perturba o funcionamento das instituições, sobretudo das nossas Casas Legislativas.

Insisto também, para nossa reflexão, na necessidade de reforma do sistema eleitoral, terminando com o voto proporcional uninominal, instituindo, como parece ser a vontade da maioria das duas Casas, o sistema misto distrital. O problema do financiamento das campanhas também continua insolúvel. Combate-se o gasto com doações privadas, e não se encontra uma solução para o financiamento público das campanhas. Temos, todos nós, que encontrar uma solução e definir esse problema, em benefício da democracia em nosso País. Continuamos com o compromisso em relação à reforma tributária.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O mundo apenas começa a sair de uma das maiores crises da sua história. O Brasil esteve preparado para enfrentar esses desafios. O Governo do Presidente Lula conseguiu avanços no setor social, na economia e colocou o Brasil em outro patamar na cena mundial. Ele sempre contou comigo para essa benemérita tarefa em favor do povo brasileiro, e vou continuar a ajudá-lo.

Quero homenagear também, na figura do Ministro Gilmar Mendes, o Poder Judiciário, guardião da Constituição. Nós fomos quem a entregamos, nós, representantes do povo, ao Supremo Tribunal Federal, para guardá-la. É ele que tem essa missão e, portanto, devemos respeitá-lo e acatá-lo, sabendo que vai cumprir essa missão em favor do povo brasileiro.

Sem o Judiciário, já pregavam os ingleses, ao tempo da Carta do Rei João, quando começaram a constituir suas instituições, a democracia seria impossível.

Ministro Gilmar Mendes, todos nós – Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas – faremos tudo para que nossa harmonia seja uma peça importante na consolidação da democracia brasileira.

Quero, também, homenagear o Presidente Lula, aqui representado pela Ministra Dilma Rousseff, importante pilar do seu Governo, pelo novo patamar ocupado pelo Brasil no âmbito internacional e nos avanços sociais e econômicos do seu Governo, como já tive oportunidade de dizer.

Eu quero finalizar essas palavras agradecendo as autoridades aqui presentes e, uma vez mais, desejando a todas as Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores muitas felicidades. Vamos começar nossos trabalhos e que este seja um grande ano para nosso País e para o Poder Legislativo!

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Está encerrada a nossa sessão.

*(Encerra-se a sessão às 12 horas e 15 minutos.)*



## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) <sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) <sup>12</sup>  
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) <sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Damião Feliciano<sup>1</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



Edição de hoje: 416 páginas

OS: 2010/10211